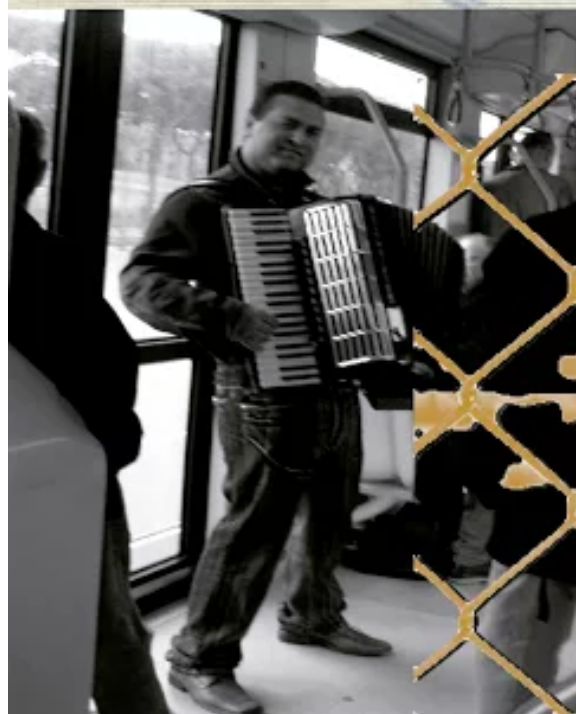
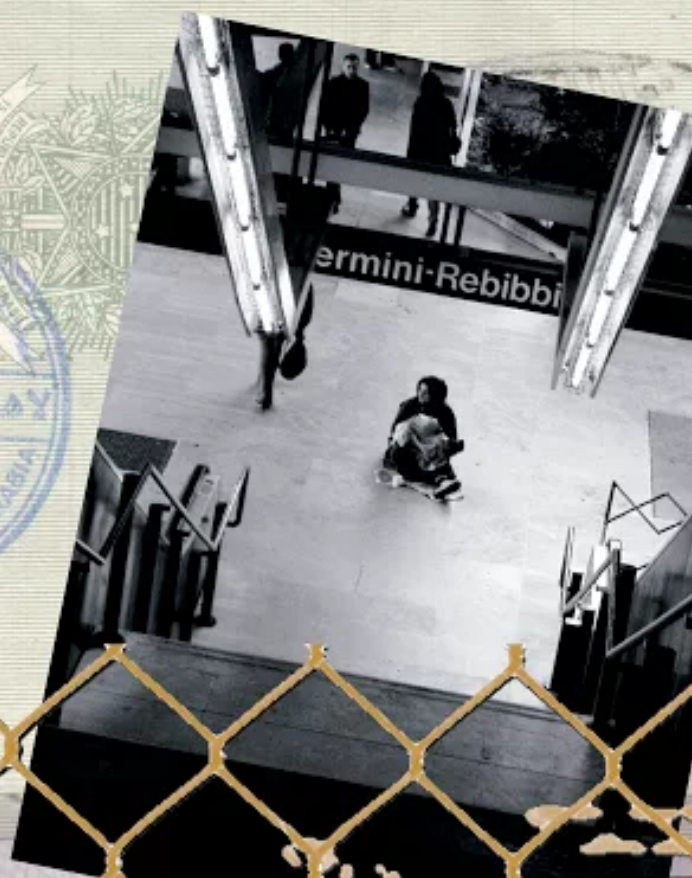


Caminhos da migração: memória, integração e conflitos

Organizadores

Miriam de Oliveira Santos, Regina Petrus, Helion Póvoa Neto e Charles Gomes

VISTOS - VISAS



Caminhos da migração: memória, integração e conflitos

(Organizadores)

Helion Póvoa Neto
Miriam de Oliveira Santos
Regina Petrus
Charles Gomes

2ª edição – E-book



2015

Copyright © Helion Póvoa Neto, Miriam Santos, Regina Petrus e Charles Gomes.

1ª edição – 2014

2ª edição – E-book – 2015

Projeto Editorial:

Léo Christiano Editorial

Tels.: (21) 2568-1979 e 2234-8594

leochristiano@leochristiano.com.br

Revisão:

Elisabeth Lissovsky

Capa:

Patrícia Reinheimer

Projeto Gráfico do Miolo e Diagramação:

dudesign artes g@aficas

dudesignarte@gmail.com

www.dudesign.art.br

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

Caixa Postal 1081

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965

www.oikoseditora.com.br

contato@oikoseditora.com.br

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C183

Caminhos da migração : memória, integração
e conflitos / organizadores, Helion Póvoa Neto ... [et al.]. 2ª ed. – E-book
– São Leopoldo: Oikos, 2015.

424 p. : il. ; 25 cm.

Trabalhos apresentados no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar
de Estudos Migratórios, realizado na Universidade do Estado
do Rio de Janeiro – UERJ, em setembro de 2011.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7843-528-8

1. Migração. 2. Migração – História. 3. Migração – Aspectos sociais.
I. Póvoa Neto, Helion, 1959-.

CDD 325

Apresentação	10
1 Imigração: história, descendentes e memória	11
Apresentação <i>Giralda Seyferth</i>	15
Anglo-americanos no Brasil: uma breve história de uma imigração que “não existe”. <i>Thaddeus Gregory Blanchette</i>	15
Uma japonesidade associativa ou como o alimento e a ideia de cultura japonesa elaboram pertencimentos entre as famílias nipônicas. <i>Érica Rosa Hatugai</i>	33
Memórias migrantes como memórias nacionais para a França? <i>Marine Corde</i>	49
A comunidade árabe de Juiz de Fora (MG) e sua pluralidade identitária <i>Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz</i>	61
Oriundos italianos no Brasil. As contribuições das jovens gerações de empresários. <i>Paola Cappellin</i>	75
Trajetórias de vida “invisíveis”: mulheres, imigração e trabalho. <i>Syrléa Marques Pereira</i>	91

2	Criminalização, racismo e preconceito	105
	Apresentação <i>Rogério Haesbaert</i>	105
	O Estado brasileiro e a imigração. <i>Giralda Seyferth</i>	109
	Da etnografia colonial à análise estrutural-dinâmica de um campo de relações interétnicas. <i>José Gabriel Pereira Bastos</i>	135
	As etnopaisagens e a negociação do pertencimento na cidade contemporânea: da praça Kantuta ao corredor da Central. <i>Sofia Zanforlin</i>	155
	Quadros da migração: leituras do Batman e Super-Homem a partir da Escola de Chicago de Sociologia. <i>Marina Cavalcante Vieira</i>	169
3	Migração e integração social	185
	Apresentação <i>Joana Bahia</i>	185
	A mulher migrante e a estratégia residencial da família: imigrantes portugueses na França. <i>Svetlana Ruseishvili</i>	191
	Rupturas e recriações de imigrantes brasileiras em Roma. <i>Isabela Cabral Felix de Sousa</i>	203
	A integração de imigrantes internacionais no Brasil sob a ótica da educação escolar. <i>Tatiana Chang Waldman</i>	213
	Redes sociais e integração socioeducativa na diáspora juvenil: o caso de adolescentes brasileiros em Barcelona. <i>Bianka Pires André</i>	227
	Aspectos da vivência imigratória de um grupo de sul-americanos em situação de albergue na cidade de São Paulo. <i>Berenice Young</i>	245
	Limites e (im)possibilidades de atravessar as fronteiras entre a língua de origem (materna) e a estrangeira (paterna). <i>María Liliana Inés Emparan Martins Pereira</i>	261
	Pathos e errância na clínica psicopatológica. <i>Ademir Pacelli Ferreira e Pâmela Mizurirni</i>	277

4	Migração, estratégias de sobrevivência e trabalho	289
	Apresentação	289
	<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
	Andorinhas solitárias: as trajetórias de alguns jovens brasileiros entre o Japão e o Brasil.	291
	<i>Kimihiro Tsumura, Janete da Silva Oliveira, Elisa Massae Sasaki</i>	
	Migração na fronteira norte do Brasil: fluxos e novas redes.	305
	<i>Duval Magalhães Fernandes, Alexandre Magno Diniz, Andressa Virgínia de Faria</i>	
	Uma família colombiana na busca de asilo: experiências de viagem, documentos e reconstrução da vida em um novo território.	317
	<i>Natalia Quiceno Toro</i>	
	Êxodo e narrativas do sofrimento: população deslocada em Bogotá.	325
	<i>Ângela Facundo Navia</i>	
	União Cigana do Brasil: construção de identidade e codificação política na esfera pública.	339
	<i>Mirian Alves de Souza</i>	
5	Migração interna, mobilidade e trabalho	353
	Apresentação	353
	<i>Luciano Ximenes Aragão</i>	
	Novos fluxos pendulares de população no estado do Rio de Janeiro.	359
	<i>Olga Maria Schild Becker, Luiz Antonio Chaves de Farias</i>	
	Narrativas dos trabalhadores migrantes no corte da cana em São Paulo: algumas interpretações a partir das teorias migratórias.	377
	<i>Ricardo Antunes Dantas de Oliveira</i>	
	Migração, diferenciação social e a construção da fronteira matogrossense.	389
	<i>Betty Nogueira Rocha</i>	
	Peasant traders e transnational peasants: sobre camponeses-negociantes e suas transformações através do comércio a longa distância.	411
	<i>Elisa Cunha</i>	

Apresentação

Este livro reúne trabalhos apresentados em setembro de 2011 no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM), realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Na organização deste seminário, seguindo a proposta do II Seminário do núcleo, realizado em 2005, os integrantes do NIEM atuaram como organizadores e debatedores das mesas-redondas que reuniram estudantes e pesquisadores nacionais e internacionais a partir de convites e de uma chamada de trabalhos. Tal proposta visou ampliar o espaço de discussão e troca de conhecimento e experiências sobre a temática da migração, em diversas escalas espaciais e temporais, integrando pesquisadores, professores, alunos de graduação e pós-graduação.

A abordagem interdisciplinar (que inspirou o nome e identifica o trabalho do NIEM ao longo de mais de uma década) nos permitiu agregar pessoas, grupos e instituições de diferentes áreas de conhecimento interessadas em estudar a migração e os migrantes, assim como aqueles que junto a eles atuam diretamente a favor dos seus direitos e de políticas públicas que priorizem o livre deslocamento de todos – independente de interesses e olhares mais econômicos sobre o “valor” dos estrangeiros como mão de obra desejada ou indesejada.

Os diversos enfoques reunidos neste livro valorizam a importância da memória individual e coletiva e, também, como forma de abordagem histórica dos processos e políticas migratórias; destacam a necessidade de melhor compreensão e novos parâmetros para qualificar a integração social dos migrantes, denominados e hierarquizados por meio de diversas classificações e tipologias que interferem nas dinâmicas da integração nas áreas de destino; procuram analisar e chamar a atenção para a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na crescente mobilidade humana no contexto na ordem político-econômica hegemônica vigente e, em especial, os deslocamentos das pessoas que cada vez mais buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos de trabalho e de vida em melhores condições do que têm na sua região ou país de origem.

Esse objetivo de facilitar o diálogo e o debate dos interessados nas questões migratórias (que estamos construindo desde a formação do NIEM no ano de 2000) não se limita aos seminários ou às publicações que procuram divulgar o conteúdo desses eventos. Está presente também nos projetos de pesquisa do núcleo, assim como nas palestras, encontros com pesquisadores e nas diversas atividades que realizamos mais frequentemente.

O NIEM atua, também, através da veiculação, via internet, de uma lista de notícias e discussões. Nesta, são divulgadas notícias, publicações, eventos científicos, iniciativas acadêmicas, no Brasil e no exterior, sempre no campo dos estudos migratórios ou de temas a ele estreitamente relacionados. A lista é uma forma de ultrapassar os limites locais e foi criada com base na convicção de que é importante alargar o debate e fazer circular informação relevante.

O trabalho concretizado neste livro resulta de um esforço coletivo, prática de trabalho do núcleo que valorizamos desde a sua fundação, e da busca de diálogo como um pressuposto de nosso enfoque sobre as questões migratórias.

Este volume está organizado em cinco partes que buscaram reunir em grandes eixos dos estudos migratórios diversos textos elaborados para e/ou a partir dos trabalhos apresentados no seminário. Reúne ao todo vinte e sete artigos de mais de trinta autores.

Cada uma das partes é apresentada por pesquisadores que participaram do seminário como coordenadores ou debatedores em mesas ou sessões temáticas. A eles agradecemos a leitura cuidadosa dos textos e a qualidade das apresentações que elaboraram.

Giralda Seyferth apresenta a parte 1 enfocando a imigração através da "História, descendentes e memória". A parte 2 é apresentada por Rogério Haesbaert e reúne textos sobre os problemas que se exacerbam em tempos recentes quando se trata da migração e dos migrantes: "Criminalização, racismo e preconceito". Joana Bahia apresenta os trabalhos da Parte 3 nos quais são abordados aspectos de diferentes naturezas que perpassam a questão da "Migração e integração social".

As duas últimas partes do livro – apresentadas por Maria Catarina Zanini (Parte 4) e Luciano Ximenes Aragão (Parte 5) – refletem, nas escalas interna e externa ao Brasil, "a mobilidade e o trabalho" com destaque para "as estratégias de sobrevivência" criadas pelos migrantes e /ou acionadas a partir das diversas redes sociais da migração.

A todos que enviaram seus textos a partir de nossa chamada agradecemos a valiosa contribuição. Gostaríamos que a publicação de seus trabalhos instigasse uma "aproximação" – não somente pela reunião dos mesmos neste volume, mas pela visada interdisciplinar sobre a migração que certamente motivam.

Nossos maiores agradecimentos à Fundação Casa de Rui Barbosa que realizou a revisão de todo o material do livro e, particularmente, ao empenho e excelente trabalho de Elizabeth Lisovsky.

Um agradecimento especial para Patrícia Reinheimer autora não só da capa deste livro, mas também de todo o material gráfico do seminário.

Registramos, finalmente, o empenho e a ação de todos os membros do nosso núcleo para a realização do seminário que deu origem à publicação deste livro.

Os organizadores

1

Imigração: história, descendentes e memória

Giralda Seyferth¹

Apresentação

As migrações tem sido objeto de estudo de diversas disciplinas, produzindo uma diversificação temática e diálogos interdisciplinares, estimulando o uso de metodologias e abordagens teóricas compartilhadas por cientistas sociais, psicólogos, historiadores etc. Esse fato pode ser discernido desde a publicação dos primeiros trabalhos fundamentados nas teorias de assimilação, no início do século XX, refletindo o interesse dos pesquisadores nos problemas e percalços relacionados à integração dos imigrantes e seus descendentes no país de acolhida. Alguns desses trabalhos assumiram a posição mais idealizada do conceito, pressupondo a total acomodação ao modo de vida e à cultura nacional a partir da segunda geração, processo chamado de “americanização” (nos Estados Unidos) e de “abrasileiramento” (usado exaustivamente por pensadores sociais brasileiros desde o início do regime republicano). Outros estavam mais focados na perspectiva da mudança sociocultural trazida pela imigração, dando alguma atenção à formação de comunidade própria, além da inserção dos imigrantes na nova sociedade e os conflitos daí resultantes. Foi o caso do estudo clássico de Thomas e Znaniecki² sobre os imigrantes poloneses estabelecidos na cidade de Chicago, publicado em 1918 e reimpresso em 1974, cujos princípios metodológicos foram depois reapropriados, inclusive no Brasil.³ A análise privilegiou as transformações sociais no curso do processo migratório, partindo do princípio de desorganização e reorganização grupal, dando atenção às relações familiares, à paróquia (dada a relevância da religião na configuração comunitária), às associações e à persistência dos laços familiares e de amizade com os que ficaram na Polônia, evidenciados pela troca de correspondência.

A referência a esse trabalho permite destacar certos procedimentos metodológicos úteis, que vão além das observações diretas propiciadas pelo trabalho de campo, questionários e entrevistas. De fato, o entendimento dos processos migratórios, principalmente (mas não exclusivamente) aqueles inscritos na longa duração histórica, não pode prescindir da perspectiva temporal, mesmo quando não se realiza uma análise historiográfica. Daí a importância de outras fontes, tendo em vista abordagens mais ou menos abrangentes de um fenômeno que deve ser analisado nas perspectivas diacrônica e sincrônica, abrangendo uma ou mais gerações: cartas, narrativas escritas e

1 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo.

2 THOMAS, William. ZNANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europe and America*. Nova York: Octagon Books, 1974.

3 Cf. SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil. Comentários sobre a contribuição das ciências sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, v. 57, p. 7-48, 2004.

orais de natureza biográfica ou não, jornais e outras publicações comunitárias, além de documentos oficiais e outros mais frequentemente utilizados pelos historiadores que, não obstante, também recorrem à tradição oral e as narrativas individuais que, num dado momento, foram denominadas “histórias de vida” no campo da antropologia. Por outro lado, as narrativas individuais, publicadas ou obtidas em entrevistas, ilusórias ou não, constituem exercícios mnemônicos, certamente carregados de subjetividade,⁴ mas representativos da experiência da migração e seus desdobramentos geracionais. Conforme observa Sayad,⁵ a migração é um fato coletivo e individual; as experiências singulares da mobilidade podem esclarecer aspectos da dimensão coletiva, instrumentalizando a própria “teoria” da migração.

Algumas dessas questões metodológicas sobressaem nos trabalhos desta seção, especialmente a história como base para o entendimento da realidade presente dos fluxos migratórios, a constante reelaboração das identidades (étnicas) a partir da representação de descendentes, referenciadas ao passado e à memória, e a importância dos projetos individuais no ato da migração.

A perspectiva histórica está presente no trabalho de Syrléa Marques Pereira, referido às trajetórias de três mulheres camponesas, nascidas na segunda metade do século XIX na localidade italiana de Oneta, de alguma forma afetadas pela emigração. O período histórico é o da “Grande Emigração” para as Américas, e a análise mostra como essas mulheres, de forma direta ou indireta, se inseriram no fluxo migratório, fazendo escolhas a partir de projetos de vida individuais e apontando para questões relacionadas às atividades produtivas (na perspectiva de gênero) e seus reflexos no âmbito das relações familiares e na sustentação do grupo familiar.

A “longa duração” também aparece no trabalho de Thaddeus Gregory Blanchette sobre a migração de anglo-americanos, chamando a atenção para as dificuldades do reconhecimento desses indivíduos como migrantes no Brasil. Narra a história dessa migração desde o século XIX, dimensionando sua realidade estatística, a inserção nas classes média e alta urbanas, e a condição identitária de “gringos” atribuída pelo senso comum brasileiro.

A (des)qualificação do imigrante como um estrangeiro irreduzível emerge de modo mais preciso no texto de Marine Corde, paradoxalmente no contexto do movimento para inclusão das memórias migrantes na memória nacional francesa (dai a interrogação do título). A autora menciona o silêncio sobre a participação de imigrantes na vida nacional ao longo dos séculos, e mostra que o imigrante ideal, percebido ao longo do século XX, é um trabalhador que deve retornar ao seu país de origem. Contrapõe a isso os movimentos que pretendem o reconhecimento de contribuição dos fluxos migratórios na própria construção da sociedade francesa contemporânea, destacando trabalhos que tratam de trajetórias e memórias migrantes, dando maior visibilidade à migração.

Os textos de Erica Rosa Hatugai, Paola Capellin e Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz, de alguma forma tratam de questões relativas à identidade (social, étnica). No primeiro caso, Erica Hatugai discute “japonesidades”, tendo em vista a diversidade, os diferentes contextos de imigração japonesa no Brasil, e as limitações de uma noção singular para dar conta da pertença étnica. Nesse sentido, realiza uma análise das “japonesidades”

4 Cf. SEYFERTH, Giralda. _____. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração” In: DEMARTINI, Z. de B. F. E.; TRUZZI, O. (Org.). *Estudos migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. p.13-52.

5 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

observadas na Associação Cultural Nipo-Brasileira de Araraçara (SP), lugar das sociabilidades entre descendentes de imigrantes. Observa os usos da “tradição” em diferentes situações, rituais ou não, e as representações envolvendo o passado da imigração, reportadas a valores étnicos em constante reapropriação.

O estudo de Paola Cappellin destaca a “memória empresarial” entre jovens empresários descendentes de imigrantes italianos, em três cidades brasileiras, analisando representações de identidade e vivência familiar e a experiência profissional. Mostra como os recursos familiares, os valores, a memória coletiva da imigração, além da base propriamente econômica (de empresas de médio porte) motivam estratégias de acumulação e ascensão social.

Finalmente, em seu artigo, Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz faz uma breve análise de alguns aspectos da identidade síria e libanesa na cidade de Juiz de Fora, observando os contextos de sociabilidade, sobretudo em eventos e no convívio nem sempre harmonioso do Clube Sírio e Libanês.

Referências

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil. Comentários sobre a contribuição das ciências sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, v. 57, p. 7-48, 2004.

_____. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração” In: DEMARTINI, Z. de B. F. E.; TRUZZI, O. (Org.). *Estudos migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. p.13-52.

THOMAS, William. ZNANIECKI, Florian. *The poish peasant in Europe and America*. Nova York: Octagon Books, 1974.

Anglo-americanos no Brasil: uma breve história de uma imigração que “não existe”

Thadeus Gregory Blanchete⁶

Em quase todas as ruas do Rio de Janeiro, algum ex-confederado encontrou seu lar. Colonel C.B. Cenci, um velho morador do Rio Doce, praticou a medicina; Ben e Dalton Yancey estabeleceram contatos com os interesses comerciais americanos na grande cidade. Cogburn, Slaughter, Rader, Thompson, Knuse, Hall, Burns, Ashee, Johnson e Hawthorn – nomes proeminentes no Sul antigo, eram frequentemente ouvidos na cidade brasileira.

Lawrence F. Hill descreve a imigração de sulistas norte-americanos para o Rio de Janeiro, na década de 1870.

Introdução

Em 2001, defendi minha tese de mestrado, *Gringos*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). O tema – a imigração anglo-americana para o Rio de Janeiro – me servia bem para futuras investigações sobre migrações, tráfico de pessoas e turismo sexual, mas atraiu pouca atenção acadêmica. De fato, até um dos professores me perguntou o que poderia haver de interessante, do ponto de vista sociológico, a respeito da população anglo-falante, imigrante, no Brasil? A resposta estava na ponta da minha língua, afinal, esse grupo, que ninguém imagina como imigrante, de fato representa uma contingente considerável do fluxo migratório para o Brasil no decorrer dos últimos cem anos. Tomado como um conjunto, os anglo-americanos mandaram mais imigrantes para cá que outros grupos que reconhecemos imediatamente como parte do caldeirão étnico brasileiro – os armênios, por exemplo. E, como grupo, os anglo-americanos tiveram uma influência considerável na história e na cultura do Brasil. Mas, mesmo assim, falar de imigrante inglês ou americano parece um contrassenso. O que pode ser mais interessante, do ponto de vista da sociologia das migrações, que um grupo migrante importante e grande, mas que ‘não existe’?

A tese foi bem recebida, mas, fora do pequeno grupo de meus amigos “migrantólogos” formado em torno do Niem do Rio de Janeiro, ficou pouco conhecida – pelo menos nos meios acadêmicos.

No mundo maior além da academia, foi seguramente o que de mais popular escrevi até hoje.

Em primeiro lugar, subsidiou um verbete da Wikipédia – uma clara indicação de aprovação *pop*. Mais concretamente, é quase a minha única produção acadêmica pedida por estranhos. Constantemente. Acabo distribuindo uma cópia da tese para algum gringólogo incipiente, em algum canto do mundo digitalizado, pelo menos uma vez por mês. E, finalmente, parece que a cada dois anos algum jornalista me liga, querendo saber se eu consigo explicar um suposto aumento no número de ingleses ou americanos que es-

6 * Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

colhem o Brasil como seu novo lar. O mais recente desses contatos foi em 2011, quando a BBC do Brasil queria indagar sobre por que o número de vistos de trabalho concedido para os cidadãos americanos tinha dobrado em cinco anos.

A matéria publicada, de autoria de Paula Adomoa Idoeta, demonstra bem os preconceitos brasileiros para com essa população, sempre presente na história de nosso país, e sempre esquecida.⁷ Nela, a jornalista retrata um aumento extremamente pequeno na quantidade de americanos em *terras brasilis*, como se isto representasse uma enorme mudança em padrões migratórios. De fato, 7.550 americanos obtiveram vistos de trabalho em 2010, quase o dobro do número concedido em 2005. Mas esses números perdem um pouco sua capacidade para impressionar quando aprendemos que mais de um milhão de americanos entraram no Brasil entre 1985 e 1989 e, de acordo com a revista *Veja*, houve mais de 30 mil americanos trabalhando legalmente no Brasil em 2000.⁸

O artigo a seguir foi originalmente escrito em 2000 e, é claro, muitas coisas mudaram desde então. O que *não* mudou, porém, é a amplitude da presença anglo-americana no Brasil, apesar de matérias sensacionalistas como a feita pela BBC. Essa é, e sempre foi, considerável, porém, variável. Perdemos noção de seu tamanho e da inconstância de seus fluxos, pois estamos acostumados a pensar no “gringo” como se este fosse apenas turista, esquecendo aquilo que todo brasileiro morador de Governador Valadares sabe: com um visto de turista, você pode fazer milagres, mesmo nesses tempos repressivos pós-11 de setembro de 2001. Olhando sob a mesma ótica com a qual enxergamos qualquer outro fluxo migratório, 3 ou 4 mil vistos de trabalho a mais não fazem muita diferença em uma presença que atinge, minimamente, as centenas de milhares.

O intuito do material que se segue é duplo: em primeiro lugar, busca desnaturalizar a noção dos ingleses e americanos como uma população nula na constituição do Brasil imigrante. Em segundo, pretende oferecer uma breve história dessa presença. Embora não incorpore dados advindos de pesquisas novas, pós-2000, creio que o artigo ainda é bastante valioso para aqueles que buscam entender mais sobre a história de imigrantes anglo-americanos no Brasil, pois, acima de tudo, ele reúne e apresenta uma bibliografia quase completa dessa temática.

Os gringos como imigrantes

O anglo-americano que se faz presente no Brasil é uma personagem um pouco suspeita. O que o trouxe ao Brasil? Deve ter sido o desejo de fazer fortuna na admirável, nova economia globalizada. Ou, talvez, o turismo – a busca frenética pelo exótico. Talvez até o turismo sexual... nunca se sabe. Seja qual for a razão, a percepção que se tem do gringo é que ele não está aqui à procura de um novo lar. Quando ele afirma que isto é o caso, ficamos surpresos. Exigimos mais explicações.

Os informantes anglo-americanos de meu estudo sobre os gringos mobilizavam uma vasta gama de razões para explicar a decisão de vir para o Brasil. Uma lista resumida dessas razões inclui a seguinte seleção:

7 IDOETA, Paula Adamo. Boom econômico atrai americanos em busca de ‘sonho brasileiro’. BBC Brasil. 14 mar. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110309_americanosnabr1_pai.shtml>. Acesso em: 9 set. 2012.

8 VEJA. São Paulo: Abril, n. 1646, 26 abr. 2000. Disponível em <http://veja.abril.com.br/260400/p_133.html>.

1. Veio porque pensava que o Brasil iria ajudá-la a se abrir sensual e sexualmente, depois que sofreu a perda de sua fé cristã.
2. Sonhou em vir para o Brasil. Acredita ter sido brasileira numa vida passada e que forças ocultas a trouxeram para cá.
3. Pensou na pior coisa que podia fazer e a fez.
4. Precisava encontrar um país que não tinha um tratado de extradição com os Estados Unidos, para poder fugir de um processo criminoso.
5. Veio assistir ao Carnaval.
6. Sempre teve interesse pelo Brasil, incentivado por contatos com a música brasileira. Vir para cá foi um de seus objetivos desde criança.
7. Ensinava inglês como uma maneira de pagar uma viagem de volta ao mundo. Veio ao Brasil, porque era a próxima parada numa jornada multinacional.
8. Foi empregado por uma companhia e mandado pra cá.
9. Chegou como refugiado depois da queda do regime nacionalista na China.
10. Sua mulher brasileira queria voltar para ficar próxima à família. Ele veio junto.
11. Queria estudar os efeitos da internet na vida dos favelados, para sua dissertação de mestrado.
12. Veio trabalhar com uma organização não governamental (ONG) que lidava com crianças de rua.
13. Veio estudar jazz com os colegas de Hermeto Pascoal.
14. Veio para evitar o serviço militar no Vietnã.
15. Veio ao Rio como viajante e se apaixonou pela beleza e pela vida cultural da cidade.
16. Foi recrutada como professora para a escola britânica.
17. Veio ao Rio em férias e se apaixonou por uma residente da cidade.
18. Veio como aposentado e decidiu ficar, porque gostou do clima.

As justificativas listadas não dão conta, porém, da questão do porquê algumas pessoas decidem ficar no país e outras vão embora. A situação de um estrangeiro no Brasil é circunscrita a vários elementos, incluindo família, moradia, classe, etnia, educação, habilidade linguística, nacionalidade e – mais particularmente – o emprego e o visto. Todos esses fatores influenciam quanto ao tempo e em quais condições ele viverá aqui e, também, quanto a um grau relativo de assimilação.⁹ Eles também determinam os brasileiros que o estrangeiro conhecerá e quais círculos sociais, envolvendo outros estrangeiros, serão frequentados por ele (se é que frequentará algum). Forma-se a decisão de ficar ou não no Brasil na interface entre os limites impostos (ou as oportunidades descobertas) por esses fatores e os desejos e objetivos do indivíduo.

Como dizia Abdelmalek Sayad, porém, “se ‘estrangeiro’ é a definição jurídica de um estatuto, ‘imigrante’ é, antes de tudo, uma condição social. Se todos os imigrantes, no sentido pleno do termo, são necessariamente estrangeiros [...] muitos estrangeiros que moram e trabalham [no país] não são, contudo, imigrantes”.¹⁰ Uma das primeiras coisas que notei em minhas conversas com gringos, sobre a vida no Brasil, é que eles

9 Por “assimilação”, quero dizer conhecimento da língua portuguesa e capacidade de manipular categorias culturais nativas do Brasil. Minha definição de “assimilação” é oposta daquela empregada por teóricos como Emílio Willems, pois acredito que um imigrante “absorva” a cultura-hóspede, e não vice-versa. Um imigrante adquire uma “caixa de ferramentas”, composta de conceitos e categorias relevantes ao seu novo meio ambiente e que pode usar (ou não) para facilitar sua vida dentro da sociedade anfitriã. Sua utilização dessas ferramentas, porém, não necessariamente significa que tenha substituído suas velhas categorias culturais por novas.

10 SAYAD, Abdelmalek. Imigração e as convenções internacionais. In: _____. *A Imigração*. São Paulo: EdUSP, 1998a. p. 243.

raramente se consideram “imigrantes”. Rótulos como “viajante”, “expatriado” ou “estrangeiro morando aqui” são usados por esses anglo-americanos para descrever sua situação. Essas categorias são construídas e reproduzidas na vida cotidiana: raramente são trazidas para cá em forma pura ou mantidas no decorrer dos anos, sem sofrerem grandes modificações.

Somente dois de meus informantes – Leila, uma inglesa que veio para o Rio em 1997, e Glenda, uma neozelandesa recém-chegada à cidade – espontaneamente se rotularam de “imigrante”.¹¹ Porém, essa categoria não foi necessariamente rejeitada pelos outros. Quando perguntei para Daniel, um americano que passou 15 anos de sua vida no Brasil, se ele se considerava um imigrante, ele pensou, coçou o queixo e respondeu “Bem, creio que sou, já que você me pergunta... Sim.” Matt, um jornalista americano bem-sucedido que vive no Brasil há 18 anos, também demorou para responder a minha pergunta. “Suponho que sou,” finalmente me disse. “Acho que tem a ver com a língua que você usa pra xingar o cachorro do vizinho quando ele te acorda às 4 horas da manhã. Uso o português...”

Contudo, alguns gringos são bem firmes sobre sua condição de “não imigrantes”. Uma noite, no King’s Arms Pub, em Ipanema, esbarrei com um inglês que riu na minha cara quando descobriu que eu estava interessado em entrevistar imigrantes anglo-americanos. “Não existe a imigração inglesa para o Brasil!” declarou. “Mandamos todos os nossos filhos para Austrália, Canadá e EUA. O que faríamos com um país enfraquecido como o Brasil, que nem anglo-saxão é?” Todavia, esse mesmo homem também se queixava das dificuldades que encontrara em sua busca por um visto permanente brasileiro...

Imigrantes e turistas: uma dicotomia ideológica

Se os gringos raramente se consideram como imigrantes, os brasileiros em torno deles também não os colocam nessa categoria. “Gringo”, quando aplicado aos anglo-americanos, parece excluir o conceito de imigração. Quando meus colegas ouvem que estudo imigrantes anglo-americanos geralmente fazem comentários do tipo “Ah, é? Existem?” Ironicamente, isso é normalmente seguido por uma lista de gringos que o comentarista conhece e que vivem no país.

Até membros da Polícia Federal minimizam o número de imigrantes americanos entrando no país, embora reconhecessem, em 2000, um leve aumento no número de imigrantes ingleses. “Tem muito pouco americano aqui no Rio,” me dizia Ivandro Perez, chefe do setor de vistos da Polícia Federal carioca em 2000. “Um certo crescimento no número de ingleses houve, especialmente com a expansão recente do capital estrangeiro na exploração de petróleo na Baía de Guanabara. E temos mais espanhóis, franceses, chilenos e angolanos. E chineses... Chinês é igual gafanhoto: aparece em todo lugar. Mas tem poucos americanos.” (Notei, porém, que a irmã do Ivandro tinha se casado com um americano.)

Uma característica da palavra “imigrante”, em seu uso popular no Brasil, é a sua associação com a época de imigrações em massa para as Américas, um período que é dado como concluído pelo fortalecimento dos controles sobre a imigração estrangeira, pelo

11 Mesmo assim, elas usaram o termo com acentuadas reticências. Uma terceira informante, Marina, não se considera mais imigrante e sim brasileira, depois de 50 anos de vida no Rio. Ela ainda aplicava outros termos a si mesma, porém, como “espanhola”, “russa” e até “chinesa” – todas as nacionalidades que, de alguma forma, marcaram sua identidade.

Estado brasileiro, na década de 1930.¹² No Brasil contemporâneo, “imigrante” é principalmente tratado como uma categoria histórica, com a exceção notável de certos fluxos populacionais vindos da Ásia, do Caribe e da América Latina.¹³ Dentro dessa compreensão “senso comum” de deslocamento internacional, a aplicação da palavra “imigrante” aos anglo-americanos que vivem no Rio é considerada absurda.¹⁴

Certas pessoas e instituições (a mais significativa sendo a Polícia Federal) parecem ter, então, uma visão dos deslocamentos populacionais internacionais semelhante àquela descrita por Abdelmalek Sayad:

O que quer que digam os juristas, não são, assim, a situação individual da pessoa e o tempo de estadia [...], apenas, que fazem a diferença entre um estrangeiro (que está apenas de passagem) e um imigrante (que se instalou [...] por mais tempo do que um turista): são principalmente e antes de mais nada a relação desigual (relação política, econômica, cultural, etc.), a relação de forças entre [...] dois países [...], duas sociedades [...], duas culturas. Considerando as coisas desse modo, pode-se dizer que o mundo está dividido em dois: de um lado, um mundo dominante (política e economicamente) que produziria apenas turistas – e todo estrangeiro oriundo desse mundo poderoso, mesmo se residir em país estrangeiro durante toda sua vida, seria tratado com o respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro”; de outro lado, um mundo dominado que só forneceria imigrantes, e todo estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou o tempo atribuído aos turistas, é considerado como um imigrante virtual ou um “clandestino” virtual.¹⁵

Dentro dos limites impostos por essa visão de mundo, as nações anglo-americanas não podem produzir imigrantes para o Brasil, pois eles fazem parte do “mundo dominante”, o “primeiro mundo”. O Brasil, integrante do “terceiro mundo”, é condenado a ser um anfitrião para os estrangeiros ricos – os gringos – enquanto exporta seções de sua própria população, que deixa o país em busca de trabalho e de melhores condições de vida no “primeiro mundo”.¹⁶ É essa fórmula que existe por baixo do “senso comum” da compreensão do fluxo populacional brasileiro para os EUA, Europa e Japão. Ela também dificulta uma crítica sistemática aos deslocamentos contemporâneos de pessoas vindas daquelas regiões para o Brasil. Se fôssemos reduzir essa lógica à sua essência básica, ela seria expressa da seguinte maneira: Brasileiros emigram (em massa) para o Primeiro Mundo, enquanto os cidadãos do Primeiro Mundo vêm (individualmente e temporariamente) para o Brasil.

Todavia, essa posição é sustentada por dados quantitativos nada precisos. Embora saibamos, pelo senso comum, que há muito mais brasileiros nos Estados Unidos, por

12 CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950. Algumas pessoas situam o final da imigração em massa na década de 1950, com o exaurir da imigração japonesa para o Brasil (SALES, Teresa; BAENINGER, Rosa. Migrações internas e internacionais no Brasil. *Travessia, Revista do Migrante*, São Paulo: Anpuh, jan.-abr., 2000. p. 39).

13 Veja, por exemplo, BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21, nota de pé de página 1: “Brasil ainda é um país receptor de imigrantes documentados e não documentados de origem latino-americana [...] e asiática.”

14 Essa visão do mundo é também exposta na opinião popular de que a imigração americana para o Brasil começou e se encerrou com a fundação da cidade de Americana, em São Paulo. Para dizer a verdade, mais americanos têm entrado no Brasil, “em caráter permanente”, a cada quinquênio, desde 1940, do que durante toda a “onda” migratória representada pelos confederados da década de 1870 (Veja Apêndice A).

15 SAYAD, Abdelmalek. Imigração e as convenções internacionais. In: _____. *A Imigração*. São Paulo: EdUSP, 1998a. p. 244; O que é um imigrante? In: _____. *A Imigração*. São Paulo: EdUSP, 1998b. p. 54.

16 SALES, Teresa; BAENINGER, Rosa. Migrações internas e internacionais no Brasil, p. 40.

exemplo, do que americanos no Brasil, os números disponíveis sobre a quantidade real dessas presenças são bastante efêmeros.

A seguir, relacionamos algumas das estatísticas mais frequentemente citadas a respeito do deslocamento brasileiro para os EUA, no auge desse fluxo, nos anos 1990:

- “O censo norte-americano [Sic. Presumo que isto quer dizer o censo dos EUA] de 1990 registrou 94.023 [brasileiros] em todo o país.”¹⁷
- De acordo com a revista *Veja*,¹⁸ em torno de 1 milhão de brasileiros moraram nos EUA no final da década de 1990.
- Um “levantamento” feito, em 1996, pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil indica que 1,5 milhão de brasileiros viviam em terras estrangeiras. Deste total, 38% (ou 570 mil) viviam nos EUA.¹⁹
- A arquidiocese de Boston estimou em 150 mil o número de brasileiros que viviam no estado americano de Massachusetts, na década de 1990. Braga Martes desconfia deste número, pois foi construído com base nas contagens feitas por agências de viagens: “Tais agências não têm organização nem informação suficientes para [a tarefa de contagem de imigrantes].”²⁰ Teresa Sales também menciona esse número em “Identidade Étnica entre Imigrantes Brasileiros na Região de Boston, EUA”.²¹
- *A Folha de São Paulo* de 18 de março de 1990, reportou que 600 mil brasileiros viviam nos EUA na década de 1990.²²
- Em torno de 1992, 150 mil a 200 mil brasileiros viviam no “Distrito Consular do Nordeste”, isto definido como Nova York, Nova Jersey e New England. O dado veio do consulado brasileiro de Nova York.²³
- O mesmo consulado estimava que havia 300 mil brasileiros “vivendo nos Estados de Nova York, Nova Jersey, Connecticut, Delaware e Pensilvânia, a área de responsabilidade daquele [consulado]” em 1992. Nota-se que a área de responsabilidade do consulado brasileiro de Nova York, definido aqui e acima, inclui localidades diferentes. Na segunda contagem, a cidade de Boston não aparece.²⁴
- 150 mil brasileiros viviam em Boston no final dos anos 1990, de acordo com a revista *Veja*.²⁵
- Em seu livro, sobre a imigração brasileira para Nova York, Maxine Margolis estimou em 350 mil a 400 mil a população total de brasileiros vivendo nos EUA na década de 1990.

Dos dados acima apresentados, podemos concluir que não existe nenhum consenso firme sobre quantos brasileiros viviam nos EUA no auge da imigração brasileira para aquele país: os números citados vão de 94 mil até 1 milhão. Nota-se, também, a uti-

17 BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21.

18 VEJA. São Paulo: Abril, n. 1674, p. 117, 8 nov. 2000.

19 SALES, Teresa; BAENINGER, Rosa. Migrações internas e internacionais no Brasil, p. 40.

20 BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*, p. 48.

21 SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 36.

22 MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994. p. 15.

23 *Ibid.*

24 LUÍS, Émerson. Making it there. *Brazzil Magazine*, 2000. Disponível em <<http://www.brazzil.com/2005-mainmenu-79/61-january-2000/6861.pdf>>.

25 MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil*, p. 15. Nenhuma data ou número oferecidos pelo autor.

lização de fontes nada confiáveis na confecção dessas estatísticas. Nem o consulado brasileiro de Nova York, menos ainda os jornais, revistas e agências de viagem têm condições para conduzir uma contagem precisa dessa gente. Todavia, esses números eram passados de mão em mão, até que formavam certa “sabedoria recebida”. Ambos Sales e Braga Martes, por exemplo, citavam 150 mil brasileiros em Boston, no fim dos anos 1990, junto com a revista *Veja*, embora – como a própria Braga Martes afirma – esse número era de confiança dúbia.²⁶

Com respeito ao número de americanos no Brasil, a contagem é igualmente confusa. O censo brasileiro de 1991 reportou 11.360 americanos residentes no país. Em 2000, porém, a revista *Veja* estimou em 30 mil o número de americanos vivendo no Brasil, detentores de vistos de trabalho.²⁷ Para complicar as coisas ainda mais, o Ministério do Trabalho estimava que só havia 5 mil americanos na categoria de “residente”, em 1997.²⁸ Finalmente, de acordo com uma pesquisa computadorizada, feita pelo agente Perez, da Polícia Federal, no dia 29 de agosto de 2000, 46.077 americanos eram listados como residentes²⁹ no Brasil (8.712 no Rio de Janeiro).

Nota-se que todas essas contagens presumem que poucos americanos vivem irregularmente ou ilegalmente no país, algo que é sempre um pressuposto, no caso dos brasileiros que moram nos EUA. Minha pesquisa de campo, feita em 2000, dificulta bastante essa presunção, porém. Dos 52 anglo-americanos que entrevistei, havia 16 vistos temporários, e todas essas pessoas trabalharam ilegalmente. Mais 5 de meus informantes estavam irregularmente no Brasil (e também trabalhavam) enquanto mais 8 não queriam me dar informações sobre sua situação – boa indicação de status irregular ou ilegal. Portanto, 55,8% de meus informantes estavam violando as leis migratórias do Brasil e 25% deles eram, provavelmente, imigrantes ilegais ou irregulares.

Seguindo as estatísticas apresentadas, podemos então dizer que a quantidade de americanos morando no Brasil em 2000 era de ½ a 1/85 do número de brasileiros morando nos Estados Unidos na mesma época – uma margem de diferença bastante grande. Se aceitarmos os números do agente Mesquita (que, vindos da base de dados atualíssimos da Polícia Federal, devem ser razoavelmente precisos), presumindo que a estimativa do Ministério das Relações Exteriores é correta para todos os fins práticos, chegamos à conclusão de que há em torno de 10 vezes mais brasileiros vivendo nos EUA do que americanos vivendo no Brasil. Sabendo que, em torno de 18% da população americana é composta de pessoas nascidas no exterior, comparados com só 2% da população brasileira, podemos concluir que a presença americana no Brasil, relativa à presença estrangeira total, está no mesmo patamar que seu contraparente brasileiro nos EUA.

26 Não menciono esses números na intenção de criticar os trabalhos excelentes, abordados por meus colegas que estudam a migração brasileira. Quero salientar, porém, o que todos os pesquisadores que estudam esse fenômeno admitem: não sabemos quantos brasileiros vivem, de fato, nos EUA. Veja BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*, p. 48 e 48 e MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil*, p. 15-16.

27 VEJA. São Paulo: Abril, n. 1646, 26 abr. 2000. Registre-se, também, ESPINOZA, Rodolfo. *Just passing through*. *Brazzil Magazine*, 2000. Disponível em <<http://www.brazzil.com/2005-mainmenu-79/64-april-2000/6927.html>>.

28 *Brazzil International Monthly Magazine*, out. 2000. De acordo com o agente Perez, a diferença entre esses dois números talvez possa ser explicada através da maneira pela qual os “trabalhadores” estrangeiros foram contados. A família inteira de um trabalhador pode vir para o Brasil com o mesmo visto de trabalho. Portanto, um só visto pode encobrir a chegada de várias pessoas. Porém, só o pleiteante original tem o direito de trabalhar no país. Por causa disso, 5 mil vistos de trabalho podem indicar várias vezes essa quantidade de pessoas atualmente vivendo no Brasil.

29 Esse número inclui americanos com vistos permanentes, de estudo, correspondente, religioso, trabalho, cultural e refugiado. Não inclui vistos provisórios, de turismo ou negócios, nem os americanos que são cidadãos naturalizados brasileiros.

No entanto, de 1985 até 1990, em torno de 1.180.000 americanos entraram no Brasil com vistos de turismo, enquanto 1.500.000 brasileiros fizeram o mesmo nos EUA.³⁰ Olhando para estes números, podemos ver que não existem dados sólidos a partir dos quais possamos concluir, *a priori*, que, no eixo Brasil-EUA de deslocamento populacional, o Brasil exporta só imigrantes e recebe só turistas. Um número significativo de americanos parece estar morando no Brasil, enquanto centenas de milhares de brasileiros passam as férias nos Estados Unidos.

Como Sayad nos diz, “a migração internacional – mesmo quando resultado harmônico de convenções bilaterais [...] – é o produto de uma relação de forças”.³¹ Nesse sentido, é verdade que muitos anglo-americanos no Brasil representam, trabalham para, ou referenciam estruturas estrangeiras de poder e capital que são vistas como imperialistas e que mobilizam mais prestígio que seus equivalentes brasileiros. Mesmo quando isso não for o caso, um anglo-americano pode ainda jogar com as percepções populares relativas aos gringos, associando-se com seu país de origem, numa tentativa de elevar seu status social, em momentos de conflito com as autoridades.³² Todavia, essas considerações não dizem nada a respeito de se a população em questão teve ou não uma influência ou presença significativa no país onde se radicou. E minhas pesquisas posteriores³³ indicam que nem todo anglo-americano radicado no Brasil poderia ser entendido como membro de uma população colonial e imperialista.

Uma perspectiva histórica da “imigração” anglo-americana para o Brasil

[Que] as Nações estrangeiras a virem engrandecer este continente não só com sua população, mas ainda com seus cabedais e com seus préstimos, e talentos, na agricultura e nas artes de que devem resultar as mais felizes consequências para o crescimento e prosperidade do Brasil.

Dom João VI, 1808, na ocasião da abertura dos portos.

Quando Dom João VI escreveu as palavras acima, em 1808, era óbvio que os britânicos era um dos grupos estrangeiros mais importantes por ele visados. No século XIX, aquela nação possuía uma presença substancial e permanente na região da Baía de Guanabara. Os restos físicos (e até sociais) dessa colônia ainda podem ser hoje vislumbrados na igreja de Saint Andrew’s, em Botafogo, no cemitério inglês na Gamboa e no Cricket Club em Niterói. Os membros dos outros países anglófonos – particularmente os americanos – viviam dentro e em torno da colônia britânica. Eugene Harter lembra que durante sua infância, como criança anglo-falante, no Rio de Janeiro, antes da Primeira Guerra, ele e seus irmãos se sentiam “duplamente abençoados por gozarem das comemorações britânicas e da nossa barulhenta festividade do 4 de julho, no American Club, Visconde de Pirajá, Ipanema. Sempre convidávamos os ingleses para se juntarem

30 Os dados vêm dos anuários estatísticos do IBGE, referentes a esses anos. De acordo com IBGE. *Brasil em números*. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1993, 91.471 turistas americanos vieram ao Brasil, enquanto 341.126 turistas brasileiros foram aos EUA.

31 SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Travessia*, São Paulo, ano XIII, 2000. p. 27.

32 Porém, tal manobra tem seus riscos. Às vezes, um estrangeiro pode ser escolhido como vítima, precisamente porque é gringo. Lawrence, um inglês que trabalhou por um ano em Salvador com crianças de rua, foi acusado falsamente de se engajar na prostituição infantil, por alguns policiais corruptos à procura de propina. Implícito nessa manobra está o estereótipo do gringo que vem ao Brasil como predador sexual.

33 BLANCHETTE, T.; SILVA, A. P. *As American girls*: migração, sexo e status imperial em 1918. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 75-99, 2009.

a nós”.³⁴ Depois da Primeira Guerra Mundial, a presença britânica no Rio começou a entrar em declínio, sendo substituída, em larga escala, pela americana e canadense. Essa tendência aumentou ainda mais após a Segunda Guerra. No ano 2000, porém, o processo dava sinais de uma nova reviravolta: enquanto o número de americanos residentes no Rio tinha caído durante a década de 1990 (pelo menos de acordo com o IBGE), mais cidadãos britânicos estavam se estabelecendo em torno da Baía de Guanabara.

Todavia, apesar da história inegável da presença anglo-americana no Brasil, esses gringos tradicionalmente não são encarados como imigrantes. A idéia de que a imigração anglo-americana ao Brasil, historicamente, tem sido insignificante está profundamente enraizada numa série de razões que não é totalmente explicável através da dicotomia turista / imigrante construída por Sayad. Existe também uma tradição brasileira de pensar a imigração que exclui os anglo-americanos da categoria de imigrante, fora em alguns casos restritos e bem definidos.

Em comparação com os números de membros de outras nacionalidades que têm vindo para o Brasil – portugueses e italianos, por exemplo – a presença anglo-americana é, de fato, pequena. Entre 1884 e 1984, em torno de 5.129.507 “imigrantes” entraram no país. Destes, 87.149 – ou 1,7% – eram anglo-americanos.³⁵ A grande maioria dos comentários feitos nas ciências sociais brasileiras, referentes à imigração, mencionam somente os 5 grupos migratórios principais: alemães, portugueses, espanhóis, japoneses e italianos.³⁶ A preponderância desses grupos, porém, não é suficiente para explicar a falta relativa de estudos sobre a presença anglo-americana no Brasil. Vários outros grupos, igualmente pequenos em termos de sua contribuição migratória para o país (os armênios e sírios, por exemplo) têm atraído a atenção dos cientistas sociais e da mídia. Mais significativo ainda, esses grupos são popularmente considerados como elementos integrantes da “mistura das raças”³⁷ que compõe a nação brasileira, uma condição geralmente negada aos anglo-americanos.

Uma das razões por que a presença anglo-americana é ignorada no Brasil é o fato de que poucas colônias foram fundadas aqui por eles. A mais bem-sucedida dessas (aquela que todos que tocam nesse assunto mencionam) foi Americana, no estado de São Paulo, que supostamente era povoada por refugiados confederados, fugindo do desfecho da Guerra Civil Americana.³⁸ Outras colônias – em Santarém, Paranaguá, Cananeia,

34 HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1985. p. 101.

35 Essa contagem foi feita baseada nos anuários estatísticos do IBGE, dos anos 1935 a 1998. Um relatório mais detalhado de como cheguei a esses números pode ser lido no Apêndice A. Dos 87.149 anglo-americanos, 52.074 (ou 59,75%) eram americanos, 33.377 eram britânicos e 1.698 (19,50%) eram membros de outras nacionalidades (principalmente canadenses).

36 Vide, por exemplo, LAMBERT, Jaques. Os dois Brasis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984. p. 60-66 e CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil.

37 Uso essa expressão como uma construção ideológica, da maneira que é empregada pela mídia brasileira e por muitos brasileiros, quando refletem sobre a composição da nação.

38 Digo “supostamente”, porque os povos americanos que eventualmente se transformaram na cidade de Americana não foram planejados. Refugiados de outras colônias, na costa de São Paulo e Santa Catarina, vieram aos poucos para o local, quando seus povoados originais faliram. Lá, se juntaram com outros americanos (muitas vezes, “não confederados”) e colonos vindos da Irlanda e da Alemanha, oriundos dos EUA. Chamar a cidade de Americana de povoamento confederado é deturpar o significado de ambas as palavras. Para dizer a verdade, Ballard S. Dunn, um dos organizadores do “êxodo confederado” no Brasil e autor do livro *Brazil: home for Southerners*, a “autoridade” mais citada por pesquisadores brasileiros da imigração americana (vide HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936. p.21), era tido, por sua filha, como “um nativo do Estado de Nova York”. A única foto que temos desse “cavaleiro de flancos prateados” o mostra vestido com aquele que é, aparentemente, um uniforme militar dos Estados *Setentrionais*. Sobre a fundação de Americana e a imigração americana nos anos do Império, veja GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972 (a informação sobre Dunn fica na p.30-31). Outros estudos da “colônia” incluem COSTA DE OLIVEIRA, Ana Marié. *O destino (não) manifesto*. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995 e GUSSI, Alcides Fernando. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil*. Campinas: Coleção Tempos e Memória, Unicamp, 1997.. Livros sobre a cidade escritos sob uma perspectiva nativa incluem MACKNIGHT JONES, Judith. *Soldado, descansa!* São Paulo: Editora Jade, 1967 e HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação*. Este último é especialmente interessante, pois inclui as memórias do autor sobre sua infância no Rio de Janeiro. Ele também fornece uma lista exaustiva de imigrantes americanos e brasileiro-americanos famosos e influentes.

Itajaí-Mirim e no Vale do Juquiá³⁹ – são também mencionadas, de vez em quando, embora as suas existências tenham sido, via de regra, temporárias.

Todavia, o sucesso relativo de Americana não teve muito impacto na cultura brasileira, pelo menos na maneira pela qual ela é acadêmica e popularmente concebida.⁴⁰ O padrão de contato e aculturação entre os americanos da cidade era semelhante ao daqueles outros imigrantes que povoaram o estado de São Paulo. De acordo com Emílio Willems, essas pessoas “entraram nas correntes estabelecidas de migração interna e logo ocuparam posições definidas na estrutura social comum”, sendo absorvidas, logo após, por um sistema social caracterizado como industrial, urbano e classista. Uma das razões que Willems usa para explicar por que a assimilação supostamente prosseguiu sem grandes dramas nessa região é o fato de que os imigrantes que chegaram à zona rural de São Paulo “trouxeram culturas aparentadas com a da sociedade nativa”. Em outras palavras, os italianos, espanhóis e portugueses que chegaram a São Paulo eram católicos e “latinos”.⁴¹ Embora essa teoria possa parecer inaplicável aos colonos de Americana, vale a pena notar que as discussões sobre a imigração desse grupo geralmente destacam que os “confederados” vieram ao Brasil para continuar seu estilo de vida agrário e escravocrata.⁴² De qualquer maneira, o número relativamente pequeno dos colonos anglo-americanos que chegou ao Brasil, combinado com sua concentração nas regiões mais propícias a sua absorção, quase eliminou a sua existência da memória pública.

Contudo, o número de anglo-americanos que tem entrado no Brasil, anualmente, mantém-se constante, desde o final do século XIX. O significado desse fluxo é especialmente marcante naqueles momentos da história brasileira (como a Segunda Guerra Mundial), em que o fluxo dos 5 grupos principais da imigração foi bloqueado. Mesmo nos anos em que a imigração procedia normalmente, os Estados Unidos e/ou o Reino Unido, frequentemente, se revelaram entre os 10 maiores fornecedores de imigrantes para o Brasil. Portanto, os estudiosos de imigração para o Brasil não podem ignorar, por completo, a presença anglo-americana. A análise que Paul Hugon oferece em *Demografia brasileira* é típica das interpretações que são feitas:

39 Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. *Comunicação do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, n. 10, p. 37-41, 1988; COSTA DE OLIVEIRA, Ana Marié. *O destino (não) manifesto*, p. 46; GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*, p. 10, 210; FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948. p. 65.

40 As maiores “influências culturais”, geralmente atribuídas aos colonos de Americana pela historiografia brasileira tradicional são: 1) a introdução de arados modernos na zona rural de São Paulo; 2) a modernização das técnicas ortodônticas brasileiras; e 3) o rock de Rita Lee Jones. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, p. 21; GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*, p. 139-145). Eugene C. Harter fala em várias outras influências culturais e técnicas dos brasileiros-americanos, incluindo a introdução da melancia no paladar brasileiro (HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação*, p. 110) e o desmoroamento do Morro do Castelo no Rio, obra que ele atribui ao seu “Tio Simeon Harris” e Kermit Roosevelt, o filho de Teddy.

41 WILLEMS, Emílio. Immigrants and their assimilation in Brazil. In: _____. *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York: Dryden Press, 1951. p. 210-221 (tradução livre). O modelo de Willems é meio ultrapassado. A divisão entre núcleos de imigrantes “aculturados” e “não aculturados” é bastante artificial, algo que o próprio Willems reconhecia quando dizia que os núcleos “coesos” do sul do Brasil eram de fato “culturas híbridas”, feitas de elementos “transferidos” da Europa e “emprestados” ao Brasil. (p. 216). Repito as ideias de Willems aqui para ilustrar porque alguns outros imigrantes taxados como “gringos” (como alemães e poloneses) são vistos como tendo mantido suas identidades culturais no Brasil, enquanto os colonos de Americana “se fundiram” ao resto da nação. A relevância do modelo de assimilação defendido por Willems para a situação dos colonos de Americana é atestado por depoimentos recolhidos por Gussi (*Os norte-americanos (confederados) do Brasil*, p.117 e 152). Para uma crítica, em geral, da obra de Willems e suas opiniões sobre assimilação, veja SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconsistências de um conceito problemático. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo: Anpuh, p.45-50, 2000.

42 Essa história é apócrifa por várias razões. Em primeiro lugar, muitos dos americanos, que vieram ao Brasil nessa época não eram do sul dos EUA – alguns até eram ex-escravos ou não brancos (o pai da Rita Lee, por exemplo, é de ascendência Cherokee). Além disso, dos 10 mil ex-migrantes sulinos que deixaram os EUA, após a Guerra de Secessão, somente 2 mil vieram para o Brasil (aparentemente, a Nova Zelândia também recebeu muitos desses “refugiados”). Desses, mais que mil voltaram para os Estados Unidos. Obviamente, a possibilidade de continuar uma vida escravocrata no Brasil não era a única coisa que atraía – ou repelia – essa gente a essas bandas (GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*, p. 10, 103). Todavia, os “confederados” mantiveram um mito sobre a fundação de Americana que enfatizou seu desagrado para com os EUA de pós-guerra. Integrada a esse mito está a valorização de coisas como “romantismo, dignidade, coesão fanática da família, amor de coragem e esnobismo sentimental” (HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação*, p. 102).

Trata-se, na maioria dos casos, de entradas de especialistas, operários e contramestres, que acompanham as máquinas importadas para a instalação de usinas nacionais ou de usinas filiais de sociedades americanas, como Ford e General Motors, no estado de São Paulo. Pode-se duvidar de que se trate, nesse caso, de verdadeiros imigrantes. Sua permanência no país é, provavelmente, limitada ao cumprimento de uma tarefa determinada.⁴³

A explicação do Hugon, embora atraente do ponto de vista do senso comum, é enfraquecida pelos próprios dados que ele nos oferece sobre o fenômeno. Hugon lista 971 americanos entrando no Brasil em 1961, um número confirmado pelo *Anuário Estatístico do IBGE – 1965*, na página 71, sob o rótulo “Imigrantes entrando no Brasil, segundo vários aspectos”. Na página seguinte, porém, existe outra tabela, cujo título é “Estrangeiros entrando no Brasil, em caráter temporário, segundo locais de desembarque, por unidades da federação”. Nessa segunda tabela, as categorias explicitamente listadas como “temporárias” incluem “pessoas em viagem de negócios” e “técnicos e professores contratados” – classificações que claramente indicam o tipo de “imigrante” de que Hugon falava. Os números na segunda tabela não são incluídos nos 971 contados pelo IBGE (e relatados por Hugon) na primeira lista.⁴⁴

Em *Imigração e colonização no Brasil*, J.F. Carneiro afirma que, mesmo sendo significativos, em termo de números brutos, os americanos que entraram no Brasil não são um grupo imigrante relevante, pois “pequeno tem sido seu coeficiente de fixação”. Porém, imediatamente depois de ter dito isto, Carneiro continua: “claro que não nos referimos, sob este ponto de vista, aos norte-americanos que para aqui emigraram logo depois da Guerra de Secessão [...] os quais, efetivamente, aqui se radicaram”.⁴⁵ Em seus estudos sobre a imigração “confederada”, Costa de Oliveira⁴⁶ e Goldman⁴⁷ estimam que uma boa parte desses imigrantes – talvez até 50% – voltou para os Estados Unidos após poucos anos no Brasil. A família de Eugene Harter, por exemplo, descendente desses imigrantes e bem provavelmente o tipo de americano ao qual Carneiro se referia, reemigrou de volta para os EUA em 1935. Todavia, aqueles grupos de imigrantes tidos como “tradicionais” no Brasil também sofreram um grau de “fixação” baixa. Emílio Willems, por exemplo, estima que em torno de 49% dos imigrantes alemães que chegaram ao Brasil não permaneceram no país.⁴⁸ Dado isto, é de se perguntar qual “coeficiente de fixação” o Dr. Carneiro entenderia como suficiente para considerar um grupo imigrante como “relevante”.

Sérgio Buarque de Holanda também tem pormenorizado a presença anglo-americana no Brasil. Em *Impressões do Brasil no século XX*, ele dizia o seguinte sobre os ingleses do Rio de Janeiro:

43 HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1973. p. 97-98. Hugon fala exclusivamente dos americanos nesse parágrafo, mas suas opiniões referentes a eles são típicas daquelas expressas, em geral, sobre a imigração de outras nacionalidades anglófonas, também.

44 Obviamente, não podemos determinar o que um indivíduo está fazendo no Brasil somente através das classificações do IBGE. É bem possível que os funcionários americanos que a Ford trouxe ao Brasil tenham recebido vistos permanentes, em vez de vistos de trabalho. Minha objeção tem a ver com a presunção automática de Hugon de que os “imigrantes” americanos, contados por ele, se encaixam na categoria de trabalhadores temporários no país, quando os próprios dados que ele nos oferece parecem indicar uma conclusão diferente.

45 CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*, p. 63.

46 COSTA DE OLIVEIRA, Ana Marié. *O destino (não) manifesto*, p. 141-145.

47 GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*, p. 103.

48 WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1946. p. 66.

Etnicamente, a sua influência é quase nula, sendo raros os casamentos de ingleses fora da colônia. Eles formam uma sociedade a parte, com seus *clubs* esportivos e de diversões, com seus hábitos e trajes, sem ao menos adquirirem regularmente a língua do país, mesmo após longos anos de permanência... No Rio de Janeiro, só vivem na Tijuca, em Santa Teresa, Laranjeiras ou Flamengo... Se a influência étnica dos ingleses é quase nula, a sua influência social, apesar do reduzido número, é considerável.⁴⁹

As opiniões do Sérgio Buarque sobre os ingleses revelam outros conceitos enraizados na ideologia brasileira sobre a imigração, que desqualificam ainda mais os anglo-americanos na categoria de imigrante. As articulações históricas que essa ideologia mantém com as teorias de miscigenação, assimilação cultural e “branqueamento” no Brasil foram extensivamente exploradas por Giralda Seyferth.⁵⁰ De acordo com ela, o imigrante ideal, do ponto de vista do Estado brasileiro, tem sido tradicionalmente concebido como branco, camponês ou artesão, sóbrio, maleável e resignado ao papel que o Estado lhe designava. Durante o Império, ele era idealizado como “agente civilizador”, agindo para preencher os “espaços vazios” da fronteira agrícola e substituindo a mão de obra escrava. No final do século XIX, porém, esse papel mudou. O imigrante ideal passou a ser visto como uma espécie de catalisador, que possibilitaria a formação da “raça brasileira”: era sua obrigação misturar-se com a população do país, “branqueando-a”. No decorrer do processo, o imigrante deveria perder sua identidade étnica e cultural inicial, “fundindo-se” com os brasileiros. Na medida em que ele recusava esse papel, era considerado um perigo em potencial para a nação, um formador de “cistos étnicos” que reproduziria “valores estranhos à brasilidade”.⁵¹

Os anglo-americanos no Brasil têm historicamente se concentrado entre as classes média e alta do Brasil litorâneo e urbano. Embora não haja evidências de que eles se casaram menos com brasileiros do que os membros de outras nacionalidades, como estrangeiros razoavelmente abastados, é bem provável que tenham seguido certa tendência ao isolamento étnico. Emílio Willems observou que “não há dúvidas que, dentro da sociedade urbana, os valores tradicionais trazidos por imigrantes e preservados por seus descendentes, encontraram seu maior baluarte na classe média”.

Confinados aos interesses locais e integrados à paróquia e à vida associativa da comunidade, os membros dessa classe eram pouco interessados em substituir valores tradicionais por novos. A assimilação não era prestigiosa, nem conferia vantagens econômicas ou políticas, pelo menos não tantas quanto em outros níveis da comunidade [...] Portanto, embora existam poucas famílias cujos membros não têm uma certa habilidade com a língua portuguesa, dentro de seus lares eles podem preferir o dialeto tra-

49 HOLANDA, Sérgio Buarque de *Impressões do Brasil no século XX*. São Paulo: Editora desconhecida, 1913. A citação foi descoberta em SOUZA CRUZ COMPANY. *A presença britânica no Brasil: 1808-1914*. Rio de Janeiro: Editora Pau Brasil, 1987.

50 SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a tese do branqueamento da raça no Brasil: A tese de João Batista de Lacerda. *A Revista do Museu Paulista*, São Paulo: USP, v. XXX, p. 81-98, 1985; Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. *Comunicação do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, n. 10, p. 1-72, 1988; *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade da Brasília, 1990; Os paradoxos da miscigenação. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, p. 165-185, 1991; *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996; Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo: Anpuh, p. 45-50, 2000.

51 SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*; NEIVA, Arthur Hehl. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945; ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949; VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Editora Nacional, 1932.

dicional. Casamentos fora da comunidade [N.T. “intermarriages”] são menos comuns do que nas outras classes.⁵²

Ademais, as relações que os anglo-americanos mantiveram com as estruturas de poder no Brasil não podem ser descritas como “resignadas”. De fato, “revoltados”, “aventureiros” e “arrogantes” são os adjetivos mais constantemente associados, na história brasileira, a esses povos e, em particular, aos irlandeses.⁵³ Em função disso, é fácil ver por que eles não eram considerados “imigrantes ideais”, sob a ótica do modelo tradicional de imigração defendida pelo Estado brasileiro e reproduzido, em parte, por Buarque de Holanda, acima.⁵⁴

As tentativas de classificar os anglo-americanos dentro do quadro geral da imigração para o Brasil, que detalhei acima, levanta a questão sobre o que significa a palavra “imigrante” nesse contexto. Como Wagner e Palmeira notaram em seus estudos sobre os migrantes nordestinos nesse país,⁵⁵ a ideia tradicional e popular de imigração no Brasil vem carregada de uma série de pressuposições que dificulta sua aplicação ao fenômeno real do deslocamento populacional. Como Abdelmalek Sayad observa, “toda presença não-nacional dentro da nação é pensada como presença necessariamente provisória, mesmo quando esse provisório possa ser indefinido, possa prolongar-se indefinidamente, criando, desta forma, uma presença estrangeira permanentemente provisória”.⁵⁶ Porém, como os comentários do Carneiro indicam, a imigração tem sido tradicionalmente pensada no Brasil como uma “imigração de povoamento” e não “de trabalho”, como é o caso dos imigrantes algerianos, estudados por Sayad, na França.⁵⁷ No contexto brasileiro, o conceito de “imigrante” é articulado com noções de falência e permanência: ele faliu de alguma forma em sua terra natal e agora vai para uma terra distante tentar a sorte novamente. Sua situação seria, idealmente, resolvida através de sua assimilação a uma nova norma cultural, social, econômica e política.

Esta é talvez a razão principal por que os anglo-americanos que vivem no Brasil sejam sempre excluídos da categoria de “imigrante”. Ironicamente, muitos desses gringos foram historicamente (e ainda são) imigrantes de trabalho, como Paul Hugon sugere – técnicos e profissionais bem pagos, é claro, mas imigrantes de trabalho, mesmo assim. Por causa disso, porém, no contexto brasileiro, eles são vistos como visitantes temporários e portadores de capital, sabedoria, ou tecnologia e não como imigrantes, mesmo quando ficam raízes em nosso país.

Podemos ver, então, porque o movimento de anglo-americanos para o Brasil não foi e não é considerado como algo que “faz o Brasil, Brasil”. Tradicionalmente vistos como de passagem pelo país, “de pequeno coeficiente de fixação”, com uma influência étnica “quase nula”, dada a sua suposta aversão à mestiçagem, os anglo-americanos são

52 WILLEMS, Emílio. Immigrants and their assimilation in Brazil, p. 220. Tradução livre.

53 Veja o estudo de Seyferth referente à colônia irlandesa em Itajaí-Mirim (Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX.), o testemunho de Carl Seidler sobre os irlandeses durante a rebelião de 1828 no Rio de Janeiro (*História das guerras e revoluções do Brasil, de 1825 a 1835*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1939. p. 165-180) e a história da polícia carioca, feita por Holloway (*A polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 127, 233).

54 É interessante notar, porém, que o decreto original da abertura dos portos, assinado por Dom João VI, prevê ambos os tipos de imigrantes.

55 PALMEIRA, M.; WAGNER, A. *A invenção da migração: Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: PPGAS do Museu Nacional, UFRJ, 1977.

56 SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Travessia*, São Paulo: Anpuh, ano XIII, jan., 2000. p. 20-21.

57 *Ibid.*, p. 24.

vistos como transmissores de valores “técnicos” ou “sociais” e não como componentes integrados à mistura racial e cultural que faz o Brasil. Alguns autores e pensadores têm visto seu impacto como intenso (algo indicado pela citação anterior de Sérgio Buarque e confirmada pela leitura de *Inglês no Brasil*, de Gilberto Freyre⁵⁸) mas, curiosamente, este é geralmente tomado como algo desligado da vida cultural do país. Enfatadamente, os anglo-americanos continuam “gringos”: estão entre nós, mas não são nossos.

Referências

- BLANCHETTE, Thaddeus. *Gringos*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- _____; SILVA, A. P. *As American girls: migração, sexo e status imperial em 1918. Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 75-99, 2009.
- BRAGA MARTES, Ana Cristina. *Brasileiros nos Estados Unidos*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- COSTA DE OLIVEIRA, Ana Marié. *O destino (não) manifesto*. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.
- COUTINHO, Edilberto. *Grandes clubes do futebol brasileiro e seus maiores ídolos: nação rubro-negra*. Rio de Janeiro: Fundação Nestlé de Cultura, 1990.
- DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: esportes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DUNN, Ballard S. *Brazil: the home for Southerners*. Nova York: Editora desconhecida, 1866.
- ESPINOZA, Rodolfo. Just passing through. *Brazzil Magazine*, abr. 2000.. Disponível em: <<http://www.brazzil.com/2005-mainmenu-79/64-april-2000/6927.html>>.
- FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.
- GOLDMAN, Frank P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1956 (1. ed. 1828).
- GUSSI, Alcides Fernando. *Os norte-americanos (confederados) do Brasil*. Campinas: Unicamp, 1997. Coleção Tempos e Memória.
- HARTER, Eugene C. *A colônia perdida da confederação*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1985.
- HELLWIG, David J. A new frontier in a racial paradise: Robert S. Abbot’s Brazilian dream. *Luso-Brazilian Review*, Madison: University of Wisconsin Press, v. 25, n. 1, p. 59-67, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Impressões do Brasil no século XX*. São Paulo: Editora desconhecida, 1913.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.
- HOLLOWAY, Thomas. *A polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- HUGON, Paul. *Demografia brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1973.

58 FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*, cap. 1, especialmente p. 30-32. Freyre não considerava a influência “étnica” dos ingleses tão nula quanto Sérgio Buarque: “Alguns aqui casaram com moças ricas da terra [...] ou aqui deixaram descendência nem sempre rigorosamente ariana. Ou nem sempre constituída regularmente ou sob as bênçãos da Igreja.” (Ibid., p. 77) Também vale a pena dizer que minha informante Marina, nascida em Harbin, na China, na década de 1930, considerava os casamentos entre brasileiros e ingleses como algo “bastante comum”, pelo menos em comparação com os casamentos entre chineses e ingleses, em Harbin.

- IDOETA, Paula Adamo. Boom econômico atrai americanos em busca de 'sonho brasileiro'. BBC Brasil. 14 mar. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110309_americanosobr1_pai.shtml>. Acesso em: 9 set. 2012.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1935-1998.
- _____. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970, 1980, 1991.
- _____. *Brasil em números*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.
- KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.
- LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. Coleção Brasileira, n. 335.
- LANDAU, Iosif. Only Gringos need apply. *Brazzil Magazine*, out. 2000. Disponível em: <<http://www.brazzil.com/pages/p08oct00.htm>>.
- LEITÃO, C. de Mello. *O Brasil visto pelos ingleses*. São Paulo: Editora Nacional, 1937.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LIMA BASTOS, H. M. Identidade cultural e o ensino de línguas modernas no Brasil. In: *O ensino da língua inglesa*. Campinas: Pontes/Dept. de Letras Anglo-Germânicas, UFMG, 1996. p. 36-48.
- LIMA MARTINS, Luciana. *O Rio de Janeiro dos viajantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LUÍS, Émerson. Making it there. *Brazzil Magazine*, 2000. Disponível em <<http://www.brazzil.com/2005-mainmenu-79/61-january-2000/6861.pdf>>.
- MACKNIGHT JONES, Judith. *Soldado, descansa!* São Paulo: Editora Jade, 1967.
- MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.
- MEADE, T.; PÍRIO, G. A. In search of the Afro-American "eldorado": attempts by North-American Blacks to enter Brazil in the 1920s. In: *Luso-Brazilian Review*, v. 25, n. 1. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Registro de Estrangeiros 1808-1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- MIRANDA PEREIRA, Leonardo A. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MOOG, Viana. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- NEIVA, Arthur Hehl. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- OLIVEIRA DE ASSIS, Gláucia. Estar aqui..., estar lá... Uma cartografia da emigração valadarensense para os EUA. In: *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 8-14.
- PALMEIRA, M.; WAGNER, A. *A invenção da migração: Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: PPGAS do Museu Nacional, UFRJ, 1977.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, Solange. Ideologia e o ensino de línguas e literatura estrangeira. In: *O ensino da língua inglesa*. Campinas: Pontes/Dept. de Letras Anglo-Germânicas, UFMG, 1996. p. 49-63.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.
- SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 44-54.

- SALES, Teresa; BAENINGER, Rosa. Migrações internas e internacionais no Brasil. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo: Anpuh, p. 21-23, 2000.
- SAYAD, Abdelmalek. A ordem da imigração e a ordem das nações. In: _____. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 265-286.
- _____. Imigração e as convenções internacionais. In: _____. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998a. p. 235-264.
- _____. O que é um imigrante? In: _____. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998b. p. 45-72.
- _____. O retorno. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo: Anpuh, ano XIII, p. 7-32, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a tese do branqueamento da raça no Brasil: A tese de João Batista de Lacerda. *A Revista do Museu Paulista*, São Paulo: USP, v. XXX, p. 81-98, 1985.
- _____. Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. *Comunicação do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, n. 10, p. 1-72, 1988.
- _____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade da Brasília, 1990.
- _____. Os paradoxos da miscigenação. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, p. 165-185, 1991.
- _____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- _____. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. *Travessia, Revista do Migrante*. São Paulo: Anpuh, p. 45-50, janeiro-abril, 2000.
- SOUZA CRUZ COMPANY. *A presença britânica no Brasil: 1808-1914*. Rio de Janeiro: Editora Pau Brasil, 1987.
- VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Editora Nacional, 1932.
- WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1946.
- _____. Immigrants and their assimilation in Brazil. In: _____. *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York: Dryden Press, 1951.

Periódicos

- VEJA. São Paulo: Abril, n. 1646, 26 abr. 2000.
- VEJA. São Paulo: Abril, n. 1662, 30 ago. 2000.
- VEJA. São Paulo: Abril, n. 1670, 11 out. 2000
- VEJA. São Paulo: Abril, n. 1674, 8 nov. 2000.

Recursos de internet

Brazzil Magazine. Disponível em: <www.brazzil.com>.

Ministério de Justiça, Departamento de Estrangeiros. Disponível em: <www.mj.gov.br/estrangeiros>.

Tabela 1 – Anglo-americanos entrando no Brasil em caráter “permanente”: 1884-1984

Permanentes	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1935-1939	1940-1944	1945-1949
Americanos	649 0,07%	2.664 0,31%	2.949 0,29%	1.898 0,38%	2.556 0,35%	1.293 1,28%	3.795 11,26%	3.830 4,77%
Ingleses	2.870 0,32%	825 0,10%	6.710 0,67%	3.964 0,79%	5.829 0,79%	1.635 1,62%	475 1,41%	1.566 1,95%
Outros	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	33 0,03%	n.d.	123 0,15%
Anglo-Amer., Total	3.519 0,40%	3.489 0,40%	9.659 0,96%	5.862 1,16%	8.385 1,14%	2.961 2,93%	4.270 12,67%	5.519 6,87%
Permanentes Total	883.668 100%	862.110 100%	1.006.617 100%	503.981 100%	737.223 100%	100.906 100%	33.713 100%	80.372 100%

Permanentes	1950-1954	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1975-1979	1980-1984	Total
Americanos	5.762 1,72%	6.862 2,77%	5.025 3,37%	5.435 9,51%	6.066 10,26%	2.788 4,79%	502 3,32%	52.074 1,02%
Ingleses	2.080 0,62%	1.905 0,77%	695 0,47%	1.302 2,28%	2.046 3,46%	1.174 2,02%	301 1,99%	33.377 0,65%
Outros	245 0,07%	406 0,16%	75 0,05%	505 0,88%	226 0,38%	118 0,20%		1.698 0,03%
Anglo-Amer., Total	8.087 2,42%	9.173 3,70%	5.795 3,89%	7.242 12,67%	8.338 14,10%	4.080 7,01%	803 5,32%	87.149 1,70%
Permanentes Total	334.277 100%	247.944 100%	149.088 100%	57.157 100%	59.132 100%	58.218 100%	15.101 100%	5.129.507 100%

- 1- Todos os dados aqui referentes vêm dos *Anuários estatísticos* publicados entre os anos 1935 e 1995.
- 2- Os dados para os anos 1884-1933 vêm do Movimento geral da imigração, 1884-1939, na página 1307 do *Anuário do IBGE 1939/1940*.
- 3- Em 1937, o IBGE lista somente “entradas”, sem divisão entre “imigrantes” e “não imigrantes”. Para completar o quadro, calculei as porcentagens de ambas as categorias com base nos resultados dos anos 1935-36 e 1938-39. Em seguida, multipliquei-as pelo total de 1937.
- 4- Os dados para os anos 1952 e 1953 foram estimados e calculados como no “3” acima.
- 5- Os “Outros” incluem canadenses, australianos, irlandeses, neo-zelandeses e sul-africanos. Muitos “outros” devem estar escondidos na categoria “diversos” do IBGE. Portanto, os números aqui apresentados para a categoria “outros” são incompletos.

Tabela 2 – Anglo-Americanos entrando Brasil como em caráter “temporário”: 1884-1984

Temporários	1935-1939	1940-1944	1945-1949	1950-1954	1955-1959	1960-1964
Americanos	11.810 8,18%	16.944 50,22%	34.441 25,34%	15.087 21,53%		16.205 15,22%
Ingleses	8.759 6,07%	2.181 6,46%	6.928 5,10%	2.851 4,07%		1.795 1,69%
Outros	224 0,16%		916 0,67%	444 0,63%		1.250 1,17%
Anglo-Amer. Total	20.793 14,40%	19.125 56,69%	42.285 31,12%	18.382 26,24%		19.250 18,08%
Permanentes, Total	144.406 100%	33.739 100%	135.893 100%	70.066 100%		106.446 100%

Temporários	1965-1969	1970-1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994
Americanos	172.309 23,60%	329.779 19,31%	535.287 14,97%	771.619 10,80%	1.057.506 12,09%	571257 8,17%
Ingleses	61.553 8,43%	46.573 2,73%	95.151 2,66%	121.464 1,70%	1.726.76 1,97%	119658 1,71%
Outros	14.464 1,98%	49.056 2,87%	102.850 2,88%	171.355 2,40%	2.152.59 2,46%	133642 1,91%
Anglo-Amer. Total	248.326 34,01%	425.408 24,91%	733.288 20,51%	1.064.438 14,89%	1.445.441 16,53%	824557 11,79%
Permanentes, Total	730.056 100%	1.707.513 100%	3.574.644 100%	7.146.389 100%	8.744.962 100%	6996288 100%

1- Todos os dados aqui referentes vêm dos *Anuários estatísticos* publicados entre os anos 1935 e 1995.

2- Não existem dados para os anos entre 1954 e 1963.

3- Em 1963 -1970 e 1976-1994, somente o número de turistas que entrou no Brasil aparece aqui.

Uma japonesidade associativa ou como o alimento e a ideia de cultura japonesa elaboram pertencimentos entre as famílias nipônicas

Érica Rosa Hatugai⁵⁹

Compreendendo as *japonesidades*

O antropólogo norte-americano Takeyuki Tsuda⁶⁰ utiliza em suas análises a categoria “Japaneseness” (japonesidade) para referir-se a uma espécie de “consciência étnica” entre os *nikkei*⁶¹ apreendida dentro de suas famílias e em suas comunidades étnicas. Pensada em termos étnicos, e no caso do Brasil, japonesidade seria as manifestações de diferenças dos brasileiros descendentes de japoneses em relação aos demais brasileiros. Desse modo, tal noção delimitaria a descendência japonesa por meio de uma socialização familiar diferenciada. Tal educação orientaria os indivíduos a alguns comportamentos tidos como da tradição, e do povo japonês, e pela manutenção da “etnicidade simbólica” em suas comunidades étnicas.

Em Machado⁶² encontramos várias críticas a essa noção no sentido de questionar a homogeneidade do termo e as limitações de seu alcance por ser pensada estritamente em termos étnicos e somente a partir da descendência japonesa. Por meio das novas investigações reunidas em Machado, foi possível inferir que, se a noção de “japonesidade” for pensada em expansão para variados contextos, e para além da limitação étnica, ela pode revelar diferentes noções de *japonesidades* produzidas pelo espalhamento e diversidade da imigração japonesa na sociedade brasileira.

Dessa forma, propomos que as *japonesidades* podem ser entendidas como as diacriticidades⁶³ da presença japonesa no Brasil, desde que, observadas em seu contexto e linguagens específicas. Sob o foco do contexto específico, as *japonesidades* expressariam os desdobramentos dessa presença com os modos e as noções “japonesas” produzidas para além da agenda prática⁶⁴ de preservação da diferença. E, ainda, observando os casos específicos, é possível entender as várias possibilidades de “expressões japonesas” nas situações que se encontram circunscritas às identificações atreladas à descendência japonesa e para além delas.

59 * Professora da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Antropologia Social pela UFSCar.

60 TSUDA, T. *Strangers in the Ethnic Homeland. Japanese Brazilian return migration in the transnational perspective*. Nova York: Columbia University Press, 2003. Na obra, o autor analisou os temas das “identidades étnicas” do *nikkei* brasileiro (Brazilian Japanese) e da migração no Japão sob a perspectiva transnacional, concentrando-se no cotidiano e nas novas elaborações étnico identitárias desses trabalhadores estrangeiros em sua “terra ancestral”. E tensionou a isso as percepções e os preconceitos dos japoneses, o grupo majoritário, acerca dessa minoria. Para mais, vide obra.

61 Terminologia japonesa para referir-se aos japoneses e descendentes de japoneses que moram fora do Japão.

62 MACHADO, I. J. R. (Org.). *Japonesidades* multiplicadas: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

63 Sobre os traços diacríticos da “cultura”, ver CUNHA, M. C. Etnicidade: da cultura residual mas irreductível. In: _____. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 235-244.

64 Sobre a crítica a razão prática, ver SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

As japonesidades e a vida associativa em Araraquara

A Nipo é a minha casa, é o quintal da minha casa. Por quê? Porque é da família frequentar lá. Meus bisavós foram um dos primeiros imigrantes que chegaram em Araraquara. Eu cresci na Nipo, meus pais se conheceram lá. Eu cresci brincando ali no meio de todo mundo. Vários dos meus amigos são japoneses, eu os conheço desde a infância, crescemos brincando juntos. Você pode ver nas festas que entre várias pessoas da minha idade nem sempre ocorre namoro [na Nipo]. Há casais que se conheceram ali como o Eric e a Carla, mas como a maioria cresceu junto nos tratamos como primos. Somos todos da mesma família. (Alexandre Oishi narrando sua relação com a Nipo.)

Os dados apresentados aqui são frutos de uma pesquisa etnográfica realizada na Associação Cultural Nipo-Brasileira de Araraquara (SP), (doravante, Nipo), entre os anos de 2008 e 2010.⁶⁵ Tal entidade foi fundada juridicamente por imigrantes japoneses em 1954, porém, tem existência na cidade desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os imigrantes japoneses teriam organizado tal esfera a partir do desejo de manterem suas conexões, e das gerações mais jovens, com a tradição japonesa. A vida da Nipo de Araraquara é constantemente tecida por seus sócios nos encontros semanais e nas festividades que marcam seu calendário anual. Tal calendário é repleto de eventos extraordinários como a Noite do *Sukiyaki*, o *Tanabata Matsuri*, o *Tanomoshi*, o Torneio Morada do Sol de *Gateball*, a celebração dos idosos com o *Keiro-Kai*, o Dia das Mães, o Dia dos Pais, bingos, almoços, etc. De janeiro a dezembro esta série de eventos compõe a vida da associação envolvendo as famílias em torno dos preparativos das festas.

As festas possuem característica ritualística por agregar as famílias da “colônia” em torno de sua preparação. O pano de fundo de toda esta movimentação é explicado em torno do comércio e de propósitos coletivos com a reprodução da “tradição”, das condutas morais instituídas pelo grupo e da união entre as famílias. Sucede que esses laços associativos também são tecidos e amarrados cotidianamente na associação, seja por meio das partidas de *gateball* praticadas diariamente pelos idosos ou das partidas de futebol frequentadas pelos homens, às quartas-feiras à noite. As aulas de *taiko* (tambor japonês), também às quartas-feiras, frequentadas por jovens, adultos e crianças, igualmente preenchem a vida cotidiana da associação, assim como o encontro das Laboriosas às sextas-feiras à tarde. Ainda, nos finais de semana, famílias se dirigem até a Nipo para “bater papo”, encontrar os amigos, parentes, “aproveitar o domingo” ou praticar algum trabalho voluntário.

A vida cotidiana da associação é marcada pela regularidade dos encontros semanais dos grupos que a frequentam. Os motivos e vontades que geram tais encontros são os mais variados. Há o lazer e a sociabilidade masculina nas partidas de futebol, seguidas do consumo de cerveja. Há na prática do *taiko*, o aprendizado da cultura japonesa e o claro projeto de imprimir à tradição uma forma comunicável aos olhos dos espectadores. Saúde e sociabilidade entre os da terceira idade marcam os encontros diários dos

65 Os dados compõem a pesquisa em HATUGAI, E. R. “A medida das coisas”: Japonesidades e parentesco entre associados da Nipo em Araraquara. São Carlos, 2011b. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. Para mais sobre a fundação da associação na cidade de Araraquara, ver HATUGAI, E. R. Alimentando japonesidades. “Tradição” e substância em um contexto associativo nipo descendente. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Japonesidades multiplicadas: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2011a. p. 59-85.

idosos do *gateball*.⁶⁶ O encontro semanal das Laboriosas volta-se, justamente, para a sociabilidade das mulheres idosas, as *obátchan* (avós). Essa sociabilidade tecida por meio da confecção de bordados, de conversas e risos, é o momento de distração entre e para as mulheres. Leiko, a idealizadora dos encontros, viu a necessidade de fundar o grupo ao observar que as *obátchan* ou possuíam pouca vida social após a aposentadoria ou passavam muito tempo sozinhas em casa, após terem criado seus filhos. Criou-se, então, um espaço só delas em meio ao espaço associativo nipônico, caracterizado como predominantemente masculino.

A presente pesquisa foi realizada nesses dois momentos da vida da associação. As falas e reflexões nativas foram extraídas durante o preparo das festas, em especial, as festas do *Sukiyaki*. E também nos momentos mais cotidianos da associação, pela frequência às aulas de *taiko*, pelo encontro das Laboriosas e visitas à Nipo aos domingos. Também foi possível entrevistar grande parte dos informantes na privacidade de seus lares e compartilhar refeições com eles, conhecer um pouco das suas rotinas.

É certo que a diferenciação entre as 'festas' e o 'comum', ou seja, a vida festiva e a vida cotidiana no interior da Nipo, seguiu um esquema de caracterização pelas próprias pessoas da associação. Foram os informantes que distinguiram "festas" como 'situações especiais e diferentes' na vida da "colônia", pois, segundo eles, mantinham vivos os sentidos da associação. Além disso, a 'vida cotidiana' da Nipo, igualmente, ou mais, alimentava a sua existência por meio das tensões e sociabilidades na tecitura diária dos laços associativos. Porém, se a 'vida festiva' e a 'vida cotidiana' igualmente teciam a vida da "colônia", por que a distinção? A separação da vida associativa entre esses dois momentos residia não na quantidade e intensidade das relações entre as pessoas e seus encontros, mas, sim, no conteúdo cerimonial do encontro.

A característica diferencial, e específica, das festas na vida associativa habitava a reunião extraordinária das famílias e a reprodução coletiva das "tradições". Os eventos festivos possuíam um caráter ritualístico ao se diferenciarem da 'vida cotidiana' por serem fruto do encontro, preparo e cuidados coletivos, essas relações movimentavam e atualizavam os sentidos da "colônia" com as trocas de saberes, reprodução da "tradição" e do parentesco. As festas indicavam o resgate e a reprodução da memória e "tradição" que a vida cotidiana jogava para o esquecimento ou automatizava. Elas (as festas) indicavam um acontecimento cujo sentido era a atualização e reprodução da "tradição e família japonesa", a reprodução da "colônia". Assim, expressavam uma experiência cerimoniosa de lembrar e fazer a *japonesidade* da Nipo.

Atualização ritual

Em Peirano,⁶⁷ a *ideia de ritual é apresentada como um modelo para análise de eventos sociais em sentido lato*. A autora esclarece que os estudos clássicos da antropologia colocavam o ritual como um fenômeno específico e não rotineiro, geralmente, de

66 O *gateball* é um esporte simples, que utiliza taco e bola e é praticado tanto em quadras de terra batida, como no gramado. Criado por um padeiro na província japonesa de Hokkaido, a região mais fria do país, é praticado atualmente por 20 milhões de pessoas no mundo, sendo que a metade está na China, seguida pelo Japão, com 5 milhões, e Taiwan com 1,8 milhão. No Brasil, estima-se que existam 10 mil praticantes. Disponível em: < <http://www.culturajaponesa.com.br/htm/gateball.html> >. Acesso em: 30 ago. 2011.

67 PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

cunho religioso. Contudo, houve na atualidade uma retomada e ampliação da ideia de ritual e, dessa maneira, uma série de eventos nativos pode ser analisada sob um ponto de vista do ritual. Em se tratando da etnografia, a ideia de ritual possibilitaria compreender aquelas circunstâncias nativas nas quais um evento é colocado com uma demarcação diferenciada ou especial quando comparado com outras situações da vida. Segundo a autora, *os rituais podem ser pensados como tipos de eventos especiais que focalizam e ampliam o que já é usual na vida de uma dada sociedade*. Para ela, tratar rituais é compreender a ação social pelas ações e palavras, é unir o “dito e o feito”: “Quer a comunicação se faça por intermédio de palavras ou de atos, ela difere quanto ao meio, mas não minimiza o objetivo da ação humana nem sua eficácia. (...) a fala é um ato de sociedade tanto quanto o ritual”.⁶⁸

Por carregar consigo esse “sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo”, as festas da Nipo podem ser consideradas como um evento ritual, pois essa proposição contribuiu para análise e compreensão desses eventos especiais. Afora a complementaridade e diferenciação entre o mundo das ‘festas’ e do ‘cotidiano’ indicadas pelos informantes, durante todo o trabalho voluntário e etnográfico nas festas, havia a percepção muito clara da presença de uma carga ritualística na preparação de todo o evento. A vida associativa se reproduzia nessas ocasiões do partilhar as palavras, cuidados e preparos dos alimentos e do espaço da associação.

A vida festiva como um todo pode ser dividida entre ‘eventos abertos’ e ‘eventos fechados’. Tal diferenciação residia no público frequentador, no comércio e nos propósitos das cerimônias. Foram denominados como ‘eventos abertos’ aqueles que contam com a presença maciça de um público não sócio, e não descendente, que visita a Nipo e consome a cultura e a culinária japonesas; a Noite do *Sukiyaki* é o melhor exemplo desses eventos. Os ‘eventos fechados’ são as festas da “colônia”, realizadas somente entre as famílias associadas. O propósito mais claro desses eventos reside num conteúdo cerimonial feito para celebrar a própria família. Um desses exemplos é a Cerimônia do *Keiro-Kai*: o dia de apreciação dos idosos.

A Celebração do *Keiro-Kai* faz parte do calendário japonês, é um feriado anual oficial que celebra a vida dos anciãos acima dos 71 anos. No Brasil, essa celebração transformou-se em uma consagração coletiva no interior da “colônia”. Em Araraquara, o evento *Keiro-Kai* reúne as duas associações nipônicas locais, Nipo e Okinawa,⁶⁹ que se encontram formalmente para prestar homenagens aos idosos da “colônia”. Nesta noite, as diferentes associações e diferentes gerações de uma mesma família dirigem-se à Nipo para a cerimônia. As famílias adentram no salão trazendo cada uma delas um prato de alimentos que mais tarde será partilhado coletivamente.

Diferente de outros eventos, esta noite é mais japonesa que as demais, contando com as apresentações de *taikô*, *odori*,⁷⁰ *shamisen*⁷¹ e karaokê japonês, realizadas pelas duas associações. O *Keiro-Kai* promove o encontro das duas associações evidenciando a importância de que o respeito aos mais velhos e à família são elementos imprescindíveis da “tradição da colônia japonesa” como um todo, que deve sobrepor-se às diferenças de ordem local. Após as sessões de apresentações de dança e de música das duas as-

68 Ibid., p. 9.

69 Associação Cultural Okinawa. Sobre as duas associações nipônicas na cidade de Araraquara, ver Hatugai, E. R. “A medida das coisas”: Japonêsidades e parentesco entre associados da Nipo em Araraquara.

70 Dança japonesa.

71 Instrumento musical de três cordas proveniente de Okinawa. Chamado *shanshin* em *okinawa-go* (língua de Okinawa).

sociações, segue a etiqueta dos agradecimentos, é quando os propósitos coletivos do cerimonial são transformados em ações e palavras, com discursos de agradecimentos e distribuição de presentes ofertados aos mais velhos. Esses descendentes de japoneses possuíam e cultivavam um sistema de obrigações para com os que possibilitaram a vida das pessoas ali presentes, neste caso, os anciãos da “colônia”.

O *Keiro-Kai* era a obrigação do agradecer coletivamente a vida, cultivar a ancestralidade e os valores da família como o respeito e a autoridade dos mais velhos. Era a noite do vivenciar a memória num resgate dos vínculos trazidos do Japão pelos imigrantes e tecidos com novas tramas já dentro da sociedade brasileira.⁷²

Durante os anos em que acompanhei as cerimônias do *Keiro-Kai*, eu chegava bem mais cedo à Nipo para ajudar na arrumação do salão. Depois de tudo pronto, eu aguardava para ver a chegada das famílias. Assim que todas as famílias estavam acomodadas no salão, eu me juntava a um grupo de mulheres para servir os aperitivos (salgadinhos). Depois desse passo, me juntava à mesa de alguma família conhecida.

O transcorrer da noite era marcado por três etapas: a primeira consistia na chegada das famílias e a nas apresentações de *taiko* e *odori* das duas associações. Em seguida, iniciava-se a sessão solene de agradecimentos aos anciãos da “colônia” e a distribuição de *orei*.⁷³ E o fechamento do evento dava-se com o jantar coletivo. As palavras de agradecimento eram proferidas pelas autoridades das associações: os presidentes. Suas falas remontavam à trajetória imigrante, às caminhadas feitas de dificuldades, superações e valores. Os agradecimentos sempre se voltavam para o entendimento de que a trajetória daqueles idosos (fossem eles os pais, as avós ou bisavós) é que havia construído a possibilidade de vida das pessoas ali presentes. Após a sessão de agradecimentos, era iniciada a oferta dos *orei* aos homenageados. Assim que todos os anciãos o haviam recebido, era anunciado o jantar. Aqueles alimentos trazidos pelas famílias eram colocados à mesa, formando um grande banquete coletivo. A etiqueta para servir-se da mesa respeitava a ordem cronológica familiar: primeiro as pessoas mais velhas e depois os mais novos.

As etapas e as regras cerimoniais do *Keiro-Kai* compunham o caráter ritualístico da noite. O ato de celebrar os idosos e consumir coletivamente os alimentos estreitava mais as relações entre os sujeitos ali presentes, aproximando as pessoas das diferentes associações e diferentes famílias que se encontravam no salão da Nipo. Interessante notar que os alimentos consumidos naquela noite eram advindos da culinária japonesa e brasileira. Acompanhando o processo de chegada das famílias ao salão, podia-se notar que havia uma regularidade nos pratos, o que possibilitava distinguir as gerações ali presentes pelo alimento, pois os pratos japoneses como o *kimpira goboo sushi*, *udon*, *niguri* eram manipulados em casa e trazidos pelas *obátchan*. Já os salgadinhos como coxinha, esfirra e tortas prontas eram trazidos pelas mulheres mais jovens. Alimentos ditos japoneses e brasileiros formavam o cardápio do jantar que alimentaria toda a “colônia”. O *sushi* feito pelas mãos das *obátchan* ao lado da coxinha trazida pelas mulheres mais jovens compunham a história da imigração, evidenciando algumas permanências e

72 A reverência ao imigrante ou as pessoas mais velhas da família são práticas e valores característicos das famílias descendentes de japoneses. Os valores trazidos do Japão como o respeito e a autoridade dos mais velhos (Benedict, 2007) somaram-se às mudanças dos cultos na trajetória imigrante no Brasil. De acordo com o que Maeyama (1973) mencionou, no período pós-Segunda Guerra, o imigrante japonês tornou-se o ancestral cultuado no interior da família em substituição ao culto rendido ao imperador japonês.

73 Presentes de retribuição que podem ser na forma de objetos ou dinheiro. É comum entre a comunidade japonesa presentear os sujeitos com a oferta de dinheiro em diferentes situações como casamento, aniversário e velório. Não há valor estipulado, o dinheiro é colocado em um envelope que leva o nome da família. Na ocasião do *Keiro-Kai*, dão-se presentes aos idosos.

transformações no decorrer desta trajetória. Acompanhando a chegada das famílias notava-se que os alimentos eram trazidos somente pelas mulheres. Diante das perguntas sobre o preparo desses nenhuma família mencionou a participação de mãos masculinas. O relacionar o mundo doméstico às mulheres constituía-se uma regularidade: o destinar as funções de organizar a casa e a família ao universo feminino.

No âmbito das transformações, os alimentos da festa evidenciavam as diferenças geracionais e o abasileiramento das famílias. A coxinha e o *sushi* colocavam em relevo o processo de os imigrantes, e seus descendentes, se tornarem brasileiros recriando o seu lado japonês. Ser o 'japonês do Brasil' era essa reinvenção do encontro do universo japonês e brasileiro, o juntar a coxinha e o *sushi*. Retomando Mori,⁷⁴ o encontro da presença nipônica com a sociedade brasileira podia ser acompanhado pelas transformações da culinária japonesa na sua tropicalização em terras brasileiras. Os alimentos da noite expunham as transformações da imigração japonesa ao longo das gerações, contudo, ao lado dos alimentos, outro fato chamou muita atenção. Aquela noite era o evento associativo máximo, voltado para a família, pois celebrava, ritualisticamente, a vida, a família, a "colônia", rendendo homenagens àqueles que construíram o universo da Nipo. A compreensão de que aquele era o evento máximo da família ficou perceptível em um detalhe observado: a elegância singular dos trajes⁷⁵ das pessoas ali presentes.

Os japoneses, particularmente os idosos, possuem a simplicidade como característica étnica. Esse modo singelo do japonês é perceptível no seu comportamento. Como exemplos temos o desprezo pelo autoelogio e a simplicidade de suas vestimentas. Nos dias de festas, contudo, as roupas das pessoas distinguiam-se das vestimentas usadas em outras ocasiões na associação. Na noite do *Keiro-Kai* essa distinção ficou bem visível, principalmente no que tocava aos idosos. Os anciãos chegavam ao salão da Nipo trajando vestes formais e elegantes, para serem homenageados pela colônia. Trajes elegantes contidos pela simplicidade: cabelos arrumados, os homens de terno, sapatos engraxados, as mulheres com vestidos ou ternos femininos, bijuterias ou joias discretas. A etiqueta dos trajes demonstrava a importância daquele momento na vida daquelas pessoas, entretanto, a etiqueta dos trajes não carregava consigo somente a formalidade da data. A elegância das vestes dos idosos era parte da dádiva da homenagem coletiva. Mauss⁷⁶ evidenciou que as trocas e os contratos feitos sob a forma da circulação de presentes expunham a noção de dádiva nas sociedades arcaicas. A dádiva, o sistema de obrigações fundado no dar, receber e retribuir presentes organizava as relações entre os homens. Atentando-se a Mauss e olhando para o vestuário dos idosos no *Keiro-Kai* era possível entender que a etiqueta das roupas não representava somente a separação entre o mundo do cotidiano e o mundo do extraordinário. Essa etiqueta expunha, sobretudo, as dimensões das trocas neste mundo extraordinário. Assim, a etiqueta dos trajes colocava em relevo a circulação da dádiva na Nipo, pois o *Keiro-Kai* era uma circularidade de agradecer e presentear os mais velhos com a cerimônia. A etiqueta dos idosos, por sua vez, indicava a aceitação e a retribuição da homenagem: eles se viam prontos e em consonância com a dádiva da homenagem coletiva.

74 MORI, K. *As condições de aceitação da culinária japonesa na cidade de São Paulo – Por que os brasileiros começaram a apreciar a culinária japonesa?* Revista de Estudos Japoneses, São Paulo, n. 23, p. 7-22, 2003.

75 Em SAHLINS, M. *Cultura e razão prática* descreve-se a separação entre mundo cotidiano e mundo extraordinário a partir do sistema de vestimenta norte-americano.

76 MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 185-314.

Entre os eventos fechados, a cerimônia do *Keiro-Kai* era, de longe, a mais importante da associação. Na noite das homenagens prestadas aos mais velhos, os valores coletivos do respeito, agradecimentos à família e valorização da autoridade dos anciãos eram vividos de maneira ritualizada. Com as famílias reunidas em torno dos anciãos, as crianças eram formadas dentro dos valores coletivos. O *Keiro-Kai* era um ritual onde se reproduziam as *japonesidades* da Nipo, era o lembrar de maneira pública e ritualizada os valores da “colônia”. Era uma das formas de reprodução da “colônia”, pois aqueles que hoje ocupavam a posição de homenageados, um dia foram os homenageadores de outrem.

A “colônia” é fechada? Atualização e comércio

César: O *sukiyaki* foi trazido para cá depois que vimos que na festa da cidade de Jaboticabal havia uma barraca da Nipo de lá que vendia *sukiyaki* e fazia o maior sucesso. Nessa época eu estava no Japão, mas sei que adotaram o *sukiyaki* em Araraquara e deu certo. E tanto é, que hoje o *sukiyaki* é o carro chefe da economia da Nipo. É com ele que arrecadamos mais fundos para o funcionamento básico da associação. Vejo que o segredo é que *as pessoas gostam de vir aqui e ver todo mundo trabalhando*. Todo mundo preparando o *sukiyaki* e a colônia servindo a mesa, não temos funcionários para fazer isso, é o diferencial da festa.

Além disso, eu vejo que *o sukiyaki é importante porque ele é voltado para os mais velhos*, eles gostam de preparar o *sukiyaki*. Para mim, é só comércio. *Acho que quando eles (os mais velhos) forem embora, as festas irão acabar*.

Érica: Ok. E se isso acontecer, o que você acha que a Nipo será depois? Não se tornaria o que vocês tanto têm problematizado agora de a Nipo não se transformar num clube como outro qualquer? Um simples clube sem a identificação japonesa?

César: Isso é um problema, temos debatido isso na Nipo, bem, *a Nipo só continuará se as novas gerações levarem isso adiante*. O que eu vejo é que só vem para ajudar no *sukiyaki* quem realmente gosta, porque ninguém ganha nada por isso, você trabalha de graça e não ganha pelo seu trabalho. Os mais velhos trabalham com vontade, e os jovens chegam para ajudar, mais à noite, servindo os pratos na mesa. Eu vejo que há um desinteresse da parte dos mais jovens, sim. *Os mais velhos é que são exemplos*. Temos debatido muito sobre o futuro da associação. Hoje temos várias atividades, você já deve ter visto alguma, pois temos as festas, o taikô, já teve aula de nihon-go que acabou por falta de pessoas. Então é assim que vemos que tem que continuar com a vida da colônia para ela não acabar.

(Diálogo entre César, 38 anos, autônomo, primeiro secretário da Nipo, e eu; grifos meus.)

Há cerca de catorze anos ocorre na Nipo a Noite do *Sukiyaki*,⁷⁷ um grande evento promovido mensalmente pela associação de março a outubro. Essa festa constitui-se como o principal evento aberto da associação porque movimenta um grande comércio feito com a presença maciça de um público consumidor não sócio. As Noites do *Sukiyaki* se tornaram famosas em Araraquara por ser um evento que abre as portas de um dito

77 Atualmente, cada convite custa R\$ 30,00. Esse valor equivale a uma porção do *sukiyaki*, que rende uma refeição para duas ou três pessoas.

local fechado, a “colônia japonesa” e embala um grande encontro entre ‘colônia’ e a ‘cidade’, pautado num ‘comércio da cultura e do alimento’. O sucesso da empreitada *sukiyaki* tornou esse prato o sinônimo e símbolo da “colônia japonesa” em Araraquara. Nascido do exemplo de outra “colônia” e da necessidade de arrecadar fundos para a associação, o evento do *sukiyaki* foi incluído no calendário da Nipo. Nessas noites são vendidos em média trezentos convites, e cada refeição serve de duas a três pessoas. Para os parâmetros da Nipo, produzir tal quantidade de pratos só é possível mediante o trabalho voluntário de seus sócios em todo o segmento da festa, que vai desde a venda dos convites, montagem dos pratos e seu preparo, ao trabalho de garçom.

Estima-se que, no sábado à noite, a Nipo atraia cerca de novecentas pessoas que estão a fim de consumir a “cultura japonesa” e seu alimento. Apesar de contar com as apresentações do grupo de *taikô* da associação há três anos, as Noites do *Sukiyaki* e seus shows de música são pensados a partir de uma ideia mais “brasileira”, pois elas são dirigidas para seus consumidores, com música popular brasileira ou música sertaneja. Enquanto trabalhei como garçom no *sukiyaki*, inúmeras vezes ouvi das pessoas que frequentavam o evento as afirmações de que, por meio das festas, elas confirmavam suas imagens sobre “os japoneses como um povo trabalhador e organizado”. Essas pessoas ainda complementavam dizendo que “frequentavam o *sukiyaki* porque tinham interesse de conhecer e aproximar-se da ‘cultura japonesa’ e ‘a festa da colônia possibilitava esse contato’”. Ou seja, não era o simples consumo dos alimentos japoneses que estava em jogo, mas o consumir os alimentos, neste caso o *sukiyaki*, num “espaço japonês” propriamente dito.

Nessas noites, imagens estereotipadas e positivadas sobre os “japoneses” como “organizados, ordeiros e coletivistas” eram reconstruídas pelos frequentadores do *sukiyaki* em oposição aos estereótipos negativos dos “brasileiros” a partir deles mesmos. O estudo de Machado⁷⁸ sobre a presença brasileira no Porto (Portugal), evidencia que as imagens da estereotipia do brasileiro como dotado de “ginga e malandragem” e “naturalmente alegre, simpático, malemolente e esperto” são veiculadas e reproduzidas constantemente no contato interétnico entre os portugueses e brasileiros e formam uma *identidade para o mercado* exigida no mundo do trabalho luso. Contudo, Machado demonstrou em análise que o *estereótipo brasileiro* continha outra face, pois servia de barganha crítica, ou acrítica, para os brasileiros quando na disputa pelos empregos subalternos com imigrantes de outras nacionalidades. Assim, o exótico estereótipo Brasileiro do Porto domesticava brasileiros no mundo do trabalho, porém, também servia como base para os trabalhadores brasileiros que invertiam esse jogo domesticando essas regras ao seu favor. De certa forma, pode-se pensar que haja uma aproximação desta barganha brasileira no Porto com a relação comercial entre os “brasileiros” (consumidores do *sukiyaki*) e os “japoneses” (organizadores do evento na Nipo). Essa relação de um comércio dito étnico na Nipo dialoga a partir de uma microsfera com as tensões e estereotipias apontadas por Machado entre brasileiros e portugueses uma vez que, no contexto do encontro da ‘cidade’ com a “colônia”, exotizações e preconceitos eram realimentados favorecendo a estereotipia “japonesa” em detrimento da “brasileira”.

Tinha-se, então, de um lado, os consumidores não sócios e não descendentes de japoneses, positivando a atuação pública da “colônia” como “ordeira e coletivista” em contraponto com as negativas dos “brasileiros” como “ineficientes, desorganizados e indi-

78 MACHADO, I. J. R. *Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2009. p. 23, 66.

vidualistas". Esses discursos estereotipados eram comunicados a mim, espontaneamente, na forma de diálogos, enquanto eu servia às mesas da festa. Inúmeras vezes foi evidenciada essa constante oposição entre "japoneses" e "brasileiros", negativamente o segundo. Esses encontros reproduziam estereótipos e distinções que estrangeirizavam os brasileiros descendentes de japoneses, se recusando a ver um pertencimento brasileiro a eles de maneira ambígua, porque o próprio afastamento expurgava desses descendentes um 'mal brasileiro'. De qualquer maneira, interessou perceber nessas positavações e negatavações a reprodução de estereótipos que, sobremaneira, favoreciam o comércio da Nipo.

Assim, ao oferecer a visibilidade do trabalho coletivo da Nipo para seu público na festa, estrategicamente eram reforçados o comércio e as imagens "japonesas" da associação ao inserir seu público consumidor "dentro da vida da colônia". Colocar os clientes na vida da "colônia" era o ponto diferencial do consumir alimentos japoneses. Pois, alimentar-se dentro da "colônia japonesa" tinha significado de entrar em contato com a "cultura" em comparação com o consumo, puramente comercial, dos alimentos quando em restaurantes japoneses/asiáticos. O consumo na Nipo tinha uma característica especial porque a exótica "colônia japonesa", mesmo que comercialmente e momentaneamente, estava a abrir suas portas e a receber seus convidados. Assim, a diferença dos "japoneses" e o seu comércio dependiam das ideias e diferenças formuladas pelos "brasileiros". E era, justamente, todo o universo das imagens de diferenças e estereótipos que constituía a barganha do comércio da associação.

O *sukiyaki* na Nipo era uma mercantilização e expansão do *sukiyaki* na tradição japonesa. Em suas raízes nipônicas, este prato era o alimento que estreitava os laços familiares e de amizade por meio da comensalidade coletiva. Na versão contemporânea da Nipo, o *sukiyaki* era o alimento comércio da "colônia" carregado de alianças, pois aproximava, comercialmente, "japoneses" e "brasileiros" por meio da festa e aproximava a "colônia" em torno do preparo festivo. Essa mercantilização da ideia de "tradição japonesa" em nada comprometia o valor dado à "tradição", ou seja, o comércio não profanava a "tradição", transformando-a numa simples mercadoria. Ao contrário, expandia-a capitalizando recursos, atraindo parceiros e consumidores, já que o esquema *sukiyaki* contava com o patrocínio e doações de empresas como DE (macarrão), Nigro (panelas), afora as prendas⁷⁹ de várias lojas do comércio araraquarense para o sorteio de brindes. A "tradição" era a ideia que as pessoas queriam consumir e era a moeda da Nipo. As Noites do *Sukiyaki* da Nipo tornaram esse alimento sinônimo de entrar em contato e consumir a "cultura japonesa" em Araraquara.

Contudo, para que tal evento acontecesse na noite de sábado havia a preparação da festa desde a sexta-feira. E era a movimentação pré-evento que agregava, e também dispersava, alguns sócios, pois preparar a Nipo dependia de um trabalho coletivo.

As japonesidades na grande casa

A preparação do *sukiyaki* iniciava-se na tarde de sexta-feira. O grupo das *obátchan* era o primeiro a chegar à Nipo. Nesta ocasião, elas e eu⁸⁰ *tínhamos a função de limpar,*

79 Doação de brindes e ao mesmo tempo uma forma de propaganda, por contar com o anúncio dos nomes das lojas.

80 Eu era a única jovem do grupo Laboriosas. Mais tarde, em entrevista com Alexandre, descobri que eu tinha um apelido entre os jovens, "Érica Laboriosa", porque havia mais duas Éricas na Nipo e porque eu estava todas as semanas com as *obátchan*.

cortar e separar os legumes e a carne que comporiam o prato. No decorrer de vários sukiyakis estive à mesa com todas aquelas mulheres e vários ensinamentos foram passados a mim, desde algo que aparentemente é bem simples, como o corte correto de vários legumes, ao modo de preparar o sukiyaki. Ao mesmo tempo em que esses aprendizados se davam, elas me ensinavam algumas palavras em japonês, contavam histórias sobre suas infâncias, a imigração, as famílias, os netos, trocavam receitas, comentavam a semana, recordavam o passado.

Sentar à mesa com as senhoras para preparar o *sukiyaki* estreitou nossos laços, ocorrendo que eu não seria mais a moça que bordava e trabalhava nas festas, mas me assemelharia ao mundo da “colônia” e a elas, justamente, porque estava aprendendo e ouvindo seus saberes mais caros, como as histórias de suas vidas, o cuidado com a família e a transmissão da “tradição” pela vias consagradas na Nipo: a vida associativa e os alimentos. O canal da proximidade entre mim e as mulheres e mais outras pessoas veio, justamente, através do voluntariado; eram as nossas trocas, pois, ao trabalhar para a Nipo, eu me comunicava na língua da associação e me incorporavam, pela “tradição”, através da aprendizagem desta.

O trabalho voluntário era desempenhado por todos os sujeitos como uma obrigação coletiva, com exceção daqueles que não compareceriam para a preparação dos alimentos pelo motivo de não gostar desse tipo de trabalho. De qualquer maneira, o cumprimento dessas obrigações coletivas era visto com bons olhos, não era uma regra impressa, mas sutilmente sugerida pela vida da “colônia”, pois existia um consenso de que somente a “união” característica da “colônia” possibilitava a vida daquele local. Durante as festas, notei que o voluntário era composto por um núcleo assíduo de sócios adultos e da terceira idade com a majoritária presença feminina. Havia clara divisão de papéis sociais baseada no gênero que atribuía diferentes trabalhos para homens e mulheres. E essa divisão sexual do trabalho era constantemente reproduzida nas festas da associação. É certo que as sextas-feiras à tarde o grupo que frequentava a Nipo era o de mulheres aposentadas, sendo assim, as outras pessoas não poderiam comparecer neste momento devido a suas agendas de trabalho. Contudo, da sexta-feira até o sábado à **tarde, as mulheres eram sempre a esmagadora maioria a desempenhar o trabalho voluntário. Em média chegava-se a quatro mulheres para cada homem. Todavia, é correto afirmar que sempre havia um pequeno número de homens que trabalhava na sexta à noite e no dia de sábado, cozinhando macarrão e cortando alimentos. Entretanto, grande parte da manipulação dos alimentos, ou seja, o trabalho mais pesado do sukiyaki, eram tarefas feitas pelas mãos das mulheres, principalmente as mãos das mulheres mais maduras.**

Certa vez perguntei às mulheres presentes se havia algum motivo para os homens serem um número tão pequeno naqueles dias de voluntariado. A afirmação delas era que os homens trabalhavam de dia e, sendo assim, eles não poderiam comparecer para ajudar. Ocorre que mesmo aos sábados à tarde havia várias mulheres que trabalhavam “fora de casa”, em horário comercial e, ainda assim, elas compunham a maioria no trabalho. Inúmeras vezes no *sukiyaki* verifiquei que os homens chegavam à Nipo no final da tarde de sábado, momento em que grande parte do trabalho já estava feito. Contudo, era na noite da festa que a presença masculina podia ser, inegavelmente, ‘notada’.

A Noite do *Sukiyaki* era organizada da seguinte forma: as mesas dos clientes estavam distribuídas por todo o interior do salão social e áreas externas. Paralelo à área externa

do salão encontrava-se disposta uma fileira de fogões onde seriam feitos os pratos de *sukiyaki*. Os fogões ficavam bem visíveis para todos os que estavam no salão, de maneira que todo o processo de cozimento era visível ao público. E essa visibilidade era o ponto central da festa. Mais ao fundo, na extensão do salão, estavam concentrados os fogões para o preparo de pastéis e *tempurás*. Não obstante, o espaço mais visível da festa era a fileira de fogões onde ocorria a última etapa de preparação do *sukiyaki*, e o que mais saltava aos olhos era o fato de que o trabalho neste recinto era predominantemente masculino. Salvo duas mulheres que passaram a participar recentemente deste espaço na festa, e assim dominarem todas as etapas de produção do *sukiyaki*, a visibilidade do trabalho da “colônia” estava, de certa forma, toda voltada para os homens.

Essa divisão silenciosa do trabalho segundo as ideias de diferença de gênero não era algo que se dava por acaso, a manipulação dos alimentos com sua técnica manual e repetitiva era tida como pertencente ao mundo doméstico, logo, um trabalho destinado às mulheres.⁸¹ Dessa forma, era nítido que, no processo de elaboração do *sukiyaki*, havia uma divisão sexual do trabalho que destinava às mulheres a manipulação dos alimentos pelo fato de estas funções serem encaradas pelos homens como um trabalho doméstico, feminino, manual e desprovido de técnicas nobres e complexas.

A sobreposição do masculino sobre o feminino no universo Nipo podia ser verificada nos diálogos dos mais velhos e na entrada do salão de festas, pois, na parede oposta havia os retratos de todos os presidentes da associação. Esses retratos eram desde a época em que o *Nipponjin-Kai* foi fundado, quando ainda agrupava japoneses e okinawanos: todos os presidentes, até os dias atuais, eram homens. O espaço associativo e o mundo da primeira geração de descendentes de japoneses era um mundo permeado pela valorização pública do masculino em detrimento da valorização do feminino. Nos diálogos com pessoas mais jovens da geração *nissei* e *sansei*, como Alexandre e César, eles afirmaram que, entre as gerações mais novas, essa divisão e sobreposição dos gêneros não eram mais uma realidade. Essa assimetria era da época de seus pais, avós, bisavós, “dos mais velhos”, pois, “hoje, a mulher está no mercado de trabalho e, ao conquistar a sua independência, elas já se encontrariam libertas das obrigações domésticas”. Essas afirmações sobre a mulher e o mundo do trabalho são uma realidade entre as mulheres mais jovens e adultas da Nipo, pois elas possuem profissões regulamentadas e ensino superior. Desta forma, ao olhar esse quadro deve-se sempre levar em consideração os seguintes aspectos: primeiro, o privilégio do lugar da educação entre as famílias de imigrantes japoneses e o alto nível de instrução deste grupo. Assim, ao olhar para as brasileiras descendentes de japoneses, a sua colocação no mundo do trabalho não pode ser estendida como uma realidade geral às mulheres brasileiras, ainda mais no que tocaria às mulheres negras pobres. E, em segundo lugar, devemos ainda observar que a presença do feminino no mundo do trabalho é repleto de assimetria e precarização quando comparada com as condições de salário e trabalho masculinos nas sociedades contemporâneas.⁸²

Retomando as afirmações sobre a mulher e o mundo do trabalho nas diferentes gerações de descendentes, havia um ponto sobre os papéis sociais atribuídos ao gênero, na associação, que não era questionado pelas pessoas de diferentes idades: o fato de o

81 HIRATA, H. *A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho*. Sociologias, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

82 Ibid.

mundo da política associativa ser, exclusivamente, masculino. As pessoas que dirigiam o *Senen-Kai* (grupo de jovens), como Alexandre e César, afirmavam que as mudanças no universo associativo só ocorreriam no momento em que as gerações mais novas adentrassem essa esfera de poder: a presidência. Por hora, o mundo associativo se arquitetava segundo “a cabeça fechada dos mais velhos”.

Desta maneira, pode-se inferir que, no espaço da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Araraquara, a posição do papel social dos homens era, inegavelmente, justaposta ao papel da mulher. E, como foi visto, não era somente na vida política que o privilégio masculino podia ser acompanhado, mas em todo o desenrolar da vida associativa. Das eleições às festas, essa sobreposição era gritante e, na festa do *sukiyaki*, a mulher chegava a ter o seu papel ofuscado, pois todo o centro de atenção estava voltado para os homens que preparavam a etapa final do referido prato. Na casa dos homens, a recepção é masculina, mas a existência desta recepção só é possível com a existência dos bastidores femininos. Apesar de o trabalho das mulheres e o dos homens serem complementares, e assimétricos, no que diz respeito a toda a elaboração das festas, a notoriedade pública cabia mais aos últimos do que as primeiras.

Voltando-se para o interior dos preparativos festivos, o trabalho de mulheres e homens eram complementares no que tocava a reprodução da “tradição”. Nesses dias de preparo do *sukiyaki*, as pessoas ali reunidas colocavam em rota as noções de *japonesidades*. Uma circularidade de trocas era instaurada na maneira de se relacionar e organizar a associação para as festas. Os mais velhos conversavam em japonês, as *obassan* preparavam alimentos, as famílias narravam as suas experiências cotidianas e, assim, a memória da imigração e a “tradição” dos “japoneses” eram sempre temas debatidos. Os jovens que chegavam ao voluntariado no sábado à tarde aprendiam com os mais velhos os segredos do preparar os pratos japoneses. Ao mesmo tempo, as crianças corriam por entre todos, observando seus pais, as *obassan*, todos ali presentes durante seus trabalhos. Por fim, ainda havia o som de músicas japonesas ao fundo; a trilha sonora era sempre trazida por Kenji. Várias famílias, em suas diferentes gerações, estavam a reproduzir e transmitir a sua “tradição”, a especificidade “japonesa” para as gerações mais novas pela memória, palavras, alimento e coletivismo. E, quando começava a noite, as crianças acima dos 9 ou 10 anos eram iniciadas em alguma atividade voluntária na festa como, por exemplo, montar os jogos de pratos e talheres ou tirar pedidos nas mesas. Essas crianças apreendiam desde cedo as maneiras “japonesas” e assimilavam a Nipo como um local de pertencimento, entendida como a sua “segunda casa”. Para todas as pessoas ali presentes, aquele evento constituía uma obrigação e um dia especial, era o momento de cuidar da associação e, principalmente, do cuidar advindo das mãos femininas. Mas, sobretudo, era através do cuidar coletivo de todos aqueles indivíduos que eram reproduzidos os sentidos da “colônia”. A “colônia” era feita e refeita cotidianamente, mas na preparação de suas festas havia aquela dimensão de dias especiais; acontecia uma atualização ritual dos elementos da “tradição” valorizados pelas famílias.

O parentesco associativo

Foi observado que, entre as famílias da Nipo é produzida uma variedade de *relacionidades* ou parentesco (Carsten, 2004) pensados pela via da adoção de sujeitos des-

cedentes de japoneses e da transmissão de saberes para os sujeitos não descendentes quando dos casais mistos ou pela reprodução da ordem familiar quando dos casamentos entre sujeitos descendentes de japoneses. O parentesco de adoção é pensado com base nas similitudes de *substância* e corporalidade, assim foi verificado que os casais preferiam as crianças que estivessem próximas ao grau de ascendência das famílias acolhedoras.⁸³ No caso dos casamentos mistos, entre descendentes e não descendentes, foram descritas as transmissões de saberes por parte das mulheres nipônicas às mulheres “brasileiras” e a incorporação destes saberes por parte da nora “brasileira”. Na maioria dos casos, o não descendente passava a ter integração familiar e associativa reconhecidas, à medida que dominasse os elementos da “tradição” e partilhasse da vida coletiva da Nipo. É importante notar que aí tínhamos as *japonesidades* sendo incorporadas e reproduzidas por não descendentes de japoneses. A relação da transmissão e incorporação de saberes gerava a *relacionalidade* por aproximação entre os sujeitos “diferentes”.

O parentesco por adoções, os casamentos mistos e a mestiçagem elaboram *relacionalidades* pensadas pela ordem das *substâncias*, corporalidades, incorporação dos saberes e aprendizados e consumo dos alimentos entre os indivíduos quando nas famílias e na associação. Todas essas formas de se relacionar aparentavam as pessoas através do compartilhamento e ou aproximação àquilo que era apreciado como importante (“sangue”, alimento, casamento, convivência, corporalidade). Não obstante, a vida coletiva da associação era uma reprodução de *relacionalidades* ao atualizar as relações entre as famílias, os significados da especificidade “japonesa” e a própria reprodução da “colônia”, formando, assim, uma espécie de *parentesco associativo*. Este local, a “colônia”, era um espaço privilegiado pela alusão de que aí todas as variações de *relacionalidades* encontravam sentidos. Mas, ainda, a “colônia” reservaria outras variações de *relacionalidades*, pois sua vida social continuava a formar novos casais de descendentes, porém, pelas escolhas individuais e não mais pelas exigências familiares, como no passado da imigração. Ou seja, na atualidade, os encontros associativos constituíam-se como momentos favoráveis para a formação de novas alianças entre as famílias.

Como apontou Sakurai,⁸⁴ na raiz das associações havia o objetivo de agregar os patriícios e criar as vias para a concretização de um modo de viver ‘japonês’ entre iguais, no que tocava a seus costumes, amizade, casamentos, etc. Vários dos casais descendentes de japoneses, acima dos 50 e 60 anos, com os quais conversei, disseram ter se conhecido nos bailes da Nipo. Assim, os bailes da associação criavam situações propícias para a reprodução da família e os matrimônios ideais exigidos pelos pais desses casais. A exigência familiar do matrimônio preferencial deu lugar às escolhas afetivas individuais dos sujeitos. E é desde a geração dos filhos e, principalmente, os netos de imigrantes que as uniões entre descendentes de japoneses dentro da Nipo são pautadas pelas escolhas dos indivíduos.

Durante a pesquisa, acompanhei o surgimento de um namoro entre um casal de jovens: Cíntia, 28 anos, empresária, neta de imigrantes e miscigenada, e Ricardo, 30 anos, agrônomo, neto de imigrantes e não miscigenado. Esse casal de namorados se conheceu, justamente, na Nipo. A família de Ricardo é frequentadora da associação desde a época de seus avôs, e seu pai já ocupou o posto presidencial. A família

83 A exemplo de um casal misto que adotou duas crianças mestiças para que elas fossem idênticas àquilo que seriam os filhos biológicos do casal, caso eles os tivessem. Para mais, ver Hatugai, E. R. “A medida das coisas”: Japonesidades e parentesco entre associados da Nipo em Araraquara.

84 SAKURAI, C. *Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.

de Cíntia é mais nova e frequenta a associação há menos de uma década. Ricardo e Cíntia estavam juntos há mais de um ano. Contudo, havia cerca de mais dois casais de namorados cujas famílias eram associadas à Nipo desde longa data. Em conversa com Estela,⁸⁵ sobre o namoro entre os jovens da associação, foi explicado que para os jovens não havia diferenças, nem preferências, entre namorar descendentes ou não descendentes. Embora, no tocante a namoro entre as pessoas da associação, e aí valia relacionar-se Nipo e Okinawa, havia um dado positivo, pois “o fato de os indivíduos gostarem de pessoas que eles já conheciam colaborava para o equilíbrio e convivência de um relacionamento”. Ela ainda acrescentou que, se ocorresse um namoro entre as pessoas “dali”, isto seria uma decisão individual e não um pré-requisito, “nem uma obrigação para ninguém”. A escolha de parceiros entre os membros da “colônia” dava-se com base na afetividade e, embora fosse uma escolha individual, ainda assim, não deixava de ter o componente “positivo” do conhecimento e identificações maiores entre os membros da “colônia”.

As falas de Alexandre,⁸⁶ expostas no início deste texto, e as falas de Estela trazem à tona as relações de parentesco do *parentesco associativo*. Uma chave de leitura é a *relacionalidade de escolha* (Carsten, 2004) que torna primos os jovens sem relação direta de parentesco, mas segundo os graus de proximidade, longa convivência e amizade. Neste caso, Alexandre expôs que na sua geração, na Nipo, os sentimentos de *relacionalidade* e identidade entre o seu grupo eram tão intensos que poderiam crivar a união afetiva entre as pessoas. Isto ficava evidente, sobremaneira, nas situações em que seus contemporâneos cresceram e brincaram juntos dentro da Nipo, formando assim uma “família”. Dessa forma, o sentimento de ser próximo em excesso, o “somos todos primos”, criava um filtro para a união afetiva entre esses descendentes, de maneira que, nessas situações, eles acabavam se relacionando com pessoas de “fora da colônia”. Contudo, se a proximidade excessiva gerava um impedimento à união afetiva entre esses sujeitos, por outro lado, essas relações de proximidades intensas “dentro da colônia” não deixavam de produzir *relacionalidade*: a da escolha de “primos”.

Sendo assim, percebeu-se que a escolha de “primos” e a escolha afetiva individual entre parceiros descendentes dentro da associação faziam parte do *parentesco associativo* como um todo. Pois, certamente, a Nipo era, de longe, o espaço mais privilegiado para essas famílias “japonesas” vivenciarem e renovarem as trocas de saberes, histórias e selarem novas alianças através dos matrimônios. A Nipo era o espaço das famílias descendentes reproduzirem, apreenderem e significarem os elementos da sua *japonesidade* com os valores do coletivismo, os significados dados aos alimentos, às *substâncias*, à corporalidade, à “tradição”. Era o espaço para as famílias partilharem e atestarem as suas noções de como é o ‘japonês ideal’ e como são os diferentes “japoneses” que derivam dele.

85 Estela, 28 anos, estudante, descendente de okinawanos. Os jovens não veem problema em relacionar-se com os jovens da outra associação. Pois mesmo existindo associações nipônicas distintas na cidade, ambas vivem em intensa troca quando dos eventos festivos comemorativos da “colônia”, a exemplo do *Keiro-Kai*, *Tanabata Matsuri*, bingos, entre outros.

86 “A Nipo é a minha casa, é o quintal da minha casa. Por quê? Porque é da família frequentar lá. Meus bisavós foram um dos primeiros imigrantes que chegaram em Araraquara. Eu cresci na Nipo, meus pais se conheceram lá. Eu cresci brincando ali no meio de todo mundo. Vários dos meus amigos são japoneses, eu os conheço desde a infância, crescemos brincando juntos. Você pode ver nas festas que entre várias pessoas da minha idade nem sempre ocorre namoro (na Nipo). Há casais que se conheceram ali, como o Eric e a Carla, mas como a maioria cresceu junto nos tratamos como primos. Somos todos da mesma família.” (Alexandre Oishi narrando sua relação com a Nipo.)

Considerações finais

Podemos observar que a Nipo é uma esfera na qual as *japonesidades* são produzidas de maneiras diversas. Neste local se inventava a “tradição” com o taikô, mas, também, a Nipo era o local onde se conservava a “tradição” de privilegiar o mundo dos homens na política e na vida pública, sobrepondo-o ao mundo das mulheres. Embora, fossem elas, de fato, as grandes transmissoras da “tradição”, ensinamentos da língua e do preparo de alimentos, cuidados dedicados à família e à associação. A Nipo era uma ‘grande casa’ onde as famílias vivenciavam as suas raízes imigrantes, celebravam cerimoniais à vida, atualizavam as suas “diferenças” no preparo das festividades e no comércio da “tradição”.

Este espaço era privilegiado para as famílias “japonesas”, pois lá elas reproduziam a sua “tradição” e o *parentesco associativo*, e se observarmos a vida coletiva, entendemos que não seria difícil acontecer o aparentamento entre os sujeitos, já que lá era sua “segunda casa”. A “segunda casa” também era um lugar de criar pertencimento, de crescer junto com os outros e de encontrar e escolher um possível parceiro afetivo. Mesmo que estivéssemos falando o tempo todo de brasileiros descendentes de japoneses, entendemos que eles tinham nessa “casa japonesa” o espaço para reproduzir e dar sentidos às suas especificidades “japonesas”, já que eram delas que eles se valiam frente aos demais.

Novamente, a grande casa estava movimentada com os preparativos de mais um evento. Havia várias crianças correndo pela Nipo nos dias de festa e apreendendo como os mais velhos a serem “japonesas”. No futuro, elas poderão escolher, livremente, se rompem ou não com a associação. Pois, para cada um que parte sempre haverá um novo alguém para substituí-lo, por meio das redes de sociabilidades entre as famílias.

Afastei-me da associação durante o período de escrita da dissertação, quando do meu retorno notei que havia novas famílias de descendentes compondo o voluntariado. Assim, novos ciclos de atualizações estavam sendo postos.

Mais uma Noite de *Sukiyaki*, mais um *Keiro-Kai*, novamente um momento para atualizar ritualmente as *japonesidades* de lá.

Referências

- BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2007. (3ª edição)
- CARSTEN, J. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, M. C. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: _____. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GATEBALL. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/html/gateball.html>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- HATUGAI, E. R. Alimentando japonesidades. “Tradição” e substância em um contexto associativo nipo descendente. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). *Japonesidades multiplicadas: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2011a. p. 59-85.
- _____. “A medida das coisas”: Japonesidades e parentesco entre associados da Nipo em Araraquara. São Carlos, 2011b. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos.

- HIRATA, H. *A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho*. Sociologias, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 21, p. 24-41, 2009.
- KEBBE, V. H. *Um jornal entre Brasil e Japão: a construção de um identidade para “japoneses no Brasil” e “brasileiros no Japão”*. São Carlos, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- LOURENÇÃO, G. V. *Identidades, práticas e moralidades transnacionais: Etnografia da esgrima japonesa no Brasil*. São Carlos, 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos.
- MACHADO, I. J. R. (Org.). *Japonesidades multiplicadas: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- _____. *Cárcere público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2009.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 185-314.
- MAEYAMA, T. O antepassado, o imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950). In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: Ed. Edusp, 1973. SAITO, H. e MAEYAMAT. T (Org). Estudos Brasileiros (col.). p. 414-447.
- MORI, K. *As condições de aceitação da culinária japonesa na cidade de São Paulo – Por que os brasileiros começaram a apreciar a culinária japonesa?* Revista de Estudos Japoneses, São Paulo, n. 23, p. 7-22, 2003.
- PEIRANO, M. (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAKURAI, C. *Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.
- TSUDA, T. *Strangers in the homeland: japanese brazilian return migration in transnacional perspective*. Nova York: Columbia University Press, 2003.
- TURNER, V. W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

Memórias migrantes como memórias nacionais para a França?

Marine Corde⁸⁷

A presença dos imigrantes na França: entre “o problema da imigração” e os silêncios

A França, um “país de imigração que se ignora”

Nos anos 1990, Dominique Schnapper⁸⁸ escreveu que a França é “um país de imigração que se ignora”. Tal afirmação pode ser explicada e entendida de duas formas complementares: uma histórica e uma mais atual. Primeiro, a França, como “país de imigração que se ignora”, demonstra um país que passa sob silêncio, através dos séculos, os elementos fundamentais da constituição da sua sociedade, que são as histórias das imigrações, das sucessivas ondas de migrantes que vieram de fora do território francês para participar da vida social francesa. Tal silêncio, longe de ser anódino, reflete na realidade um projeto sociopolítico para a sociedade francesa, elaborado a partir do ideal do universalismo republicano;⁸⁹ assim, numa pesquisa sobre a construção das identidades no espaço público francês, Gérard Noiriel⁹⁰ chega à conclusão de que a invisibilização das origens estrangeiras da população francesa que se formou através dos tempos constitui um ponto primordial na construção da representação da sociedade francesa, notadamente a partir do fim do século XVIII, com a Revolução Francesa. Segundo, conceber o elemento migratório como secundário na constituição da sociedade francesa teve por consequência deixar opacas, ainda hoje, questões sociais, políticas e culturais que seriam centrais para entender o que move a sociedade francesa contemporânea. Foi assim que, na França, os migrantes foram percebidos por meio de um ideal-tipo, construído ao longo do século XX, sob os traços do operário que veio oferecer-se como mão de obra barata para as fábricas, e depois voltar para o país de origem quando de sua aposentadoria. Isso permitiu pensar o imigrante na qualidade de mero trabalhador, que passa na França sem deixar nenhuma marca e, portanto, sem levantar questionamentos sociopolíticos.

Vinte anos mais tarde pode-se afirmar que uma imagem da sociedade francesa que faz abstração da questão dos imigrantes não se sustenta mais, numerosos trabalhos e debates contribuíram a oferecer uma melhor visibilidade dos imigrantes e dos seus des-

87 * Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

88 SCHNAPPER, Dominique. *La France de l'intégration: Sociologie de la nation en 1990*. Paris: Gallimard, 1991.

89 Esse princípio é uma das bases fundamentais da ideologia republicana francesa. Ele enuncia que os valores inerentes a essa última (liberdade, igualdade, fraternidade) são universais e válidos para qualquer ser humano. Na teoria, o universalismo republicano francês declara que qualquer pessoa presente no território francês deve receber um tratamento igualitário, independentemente de sua origem, «raça», religião, etc. (aliás, tais diferenças eram consideradas como relevando do domínio do privado e não deviam ser levadas em conta no espaço público). Todavia, na prática, tal princípio foi concebido a partir de um ponto de vista específico (o de uma certa burguesia parisiense branca, masculina, herdeira de traços culturais europeus e católicos), mas levado como norma universal; assim, sob um ideal de lutar contra as discriminações, o universalismo republicano escondia relações de dominação e de autoridade sobre todas as pessoas que não participavam desse núcleo burguês, masculino, branco, católico.

90 NOIRIEL, Gérard. «*Color blindness*» et construction des identités dans l'espace public français. In: FASSIN, Didier; FASSIN, Eric. *De la question sociale à la question raciale*. Représenter la société française. Paris: La Découverte, 2006.

cedentes no espaço público francês. Todavia, não basta para os imigrantes e seus filhos conquistar espaço na vida pública francesa (mídias, política, etc.) para ver a questão da imigração ser automaticamente tratada como uma parte integrante e harmoniosa das representações socialmente construídas acerca da população francesa. De forma geral, as representações dos imigrantes e de seus filhos continuam sendo limitadas a uma origem e a outro lugar, a uma alteridade irreduzível, geralmente concebida em termos negativos (é muito comum encontrar o termo “imigração” associado a “problema”) e essencializada (assim os filhos de imigrantes viram “imigrantes da segunda geração”, os netos “imigrantes da terceira geração”, etc.), e isso também vale para os imigrantes que adquiriram a nacionalidade e a cidadania francesas e cujos filhos nasceram franceses. Portanto, apesar da retórica do universalismo republicano francês, que enuncia que cada cidadão é considerado da mesma forma, independente de sua origem, religião ou “raça”, na prática, os imigrantes sempre podem ser relegados a uma alteridade irreduzível, seja pela cor de pele (“la naturalisation n’est pas ‘une opération de chirurgie esthétique’”)91 seja devido a certos contextos sociais (por exemplo, Stéphane Beaud92 mostra que não é raro ver uma crise grave de desemprego ser acompanhada por fortes ondas de xenofobia contra os trabalhadores imigrantes ou outros).

De tudo isso sobressai uma impressão de que, embora o tema da imigração tenha ganhado cada vez mais atenção no espaço público francês, os imigrantes, ainda hoje, são percebidos como se estivessem confinados fora da vida pública francesa, e tal ponto também se manifesta no domínio da vida política do país. Com efeito, embora a vida cotidiana dos imigrantes na França se encontre marcada em vários aspectos pela política, seja de forma direta (através do estabelecimento de políticas governamentais migratórias propriamente ditas, de regulação de documentos, etc.) ou indireta (ações da vida cotidiana, impostos, decisões do governo sobre saúde, emprego, educação, etc.), observa-se certa ideia segundo a qual os imigrantes são assuntos de política, e não atores na política. Assim, apesar de ter uma larga parte da vida política francesa na qual a presença dos imigrantes é fortemente marcada (movimentos dos sem documentos, debates acerca do direito de voto para os imigrantes não naturalizados residentes na França, entre outros), existe uma grande resistência a considerar os imigrantes como parte ativa da vida política. Abro aqui um parêntese para observar de passagem que tal ponto pode ser entendido a partir de uma concepção geopolítica, segundo a qual o mundo seria dividido em Estados-nação com contornos bem definidos, nitidamente separados uns dos outros; esse mundo, que existe apenas no domínio do ideal, não oferece muito espaço para pensar o cruzamento das fronteiras bem desenhadas dos Estados-nação nem a mobilidade das pessoas, que são definidas a partir do pertencimento a uma nação só, como cidadãos participando da vida política de um Estado só. Assim, nessa concepção do mundo geopolítico, o assunto dos migrantes aparece problemático na medida em que eles participam da vida pública e sociopolítica de vários Estados-nação, eles suscitam desconfiança na medida em que não cabem nesse imaginário de contornos nacionais unívocos e colocam a questão de a qual Estado-nação vinculá-los enquanto atores políticos e enquanto membros de uma comunidade nacional (mas de

91 MASURE, François. Etat et identité nationale, un rapport ambigu. A propos des naturalisés. *Journal des anthropologues*, Hors-série « Identités nationales d’Etat », Charenton-le-Pont, 2007. p. 4.

92 BEAUD, Stéphane. Un ouvrier, fils d’immigrés, «pris» dans la crise: rupture biographique et configuration sociale. *Genèses*, Paris, v. 24, n. 1, p. 5-32, 1996.

que comunidade nacional?). É o que Joël Roman⁹³ chama de “era da suspeição”, quando sempre se desconfia da verdadeira lealdade dos imigrantes para com o país para o qual migraram e seu envolvimento na vida pública. Podemos ver aqui uma percepção dos imigrantes como irremediavelmente “outros”, pertencendo a horizontes longínquos, portadores de costumes e modos de vida potencialmente incompatíveis com a ideia que se faz do cidadão francês comum (é só pensar aqui no fato de que os imigrantes recém-chegados na França, com o intuito de se estabelecer a longo prazo no país, devem receber uma formação em educação cívica ao termo da qual terão que assinar um contrato chamado “Contrato de acolho e integração”, deixando entender que apenas um contrato poderia garantir a convivência entre os cidadãos nascidos no território francês e os imigrantes).

Contraponto: valorizar as memórias de imigrantes como memórias nacionais?

Depois de ter esboçado uma visão bem geral de uma forma de conceber a presença dos imigrantes no espaço público francês,⁹⁴ gostaria agora de tratar do assunto mais específico dos trabalhos de reconhecimento da contribuição das sucessivas ondas de imigração na construção da sociedade francesa contemporânea, que se oferecem como contraponto ao que foi exposto até agora. Os processos de valorização da presença de imigrantes na sociedade francesa se desenvolvem mais especificamente em trabalhos que buscam apresentar memórias de imigrantes como memórias nacionais.

A França está atravessada por uma onda de valorização de trabalhos sobre memórias diversas e variadas e, nesse contexto, se pode ver florescer numerosas pesquisas sobre as histórias nacionais. Porém, no meio dessa moda comemorativa, as histórias e memórias que se referem aos imigrantes permanecem raras, se trata de “memórias alternativas”,⁹⁵ “memórias clandestinas”⁹⁶ no seio das memórias definidas como nacionais, e isso apesar das numerosas reflexões desenvolvidas sobre o assunto desde os anos 1980 e a abertura de uma Cité Nationale de l’Histoire de l’Immigration em Paris em 2007.

De forma geral, as memórias de imigrantes são apreendidas de formas bem específicas. Primeiro, elas podem ser apresentadas sob a forma de memórias próprias a uma certa comunidade de imigrantes, mobilizadas para apoiar narrativas identitárias e para ressaltar certas visões do que significa pertencer a tal grupo de imigrantes (esse ponto é bastante presente no seio das comunidades dos armênios na França, por exemplo). Tais memórias são concebidas como memórias internas a grupos determinados e raramente se estabelecem pontos de junção com memórias definidas como memórias nacionais.

93 ROMAN, Joël. Les immigrés: de la périphérie politique aux enjeux de citoyenneté. *Ecarts d’Identité*, Grenoble, n. 89, p. 6-11, 1999.

94 Há de notar de passagem que o termo «imigrante» aqui não faz referência a qualquer indivíduo que deixou seu país natal para viver num outro país, o termo «imigrante» se define a partir de toda uma série de representações social e politicamente construídas: na França, por exemplo, falar de «imigrantes» é se referir muito mais a indivíduos originários dos países antigamente colonizados, de países específicos da África, do Oriente Médio, da Ásia e da América Latina do que a indivíduos originários da Suíça, dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, etc. O tema é demais complexo para ser desenvolvido aqui, queria apenas enfatizar que o “imigrante” é geralmente aquele vindo de fora e cuja presença na sociedade nacional levanta questões, aquele cuja mobilidade aparece, de certa forma, inesperada na percepção etnocêntrica de um mundo geopolítico no qual alguns são incentivados a se mover, circulam sem problemas através das fronteiras (geralmente indivíduos originários da Europa ocidental ou da América do Norte) enquanto outros são intimados a se ancorar e permanecer no lugar onde nasceram (aqueles que Michel Agier nomeia os “indésirables au monde” (AGIER, Michel. Il y a le monde et les indésirables du monde. *Article 11*, Saint-Denis, 19 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.article11.info/?Michel-Agier-II-y-a-le-monde-et-il>>. Acesso em: 09 jul. 2011.)

95 PINCONNAT, Crystel. Avant-Propos. @mnis: Histoire de l’immigration, traces et mémoire (Europe-Amérique, XIX^e siècle à nos jours), Bretanha, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.univ-brest.fr/amnis/documents/Avant-propos2007.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.

96 BOUBEKER, Ahmed. L’héritage de l’immigration postcoloniale comme expérience vécue: d’une mémoire politique des lutas à l’écriture de l’histoire. @mnis: Histoire de l’immigration, traces et mémoire (Europe-Amérique, XIX^e siècle à nos jours), Bretanha, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.univ-brest.fr/amnis/documents/Boubeker2007.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.

Segundo, as memórias dos imigrantes podem se encontrar integradas num quadro nacional, não por si, mas através de um prisma mais geral que as envolve, como, por exemplo, as memórias do mundo operário, as memórias dos bairros populares com projetos de renovação, etc. Também vale ressaltar que existe um conjunto de memórias, relativas à imigração, estreitamente relacionado aos processos de colonização e descolonização na história da França. Tais elementos são assuntos de vivas polêmicas nesse país, e tudo ocorre como se a sociedade francesa tivesse dificuldades de enfrentar esses temas, preferindo então considerá-los como páginas encerradas, eventos situados no passado do país (embora os processos de colonização e descolonização sejam assuntos sérios cujas consequências ainda se fazem sentir tanto nos países colonizados como na metrópole francesa – é só pensar nos vivos debates suscitados em 2005 quando do anúncio do presidente da República da criação de uma lei que incentivaria a tratar dos “aspectos positivos” da colonização nos programas escolares). Todos esses elementos fazem com que o tratamento de memórias de imigrantes como memórias nacionais fique oculto, trazendo consigo ambiguidade e desconforto.

Portanto, todas essas dificuldades para tratar das memórias dos imigrantes na França devem ser levadas como incentivos e desafios para desenvolver trabalhos de reconhecimento e valorização e dar a tais memórias qualidade de memórias nacionais, já que é inegável que os imigrantes constituíram (e constituem) uma parte ativa na construção da sociedade francesa. Segundo Léla Bencharif,⁹⁷ é apenas refletindo sobre uma história da França conjugada no plural que se pode ultrapassar uma memória oficial seletiva, repleta de silêncios e de violências subjacentes em relação às memórias dos imigrantes (entre as quais as memórias dos harkis⁹⁸ e dos manifestantes do 17 de outubro de 1961⁹⁹ são apenas exemplos.)

Tant l'absence d'un travail concernant la connaissance, la reconnaissance et la valorisation (matérialisation/publicisation) de ces mémoires de “migrance” a longtemps prévalu. Cette mécanique de l'oubli a de fait dessiné et institué, au cœur d'une mémoire collective – nous pourrions parler d'une mémoire officielle et donc sélective – les contours d'une amnésie sociale, autour de ces histoires de la France plurielle.¹⁰⁰

Para apoiar essas reflexões sobre o reconhecimento e a valorização de memórias de imigrantes como memórias nacionais, gostaria de apresentar agora um estudo de caso baseado num trabalho de pesquisa que realizei no meu mestrado na Universidade de Lyon (França) entre 2007 e 2008. Trata-se da ação “Miroir de l'intégration en Rhône-Alpes” em que adolescentes foram ao encontro de imigrantes para recolher seus relatos de vida, no intuito final de valorizar e recortar trajetórias migratórias e mostrar que cada um desses relatos de vida participou da escrita de uma página da história social, econômica e cultural da França.

97 BENCHARIF, Léla. Les enjeux d'une reconnaissance sociale des mémoires des immigrations. *Ecartés d'Identité*, Grenoble, n. 92, p. 45-49, 2000.

98 Os harkis são os argelinos que lutaram ao lado dos franceses durante a guerra de independência da Argélia. Quando da declaração da independência, eles se refugiaram na França, onde foram confinados em campos e lá foram esquecidos pelo país pelo qual lutaram.

99 Data da manifestação dos trabalhadores argelinos contra as repressões que sofriam, violentemente reprimida pela polícia e que terminou com a morte de vários manifestantes. Tal evento permanece desconhecido até hoje pela maior parte da opinião pública francesa.

100 BENCHARIF, Léla. Les enjeux d'une reconnaissance sociale des mémoires des immigrations, p. 1.

“Miroir de l’intégration en Rhône-Alpes”, reconhecer as memórias de imigrantes como patrimônio comum?

Apresentação da ação *“Miroir de l’intégration en Rhône-Alpes”*

“Miroir de l’intégration en Rhône-Alpes” é uma ação que nasceu do encontro entre duas organizações não governamentais (ONG) francesas que mantêm vínculos estreitos com o mundo da educação: a Fédération des Œuvres Laïques (FOL) e a Ligue de l’Enseignement (LE). Cada um desses organismos se apresenta como um ponto de articulação entre várias associações que têm em comum tocar nos assuntos da cidadania, da educação popular e da luta contra as desigualdades sociais; todos se anunciam como defensores dos valores da república, da democracia e da laicidade. O discurso republicano da FOL e da LE aparece como uma base sobre a qual vêm se esboçar retratos idealizados de uma França herdeira das ideias dos Iluministas, o país de defesa dos direitos humanos. Segundo diversos membros desses dois organismos, esses valores da França foram se perdendo ao longo dos últimos governos que se sucederam no país, e eles se dão por missão defender e reavivar essas ideologias frente aos cidadãos franceses e seus governantes. Tais discursos e projetos se refletem na ação “Miroir de l’intégration”, que tem como principal objetivo lutar contra os preconceitos e as discriminações que atingem os imigrantes: trata-se de “ênfatisar as contribuições dos imigrantes na elaboração de um patrimônio comum” e “fazer evoluir de maneira positiva as representações vinculadas à imigração”. Tal ação foi elaborada a partir de uma vontade de ressaltar o retrato (idealizado) de uma França de alguns anos atrás, vista pelos iniciadores do projeto como um país cujos valores republicanos faziam dele um país acolhedor para os imigrantes que contribuíram com a construção do país atual; essa imagem esboça os traços de uma França que, na verdade, nunca existiu, mas que se desenha como ponto inicial para defender certas mensagens sociais e políticas.

Concretamente, “Miroir de l’intégration” se apresenta como um convite feito no início de cada ano letivo, para diversas instituições educativas que trabalham com adolescentes (colégios, centros socioculturais, etc.), para formar grupos de jovens cuja “missão” é recolher relatos de vida de imigrantes de mais de 60 anos, dando uma atenção específica para as trajetórias de chegada deles e para os primeiros anos passados na França. Num primeiro momento, em setembro, na hora da volta do período escolar na França, cada grupo faz uma pesquisa para encontrar um imigrante para entrevistar, essa pessoa é chamada de “*témoin*” (“testemunha”) pelos organizadores da ação. Depois, os jovens desenvolvem um trabalho com o responsável do grupo (um professor, um animador cultural, etc.) sobre as perguntas que eles querem fazer. O terceiro passo é o encontro entre os adolescentes e a “testemunha”, os jovens passam um tempo entrevistando e filmando a pessoa que conta o percurso migratório dela. A etapa seguinte é a hora da montagem: entre as várias horas de entrevistas, cada grupo tem que constituir um pequeno filme de apenas oito minutos. Esse ponto representa várias horas de discussões e de trabalhos de seleções de cenas entre os adolescentes e o responsável. Em junho, com a chegada do fim do ano letivo, todos os grupos de cada departamento da região Rhône-Alpes se reúnem num cinema para ver todos os filmes que foram realizados no projeto “Miroir de l’intégration”. Finalmente, em setembro, ao iniciar-se o ano letivo seguinte, a FOL e a LE produzem um DVD juntando todos os filmes realizados na escala regional para distribuí-lo a cada instituição participante.

Ao acompanhar o desenvolvimento de “Miroir de l’intégration” e ao assistir a todos os filmes que foram realizados ao longo do ano letivo 2007-2008, pude notar que os curta-metragens de cada grupo apresentavam uma trama similar. Num primeiro momento, a “testemunha” explica quais foram os motivos que a levaram a deixar o país de origem, depois ela descreve as dificuldades encontradas no caminho e na chegada à França (a barreira da língua, as dificuldades para ter os documentos para legalizar a presença no território francês, os preconceitos, são os obstáculos mencionados pela grande maioria das pessoas entrevistada), mas que um forte ânimo e comunhão de valores com os outros cidadãos franceses (tolerância, respeito ao próximo, assistência mútua, etc.) lhes permitiram superar para, finalmente, se sentir parte integrante do país “de acolhimento”. Todavia, cada pequena produção dos adolescentes tem seu toque particular, mais especificamente no que se relaciona à evocação da cultura do país de origem da pessoa entrevistada (os jovens decidiram colocar um tango num filme com uma “testemunha” argentina ou mostrar pinturas de Picasso num curta com um espanhol ou diversas canções na língua natal do imigrante interveniente ou receitas “típicas” que a “testemunha” ensinou durante a entrevista, etc.). No final das contas, o conjunto dos pequenos filmes realizados se apresenta como um vaivém entre referências específicas a outros lugares (às vezes tingidas de exotismo) – através dos elementos que acabei de mencionar – e pontos comuns (comunhão de valores garantindo o “viver juntos”). Assim, se pode dizer de certa forma que os trabalhos incentivados pela ação “Miroir de l’intégration” se apresentam como um jogo de renegociação das fronteiras discursivas, memoriais e políticas construídas entre um “Nós” (nacional) e um “os Outros” (os imigrantes). De fato, enfatizando sucessivamente a defesa de valores compartilhados pelos franceses nascidos na França e pelos imigrantes (garantia de um ideal de “viver juntos” no seio do Estado-nação francês), e valores imaginários que remetem a culturas do país de origem dos imigrantes solicitados, as memórias das “testemunhas”, apresentadas como constitutivas de um patrimônio francês comum pelos participantes de “Miroir de l’intégration”, mostram que as fronteiras entre o “Nós” nacional e “os Outros” são maleáveis, porosas e sempre cruzadas.

Memórias de imigrantes para conquistar o espaço público francês

Com “Miroir de l’intégration”, que se desenvolve acerca da divulgação de curtas, promoção de performances artísticas e organizações de debates, os membros da FOL e da LE oferecem, para as memórias de imigrantes, meios de conquistar espaços públicos, de fazer ouvir suas vozes nas “esferas públicas de representação, negociação e interlocução”¹⁰¹ e meios de participar do que Sonia Alvarez, com apoio de Nancy Fraser, apresenta como “arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos”.¹⁰² Estamos frente a “outras” memórias e narrativas que competem com as memórias e narrativas nacionais oficiais, mais comumente valorizadas (nas quais vimos que o tema das imigrações aparece mais opaco). Sendo definidas como um patrimônio comum pela ação “Miroir de l’intégration” e sendo promovidas por filmes projetados em sala de cinema e distribuídas sob forma de DVD, as memórias dos imigrantes são apresentadas como memórias nacionais que precisam ser tiradas da “clandestinidade” mencionada por Ahmed Boubeker. É preciso ressaltar que

101 ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 43.

102 Ibid.

a ação movida pela FOL e pela LE faz questão de não focalizar em imigrantes vindos de países específicos,¹⁰³ mas de recortar trajetórias diversificadas. Dessa forma, “Miroir de l’intégration” se define como um espaço em que memórias de imigrantes, memórias de diversos horizontes, podem ser tratadas em termos de memórias nacionais, propondo assim outros retratos de uma França, dessa vez apresentada como culturalmente plural.

Todavia não se trata de idealizar “Miroir de l’intégration”, nem de cair numa utopia que veria num trabalho sobre patrimônios e memórias, um vetor espontâneo de coesão social.¹⁰⁴ Assim, é de notar que, no final das contas, são as mensagens dos grupos de adolescentes (com apoio nas instruções deixadas pelos organizadores da ação) que vêm tingir os filmes produzidos e que acabam por ser repassados no espaço público (retratos idealizados da França, ideais de integração e de “viver-juntos”), relegando as mensagens das “testemunhas” ao segundo plano. De fato, um ponto enfatizado pelo discurso dos organizadores de “Miroir de l’intégration” é que uma conversa prévia com o imigrante solicitado deve fazê-lo entender que o filme produzido a partir do relato dele será da autoria do grupo e da ação e não dele. Portanto, apesar de tudo que foi exposto até agora, a valorização das memórias dos imigrantes incentivada por “Miroir de l’intégration” acaba se oferecendo mais como uma forma de ressaltar certo ideal de uma França acolhedora e defensora de valores republicanos (diga-se de passagem que um dos objetivos da ação é “mostrar até que ponto a ‘máquina de integrar’ republicana funcionou”) do que como uma real vontade de dar a palavra aos imigrantes. Minha proposta aqui não é apresentar as “testemunhas” como agentes passivas no processo através do qual se constrói “Miroir de l’intégration”, e quero mostrar agora como elas se aproveitam dos espaços abertos pela ação para introduzir “sub-repticiamente” suas próprias mensagens.

Memórias migrantes: memórias de alhures, memórias nacionais, memórias do “entre-deux”

“Miroir de l’intégration en Rhône-Alpes” se reveste de uma espécie de militância cuja proposta é valorizar a presença dos imigrantes na França num contexto político desfavorável (e até violento) aos estrangeiros que tomam a iniciativa de vir se instalar neste país. Nessa óptica, a ação é muito dirigida para o processo de chegada das pessoas solicitadas para contar sua trajetória migratória e sua vida na França. Portanto, a vida das “testemunhas” em seu país natal, o processo de emigração e tudo o que ele implica se encontram desconsiderados. Assim, na hora da entrevista, as perguntas dos adolescentes solicitados pela ação orientam a “testemunha” a contar sua vida na França, mais do que suas relações com o país natal; já aponte também que as menções ao país de origem aparecem bastante esparsas nos filmes e são mais usadas para fazer referência a lugares um pouco exóticos, a costumes de outras culturas.

Seria interessante, no entanto, levar em conta tudo o que os migrantes construíram antes de iniciar o processo de emigração para alcançar novas reflexões sobre a vida de-

103 As diversas origens das «testemunhas» solicitadas nem sempre são reveladores das diversas ondas de imigração que moveram o departamento ou a região nos quais trabalham os grupos, na realidade, a escolha do imigrante entrevistado por cada grupo é mais fruto do acaso (geralmente são os coordenadores dos adolescentes que procuram alguém nos meios familiares deles – associação, parentes...) do que a busca de tratar de determinadas imigrações.

104 CHAVANON, Olivier. La folklorisation du souvenir des immigrés. In: *Ville et mémoire du voyage*. Actes de la rencontre. Paris: L’Harmattan, 2007. p. 63-72.

les entre a França e um país de origem que, para eles, representa outra coisa além de um toque de cores para enfeitar o retrato de uma França culturalmente plural; o país natal representa um pano inteiro da vida das “testemunhas”, e elas se vinculam a ele através de sentimentos de pertencimento e afetos complexos, às vezes ambivalentes e dolorosos. É importante perceber que os migrantes naturalizados se definem como “franceses de origem...” e não como meros “franceses”. Muitos estudos sociológicos construídos a partir de relatos de vida de migrantes¹⁰⁵ mostram como a vida desses últimos se constroem num “entre-deux” difícil de capturar, que se exprime mais por silêncios do que palavras, que se encontra entre as linhas dos relatos dos migrantes, que está sempre presente, mas de forma implícita. Percebendo que esses últimos pontos não estavam presentes na forma adotada por “Miroir de l’intégration” para tratar de migração, procurei, ao longo da minha pesquisa com essa ação, questionar através de que palavras e segundo que termos se desenvolvia o processo de reconhecimento da contribuição dos imigrantes na constituição da sociedade francesa. Como já expliquei, pude observar rapidamente que, nos filmes, poucas referências eram feitas ao duplo sentimento de pertencimento dos imigrantes, sentimento que geralmente é acompanhado por uma sensação de não saber mais com que se identificar, onde fica “seu lugar” (dos trinta filmes do DVD realizado por “Miroir de l’intégration” no período letivo de 2007-2008, apenas um põe em cena uma cambojana que menciona a tristeza que sentiu quando foi visitar seu país de origem – que ela havia deixado com menos de 10 anos – ao ver que não sabia ler sua língua natal, e que conta o quanto ela se sentiu perdida ao voltar para a França, não sabendo mais onde ela se sentia “em casa”).

Volto aqui à observação de que os filmes realizados por “Miroir de l’intégration” se apresentam mais como formas de divulgar a mensagem dos organizadores e de cada grupo de adolescentes participante, do que a da própria “testemunha”; portanto, vi que, em alguns casos, tal ponto acabava gerando mais sentimentos de frustrações do que de reconhecimento nos imigrantes solicitados. Isso ficou bem claro nos “bastidores” da entrevista e da montagem dos filmes, quando as “testemunhas” tinham mais oportunidade para exprimir sua raiva, tristeza ou frustração. Algumas delas se aproveitaram de outros espaços oferecidos pela ação “Miroir de l’intégration” (o dia da projeção dos filmes nos cinemas locais, a jornada de estudos sobre o desenrolamento da ação ao longo do ano, etc.) para reivindicar que a memória é delas, a vida é delas e criticaram os filmes, realizados a partir dos relatos delas, mas sem que as mensagens que elas queriam transmitir aparecessem. Elas tentavam transmitir, nessas ocasiões, tudo o que achavam importante falar sobre elas e sobre sua vida e que não foi captado pelos jovens de “Miroir de l’intégration”. Por exemplo, um argelino interpelou os jornalistas que acompanhavam o dia da projeção dos filmes em junho, exclamando “Mais par contre j’ai autre chose à dire, par contre, quand on rentre chez nous, ils nous prennent pour des étrangers, alors on est plus Algériens comme eux. Moi j’ai pas honte de le dire, ça; faut voir que quand on arrive là-bas, c’est un catastrophe, hein. Et ça, faut qu’on retourne, y a rien à faire, on a nos familles, nos sœurs, nos frères, mais s’il faut choisir, je resterais en France... j’ai passé les ¾ de ma vie ici, alors... Mais si vraiment il fallait tout refaire, je resterais là-bas, je viendrais pas ici, parce que on a trop souffert

105 SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1992. p. 173-234; BEAUD, Stéphane. *Un ouvrier, fils d’immigrés, «pris» dans la crise: rupture biographique et configuration sociale*; BOUBEKER, Ahmed; HAJJAT, Abdellali (Dir.). *Histoire politique des immigrations (post)coloniales*. France 1920-2008. Paris: Amsterdam, 2008, entre outros.

ici.”¹⁰⁶ Muitas das “testemunhas” também tentaram reivindicar o inexprimível, os silêncios que fazem sentido, tudo o que a entrevista com os jovens não lhes permitiu dizer, mas que era muito importante para eles; frases tais como “y a beaucoup de choses à raconter, mais je sais pas ce qu’il faut raconter”. “Y a tellement de choses à dire, je ne dirai pas tout, on ne dit jamais tout”,¹⁰⁷ eram muito comuns quando se conversava com as “testemunha” nos “bastidores” de “Miroir de l’intégration”.

O percurso dos imigrantes pode ser marcado por experiências tão intensas que fica difícil exprimi-las em palavras, por isso, para as “testemunhas” era importante que o que elas conseguiram falar, transmitir, aparecesse nos filmes; assim, a sensação de frustração e até de traição foi muito forte para algumas delas, ao ver que as mensagens que elas queriam repassar desapareceram na hora da montagem do filme. Uma das testemunhas reclamou que o grupo de jovens com o qual ela trabalhou tinha cortado as cenas em que ela chorava: “ils ont coupé la moitié, ils auraient dû me demander, c’était mon film [...] parce que nous, on parle de ce qu’on a dedans. [...] On m’a coupé la tête, ils m’ont coupé les jambes”.¹⁰⁸

Com essas palavras, os imigrantes solicitados por “Miroir de l’intégration” mostram os limites do processo de reconhecimento desenvolvido pela ação e tentam se reapropriar de suas memórias. Essas falas mostram até que ponto trabalhar com memórias de imigrantes para valorizar a presença deles na França é algo complexo, que não implica apenas ideologias, militâncias e meros relatos de vida, isso também envolve sentimentos que podem ser violentos, memórias polissêmicas que aparecem como inscritas nos próprios corpos dos imigrantes. Tal ponto também mostra que, no final das contas, o que está em jogo em ações tais como “Miroir de l’intégration” ultrapassa de longe os meros objetivos de defender certos valores republicanos, para tocar em assuntos ambivalentes e ambíguos que escondem negociações sociais, políticas e identitárias mais amplas.

Memórias migrantes, memórias nacionais: deixar espaços para pensar a complexidade da polissemia

O que foi exposto até agora teve por objetivo deixar claro que não existem trabalhos sobre histórias e memórias que sejam neutros e simples. Léla Bencharif¹⁰⁹ explica que, quando se trata de imigração e de imigrantes, tais trabalhos adquirem um grau de complexidade maior, devido à motilidade das “mémoires migrantes” (“memórias migratórias”). Quais são os espaços que se abrem para pensar as memórias migrantes como memórias nacionais? Segundo que termos se pode tratar delas nessa qualidade? Como pensar o reconhecimento de memórias migrantes como memórias nacionais quando as primeiras se constroem a partir de retóricas quase opostas àquelas a partir das quais se constroem as segundas? De fato, tal como o escreve Marc Abélès,¹¹⁰ o Es-

106 Tenho outra coisa para dizer, quando a gente volta para casa, eles nos consideram como estrangeiros, então não somos mais argelinos como eles. Eu não tenho vergonha de dizer isso; tem que ver quando a gente chega lá, é uma catástrofe, né. Mas temos que voltar, não tem jeito, temos nossas famílias, nossas irmãs, nossos irmãos, mas se tivesse escolha, eu ficaria na França... passei ¾ da minha vida aqui, então... Mas se realmente tivesse de fazer tudo de novo, eu ficaria lá, não viria para cá, porque sofreremos demais aqui.

107 Tem muitas coisas para contar, mas não sei o que é preciso contar; Tem tanta coisa para dizer, não direi tudo, nunca se diz tudo.

108 Eles cortaram a metade, eles deveriam ter me perguntado antes, era o meu filme [...] porque a gente fala do que a gente tem por dentro [...] Me cortaram a cabeça, me cortaram as pernas.

109 BENCHARIF, Léla. Les enjeux d’une reconnaissance sociale des mémoires des immigrations.

110 ABÉLES, Marc. Préface. In: APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme: les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot, 2005. p. 7-22.

tado-nação se investe no “local” e se concebe acerca das retóricas da estabilidade, da constância, da permanência. Ao contrário, os imaginários através dos quais se desenha a figura do migrante são os do movimento, do que é provisório, do que é longínquo.¹¹¹ Assim, as memórias migrantes evocam movimentos, enquanto as memórias nacionais têm tendência a ser ancoradas num espaço territorial bem definido (território do Estado-nação), deixando pouco espaço para as narrativas do “entre-dois” a partir das quais se constroem as memórias migrantes. Com efeito, através das lembranças deles, os imigrantes sempre evocam uma origem, lugares e pessoas do país natal a partir dos quais eles estabelecem pontes com a vida cotidiana na França, elaborando dessa forma memórias ambivalentes. Essa questão da origem nas memórias dos imigrantes é complexa de ser tratada porque, por um lado, ela não deve servir de pretexto para atribuir uma identidade-essência à qual os imigrantes seriam reduzidos (uma origem longínqua que remeteria a uma alteridade irredutível), por outro lado, é indubitável que o país de origem é uma parte fundamental nos relatos de vida dos migrantes (e, portanto, ao trabalhar sobre a valorização de memórias de imigrantes como memórias nacionais, deve-se levar a conta a origem dos migrantes para ultrapassar um etnocentrismo que tende a negar aos imigrantes uma história anterior à chegada na França). O desenvolvimento da ação “Miroir de l’intégration” ilustra que o meio-termo que permitiria escapar desses dois extremos para falar do percurso dos imigrantes não é sempre fácil de encontrar. Em matéria de memórias de imigrantes como memórias nacionais, uma metáfora de Amin Maalouf¹¹² a respeito dos países de chegada poderia ser bem útil: essas memórias não devem ser inscritas num livro de páginas brancas, como se nada fosse escrito antes delas, pois as memórias nacionais na França implicam muito mais assuntos do que a mera imigração, porém, elas também não podem ser escritas com as palavras de um livro já acabado; as memórias migrantes como memórias nacionais são páginas que estão sendo escritas. Seriam páginas escritas com várias mãos, em várias línguas, pois as memórias dos imigrantes são polissêmicas, e os diferentes termos (e silêncios) mobilizados para tratar delas nem sempre se articulam harmoniosamente. Esse último ponto apareceu de forma bastante clara no encontro entre os diferentes participantes de “Miroir de l’intégration” (jovens, organizadores, responsáveis de grupo e testemunhas).

Expus aqui que a vontade dos organizadores da ação de apresentar as memórias dos imigrantes como patrimônio comum se manifesta mais como uma chamada para lembrar valores de uma França acolhedora, herdeira das ideologias iluministas, defensora dos direitos humanos, etc. Essa ação oferece certa visibilidade, um espaço de expressão para os imigrantes solicitados, que aproveitam a oportunidade para falar, entre as linhas dos filmes, nos bastidores da realização do DVD, da dificuldade de contar a trajetória deles com simples palavras, das dificuldades de viver num “entre-dois” (entre-dois países, entre-dois sentimentos de pertencimentos, etc.). Tais recados têm menor chance de serem percebidos, entendidos do que as mensagens claramente expostas pelos organizadores de “Miroir de l’intégration” e pelos grupos dos jovens participantes, pois são expressos de forma mais oculta, dissimulada. Porém, não se podem negligenciar as diversas formas de investir nesse espaço de expressão, encarnado pela ação “Miroir de

111 HAMMOUCHE, Abdelhafid. Le migrant et l’espace du politique. *Ecarts d’Identités*, Grenoble, n. 89, p. 33-36, 1999. Disponível em: <http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/6_89_9.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.

112 MAALOUF, Amin. *Les identités meurtrières*. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1998.

l'intégration", para apresentar e divulgar diversos usos e interpretações de memórias de imigrantes, já que é jogando com esses espaços que os imigrantes conquistam a possibilidade de não ser mais os objetos nem os assuntos de memórias que querem ser apresentadas como nacionais, mas sim os *produtores* e *portadores* delas.

Queria fazer desse breve texto um esboço de reflexões que levariam a questionar mais amplamente os espaços e os termos mobilizados para a expressão de memórias de imigrantes na França, que deixam aos poucos de serem "clandestinas", saem das sombras de memórias oficiais seletivas para conquistar maior visibilidade e reivindicar um direito de (se) narrar diferentemente, jogar novas luzes sobre histórias da França contemporânea. Através do estudo de caso de "Miroir de l'intégration", quis mostrar que as negociações que se estabelecem acerca das diversas formas de reconhecer a importância das memórias dos imigrantes e das várias contribuições que elas podem trazer para refletir sobre certos ideais de "viver juntos" na França, estão longe de ser fluidas e harmoniosas (assim, apesar de todas as boas intenções de "Miroir de l'intégration" e seu objetivo de valorizar as memórias de imigrantes, vimos que a ação podia acabar gerando frustrações e impressões de incompreensão por parte dos imigrantes solicitados). Todavia, acho que é tomando consciência dessas dificuldades de articulação nas narrativas de memórias polissêmicas que reflexões mais frutíferas poderão ser desenvolvidas a respeito da valorização da presença dos imigrantes na França e do reconhecimento da contribuição deles no processo perpétuo de construção desse país. Talvez seja na aceitação de dissonâncias e não nas utopias de harmonia que puderam nascer os debates mais construtivos acerca das diversas concepções do "viver juntos" na França.

Referências

- ABÉLES, Marc. Préface. In: APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme: les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot, 2005. p. 7-22.
- AGIER, Michel. Il y a le monde et les indésirables du monde. *Article 11*, Saint-Denis, 19 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.article11.info/?Michel-Agier-Il-y-a-le-monde-et-il>>. Acesso em: 09 jul. 2011.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 15-57.
- BEAUD, Stéphane Un ouvrier, fils d'immigrés, «pris» dans la crise: rupture biographique et configuration sociale. *Genèses*, Paris, v. 24, n. 1, p. 5-32, 1996.
- BENCHARIF, Léla. Les enjeux d'une reconnaissance sociale des mémoires des immigrations. *Ecartés d'Identité*, Grenoble, n. 92, p. 45-49, 2000.
- BOUBEKER, Ahmed. L'héritage de l'immigration postcoloniale comme expérience vécue: d'une mémoire politique des luttes à l'écriture de l'histoire. @mnis: Histoire de l'immigration, traces et mémoire (Europe-Amérique, XIX^e siècle à nos jours), Bretanha, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.univ-brest.fr/amnis/documents/Boubeker2007.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2011.
- BOUBEKER, Ahmed; HAJJAT, Abdellali (Dir.). *Histoire politique des immigrations (post)coloniales. France 1920-2008*. Paris: Amsterdam, 2008.
- CHAVANON, Olivier. La folklorisation du souvenir des immigrés. In: *Ville et mémoire du voyage. Actes de la rencontre*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 63-72.

- HAMMOUCHE, Abdelhafid. Le migrant et l'espace du politique. *Ecarts d'Identités*, Grenoble, n. 89, p. 33-36, 1999. Disponível em: <http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/6_89_9.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2012.
- LA LIGUE de l'enseignement. Miroir de l'intégration. Appel à projet. Chambéry, FOL73, 2007a.
- LA LIGUE de l'enseignement. Miroir de l'intégration. Feuille de route. Chambéry, FOL73, 2007b.
- MAALOUF, Amin. *Les identités meurtrières*. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1998.
- MASURE, François. Etat et identité nationale, un rapport ambigu. A propos des naturalisés. *Journal des anthropologues*, Hors-série « Identités nationales d'Etat », Charenton-le-Pont, p. 39-50, 2007.
- MIROIR de l'Intégration. *Les voisins d'à côté*. Radio Grésivaudan, 2 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.radio-gresivaudan.org/Les-voisins-d-a-cote.html>>. Acesso em: 21 jun. 2008.
- MIROIR de l'Intégration en Rhône-Alpes. 3. ed. Caluire: Urfol, 2008. DVD, 192 min.
- NOIRIEL, Gérard. «*Color blindness*» et construction des identités dans l'espace public français. In: FASSIN, Didier; FASSIN, Eric. *De la question sociale à la question raciale*. Représenter la société française. Paris: La Découverte, 2006. p. 166-182.
- PINCONNAT, Crystel. Avant-Propos. @*mnis*: Histoire de l'immigration, traces et mémoire (Europe-Amérique, XIX^e siècle à nos jours), Bretanha, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://www.univ-brest.fr/amnis/documents/Avant-propos2007.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.
- ROMAN, Joël. Les immigrés: de la périphérie politique aux enjeux de citoyenneté. *Ecarts d'Identité*, Grenoble, n. 89, p. 6-11, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1992. p 173-234.
- SCHNAPPER, Dominique. *La France de l'intégration: Sociologie de la nation en 1990*. Paris: Gallimard, 1991.

A comunidade árabe de Juiz de Fora (MG) e sua pluralidade identitária

Rodrigo Ayupe Bueno da Cruz¹¹³

Introdução

O objetivo principal deste artigo é discutir os processos de construção identitária na comunidade árabe¹¹⁴ de Juiz de Fora. Se, por um lado, os imigrantes árabes e seus descendentes procuram consolidar sua inserção na sociedade receptora ao negociar sua participação nos critérios da identidade nacional, por outro, seus laços distintivos são reforçados em diversos contextos por meio da construção de fronteiras simbólicas em relação aos brasileiros.

A imigração árabe para Juiz de Fora se inicia significativamente com a chegada de um grupo de cristãos libaneses na década de 1890. Contudo, segundo Michel Arbaché,¹¹⁵ os pioneiros desse processo foram os irmãos libaneses Darwish e Daibess Massud, naturais de Majd-El-Maux, que chegaram a Juiz de Fora em 1885. O primeiro sírio da cidade foi o imigrante Neman Salomão, que chegou à cidade em 1903, e depois dele vieram Eduardo Neif Haddad, Hanna Mussi Arbaché, Neif Rafful Mukdeci, Assad Sayegh e muitos outros de Yabroud.

Essa primeira leva imigratória se deu em um contexto mais amplo da diáspora médio-oriental para o Brasil, no qual jovens cristãos sírios e libaneses partiam de sua região de origem, em sua maioria solteiros, em busca de melhores condições de vida e novos desafios.¹¹⁶ Seus destinos iniciais foram as grandes metrópoles do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, porém, ao perceber o inchaço populacional dessas grandes cidades em consequência da expansão da economia cafeeira, eles procuraram as cidades mais próximas, onde tivessem mais oportunidades de “ganhar a vida”. Esses imigrantes, então, tomavam, em sua maioria, os trens da Estrada de Ferro D. Pedro II ou Estrada de Ferro

113 Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em Antropologia (PPGA-UFF) e pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos do Oriente Médio (Neom-UFF).

114 Utilizo a categoria “árabe” para me referir aos imigrantes de fala e cultura árabe que se reconhecem como um só grupo a partir desses denominadores comuns. Além do termo genérico árabe, esse grupo étnico é identificado por outras designações: começando pelo termo “turco” atribuído pela sociedade brasileira ou pelas categorias “sírio-libanês” e “sírio e libanês”, criadas pelos imigrantes e descendentes no Brasil. Além disso, essas identidades podem ser nacionais (síria, libanesa), locais (Yabroud, Ras Baalbek), e religiosas (cristãos maronitas, cristãos melquitas). No final do século XX, chegaram os primeiros muçulmanos na cidade, e, em 1998, foi criada a Associação Beneficente Islâmica de Juiz de Fora, estabelecida atualmente na avenida dos Andradas. Entretanto, neste artigo, me dedicarei apenas ao estudo da comunidade árabe formada pelas famílias dos primeiros imigrantes, todos de origem cristã. Para informações sobre os muçulmanos de Juiz de Fora, ver CUNHA, Fawzia Oliveira Barros da. *Véus sobre a rua Halfeld*: um estudo sobre as mulheres muçulmanas da Mesquita de Juiz de Fora e o uso do véu. Juiz de Fora: PPCIR/Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

115 ARBACHE, Saba Michel. Sírios e libaneses na história da imigração. *O Lince*, ano 53, n. 1.377, p. 30-34, 1964.

116 Para uma contextualização detalhada dos motivos de saída dos imigrantes árabes do Oriente Médio, ver KHATER, Akram Fouad. *Inventing home: emigration, gender e the middle class in Lebanon 1870-1920*. Londres: University of California Press, 2001; PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

Leopoldina em direção à Zona da Mata mineira, concentrando-se principalmente em Juiz de Fora, o polo econômico da região. Ao longo do século XX, esta cidade recebeu novas levas de imigrantes do Oriente Médio, principalmente no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da Guerra Civil Libanesa (1975-1990).

O interesse por esse objeto surgiu de uma pesquisa anterior na qual estudei a inserção da família Ayupe na cidade mineira de São João Nepomuceno,¹¹⁷ localizada a 65 km de Juiz de Fora. Durante o processo de pesquisa, foi necessária a realização de entrevistas com seus descendentes diretos que residem atualmente em Juiz de Fora. A partir de então, tomei conhecimento do tamanho da colônia sírio-libanesa dessa cidade, tanto pelo número de famílias com origem médio-oriental quanto pela pluralidade de instituições de sociabilidade, ou religiosas, e pelos estabelecimentos comerciais e industriais construídos no local. Portanto, neste momento, esta pesquisa se debruça sobre a análise dos processos de construção identitária articulados pelos seus agentes nos principais espaços de sociabilidade fundados pelos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora.

A metodologia desenvolvida nessa pesquisa consiste dos seguintes pontos: realização de entrevistas com os membros da comunidade árabe de Juiz de Fora; observação participante¹¹⁸ nas suas principais atividades; e análise dos documentos escritos disponíveis em suas instituições. Utilizo a técnica das entrevistas para acessar as memórias e os pontos de vista desses agentes acerca dos fenômenos estudados. A observação participante tem me possibilitado alcançar dimensões mais profundas do que o conteúdo dos discursos produzidos nas entrevistas. E, por último, venho analisando os documentos escritos com o objetivo de compreender os processos históricos responsáveis pela constituição dessa comunidade no presente.

A partir do trabalho de campo no Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora, tive acesso às principais famílias árabes estabelecidas na cidade, já que a maioria delas ocupa cargos importantes na diretoria do clube. Em consequência disso, fui levado a outros importantes espaços, como o do Grupo Nabak, que se reúne no subsolo do Clube Sírio e Libanês; a Igreja Melquita; e a importantes eventos na cidade, como o almoço beneficente para a construção da Igreja Maronita de São Charbel.

A etnicidade árabe em Juiz de Fora (1890-1950)

Utilizo o termo etnicidade árabe para me referir aos sistemas de classificação empregados aos imigrantes de fala e “cultura” árabe na sociedade brasileira, que os distinguem dos brasileiros.¹¹⁹ Essas designações, são construídas pelos próprios atores sociais durante o processo interativo, já que esse fenômeno tem como objetivo organizar as

117 Esta pesquisa foi realizada com a minha própria família, por meio de entrevistas com os descendentes diretos do imigrante Abrahim Camilo Ayupe e pela análise de sua autobiografia, já que este foi o primeiro membro da família a emigrar para o Brasil, chegando a São João Nepomuceno em 1902. O estudo da trajetória desse imigrante, que é o meu tio bisavô, foi o ponto de partida para analisar o processo de inserção da família Ayupe nessa cidade.

118 *Observação participante* é o método que ficou consagrado na antropologia a partir dos trabalhos de Bronislaw Malinowski, nos quais o antropólogo procura participar das principais atividades realizadas pelo grupo que está estudando. Segundo ele, o antropólogo precisa se inserir no universo do grupo que está estudando, e o “objetivo final que um etnógrafo nunca deve perder de vista é compreender o ponto de vista do nativo, a sua relação com a vida, perceber a sua visão de mundo (MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução - Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 25-28).

119 PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Grupos étnicos e etnicidade. In: _____. *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p.68-78.

interações entre as pessoas.¹²⁰ Segundo Barth, o fenômeno da etnicidade se explica tanto pelo acionamento de uma identidade étnica, quanto pela organização das interações sociais, no sentido de manter as fronteiras étnicas entre os grupos em contato. Essas fronteiras são delimitadas a partir da organização das diferenças culturais, ou seja, durante o processo interativo os próprios atores selecionam os traços culturais que gostariam de enfatizar como diacríticos da identidade adotada.^{121,122,123}

Na fase inicial do período imigratório (1890-1950), a elite brasileira estabelecia os critérios definidores da identidade nacional brasileira, e grande parte dela resistia à integração dos imigrantes não europeus. Assim, gerava-se um conflito interno no país entre a formação da identidade nacional e a questão da etnicidade. Para Lesser, havia uma queda de braço entre os líderes das comunidades não européias – entre os quais os árabes estavam incluídos – que tentavam definir seus espaços sociais, e os políticos e intelectuais brasileiros, que, por meio da imprensa, buscavam reforçar os limites da brasilidade.¹²⁴

A resistência à integração árabe era expressa na esfera pública por meio da criação e veiculação de estereótipos depreciativos acerca desses imigrantes ancorados na categoria genérica de “turcos”. Um exemplo disso está relacionado à preferência dos primeiros imigrantes árabes pelos casamentos endógenos (dentro da própria colônia). Logo, muitos intelectuais brasileiros os criticavam, defendendo o argumento de que os sírios e libaneses eram resistentes à assimilação e, por isso, não poderiam estar inclusos na identidade nacional. Nesse contexto, criava-se um paradigma na sociedade brasileira: “turco só casa com turco”.¹²⁵

O estranhamento cultural causado por esses imigrantes, principalmente em relação à comida, à música e à dança, também foi significativo para a veiculação dessas imagens depreciativas acerca do “turco”. Em se tratando da comida, John Karam sustenta que as elites brasileiras utilizavam os alimentos para marcar as diferenças pouco apetitosas dos médio-orientais. Segundo ele, ao insistir na “estranheza” culinária oriental, os intelectuais do país reforçavam publicamente a posição periférica ou externa dos árabes na nação. Além disso, circulavam, em diversas regiões do Brasil, boatos populares sobre essa comida, afirmando que os árabes eram canibais. Os brasileiros construíram essa visão sobre os árabes devido ao consumo do kibe nyi (carne de cordeiro moída crua misturada com trigo, servida com azeite e cebola crua). Como eles não conheciam os pratos feitos com carne crua naquela época, pensaram que o cordeiro era carne humana.¹²⁶

Da mesma forma que a comida, a música e a dança árabes também foram elementos marginalizados por essas elites. A esse respeito, John Karam cita um artigo escrito pelo jornalista Guilherme de Almeida no início dos anos 1930, no qual foi escrito o seguinte: “É uma música bamba, muito gemida, com um barulho de água sacudida dentro de latas. Vejo um ventre e um umbigo dançando nessa música. No balcão o eterno gramo-

120 BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 27.

121 Ibid., p.25-67.

122 BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: _____. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p.108-138.

123 BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. In: Antropolítica, Niterói, n.19, p. 15-30, 2005.

124 LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p.23-24.

125 TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009. p. 90.

126 KARAM, John Tofik. Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 204.

fone geme, molengo, uma dança do ventre. Da melodia monótona pula, às vezes, como de um mergulho, para o uivo de uma mulher".¹²⁷

Entre as principais características desses imigrantes, a dedicação ao comércio, sobretudo no seu trabalho de mascate, era o principal alvo das críticas elaboradas pelos brasileiros, que muitas vezes provocava conflito não somente entre as elites brasileiras e imigrantes nos debates sobre a identidade nacional, mas também na vida cotidiana, em que a elite e as camadas populares se envolviam em confrontos que chegavam até mesmo às agressões físicas e processos judiciais. A pesquisa desenvolvida por Juliana Dornelas,¹²⁸ concentrada no período de 1890-1940, demonstra que a concentração de mascates sírios e libaneses na cidade de Juiz de Fora e adjacências provocou diversas situações de conflito com os juiz-foranos. Com base nas fontes consultadas do Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e do *Jornal do Comércio*, a autora discute os problemas causados para o comércio da cidade pelos mercadores ambulantes além de analisar os processos criminais envolvendo os sírios e libaneses.

Sobre os problemas causados pelos mascates ao comércio local, Dornelas destaca a tentativa do governo municipal de controlar o mascateio por meio de resoluções elaboradas pela Câmara Municipal nas quais era regulado e taxado o ofício de mascate. Embora a autora esclareça que esse controle do comércio ambulante fosse destinado a todos os brasileiros e estrangeiros que atuassem nesse ramo, os mascates sírios e libaneses eram os principais alvos das críticas dos juiz-foranos, tendo em vista que essas medidas governamentais passaram a ser tomadas a partir do momento em que as atividades comerciais desses indivíduos se expandiam pela cidade de Juiz de Fora e suas redondezas. Esses imigrantes se destacavam no comércio local devido às suas técnicas inovadoras no ofício da profissão, desagradando desse modo os comerciantes donos de estabelecimentos da cidade, que procuravam alternativas de enfraquecer o ofício de mascate por meio de queixas formais na Câmara Municipal, polícia e jornais. O principal argumento desses comerciantes fixos era que os impostos eram muito baixos sobre o comércio ambulante, enquanto os estabelecimentos legais eram altamente taxados.¹²⁹

Segundo Clark Knowlton, os sírios e libaneses se mostraram grandes negociadores, pois apresentavam uma grande flexibilidade na arte de comercializar, na medida em que cobravam apenas o que achavam que o mercado podia pagar, conseguindo convencer diversos clientes utilizando seu forte poder de argumentação.¹³⁰ Salim Miguel, descreve, em seu romance *Nur na escuridão*, as habilidades desses comerciantes.

Louvam a qualidade do produto apertando e largando para mostrar que não amarota, puxam o fio que custa a romper, insistem no breço barrata, que nas primeiras tentativas é bar. rra... ta, depois barrata, mais adiante barata, até alcançar o barato, o mim jura bra freguês mim non ganha vintém, breça mas barratinha non existe, compra vai, ajuda patrício, num arrepende. Aceitavam não apenas dinheiro como outros produtos em troca, gêneros alimentícios, aves, frutas, verduras, que pagariam na volta.¹³¹

127 Ibid., p.205.

128 DORNELAS, Juliana Gomes. Na América, a esperança: Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940), Juiz de Fora: UFJF, 2008.

129 Ibid., p.118

130 KNOWLTON, Clark S. Sírios e libaneses: A mobilidade social e espacial. Tradução de Yolanda Leite. São Paulo: Anhambi, 1961. p.138.

131 MIGUEL, Salim: *Nur na escuridão*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.100.

Por outro lado, ao estudar os processos criminais nos quais os sírios e libaneses estavam envolvidos, Dornelas sustenta que a maioria desses era resultado do conflito entre eles e os brasileiros. Pela análise comparativa entre as vítimas e réus nos processos de crime de lesão corporal de Juiz de Fora, a autora conclui que os sírios e libaneses foram mais réus (22 processos) do que vítimas (19 processos) no período de 1890 a 1940. Segundo Dornelas, os principais motivos dos processos em que os sírios e libaneses estavam envolvidos eram, em primeiro lugar, os motivos frívolos: “provocações em bares, rixas pessoais, perda em jogos de azar, briga por mulher de bordel”.¹³² Os outros motivos desses processos eram relacionados à atividade comercial, como a cobrança de dívidas de comércio.

Diante disso, é possível concluir que a interação estabelecida entre sírios e libaneses e a sociedade local, diferentemente do conteúdo das narrativas de imigração que defendem uma integração pacífica e cordial, foi marcada por diversas situações de conflito tanto na sua dimensão prática, por meio de agressões físicas, quanto na discursiva, com ofensas pessoais, queixas formais ao governo e discussões na esfera pública. Essas situações contribuíram para a veiculação de estereótipos negativos sobre os sírios e libaneses na sociedade receptora por meio de variadas adjetivações para o termo turco: “turco trapaceiro”, “turco valentão”, “turco pão-duro”, dentre outras. Segundo Lesser, o fato de os imigrantes árabes se dedicarem às atividades comerciais estimulava a circulação dessas classificações preconceituosas na esfera nacional, especialmente por parte daqueles que eram favoráveis ao trabalho agrícola do imigrante. A Sociedade Nacional de Agricultura, por exemplo, argumentava que os árabes nunca eram agricultores, porque só o ofício de mascate, o contrabando ou os jogos de azar os interessavam.¹³³

A comunidade sírio e libanesa e a construção de suas instituições

Nas décadas de 1950 e 1960, contexto em que o Clube Sírio e Libanês e a Igreja Melquita foram criados, a etnicidade sírio-libanesa ainda tinha pouco reconhecimento na esfera pública juiz-forana, por isso, nesse momento, esses imigrantes e descendentes adotaram diversos mecanismos práticos e discursivos para consolidar sua inserção na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, preservar a identidade étnica criada na cidade.

O Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora

O Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora, localizado na avenida Rio Branco, foi criado em 18 de setembro de 1964 pelos imigrantes árabes e seus descendentes durante um encontro realizado no Raffa's Club.¹³⁴ A iniciativa surgiu do interesse em construir um espaço de sociabilidade e lazer tanto para os membros da comunidade árabe quanto para os cidadãos juiz-foranos.¹³⁵ Nessa conjuntura, a etnicidade árabe ainda tinha pouco reconhecimento na sociedade brasileira, por isso, seu grupo de fundadores buscava,

132 DORNELAS, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)*, p.122-126.

133 LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, p.109-110.

134 Raffa's Club foi um espaço de sociabilidade fundado por Rafael Antonio Jorge, filho de libaneses, no ano de 1955.

135 GELLI, Antônio. O novo Clube Sírio e Libanês. *O Lince*, p.27-30, dezembro de 1964.

com essa instituição, construir uma imagem positiva aos olhos dos juiz-foranos, tanto para a elite, ao proporcionar atividades recreativas e lúdicas aos moldes do lazer burguês^{136,137} quanto para as camadas mais pobres, por meio das obras de caridade.

A tentativa desses imigrantes e descendentes de consolidar sua integração à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, preservar sua identidade étnica pode ser percebida nas principais atividades do Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora. Diante disso, nota-se que essa instituição configura um espaço tanto de *inclusão* da etnicidade árabe na sociedade receptora e na identidade nacional brasileira, quanto de *exclusão*, à medida que os membros da comunidade árabe reforçavam suas fronteiras étnico-culturais em relação aos brasileiros ao desenvolver e praticar atividades associadas à “cultura” e a língua árabes.¹³⁸

Começando pelas atividades de *exclusão*, ou seja, aquelas voltadas para a preservação da identidade étnica, podem-se citar: as aulas de língua árabe, a comida árabe que era servida semanalmente no restaurante Gran-buffet, e as assinaturas de jornais escritos em língua árabe. Sobre as atividades voltadas para a *inclusão* dos imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade receptora, destacam-se os eventos sociais promovidos pelo clube, tais como: os bailes de carnaval, as festas de aniversário do clube e os eventos de comemoração das datas da independência da Síria e do Líbano; e as atividades recreativas e esportivas, como, por exemplo, o campeonato de buraco.¹³⁹ A realização dessas atividades proporcionava um importante canal de interação e trocas simbólicas entre os imigrantes árabes e os brasileiros, tornando-se fundamental para a inserção desses indivíduos na sociedade brasileira.

Outra importante atividade voltada para a inclusão árabe na sociedade brasileira é a prática da filantropia, que era responsabilidade do departamento feminino do clube. Os principais eventos de caridade promovidos pelas senhoras dessa comunidade étnica era o *Natal dos Pobres*, em que eram doados alimentos e roupas para a população carente da cidade. Além de configurar mais um importante canal para a inserção da comunidade na sociedade receptora, essas obras de caridade demonstravam a importância da mulher de origem árabe tanto nessa comunidade quanto na esfera pública brasileira.¹⁴⁰

Portanto, se, por um lado, os imigrantes árabes e seus descendentes buscavam consolidar sua integração à sociedade brasileira a partir da adoção de um modo de vida burguês que os aproximavam da elite juiz-forana, por outro, com as obras de caridade realizadas no clube, eles alcançavam as camadas mais pobres da cidade e, com isso, gradativamente, modificavam as imagens negativas a respeito da comunidade árabe que ainda circulavam no cenário nacional. De acordo com Jeff Lesser, esse conjunto de práticas e dos discursos de legitimação de sua etnicidade veiculado na esfera pública mostrava a intenção dos sírios e libaneses em demonstrar para a sociedade receptora que eles haviam se tornado brasileiros desejáveis.¹⁴¹

136 PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural.

137 MAUAD, Ana Maria: Donos de um certo olhar: Trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p.104-139.

138 FIGOLI, Leonardo Hipólito G. *Migração internacional, multiculturalismo e identidade*: Sírios e libaneses em Minas Gerais. p. 4. Caxambu, 2004. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.

139 Informações retiradas das atas de reunião do Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora, registradas no período de 30 de outubro de 1964 até 10 de dezembro de 1984.

140 KNOWLTON, Clark S. *Sírios e libaneses: A mobilidade social e espacial*, p.174.

141 LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, p.106.

A Igreja Católica Greco-Melquita de São Jorge

Da mesma forma que o Clube Sírio e Libanês, a Igreja Melquita¹⁴² também foi uma importante realização dessa comunidade étnica na cidade de Juiz de Fora. A igreja é uma instituição católica de rito oriental, criada, em 1953, com o objetivo de reunir os imigrantes católicos orientais da cidade. Seu atual pároco é o brasileiro sem origem árabe João Carlos Teodoro, natural de Monções, interior de São Paulo.

A criação da Igreja Melquita de Juiz de Fora pode ser entendida não apenas como um local de culto, mas também como uma estratégia de inserção e visibilidade dessa comunidade religiosa e étnica na sociedade brasileira.¹⁴³ Isso pode ser comprovado pelos discursos e práticas adotados pelos membros da comunidade árabe no contexto de fundação dessa paróquia. Um exemplo dessa dinâmica no tocante à esfera discursiva foi o conteúdo publicado na reportagem do jornal *O Lince* de dezembro de 1964,¹⁴⁴ em que a construção da Igreja Melquita foi citada como uma das áreas em que os sírios e libaneses têm contribuído para o progresso da sociedade juiz-forana.

Em relação às práticas dos membros da comunidade árabe melquita voltadas para sua inserção na sociedade receptora, a caridade foi o principal meio de atuação desses imigrantes e descendentes, nesse caso, uma atividade exclusiva das mulheres. Em 1957, as senhoras melquitas da cidade criaram a Sociedade Beneficente Melquita de São Jorge, com a proposta de ajudar as famílias mais necessitadas de Juiz de Fora. Geralmente na época do Natal, a sociedade distribuía às várias associações assistenciais da cidade mantimentos e roupas que eram recolhidas por elas durante o ano.¹⁴⁵ Da mesma forma que no Clube Sírio e Libanês, as mulheres garantiam seu espaço na comunidade árabe e na sociedade juiz-forana a partir da dedicação às obras filantrópicas, assumindo um papel bem diferente daquele exercido no contexto pré-imigratório, em que eram circunscritas ao espaço doméstico.

Além disso, é interessante destacar a importância do ritual praticado nesse espaço para a afirmação do pertencimento religioso e/ou étnico. A importância da prática ritual para o fortalecimento dos laços identitários são discutidos por Robert Hefner em seu trabalho de campo na região Tengger de Java (Indonésia). Em se tratando de um contexto repleto de fronteiras étnicas, múltiplas influências e continuidade cultural, o autor destaca os mecanismos de controle que têm garantido a manutenção da tradição Tengger contra o revisionismo popular. Segundo ele, é o status da liturgia sacerdotal e, por conseguinte a autoridade política do sacerdote que tem sido o diacrítico da singularidade deste grupo.¹⁴⁶

Em um campo religioso dominado pelo catolicismo romano, os membros e os melquitas da comunidade árabe têm afirmado seu pertencimento religioso e étnico por

142 O termo *melquita* (da raiz semítica *maliki* – que significa rei), também conhecido como grego-católico, se refere a uma Igreja Cristã Oriental com sedes, atualmente, em Damasco (Síria) e Beirute/Byblos (Líbano) e que tem como liderança o patriarca Gregório III Lahan. Mesmo tendo um líder próprio, a Igreja Melquita é uma das igrejas uniatas desde 1724, ou seja, unidas ao catolicismo romano, portanto, estão sob a liderança máxima do Papa, como todos os outros católicos. No Brasil, existem quatro Igrejas Melquitas. Além da Paróquia de São Jorge, em Juiz de Fora, construída em 23 de maio de 1958, há ainda as igrejas do Rio de Janeiro, São Paulo (catedral) e a de Fortaleza. Nas Igrejas Melquitas do Brasil são combinadas as influências bizantina e árabe na prática ritual que marca a singularidade dessa religião na diáspora.

143 PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*, p.130.

144 GELLI, Antônio. Sírios e libaneses: Baluartes do progresso de Juiz de Fora. *O Lince*, ano 53, número 1.377, p. 30-41, dezembro de 1964.

145 BASTOS, Wilson de Lima. *Os sírios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1988. p.32.

146 HEFNER, Robert. *Hindu Javanese: Tengger tradition and Islam*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1985. p.175.

meio de discursos que destacam a singularidade do rito bizantino, reforçando assim as fronteiras entre o catolicismo ocidental e o oriental. Esse rito é formado a partir de duas liturgias: a de São João Crisóstomo (mais usada) e a de São Basílio (usada algumas vezes durante o ano em datas comemorativas tais como Natal, Páscoa, circuncisão, dentre outras. Ela é caracterizada pelo acréscimo de algumas orações e cânticos na liturgia de São João Crisóstomo). Seus idiomas litúrgicos são o grego e o árabe, porém, nas celebrações realizadas em comunidades diaspóricas, como no caso de Juiz de Fora, a maior parte do rito é celebrada na língua local.

A etnicidade árabe no século XXI

A partir da década de 1980, inicia-se um processo pelo qual o Clube Sírio e Libanês e a Igreja Melquita deixam de ser os principais espaços para afirmação da etnicidade árabe em Juiz de Fora. Em relação ao clube, isso se explica pela crise financeira que a instituição passou no período, que provocou uma diminuição de suas atividades e o arrendamento de grande parte de seu espaço. Assim, o convívio entre os membros da comunidade árabe, que antes era quase diário, passou a ser realizado esporadicamente, em algum evento especial. Por outro lado, na Igreja Melquita, com a chegada de padres brasileiros sem origem árabe no início da década de 1990, houve uma diminuição considerável do uso da língua árabe nas celebrações religiosas, pelo fato de eles não falarem o idioma. Isso provocou um afastamento dos melquitas árabes dessa paróquia, que explicaram esse processo ao argumentar que, na atualidade, a igreja perdeu sua singularidade ritual, por isso eles preferem frequentar as igrejas católicas mais próximas de suas residências. Além disso, os descendentes de imigrantes árabes não manifestaram o interesse em manter as tradições religiosas de seus pais, por isso, nos últimos anos, a igreja é ocupada em maior número por brasileiros sem origem árabe.

Contudo, seria incorreto dizer que isso provocou uma crise nas identidades árabes, já que recentemente a intensificação da comunicação e afirmação da identidade árabe na sociedade juiz-forana aponta para um quadro bastante diferente. Paulo Pinto chama esse processo de “desinstitucionalização das identidades árabes”. “Se, por um lado, isso levou a uma fragmentação das codificações e narrativas comunitárias sobre a identidade árabe e suas correlatas, por outro, permitiu maior flexibilidade e fluidez no uso das mesmas.”¹⁴⁷

No início do século XXI, a etnicidade árabe em Juiz de Fora, e em outras regiões do Brasil, tem sido marcada por um processo de intensificação cultural e valorização na esfera pública, mediante a popularização que a cultura árabe conquistou no país, principalmente após o lançamento da novela *O Clone* (2001-2002) pela Rede Globo de Televisão. Segundo John Karam, com a expansão do consumo da comida e da dança árabes no cenário nacional, que ele chama de “mercantilização da cultura”, a etnicidade árabe passa a ocupar uma posição de destaque na nação brasileira.¹⁴⁸ Nesse momento, em Juiz de Fora, destacam-se a atuação do Grupo Nabak, como representante da dança árabe, e os restaurantes árabes, como representantes de sua culinária.

147 PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural, p.163.

148 KARAM, John Tofik. *Um outro arabesco*: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal, p. 226.

O Grupo Nabak foi criado oficialmente pelo imigrante libanês Tufic Nabak¹⁴⁹ em 25 de agosto de 2001. Apesar de ter sido criado poucos dias antes do lançamento da novela *O Clone*, esse grupo de dança foi beneficiado pelo *boom* do consumo da dança do ventre que a novela desencadeou no país. A iniciativa de criar o grupo surgiu durante o período de produção e gravação do filme *Lavoura arcaica*, de Luiz Fernando Carvalho, em 1998.¹⁵⁰ Tufic fez parte do elenco de apoio, atuando como consultor da língua e da cultura árabe e ainda participou de algumas cenas dançando o *dabke* (dança folclórica do Líbano, Síria, Jordânia e Palestina).

Outro fato importante para o surgimento do Grupo Nabak foi o desfile organizado no ano 2000 pela Prefeitura de Juiz de Fora na avenida Rio Branco em comemoração ao aniversário de 150 anos da cidade. Para a realização desse evento, os principais grupos étnicos de Juiz de Fora foram convidados para apresentar suas “tradições culturais”, no entanto, segundo Tufic, os sírios e libaneses não conseguiram fazer uma apresentação organizada no momento do desfile. Segundo ele, esse evento teve uma importância fundamental para a criação de seu grupo, uma vez que, ao se deparar com a organização dos alemães, italianos e portugueses, ele percebeu a necessidade de dar sequência ao seu projeto, até então em estágio inicial, de criar um grupo de dança, especializado não apenas nessa atividade, mas também na divulgação da “cultura árabe” na sociedade juiz-forana.

Esse desfile leva nossa atenção para a condição atual dos grupos étnicos no quadro geral da nação brasileira. A iniciativa por parte da Prefeitura de Juiz de Fora de convidar os principais grupos de imigrantes da cidade demonstra o destaque que a etnicidade tem conquistado nos últimos anos. Esse contexto é explicado por John Karam a partir da análise das políticas neoliberais, que têm reconhecido as reivindicações dos grupos étnicos no intuito de mantê-los sob o domínio da nação. Segundo ele, essas ideias foram incorporadas pela ideologia nacionalista brasileira, sustentando que o maior reconhecimento da etnicidade no Brasil neoliberal, em vez de contribuir para o fim do Estado-Nação, continua ligado ao seu quadro hegemônico.¹⁵¹

A organização das diferenças culturais que marca o processo de afirmação da etnicidade tem sido constantemente visualizada nas principais atividades desempenhadas pelo Grupo Nabak. Nessa instituição são ensinados e vivenciados os principais diacríticos de uma “cultura” e de uma “identidade” árabe. As aulas de idioma ministradas por Tufic Nabak, sobretudo para os descendentes de imigrantes, e as aulas de dança do ventre bem como suas constantes apresentações reforçam as fronteiras simbólicas que os separam dos brasileiros. O processo de afirmação da etnicidade árabe nos grupos de dança do ventre formados no Brasil se deu por meio de uma incorporação de atributos simbólicos produzidos por uma visão orientalista acerca do mundo árabe, como bem argumentaram Karam¹⁵² e Pinto.¹⁵³

Em relação à comida árabe, a popularização do consumo dessa culinária no cenário nacional estimulou a inauguração de inúmeros bares, lanchonetes e restaurantes ára-

149 Tufic, natural de Ras Baalbek no Líbano, chegou ao Brasil no ano de 1990 junto com sua família no contexto do final da Guerra Civil Libanesa (1975-1990).

150 Esse filme foi baseado no romance *Lavoura arcaica*, escrito pelo descendente de libaneses Raduan Nassar, publicado em 1975. O processo de produção do filme começou em 1998 e seu lançamento oficial foi realizado em 29 de outubro de 2001.

151 KARAM, John Tofik. *Um outro arabesco*: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal, p. 20-21.

152 KARAM, John Tofik. Belly dancing and the (en)gendering of ethnic sexuality in the mixed Brazilian nation. *Journal of Middle East Women's Studies*, v. 6, n. 2, p.86-108, 2010.

153 PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural, p.160.

bes na cidade de Juiz de Fora a partir do ano 2000. John Karam aponta o surgimento e expansão da cadeia de restaurantes Habib's como um importante fator para a expansão dessa "arabidade" no Brasil. Com a venda de esfirras a preços populares, e de outros pratos típicos da culinária árabe, o Habib's, fundado em 1988 pelo brasileiro sem origem árabe Alberto Saraiva, já era, no início do século XXI, um dos principais restaurantes *fast food* do país, ficando atrás apenas do Mc Donald's em termos de lucro. Inicialmente, essa rede de restaurantes se concentrava somente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas, nos últimos anos, o Habib's se expandiu por todo o Brasil e também para o exterior, onde abriu restaurantes na cidade do México e tem vislumbrado alcançar o mercado norte-americano.¹⁵⁴ Em Juiz de Fora, uma franquia desta rede foi aberta em 2005, na avenida Rio Branco, uma das principais avenidas da cidade. Por outro lado, entre os restaurantes fundados pelos imigrantes árabes e seus descendentes nessa cidade, destacam-se: o Kibe Mauad, o A Tal da Esfiha, o Mohamed's, e o Mabruk.

A apropriação dessa culinária por parte dos brasileiros sem origem árabe, como por exemplo o Habib's, fez com que os imigrantes árabes e seus descendentes aproveitassem desse momento favorável da comida árabe no mercado brasileiro para abrirem seus próprios restaurantes. Nesse contexto, foram construídos discursos de autenticidade em relação a esta culinária por parte da comunidade árabe, sendo bastante comum, principalmente por alguns donos de restaurantes, a crítica a estabelecimentos cujos proprietários são brasileiros sem origem árabe. Segundo eles, esses restaurantes não preservam as tradições da comida árabe, na medida em que procuram se adaptar ao gosto brasileiro, modificando alguns ingredientes e temperos.

Com base em meu trabalho de campo realizado nos restaurantes árabes de Juiz de Fora, pode-se concluir que esses discursos de autenticidade produzidos pelos proprietários de origem árabe têm uma dupla função: por um lado, são veiculados no intuito de vencer a concorrência dos estabelecimentos de brasileiros sem origem árabe, e, por outro, para enfatizar a singularidade de sua identidade étnica a partir da demarcação de suas fronteiras culturais em relação aos brasileiros.

Portanto, em consequência da popularização do consumo da dança e da comida árabes e do maior reconhecimento que os grupos étnicos têm conquistado no Brasil neoliberal, a etnicidade árabe deixou sua posição periférica da fase inicial da imigração para ocupar, nos últimos anos, um lugar privilegiado na sociedade brasileira. Na cidade de Juiz de Fora, apesar de alguns membros da comunidade árabe se apropriarem desse contexto de expansão do consumo de uma cultura árabe mercantilizada como uma estratégia para alavancar suas carreiras profissionais, como no caso de Tufic Nabak e dos proprietários de restaurantes árabes, eles ao mesmo tempo, constroem discursos de autenticidade dos produtos que comercializam com a finalidade de enfatizar a singularidade de sua identidade étnica.

A pluralidade identitária na comunidade árabe

Para analisar a etnicidade árabe em Juiz de Fora é importante também discutir as suas complexidades internas, no que diz respeito às diferenças identitárias que compõem essa comunidade. Essas diferenças, que podem ser nacionais (sírio, libanês); locais

154 KARAM, John Tofik. *Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal*, p. 208.

(Yabroud, Ras Baalbek); ou religiosas (cristão maronita, cristão melquita, ou muçulmano), são mantidas localmente por meio das conexões transnacionais estabelecidas com os países de origem que, no mundo atual globalizado, mantêm essas expressões identitárias vividas em diversas situações.

Mesmo assumindo publicamente a identidade árabe nos contextos de interação com a sociedade juiz-forana, em seus espaços internos eles assumem as suas identidades nacionais e, em muitos casos, até locais, como é o exemplo da ampla rede de sírios da cidade de Yabroud que se estabeleceu na cidade de Juiz de Fora, como bem registrou Wilson de Lima Bastos.¹⁵⁵ No caso dos imigrantes de Yabroud, a identidade local foi muitas vezes adotada, já que a maioria dos sírios de Juiz de Fora veio daquela cidade, como no caso das famílias Rahme, Hallack, Cury, Mockdeci, Gattás Bara, Arbex, Dahbar, entre outras.

Muitos imigrantes libaneses vieram da cidade de Ras Baalbek, fazendo com que, em alguns momentos, assumissem identidades locais, como a família Miana, que está estabelecida desde a fase inicial do processo migratório, e a família Nabak, que chegou ao Brasil recentemente. Assumir a identidade local é interessante para quem é recém-chegado, já que, em muitos casos, são as famílias de sua mesma cidade de origem que dão a assistência inicial no território brasileiro. Como indicativo de tal afirmação, temos a proximidade entre essas duas famílias, já que os Nabak, ao chegar ao Brasil, em 1990, puderam contar com a ajuda da família Miana em seu processo de adaptação.

No contexto de fundação da Igreja Melquita de São Jorge, essa instituição era um espaço quase exclusivo dos sírios (em sua maioria de Yabroud), visto que poucos libaneses frequentavam o local. A maioria dos libaneses de Juiz de Fora eram maronitas, e, devido às suas rivalidades políticas e identitárias com os melquitas nos países de origem, esses imigrantes, por não terem um templo próprio, preferiam frequentar as igrejas católicas da cidade, principalmente a Igreja São Sebastião.¹⁵⁶

Mais um exemplo da demarcação dessas diferenças identitárias foi visualizado no almoço beneficente para a construção da Igreja Maronita de São Charbel, no Clube D. Pedro II, no bairro de Manoel Honório, onde presenciei mais um momento em que sírios e libaneses se apresentavam como um só grupo, baseados em denominadores comuns como a língua e a "cultura" árabes. No entanto, a organização do evento foi exclusiva dos libaneses, marcando mais uma vez a separação entre eles. Somado a isso, não percebi em nenhuma mesa a mistura de famílias sírias e libanesas.

Nesse evento pude perceber como a complexa rede de identidades bastante comum no Oriente Médio é reproduzida na cidade de Juiz de Fora, apresentando certas incongruências que dificultam a compreensão do fenômeno. Para Edmund Leach,¹⁵⁷ que fez trabalho de campo com os povos Kachin da Alta Birmânia, a situação real é cheia de incongruências, e são precisamente essas incongruências que nos podem propiciar uma compreensão dos processos sociais.

O almoço, como dito, foi organizado exclusivamente por libaneses, entre eles, alguns professam a religião maronita, como é caso de Loudy Khoury, natural de Beirute e residente no Brasil desde 1976, mas, em sua maioria, eles eram melquitas, como a principal organizadora do evento, a senhora Zaine Miana, que é filha de libaneses melquitas da

155 BASTOS, Wilson de Lima. *Os sírios em Juiz de Fora*.

156 Atualmente, na Igreja de São Sebastião, há uma imagem de São Maron (Santo Maronita) e diversas homenagens endereçadas à "colônia libanesa de Juiz de Fora".

157 LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 71.

cidade de Ras Baalbek e casada com seu primo de primeiro grau Mtanos Miana, libanês melquita da mesma cidade. Na organização desse evento, as inúmeras diferenças entre os melquitas e maronitas no Oriente Médio são deixadas de lado, e os dois grupos passam a cooperar como um só grupo, assumindo a identidade de libaneses cristãos.

Apesar de ter sido preparado somente por libaneses, ou melhor, libanesas, no dia do evento os sírios também estavam presentes, na condição de serem todos membros da comunidade sírio-libanesa da cidade de Juiz de Fora. Os sírios cristãos da cidade são, em sua grande maioria, melquitas, todavia, existem alguns libaneses melquitas em Juiz de Fora, como, por exemplo, as famílias Miana e Nabak. Entretanto, no almoço beneficente de São Charbel, estavam reunidas as mais variadas identidades e clivagens, nas quais os indivíduos se movimentam de um status para outro temporariamente.

Além dos exemplos em que as diferenças entre os sírios e libaneses foram reforçadas, houve algumas ocasiões em que uma simples rivalidade deu lugar a momentos de tensão entre os dois grupos, o que eu chamo, nessa pesquisa, de dramas sociais, utilizando o conceito desenvolvido por Victor Turner.¹⁵⁸ Um importante exemplo de um desses momentos foi o período da criação do Clube Sírio-Libanês, em que, segundo relatos dos membros dessa comunidade e sócios da instituição, houve grande disputa em relação a que nome o clube teria. Os sírios queriam o nome *de* Clube Sírio e Libanês, ao passo que os libaneses brigavam pelo nome Clube Libanês e Sírio, e como estes últimos eram a maioria, o acordo entre as partes demorou bastante a acontecer, até que alguns libaneses votaram contra o nome Libanês e Sírio, já que não soava tão bem quanto o primeiro, e os exemplos de clubes com o nome Sírio-Libanês em outras cidades serviu para garantir o consenso.

Ainda foi descrito por eles mais um drama social ocorrido nesse espaço. Em 1987, durante uma sessão extraordinária para a venda do clube, em que os dois grupos rivalizaram no espaço interno da sala de reuniões. Segundo eles, os libaneses eram favoráveis à venda e argumentavam que os inúmeros problemas financeiros tornavam insustentável a manutenção da instituição. Os sírios, que discordavam dessa solução, compareceram em grande número à reunião no intuito de impedir a venda, e os que não puderam estar presentes deixaram procurações com os seus parentes para que votassem contra a venda do clube. O resultado final foi a vitória dos sírios na votação, e a instituição continua em atividade até os dias atuais.

Considerações finais

A presença árabe em Juiz de Fora tem sido marcada por processos sociais e culturais complexos na sua relação com a sociedade receptora. Por um lado, os imigrantes de fala e cultura árabe procuram se integrar a essa sociedade, sobretudo, ao negociar seu espaço na identidade nacional brasileira e, por outro, eles delimitam seus espaços de exclusão na medida em que constroem suas fronteiras simbólicas em relação aos juiz-foranos.

O processo significativo de construção e afirmação da etnicidade árabe em Juiz de Fora se deu inicialmente nos espaços de sociabilidade, familiares e religiosos de sua comunidade, os quais se destacam a Igreja Melquita (1953) e o Clube Sírio e Libanês (1964).

158 TURNER, Victor Witter. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

Naquele momento, a etnicidade árabe tinha pouco destaque na sociedade juiz-forana, já que a população local ainda incorporava em seus discursos e práticas os argumentos preconceituosos circulados na esfera nacional, sobretudo, com a utilização do termo pejorativo “turco”. Entretanto, nos últimos anos, essa etnicidade passou por uma grande transformação, em que o contexto de visibilidade que as questões médio-orientais ganharam na mídia e outros canais de comunicação resultaram em uma popularização dos produtos árabes na cidade, relacionados principalmente ao consumo de dança e comida.

No entanto, se, por um lado, a comunidade sírio e libanesa propaga uma autoimagem de grupo coeso e unificado, por outro, no interior dos espaços de sociabilidade frequentados pelos seus membros, são reforçadas suas inúmeras diferenças internas, em termos de nacionalidade, localidade e religião. É justamente a análise dessa pluralidade, incluindo as suas diversas expressões e contradições, que torna relevante esse objeto de estudo para o tema da imigração, e, sobretudo, para as discussões teóricas da antropologia no que diz respeito aos processos de construção identitária.

Fontes

Orais

Mounira Rhame - Entrevista concedida em 14 de julho de 2011. A senhora Mounira é natural da cidade de Yabroud, na Síria, e chegou ao Brasil no ano de 1954. Atualmente, é proprietária da loja de tecidos Casa Chiq, além de ser a atual presidente do Clube Sírio-Libanês de Juiz de Fora e do conselho deliberativo da Igreja Melquita da mesma cidade.

Mukaiber Miana - Entrevista concedida em 20 de julho de 2011. O senhor Mukaiber é natural da cidade de Ras Baalbek, no Líbano, e chegou ao Brasil em 1950. Atualmente, é proprietário da loja de roupas Glamour, em sociedade com o seu primo Mtanos Miana.

Tufic Nabak – entrevista concedida em 14 de julho de 2011. Tufic é natural de Ras Baalbek, no Líbano. Formado em turismo, atualmente trabalha como professor de árabe e dança do ventre, além de ser o fundador e diretor do Grupo Nabak.

Escritas

ARBACHE, Saba Michel. Sírios e libaneses na história da imigração. *O Lince*, ano 53, n. 1.377, p. 30-34, 1964.

GELLI, Antônio. Sírios e libaneses: Baluartes do progresso de Juiz de Fora. *O Lince*, ano 53, número 1.377, p. 30-41, 1964.

_____. O novo Clube Sírio e Libanês. *O Lince*, ano 53, n. 1.377, p. 27-30, 1964.

Atas de Reunião do Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora, registradas no período de 30 de outubro de 1964 até 10 de dezembro de 1984.

Referências

BARTH, Fredrik. A análise da cultura das sociedades complexas. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000a. p.108-138.

- _____. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000b. p. 25-67.
- _____. Etnicidade e o conceito de cultura. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. In: *Antropolítica*, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2005.
- BASTOS, Wilson de Lima. *Os sírios em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Paraibuna, 1988.
- CUNHA, Fawzia Oliveira Barros da. *Véus sobre a rua Halfeld: um estudo sobre as mulheres muçulmanas da Mesquita de Juiz de Fora e o uso do véu*. Juiz de Fora: PPCIR/Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- DORNELAS, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: Os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)*, Juiz de Fora: UFJF, 2008.
- FIGOLI, Leonardo Hipólito G. *Migração internacional, multiculturalismo e identidade: Sírios e libaneses em Minas Gerais*. Caxambu, 2004. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.
- HEFNER, Robert. *Hindu Javanese: Tengger tradition and Islam*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1985.
- KARAM, John Tofik. *Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. Belly dancing and the (en)gendering of ethnic sexuality in the mixed Brazilian nation. *Journal of Middle East Women's Studies*, v. 6, n. 2, p.86-108, 2010.
- KHATER, Akram Fouad. *Inventing home: emigration, gender e the middle class in Lebanon 1870-1920*. Londres: University of California Press, 2001.
- KNOWLTON, Clark S. *Sírios e libaneses: A mobilidade social e espacial*. Tradução de Yolanda Leite. São Paulo: Anhambí, 1961.
- LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LESSER, Jeff. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução – Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MAUAD, Ana Maria: Donos de um certo olhar: Trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 104-139.
- MIGUEL, Salim: *Nur na escuridão*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.
- _____. Grupos étnicos e etnicidade. In: _____. *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, p. 68-78, 2012.
- TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

Oriundos italianos no Brasil. As contribuições das jovens gerações de empresários.

Paola Cappellin¹⁵⁹

Introdução

A tradição sociológica dos estudos sobre migração vem há muito tempo privilegiando a mobilidade da mão de obra como fenômeno que coloca em conexão, pelos processos de expulsão e de atração, territórios distantes e diferentes. A ênfase da grande mobilidade de massa do Norte para o Sul do mundo tem marcado a análise dos estados nacionais em formação no século XIX. Casos exemplares para a constituição da República no Brasil (1889) são o fomento da unificação da Itália (1861) e o da Alemanha (1864-1871). Nesses contextos sociopolíticos, a migração encontrou seus significados na aliança com as especificidades da incipiente industrialização que impulsionou a emergência do operariado e da burguesia industrial. O estudo sobre as migrações marcou assim a análise das transformações das sociedades modernas. A saída da Europa e a chegada à América constituem experiência de vida que alimentou vasta literatura sobre o impacto cultural dos migrantes, sobre seus laços de origem e sobre a sua incorporação como mão de obra assalariada em diversos contextos, no campo e nas indústrias dos grandes centros urbanos (Buenos Aires, Santiago, Rio de Janeiro, São Paulo). Nesse processo, ao lado da bem conhecida figura do “operariado laborioso” pode-se incluir o “*self made man*”, que conjuntamente forma o leque de trajetórias que materializam e simbolizam a mobilidade social nos novos territórios. Assim assume relevância a temática da especificidade das configurações identitárias, referida às dinâmicas da integração e da ascensão social. São objetos interessantes de investigação como se equilibram, na nova sociedade, como se adapta e como se renova “o legado” deixado pelos antepassados.

Lembramos que uma recente avaliação do processo migratório italiano calcula que o número dos oriundos italianos – descendentes de emigrados italianos (filhos, netos, bisnetos) – no exterior supera os 58 milhões de pessoas: 3,4% destes espalhados na Europa; 27,5%, na América do Norte; e 68%, na América do Sul. O Brasil especificamente contaria aproximadamente com 23 milhões de oriundos italianos.¹⁶⁰

Como este legado, em época de globalização dos mercados, proporciona um enriquecimento e a renovação da mentalidade profissional entre os empresários? Qual é o substrato material e simbólico que poderia moldar o complexo e contraditório senti-

159 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora e coordenadora de pesquisas sociológicas junto ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj /UFRJ). Doutora em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pela Université de Paris X, Nanterre, França.

160 GOLINI A.; AMATO F. Le migrazioni nella storia. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E., Storia dell'emigrazione italiana. Roma: Donzelli, 2001. p. 551-579 .

mento de identidade entre os jovens herdeiros de patrimônios construídos pelas famílias de origem italiana no Brasil? Para responder a estas questões vamos nos afastar da freqüente citação do migrante como uma pessoa sem recursos e sem qualificação profissional, abandonado a si mesmo e guiado exclusivamente pelas urgências de sobrevivência. O que privilegiamos é o fluxo migratório de italianos que se sediaram em centros urbanos e rurais de porte médio no Brasil. Escolhemos como exemplos emblemáticos a formação de empresas e a transformação do patrimônio familiar de italianos em três cidades: Poços de Caldas e Ubá (MG), e Bento Gonçalves (RS).¹⁶¹ Nesses territórios locais buscaremos resgatar a memória coletiva da migração que favoreceu intercâmbio material e simbólico entre Itália e Brasil, assim como alimentou a transmissão, entre os oriundos – filhos e netos dos migrantes italianos –, de importantes recordações, vivências e experiências profissionais. É possível reconhecer como nestes territórios – espaços sociais – se acumularam fontes e saberes – recursos pecuniários, heranças e patrimônios de conhecimento profissional e de ofício.

Focamos como nosso objeto de estudo a história de empresas ativas **há mais de três gerações em alguns contextos municipais nos quais** a migração italiana deixou um legado industrial. A empresa representa um espaço social fruto do diálogo entre gerações, que fomenta o renovar-se contínuo de vínculos entre os proprietários, entre os fundadores-proprietários e os herdeiros.

São dois os elementos que dinamizam e confluem para moldar a atual “mentalidade/espírito empresarial”:¹⁶²

1. a contínua renovação da *memória* de tradições produtivas que se transferem dos fundadores das antigas empresas aos jovens empresários;
2. a vocação econômica que se ajusta às solicitações do atual *mercado* e alimenta a criação e a renovação de interfaces institucionais no espaço social do território local.

Mostraremos como, nas atitudes dos jovens empresários, é possível perceber que a memória da migração dispersa no território e legado deixados pelos predecessores ainda podem ser fontes para inspirar inovações econômicas – como reorganizar a empresa, como modernizar e atualizar as vocações industriais ajustando-se às novas exigências, ao diversificado e concorrencial contexto econômico. A migração parece promover, entre outras dinâmicas, a acumulação de recursos que proporcionam, não o abandono, mas a articulação de referências simbólicas da *memória*, assim como renova as qualidades do agir prático para responder as solicitações da economia de *mercado*. Assim, chega-se na atual mentalidade/espírito empresarial, a formatar uma alquimia de sentidos entre o passado e o futuro. A *memória* do passado italiano fortalece a contínua atualização do modelo da empresa familiar, enquanto as solicitações competitivas da economia de *mercado brasileiro* conseguem projetar as expectativas dos jovens oriundos empresários para o competitivo futuro.

A socialização das novas gerações, realizada na convivência cotidiana na gestão da empresa com os pais e avós, é permanentemente avaliada face aos desafios de ajustar os projetos das empresas. A transmissão da herança – passagem de mando – está se reali-

161 Foi escolhido um conjunto de empresas estudadas entre 2005 e 2007. Os resultados são publicados por CAPPELLIN, P. et al. Entre a memória e o mercado, famílias e empresas de origem italiana no Brasil: Belo Horizonte: ArgVmentVm, 2010.

162 GISLAIN, J. J. ; STEINER, Ph. *La sociologie économique 1890 – 1920*. Paris: PUF, 1995.

zando num período de economia globalizada, quando são mais prementes as exigências de atualizar as antigas estruturas produtivas. O envolvimento dos jovens herdeiros nesse processo é intenso, evidenciando sua forte preocupação dar prosseguimento ao projeto econômico de investimento industrial. Tal motivação parece concentrada nos processos de inovação mais que na rotina administrativa das empresas. Acompanhar as solicitações do mercado, que dinamiza as recentes transformações do tecido industrial dos centros urbanos de médio porte (Poços de Caldas, Ubá e Bento Gonçalves), é o desafio que mais os sensibiliza e os estimula a buscar projetos de realinhamentos das tradições. Entretanto, se são as demandas do mercado que os leva a procurar as inovações mais oportunas, é na responsabilidade de não desperdiçar a herança familiar que eles encontram a perseverança e o incentivo para permanecer nos territórios de chegada dos antepassados, participando da vitalização da economia competitiva local.

A memória empresarial italiana em territórios brasileiros

A história econômica das cidades de Poços de Caldas, Ubá e Bento Gonçalves salienta diversos percursos do assentamento de migrantes italianos no Brasil. Também evidencia como, nas três cidades, a contribuição italiana ao desenvolvimento industrial é registrada oficialmente pelas autoridades municipais, levando a uma disparidade nas preocupações atuais quanto à inscrição e à promoção do que denominamos de “memória de identidade italiana”. Esta é uma combinação de recordações pessoais e familiares com imagens difusas na cidade. Embora atuem de maneiras desconexas e, às vezes, descontínuas, recordações e imagens públicas mostram o interesse em perpetuar o legado histórico da contribuição dos italianos nos territórios locais.

A trajetória de Poço de Caldas destaca-se por ter sido uma área de fazenda de café conectada a duas regiões importantes. A primeira, próxima ao oeste de São Paulo, e a segunda, próxima à Zona da Mata de Minas Gerais. Esse território, como também o da cidade de Ubá, é conhecido como berço da tradição senhorial, que enfrentou a questão da emancipação dos escravos.¹⁶³ Nas duas cidades foram ensaiadas várias experiências para substituir os escravos pela mão de obra estrangeira. A política imperial alternava duas orientações: a “colonização”, em que por venda ou aforamento os italianos conseguiam, desde logo, os estabelecimentos (lotes de terra) de regular extensão (a chamada “imigração de povoamento”); e a migração no interesses dos fazendeiros, que os contratavam como mão de obra familiar.

O processo migratório para a cidade de Poços de Caldas resultou de um fluxo produzido por uma atitude política típica do Vale do Paraíba, que resistiu, preferindo a manutenção dos escravos. É assim o desenvolvimento do transporte ferroviário, a Estrada de Ferro Mogiana, que alcança Poços de Caldas em 1886, possibilitando a circulação de imigrantes que inicialmente se dirigem à província de São Paulo. As referências italianas nessa cidade são assinaladas de forma evasiva no registro público da Prefeitura, em contraste, com a riqueza da historiografia acadêmica. Varias são as fontes e os documentos, as memórias e as biografias privadas.¹⁶⁴ Na história oficial da cidade de Poços

163 VIOTTI, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1997.

164 Seguso (*Os admiráveis italianos de Poços de Caldas, 1884–1915*. Poços de Caldas: Dom Bosco, 1999) ressalta que, a partir dos livros contábeis das fazendas, até 1945 há famílias italianas ainda registradas como colonos. Os italianos foram também atraídos pelas propostas de empregos nas fazendas de café. As primeiras que os acolheram foram as fazendas Barreiro e Santo Aleixo, entre 1889 e 1891.

de Caldas, somente são registradas as referências aristocráticas e imperiais, que ganham proeminência. Por exemplo, o primeiro visitante ilustre de Poços de Caldas é o próprio imperador Dom Pedro II, em outubro de 1886, quando é inaugurado o ramal da Estrada de Ferro Mogiana. Mas pouca menção é dada ao registro da associação mutualística *Societá Stella d'Italia*,¹⁶⁵ fundada em 1893 por mais de 45 italianos e que socorria seus sócios de diversas maneiras.¹⁶⁶ Na década de 1930, o perfil econômico dessa cidade é marcado pelo desenvolvimento turístico das termas. Em 2007, Poços de Caldas registra uma população de aproximadamente 140 mil habitantes, sendo o sexto parque hoteleiro do país e o segundo maior do estado de Minas Gerais.

Diferente de Poços de Caldas, a prefeitura de Ubá tem organizado a memória da cidade registrando o legado italiano de vários e importantes movimentos populacionais, além de editar livros e fomentar estudos nessa direção.¹⁶⁷ Nessa região floresceram grandes fazendas de café, e a cidade tem sido um centro comercial de escravos. Após 1810, o tráfico de escravos contribuiu para o desenvolvimento da economia cafeeira e, em 1853, de uma população de 42 mil, aproximadamente 8.500 pessoas eram escravos.¹⁶⁸ A propaganda exercida pelo estado de Minas Gerais na Europa em 1888 fomentou a criação de núcleos coloniais oficiais e privados e estimulou a criação da Hospedaria em Juiz de Fora.¹⁶⁹ Há referências de uma lista de famílias italianas que teriam chegado em 1897, via Juiz de Fora, e se estabelecido na região de Ubá.¹⁷⁰ A primeira fazenda que acolheu italianos parece ter sido a fazenda Floresta.¹⁷¹ O governo estadual, entre 1906 e 1907, instaura efetivamente Núcleos Coloniais, estabelecendo a população próxima das estradas de ferro e das áreas de navegação. Além disso, o governo estadual de Minas Gerais garante aos colonos um lote de três hectares, localizado perto da via férrea, com água para suprir as necessidades da lavoura.¹⁷² As primeiras comunidades de famílias italianas são registradas na Colônia Santa Maria, ao lado da parada da ferrovia entre Astolfo Dutra e Ubá. Na fase seguinte, de formação da economia industrial do centro urbano, Ubá retoma a antiga tradição do fumo, graças aos investimentos dos italianos, que reativam o mercado. Dedicam-se a reconstruir as marcas de fumo Borboleta e Rio Novo. Mais recentemente, estas vocações são fonte de investimentos industriais no setor moveleiro, entre os anos 1960 e 1970¹⁷³. A cidade de Ubá tem atualmente 95 mil habitantes e concentra

165 Esta entidade, em 1895, recebe do capitão M. Junqueira a doação de dois lotes de terra para erguer sua sede. Vários fundadores eram comerciantes que abriram quitandas, empórios de roupa e de sapatos, outros eram donos de pousadas e de hotéis. Alguns vinham de experiências anteriores de migração para Argentina e, devido a uma série de crises naquele país, acabaram indo para Poços de Caldas (SEGUSO, M. *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas, 1884-1915*).

166 Aos italianos que residiam até três quilômetros fora do perímetro urbano fornecia ajuda para obter trabalho e emprego; em caso de doença, assegurava assistência médica gratuita por dois meses e o recebimento dos medicamentos; oferecia banhos sulfurosos em caso de necessidade; mantinha um subsídio diário enquanto durasse a enfermidade; concedia empréstimo com juros de até 12% ao ano, dando preferência aos associados. Apenas a partir de 1912 há registros de acolhida de mulheres como sócias, respeitando algumas condições: deviam ter conduta irrepreensível; pagariam uma taxa anual cujo valor variava com a idade; não teriam direito de participar de qualquer sessão e, se convidadas, não podiam fazer uso da palavra nem ter os mesmos direitos dos sócios homens. Entretanto, podiam usufruir da assistência médica e dos remédios, excluindo doenças antigas ou anteriores à inscrição (SEGUSO, M. *Os admiráveis italianos de Poço de Caldas, 1884-1915*)

167 HISTÓRIA de Ubá. Ubá: Prefeitura Municipal de Ubá, 2008. Disponível em: <<http://www.uba.mg.gov.br/index.asp?sessao=13&ch=13>>. Acesso em: 15 out. 2008.

168 VIOTTI, E. *Da senzala à colônia*, p. 104.

169 A hospedaria foi extinta em 1910.

170 MOREIRA, P. P. *Imigrantes*. Reverência. Italianos na colônia Santa Maria. Belo Horizonte: O Lutador, 1999. p. 31.

171 GRANDIS, T. B. Vida e ação da colônia italiana no município de Ubá. [Infomar cidade e editora], 1989; HISTÓRIA de Ubá.

172 Nessa região da mata de Minas Gerais, desde 1897 contavam-se cinco núcleos coloniais: o de Rodrigo Silva, fundado pelo governo imperial; o de São João del Rei; o de São João Nepomuceno, que contava com 96 família de italianos; o de Maria Custódia, em Sabará; e o de Barreiro, em Belo Horizonte (MOREIRA, P. P. *Imigrantes*. Reverência. Italianos na colônia Santa Maria, p. 39).

173 GRANDIS, T. B. Vida e ação da colônia italiana no município de Ubá.

o maior polo moveleiro do estado, com 400 fábricas, que empregam mais de 50% da mão de obra do setor.¹⁷⁴

Em Bento Gonçalves, a tradição italiana foi e ainda hoje ligada, sobretudo, à pequena produção agrícola. Mais ainda, se a ênfase da italianidade é frágil em Poços de Caldas e reconhecida em Ubá, em Bento Gonçalves ela é ampla e permanentemente atualizada pela administração municipal e pela comunidade local. A colonização italiana no Rio Grande do Sul realiza-se graças à Lei da Terra de 1850, que a institucionalizou.¹⁷⁵ Segundo Alvim,¹⁷⁶ (2000: 383) desses imigrantes, 30% provinham da região de Vêneto. Até 1885, eram camponeses que possuíam alguma propriedade em sua cidade de origem. Depois de 1890, migraram famílias menores, e cresceu a participação de italianos meridionais que também vinham do campo, os *braccianti*, correspondentes aos boias-frias. Ao chegar ao Rio Grande do Sul, eles ocuparam as áreas de floresta, mais afastadas das cidades e próximas das áreas habitadas pelos índios, pois as melhores terras já estavam ocupadas pelos alemães. Em 1870, o governo do estado do Rio Grande do Sul, desejando ampliar a área de colonização, cria a colônia de Dona Isabel, cuja dimensão era de 32 léguas quadradas. Os primeiros imigrantes italianos, 730 ao todo, dentre os quais havia agricultores, ferreiros, sapateiros, marceneiros, alfaiates e carpinteiros.¹⁷⁷ instalavam-se em lotes rurais, iniciando uma agricultura de subsistência, representada pelo cultivo de milho e trigo, embora a cultura da videira fora predominante.¹⁷⁸ Para J. Souza Martins,¹⁷⁹ os camponeses vênnetos que chegaram ao Rio Grande do Sul utilizaram a “estratégia de reprodução da família originária em terras distantes”. A terra no Brasil foi o meio de sobrevivência dos camponeses vênnetos durante 100 anos. As primeiras indústrias artesanais e comércios instalados têm características domésticas, utilizando somente a mão de obra familiar. Apesar do início do povoamento ter sido marcado por inúmeras dificuldades, em 1877, na Colônia Dona Isabel, já havia três casas financeiras, duas padarias, uma fábrica de chapéus e um total de 40 casas comerciais que ofereciam serviços e produtos diversos a todo o território da colônia. Em 1967, Bento Gonçalves passa por uma grande transformação. Naquele ano, é realizada a primeira Festa Nacional do Vinho (Fenavinho). A produção vinícola do município é assim divulgada em todo o Brasil, tornando Bento Gonçalves conhecida nacional e internacionalmente e afirmando a cidade como centro de turismo e de negócios. Em 2007, a Prefeitura assina o tratado de *Gemellaggio*, que institui o conceito de cidades-irmãs das cidades da região de Vallagarina, na província de Trento, Itália, que assentiu cinco municípios italianos e Bento Gonçalves.¹⁸⁰ Nos dados do IBGE de 2007, o município contava com 100.643 habitantes. O setor vinícola é hoje dinamizado por 43 empresas.

174 Esta relevância industrial foi destacada pelo vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, em seu discurso proferido na Reunião Especial de Plenário em homenagem aos 150 anos da cidade de Ubá, em 2007.

175 TAVARES, J. V. *Os colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 17.

176 ALVIM, F. Z. M. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, B. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383.

177 Em 1875 inicia o assentamento dos italianos na encosta superior do nordeste do estado, originando varias colônias: Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D’Eu (hoje Garibaldi) e Nova Palmira (hoje Caxias do Sul).

178 Atualmente, esta área é denominada Vale dos Vinhedos. O vale possui 81.123 km², tem a forma de um triângulo e abrange áreas de três municípios, sendo que a maior parte está em Bento Gonçalves. A integração dos produtores locais faz do vale um verdadeiro ponto turístico.

179 MARTINS, J. Souza. A viagem do vapor Europa ao Atlântico Sul em julho de 1877. *Raízes*, São Caetano, v. 7, n. 13, 1995. p. 5.

180 *Os cinco municípios italianos incluídos no tratado são*: Rovereto, Nogaredo, Terragnolo, Trambileno e Villa Lagarina (BENTO GONÇALVES). Prefeitura de Bento Gonçalves, 2008. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>> Acesso em: 02 nov. 2008).

A diversidade dos patrimônios italianos

Nesses três municípios, os patrimônios italianos têm sido diversos, assim como hoje é diversa a preservação e a organização da memória local. As referências da cultura do café, a emergência da substituição da mão de obra escrava e as frequentes passagens do artesanato para a pequena e média indústria fazem parte do passado. Nesses contextos, o ambiente econômico e o mercado local têm estimulado a formação de trajetórias de empresas de porte médio e a decorrência de fluxos entre agricultura, artesanato e formação de indústrias.¹⁸¹ Esse processo da realidade italiana foi denominado pelo economista Giorgio Fuá¹⁸² de “industrialização sem fraturas”, por acentuar uma cultura econômica que se desenvolve distanciada daquela conflitiva, típica dos centros urbanos de grandes empresas. Algumas características da “industrialização sem fraturas” parecem coadunar-se com essas realidades locais brasileiras por nós apresentadas.

- O quadro ambiental no qual se inicia o processo de industrialização é um espaço constelado de cidades de porte reduzido que constituem territórios com funções urbanas e atividades privadas bastante vigorosas no comércio e no artesanato.
- O espaço rural é servido por uma malha de comunicações entre pequenas propriedades de gestão familiar; a sua população é numerosa e mantém contínuos contatos com os centros urbanos.
- Os trabalhadores autônomos não restringem seu papel econômico às atividades de reprodução da família, mas investem parte de sua renda em diversificados empreendimentos.
- As empresas são financiadas pela poupança familiar, que mobiliza os parques fundos seguindo uma estratégia de investimentos em sequências longas e não abruptas. Evolui, assim, uma distribuição difusa de empresas no território, que segue uma lógica de desenvolvimento que maximiza a valorização dos recursos locais e minimiza traumas e fraturas.
- As empresas são formadas por pessoas que haviam desenvolvido sua experiência trabalhando no mesmo setor, como operários de outras empresas, para depois abrir sua própria atividade. Essa disseminação nasce muitas vezes da crise ou da falência de alguns estabelecimentos que, produzindo uma diáspora de seus trabalhadores, acabavam liberando energias empresariais para o território.

Este entorno de fluidez que possibilita a emergência de atividades autônomas de empresas é fruto, às vezes, de experiências virtuosas de mobilidade dos trabalhadores dependentes. Se a estrutura social fosse mais rígida, tais recursos perder-se-iam e não haveria, na cultura industrial, esse estilo empresarial de tipo “popular”, bem diferente daquele “de grande empresa elitista” formado no interior da burguesia empresarial.

181 Segundo A. Trento (Storia della emigrazione italiana in Brasile. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. Storia dell'emigrazione italiana. Roma: Donzelli, 2002), são as grandes fortunas empresariais, como as de Crespi e de Matarazzo, que alimentam mais o imaginário coletivo italiano, reiteradas inclusive pelo discurso do fascismo, que articula o espírito de sacrifício, a capacidade de poupar e o sentido dos negócios com o patriotismo. Para A. Trento, esses grandes empresários, provenientes de camadas médio-altas, saem da Itália com poupanças e têm familiaridade com a economia de mercado. Com efeito, suas precedentes experiências comerciais possibilitam que eles, no Brasil, organizem, via rede bancária, a chegada das remessas dos migrantes na Itália.

182 FUÁ, G. *Industrializzazione senza fratture*. Bologna: Il Mulino, 1983.

Os jovens empresários: entre a tradição e a inovação

Ao perguntarmos que laços unem as jovens gerações com as tradições italianas seguidas pelos fundadores que se fixaram nesses territórios, surgem várias interrogações. Em que medida os jovens consideram que os saberes tradicionais, vitais na construção dos patrimônios familiar-empresariais, ainda são elementos válidos para enfrentar os atuais desafios do mercado competitivo? É evidente que a memória dos fundadores italianos marca a socialização destes jovens brasileiros, mas será que as antigas experiências são ainda fonte de inspiração para alimentar as motivações, as representações, as referências cognitivas que caracterizam estes jovens empresários? Quais são suas atitudes quando devem decidir a respeito do futuro das empresas? Suas escolhas se afastam de algumas alternativas. Não abandonam o passado para reformular a vocação da empresa; não permanecem atrelados à antiga forma manual do fazer; não recusam os incentivos de modernizar a tecnologia; finalmente, também não fazem da empresa um símbolo de status, não aceitam viver 'aniquilados pelo patrimônio familiar'.

Ao recusar os modelos antigos, quais recursos consideram mais válidos para ser corresponsáveis do projeto de futuro da empresa? Apostam mais na formatação de projetos que conservam as tradições, ou buscam inovações que se distanciam destas? Como lidam com os valores herdados e a necessidade de responder aos desafios impostos pelo mercado impregnado dos valores da competitividade e da eficiência?

Para responder devemos observar o conteúdo das escolhas econômicas aliadas às dimensões culturais e identitárias. Por exemplo, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman,¹⁸³ interpretando as recentes transformações das sociedades modernas, considera a identidade como um processo de contínua redefinição de si mesmo, isto é, de reinvenção da própria história individual.¹⁸⁴ Também são úteis as formulações de Hobsbawm e Ranger,¹⁸⁵ quando afirmam que as culturas são como grandes falésias que acumulam diferentes estratos simbólicos e orientam no tempo o agir cotidiano. Para estes autores a formalização e a ritualização de tradições "inventadas" têm espaço quando amplas transformações da sociedade moderna parecem colocar em perigo o passado. Estas tradições acompanham assim as transformações da sociedade moderna, sendo adaptações para "conservar" antigos costumes sob novas condições. Ou, como afirmam os autores, poderiam ser vistas pelo uso de velhos modelos para novos fins.

Nesta perspectiva, os jovens herdeiros estudados, quando assumem a responsabilidade da gestão da empresa e têm a possibilidade de influir nas decisões relativas aos projetos de modernização da mesma, vivem a necessidade de introduzir inovações como um problema bastante complexo.¹⁸⁶ Impulsionados a inovar, poderiam modificar parte

183 BAUMAN Z. *Identity conversations with Benedetto Vecchi*. Cambridge: Polity Press, 2004.

184 Para Bauman, no contexto da modernidade em transformação ocorreram várias mudanças: "modelos e configurações não são mais dados, mas replasmados pelas suas contorções. O nosso é um tipo de modernidade individualizado, privatizado, no qual o peso do tecer sua trama recai nos ombros do indivíduo [...] o homem cessa de ter uma identidade inata. Como afirma J.Paul Sartre, não basta nascer burgueses, necessita também viver como burgueses..." (*Identity conversations with Benedetto Vecchi*, p.30-31, tradução livre).

185 HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *As invenções das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

186 Inovar significa definir mudanças que podem levar para diferentes direções e até quebrar antigos paradigmas. Segundo Camagni, o conceito de inovação «est vaste et les emplois se rattachent à les significations diversifiées, pouvant aller de l'innovation minimale opérée par un entrepreneur sur un chantier jusqu'à une innovation institutionnelle majeure comme l'avènement de la démocratie. L'innovation est un terme relatif (on innove par rapport à quelque chose) et qualitatif (il existe divers degrés d'innovation, et ces degrés dépendent un partie de jugements individuels). Mais la notion d'innovation reste souvent cantonnée à son aspect technologique et tient être compte du cadre beaucoup plus large dans lequel l'innovation doit être comprise» CAMAGNI R. *Innovation networks: spatial perspectives*. Nova York: John Wiley & Sons Ltd., 1991. p. 24-25. Ver também MAILLAT, D.; KEBIR, L. *Learning region and territorial production systems*. In: O'BRIEN, R. *Global financial integration: the end of geography*. Londres: Council on Foreign Relations Press, 1992.

das perspectivas dos fundadores que foram capazes de manter os negócios em equilíbrio com a família. Inovações não bem avaliadas e ponderadas e rapidamente afastadas poderiam, não somente comprometer as relações familiares, mas levar a modificar as vocações da empresa e, por consequência, a dissipar a identidade da mesma e colocar em perigo o mercado e a clientela conquistada.

Os valores que tradicionalmente guiaram as relações família-empresa nem sempre são seguidos pelos jovens herdeiros. Eles assinalam o peso das pressões que, nesses últimos dez anos, o mercado tem imposto às suas empresas (setor moveleiro, vinho e vidro *soffiato*). A crescente competição exige escolhas sobre as alternativas de produtos finais, sobre a substituição de matérias primas, sobre ter que acompanhar os gostos e a moda dos consumidores locais, regionais e até internacionais. Eles veem no mercado um reservatório de contínuas solicitações que os impulsionam a buscar tanto no território, como fora deste, novos recursos para reformatar a gestão herdada dos pais. Assim, se, por um lado, a família é um reservatório de recursos, por outro, as relações de mercado são mecanismos de regulação econômica e social para as empresas. Como afirmam os sociólogos italianos Bagnasco e Trigilia, a relação de mercado é compensada pela família. O mercado é o “motivador” e a família é “estabilizadora”.¹⁸⁷ Nos nossos casos, a cultura de economia de mercado que impõe transformações pode ser fonte de contraste com a cultura da família, se esta for percebida como o espaço letárgico das tradições.

Seguindo a tipologia formulada por Philippe Aydalot,¹⁸⁸ quando as pressões do mercado solicitam mudanças nos paradigmas tradicionais, sobretudo em processos ainda muito dependentes do trabalho manual, é comum recorrer a novos conhecimentos tecnológicos e a *savoir-faire* disponíveis no próprio território, nas localidades próximas. As mudanças são decididas a partir dos ambientes locais, identificando as áreas mais favoráveis para os investimentos em inovação. Nos relatos dos três jovens empresários, são explícitas as preocupações com as crescentes exigências do mercado em seus municípios (ser eficiente no aumento da produtividade, ter iniciativas consistentes, estabelecer uma sólida rede de relações institucionais), como também é clara a consciência da necessidade de modificar, atualizando até a gerência das empresas.

Os depoimentos oferecem algumas constatações. Alguns destes desafios são evidentes para a jovem empresária G. P., que foi escolhida pelo pai como liderança (entre quatro filhos) do grupo moveleiro.

A empresa nos dias de hoje não pode se preocupar só com produtos, produtividade e lucro. Deve desenvolver um tudo, valorizando o crescimento. É de responsabilidade das empresas a forma como as pessoas se desenvolvem e o tipo de cultura adotada, pois esta cultura influenciará na qualidade do produto, nas relações interpessoais no local do trabalho” (G. P., em entrevista concedida à autora em 2006).

A jovem empresária aposta em investimentos capazes de renovar o perfil da empresa. Entre os diferentes recursos para aprimorar a competitividade, ela definiu como prioritários o *design* e o *marketing*, recusando a se envolver rapidamente no programa

187 BAGNASCO, A.; TRIGILIA C. *Società e politica nelle aree di piccola impresa: il caso di Bassano*. Pádua: Corazzin/Ires, 1984. p. 158).

188 Philippe Aydalot participa do Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs», criado em 1984. Esta rede tem como tema central “o learning region”, isto é, a aprendizagem coletiva, a auto-organização, as convenções nos processos de desenvolvimento regional. Neste contexto emergem a importância da identidade e a coordenação dos recursos locais (AYDALOT, P. *Millieux innovateurs en Europe: innovative environments in Europe*. Paris: Gremi, 1986.)

de apoio regional para a exportação e escolhendo se engajar para modificar o perfil interno da empresa. As razões de tal escolha transparecem no relatório escrito como balanço da missão de estudo na Itália, que lhe permitiu visitar algumas indústrias de móveis da região do Vêneto:

Eles me mostraram todo o setor produtivo e criativo, sem o menor receio. São indústrias que oferecem produtos de primeira linha, como os móveis clássicos do distrito de Bassano, onde as empresas reproduzem móveis do século XVI que, inclusive, se encontram em museus da Itália. A mentalidade deles é muito aberta [...] Chamou muito a minha atenção o programa dos “pactos territoriais”, onde há um espírito de organização dos empresários que se unem para decidir qual é projeto de desenvolvimento da região, qual projeto o Estado deveria financiar. Depois de definido, eles se manifestam em conjunto em busca dos recursos”.¹⁸⁹

A sua decisão de fazer do *design* o carro-chefe das inovações representa, neste caso, uma verdadeira inversão das “normas”,¹⁹⁰ já que o processo criativo de sua empresa está, há anos, vinculado ao saber tradicional de um único marceneiro, contratado desde 1970, quando o pai organizou sua empresa autônoma familiar.

Para os produtores de vinho da família V., o difícil equilíbrio entre manter traços fundamentais que guardem o passado e, ao mesmo tempo, incorporar ajustes tecnológicos e organizativos, está constantemente em discussão. Por isso, a grande preocupação é conservar e competir num mercado regional em que a concorrência é entre empresas fundadas por parentes próximos. A preocupação prioritária com o território onde se estabeleceram os bisavôs fundadores leva o jovem vinicultor a buscar suportes para promover a salvaguarda e dar originalidade a este meio ambiente, seja natural, seja arquitetônico.

A busca de se destacar de outros concorrentes sugere aprimorar também a configuração da marca do vinho. Muitas vezes é enfatizada, junto à identificação da família com a empresa, também o lugar onde se formou o vinhedo e as estratégias para a preservação do meio ambiente.

Os prédios da V. Vinhos Nobres que englobam as funções administrativas e ecológicas foram concebidos a partir de preceitos arquitetônicos e estruturais herdados da arquitetura industrial da imigração italiana na Serra Gaúcha. Os princípios de proporção volumétrica, simetria e modulação, e os elementos arquitetônicos como as esquadrias, telhado de quatro águas e cimalkas ornamentais, remetem ao período do apogeu da arquitetura de nossos antepassados imigrantes no século XIX. Esse prédio, além de cumprir a sua função prática, é um símbolo representativo dos valores da cultura da produção familiar [...] A nossa equipe é consciente e preocupada com o equilíbrio ambiental e instalou uma estação de tratamentos de efluentes própria, onde todos os resíduos líquidos que saem da empresa podem ser tratados antes de serem liberados ao meio ambiente. Esta ação visa à proteção do meio ambiente e a preservação da qualidade de vida, que são características da região (V.V., em entrevista concedida à autora em 2006).

189 Este comentário de G. P. foi publicado, em 18 de novembro de 2006, no portal da categoria da indústria moveleira, juntamente à informação da missão de estudo efetuada pela empresária. Disponível em: <http://www.portalmoveleiro.com.br/redacao/nova_noticias.html>. Acesso em: ago. 2008.

190 A literatura aponta, entre as dimensões intrinsecamente vinculadas a todo processo criativo, a chamada “inversão das normas”, supondo que, num determinado momento, as propostas dos portadores das inovações vençam os detentores da ordem estabelecida (ALTER, Steven. Information systems: the foundations of e-business. 4. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2002.).

A família de V.V. participa do grupo de empresas vinícolas de Bento Gonçalves, que hoje fazem parte do território Vale dos Vinhedos. Cômico de que a tradição é parte da identidade do território e que o reconhecimento do valor de seus vinhos no mercado é ligado à procedência dos mesmos, o jovem V.V. tem concentrado suas energias em algumas iniciativas. A mais importante é ter buscado o selo de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV), encaminhado em 1998 e recebido em 2001. Para alcançá-lo, foi necessário realizar o levantamento histórico da região, detalhar o mapa geográfico e apresentar o estudo das potencialidades do setor vitivinícola da região. A sua família também foi a primeira no Brasil a obter, em 2007, o selo de Indicação Geográfica (IG) para o Vale dos Vinhedos, outorgado pela União Europeia. Segundo L.H.Z. (35 anos, coproprietário e presidente da Aprovale), tio de V.V.,¹⁹¹ a certificação tem produzido um salto para a região, até porque, após a certificação, o Vale dos Vinhedos multiplicou o recebimento de visitantes, turistas e compradores, passando de 10 mil para 100 mil pessoas.

Profissionalizamos o negócio que a família já fazia há décadas. Antes da criação do empreendimento familiar, os fundadores da V. eram associados à Cooperativa Vinícola Aurora,¹⁹² para a qual forneciam uvas a granel. Agora a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos tornou-se garantia de origem com qualidade. Este título traz enormes vantagens para o viticultor e para os consumidores e visitantes do Vale, que encontram na região uma infraestrutura de atendimento, respeito à natureza e às características dos valores sociais que determinam a essência do produto vinho, fruto da cultura familiar e razão da autenticidade do povo descendente de imigrantes italianos (L.H.Z, em entrevista concedida à autora em 2006)

O jovem V. V. durante sua missão de estudo na Itália, além de visitar diferentes empresas vinícolas da região de Trento, encontrou pela primeira vez a parte da família que havia permanecido em Rovereto.

O fato de conhecer os meus parentes aqui foi um dos momentos mais marcantes da viagem. Houve uma troca de experiências, de cultura, de conhecimento. Foi fundamental para entender de onde os meus antepassados vieram, pude ver como são os meus parentes hoje e até entender melhor o que nos somos lá na nossa Serra (V.V., em entrevista concedida à autora em 2006).

Ele concentrou grande parte do seu entusiasmo em identificar as características da região Trentino, importante área de produção de vinhos bem conceituados no mercado nacional e internacional.

Acredito que a proposta do *made-in-Italy* é muito importante. Seu modelo de crescimento é muito parecido com aquele da Serra Gaúcha e em especial o das vinícolas.

191 Além de Bento Gonçalves, estão incluídas as áreas agrícolas de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Pode-se dizer que as 31 vinícolas que formam a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale) conquistaram assim o direito de competir no mercado europeu em igualdade de condições.

192 A Cooperativa Aurora, a maior vinícola do Brasil, foi fundada em 1931 por 16 famílias de produtores de uvas do município de Bento Gonçalves. Um ano mais tarde, contabilizava a produção coletiva de 317 mil quilos de uvas, fixando a base de um empreendimento destinado não só a ser o maior, mas também um dos mais qualificados tecnologicamente. Hoje, com mais de 1.300 famílias associadas, é responsável pela produção média de 50 milhões de kg de uvas, que resultam em aproximadamente 38 milhões de litros de vinhos anuais. Para manter a liderança no setor, posição que ocupa há mais de duas décadas, seu parque industrial está em constante modernização e suas unidades são dotadas de alta tecnologia.

A Serra Gaúcha também tem uma cultura local bastante forte, porém, a falta de comunicação entre os atores é um entrave ao desenvolvimento. Ademais, as empresas estão limitadas a poucas fontes de financiamento, e estão sujeitas a uma carga tributária elevada (V.V., em entrevista concedida à autora em 2006).

A preocupação com a “perspectiva de território” esteve sempre presente entre os contatos que o jovem realizou nesta viagem à Itália, seja com a população, seja com os empresários vinicultores e com os próprios órgãos públicos da região Trentino e Vêneto. Segundo o jovem empresário, esta seria a dimensão mais importante que poderia fazer evoluir também a Serra Gaúcha.

Um elemento que marcou esta viagem foi o carinho especial e a preocupação com o território de pertencimento, muito forte, que acredito será cada vez mais forte, mesmo com o fortalecimento da União Europeia. Se percebe um sentimento de diferenciação, do estilo, seja no modo de se vestir, andar, beber, estudar... (V.V., em entrevista concedida à autora em 2006).

A partir desta perspectiva, para o jovem empresário, as solicitações atuais do mercado internacional do vinho acabam sendo ambíguas para seguir a tradição local. Esta tradição deveria se manter ancorada a certos princípios éticos que fazem desta atividade uma prática que não pode ser considerada exclusivamente mercantil.

A empresa vinícola C., de Trento, que visitamos tem propostas interessantes sobre a certificação e cuidado com o produto. Mas embora estas sejam importantes, estão voltadas claramente para uma estratégia de mercado e às vezes acabam falseando a identidade familiar dos produtores de vinho. Podem acabar sendo somente produtos de certificações. Fico um pouco apreensivo com esta proposta, pois podem prostituir demais o mercado do vinho. Penso que se deveria criar uma identidade, um marco que deve dar um significado maior a sua existência, dar mais significados e outros valores à certificação, além de proporcionar boa venda internacional (V.V., em entrevista concedida à autora em 2006).

As inquietações que buscam decifrar a força do mercado são bastante difusas no ambiente das empresas vinicultoras, levando os apaixonados produtores a ver em uma garrafa de vinho uma fonte inesgotável de sentimentos contrastantes.

Os *bisnonnos* só servem às vezes para entrar na historinha da família [...] eles se reviram no caixão. [...] O vinho está sendo “fabricado” em “vinícolas-hospitais”, ou o vinho está sendo “construído” por enólogos globalizados? A era globalizada da estética fútil chegou aos vinhos [...]. Do “vinhedo jardim” ao “rótulo subliminar” (cor, forma e estilo como fator de escolha), o vinho está sem “alma”! É um zumbi, perambulando em gôndolas promocionais de redes de supermercados! É um ente ausente de expressão, sem personalidade, é simplesmente mais um produto a ser despejado neste Parque de Diversão pérfido e implacável chamado Mercado. [...] O “vinho construído” está na moda! Ao elegermos um vinho padrão, mercadologicamente viável, sacrificamos inevitavelmente sua origem e, de quebra, sua cultura! E o “como fazer”? E as

mãos de quem trabalha? O status, o prazer, o poder, e, acima de tudo, o lucro, nos farão esquecer as primaveras chuvosas, os outonos gelados, o causticante verão, as lágrimas das safras perdidas. Vinho-arte, poesia, amor *versus* vinho-capital, *commodity*. A natureza não será mais “empecilho” para “fabricarmos” vinhos.¹⁹³

Finalmente, a terceira realidade, é de uma família que construiu uma fábrica de vidro *soffiato*. O fundador é G. B., que deixa em 1954 a ilha veneziana de Murano onde, desde 1938, era operário no laboratório do artesão G. Tosi. Ele chega, com 17 anos, em São Paulo. Só em 1966, a família B. estrutura a firma como um ponto de exposições e venda direta de peças de decoração, lustres e miniaturas produzidas *in loco*.¹⁹⁴ É a filha quem explica os processos de adaptação pelos quais a empresa no Brasil teve que passar.

Enquanto na Itália as pessoas especializam-se em determinadas fases da fabricação do vidro *soffiato* – vidreiro, forneiro, ferramenteiro, *designer* – nessa firma aqui no Brasil todas as etapas do processo de fabricação eram realizadas pelos dois irmãos, mestres vidreiros, meu pai e meu tio. Naquela época não havia muitas possibilidades em se contratar outras pessoas profissionais especializadas para montagem; instalação, inovações tecnológicas, processos químicos, etc. Nessas escolhas e em suas realizações, os responsáveis sempre foram eles dois (L. B., em entrevista concedida à autora em 2005).

A declarada indisponibilidade do pai de repassar o saber para a filha, o *ethos* profissional, parece estar ligada, sobretudo, às tradições artesanais. Os membros (masculinos) da família B., hoje residente na cidade mineira de Poço de Caldas, por sentirem-se herdeiros da antiga profissão dos artistas de vidro soprado de Murano, mantêm o dever de proteger este precioso saber das distorções que o degradariam irremediavelmente, defendendo com força as tradições.

A fabricação do vidro soprado da ilha de Murano foi mantida em segredo durante séculos pelos italianos, para evitar que estrangeiros se apropriassem do conhecimento passado de geração em geração (L. B., em entrevista concedida à autora em 2005).

O espírito individualista do artista e a alta tradição profissional reforçam o “fami-lismo patriarcal”,¹⁹⁵ sufocando reiteradamente as aspirações da filha de produzir suas próprias peças em vidro *soffiato*. Ela foi integrada à empresa, mas relegada às atividades comerciais. O pai, mestre vidreiro, justifica esta colocação com argumentos técnicos, articulados e permeados de sentimentos e de valores:

As mulheres podem fazer acabamento, mas é muito pesado [...] Uma mulher pode até ser forte... minha filha tentou, mas o forno queima o corpo, tem limites para elas e, para mim, é importante a família. Eu tenho sempre na mente a imagem de Veneza, da mulher que perdia a feminilidade [...] Não vejo minha filha sofrer o calor, para des-

193 ZANINI, L. H. Um outro vinho é possível? 9 set. 2007. Disponível em: <<http://lesommeliere.multiply.com/journal/item/7>>. Acesso em: ago. 2008.

194 O vidro é o resultado da fusão de uma série de matérias fundidas a 1.450 graus, sendo as principais: a areia, o carbonato de cálcio e o carbonato de sódio ou potássio. Para conseguir os vidros coloridos, são acrescentados outros produtos, como óxido de cromo, para o verde, e sulfato de cádmio, para o amarelo.

195 Entendido como conjunto de relações nas quais os interesses e as atividades de coordenação da empresa se estabelecem pela linha masculina da família.

cobrir o limite do fogo e do calor [.. A mulher pode ser proprietária da empresa, pode ser desenhista [...] Na fábrica não há mulheres porque nenhuma mulher veio pedir trabalho aqui [...] Depois, se mesclar na *piazza* homens e mulheres, há promiscuidade [...] a cana de soprar o vidro passa de boca em boca [...] Deveria haver uma *piazza* somente para mulheres (A. B., em entrevista concedida à autora em 2006).

A filha, após ter aceitado em outubro de 2006 o convite da missão de estudo no Vêneto, frequentou um curso na ilha de Murano, que lhe proporcionou a oportunidade de apreender os elementos básicos da arte do vidro artístico *soffiato*. Ao confirmar sua vocação, assim descreve esta experiência:

Consegui aproveitar cada momento do estudo, ampliando meu conhecimento. Me empolguei em conhecer de perto a cultura econômica italiana. Digo de perto, pois a Itália sempre esteve presente na minha vida; meus pais são italianos e me italianizaram também [...] É como se tivesse voltado a um lugar em que nunca estive, voltei às minhas origens. Com o curso que eu fiz na Scuola del Vetro A. Zanetti tive a oportunidade de ampliar o conhecimento na área em que trabalho, com cristais [...] Enfim, não sei descrever a gama de conhecimentos e emoções que a missão causou em minha vida [...] Experimentei o que meu pai não tinha me ensinado, porque dizia que era difícil para mim. Agora eu sei e posso voltar com este conhecimento que de nós mulheres tinha sido escondido (L. B., em entrevista concedida à autora em 2006).

No conjunto das 16 empresas conhecidas, dois aspectos devem ser ressaltados. O primeiro concerne a seus específicos saberes profissionais, necessários à produção de vidro, de móveis e de vinho. Tais saberes nascem e se desenvolvem comportando uma considerável dose de intervenção manual; uma força de trabalho bastante elástica e pouco custosa; e formas apropriadas de transmissão de saberes técnicos por meio da socialização familiar.

O segundo aspecto relativo ao estudo de empresas de origem italiana solicita um particular aprofundamento dos contextos históricos e culturais que as viabilizaram.

Algumas conclusões: entre a memória e o mercado

O saldo migratório entre países de antiga e de recente industrialização parece ainda oferecer disseminadas referências do legado da contribuição migratória italiana à industrialização brasileira. A abertura ao mercado internacional, intensificada a partir dos anos 1990, não apenas tem estimulado o nascimento de novas empresas, mas tem submetido o tradicional parque industrial, também nos centros urbanos não metropolitanos, às contínuas crises para estimular a modernização. Nesses processos, não somente os fatores tecnológicos devem ser considerados.

Entre os vetores que colocam em risco a sobrevivência e o sucesso de empresas de médio porte de modelo familiar, situadas em centros urbanos não metropolitanos, dependentes de variadas fontes de recursos, há também os não econômicos. Os recursos internos às famílias, os valores, as imagens, a memória, aliando-se às fontes de origem materiais são, em conjunto, elementos que motivam as estratégias de acumulação de

muitos núcleos. A sociabilidade econômica da família é ressaltada também pelo historiador Ginsborg,¹⁹⁶ segundo o qual pode existir uma “mobilização do potencial endógeno da empresa” graças ao trabalho, à poupança, à valorização das estruturas materiais e sociais herdadas na história familiar capazes de forjar um comportamento economicamente rentável.¹⁹⁷

Observando as recentes escolhas de gestão nos três específicos territórios apresentados (Ubá, Poço de Caldas e Bento Gonçalves) é possível perceber que os jovens oriundos italianos sabem não só formar novo capital, mas atingir um antigo reservatório de recursos econômicos, culturais e morais congêntos no seio de suas famílias. As posições profissionais podem assim percorrer e até evoluir, de um lado a outro do oceano Atlântico, da situação típica do trabalhador dependente que emigra para a experiência autônoma empresarial nas mais recentes gerações. Assim, os fluxos migratórios, se estudados em sua contínua sedimentação nos territórios de acolhida, reconhecem experiências de integração e de mobilidade ascendente. Isto é, seguir os trabalhadores migrantes italianos e as novas gerações de oriundos é um percurso que frequentemente coloca em evidência a passagem da origem de grupos médio-baixos para algumas posições de destaque no mundo empresarial.

Enfim, este estudo de caso (de empresas/empresários de cristais artísticos, móveis e vinhos) encontra elementos concordantes com a perspectiva proposta pelos sociólogos Bagnasco e Trigilia,¹⁹⁸ segundo os quais a “cultura produtiva de mercado” não se cancela, mas, no tempo, consegue se atualizar, absorvendo e criando novas figuras.

Assim, as intervenções praticadas no território brasileiro não cancelam, menos ainda excluem os saberes da antiga tradição familiar originados em terras hoje distantes, a Itália. Com efeito, valores tradicionais, abandonados ou deixados de lado quando da chegada ao novo mundo, ao Brasil, sabem, às vezes, reviver, para ser reencontrados como propostas hoje fontes de referências para as novas gerações de oriundos.

Referências

- ALVIM, F. Z. M., O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, B. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383-418
- ALTER, Steven. *Information systems: the foundations of e-business*. 4. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2002.
- AYDALOT, P. *Millieux innovateurs en Europe: innovative environments in Europe*. Paris: Gremi, 1986.
- BAGNASCO, A.; TRIGILIA C. *Società e politica nelle aree di piccola impresa: il caso di Bassano*. Pádua: Corazzin/Ires, 1984.
- BAUMAN, Z. *Identity conversations with Benedetto Vecchi*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2002.

196 GINSBORG, P. Un'Italia minore. I cambiamenti della famiglia in un distretto industriale italiano, 1965/1997. In: GINSBORG, P.; RAMELLA, F. *Un'Italia minore: famiglia, istruzione e tradizioni civiche in Valdelsa*. Florença: Giunti, 1999. p. 9-32. A imagem fortemente coesa da família na literatura italiana foi considerada capaz de dirigir aspirações e objetivos econômicos. Esta inquietação está presente nos estudos sobre a “terceira Itália”, em que a família, o mercado e a sociedade civil moldam a vocação industrial.

197 GINSBORG, P.; RAMELLA, F. *Un'Italia minore: famiglia, istruzione e tradizioni civiche in Valdelsa*. Florença: Giunti, 1999.

198 BAGNASCO, A.; TRIGILIA C. *Società e politica nelle aree di piccola impresa: il caso di Bassano*.

- CAMAGNI R. *Innovation networks: spatial perspectives*. Nova York: John Wiley & Sons Ltd., 1991.
- CAPPELLIN P. et al. *Entre a memória e o mercado, famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. Belo Horizonte: ArgVmentVm, 2010.
- FAUSTO, B. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FUÁ, G. *Industrializzazione senza fratture*. Bologna: Il Mulino, 1983.
- GINSBORG, P. Un'Italia minore. I cambiamenti della famiglia in un distretto industriale italiano, 1965/1997. In: GINSBORG, P.; RAMELLA, F. *Un'Italia minore: famiglia, istruzione e tradizioni civiche in Valdelsa*. Florença: Giunti, 1999. p. 9-32.
- _____; RAMELLA, F. *Un'Italia minore: famiglia, istruzione e tradizioni civiche in Valdelsa*. Florença: Giunti, 1999.
- GISLAIN, J. J.; STEINER, Ph. *La sociologie économique 1890 – 1920*. Paris: PUF, 1995.
- GOLINI A.; AMATO F. Le migrazioni nella storia. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E., *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2001. p. 551-579.
- GRANDIS, T. B. Vida e ação da colônia italiana no município de Ubá. Ubá: Academia Ubaense de Letras, 1989.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *As invenções das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- MAILLAT, D.; KEBIR, L. Learning region and territorial production systems. In: O'BRIEN, R. *Global financial integration: the end of geography*. Londres: Council on Foreign Relations Press, 1992.
- MARTINS, J. Souza. A viagem do vapor Europa ao Atlântico Sul em julho de 1877. *Raízes*, São Caetano, v. 7, n. 13, p. 4-11, 1995.
- MOREIRA, P. P. *Imigrantes*. Reverência. Italianos na colônia Santa Maria. Belo Horizonte: O Luta-dor, 1999.
- SANTOS, T. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SEGUSO, M. *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas, 1884–1915*. Poços de Caldas: Dom Bosco, 1999.
- TAVARES, J. V. *Os colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- TRENTO, A. Storia della emigrazione italiana in Brasile. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2002.
- VIOTTI, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1997.

Outras fontes

- ARTE com sopro de cristal. 2007. *Empreendedor*, 27 set. 2007, seção "Voz da Experiência". Disponível em: <http://www.empreendedor.com.br/_novo/_br/?secao=Noticias&codigo=5384&categoria=>>. Acesso em: 17 out. 2008.
- BENTO GONÇALVES. Prefeitura de Bento Gonçalves, 2008. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>> Acesso em: 02 nov. 2008.
- CRISTAIS divulgam Poços na Itália. 29 mai. 2007. Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/portal/noticias/turismo/cristais_divulgam_pocos_na_italia_200705292208/>>. Acesso em: 17 out. 2008.
- G.P. Comentário. 18 nov. 2006. Disponível em: <[>](http://www.portalmoveleiro.com.br/redacao/nova_noticias.html)>. Acesso ago. 2008.

- HISTÓRIA de Ubá. Ubá: Prefeitura Municipal de Ubá, 2008. Disponível em: <[http://www.ubamg.gov.br/index.asp?sessao=13 &ch=13](http://www.ubamg.gov.br/index.asp?sessao=13&ch=13)>. Acesso em: 15 out. 2008.
- INTEGRAÇÃO gera crescimento de empresas moveleiras. A cidade de Ubá, em Minas, tornou-se um exemplo do que especialistas chamam de 'Arranjo Produtivo. Disponível em: <http://asn.sebraepr.com.br/portal/page/portal/PORTAL_INTERNET/ASN_AGENDA/ASN_PAUTA?_dad=portal&_pauta=3633>; Acesso em: maio 2008.
- VINHO BRASILEIRO. Serra Gaúcha. 2008. Disponível em: <http://www.sitedovinhobrasileiro.com.br/folha.php?pag=mostra_regiao.php&num=SGA>. Acesso em: 17 out. 2008.
- ZANINI. L. H. *Um outro vinho é possível?* 9 set. 2007. Disponível em: <<http://lesommeliere.multiply.com/journal/item/7>>. Acesso em: ago. 2008.

Trajetórias de vida “invisíveis”: mulheres, imigração e trabalho.¹⁹⁹

Syrléa Marques Pereira^{200*}

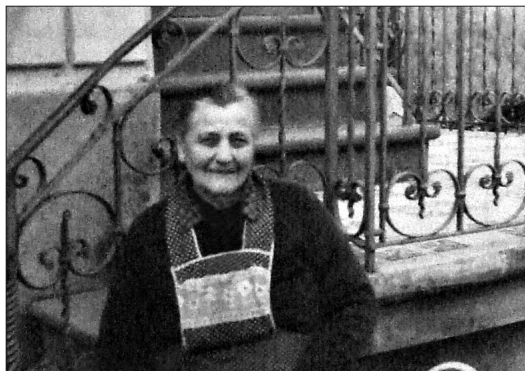
Três mulheres

Giorgina Lippi (Oneta, 1889-1977)

Quando era pequena [...], eu me recordo que aos domingos os homens da aldeia faziam partidas de cartas. Reuniam-se todos lá e jogavam cartas. Giorgina era melhor que os homens para jogar cartas. Ela e também sua filha, Nella, jogaram cartas até uma idade bem avançada.

Geralmente, a aposta era uma bala, mesmo se fosse dinheiro, era uma coisa muito pequena, uma cifra muito exígua, pequena, pequena.

Havia mesas e jogavam bisca, jogavam escopa, jogavam 4 por 4. Às vezes eram 7 mesas cheias. Quem vencia, ganhava um copo de vinho, um café ou um cigarro [...].



Giorgina Lippi. Oneta, Itália, 19??. Acervo pessoal de Maria Grazia Gigli.

Outras vezes, especialmente no inverno, jogavam bingo. Aí todos podiam participar, inclusive as mulheres. Mas, geralmente, no domingo havia o padre, e as mulheres iam conversar, não iam jogar. Elas podiam também ir, mas essa coisa não interessava às mulheres. Era um jogo quase exclusivamente dos homens. Porém, Giorgina e Nella jogavam muito bem.²⁰¹

199 Coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração (Labimi)/Uerj. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pós-doutoranda em História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj); pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem) / IPPUR / UFRJ.

200 Para este artigo foi imprescindível a colaboração de Bruna Giannotti e Luciano Pieri, ambos de Oneta, que gentilmente me enviaram novas informações sobre Giorgina Lippi e Giustina Lippi (Luciano Pieri enviou a foto de Giustina Lippi especialmente para este artigo). Como também importante e inspirador foi o livro de Natalie Zemon Davis, *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 326 p.

201 MICHELI, Maria Grazia. Depoimento de Maria Grazia Micheli a Syrléa Marques Pereira. [Oneta], 16 out. 2006. Niterói: UFF/Labhoj; Rio de Janeiro: Uerj/Labimi.

As lembranças acima me foram narradas por Maria Grazia Micheli (1940), que nasceu e reside em Oneta, um pequeno povoado construído sobre uma das colinas que formam os Apeninos Toscanos, pertencente ao município de Borgo a Mozzano, localizado na província de Lucca (Itália). São recordações de sua infância e do convívio com o avô, Serafino Gigli, um dos aldeões que participavam dos jogos de cartas. Maria Grazia relembrou ainda que “quando (ele) vencia, retornava para casa com uma bala no bolso para mim”.²⁰⁰ Assim, o avô participava da “jogatina”, mas era ela quem ficava com os prêmios.

Reuniam-se, majoritariamente homens – porém, nos jogos de bingo dominicais era facultado o comparecimento das mulheres, que se sentiam divididas com a presença do representante eclesiástico na igreja –, na pequena mercearia de Oneta, de propriedade, justamente, da melhor jogadora de cartas: Giorgina Lippi. Posteriormente, a sua filha Nella (1914-2002) a sucederia tanto na administração do negócio como nos jogos de cartas. Eram imbatíveis! Reconhecem os atuais habitantes de Oneta.

Giorgina foi uma das mulheres comerciantes de Oneta. Desde meados do Oitocentos, existiram dois únicos estabelecimentos comerciais no povoado, muito parecidos com os nossos armazéns de secos e molhados: era o negócio de Marianna (Gambogi) e o negócio de Francesca (Gigli). Conforme narrou a depoente Maria Grazia Micheli.

Seus maridos estavam em Oneta, mas trabalhavam na agricultura. As mulheres que tocavam adiante os negócios. Neles vendia-se tudo de mercearia, frutas e verduras, alimentos, sal, cigarros, licores e algumas peças de roupas.²⁰¹

Outra depoente, Maria Grazia Gigli (1938), bisneta de Marianna, relembrou que o seu armazém também vendia:

Gêneros alimentícios, pão, aviamentos – como linhas e elásticos; sal, cigarros, mas também era um bar e servia refeições. Enfim, tudo aquilo que se podia vender em uma aldeia.²⁰²

Sobre o armazém de Francesca os atuais moradores apontam o local onde funcionou e contam que

o comércio de Francesca [...] praticamente [terminou com a sua morte]. Michele [o filho] não tinha propriamente vontade de continuar a atividade, e quando a sua mãe não teve mais disposição, fechou o negócio.²⁰³

Sobre o estabelecimento de Marianna, todos têm antigas histórias para contar e muitas são as lembranças, pois, além de ter funcionado até os anos 1960, a vida da aldeia por ali passou. O armazém localizava-se em um antigo sobrado: na parte de baixo ficava o negócio e, na de cima, a residência da família. Ela administrou o negócio enquanto viveu.

Em 1913, após o seu falecimento, não foi o seu filho Adolfo Micheli a tomar a frente do negócio, mas sim sua esposa Giorgina Lippi, portanto, a nora de Marianna. Isto por-

200 Ibid.

201 Ibid.

202 GIGLI, Maria Grazia; *Depoimento de Maria Grazia Gigli a Syrléa Marques Pereira*. [Oneta], 12 nov. 2006. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro: UERJ/Labimi.

203 MICHELLI, Maria Grazia. *Depoimento de Maria Grazia Micheli a Syrléa Marques Pereira*.

que, desde o início do Novecentos, o camponês Adolfo, em ciclos periódicos, partia para a cidade de Boston, nos Estados Unidos, onde trabalhava como cozinheiro.²⁰⁴

Giorgina nunca deixou Oneta. O marido partia e retornava por períodos que variavam entre cinco ou seis anos, ela o aguardava como uma viúva branca.²⁰⁵ Tais idas e vindas de Adolfo tornaram-se marcos na memória da neta Maria Grazia Gigli:

Meu avô ficou muitos anos na América, de vez em quando voltava. Em 1913 veio, porque em 1914 nasceu [a filha] Nella; em 1920 [também] estava [em Oneta], porque nasceu [o filho] Reno em 1921. Em 1930 estava, porque reformou a casa.²⁰⁶

Assim, o pai conhecia os filhos já crescidos. O que significa dizer que Giorgina era a única responsável pelo trabalho produtivo, isto é, a administração do armazém; além das tarefas associadas à reprodução biológica e social da descendência. Enfim, passava a exercer o papel de chefe de sua família.

Ao seu lado no negócio sempre esteve a amiga Virgínia, cujo “marido, Narciso Gigli, era cozinheiro na América, [...] iam todos ser cozinheiros na América”, lembrou Maria Grazia Gigli.²⁰⁷ Ou seja, Virgínia era também uma viúva branca.

Vale salientar que tais deslocamentos periódicos e de longas distâncias que envolveram predominantemente homens casados de Oneta repercutiram na constituição numérica das famílias, tornando-as reduzidas, já que a média caiu para dois filhos por casal.

Durante décadas o armazém de Giorgina foi o local onde os moradores de Oneta e também dos povoados vizinhos compravam mantimentos e outras mercadorias, sem necessitar dirigir-se ao município mais próximo, Borgo a Mozzano; constituiu-se também em um entreposto onde os camponeses podiam vender produtos locais e até encontrar um trabalho remunerado, como as “carregadoras de *funghi*”. É o que nos conta Maria Grazia Gigli:

Alguns moradores recolhiam *funghi* (cogumelos) nos bosques e vendiam para a minha avó. Depois se pagavam sempre umas mulheres de Oneta, as “carregadoras de *funghi*”, como eram chamadas, para transportá-los até Borgo a Mozzano. Essas mulheres desciam a pé levando em suas cabeças grandes cestos de palha cheios de *funghi*. Elas também iam buscar o pão para ser revendido no armazém.²⁰⁸

Além das trocas materiais, as pessoas procuravam o armazém pelos mais variados motivos: para requisitar os serviços de Virgínia quando alguém emitia os primeiros sinais de que viria ao mundo, pois ela era a parteira da aldeia; para conseguir medicamentos ou mesmo

204 PEREIRA, Syrléa Marques. Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres. Niterói, 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. p. 87. Além de Adolfo Micheli, também Serafino Gigli e outros homens de Oneta emigraram para a cidade de Boston, seguindo uma cadeia migratória de trabalho. Sobre a noção de cadeia migratória, conferir, ao menos: MACDONALD, John. S.; MACDONALD, Leatrice D. Chain migration, ethnic neighborhood and social networks. The Milbank Memorial Fund Quarterly, Nova York, v. XLII, n. 1, p. 82-86, 1964; DEVOTO, Fernando J. Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a luz del caso argentino. Studi Emigrazione, Roma, v. XXIV, n. 87, p. 355-373, 1987.

205 As viúvas brancas eram mulheres casadas cujos maridos emigravam sozinhos para terras bem distantes e, por conseguinte, elas permaneciam sozinhas em suas aldeias durante longos períodos, aguardando os seus retornos. Cf.: RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (a cura di). Storia dell’emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160.

206 GIGLI, Maria Grazia. *Depoimento de Maria Grazia Gigli a Syrléa Marques Pereira*. [Oneta], 12 nov. 2006. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro: Uerj/Labimi.

207 Ibid.

208 Ibid.

receber os primeiros socorros quando se estava doente, pois até o médico chegar a Oneta, uma das mulheres do armazém fazia as vezes de enfermeira ou médica; para conversar ou somente se divertir com os carteados. Com o correr do tempo, “e a chegada da televisão, as mulheres que antes não iam ao bar, passaram a ir”, como lembrou Maria Grazia Gigli.²⁰⁹ Enfim, o armazém de Giorgina era um local de solidariedade e construção de sociabilidade.

Depois de Giorgina, a filha Nella foi a responsável pelo armazém até o dia que decidiu fechar suas portas, que igualmente o administrou sem a ajuda de seu marido Giuseppe Gigli. Conforme lembrou Maria Grazia:

Quando a minha avó Giorgina era a dona, o meu avô [Adolfo], sempre que retornava dos Estados Unidos, trazia suas economias e reestruturava a casa e o negócio. Mas ele não ajudava no negócio não. Nada! A minha avó que fazia todo o trabalho. Ele não se preocupava.

Mesmo meu pai [Giuseppe] que morava aqui, não trabalhava no negócio, era a minha mãe [Nella]. Ele trabalhava na construção de estradas.²¹⁰

Três gerações passaram por aquele armazém da família, e em nenhum momento os homens o conduziram. A responsabilidade sempre coube às mulheres, todas casadas e em pleno desempenho da função de chefes de suas famílias.

Giustina Lippi (Oneta, 1881-1969)



Giustina Lippi e a filha Lilia. Oneta, Itália, c.1923. Acervo pessoal de Maria Grazia Micheli.

Meu avô emigrou para os Estados Unidos. Primeiramente sozinho, quando ainda eram noivos. Retornou para o casamento, que foi realizado em Oneta, e novamente partiu deixando Giustina aqui.

Depois de um tempo, ele a chamou, tinham um filho grande. Ele a fez ir para lá, mas a minha avó não se adaptava aos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, um dia – a minha avó estava em casa e meu avô no trabalho –, ela ouviu bater violentamente na porta, gente que gritava, que fazia uma grande confusão, ela teve medo, pensou que fossem ladrões e que quisessem entrar para levar qualquer coisa. [...] O fato de estar grávida talvez tenha acentuado o problema, ela começou a sentir-se mal, [...] e o meu avô lhe disse: “Mando-te para a Itália!” Durante a gravidez ela retornou à Itália e não mais voltou à América. [...] A minha mãe nasceu aqui.²¹¹

O incidente acima foi reconstruído e narrado por Maria Grazia Micheli (1940) e descreve o momento decisivo que viabilizou o retorno de sua avó, Giustina Lippi, para Oneta. Conforme observou a depoente, havia um problema que se agravava dia após dia: durante todo o período que a família viveu na cidade de Boston, Giustina não se

209 Ibid.

210 Ibid.

211 MICHELI, Maria Grazia. Depoimento de Maria Grazia Micheli a Syrléa Marques Pereira.

adaptou à nova sociedade, estava insatisfeita e, provavelmente, o marido, Serafino Gigli, não permitia o seu retorno.

O que é interessante ponderar com relação ao relato, em primeiro lugar, é que a inadaptação de Giustina ao novo país foi uma experiência pela qual passaram muitas mulheres italianas nos Estados Unidos. Uma situação que se tornava ainda mais difícil para as mulheres casadas, pois mundo e língua tão diversos acabaram conduzindo muitas delas a uma quase segregação em bairros habitados somente por italianos. Apesar da ajuda prestada por amigos ou parentes imigrados anteriormente, era difícil para algumas mulheres sair do penoso isolamento, o que retardava o aprendizado do inglês, favorecia sentimentos de mortificações entre os filhos e o marido e acentuava a saudade de casa.²¹² Em segundo lugar, se a situação recordada realmente aconteceu – o estranho que bateu à porta da casa de Giustina – jamais saberemos. O importante aqui é observar que o marido “a fez ir para lá,” o que nos leva a pensar que ela criou alguma resistência para se deslocar para Boston. Assim, um motivo providencial surgiu e ela pôde voltar: a insegurança. Situação que jamais sucederia em sua aldeia nos Apeninos Toscanos.

Foi assim que, no ano de 1913, Lilia nasceu em Oneta e não em Boston. Giustina, finalmente, havia conseguido reencontrar sua família que havia deixado para trás. Uma família que, como tantas outras de Oneta, era ampla e alargada, sendo constituída pelo casal Isola Brunini e Iacopo Lippi, seus pais; Alberto e Amedeo Lippi, seus irmãos; pela própria Giustina, o marido Serafino Gigli e os filhos, o primogênito Alberto Gigli e Lilia. Esta, quando se casou com Giuseppe Micheli, continuou residindo com o grupo, mesmo após o nascimento de Maria Grazia, a depoente.

Entretanto, à medida que a família crescia, ela ia se dispersando pelo mundo. Os seus dez membros não chegaram a dividir o mesmo teto ao longo de suas vidas, já que quase todos os homens eram imigrantes no Brasil ou nos Estados Unidos. O bisavô de Giustina, Iacopo, periodicamente se deslocava para o Brasil, onde viveu entre fins do Oitocentos e início do Novecentos. Sua bisavó Isola jamais o acompanhou, permaneceu em Oneta igualmente como uma viúva branca. Com relação aos filhos do casal, Maria Grazia lembrou que, quando Iacopo estava no Brasil,

depois de alguns anos partiu o filho Alberto e em seguida o outro filho, o pequeno, Amedeo, mas dele não tivemos notícias.

Alberto trabalhou como camponês assalariado, mas depois conseguiu comprar uma fazenda e assim ficou bem, passava muito bem. Lá se casou com uma ítalo-brasileira, da Itália do Norte, não me recordo bem se do Friúli ou do Vêneto, depois tiveram filhos e todos permaneceram lá.²¹³

Posteriormente, o irmão de Lilia, Alberto Gigli, seguiu o trajeto do avô Serafino e se fixou em Boston. Já o marido de Lilia, Giuseppe Micheli, era militar e também se afastava constantemente da família, até o dia em que partiu e não mais retornou: em 1943, durante a Segunda Grande Guerra, tornou-se prisioneiro em terras russas.²¹⁴ Dele, a família jamais teve qualquer informação ou notícia. Sendo assim, estando todos os homens distantes, coube a essas camponesas, em cada geração, a responsabilidade pela

212 BIANCHI, Bruna. Lavoro ed emigrazione femminile (1890-1915). In: BEVILACQUA, Piero.; DE CLEMENTI, Andreina.; FRANZINA, Emilio (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 268.

213 MICHELI, Maria Grazia. *Depoimento de Maria Grazia Micheli a Syrléa Marques Pereira*.

214 Ibid.-

manutenção do grupo familiar, além do cuidado com as crianças, os membros mais velhos da família e a administração da casa.

Mas em Oneta esse protagonismo feminino não era incomum. A economia local era caracteristicamente de autossustentação, baseada na agricultura, no pastoreio e no extrativismo vegetal, onde predominava a colheita de castanhas, complementada com as rendas geradas e trazidas por seus habitantes, que, em ciclos periódicos, saíam para trabalhar em outras localidades.

Com a partida constante de trabalhadores homens, que ocorria no outono (setembro-dezembro), era mesmo sobre os ombros das mulheres que recaíam todas as tarefas: o plantio dos grãos, os cuidados com os animais para a produção de carne e leite, a colheita dos produtos do bosque, o transporte e a moagem das castanhas.²¹⁵

Esse fenômeno de feminilização das áreas de partida rurais e montanhosas, devido ao êxodo masculino sazonal ou temporário, foi muito recorrente nas primeiras ondas migratórias de grande parte da península, conforme nos falou Paola Corti.²¹⁶ Nesse modelo emigratório específico, as mulheres constituíram, de fato, o ponto de apoio e de estabilidade econômica, psicológica e social das famílias, diante da instabilidade do empreendimento migratório, onde eram precárias as atividades e profissões desenvolvidas pelos homens em outros países. Era a agricultura, na qual eram empregadas as mulheres, que garantia uma parte da subsistência das famílias, quando os seus componentes masculinos se encontrassem no exterior.²¹⁷

Em Oneta, muitas mulheres eram as responsáveis por suas famílias, umas temporariamente, outras por toda a vida. Maria Grazia Micheli comentou que, com a partida dos homens, o povoado era outro, se transformava em uma

aldeia cheia de donas das casas, de mulheres mandonas. Elas que faziam tudo: deviam fazer as coisas, mandar adiante a família, mandar adiante os campos, cuidar e educar os filhos. Não era só a minha avó não. Havia um grande número de mulheres que tinham os maridos emigrados. Tantas!²¹⁸

Se, por um lado, esses períodos traziam uma carga muito grande de trabalho para todas as mulheres da aldeia, como igualmente para tantas outras que habitavam essas áreas montanhosas dos Apeninos Toscanos, por outro, era chegado o momento do exercício da autonomia e da liberdade de ação pelas mesmas mulheres. Assim, com a ausência dos homens, as mulheres se tornavam as donas das casas, passavam a ser chefes de suas famílias.

Provavelmente, essa realidade e a possibilidade de exercer tais capacidades tenham imposto a permanência de Isola em Oneta e, em alguma medida, induziram o retorno de Giustina. Na sua aldeia ela podia agir na primeira pessoa e ser a “dona de seu próprio nariz”. Em Boston, nada disso seria possível, pois lá a submissão ao marido era a

215 DADÀ, Adriana. Uomini e strade dell'emigrazione dall'Appennino Toscano. In: ALBERA, Dionigi.; CORTI, Paola (a cura di). La montagna mediterranea: una fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX). Torino: Gribaud, Cavallermaggiore, 2000. p. 161; BRIGANTI, Lucilla. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. Documenti e Studi: semestrale dell'Istituto Storico della Resistenza e dell'Età Contemporanea in provincia di Lucca, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993; OSTUNI, Maria Rosaria. Dalla Valle del Serchio all'America: 'perche andiedi'. In: _____ et al. (a cura di). “Il perche andiedi in America...” Immagini dell'emigrazione lucchese. La Valle del Serchio. Archivio Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001. p. 10.

216 CORTI, Paola. Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili. *Annali Cervi*, Bari, n. 12, 1990. p. 214.

217 RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie, p. 151.

218 MICHELI, Maria Grazia. *Depoimento de Maria Grazia Micheli a Sylréa Marques Pereira*.

regra, até porque, havia a sua presença física. Certamente que outras causas devem ser consideradas, como os parentes e amigos de Oneta, a solidariedade existente entre os aldeões e as situações de convivência, características da comunidade local.

Teodora Pellegrini (Oneta - Passa Quatro, 1857-1939)

Em nome de Sua Majestade Umberto I
pela graça de Deus e pela vontade da nação Rei da Itália
O Ministro do Exterior solicita às Autoridades Civas e Militares de sua Majestade e das Potências amigas e aliadas que deixem livremente transitar Teodora Consani, mulher de Giovanni, que vai ao Brasil com os filhos Giuseppe de 8 anos, Annunziata de 6 anos e Sofonisba de 2 anos.



Os Pellegrini-Consani. Sentados: Teodora Pellegrini e Giovanni Consani. Atrás, da esquerda para a direita: Adelaide, Galileu e Sofonisba. Passa Quatro, Brasil, 1915. Acervo pessoal da autora.

Lucca, 25 de agosto de 1891. Por delegação do Ministro do Exterior, o *Prefetto* de Lucca. Passaporte n. 2062.

Teodora Consani, 33 anos. Altura: média. Cabelos, sobrancelhas e olhos: castanhos. Nariz, boca e queixo: médios. Dona de casa. Nascida no município de Borgo a Mozano.²¹⁹

Teodora nasceu Pellegrini, após o casamento se tornou Consani. Foi de posse do passaporte acima, acompanhada dos três filhos e plena de determinação, que deixou Oneta em 1891, tendo como destino o Brasil.

Sua neta, Laís Consani Scarpa (1908-2007), relembrando histórias que dela ouviu ainda na infância, reconstruiu os momentos que precederam a sua partida e revelou que, naquele mesmo ano, seu avô, Giovanni Consani, já se encontrava no Brasil. Mais especificamente, na então freguesia de Nossa Senhora do Amparo, pertencente ao município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro. Mas, como não enviava notícias, “ela começou a pensar na vida dela, porque minha avó era resolvida!”²²⁰

219 *Passaporte*. Boletim de Sindicância para Naturalização, processo n. 029.249/44, p. 26. Arquivo Nacional, ano 1944.

220 SCARPA, Laís Consani. *Depoimento de Laís Consani Scarpa a Syrléa Marques Pereira*. [Niterói], 20 out.; 27 out.; 3 nov. 2001. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro: Uerj/Labimi. 20 out. 2001.

Ao contrário da condição ocupacional com a qual foi registrada em seu passaporte – dona de casa –, Teodora era uma camponesa que, após o deslocamento do marido, passou a ser a provedora de seu grupo familiar, como tantas outras mulheres de Oneta o eram. Sendo assim, o “pensar na vida” pode ser compreendido como a expressão de uma decisão que coube a Teodora adotar. É o que se pode observar em outro relato de sua neta:

O meu avô veio para o Brasil. Ele disse que ia trabalhar para mandar dinheiro logo, para ela vir, porque ela estava grávida e já tinha meu pai. Tinha a tia Maria, a mais velha; e a tia Niba. Já tinha três filhos.

“Ele não escreveu uma carta”. Minha avó estava aflita por isso [...], passou um mês, dois meses e nada. [...] Como ela tinha uns badulaquinhos lá, umas mobilinhas, ela vendeu tudo. Tudo que pode vender, vendeu. Disse que dormia no chão, mas vendeu tudo que achou comprador. [...] Minha avó arranhou dinheiro e disse: “Agora sou eu que vou”. Ela comprou as passagens e tomou o navio.²²¹

A narrativa de Laís Consani preencheu com carnes e ossos, sentimentos e pragmatismo as informações oficiais e descritivas de seu passaporte, revelando especialmente o receio da avó de ser esquecida pelo marido. Teodora, então, não titubeou: empreendeu a arriscada viagem e reuniu o núcleo familiar. Até porque, ela sabia perfeitamente o que significava ser uma viúva branca, pois abandono era uma condição que já havia experimentado na própria família: seu pai, Pietro Pellegrini, e seus três irmãos foram os primeiros a trocar Oneta por Nossa Senhora do Amparo. Antes de 1870, vieram para o Brasil, onde passaram a trabalhar como mascates, comerciantes e sapateiros, não mais retornando à aldeia natal. Provavelmente, em decorrência dessas transferências, não faltavam notícias em Oneta sobre o povoado fluminense e as novas oportunidades de trabalho encontradas pelos imigrados que os antecederam. Notícias que, ao cruzarem o Atlântico, alimentavam sonhos, expectativas e, possivelmente, também auxiliaram Teodora e a se decidir pela partida.

Como Teodora, e sob condições as mais adversas, as mulheres emigraram. Temporária ou definitivamente, frequentemente o faziam junto com o próprio núcleo familiar ou para reuni-lo, mas havia casos de mulheres viajando sozinhas. Ainda que no período inicial permanecessem em casa, as mulheres solteiras ou casadas, acompanhadas ou não, na condição de esposas, de filhas, de mães ou irmãs, se deslocavam para trabalhar como empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras, cozinheiras e amas de leite.²²²

Na localidade fluminense, Teodora, marido e filhos residiram em um velho casarão que, apesar do péssimo estado de conservação, pelo fato de possuir muitos cômodos, serviu simultaneamente como residência e sede de uma pequena mercearia de Giovanni, que deixou para trás a profissão de mascate, com bem lembrou Laís Consani.²²³

221 Ibid. Muito embora a depoente sempre narre essa gravidez de sua avó, este bebê provavelmente faleceu, pois no Brasil nasceram Adelaide, em 1897, ou seja, seis anos após a chegada do grupo familiar, e Galileu, em 1901, ambos em Nossa Senhora do Amparo.

222 DADÀ, Adriana. *Uomini e strade dell'emigrazione dall'Appennino Toscano*, p. 160; GABACCIA, Donna R.; OTTANELLI, Fraser. *Diáspora o proletariato internazionale? Lavoro italiano, emigrazione di lavoro e costruzione degli stati mutietnici. 1815-1939. Altreve. Rivista di storia ed intercultura*. Pisa: Edizioni ETS, n. 0, 2007. p. 15

223 SCARPA, Laís Consani. *Depoimento de Laís Consani Scarpa a Syrléa Marques Pereira*. 20 out. 2001.

No armazém trabalhavam Giovanni e os filhos: o mais velho Giuseppe e o caçula Galileo, que nasceu em Nossa Senhora do Amparo.²²⁴ Mas também a filha Sofonisba, que chegou ao Brasil ainda nos braços de Teodora, possuía suas obrigações:

A tia Niba (Sofonisba) fazia camisas de brim, fazia calças de brim – ela costurava muito, ela trabalhava à beça – para esses roceiros que nem sapatos tinham. [...] Meu avô vendia essas roupas na loja.²²⁵

Teodora igualmente desenvolvia suas atividades. Laís Consani narrou que sua avó, em Nossa Senhora do Amparo,

trabalhava dia e noite. Não sei como é que a mulher aguentava. Dormia uma hora, duas, três horas, pois ela fazia todo o serviço: lavava as roupas, cozinhava etc., [...] tinha cinco filhos e ainda o marido, que era rigoroso, queria tudo muito arrumado. O que meu avô fez lá em Amparo, ele deve tudo a ela. Trabalhava feito uma danada. [...] Ela que abria o capado [o porco], mas às vezes já vinha aberto em [...] duas metades [...], com aqueles miúdos, aquelas [coisas]. Então ela cuidava daquilo tudo e passava noites e noites em claro fazendo linguiça, lavando tripas. [...] Então, eu sei que era ela quem fazia: salgava, cortava direitinho os quilinhos.²²⁶

Além do *trabalho doméstico*, a avó beneficiava a carne suína e preparava os embutidos que seriam posteriormente vendidos no armazém. Aliás, essa atividade lhe era muito familiar, pois em Oneta as camponesas, em um determinado momento no ano, reuniam-se para matar o porco e preparar a carne para o consumo doméstico durante o período do inverno, muito rigoroso naquelas montanhas.

Muito embora as atividades desenvolvidas por Teodora e pela filha Sofonisba contribuíssem efetivamente com a renda familiar, pelo fato de serem desempenhadas em suas casas, no mundo doméstico, eram desconsiderados, porque percebidas como subordinadas às atividades de produção desenvolvidas para o universo público, portanto, masculino, o que conferia “invisibilidade” a esses trabalhos considerados femininos.²²⁷

Como é possível perceber, na nova localidade, ainda que os Pellegrini-Consani sobrevivessem de outra atividade – do comércio – mantiveram o modo como trabalhavam em Oneta: cada um desenvolvia alguma tarefa, e com elas garantiam o funcionamento do negócio. O que significa dizer que, mesmo residindo em uma área urbana, reproduziam as habituais formas de produção familiar de uma sociedade tradicional, na qual a família é uma empresa e todos os seus membros trabalham e zelam pela sua prosperidade.²²⁸

224 Ibid., 27 out. 2001.

225 Ibid. Vale observar que os roceiros, na verdade, eram pessoas pobres, antigos escravos e descendentes de libertos que trabalhavam pequenos pedaços de terras como meeiros, lavradores independentes, parceiros, camaradas, posseiros estáveis ou mesmo itinerantes, quando não formaram suas próprias comunidades agrícolas (RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.). Foi justamente desses camponeses que, em grande medida, o armazém de Giovanni dependeu para funcionar. Eram eles que criavam e matavam os animais, cujas carnes posteriormente eram beneficiadas por Teodora; como também eram eles que cultivavam o arroz, o feijão etc., postos à venda no armazém, já que os Pellegrini-Consani residiam em um núcleo urbano (PEREIRA, Syrléa Marques. Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres.).

226 SCARPA, Laís Consani. *Depoimento de Laís Consani Scarpa a Syrléa Marques Pereira*, 20 out., 27 out. 2001. Em Nossa Senhora do Amparo, a família Pellegrini-Consani cresceu: nasceram Adelaide e Galileo, por isto os cinco filhos citados pela depoente.

227 BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

228 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 189.

A vida de Teodora foi profundamente transformada, eram hábitos, comportamentos, valores, mundos muito distintos e ela teve muita dificuldade para se integrar na comunidade local. Laís comentou que, durante toda a sua vida em Nossa Senhora do Amparo, nunca viu sua avó ir a uma missa ou visitar alguma pessoa conhecida, ela raramente saía de casa. Somente quando “começou a ficar mais idosa, passou a visitar umas patrícias, para bater um papinho”.²²⁹ Do lado de cá do oceano, Teodora se inseriu em uma localidade urbana, na qual as relações interpessoais eram extremamente seletivas, pois restritas aos parentes e compatriotas. Trancafiada dentro de casa em um semi-isolamento imposto pelo excesso de tarefas e o cuidado com os filhos, a avó realmente não quis e/ou não conseguiu aprender a nova língua. A depoente contou que sua avó

não aprendeu a falar o português, porque não saía de casa. Ela não falava, era tudo enrolado. Ela falava: ‘*quattro ore, quattro ore!*’ A gente entendia, mas gente de fora não entendia.²³⁰

De uma forma geral, aqueles que primeiro emigraram, e que poderíamos identificar como pertencentes à primeira geração, para fazer frente à diversidade que os circundava e que quase os isolava, dela se defendiam recusando-se a aprender a nova língua além do mínimo indispensável, obstinando-se a manter os usos e hábitos de origem.²³¹ Coube aos filhos, que frequentavam as escolas regulares para brasileiros, a transmissão do conhecimento linguístico e cultural aos pais e tios, além de trazerem para dentro do mundo doméstico os hábitos dos nacionais.

É importante ressaltar ainda que a transformação não menos significativa em sua vida esteve relacionada à configuração de poder em seu núcleo: como o marido não mais se deslocava periodicamente para encontrar trabalho, como ocorria em Oneta, a função de chefe de família voltou a ser desempenhada por ele. Por conseguinte, Teodora tornou a ser dona *de casa*, isto é, passou a se ocupar do mundo doméstico.

Na realidade, foi com a chegada do Oitocentos que a dona *de casa* das áreas urbanas passou a se dedicar quase exclusivamente aos *trabalhos domésticos*, cuja importância esteve ligada à família, suas múltiplas missões, entre as quais a gestão da vida cotidiana. Essa dona *de casa* herdou as funções que até então pertenciam aos homens, os donos *de casa*, já que, na sociedade tradicional, eles eram os chefes do espaço doméstico. Assim, o espaço privado familiar passou a ser predominantemente feminino, sendo as mulheres retiradas do espaço público. Porém, não nos iludamos, pois “nem todo o privado é feminino. Na família o poder principal continuou a ser o do pai, de direito e de fato,” conforme observou Michelle Perrot.²³² Ou seja, a autoridade familiar era prerrogativa masculina.

Conclusão

Três mulheres nascidas no Oitocentos. Eu as conheci por meio de retratos, lembranças e histórias que me foram reconstruídas e narradas por suas netas – Maria Grazia

229 SCARPA, Laís Consani. *Depoimento de Laís Consani Scarpa a Syrléa Marques Pereira*.

230 *Ibid.*

231 OSTUNI, Maria Rosaria. Dalla Valle del Serchio all'America: 'perche andiedi'.

232 PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, p. 180.

Gigli, Maria Grazia Micheli e Laís Consani. Estas, ao relembrares e descreverem as atividades e responsabilidades desempenhadas por suas avós, revelaram o duro trabalho, momentos de tensões e conflitos que, se por um lado representaram muito sofrimento, por outro significaram situações pelas quais se realizaram, muito frequentemente, processos de emancipação.

Três mulheres que cresceram na mesma localidade, na pequena aldeia de Oneta. As três contraíram matrimônio e, portanto, estiveram sujeitas às determinações hierárquicas de submissão a seus maridos; as três exerceram o papel de chefes de suas famílias ou donas *da casa*, nas palavras das depoentes italianas. Cada uma, a seu tempo, vivenciou a maternidade, educou os filhos, sem a presença paterna, exceção para Teodora, que reencontrou o marido no Brasil, donde uma migração que seria periódica, tornou-se permanente.

As três tiveram vidas distintas, mas todas foram profundamente transformadas pelo fenômeno migratório. Aliás, na aldeia, partir era a condição *sine qua non* para, justamente, permanecer. Assim, quando permaneceram, constituíram a base de sustentação do grupo familiar e dos deslocamentos masculinos. Em função do êxodo dos homens, viram suas vidas, as relações de poder em seus núcleos familiares e na própria comunidade significativamente transformadas. Quando partiram para reunir o grupo familiar em terras distantes, foi com o trabalho delas que o sucesso do sonho migratório se concretizou. Giorgina administrou o armazém da família, Giustina fez o seu pedaço de terra frutificar e Teodora trabalhou no armazém que o grupo familiar estabeleceu no Brasil.

Reconstruir as trajetórias de vida dessas três camponesas é o ponto de partida para dar voz e rosto às mulheres que se inseriram nos grandes fluxos migratórios de massa, direta ou indiretamente, ocorridos entre fins do Oitocentos e a primeira metade do Novecentos.

Suas experiências revelam que existiram possibilidades de escolha e que elas se impuseram diante de normas e padrões tradicionais. Quando a regra era ser uma dona *de casa* dócil e subordinada ao seu marido, elas fizeram valer seus desejos, ou melhor, seus projetos individuais de vida: Giustina deixou Boston e Teodora, Oneta. O que demonstra que elas desempenharam um papel de agente social de transformação de toda uma realidade, muito distante da imagem de uma mulher passiva à mercê de decisões tomadas por outros. Giorgina era melhor que os homens para jogar cartas.

Não menos importante é o fato de que suas experiências são representativas de milhares, milhões de tantas outras mulheres pouco consideradas na historiografia que trata dos fluxos migratórios, que, com muita frequência são descritos como uma experiência eminentemente masculina, conferindo "invisibilidade" às trajetórias das mulheres. Quando incluídas, frequentemente foram consideradas presenças silenciosas e passivas.²³³

Agora, se desejamos refletir verdadeiramente sobre as mulheres e o trabalho de tantas delas nos deslocamentos, se aspiramos reconstruir uma história mais complexa, é necessário lançarmos nossos olhares e realizarmos nossas análises em uma perspectiva que considere as categorias de gênero e de classe. Somente dessa maneira é possível "ver" as mulheres das áreas urbanas, das áreas rurais, mas também aquelas mulheres que realizaram trabalhos "invisíveis", mas produtivos, seja do ponto de vista econômico

233 BIANCHI, Bruna. Lavoro ed emigrazione femminile (1890-1915), p. 257. Sobre a participação feminina na grande migração italiana ver ao menos: CORTI, Paola. Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili, Annali Cervi, Bari, n. 12, p. 213-235, 1990; PASSERINI, Luisa. Storia delle donne, storia di genere: contributi di método e problemi aperti. Annali Cervi, Bari, n. 12, p. 9-22, 1990; DADÀ, Adriana. L'emigrazione in Toscana: il ruolo di donne e bambini. Montefegatesi: FILEF, 1994. p. 1-13; DADÀ, Adriana; NANNINI, Nancy Aluigi. Verso altri mondi. Donne e uomini migranti. Pisa: Pacinieditore, 2004.

como também pelas mudanças que, com o passar do tempo, provocaram em tantas realidades, conforme nos chamou a atenção Adriana Dadà.²³⁴

Referências

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL - AN. Rio de Janeiro

Passaporte. Boletim de Sindicância para Naturalização, Processo n. 029.249/44, p. 26, ano 1944 - José Consani. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, Serviço de Registro de Estrangeiros.

Entrevista realizada no Brasil:

SCARPA, Laís Consani. Depoimento de Laís Consani Scarpa a Syrléa Marques Pereira. [Niterói], 20 out., 27 out.; 03 nov. 2001. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro, UERJ/Labimi. 6 cassetes sonoros.

Entrevistas realizadas na Itália:

GIGLI, Maria Grazia. Depoimento de Maria Grazia Gigli a Syrléa Marques Pereira. [Oneta], 12 nov. 2006. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro: UERJ/Labimi. 1 cassete sonoro.

MICHELI, Maria Grazia. Depoimento de Maria Grazia Micheli a Syrléa Marques Pereira. [Oneta], 16 out. 2006. Niterói: UFF/Labhoi; Rio de Janeiro: UERJ/Labimi. 3 cassetes sonoros.

Fontes secundárias

BIANCHI, Bruna. Lavoro ed emigrazione femminile (1890-1915). In: BEVILACQUA, Piero.; DE CLEMENTI, Andreina.; FRANZINA, Emilio (a cura di). Storia dell'emigrazione italiana: partenze. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 257-274.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRIGANTI, L. La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità. Documenti e Studi: semestrale dell'Istituto Storico della Resistenza e dell'Età Contemporanea in provincia di Lucca, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993.

CORTI, Paola. Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili. Annali Cervi, Bari, n. 12, p. 213-235, 1990.

DADÀ, Adriana. L'emigrazione in Toscana: il ruolo di donne e bambini. Montefegatesi: Filef, 1994.

_____. Uomini e strade dell'emigrazione dall'Appennino Toscano. In: ALBERA, Dionigi.; CORTI, Paola (a cura di). La montagna mediterranea: una fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX). Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000. p. 153-164.

_____; NANNINI, Nancy Aluigi. Verso altri mondi. Donne e uomini migranti. Pisa: Pacinieditore, 2004.

_____. Migrazioni di donne "invisibili": serve e balie fra Ottocento e Novecento. In: MAZZEI, Rita (a cura di). Donne in viaggio, viaggi di donne. Firenze: Le Lettere, 2009. p. 111-143.

234 DADÀ, Adriana. Migrazioni di donne "invisibili": serve e balie fra Ottocento e Novecento. In: MAZZEI, Rita (a cura di). *Donne in viaggio, viaggi di donne*. Firenze: Le Lettere, 2009. p. 143.

- DAVIS, Natalie Zemom. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DEVOTO, Fernando J. *Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a luz del caso argentino*. *Studi Emigrazione*, Roma, v. XXIV, n. 87, p. 355-373, 1987.
- GABACCIA, Donna R.; OTTANELLI, Fraser. *Diáspora o proletariato internazionale? Lavoro italiano, emigrazione di lavoro e costruzione degli stati mutietnici. 1815-1939*. *Altrove*. *Rivista di storia ed intercultura*. Pisa: Edizioni ETS, n. 0, p. 15-44, 2007.
- MACDONALD, John. S.; MACDONALD, Leatrice D. *Chain migration, ethnic neighborhood and social networks*. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, Nova York, v. XLII, n. 1, p. 82-86, 1964
- OSTUNI, Maria Rosaria. *Dalla Valle del Serchio all'America: 'perche andiedi'*. In: _____ et al. (a cura di). *"Il perche andiedi in America..." Immagini dell'emigrazione lucchese*. La Valle del Serchio. *Archivio Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana*. Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001.
- PASSERINI, Luisa. *Storia delle donne, storia di genere: contributi di método e problemi aperti*. *Annali Cervi*, Bari, n. 12, p. 9-22, 1990.
- PEREIRA, Syrléa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Niterói, 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- RAMELLA, Franco. *Reti sociali, famiglie e strategie migratorie*. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (a cura di). *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

2

Criminalização, racismo e preconceito

Rogério Haesbaert^{235*}

Apresentação

A dinâmica das migrações (ou seus “caminhos”, para nos reportarmos ao título deste livro) envolve sempre, em distintos níveis, dependendo do contexto geo-histórico, a (re)construção de um Outro advinda do encontro de vivências e trajetórias. Os quatro artigos que integram esta seção, sob diferentes enfoques e em diferentes contextos, abordam facetas desse encontro, em que o Outro, em diversos momentos, passa a ser discriminado e (re)classificado. Surgem daí tanto posições claras de racismo, inclusive em termos de legislação, como evidencia Giralda Seyferth em seu percurso pelas políticas migratórias brasileiras e seus discursos discriminatórios, quanto iniciativas de resguardo e proteção, que envolvem a manutenção de elementos culturais, como aponta Sofia Zanforlin em sua análise das “etnopaisagens” de bolivianos em São Paulo e de africanos no Rio de Janeiro.

Giralda Seyferth abre esta seção com “O Estado brasileiro e a migração”, um balanço cuidadoso que refaz o percurso da questão racial e do preconceito ao longo de toda a história da política migratória brasileira, desde uma situação inicial, em 1808, até o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, passando pelas políticas do período escravista e daquele denominado como o da “grande migração”, de 1888 a 1914. O artigo destaca momentos em que o caráter racista e/ou “eticista” da política migratória é reiterado e explicitamente reafirmado. Começa com o ideal civilizador do início do século XIX, quando a colonização suíça, por exemplo, visa “promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil”, como consta num decreto de Dom João VI datado de 6 de maio de 1818. Conforme a autora, “a ideia de raça passou a fazer parte do discurso sobre a imigração somente na segunda metade do século XIX, mas a alusão a um possível processo civilizador introduziu um princípio de desigualdade associado a uma nova forma de ocupação territorial que priorizou a colonização europeia”.

Em 1850, com a possibilidade das primeiras colonizações privadas, o governo imperial começa a definir o perfil do imigrante ideal, caracterizado como agricultor, moralizado e em plena capacidade produtiva, excluindo maiores de 45 anos, emigrados por motivos políticos (incluindo os de passado revolucionário) e doentes. Nos termos do próprio Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1861, em relação aos chineses, tratava-se de não permitir a inclusão de uma “raça bastarda”, de civilização “decadente e corrompida pelo ópio”, excluindo assim essa migração oriental.

235 * Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP).

Mesmo no período de maior imigração para o Brasil (1884-1914), aponta Seyferth, restrições de natureza racial ficam evidentes, como num decreto de 1890 que enaltecia os “indivíduos válidos e aptos para o trabalho”, “excetuados os indígenas [= nativos] da Ásia ou da África”. O “branqueamento” da população brasileira e a crença na superioridade da “raça branca” são francamente defendidos na primeira metade do século XX, incluindo, de alguma forma, pensadores como Silvio Romero, Oliveira Viana, Euclides da Cunha e Afrânio Peixoto – este último chegando a afirmar que “a albumina branca depura o mascavo nacional”. Discutia-se mesmo sobre os “graus de fusibilidade” das raças.

A esse discurso etnicista-branco somou-se outro, ao longo do período Vargas, que incluiu o “abrasileiramento” forçado por meio da condenação de pretensos “quistos étnicos” em território nacional, especialmente em relação às zonas de colonização alemã do sul do país. Foi quando se proibiu o ensino em língua estrangeira nas escolas e mesmo o uso cotidiano de outros idiomas que não o português. Ao longo da história da política brasileira para as migrações não faltaram, portanto, manifestações de preconceito, algumas mais explícitas, outras mais veladas, restando assim a lição para que, neste futuro de aumento de fluxos migratórios para o Brasil que parece se desenhar, não voltem a ser adotadas políticas de caráter segregador.

Também numa ótica de certo modo histórica, Marina Cavalcante Vieira traz uma interessante análise da leitura discriminatória do migrante a partir das histórias em quadrinhos, mais especificamente as de Batman e do Super-Homem. A autora trabalha os temas da migração e da assimilação à luz do tratamento proposto pela Escola de Sociologia de Chicago, “focada sobre os temas da migração, delinquência e criminalidade no contexto urbano”. O período de maior influência dessa escola, entre 1915 e 1940, coincide com o recorte proposto pela autora para a análise das cidades fictícias de Gotham e Metrópolis. Ela considera que essa coincidência temática entre quadrinhos e teoria sociológica está relacionada a algumas das questões mais importantes pelas quais passava a sociedade norte-americana da época, marcada pela grande mobilidade humana e intensificação da urbanização.

A visão estereotipada dos orientais veiculada nesses quadrinhos é um bom revelador da ideia genérica de Oriente criada pelo Ocidente, nos moldes do “orientalismo” de Edward Said. Alguns personagens também fazem alusão à necessária “assimilação” propagada pelo pensamento e pelas políticas da época. Para Park e Burgess, defensores de uma “fusão de culturas”, uma concepção popular de assimilação compreendia “a cultura nacional como uma entidade homogênea à qual o migrante deveria integrar-se”. A participação gradativa do migrante na vida social e suas sucessivas gerações levariam a um processo assimilacionista em que a memória migrante seria gradativamente dissolvida pela fusão cultural.

Para a autora, a cidade de Gotham em Batman revela o *melting pot* norte-americano e a diversidade de culturas que aí se encontram. Já o Super-Homem, ele próprio um imigrante (“intergaláctico”), seria “um mito moderno que representa a moralidade bem como os ideais norte-americanos de liberdade e assimilação”, “símbolo da cidadania e do sucesso dos não nascidos nos Estados Unidos que foram assimilados e integrados à sociedade”. Mesmo como imigrante, ele “é patriótico e superamericano em suas ações e ideais”. Enquanto em Batman o imigrante “assume o papel ambíguo de ser ou criminoso ou sujeito em vias de assimilação”, nos quadrinhos do Super-Homem “o imigrante

intergaláctico é o próprio super-herói” e pode ser interpretado como símbolo do sucesso imigrante em solo americano.

Sofia Zanforlin, em “As etnopaisagens e a negociação do pertencimento na cidade contemporânea: da praça Kantuta ao corredor da Central”, contrasta a negociação “assimilacionista” do pertencimento, defendida no passado (como aponta o artigo de Marina Vieira), com a reiteração da cultura e seus traços originais, numa constante interlocução com a cultura local. Para isso ela aborda exemplos de grupos que podem ser considerados paradigmáticos no atual contexto brasileiro, o dos bolivianos na praça Kantuta, em São Paulo, e os migrantes africanos no corredor da Central, no Rio de Janeiro. Esses espaços são entendidos como “etnopaisagens” que atuam de forma decisiva na sua constituição enquanto grupo em busca de reconhecimento.

A diversidade da metrópole é incorporada e reforçada nesse processo, e os recursos midiáticos impregnam intensamente esses movimentos. Como afirma a autora, “a influência das comunicações de massa na constituição do imaginário dos novos migrantes, como mediadora de trocas informacionais e atuando na construção do projeto migratório à negociação do pertencimento local, é o pano de fundo marcador do contexto atual”. Esses novos grupos migrantes são assim conduzidos pelo princípio norteador da interculturalidade (poderíamos dizer também transculturalidade), “ampliando o uso do termo, que ultrapassa os aspectos culturais e identitários, abrangendo também os políticos e relacionados à cidadania”.

O encontro a que aludimos inicialmente, e que se desdobra entre os novos migrantes e os “estabelecidos” (para utilizar um termo popularizado por Norbert Elias),²³⁶ é enfatizado nas próprias relações intragrupo, refundando sua identidade por meio dessas “etnopaisagens” que unem e, ao mesmo tempo, visibilizam o grupo frente aos outros da cidade em que estão situados. Assim, “a relação de negociação do pertencimento nessas comunidades está definitivamente atrelada a uma sociabilidade desenvolvida no encontro, no contato, na conversa, em que as etnopaisagens se confirmam como o lugar de troca e construção de redes e contatos entre conterrâneos e a sociedade em que procuram se inserir”.

A autora conclui seu trabalho questionando a própria ideia de multiculturalidade, pautada no universo norte-americano que traduz a diferença pela tolerância, “pela mera ‘paciência’ com o outro”. Abrigar diversidades não basta, é preciso a intensificação dos contatos, “a abertura generosa e curiosa para o Outro”. O intercultural, hoje, distintamente, viria “embebido em atritos proporcionados pelo encontro, pela visão, pela troca”. É essa metrópole múltipla das etnopaisagens, portanto, que está em jogo, sempre em movimento, sempre em conflito. Processos de exclusão e fechamento caminham paralelos, e é preciso aprender a superá-los.

José Gabriel Bastos traz-nos o texto “Da etnografia colonial à análise estrutural-dinâmica de um campo de relações interétnicas”. Trata-se de um detalhado estudo qualitativo que propõe “uma nova focalização nas relações identitárias e sócio-históricas que grupos imigrantes estabelecem entre si e com o povo receptor (em muitos casos o seu ex-colonizador), num dado campo interétnico em vias de complexificação e dinamização”. Assim, com base na análise fatorial, ele propõe uma série de indicadores que revelam a relação entre “gêneros, gerações e segmentações subétnicas (religiosas, regionais ou faccionais), a partir das quais e em articulação com as quais são configu-

radas estratégias divergentes de relação interétnica que visam manter, aumentar ou esbater a distância cultural ao país receptor e às restantes minorias presentes no mesmo campo interétnico, mobilizando processos de inserção social diferenciada”.

A pesquisa incidiu sobre seis minorias étnicas presentes na região metropolitana de Lisboa, desde grupos recém-chegados, como os sikhs, até minorias de antigas colônias africanas (cabo-verdianos, hindus, sunis e ismailis provenientes de Moçambique), com ampla inserção na sociedade portuguesa, e portugueses ciganos, vivendo há muitos séculos em Portugal. Elas são abordadas a partir de sua dinâmica microfamiliar entre sexos e gerações, sua relação com o mundo religioso e a dinâmica específica das relações interétnicas. Uma série de conclusões é comentada e, ao final, relacionada com pesquisas anteriores, quando fica evidente a transformação de alguns atributos identitários a partir da vivência – ainda que temporária – no universo cultural português, como no caso dos hindus de Moçambique que, ao migrarem depois para a Inglaterra, passam a confrontar sua autoatribuída maior “flexibilidade” e tolerância com a “frieza e racismo” dos ingleses que, na visão desses migrantes, teria sido incorporada pelos indobritânicos.

Vários são os exemplos, nesses textos, concomitantemente, da afirmação de posições segregadoras e mesmo racistas e de outras que, na multiplicidade de contatos ao longo do caminho migratório, relativizam posições e atributos. Se o espaço, como defende Doreen Massey,²³⁷ resulta de um encontro de múltiplas trajetórias, ainda que elas sejam marcadas pelo racismo e/ou preconceito segmentadores, também trazem consigo, sempre, alguma possibilidade para a realização de outros encontros e a abertura para o desenho de novas trajetórias. Talvez fosse o momento de estimularmos as iniciativas “transculturais” (como diria o cubano Fernando Ortiz)²³⁸ que, para além das divisões e/ou da “aculturação” de um grupo em relação ao outro, promova o diálogo efetivo que, ao invés de simplesmente subtrair de uns para que outros ganhem, signifique o enriquecimento cultural mútuo na conformação de um “terceiro” espaço que, como já ocorreu tantas vezes ao longo da história, represente mais a soma do que a subtração, mais a integração do que a divisão.

Referências

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ORTIZ, Fernando. 1999 (1940). *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. 1. ed., 1940. Madri: Editorial Cuba-España, 1999.

237 MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

238 ORTIZ, Fernando. 1999 (1940). *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. 1. ed., 1940. Madri: Editorial Cuba-España, 1999.

O Estado brasileiro e a imigração

Giralda Seyferth^{239*}

Os primeiros estrangeiros classificados como imigrantes chegaram ao Brasil em 1819, destinados a um projeto de colonização, instituindo uma forma de exploração agrícola baseada na concessão de pequena parcela de terra, portanto, distinta da *plantation* escravista. O processo foi retomado em 1824, após a independência. A partir daí, e até o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado privilegiou aqueles que emigraram em família, preferencialmente agricultores e artífices que aceitassem a localização em núcleos coloniais, configurando um processo de ocupação de terras públicas, sobretudo no sul e em alguns pontos da região sudeste. Esse interesse envolvendo a questão crucial do povoamento do território nacional certamente não criou obstáculos a outros imigrantes, mas produziu amplos debates (e leis) contextualizando políticas restritivas que, aos poucos, incorporaram discussões sobre raça, eugenia, ideologias políticas e formação nacional baseada nas ideias de assimilação e caldeamento que, em dados momentos, tiveram repercussão na vida cotidiana de imigrantes e descendentes. Por outro lado, além do interesse específico do governo brasileiro na colonização estrangeira ou, mais precisamente, europeia, os grandes cafeicultores paulistas recorreram à imigração para substituir o braço escravo, sobretudo a partir de 1871, ano da promulgação da Lei do Ventre Livre, que estabeleceu a emancipação dos nascituros, em mais um passo na direção da abolição da escravatura. Houve, então, um aumento progressivo no volume de entradas de estrangeiros, intensificadas depois da abolição, em 1888. A chamada “grande imigração” ocorreu entre 1888 e 1914, portanto, no contexto republicano, em parte subsidiada e movida pela demanda de mão de obra nos cafezais, e na indústria em geral, que transformaram o Estado de São Paulo no maior receptor de imigrantes do país, e pelo interesse do governo federal na colonização/povoamento das terras devolutas.²⁴⁰ Os fluxos diminuíram após 1914; não houve descontinuidade na imigração, mas os registros das entradas ficaram muito aquém da expressão numérica daquele período. No presente trabalho procuro analisar os princípios que nortearam as políticas imigratórias brasileiras desde os primórdios, mostrando suas implicações nacionalistas envolvendo a formação do Estado-nação, fazendo algumas referências ao tempo presente, marcado pelas controvérsias acerca dos direitos humanos e pluralidade cultural.

239 * Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo.

240 O termo se refere a terras desocupadas e, por isso, pertencentes ao Estado, que, pela Lei de Terras de 1850, foram definidas por exclusão, isto é, são “devolutas” as terras que não pertenciam ao domínio particular, que não foram concedidas pelo governo e que não estavam ocupadas por posseiros dedicados ao cultivo.

O movimento imigratório desde 1808

A fixação de imigrantes no Brasil iniciou-se no contexto da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, estimulada pela abertura dos portos e por um dispositivo legal (o Decreto Real de 25 de novembro de 1808) que permitiu a concessão de terras por sesmaria²⁴¹ aos estrangeiros residentes. Nessa conjuntura, indivíduos de diferentes procedências nacionais, em sua maioria espanhóis, franceses, ingleses e alemães, se estabeleceram na cidade do Rio de Janeiro (e, eventualmente, em outras cidades portuárias), dedicando-se a diversas atividades. Entre eles, havia livreiros e tipógrafos, taberneiros, corretores, artífices, etc., mas os comerciantes de exportação e importação tiveram maior destaque, principalmente aqueles que enriqueceram com o comércio do café e o transporte marítimo. Não existem estatísticas confiáveis sobre esses estrangeiros, já que nem todos eram considerados imigrantes. No período que precedeu a independência, entre 1808 e 1822, foram arrolados no Registro de Estrangeiros 4.234 indivíduos,²⁴² entre os quais estavam incluídos cerca de 100 suíços, indicando certa inconsistência em relação às famílias dessa origem estabelecidas na colônia oficial de Nova Friburgo, fundada na região serrana da província do Rio de Janeiro em 1819. Apesar das altas taxas de mortalidade registradas no percurso da Suíça até o Brasil, cerca de 1.600 suíços, em sua maioria agricultores e artesãos emigrados em família, chegaram ao seu destino.²⁴³ A política de colonização envolvendo imigrantes europeus teve prosseguimento depois da independência, apoiada pelo imperador Pedro I, que encarregou G. A. Schäfer, médico alemão e major da sua Guarda Pessoal, de recrutar emigrantes alemães para localização em núcleos coloniais no sul do Brasil, um movimento iniciado em 1824 com a fundação da colônia de São Leopoldo, na então província de São Pedro (Rio Grande do Sul). Isso explica a supremacia numérica dos alemães no período anterior a 1850, num contexto estatístico pouco representativo, pois até aí só entraram no país 21.599 indivíduos.²⁴⁴

Os custos da colonização com base na imigração subsidiada foram a causa da interrupção do fluxo em 1830, quando cerca de 6.800 colonos alemães já estavam estabelecidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apesar da permissão para empreendimentos particulares de colonização, nos 15 anos seguintes não há registros significativos de entradas de estrangeiros. A colonização foi retomada, por iniciativa do governo imperial, em 1845, portanto, no contexto dos debates políticos sobre a extinção do tráfico de escravos africanos e a regulação fundiária. Significativamente, a lei que acabou com o tráfico e a nova lei de terras foram promulgadas no mesmo ano, 1850, dando margem à regulamentação mais precisa de uma política imigratória voltada para a Europa. Houve, pois, um incremento da imigração a partir daí, subordinada aos interesses do Estado (para fins de colonização) e dos grandes proprietários escravistas (que queriam colonos sob contrato de trabalho), com o aumento progressivo do volume da entrada na medida em que avançava a campanha abolicionista. Entre 1850 e 1888 (quando se

241 Sesmaria designava a doação de terras pela Coroa a um indivíduo, o sesmeiro, que tinha a obrigação de cultivá-las ou arrendá-las a terceiros. Esta forma de ocupação do território, característica do Brasil colônia, perdurou após a independência, até 1850, quando a Lei de Terras determinou o acesso a terras devolutas apenas por meio da compra (mais condizente com a ideia de propriedade privada).

242 FOUQUET, C. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Centros Culturais 25 de Julho, 1974. p. 48.

243 NICOLIN, M. *La gênese de Nova Friburgo*. 4. ed, Fribourg: Éditions Universitaires, 1981. p. 173.

244 DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: CBPE, 1964. p. 38.

extinguiu a escravidão), chegaram ao Brasil 882.176 imigrantes, predominando italianos e portugueses.²⁴⁵

Ao longo da sua história como país independente, o Brasil recebeu imigrantes de diversas procedências, predominando os europeus até o início da década de 1960. Não é fácil dar conta da dimensão estatística da imigração no Brasil. Poucos autores abordaram os registros de entradas na forma mais abrangente, isto é, considerando os dados (ainda que precários) desde o início do movimento imigratório, marcado pela entrada dos suíços em 1819. Nesse sentido, o trabalho de Diegues Junior²⁴⁶ é importante, pois nele foi reavaliado (e complementado) o quadro da imigração até 1947, produzido por Carneiro.²⁴⁷ Tal estatística permite configurar o Brasil como país de imigração, inclusive no período de quinze anos após o término da Segunda Guerra Mundial. Na totalização, que abrange 140 anos desde 1819, Diegues Junior²⁴⁸ calculou a entrada de 5.536.035 indivíduos, um número bem menos significativo em relação a outros países da América. Cinco nacionalidades europeias representam quase 80% desse total: portugueses (1.718.541), italianos (1.614.988), espanhóis (694.140), alemães (257.114) e russos (125.688). Os japoneses são o quinto maior contingente, com 222.893 indivíduos, que entraram a partir de 1908. Austríacos, suíços, suecos, belgas, franceses e ingleses figuram nas estatísticas imigratórias desde o século XIX; com exceção dos austríacos, estimados por Carneiro²⁴⁹ em cerca de 95 mil indivíduos (no período de 1868 a 1947), os demais têm baixa representatividade no computo geral dos fluxos. Os imigrantes denominados turco-árabes, sírios e libaneses têm representatividade próxima à dos austríacos – cerca de 98 mil indivíduos que, segundo Diegues Junior,²⁵⁰ se estabeleceram no Brasil entre 1883 e 1959. Outros grupos de origem europeia com alguma representatividade estatística – poloneses, húngaros, iugoslavos, lituanos, tchecos – entraram depois da Primeira Guerra Mundial. O caso dos poloneses, porém, é um indicador de certa inconsistência relacionada a algumas nacionalidades e oscilações das fronteiras internacionais da Europa. Eles constam nas listagens oficiais a partir de 1920, mas aparecem nos assentamentos coloniais do sul desde a década de 1860, em alguns casos com a indicação de “colônia polonesa”. Eram, em sua maioria, oriundos da chamada “Polônia Russa”, isto é, o território polonês sob domínio do Império czarista e, pela documentação, registrados como russos. Mais de 50 mil poloneses emigraram para o Brasil entre 1920 e 1947, sendo difícil estimar, de fato, sua representatividade, já que o Estado polonês independente só surgiu depois da Primeira Guerra Mundial.

Alguma imprecisão numérica, porém, não invalida, em sentido mais amplo, o dimensionamento da imigração realizado pelos autores citados. No período denominado “grande imigração” – iniciado no contexto da abolição do regime escravista em 1888 e estendido até 1914 – o Brasil recebeu 2.594.720 imigrantes, dos quais cerca de 40% eram italianos.²⁵¹ O volume de entradas diminuiu durante a Primeira Guerra Mundial e voltou a crescer entre 1920 e 1930, quando entraram mais de 900 mil indivíduos com predominância de portugueses e italianos. Na década seguinte, houve

245 Ibid., p. 49.

246 Ibid.

247 CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, 1950.

248 DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*, p. 26-28.

249 CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*, quadro anexo.

250 DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*, p. 54.

251 Ibid., p. 60.

nova retração, e, pela primeira vez, um grupo não europeu liderou as estatísticas: os japoneses representam mais de 30% dos 271.097 imigrantes registrados,²⁵² suscitando intensos debates de natureza racista, num período marcado pela influência da “ciência dos bem nascidos” (a eugenia) nas políticas imigratórias e pelo discurso assimilacionista sobre a formação nacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, houve grande retraimento da imigração, retomada no após guerra: entre 1945 e 1959 o país recebeu 672.759 imigrantes,²⁵³ predominando portugueses, italianos, espanhóis e japoneses, mas com representação expressiva também de alemães, poloneses, sírios e libaneses.

De acordo com os dados apresentados por Levy (1974),²⁵⁴ entre 1960 e 1972 houve outro decréscimo da imigração observável no registro de entradas, onde figuram 213.145 indivíduos; e, conforme Bassanezi (1995), o percentual de estrangeiros (contados nos censos demográficos) em relação ao computo geral da população decresceu ao longo do século XX – em 1900, era 6,16%; em 1920, 5,11%; em 1970, 1,32%; e em 1980, apenas 0,77%. A maioria desses estrangeiros se fixou nas regiões sudeste (especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro) e sul.

O movimento imigratório mais recente não mostra grande alteração, sendo relativamente pequeno o número de estrangeiros quando se leva em conta a população total. Em 2000, segundo Barreto,²⁵⁵ numa população de cerca de 170 milhões existia, aproximadamente, um milhão de estrangeiros. Usando dados da Polícia Federal, o mesmo autor informa que, em 1987, existiam 960 mil estrangeiros em situação regular, número que aumentou para 980 mil em 1996, mostrando uma progressão pouco expressiva em relação à “grande imigração” da virada para o século XX. Por outro lado, o governo brasileiro permitiu a regularização dos “clandestinos” em 1988, beneficiando cerca de 39 mil estrangeiros que solicitaram o benefício; uma anistia repetida em 1998, beneficiando outros 40 mil (Barreto, 2001, p.64).²⁵⁶ A maioria dos beneficiados eram imigrantes oriundos de países da América do Sul (destacando-se os bolivianos) e, em número bem menor, da China, Líbano e Coreia do Sul. Isto aponta para uma tendência bem diversa da imigração a partir da década de 1970. Se antes de 1960 os europeus predominaram nos registros de entradas, seguidos pelos japoneses, nas três últimas décadas o Brasil recebeu, sobretudo, latino-americanos (a maioria), coreanos e africanos oriundos das antigas colônias portuguesas (especialmente Angola e Moçambique).

A outra mudança diz respeito à emigração de brasileiros, iniciada durante a crise econômica da década de 1980. Até então, um país de imigração, o Brasil, na virada para o século XXI, já contabilizava mais de um milhão e meio de cidadãos brasileiros vivendo em outros países. A emigração, assim, superou a imigração. Aproximadamente 80% dos emigrantes brasileiros vivem nos Estados Unidos (o principal destino), no Paraguai e no Japão; os demais, principalmente na Europa Ocidental. Dados mais recentes apontam para cerca de 2,5 milhões de emigrantes – fluxo associado a motivações de natureza

252 Ibid., p. 61-62.

253 Ibid., p. 62.

254 LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 9, complemento, 1974.

255 BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, M. G. (org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 66.

256 Ibid., p. 64.

econômica.²⁵⁷ Essa inversão, contudo, não diminuiu a importância do Brasil como país receptor de imigrantes no contexto sul-americano.

As breves referências ao movimento imigratório mostram sua oscilação numérica ao longo do tempo, e as mudanças em relação às nacionalidades predominantes em cada período histórico. O investimento na imigração após a independência partiu do interesse do Estado em promover a colonização baseada na concessão de pequenas parcelas de terra a famílias de procedência europeia. Entre 1824 e 1870, o governo brasileiro autorizou empresas de navegação e contratou agenciadores para trazer imigrantes alemães, mediante subsídios, e destinados a projetos coloniais. Apesar das investidas diplomáticas junto ao governo da Prússia para obter facilidades no aliciamento, o fluxo imigratório não atingiu o volume desejado para essa forma de ocupação do território. Mesmo assim, a imigração alemã predominou nesse período associada à colonização das três províncias do sul, e só foi superada numericamente pelos portugueses a partir de 1853, com a ressalva de que estes últimos se fixaram também em áreas urbanas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na verdade, a política imigratória intensificou-se quando o Parlamento aboliu o tráfico de escravos africanos em 1850, e se consolidou na década de 1870, quando foi promulgado outro ato legislativo relacionado ao fim da escravidão – a Lei do Ventre Livre, que deu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de 1871. Com isso, entra em cena a demanda de mão de obra dos grandes proprietários escravistas, coincidindo com o início da diáspora italiana. Apesar do interesse maior do governo imperial brasileiro na colonização, o recorte temporal que associa a “grande imigração” ao fim da escravidão aponta para a proeminência de São Paulo na recepção de imigrantes subsidiados, em sua maioria italianos e portugueses, destinados ao regime de parceria e outras formas contratuais de trabalho nas fazendas de café, e que depois de 1908 passou a incluir japoneses. No período em questão (1888-1914), o governo republicano deu continuidade à política de colonização nos estados do sul e no Espírito Santo, envolvendo principalmente imigrantes alemães, italianos e poloneses. A imigração subsidiada estava restrita aos colonos com família (nas duas situações); no entanto, muitos imigrantes que entraram depois da Primeira Guerra Mundial preferiram uma inserção no mercado de trabalho urbano, ou tiveram apenas uma breve experiência na condição de lavradores.

O interesse brasileiro na colonização ainda era predominante nas décadas de 1940 e 1950, tendo em vista a expansão da fronteira agrária para o oeste do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, de modo que ocorreram assentamentos de imigrantes, na condição de colonos pequenos proprietários, depois de 1945; mas essa expansão motivou muito mais os descendentes de imigrantes das antigas áreas coloniais do sul. Desde a década de 1930, prevaleceu o princípio de proteção dos trabalhadores nacionais, reforçado pelos ideais assimilacionistas do nacionalismo, e consolidado pela reserva de mercado depois da Segunda Guerra Mundial, com persistentes reflexos na política imigratória, inclusive na legislação mais recente.

Nas últimas décadas, a maioria dos novos imigrantes se fixou nas cidades, ocorrendo uma concentração maior nas metrópoles, principalmente em São Paulo e no Rio de

257 Estimativas apresentadas por ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.p. 621. Os volumes organizados por Patarra (PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: Fnuap, 1995; *Migrações internacionais*. Herança XX, agenda XXI. Campinas: Fnuap; São Paulo: Oficina Editorial, 1996) e Castro (CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas), reunindo contribuições de pesquisadores de diferentes disciplinas, dão um panorama bastante consistente do universo migratório brasileiro no século XX.

Janeiro. Na perspectiva do mercado de trabalho, observa-se uma boa representação de estrangeiros com qualificação técnica e científica, mas ainda predominam aqueles com baixa escolaridade²⁵⁸ e quase sempre em situação precária de trabalho.

O Brasil é um país de imigração desde a independência, situação que se manteve ao longo do tempo marcada por políticas imigratórias mais ou menos restritivas, conforme as tendências mais gerais – globais – dos deslocamentos de indivíduos e grupos através das fronteiras nacionais. Tais políticas põem em evidência, entre outras coisas, o papel atribuído à imigração na formação do Estado-nação, e as sutis mudanças na conformação da categoria estrangeiro.

O século XIX: da escravidão à “grande imigração”

As principais diretrizes da política imigratória brasileira ao longo do século XIX são anteriores à independência e estão contidas nos decretos, e no tratado de colonização, assinados pelo rei D. João VI em 1818, que autorizaram o estabelecimento de famílias suíças numa colônia agrícola localizada na região montanhosa da província do Rio de Janeiro, em área próxima às grandes fazendas de café baseadas no trabalho escravo. Sobressai, em primeiro lugar, a vinculação do estrangeiro à colonização e, consequentemente, o privilegiamento de famílias de agricultores e artesãos que deviam formar pequenas unidades policultoras a partir da concessão de parcelas de terra previamente demarcadas. Essa vinculação repercutiu na legislação através do uso do termo colono para designar o imigrante, persistindo após a independência. No período imperial, as palavras imigração e imigrante estão ausentes da maioria dos textos legais até a década de 1850, e a categoria de referência, mesmo na segunda metade do século XIX, é “colono estrangeiro”, eventualmente associado a um indicador de nacionalidade. Inicialmente subordinada à Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e ao arbítrio direto do imperador Pedro I, a imigração passou para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 1830 e, em 1861, para a recém criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A última inserção permaneceu até a década de 1930, mostrando o interesse do Estado na colonização estrangeira como base para a ocupação de terras devolutas.

O outro ponto delineado em 1818, objeto de amplos debates durante todo o período imperial, diz respeito à religião. No artigo 1º do Decreto de 16 de maio de 1818, que estabeleceu as condições de implantação da colônia suíça anteriormente referida, D. João VI autorizou a vinda subsidiada (isto é, cobrindo os custos da viagem) de famílias da religião católica, apostólica, romana. Essa restrição não aparece na legislação posterior, mas marcou as discussões sobre a política imigratória porque os protestantes não tinham inteira liberdade de culto antes da proclamação da República, em 1889, assunto que ajudou a formar, na Europa, opiniões desfavoráveis à emigração para o Brasil.

Além das condições de estabelecimento dos colonos, que apontam para uma forma de concessão de terras diferenciada, recebida como propriedade (e não por sesmaria) a ser cultivada por uma família, portanto, supondo a fixação numa área colonial, também

258 Segundo Castro e Oliveira (Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e Pnads (1980-1998) e algumas leituras da mídia. In: CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 508), os dados relativos à escolaridade e inserção no mercado de trabalho em 1998 mostram a predominância de estrangeiros com menos de 4 anos de estudos, enquanto os estrangeiros com mais de 11 anos de estudos eram 23,3%.

chama a atenção no decreto citado a menção ao serviço militar, a ser prestado por colonos entre 18 e 40 anos, como reforço aos Regimentos Portugueses *brancos*. A referência à cor da pele, que quase passa despercebida por estar relacionada à segurança pública (inclusive reportada à escravidão), tem relação com o ideário civilizador associado à emigração europeia. Nesse caso, a colonização suíça estava incluída na intenção governamental de “promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil”, assinalada num decreto de 6 de maio de 1818 no qual D. João VI autoriza o ministro responsável pelo Erário a contrair empréstimo para viabilizar a fundação da colônia. A ideia de raça passou a fazer parte do discurso sobre a imigração somente na segunda metade do século XIX, mas a alusão a um possível processo civilizador introduziu um princípio de desigualdade associado a uma nova forma de ocupação territorial que priorizou a colonização europeia.

Tais preceitos aparecem na retomada da imigração entre 1824 e 1830, quando o principal agenciador, a serviço do imperador, recrutou alemães para compor batalhões estrangeiros (com o objetivo de aumentar o contingente militar visando a consolidação da independência e o enfrentamento bélico com a Argentina),²⁵⁹ e para assentamento em núcleos coloniais na região sul. Estava configurada a geopolítica de colonização: o povoamento de uma região com problemas fronteiriços, de baixa densidade demográfica, com gente “civilizada” que devia desenvolver um modelo de produção agrícola voltado para o abastecimento, recebendo uma parcela de terras de cerca de 75 hectares, portanto, diferenciado da grande propriedade monocultora escravista. O imigrante desejado pelo Estado devia ser agricultor, em idade produtiva, preferencialmente casado, sem antecedentes criminais, morigerado, daí o uso mais persistente da categoria *colono* na legislação imigratória, que presume um povoador e uma unidade produtiva trabalhada pela família.

O engajamento, por outro lado, realizou-se com promessas diversas, algumas cumpridas pelo governo (concessão de uma parcela de terras para cultivo, passagem e alimentação) e outras sem possibilidade de atendimento, feitas irresponsavelmente pelos agenciadores, como a naturalização imediata e a liberdade de culto. Na época não havia dispositivo legal regulamentando a naturalização e o consequente direito à cidadania. A completa liberdade de culto, por sua vez, só ocorreu na República (1889); durante o Império, a Igreja católica estava associada ao Estado e tinha poderes temporais (caso da realização dos casamentos, por exemplo), dificultando as práticas de outras religiões e o acesso dos protestantes aos direitos civis. Mesmo assim, o investimento do Estado na imigração alemã, que implicava na vinda de evangélicos de confissão luterana, e a presença de protestantes de outras denominações em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, produziu tolerância (mais do que liberdade) em relação às práticas religiosas cristãs não católicas que necessitavam de autorização legal (por decreto ou alvará), sendo vedada a construção de templos.

A naturalização dos estrangeiros recebeu maior atenção a partir de 1832, quando foi regulada pela primeira vez por uma lei promulgada em 23 de outubro daquele ano. A carta de naturalização podia ser concedida aos maiores de 21 anos, com direitos civis no país de origem, que, após quatro anos de permanência, declarassem na Câmara do município de sua residência, seus princípios religiosos, sua pátria e sua pretensão de

259 A referência, nesse caso, é à disputa entre Brasil e Argentina em torno da posse da “banda oriental” do rio da Prata (ou Cisplatina) – o atual Uruguai. A guerra com a Argentina começou em 1825 e terminou em 1828.

fixar domicílio no Brasil. Estas eram as principais condições para obter a naturalização; o tempo de residência ficou reduzido a dois anos a partir de 1843. Apesar da aparente facilidade, o processo burocrático era longo e demandava prova documental comprovando a idade e o direito de cidadania no país de origem.

As prescrições relativas à naturalização surgiram num momento de retração da imigração, devido à falta de recursos do Erário para subsidiar a colonização estrangeira. Havia uma dupla motivação: resolver a situação dos estrangeiros que já estavam estabelecidos no Brasil, especialmente nas áreas coloniais, e sinalizar aos novos imigrantes que teriam direitos civis garantidos após um tempo mínimo de permanência, coisa reivindicada por políticos e empreendedores brasileiros e estrangeiros interessados na colonização, reputada indispensável para atrair fluxos espontâneos da Europa. Assim, a lei também atendia às exigências da propaganda para atrair imigrantes, já que estes interessavam ao Estado como povoadores, daí a abertura para empreendimentos particulares de colonização a partir de 1835.

Em 1845, o próprio governo imperial brasileiro retomou a colonização, após o fracasso de empreendimentos particulares na província de Santa Catarina, realizando, ao mesmo tempo, negociações diplomáticas para obter apoio, sobretudo da Prússia, ao agenciamento de emigrantes. Novos núcleos coloniais formados com imigrantes alemães surgiram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa parceria com os governos provinciais, que passaram a controlar uma parte das terras devolutas – forma encontrada para dividir os custos desses empreendimentos. O término da guerra civil (a Revolução Farroupilha) que agitou o sul entre 1835 e 1845 não foi o único motivo dessa retomada. Persistiu o interesse no povoamento do território e na agricultura voltada para o abastecimento, e o princípio civilizador que via na colonização europeia uma forma de resolver também o problema indígena em algumas regiões. Mas, no período em questão, a ideia de colônia associada à imigração assumiu um duplo significado: por um lado, designava o núcleo formado por pequenos proprietários familiares (portanto, o modelo implantado em terras devolutas, periféricas ou distantes da *plantation* escravista); e, por outro lado, podia referir-se ao conjunto de indivíduos e/ou famílias vivendo sob contrato de trabalho no interior da grande propriedade cafeeira. O novo interesse estava atrelado ao fim do tráfico de africanos, portanto, à provável demanda de mão de obra na cafeicultura em expansão (especialmente na província de São Paulo).

Não eram interesses conflitantes, mas o modelo de colônia desejado pelos grandes fazendeiros introduziu no discurso imigrantista o argumento da substituição do escravo pelo trabalhador livre, amplamente repudiado na Europa porque sugeria a possibilidade de uma nova forma de servidão. De fato, os contratos chamados de “parceria” não favoreciam os imigrantes. Estes não tinham acesso à propriedade da terra, recebiam uma área do cafezal para cuidar, e a parte da colheita que lhes pertencia era obrigatoriamente entregue ao fazendeiro a quem competia a atribuição de preço e a comercialização, coisa que também ocorria com os excedentes dos cultivos de subsistência. Por outro lado, dependendo dos acordos feitos por agenciadores, as despesas da viagem podiam transformar-se em dívida, com incidência de juros, apesar do uso indiscriminado do termo “subsídio”.

A Lei 601, de 1850, e sua regulamentação em 1854, estabelecendo o acesso às terras devolutas por título oneroso e abrindo espaço para o estabelecimento de colônias

particulares (inclusive por empreendedores estrangeiros), tinha por objetivo ordenar a propriedade fundiária e, igualmente, incentivar a imigração. No entanto, a legislação era bastante precisa no que diz respeito ao controle de entradas e à definição do perfil do imigrante ideal. O governo imperial fixava o número de imigrantes que cada agenciador podia trazer, e nos decretos que firmaram as bases contratuais do agenciamento na Europa estava categorizado o colono pretendido: agricultor, preferencialmente casado e com filhos, sadio, morigerado, moralizado, em plena capacidade produtiva, sendo limitada a entrada de pessoas com mais de 45 anos (mais tarde essa faixa etária passou para 60 anos), doentes e emigrados por motivos políticos. A insistência nos princípios morais reportados ao bom comportamento resultou na exclusão de criminosos e pessoas com passado revolucionário.²⁶⁰ O agenciamento, devidamente regulado por contrato, por sua vez, é um indicador da dificuldade de produzir emigração espontânea para o Brasil, já que os gastos eram grandes porque cada agenciador a serviço do governo imperial recebia pagamento *per capita* de acordo com sexo e idade do imigrante.

Apesar da possibilidade de acesso ao lote colonial por compra a prazo (contraíndo uma dívida pagável em cinco anos), e de eventuais subsídios concedidos aos imigrantes localizados nas colônias oficiais, o número de entradas esteve muito abaixo das estimativas contidas nos contratos com os agenciadores, havendo aumento mais consistente dos fluxos só na década de 1880. Os empreendimentos particulares, por sua vez, precisavam de apoio ministerial e autorização do Parlamento e Assembléias Legislativas Provinciais e tinham o ônus de trazer colonos e realizar todos os trabalhos de infraestrutura (inclusive demarcação das terras e abertura de vias de comunicação) – situação conveniente para o Estado. Muitos foram bem-sucedidos, outros fracassaram porque não conseguiam atrair número suficiente de imigrantes para viabilizar os projetos.

Os motivos dessa dificuldade foram amplamente debatidos pelos imigrantistas brasileiros mais radicalmente favoráveis à colonização estrangeira no Império. A existência da escravidão era apontada como o maior obstáculo à vinda do trabalhador livre e branco, mas as denúncias relacionadas aos contratos de parceria em São Paulo (sistema considerado uma forma de servidão) e as notícias sobre as difíceis condições de vida dos colonos localizados em áreas mais isoladas, veiculadas por imigrantes retornados, viajantes e representantes consulares, ajudaram a construir uma imagem negativa do Brasil. De fato, a documentação (relatórios de diretores de colônias, cartas e petições de imigrantes, etc.) mostra que, além das dificuldades econômicas e da ausência inicial de infraestrutura, próprias da situação de frente pioneira, foram muitas as mazelas enfrentadas pelos colonos, como epidemias diversas (tifo, varíola, febre amarela, etc.), doenças decorrentes da mudança de hábitos alimentares, ausência de médicos, escolas, e assim por diante. No entanto, isso não interrompeu o fluxo imigratório, intensificado pela imigração italiana a partir de 1875, e boa parte do território do sul foi povoado nesse sistema; e apesar das críticas ao modelo de inserção de colonos nas fazendas de café, São Paulo tornou-se o principal destino dos que emigraram para o Brasil, sobretudo depois da abolição em 1888.

Nesse período histórico, marcado pela imigração europeia, fica evidente a demanda por colonos “civilizados” – pequenos produtores familiares, povoadores, na definição

260 Certamente as razões ideológicas não constituíram um obstáculo concreto à entrada no país, mas foram motivo da expulsão de colonos desqualificados como socialistas, comunistas ou mesmo revolucionários de 1848, acusados de provocar desordens e incitar reivindicações sociais em áreas coloniais (Cf. Seyferth, G. Colonização e conflito. In: SANTOS, José V. T. dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999a. p. 285-330).

do governo imperial, ou mão de obra contratada, nos termos dos grandes fazendeiros preocupados com o fim inevitável do regime escravista.²⁶¹ Apesar desse interesse precipuamente rural, visando o incremento da policultura, não houve restrições legais àqueles que não queriam ser colonos, sujeitos às mesmas normas gerais que obstaram a entrada de indivíduos com mais de 45 anos (excetuando os chefes de família), doentes, ou com antecedentes criminais. As leis que regulamentaram a imigração até 1889 enunciaram a preferência por agricultores e artífices sadios, laboriosos e moralizados, oriundos de países europeus. Os contratos com agenciadores (individuais ou empresas) são claros a respeito, e a própria especificação de países da Europa Ocidental onde o engajamento devia ser realizado é um indicador de restrições de natureza racial e da vinculação entre imigração e civilização que emergem no discurso imigrantista na segunda metade do século XIX.

Tratei mais demoradamente do debate sobre raça e imigração num outro trabalho;²⁶² aqui é preciso observar que, apesar de a legislação não incluir limitações mais diretamente relacionadas a critérios racistas, o assunto estava na pauta imigrantista, inclusive no âmbito do aparelho do Estado. Na década de 1850, já estava sendo discutida a possibilidade de contratação de trabalhadores chineses (*coolies*) para resolver o problema da mão de obra nas grandes fazendas de café. Os *coolies*, porém, eram cogitados apenas como trabalhadores temporários e não como imigrantes, condição especificada inicialmente nas recomendações ao Ministro Plenipotenciário (embaixador) do Brasil em Londres, por meio de um Aviso datado de 14 de maio de 1855, no qual a “importação de chins” é limitada a um máximo de dois mil indivíduos, engajados por tempo limitado, ao fim do qual os interessados deviam arcar com os custos do retorno. Naquele momento, prevaleceu o argumento da necessidade de promover a vinda de braços livres para os trabalhos rurais, uma “solução” abandonada nas décadas seguintes antes mesmo de ser implementada, pois tornou-se objeto de amplo criticismo de base racial. Resumindo, a solução imigratória para a agricultura brasileira não devia incluir uma “raça bastarda”, de civilização “decadente e corrompida pelo ópio”, conforme definição vigente no âmbito do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado em 1861 para, entre outras coisas, cuidar da imigração.²⁶³ A existência de uma “questão racial”, por sua vez, fica evidente também no principal argumento usado para desqualificar qualquer fluxo imigratório de negros africanos: seria uma forma indireta de restabelecer o tráfico e mais uma vez “saturar o país de sangue negro”, coisa observável até mesmo nos escritos de alguns abolicionistas notáveis, que não queriam uma “onda chinesa” ou “africana” corrompendo a formação nacional – expressões comuns inclusive na louvada obra *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicada em Londres em 1883.²⁶⁴

Outra coisa que chama a atenção na retórica oficial é a imigração definida como “importação de colonos”, uma designação pouco usual para dispor sobre a introdução de estrangeiros no país. Essa definição foi reforçada pelo uso da expressão “depósito de

261 A progressão no sentido da abolição começou em 1850, com a já mencionada proibição do tráfico (da África); depois, no ano de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que liberou (embora sob tutela) os nascituros; em 1885 veio a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, que alforriou os escravos com mais de 60 anos e, finalmente, a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão em 1888, fato que coincidiu com a intensificação dos fluxos imigratórios.

262 SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

263 A repulsa aos chineses tem sua representação mais significativa no uso da expressão “perigo amarelo”, associada à sua suposta inferioridade racial, uma definição que incluía especulações acerca dos pretensos “riscos” da mistura racial entre *coolies* (homens que viriam sem família) e mulheres negras e mestiças. Sobre esse debate, ver SEYFERTH, G. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 165-185, 1991.

264 Cf. NABUCO, J. *O abolicionismo*. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília: INL, 1977.

colonos" (em vez de hospedaria ou algo equivalente a um abrigo temporário), presente em alguns decretos que aprovaram a "importação" por agenciadores a serviço do governo imperial e empresas (particulares) de colonização. Aparentemente, para alguns legisladores e funcionários do Estado, os colonos estrangeiros, objetos de importação, podiam ser tratados como mercadoria. A palavra "importação" não ficou restrita aos chineses (ou *coolies*) e outros indesejáveis, sendo às vezes usada para fazer referência à imigração europeia, fato que provavelmente contribuiu para reforçar os discursos contrários à emigração para o Brasil em países da Europa visados pelos agenciadores, sob o argumento de que o imigrante seria tratado como substituto do escravo.

Finalmente, a problemática da assimilação aparece nos discursos sobre a imigração ainda durante o Império, apesar da política de Estado, voltada para a colonização, não contemplar essa dimensão mais relacionada ao nacionalismo. A preocupação com a formação do Estado-nação trouxe à baila o tema da individualidade nacional baseada numa língua, cultura (ou civilização) e raça comuns, elementos próprios do nacionalismo do século XIX, conforme assinalaram autores como Mauss, Arendt e Hobsbawm.²⁶⁵

A preponderância de imigrantes alemães em áreas de colonização até a década de 1870, e o empenho do governo imperial para atrair colonos dessa origem – avaliados por ministros e altos funcionários públicos como excelentes agricultores – foram criticados por nacionalistas preocupados com um possível "desvio" da formação nacional luso-brasileira e católica, em razão do distanciamento cultural, linguístico e religioso dos alemães. Nesse caso, a "onda germânica e protestante", imaginada como uma invasão, era considerada um risco à integridade territorial do país devido às supostas dificuldades de assimilação. Não se trata, necessariamente, de uma postura anti-imigrante. O discurso antigermânico procurava descartar um tipo específico de indesejável: o inassimilável que não incorpora a brasilidade. E defendia a imigração "latina" (um termo de classificação para espanhóis, portugueses e italianos) pela propinquidade linguística e cultural, percebida como uma garantia da assimilação. A desqualificação dos alemães mostra que, na configuração do imigrante ideal, ser branco e europeu não bastava, pois mesmo os "civilizados" podiam ser hierarquizados pela proximidade cultural que, na virada para o século XX, assumiu também uma dimensão racial. No início do fluxo imigratório, os alemães encabeçavam as hierarquias de melhores colonos porque, segundo ressaltavam conselheiros ministeriais como J. C. de Menezes e Souza (em 1875) ou ministros como o Marquês de Abrantes (em 1846) – para citar dois exemplos – possuíam gosto e talento para a emigração, amor ao trabalho, eram pacientes, perseverantes, morigerados, enfim, colonos por excelência, categoria que abrangia também suíços, belgas e outros grupos nacionais menos cotados.²⁶⁶ O assimilacionismo, contudo, só teve maior repercussão na discussão da política imigratória a partir da instauração da República, em 1889, quando já eram visíveis as manifestações de etnicidade e o surgimento de identidades etnicamente configuradas entre diversos grupos de imigrantes, apesar do destaque dado ao germanismo no sul. E tornou-se assunto destacado na pauta nacionalista também por causa do aumento consistente dos fluxos imigratórios a partir de 1888.

265 MAUSS, M. La nation. In: _____. *Oeuvres*, v. 3. Paris: Minuit, 1969; ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. 5. ed. Nova York: Harcourt Brace, 1973; HOBBSBAWM, E. J. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

266 Cf. SEYFERTH, G. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil.

Imigração e raça na primeira metade do século XX

O período de maior volume de entradas de estrangeiros (1884-1914) coincidiu com uma certa popularização, inclusive nos meios acadêmicos, das teorias raciais que apre-goaram a supremacia branca, assunto com alguma repercussão nos debates sobre a política imigratória associado ao problema da assimilação. A restrição de natureza racial fica evidente no Decreto 528, de 28 de junho de 1890, que regularizou o serviço de introdução e localização de imigrantes, ainda no governo provisório da recém-proclama-da República, e habitualmente citado nos estudos sobre o racismo no Brasil. Sob este aspecto, o artigo 1º é significativo:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal no seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

O artigo 2º atribuiu aos agentes diplomáticos e consulares a função de obstar a vin-da de imigrantes daqueles continentes; e o artigo 3º encarregou a polícia portuária de impedir “o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes”. O decreto, de modo ambíguo, na verdade estabeleceu restrições incontornáveis pelos excluídos; obistou, mas não proibiu diretamente a entrada de asiáticos e africanos. Tal forma de exclusão não aparece na legislação subsequente e, de fato, a Lei 97, de 15 de outubro de 1892, possibilitou a entrada de imigrantes chineses e japoneses, fazendo referência direta aos tratados de comércio estabelecidos com os governos da China e do Japão, estabelecendo apenas as restrições usuais, isto é, proibindo o desembarque de “indigentes, mendigos, piratas e outros criminosos”. No caso, prevaleceram os interes-ses econômicos na admissão desses grupos anteriormente recusados, apesar das críticas influenciadas pela “ciência das raças” e pela “tese do branqueamento” como tendência da formação do povo brasileiro. Os mercados asiáticos eram atraentes para as expor-tações brasileiras; e, para os cafeicultores de São Paulo, esse novo fluxo podia reforçar o estoque de mão de obra nas fazendas, já que nem todos os europeus aceitaram uma inserção rural na condição de assalariados.

O Decreto 528 privilegiou a imigração europeia e a colonização (também regulamen-tada por ele), perpetuando a política vigente no Império, voltada para o povoamento do território. Imigração e colonização passaram à alçada da Inspetoria de Terras e Co-lonização (um órgão subordinado ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas). Houve o favorecimento aos imigrantes direcionados aos núcleos co-loniais (oficiais ou particulares) – os únicos que podiam pleitear subsídios (pagamento de passagens, por exemplo). Nas disposições finais, pela primeira vez foi admitida num ato legal a possibilidade de localização de “nacionais” (brasileiros) em núcleos coloniais, fixando um limite de 25%. Na virada para o século XX, porém, boa parte dos protago-nistas do avanço da colonização no sul era composta por descendentes de imigrantes (a 2ª e 3ª geração de colonos) – portanto, brasileiros.

Além da inclusão dos “nacionais” numa ocupação territorial até então associada à imigração, destaca-se a preocupação do primeiro governo republicano com a naturali-

zação dos estrangeiros estabelecidos no país. Em nome dos “princípios de igualdade e fraternidade”, o Decreto 58-A, de 14 de dezembro de 1889, estabelece que “são considerados brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrário feita perante a respectiva municipalidade, no prazo de seis meses da publicação deste decreto”; e os naturalizados “gozarão de todos os direitos civis e políticos dos cidadãos natos, podendo desempenhar todos os cargos públicos, exceto o de Chefe de Estado”. A naturalização geral, assim prevista, pretendia regularizar a situação dos estrangeiros, pois, durante o Império, o acesso à cidadania era burocraticamente mais difícil, sobretudo para os localizados em núcleos coloniais. Foi reafirmada em atos posteriores que procuraram tirar o aspecto compulsório argumentando que seria o meio mais fácil do imigrante vincular-se à República sem necessidade de um ato expresso. De certo modo, funcionou como anistia à qual o governo acrescentou a possibilidade de alistamento eleitoral de cidadãos alfabetizados que não soubessem ler e escrever em língua portuguesa. A decisão abriu espaço para a participação política de naturalizados e descendentes de imigrantes nascidos no Brasil, que desconheciam a língua vernácula – como eleitores ou candidatos a cargo eletivo.

Os novos dispositivos visavam garantir o desenvolvimento da imigração europeia, apesar da natureza dos debates em torno da assimilação, considerada por muitos políticos e cientistas, imigrantistas ou não, a condição essencial de acesso à plena cidadania. Em 1906 foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, subordinado a ele, o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, órgão que passou a controlar, entre outras coisas, a imigração e a colonização. Antes da Primeira Guerra Mundial, a regulamentação mais detalhada do Serviço de Povoamento, portanto da imigração, veio através do Decreto 9.081, de 03 de novembro de 1911. Não ocorreram mudanças significativas em relação à legislação anterior, promulgada no primeiro ano da República, a não ser o desaparecimento das restrições relativas à imigração asiática e africana – lembrando que os primeiros imigrantes japoneses chegaram a São Paulo em 1908. Isso mostra que a União manteve o controle da imigração (como era no Império), e as regulações específicas produzidas pelos estados interessados na vinda de imigrantes ficaram subordinadas à legislação federal.

Nesse período, a ideia de desigualdade racial aparece mais nitidamente na discussão da política imigratória, num debate carregado de nuances, sobretudo nos seus liames com assimilação, produzindo a “tese do branqueamento”. Diversos autores brasileiros que trataram da formação nacional discutiram o mestiçamento da população inspirados nas concepções deterministas raciais produzidas por autores como Gobineau e Broca, e nos pressupostos seletivos do “darwinismo social” e da eugenia racial. A tese que mais se aproxima do senso comum a respeito do branqueamento foi elaborada pelo diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda, e apresentada no 1º Congresso Universal das Raças, em Londres, em 1911. Na memória que apresentou naquele congresso, na condição de representante do governo brasileiro, afirma que, por meio do mecanismo de seleção sexual presente na sociedade brasileira, a miscigenação (no sentido correto) permite passar do negro ao branco em três gerações. A seleção suposta nesse enunciado era a tendência de escolha do cônjuge de pele mais clara assegurada pela crença na superioridade da “raça branca”. Lacerda calculou que, mantidos os índices da imigração europeia, em um século o Brasil seria um país majoritariamente branco e sem população negra, superando os vícios e defeitos das “raças atrasadas”. Com pequenas

variações, essa tese vicejou em alguns meios acadêmicos e políticos até o meio do século XX, enunciada por autores importantes como Silvio Romero, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Arthur Hehl Neiva, entre outros. A síntese perfeita desse pensamento racista está contida numa frase de Afrânio Peixoto: “A albumina branca depura o mascavo nacional”. Tal enunciado expressa a simbólica do apagamento dos brasileiros de pele escura, pois a albumina refere-se à imigração ou, mais precisamente, aos brancos, e o mascavo diz respeito ao açúcar de cor escura antes do refinamento/clareamento.²⁶⁷

A aceitação dessa tese tem como corolário o apoio a uma política imigratória voltada para a Europa, pois o efeito prático esperado era a introdução e a assimilação de imigrantes “brancos”. Daí o longo debate sobre os imigrantes japoneses considerados inassimiláveis e, paradoxalmente, uma ameaça ao branqueamento, dada sua inclusão na “raça amarela”. Por outro lado, a concepção de assimilação nesse contexto inclui o caldeamento (termo referido a *melting-pot* ou crisol de raças), coisa que resultou num discurso em prol da imigração de gente da tradição cultural “latina”, com destaque para os portugueses e sua suposta propensão à “mistura racial”, observável em vários textos de Silvio Romero e outros intérpretes da “formação nacional”, com repercussão na imprensa; e a condenação da imigração de alemães e japoneses, considerados mais propensos ao “enquistamento étnico”.

Essas poucas referências à “questão racial” têm o propósito de expor o tema da assimilação, e seu duplo sentido (social e racial), predominante no pensamento nacionalista, e que supõe formas de exclusão nem sempre contempladas na legislação, mas com algumas implicações práticas, especialmente a partir da década de 1930. Na percepção assimilacionista ajustada à mestiçagem (ou caldeamento), as restrições estavam assentadas no imaginado grau de *fusibilidade* de cada nacionalidade europeia.

À parte o discurso sobre a base mestiça da formação do povo, visível, por exemplo, num trabalho de Oliveira Vianna publicado junto com os resultados do recenseamento de 1920 que indicavam um país mais “branco”, reforçando a crença na possibilidade de clareamento fenotípico,²⁶⁸ decretos promulgados na década de 1920, dando nova regulamentação à imigração, impuseram um controle mais rígido da entrada de estrangeiros. A base da exclusão é nitidamente eugenista, procurando impedir a entrada de mutilados, aleijados, cegos, loucos, mendigos, portadores de moléstia incurável ou contagiosa, prostitutas, etc., além de criminosos em geral (passíveis de expulsão) e de gente sem possibilidade de retorno. As formas de controle incluem quarentena, fiscalização sanitária e inspeção de saúde a cargo do Departamento Nacional de Saúde Pública, além da previsão de multa para as empresas de navegação que não atendiam as restrições. Na nova regulamentação, o imigrante é associado à pobreza, dada sua definição como passageiro de 3ª classe.

Duas questões permeiam os debates e a aprovação de normas mais rígidas de controle da imigração: a popularidade, também no Brasil, da eugenia, nos princípios da

267 Sobre a questão racial no Brasil, especialmente no campo acadêmico, ver SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e SEYFERTH, G. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.). *Por que “raça”?* Santa Maria: Editora UFSM, 2007; na interface com a questão imigratória, ver SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976 e SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.

268 A publicação intitula-se *Evolução do povo brasileiro* (cf. VIANNA, F. J. de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938) e trata da mestiçagem e da desigualdade das raças nos cânones da tese do branqueamento. Vianna – cientista social que no Estado Novo integrou o Conselho de Imigração e Colonização – também imaginou diferentes graus de “fusibilidade” para grupos de imigrantes, tratando da assimilação como *melting pot* (Cf. VIANNA, F. J. de Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1932).

sua própria definição como ciência dos bem nascidos, e o grande número de deslocados por causa do armistício que encerrou a Primeira Guerra Mundial, em 1918 (incluindo apátridas, refugiados, minorias nacionais, etc.). Em relação ao segundo ponto, o que chama a atenção nos atos legislativos não é a lista dos indesejáveis habituais (os desprovidos de eugenia e os criminosos comuns), mas a forma indireta de lidar com o problema dos apátridas, estipulando não um controle de entradas, mas os casos possíveis de expulsão em nome da “segurança nacional” e da “ordem pública”. O posicionamento predominante em relação à eugenia pode ser observado na discussão dos problemas da imigração durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, e do qual participaram médicos, antropólogos, sociólogos e outros cientistas com alguma influência nos meios políticos. Algumas das suas recomendações, de natureza política, foram divulgadas num texto de E. Roquette-Pinto (que presidiu o Congresso), e são por si mesmas elucidativas: alertam o Congresso Nacional, os governadores e o presidente da República para ficarem atentos aos “gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e de segurança política e social da República”, recomendando a “seleção rigorosa dos elementos imigratórios” (coisa essencial à defesa da “raça”), o exame de condições individuais, aferindo a saúde física e as qualidades mentais e morais e, ainda, levar em consideração que “os indivíduos que gravitam para o pauperismo atestam com esse próprio fato a sua inferioridade” (portanto, não devem ser subvencionados, pois isso facilitaria a entrada de indesejáveis). Tais regras deviam embasar “uma boa lei da imigração” redigida à luz de preceitos eugênicos.²⁶⁹

A “nova lei” veio com a mudança de regime político após a revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República.²⁷⁰ A referência é o Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que limitou a entrada de “passageiros estrangeiros de 3ª classe” e estabeleceu normas de amparo aos trabalhadores nacionais. As entradas foram limitadas por um ano (prazo depois prorrogado), e as autoridades consulares só podiam conceder visto aos estrangeiros cuja vinda tivesse sido solicitada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exclusiva necessidade de serviços agrícolas, ou atendendo aos bilhetes de chamada emitidos por parentes ou famílias de agricultores já estabelecidos. As cartas (ou bilhetes) de chamada mais tarde foram suprimidas por questões de segurança. No período iniciado em 1930, e que inclui o regime autoritário do Estado Novo (instituído em 1937 e encerrado em 1945), os imigrantes conviveram com fortes expressões de xenofobia nacionalista, e a limitação de entradas em parte explica a pouca expressividade numérica da imigração.

De fato, a partir de 1930 aumentaram as dificuldades de obter a naturalização, e outros indesejados foram acrescentados à longa lista dos excluídos pela eugenia, tais como toxicômanos, ciganos e outros nômades, analfabetos, indivíduos que não podiam provar a posse de meios de subsistência, etc. Manteve-se, porém, o privilegiamento de agricultores e da colonização, ameaçando com a expulsão aqueles imigrantes que procuravam burlar as autoridades usando essa qualificação para entrar no país e que, descobertos, passavam a ser considerados clandestinos (conforme o Decreto 24.258, de 16 de maio de 1934). O outro passo no controle da imigração veio com a instituição do re-

269 ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio de antropologia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978. p. 45-47.

270 Resultado da crise política (e econômica) que dividiu as elites dos principais estados da federação, a revolução de 1930 encerrou o ciclo oligárquico da Primeira República (ver FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997); sob a liderança de Getúlio Vargas emergiu um Estado nacional mais centralizador e, no que se refere à imigração, radicalmente assimilacionista.

gime de cotas, incluído na Constituição Federal de 1934 e referendado no Estado Novo pelo Decreto-lei 406, de 06 de maio de 1938, segundo o qual o número de estrangeiros de uma nacionalidade, admitidos no país em caráter permanente, não podia exceder o limite anual de 2% do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados nessa condição no período de 1884 a 1933. O dispositivo favoreceu os grupos mais numerosos, especialmente os portugueses, italianos e espanhóis. A nova regulamentação manteve as restrições anteriores e, no caso da colonização, impôs a formação de “colônias mistas” (com brasileiros e estrangeiros de diferentes nacionalidades), atendendo ao princípio assimilacionista de formação do Estado-nação.

Na mesma época foi criado o Conselho de Imigração e Colonização, incumbido de fixar as cotas e fiscalizar sua distribuição (segundo a lei), deliberar sobre pedidos de Estados, empresas e particulares, relativos à introdução de estrangeiros, aconselhar o governo em matéria de assimilação no sentido de evitar a concentração de imigrantes em qualquer parte do território, estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e eugenia, propor ao governo a proibição total ou parcial da imigração, proceder ao estudo dos movimentos imigratórios e da colonização, etc. (cf. Decreto 3691, de 06 de fevereiro de 1939, que aprovou o regulamento do referido conselho).

As funções do Conselho de Imigração e Colonização confirmaram os entraves à imigração estabelecidos nas constituições de 1934 e 1937: as cotas e, igualmente, os preceitos “étnicos” (que deviam garantir um quase exclusivismo branco-europeu) e eugenistas. Entre seus membros havia adversários da imigração japonesa (a principal corrente não europeia) – caso de Arthur Hehl Neiva e Oliveira Vianna, por exemplo, cujos escritos no órgão oficial do Conselho, a *Revista de Imigração e Colonização*, alertavam para imaginados problemas de mestiçagem, ameaçando o ideal de branqueamento. Num amplo relatório publicado na revista, destinado a subsidiar os debates sobre uma nova lei de estrangeiros para o pós-guerra, Hehl Neiva, autointitulado “estudioso de ciências sociais”, expressando as opiniões vigentes no conselho, recomenda o favorecimento da corrente imigratória “branca”, e a exclusão de “negros” e “amarelos”, para intensificar o processo de branqueamento, para ele, o único modo de manter a tradição ocidental branca da civilização brasileira. Para Neiva, não era viável incentivar a imigração nipônica que “criou o problema quase insolúvel dos mais perigosos quistos raciais, praticamente inassimiláveis”, e muito menos a negra que, no passado escravista, ameaçou africanizar o Brasil.²⁷¹

O pensamento vigente era favorável à imigração seletiva, controlada por critérios étnicos (raciais), sanitários, ideológicos, políticos, obedecendo aos imperativos de segurança nacional, conforme os termos de Neiva, excluindo os apátridas de qualquer cor e os inassimiláveis. Nessa configuração, os judeus, objeto de intenso debate, inclusive de tintas racistas, dada sua condição de apátridas (ou refugiados), só deviam ser admitidos em pequeno número.

No Estado Novo, a questão imigratória foi articulada ao “problema demográfico”,²⁷² reputada necessária à continuidade do povoamento e desenvolvimento (econômico) do país, o que explica a ênfase dada ao Projeto Brasil Central (inclusive no Conselho de

271 NEIVA, A. Hehl. O problema imigratório brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano V, n. 3, 1944. p. 510-513.

272 Ibid.

Imigração e Colonização), área para a qual devia convergir a colonização, por meio da localização de imigrantes e de migrantes internos, especialmente do nordeste.

O problema da assimilação, posto no campo da segurança nacional, tem proeminência no período ditatorial, observável na intervenção direta do Estado na organização comunitária de imigrantes e descendentes, visando o “abrasileiramento” forçado. A ação nacionalizadora incidiu de forma mais intensa nos grupos classificados como “quistos étnicos” inassimiláveis – especialmente os alemães e japoneses (e mesmo os descendentes nascidos no Brasil), enquadrados entre os problemas de segurança nacional. A “campanha de nacionalização” foi conduzida pelos interventores em cada Estado, e pelo exército, e começou com a proibição definitiva do ensino em língua estrangeira, obrigando as escolas comunitárias a demitir professores estrangeiros ou naturalizados e implementar o currículo definido pelo Ministério da Educação; as que não puderam (ou não quiseram) enquadrar-se foram fechadas. Depois, em 1939, veio a proibição do uso cotidiano de línguas estrangeiras, coisa que atingiu principalmente as regiões coloniais do sul, o fechamento das associações beneficentes, culturais e recreativas e a proibição dos jornais e outras publicações em língua estrangeira. O exército atuou de forma mais direta no sul, com o objetivo de apressar a imposição do “espírito de brasilidade”, usando muitas vezes a coerção violenta. Os supostamente desprovidos de “brasilidade”, isto é, considerados não assimilados, também tiveram seus direitos civis cerceados, precisando de autorização escrita para se deslocar dentro do país. Conforme observei num trabalho sobre a nacionalização na era Vargas,²⁷³ esse tipo de ação só podia ser conduzida por um Estado autoritário, e os atingidos por ela expressam ainda hoje seu estranhamento diante da violência, simbólica ou não, que marcou a intervenção.

O ímpeto nacionalista, ao qual não faltou xenofobia, também teve repercussão na naturalização dos estrangeiros e na legislação de trabalho. A naturalização em massa, sem maiores exigências formais, concedida no fim do século XIX, não se repetiu depois de 1918. A partir daí, a legislação aumentou para 10 anos o período de residência efetiva no Brasil para solicitar o benefício e endureceu as exigências burocráticas (que também tinham um custo financeiro e um longo tempo de tramitação). Além disso, algumas medidas tomadas na década de 1930, sob o argumento da defesa do trabalhador nacional – um elemento chave no discurso nacionalista mais radical –, vedaram ou limitaram o acesso de estrangeiros a determinados cargos e empregos, medidas que também atingiram os naturalizados, e decorrentes, em grande parte, da nacionalização da atividade pesqueira, do comércio e dos bancos e da proibição de exercer qualquer atividade de natureza política. O Estado Novo só manteve a preponderância do imigrante no que diz respeito à colonização.

A política imigratória depois da Segunda Guerra Mundial

Os dispositivos sobre a imigração e colonização pouco mudaram após a guerra, mantendo-se as restrições que, desde 1930, marcaram a política imigratória. A nova lei de estrangeiros – Decreto-Lei 7967, de 18 de setembro de 1945 – foi promulgada poucas semanas antes da queda do regime ditatorial do Estado Novo e permaneceu em vigor

273 SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999b. p.199-228.

no governo seguinte. Nela, a categoria estrangeiro, bem mais abrangente, engloba o imigrante, e o título III do texto legal, dedicado ao “povoamento”, regula a imigração dirigida (promovida pelo Estado ou por empresas particulares) e a colonização. Expressa, pois, a continuidade do interesse da administração pública federal no povoamento do território vinculado à imigração europeia, já manifestado por Neiva²⁷⁴ em relação ao projeto Brasil Central, apesar da ênfase na “defesa do trabalhador nacional”. O perfil do imigrante desejado aparece no artigo 2º do decreto citado:

Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim, como a defesa do trabalhador nacional.

Aí está subjacente a velha “questão racial” que priorizou certos grupos europeus em nome da formação nacional luso-brasileira, refletida igualmente na manutenção do sistema anual de cotas por nacionalidade. Num momento marcado pela campanha de nacionalização, em curso, a nova lei adequava-se ao pensamento assimilacionista influenciado pelo ideal de “caldeamento” (ou miscigenação), numa retórica em que a palavra etnia substituiu raça sem desprezar pressupostos biológicos de identificação.

De acordo com a justificativa inicial contida no referido decreto-lei, disciplinar a entrada de estrangeiros tinha a dupla finalidade de “proteger os interesses do trabalhador nacional” e “desenvolver a imigração que foi fator de progresso para o país”. A duplicidade tem relação direta com o ideal de assimilação do nacionalismo republicano, observada no ordenamento da colonização, reputada “de utilidade pública”: o artigo 50 impôs a reserva de 30% dos lotes de cada núcleo colonial para brasileiros natos e nenhuma nacionalidade estrangeira podia ocupar mais de 25% dos lotes, delineando a “colônia mista”. Na falta de colonos brasileiros, a cota de 30% podia ser distribuída a imigrantes, preferencialmente portugueses, sendo para isso necessária a autorização do Conselho de Imigração e Colonização.

Além dos critérios de inclusão de natureza étnica e nacional segundo os padrões assimilacionistas, a nova legislação conservou as formas de exclusão anteriormente previstas. Mantido o vínculo entre imigração e colonização, o governo federal continuou dando primazia aos estrangeiros destinados aos núcleos coloniais, oficiais ou particulares, e aos trabalhadores com alguma qualificação profissional, principalmente ofícios ligados à agricultura.

Alguns pontos merecem destaque na configuração da política imigratória depois do Estado Novo (inclusive as permanências). De acordo com a Constituição Federal de 1946, a União manteve a competência de legislar sobre a imigração, regulando a entrada e a expulsão de estrangeiros. Os estados podiam promover a imigração e a colonização, com o direito de criar apenas uma legislação complementar. Até 1945, o regime de cotas esteve incluído na Constituição Federal; a partir de 1946 passou a figurar na legislação específica. O Conselho de Imigração e Colonização foi reorganizado, e mantida sua principal competência: a orientação seletiva da entrada de imigrantes. Nesse sentido, a recomendação, contida nas instruções para execução da lei de estrangeiros, enfatiza a vinda de elementos que possam ser fatores de progresso para o país, dando-se preferência às “correntes tradicionais”, um eufemismo que mascara a velha conveniência

274 NEIVA, A. Hehl. O problema imigratório brasileiro.

da “ascendência europeia”, implícita no ideal de preservação da composição étnica luso-brasileira, refletida também nas facilidades (inclusive de naturalização) concedidas aos imigrantes portugueses desde o Estado Novo e recomendados, entre outros, por Neiva.²⁷⁵ Os “fatores do progresso”, por sua vez, valorizam os agricultores e os operários e técnicos qualificados, o que deu argumentos aos defensores da imigração japonesa (desde o início do século XX), a despeito da visão predominante sobre “enquistamento” étnico e assimilação.

A qualificação profissional era um tema em evidência, particularmente em relação à colonização e povoamento, amplamente debatido num outro órgão oficial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde atuavam pesquisadores que compartilhavam dos princípios que nortearam a política imigratória do Estado Novo. Ali, diversos estudos apontavam para a existência de colônias homogêneas no sul, portanto, indesejáveis do ponto de vista “étnico”, sugerindo políticas de colonização levando em conta a migração interna e a necessidade de “colônias mistas”, bem como a introdução de agricultores. Aliás, de acordo com Diegues Junior,²⁷⁶ as estatísticas referentes ao período de 1945 a 1958 indicam um crescimento das entradas de técnicos e operários qualificados e um número ainda bastante significativo de agricultores. O IBGE não tinha papel preponderante na condução da política imigratória, mas, até 1950, grande parte dos estudos sobre a colonização e a imigração no Brasil foram publicados por geógrafos, daí sua influência, inclusive no âmbito do Conselho de Imigração e Colonização.

Os princípios gerais da política imigratória delineados durante o Estado Novo foram mantidos, sendo em parte criticados em algumas publicações do início da década de 1960, que sugeriram sua revisão, caso de autores importantes no campo das ciências sociais como Ávila e Diegues Junior.²⁷⁷ Este último deu particular atenção aos problemas da naturalização resultantes de posicionamentos nacionalistas de feição xenofóbica e considerou pouco razoáveis os princípios restricionistas em vigor desde 1930 que, segundo sua percepção, contribuíram para o retraimento dos fluxos depois de 1945.²⁷⁸

Diegues Junior reclama a atualização da legislação imigratória derivada do regime ditatorial de Vargas por considerá-la de fundo totalitarista. Sua crítica mais contundente, porém, é dirigida às restrições impostas aos brasileiros naturalizados, listando ao todo 53, envolvendo atividades políticas, profissionais, sociais, religiosas, econômicas, intelectuais e artísticas – interferindo, portanto, com a igualdade de direitos em relação aos brasileiros natos. Esse problema ficou em maior evidência na década de 1950, quando foi fundada a Liga Pró-Direito dos Brasileiros Naturalizados, entidade que reivindicou os direitos instituídos na Constituição Federal de 1891.²⁷⁹ As restrições aos naturalizados também chamaram a atenção de J. F. Carneiro,²⁸⁰ autor impressionado com as profissões interditas aos estrangeiros. Eles não podiam ser pescadores, estivadores, professores, funcionários públicos de qualquer escalão, nem atuar como profissionais liberais (salvo algumas exceções cobertas por legislação internacional) ou empregados em empresas de mineração, de seguros, jornalísticas e sindicatos, etc. Essas e outras

275 Ibid.

276 DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*, p. 307.

277 ÁVILA, F. B. de. Política imigratória brasileira. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 111, p. 599-603, 1964; DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*.

278 DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*, p. 307.

279 Ibid., p. 391.

280 CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*, p. 34-36.

interdições constam da legislação trabalhista, produzida no âmbito do Ministério do Trabalho e não na lei de estrangeiros, o que aponta para diferentes órgãos federais que controlaram a imigração a partir da revolução de 1930, inclusive o Ministério da Justiça (naturalização), o Ministério das Relações Exteriores (controle dos vistos, entre outras coisas), e o da Agricultura (colonização).

As cotas ainda existiam no início da década de 1960, inclusive depois do golpe militar que conduziu o país a um longo período ditatorial (1964-1985). Mas, apesar do perfil nacionalista e da persistência de alguns entraves à entrada e naturalização de estrangeiros, o regime não podia ignorar um sistema mundial pós-colonial marcado pelo aumento da circulação de trabalhadores de todos os matizes, parte deles altamente qualificados, nem tampouco os refugiados, deslocados, e outras categorias incômodas.

A lei de estrangeiros atualmente em vigor (Lei 6815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei 6964, de 09 de janeiro de 1981) foi promulgada no último governo do ciclo militar, portanto, ainda no período ditatorial. Nela, a imigração é ajustada ao desenvolvimento econômico, dando prerrogativas à mão de obra especializada, visando a assimilação de tecnologia e captação de recursos para setores específicos. Não há uma definição para o imigrante, categoria ausente na lei, mas certamente conformada pelo visto permanente, concedido quando o estrangeiro pretende fixar-se (definitivamente) no país. Por outro lado, a mesma lei criou o Conselho Nacional de Imigração, presidido por um representante do Ministério do Trabalho e composto por representantes de diferentes ministérios (entre eles o da Justiça, da Ciência e Tecnologia, e das Relações Exteriores), com a atribuição de orientar a política imigratória e estabelecer normas de seleção de imigrantes. Os critérios seletivos referem-se à qualificação profissional, atendendo aos interesses da política nacional de desenvolvimento.

A naturalização, por sua vez, passa por uma longa tramitação burocrática, exigindo, entre outras coisas, quatro anos de residência contínua, prova de exercício de profissão ou da posse de bens para manutenção, atestado de saúde física e mental (oficial), e atestado policial de antecedentes.

Não interessa especificar as outras formas de visto, inclusive de trabalho temporário, e as inúmeras minúcias da lei (e seus 145 artigos) que especialistas consideraram excessivamente detalhista, com exigências descabidas e pouco ágil para orientar e controlar o fluxo de estrangeiros num mundo globalizado.²⁸¹

Além dos pressupostos desenvolvimentistas no delineamento da imigração, a lei dificulta a concessão de visto ao apátrida, por exigir dele a prova oficial de que poderá regressar ao país de residência ou procedência, ou ingressar em outro país. Não há referência direta a outra categoria incômoda – refugiado (ou asilado), objeto de lei específica promulgada na década de 1990 (Lei 9474, de 22 de julho de 1997). Nela, o artigo 1º reconhece como refugiado os perseguidos por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou que fogem de situação generalizada de violação dos direitos humanos, e os que não têm nacionalidade e não podem retornar ao país onde residiam (circunstância que engloba os apátridas). Defende, portanto, a instituição do refúgio, nos princípios do Estatuto dos Refugiados da Convenção de Genebra (1951), do qual o Brasil é signatário. A mesma lei criou o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão situado no Ministério da Justiça, com a competência de analisar os pedidos de refúgio; e estabeleceu os motivos de perda da condição de refugiado – a

281 Cf. BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo.

renúncia, a falsidade dos fundamentos evocados para o reconhecimento da condição de refugiado, o exercício de atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública e a saída do território brasileiro sem autorização do governo. Na realidade, os dados oficiais de 2010 apontam para um número bastante modesto de refugiados acolhidos no Brasil, pouco mais de quatro mil indivíduos, em sua maioria vindos do continente africano. Mesmo depois da promulgação da lei específica, as dificuldades para o reconhecimento (e o acompanhamento) persistiram, conforme assinalado na coletânea organizada por Milesi.²⁸²

O refúgio, portanto, é tratado separadamente da questão migratória, e ainda suscita debates intermináveis. A atual lei de estrangeiros, bastante criticada pelos estudiosos da imigração, trouxe mudanças em relação ao período histórico anterior à sua promulgação: não contém critérios étnicos, raciais ou culturais de exclusão, tampouco os referenciais assimilacionistas herdados do Estado Novo, e não abrange a colonização que, durante mais de um século, dominou a discussão das políticas migratórias. O desaparecimento das referências étnicas e raciais tem relação com o descrédito das teorias racistas na segunda metade do século XX e com a ideia (de viés assimilacionista) de democracia racial brasileira, e sua apologia à mestiçagem, construída como antônimo da tese do branqueamento. No mesmo período, a colonização, concorrendo com a grande agricultura capitalista e a concentração fundiária, foi implementada a partir da migração interna, inclusive de camponeses descendentes de colonos europeus, nas frentes de expansão localizadas na Amazônia e no Mato Grosso. No contexto interno devem ser destacadas as etnicidades e os movimentos sociais que apelam ao reconhecimento das diferenças num sentido multicultural, de certo modo refazendo o ideal de formação nacional. Esse é um ponto importante porque evoca, igualmente, a mudança no perfil dos estrangeiros classificáveis como imigrantes, em sua maioria latino-americanos, vivendo nas cidades, muitas vezes em situação irregular, mas ciosos da sua cultura e nacionalidade.

O ato governamental que acenou com a anistia em 1988 apenas convocou os “clandestinos” a comparecer num posto da Polícia Federal para regularizar sua situação, e obter um registro provisório, com garantia de permanência por dois anos, com possibilidade de prorrogação. Isto ocorreu numa situação mais ampla de recadastramento de estrangeiros, num período em que o Brasil passou à condição de país de emigração. Esses dados indicam alguma flexibilidade em relação à imigração de trabalho, relacionada à globalização, envolvendo principalmente os imigrantes de países fronteiriços, inclusive os da área do Mercosul que possuem facilidade de trânsito através das fronteiras internacionais.

Nem a possibilidade de anistia, que certamente tem por objetivo o controle mais efetivo sobre os estrangeiros que vivem no país, nem a elogiada lei que definiu os mecanismos para a implantação do Estatuto dos Refugiados podem ser percebidas como uma sinalização para mudanças consistentes na atual lei de estrangeiros. Ambas atendem questões pontuais. A imigração continua sendo um “problema” para o Estado, e também para a sociedade, apesar da globalização, da circulação de trabalhadores (qualificados ou não) e das conexões transnacionais, fato evidente na demora da tramitação de projetos de lei de estrangeiros – o primeiro deles encaminhado ao Congresso em 1991. Na observação de Barreto, “a atual lei brasileira de imigração está ultrapas-

282 MILESI, R. (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH; São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

sada, assim como ultrapassado também está o projeto que pretende reformá-la”.²⁸³ De fato, varias associações de imigrantes e entidades da sociedade civil e da Igreja Católica tem criticado a lei em vigor, considerada discriminatória por causa da prerrogativa dada à imigração qualificada em detrimento do imigrante comum, e da manutenção dos princípios de segurança nacional, vigentes durante a ditadura militar. O projeto de 1991 foi modificado, sem alterações importantes, em 2008. Outro projeto de lei de estrangeiros (classificado como uma “lei de migração”), substituindo os anteriores, voltou ao Congresso Nacional em 2009, trazendo mais uma vez à baila a questão imigratória. Desde então vem sendo debatido no próprio Congresso, nos ministérios que controlam a entrada de estrangeiros e em diferentes setores da sociedade interessados no assunto. Apesar dos avanços, a nova proposta também é excessivamente detalhista (sobretudo em relação à permanência, repatriação, deportação e vistos de entrada), difícil de levar à prática num contexto global marcado pelo trânsito intenso de pessoas através das fronteiras internacionais, configurando uma realidade migratória muito heterogênea. Ela contempla a imigração principalmente nos dispositivos sobre os vistos de trabalho e permanente e inclui os direitos humanos entre os norteadores da política migratória junto com os interesses nacionais, sociais, econômicos e culturais, a preservação das instituições democráticas e o fortalecimento das relações internacionais (conforme o artigo 2º do projeto). Aí estão contemplados interesses sujeitos à interpretação que podem ser conflitantes no que diz respeito ao imigrante comum. Por outro lado, permanecem muitas restrições da lei atual, inclusive o privilegiamento da admissão de mão de obra qualificada, especializada, vinculado ao progressismo, a possibilidade de exclusão de pessoas “nocivas” ao interesse nacional e as exigências para naturalização (entre as quais a residência ininterrupta de 10 anos e o bom conhecimento da língua portuguesa). Sob estes aspectos, as coisas pouco mudaram desde a década de 1930, conservando-se anacronismos, dando primazia a uma política migratória de caráter desenvolvimentista.

Considerações finais

Três categorias estão em evidência na configuração da política imigratória do Estado brasileiro desde o início do século XIX: colono, imigrante e estrangeiro. Colono é a palavra-chave ao longo do Brasil Império, com repercussão na República, usada como sinônimo de imigrante por causa da vinculação entre imigração europeia, colonização e civilização. O colono desejado devia pertencer a alguma nacionalidade europeia, e sua diferenciação em relação aos brasileiros, ou nacionais, passa pela noção de “colonização estrangeira” que marcou a legislação pertinente até a virada para o século XX. Os termos imigrante e colono se alternam na contextualização da política imigratória, inclusive no início da República, e ambos têm significado semelhante pois pressupõem a fixação definitiva no país. O termo estrangeiro aparece nos textos legais e nas discussões sobre a imigração, primeiro, de forma intermitente, sobretudo quando referido à naturalização, portanto, à conversão do imigrante em cidadão brasileiro. Regula-se a imigração, o imigrante, especialmente o colono, e a designação “lei de estrangeiros” aparece só depois da Primeira Guerra Mundial, já num contexto caracterizado por po-

283 BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo, p. 67.

líticas restritivas mais severas, principalmente de natureza eugenista e ideológica, conformando uma legislação geral e não apenas a imigração.

A outra característica marcante da política imigratória é a sua vinculação ao povoamento e colonização até a década de 1950. A ênfase no imigrante-colono, porém, não produziu restrições específicas aos demais interessados em se fixar no país, procurando principalmente uma inserção urbana. No entanto, o governo federal, ao passar boa parte da responsabilidade pelo incremento da imigração para os estados, permitiu a concentração de imigrantes no sul, através do regime de colonização implantado nas terras devolutas (coisa que não tinha maior interesse para os governantes de outras regiões), e particularmente em São Paulo, devido à necessidade de mão de obra nas fazendas de café e na indústria em expansão, especialmente depois do fim da escravidão.

A preocupação nacionalista com a assimilação dos alienígenas (termo desqualificador presente na retórica anti-imigrantista) não produziu entraves à imigração europeia, predominante nas estatísticas de entradas até a década de 1950. As restrições de natureza racial e étnica, porém, ficaram evidentes no início da República, sob influência do racismo que, na virada para o século XX, produziu a tese do branqueamento e a seletividade eugenista derivada da suposta superioridade dos brancos. Mesmo assim, o impedimento à indesejada imigração asiática, incluído na primeira lei de imigração da República, foi rapidamente contornado pelos interesses comerciais em relação aos mercados da China e Japão. A assimilação como critério seletivo não aparece diretamente na legislação anterior à década de 1930, apesar de ser temática predominante do nacionalismo. De certo modo reflete-se no regime de cotas aprovado nos textos constitucionais de 1934 e 1937, e nas leis de imigração promulgadas durante o Estado Novo. As cotas permitiam manter a primazia europeia, particularmente das três principais nacionalidades imigradas, consideradas mais próximas do perfil luso-brasileiro da nação. Por outro lado, a persistência do discurso racista oculto pelo eufemismo da etnia e da formação nacional tem relação com o declínio da imigração europeia na década de 1930. Aos poucos, os critérios de exclusão vinculados à raça, etnia e formação nacional (com sua definição assimilacionista) desaparecem do discurso imigrantista, e a miscigenação, presente no sistema de valores nacionalistas desde o século XIX, passa a ser um qualificador (positivo) do caráter nacional, sem as pressuposições contidas na tese do branqueamento. A política de colonização do Estado brasileiro, por sua vez, foi desvinculada da imigração na década de 1960, quando as frentes de expansão agrícola se deslocaram para a Amazônia e o centro-oeste, envolvendo a migração interna.

A atual política do Estado para a migração baseia-se numa lei de estrangeiros bem mais ampla, pautada pela ideia de segurança nacional e por critérios restritivos de natureza econômica e ideológica. E, apesar da existência da legislação específica sobre refugiados, ainda existem dificuldades para o reconhecimento dos apátridas. Finalmente, desde a década de 1980, marcada pela crise econômica, o Brasil tornou-se um país de emigração; ao mesmo tempo, recebeu principalmente imigrantes latino-americanos, africanos e asiáticos. Existem hoje mais brasileiros vivendo no exterior do que imigrantes no Brasil. Isso tem reflexos na discussão da nova lei de estrangeiros, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos, tráfico de pessoas e práticas abusivas advindas da situação irregular dos chamados clandestinos, que afetam também imigrantes brasileiros, dando ensejo ao discurso sobre a reciprocidade na relação dos Estados com aqueles que não são reconhecidos como nacionais ou cidadãos. No entanto, a sucessão

de projetos de lei encaminhados ao Congresso Nacional nas duas últimas décadas, suscitando debates sobre suas (in)conveniências, e sem o resultado prático da promulgação, mostra a persistente preponderância dos “interesses nacionais” sobre os direitos humanos, e o desinteresse, ou indiferença, em relação ao estrangeiro, uma categoria de pessoa que ainda incomoda o princípio de nacionalidade.

Referências

- ARENDDT, H. *The origins of totalitarianism*. 5.ed. Nova York Harcourt Brace, 1973.
- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- ÁVILA, F. B. de. Política imigratória brasileira. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.10, n.111, p. 599-603, 1964.
- BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações Internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 63 -71.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, v.1. São Paulo: Fnuap, 1995.
- CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, 1950.
- CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- CASTRO, M. G.; OLIVEIRA, A. T. Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e Pnads (1980-1998) e algumas leituras da mídia. In: CASTRO, M. G. (Org.). *Migrações internacionais*. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 505-524.
- DIEGUES JUNIOR, M. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: CBPE, 1964.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOUQUET, C. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Centros Culturais 25 de Julho, 1974.
- HOBSBAWM, E. J. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.9, complemento, 1974.
- MAUSS, M. La Nation. In: _____. *Oeuvres*, v.3. Paris: Minuit, 1969.
- MILESI, R. (Org.). *Refugiados: realidade e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH; São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. 4. ed. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília: INL, 1977.
- NEIVA, A. Hehl. O problema imigratório brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano V, n.3, p. 468-591, 1944.
- NICOULIN, M. *La gênese de Nova Friburgo*. 4. Ed. Fribourg: Éditions Universitaires, 1981.
- PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: Fnuap, 1995.

- _____. *Migrações internacionais*. Herança XX, agenda XXI. Campinas: Fnuap; São Paulo: Oficina Editorial, 1996.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio de antropologia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, G. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 165-185, 1991.
- _____. Colonização e conflito. In: SANTOS, José V. T. dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999a. p. 285-330.
- _____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999b. p. 199-228.
- _____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.
- _____. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.). *Porque "raça"?* Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1932.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.

Da etnografia colonial à análise estrutural-dinâmica de um campo de relações interétnicas

José Gabriel Pereira Bastos^{284*}

Uma das manias do nosso tempo é a de explicar os fenómenos importantes através de causas banais. [...] A carcaça da sociedade é tomada pela sociedade viva. Chega-se a uma visão epidérmica do homem que reage, consciente do seu interesse, de suas necessidades ou de sua posição, de maneira a poder adaptar-se às circunstâncias exteriores.

Esse racionalismo emaciado tem por responsável uma vida social sem drama, um individualismo sem liberdade e uma acção indiferente às fugas de uma realidade imprevisível. De fato, o temor da subjetividade e o automatismo das ciências do homem caminham lado a lado. (Serge Moscovici, 1988)

Da etnografia colonial à análise estrutural-dinâmica das relações interétnicas nos países centrais e semiperiféricos do sistema-mundo

A substituição histórica do colonialismo em continentes distantes pela interetnicidade em solo europeu (uma nova forma e etapa de desenvolvimento hierarquizado do sistema-mundo) vem alimentando a reflexão acerca do relativo impasse decorrente da insistência ritualizada em etnografias descritivas, focalizadas em grupos sócio-históricos artificialmente isolados,²⁸⁵ escotomizando a análise da relação com o colonizador e deste com o espaço competitivo do sistema-mundo, características que foram dominantes do projecto predominantemente enciclopédico, gestor e museológico da antropologia colonial.

Ao invés, esta reflexão exige não apenas a retomada do projeto comparativo, já presente nas preocupações científicas da antropologia norte-americana,²⁸⁶ mas uma nova focalização nas relações identitárias e sócio-históricas que grupos imigrantes estabelecem entre si e com o povo receptor (em muitos casos o seu ex-colonizador), num dado campo interétnico em vias de complexificação e dinamização.

O primado dado à análise estrutural-dinâmica das relações inter-étnicas exige igualmente destotalizar a imagem dos grupos sócio-históricos e investigar as relações internas que os estruturam, nomeadamente entre gêneros, gerações e segmentações subétnicas (religiosas, regionais ou faccionais), a partir das quais e em articulação com as quais são

284 * Cursou psicologia social (Ispa, 1971), licenciou-se em ciências antropológicas e etnológicas (ISCSP, 1977), fez estudos pós-graduados em semiótica (1985) e psicanálise (1974, 1991), doutorou-se (1996) e obteve a agregação em antropologia e psicanálise (2001). Lecionou psicanálise na Faculdade de Letras (1975-88), no Ispa (1975-1980) e na FCSH-UNL (antropologia, estudos portugueses, história de arte, 1987-2010). Foi professor visitante na Universidade da Califórnia - Berkeley (2003). Cofundador do Cemme (2000) e do Cria (2008). Investigador na rede de excelência europeia Imiscoe - International Migrations, Integration and Social Cohesion in Europe (2005-2010). Cofundador das revistas *Análise Psicológica* e *Psicologia*. Secretário editorial da *Ariadne* (1983). Coordenador editorial da revista *Ethnologia*, 2ª série, n. 2-14 (1984-2002).

285 AUGÉ, Marc. *Symbole, fonction, histoire*. Les interrotations de l'anthropologie. Paris: Hachette, 1979; BARTH, Fredrick (Edit.). *Ethnic groups and boundaries*. The social organization of culture difference. Prospect Heights: Waveland Press, Inc., 1998.

286 BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, 1934 e MEAD, Margareth. *Sex and temperament in three primitive societies*. Nova York: William Morris & Comp, 1935 e O homem e a mulher. Lisboa: Meridiano, 1970, a WHITING, John; CHILD, Irvin L. *Child training and personality: a cross-cultural study*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1953 e FROMM, Erich; MACCOBY, Michael, *Caráter social de uma aldeia. Um estudo sociopsicanalítico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

configuradas estratégias divergentes de relação interétnica que visam manter, aumentar ou esbater a distância cultural ao país receptor e às restantes minorias presentes no mesmo campo interétnico, mobilizando processos de inserção social diferenciada.

Da metodologia ritualizada a metodologias por objetivos

A reflexão epistemológica conduziu a um ensaio de superação da dicotomia entre métodos qualitativos e métodos quantitativos, passando da sua dicotomização (vista como emblemática da antropologia enquanto disciplina ritualizada) à sua articulação calculada, própria de uma metodologia por objetivos, processada em três fases, correspondentes a três tempos:²⁸⁷ (1) a etnografia comparativa de seis minorias étnicas presentes numa mesma ecologia cultural (na Grande Lisboa), padronizando três níveis de pesquisa: (a) a dinâmica microfamiliar entre sexos e gerações, padronização associada a modos específicos de socialização infantil²⁸⁸ que consideramos fundacional das hierarquias culturais e suas contradições ideológicas, (b) a dinâmica da relação ao mundo religioso, utilizada para reforçar os padrões das relações microfamíliares e comunitárias e para produzir efeitos identitários diversos nas relações interétnicas, e (c) a dinâmica específica das relações interétnicas; (2) a construção, aplicação e análise dos resultados decorrentes de um instrumento de pesquisa construído para o efeito – um *inquérito atitudinal interétnico* (Iaie) –, contemplando aqueles níveis de pesquisa entre si articulados, com base na utilização de um estímulo padronizado (E) constituído por 183 frases recolhidas dos terrenos e da bibliografia disponível, tomando o padrão diferencial de respostas, a nível de cada grupo étnico considerado (R) como uma expressão ‘objetivada’ da cultura relacional de cada minoria (enquanto sistema de valores orientando a gestão dos “perigos” e contradições) e como modelo identitário da distância cultural defendida neste contexto;²⁸⁹ a análise fatorial permitirá finalmente a detecção da organização “invisível” do campo de diversificação interétnica face a um mesmo país ‘hospedeiro’; e (3) o retorno aos terrenos, orientado agora pelas pistas (*cues*) derivadas da análise fatorial, de modo a aprofundar e esclarecer as dinâmicas detectadas (sua gênese, estrutura, economia, função, sentido e valor) nos diferentes níveis de análise e nos seus diversos modos de articulação.

A seleção dos terrenos etnográficos

Na primeira fase, a etnografia múltipla com orientação unificada incidiu sobre uma série de minorias étnicas amplamente diversificada,²⁹⁰ desde minorias recém-chegadas e

287 Projeto de investigação ref. IME/ANT/49893/2003, orientado por Susana Pereira Bastos e José Gabriel Pereira Bastos, com a colaboração de Luis Soczka, Donizete Rodrigues, Ana Evangelista Brinca, Lurdes Nicolau, Ana Costa, Filomena Batoréu, André Clarezza Correia, António Carlos Horta Tavares, Paola Guardini, Elsa Rodrigues, Irene Banze, Nuno Carvalho e Suzano Costa. Agradecemos aos nossos informantes indianos, moçambicanos, cabo-verdianos e portugueses toda a sua disponibilidade.

288 WHITING, John; CHILD, Irvin L. *Child training and personality: a cross-cultural study*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1953.

289 Amostra de N = 310.

290 As seis minorias, duas das quais com amostras subdivididas, surgem codificadas com as seguintes siglas: sikhs (SK), ciganos “tradicionais” (CT), ciganos evangélicos (CE), cabo-verdianos “tradicionais” (CvT), cabo-verdianos católicos (CvC), hindus (H), ismailis (IS) e sunis (SN). Tanto no caso dos portugueses ciganos como no dos cabo-verdianos a conversão praticante a uma igreja organizada cria uma subminorias de elite no interior de etnias com religiosidade não eclesial, “tradicional”, popular, de orientação cristã e com elevado sincretismo, que as igrejas combatem.

sem qualquer contato anterior com a ecologia cultural portuguesa (sikhs, recém-entradados na Europa a partir dos aeroportos alemães), uma série de minorias ex-coloniais de raiz africana, desde cabo-verdianos a minorias de raiz indiana provenientes de Moçambique, religiosamente diversificadas e com uma ampla inserção na ecologia cultural portuguesa (nomeadamente hindus, sunis e ismailis) e, finalmente, os portugueses ciganos, com presença multissecular no Portugal continental. Algumas etnografias estavam em curso universitário há vários anos, outras foram iniciadas para realizar os objetivos desta pesquisa comparativa. Dada a viabilidade, privilegiamos etnografias da comunidade cabo-verdiana realizadas por licenciados cabo-verdianos.

Das hipóteses aos resultados: a detecção dos organizadores de um campo de tensões e estratégias interétnicas

A análise fatorial permitiu a definição de quatro fatores responsáveis pela explicação de 55% da variância total. A explicação da restante variância implicaria a mobilização de mais 13 pequenos fatores, inconsistentes e não totalmente independentes entre si. Como veremos adiante, estes quatro fatores definem três *organizadores de estratégias das relações interétnicas*, implicando (1) *estratégias de grande fechamento e justaposição* (sikhs), (2) *estratégias de inserção dispersiva e conflitual* (cabo-verdianos), com os portugueses ciganos a combinar ambivalentemente essas duas primeiras estratégias e, num quadrante isolado, (3) *estratégias de abertura interétnica* consolidadas internamente pela organização religiosa diferenciada (hindus, sunis e ismailis).

Quadro final da análise fatorial:		
Fund.	. sikhs . sunis	. ciganos neopentecostais . ciganos «tradicionais»
Comun . Abert .	. ismailis . hindus	. RAC . cabo-verdianos «tradicionais» . cv católicos

Dado que todos os grupos estudados se encontram representados em todos os fatores, de forma diversa (não só quantitativa, mas, sobretudo, qualitativamente), as «culturas», as «religiões» e as «etnicidades» podem e devem ser vistas como combinatórias ou conglomerados, não necessariamente coerentes e muito menos «estabilizados» ou «equilibrados», de pretensas «soluções» para contradições estruturais-dinâmicas inerentes às complexidades sociais (entre gêneros, gerações, segmentos, classes, religiões, etnicidades, etc.). Tal fato não impede que (a) a resultante dessa combinatória possa ser representada por um ponto num espaço definido por dois eixos estruturantes; que (b) a colocação desses «pontos identitários» num dos quatro quadrantes, a uma maior ou menor distância de cada um dos quatro fatores permita discernir algo sobre a distância identitária entre os grupos ou segmentos de grupos sócio-históricos, e finalmente, (c) que a articulação entre fatores, quadrantes e grupos neles posicionados permita discernir trajetos identitários mais positivantes (se bem que não isentos de contradições e desequilíbrios internos) de trajetos identitários mais traumáticos.

As distâncias culturais e interétnicas, criando o espaço identitário a partir do qual as relações interétnicas detectadas se estabelecem, serão melhor compreendidas se prestarmos maior atenção à variação posicional interna em cada fator e fornecermos maior espessura aos subfatores detectáveis e à lógica da sua articulação.

Primeiro fator: o fundamentalismo religioso agonístico (Fund)

O primeiro fator, explicando 17,8% da variância, configura uma dada modalidade de organização comunitária baseada na dominação masculina gerontocrática.

Enquanto tal, exige que prestemos atenção à independência de um conjunto de oito itens que uma análise de conteúdo permite agrupar em cinco subfatores: à cabeça, (1) o subfator do *controle masculino, precoce e intimidatório da fecundidade e sexualidade femininas*, combinando os itens 57, 135 e 147; estreitamente associado a este primeiro, surge (2) o *compromisso endogâmico*, materializado no item 99; (3) num terceiro subfator, a *articulação da religião com as relações interétnicas*, convocando os conceitos de «ofensa», «vingança» e «violência» (itens 98 e 62), fornece a *dimensão transcendental da identidade grupal*; (4) um quarto subfator enraíza a interetnicidade no *controle territorial*, ameaçando fragmentar o grupo (item 163); e um último subfator (5) redefine o conceito de «racismo» para caracterizar a *dimensão conflitual das relações intraétnicas fragmentadas* (item 38). Enuncia, assim, que a *fundação do «nós» gerontocrático orientado para a dominação masculina assenta sobre uma tripla violência*: dos homens face às mulheres do grupo (violência de gênero), de cada segmento territorializado face aos outros (violência segmentária) e de todo o grupo face aos «outros», quando ofendido identitariamente (violência religiosa «fundamentalista»).

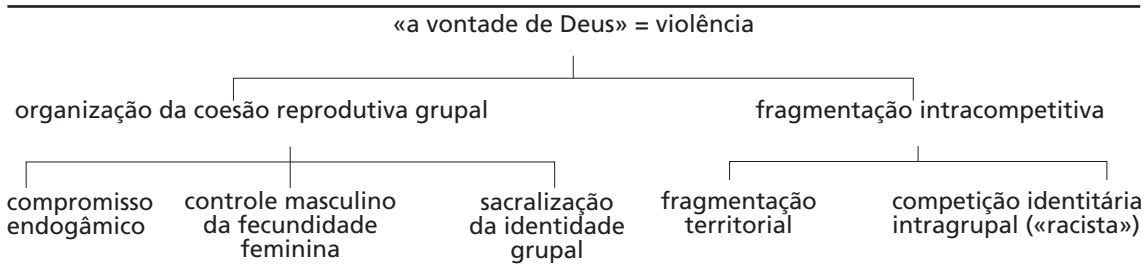
Fator 1 – Fundamentalismo religioso agonístico [Fund]								
Item								Peso
57	«As mulheres têm que ser controladas pelos pais e maridos, para defender a honra dos homens, das famílias e da comunidade»							.866
	SK	CT	CE	SN	H	IS	CvT	CvC
	89,3	81,2	71,3	41,9	17,2	14,8	12,5	11,1
99	«Posso namorar com um/a português/a, mas para casar tem que ser alguém da minha religião/raça/comunidade»							.754
	CT	CE	SK	SN	CvC	CvT	H	IS
	72,7	64,6	53,5	50,0	21,7	11,5	11,5	10,3
98	«Se alguém ofender a minha religião, devo vingar essa ofensa»							.742
	SK	CT	CE	SN	H	IS + CvT	CvC	
	92,9	35,3	29,2	28,6	11,5	10,7	4,0	
163	«Defendo sempre o meu bairro, mesmo contra alguém da minha raça / religião»							.714
	SK	CT	CvT	SN	CvC	H	IS	CE
	96,3	82,7	58,4	56,5	54,6	29,6	21,4	18,7

135	«As raparigas devem casar cedo e por isso não devem estudar muito»							.694
	SK	CE	CT	SN	CvC	H	IS	CvT
	57,1	56,2	36,1	15,7	10,0	7,1	3,4	3,3
147	«Os homens têm sempre a última palavra, às mulheres só resta obedecer»							.560
	SK	CT	CE	SN	H	IS	CvT	CvC
	81,4	76,8	66,7	22,6	22,2	14,3	13,4	6,8
62	«Em certos casos Deus exige que sejamos violentos»							.550
	CT	SK	SN	H	CE	CvT	CvC + IS	
	37,5	28,6	27,6	17,8	8,4	4,0	3,7	
38	«Na minha raça / comunidade há muito racismo até contra pessoas da própria comunidade»							.431
	CT	SK	SN	CvT	CE	H	CvC + IS	
	72,2	69,2	56,7	53,5	52,1	24,1	24,0	

Fundado sobre esta tripla violência, o grupo fecha-se defensivamente sobre si próprio, associa a sua «honra» à endogamia e ao controle das suas mulheres (primeiro pelo grupo, como um todo, face aos grupos «exteriores»; depois por cada homem, face a todos os outros homens do grupo) e estabelece com o seu «exterior» relações diplomáticas tornadas fortemente vulneráveis pela expectativa de «ofensa» proveniente do «exterior», a qual ensombra a dignidade «religiosa» pessoal e grupal.

Sugerimos que a combinação desses três tipos de violência constitui a fundação estrutural-dinâmica da categoria “fundamentalismo”, independentemente da religião (ou “Lei”) a que surge associado (islâmica, cristã, cigana, etc.), e que o “agonismo” está presente como uma condição da manutenção da coesão interna do grupo, da afirmação narcísica da sua “superioridade moral” e da dicotomização sistemática com o campo inter-étnico,²⁹¹ transformando “pequenas diferenças”²⁹² em diferenças radicalizadas, essencializadas como “inultrapassáveis”, pelas quais, *a la limite*, vale a pena matar ou dar a vida.

Fundamentalismo



Enquanto os primeiros três subfatores parecem definir formas de *organização coesiva do grupo* (endogamia, controle reprodutivo das mulheres, retaliação religiosa das ofensas ao grupo / Deus), os dois últimos parecem introduzir uma aparente contradição neste projeto ao enunciar as *dinâmicas de fragmentação territorializada agonística e de*

291 BARTH, Fredrick (Edit.). *Ethnic groups and boundaries*. The social organization of culture difference.

292 FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira da obra psicológica completa de Sigmund Freud*. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

competição inraidentitária «racista», isto é, virada para dentro do próprio grupo. No caso dos sikhs, estas fragmentações estruturadas correspondem a «castas» (como *jats* e *labanas*), enquanto no caso dos ciganos correspondem a «raças» (*razas*).

	CT 58,3	CE 45,8		
Fundamentalismo	SK 66,7		SN 31,5	IS 12,9
			CVT 24,1	CVC 14,8
				H 7,4

Tanto num caso como no outro, estas instituições intermediárias «genealógicas», implicando a longa duração, têm correspondência em enraizamentos territoriais ou em tentativas de controle de territórios,²⁹³ constituindo formas de articulação espaçotemporal e reforçam o investimento grupal, concentrando na luta interna a dinâmica identitária competitiva.

O grupo da série comparativa estudada que mais se identifica com o fator 1 é o dos sikhs, recentemente chegados a Portugal. Predominam os valores patriarcais, a modalidade de construção das noções de masculinidade e de feminilidade implicando a relação de poder afirmada (dos homens sobre as mulheres-esposas e filhas), bem como a insistência de que a honra (*izzat*) dos homens, vulnerável e exigindo constante confirmação, depende do comportamento sexual, matrimonial e familiar das mulheres a que estão ligados. O frequentemente intitulado *complexo honra-vergonha*, associado à *dominação masculina* encontra-se maximizado na visão do mundo dos sikhs entrevistados, sendo também muito relevante no que respeita aos portugueses ciganos.

Na relação da dimensão interétnica com a dimensão religiosa, nos grupos em que predomina a religiosidade não organizada eclesialmente, a conversão religiosa diminui o “fundamentalismo”, tanto no caso dos portugueses ciganos integrados pela Igreja de Filadélfia como no caso dos cabo-verdianos integrados pelo catolicismo eclesial, por comparação com os ciganos e cabo-verdianos “tradicionais”, que continuam a ser majoritários, constituindo o referencial identitário dominante, face ao qual se erguem as novas elites minoritárias, resultantes da conversão. No mundo islâmico, os ismailis ficam próximos dos hindus, no nível mais baixo deste fator, enquanto os sunis apresentam um índice muito superior. A análise das dramáticas bioculturais (de gênero e geracionais) destas últimas minorias permite aceder às variações que permitiram contornar o fundamentalismo e, em parte, a dominação masculina que o define.

293 BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. The blood of Muslims is worthless, after all. Identity debates between Portuguese and British Sunnis in Leicester. *Lusotopie*, v. XIV, n. 1, p. 271-285. Leiden; Boston: Brill, 2007.

Segundo fator: a acusação de racismo (RAC)

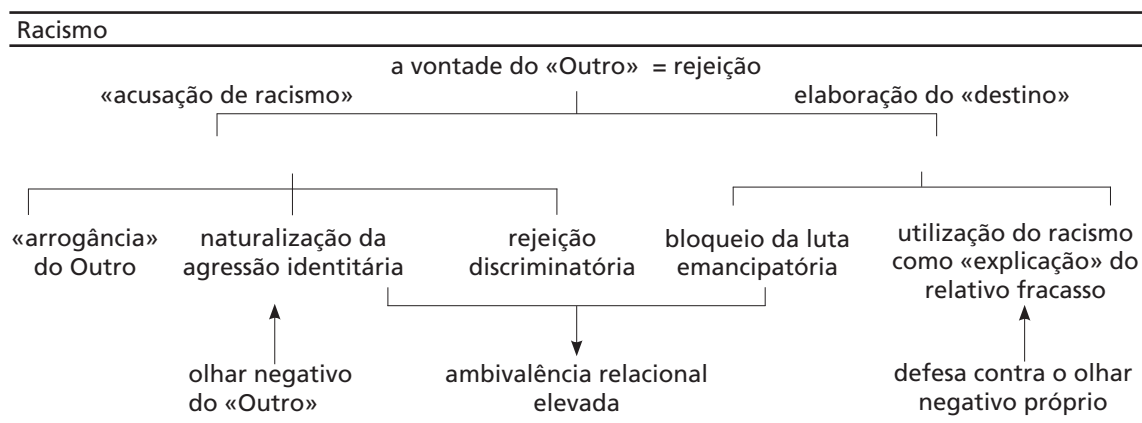
Fator 2 - «A acusação de racismo como racionalização do relativo fracasso do projeto de integração interétnica» [RAC]									
Item									Peso
122	«Porque temos outra cor de pele, eles nunca nos respeitarão»								.873
	CT	CE	CvC	CvT	SN	IS	H	SK	
	60,3	52,1	50,0	37,9	20,0	19,2	18,5	3,6	
30	«Em Portugal, os 'brancos' não gostam de nos ver nos prédios e bairros onde moram»								.795
	CT	CE	CvC	CvT	SK	H	IS	SN	
	87,2	83,3	82,1	70,3	40,7	20,0	14,6	11,5	
109	«Em Portugal, os 'brancos' não gostam que os nossos filhos vão para as escolas deles»								.740
	CT	CvC	CvT	CE	SK	SN	H	IS	
	81,8	70,8	62,9	56,3	14,3	13,7	10,7	0,0	
119	«Só não fomos mais longe porque os 'brancos' guardam para eles as melhores oportunidades»								.735
	CT	CE	SK	CvC	CvT	H	SN	IS	
	83,0	70,2	61,6	62,9	60,0	15,3	13,8	10,0	
126	«Só não fomos mais longe porque há muitas pessoas que são racistas»								.717
	CT	CvC	CvT	CE	IS	H	SK	SN	
	81,8	64,3	33,3	33,3	23,1	22,2	15,4	13,8	
63	«Os portugueses são arrogantes»								.695
	CvT	CT	CvC	IS	SK	SN	H	CE	
	69,2	52,8	38,5	25,0	21,4	20,6	14,8	10,7	
55	«Aprendemos em Portugal a não gostar de política»								.611
	CT	CE	CvT	CvC	SK	SN	IS	H	
	89,1	83,3	29,2	25,9	19,2	16,0	11,5	7,4	

Nos cabo-verdianos, como veremos adiante, o relativamente baixo “fundamentalismo” e a fraca organização religiosa estão associados a formas particulares da organização familiar não gerontocrática, predominantemente “matriarcal” e fundada na erotização relacional e na guerra dos sexos.

No fator 2, surgem agregados estatisticamente sete itens, dotados, no seu conjunto, de independência relativa. Este segundo fator, com quase o mesmo peso do anterior, vem explicar mais 17,1% da variância, fazendo subir a variância acumulada para cerca de 35%. Tal como no caso anterior, estamos perante perspectivas de confrontação interétnica potencialmente violenta, expressivas, no primeiro caso, e inibidas, no segundo, que passa do “binômio honra e vergonha” para a reivindicação do “respeito” que afirmam que lhes é negado neste contexto nacional.

Estamos agora, dir-se-ia, no terreno do fracasso do projeto enunciado pelo fator 1, isto é, do fracasso identitário da «organização fundamentalista da honra dos homens e dos seus grupos» (contraditórios e vulneráveis), nesse contexto de relações interétnicas. Pelo contrário, o «nós», subjacente ao fator 2, que se refugia na acusação de racismo, encontra-se relativamente desestruturado, sem Deus e sem chefes, reduzido a uma pluralidade de sujeitos e de grupos familiares, atingidos pelo corte das relações diplomá-

ticas, pela «falta de respeito» e pela «desonra» intencionais (provenientes dos «Senhores» da Terra) e pela aprendizagem, proveniente da ecologia cultural de inserção, de que não vale a pena ensaiar a retaliação, recriando a força «política» do grupo face aos «outros».



A análise semântica permite discernir o modo como este fator se desdobra em quatro subfatores entre si articulados: um primeiro subfator afirma a «naturalização racial» da quebra do respeito identitário interétnico (item 122); um segundo subfator registra a *rejeição do grupo familiar e dos descendentes, pelos locais*, recusando-lhes a integração (itens 30 e 109); um terceiro subfator mobiliza o *racismo como explicação racionalizante do relativo insucesso do projeto de afluência no contexto interétnico* (itens 119 e 126); um quarto subfator enraíza a causalidade identitária deste padrão traumático na «arrogância» dos integrantes do grupo dominante (item 63); e, finalmente, um quinto subfator registra o bloqueio da organização «política» de uma resposta emancipatória e/ou retaliatória com base grupal organizada (item 55) como efeito da *identificação com a ecologia identitária dominante*.

Acusação de Racismo	CT	CE		
	76,2	47,6	SK	SN + H
			23,8	14,3
	CvC	CvT	IS	
	57,1	52,4	9,5	

A acusação de racismo provém exclusivamente dos portugueses ciganos e dos cabo-verdianos residentes em Portugal, a partir de dinâmicas opostas: os primeiros refugiam-se num fechamento «fundamentalista», de base interfamiliar gerontocrática, baseado no respeito pela Lei Cigana, extremamente rigorosa em questões de honra sexual e comercial, e os últimos, liquidando a tradicional organização do respeito gerontocrático e libertando formas específicas da guerra dos sexos, com tendência à destruição da família heterossexual e à formação de famílias geridas pelas mulheres (mães e suas mães e tias), nas quais convivem crianças de diversos pais, tendencialmente ausentes. A importância dada à liberdade sexual assume, nos homens jovens, a forma donjuanística das

relações seriais múltiplas e da poligamia e, nas jovens mulheres, mesmo casadas, a das saídas com grupos de amigas, que podem acabar em relações eróticas mais ou menos pontuais.

Terceiro fator: o 'comunitarismo etnorreligioso' (Comun)

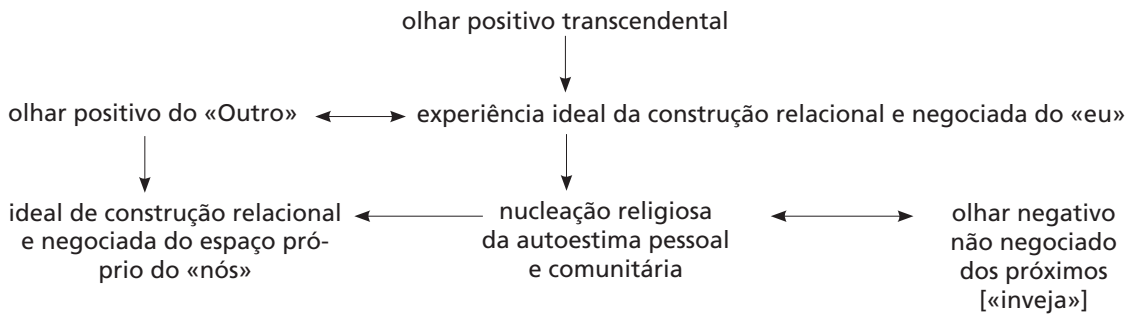
O terceiro fator, opondo-se tensionalmente aos dois primeiros fatores, explica mais 10,2% da variância detectada, a partir da agregação estatística de mais quatro itens.

A análise semântica verifica a relativa autonomia de cada um desses itens, permitindo a detecção de quatro subfatores:

Fator 3 – Comunitarismo religioso [Comun]									
Item									Peso
105	«Quando alguém elogia os da minha raça / religião, sinto-me contente»								.781
	SK + CE + CvT	CT	IS	H	SN	CvC			
	100	98,2	96,6	96,4	93,5	93,1			
137	«A nossa comunidade devia tentar eleger deputados e vereadores que lutassem pelos nossos interesses»								.756
	CT	CE	SK	H	CvC	CvT	SN	IS	
	94,1	89,6	88,4	84,0	81,5	75,8	64,0	36,0	
90	«A religião tem um papel fundamental na minha vida»								.674
	CE	SK	IS	SN	H	Cv6	Cv7	CT	
	97,9	96,4	89,3	83,4	82,1	79,3	69,3	66,1	
14	«Só não fomos mais longe para não suscitar a inveja de familiares e de outras pessoas da comunidade»								.532
	SK	CT	CvC	H	SN	CE	CvT	IS	
	60,7	40,9	33,3	28,6	12,0	10,4	8,6	4,5	

Primeiramente, o reconhecimento da importância do «olhar do outro», reforçador da autoestima, na construção da autoestima pessoal e comunitária, por meio de relações interétnicas positivadas, olhar esse que vem substituir o “olhar do outro” ameaçador, subjacente ao fator 1 (item 105); um segundo subfator aponta para um ideal de investimento político na vida democrática como resultante da abertura de um espaço de negociação (mesmo que imaginário) que vem substituir o fechamento rejeitante do fator 2 (item 137); um terceiro subfator associa estes eventos positivos à «religião» investida pessoalmente, mas com uma dimensão «comunitária» acentuada (mesmo que não congregacional) [item 90]; e, finalmente, um quarto subfator refere em simultâneo um bloqueio já não exógeno mas endógeno – a «inveja» do desenvolvimento pessoal a partir dos familiares e dos outros membros da «comunidade» – e a possibilidade da sua utilização enquanto uma outra racionalização do fracasso relativo dos projetos de individuação e de afluência em contexto interétnico (item 14).

Comunitarismo Religioso Integrativo [Comun]



A dimensão mais relevante introduzida pelo fator 3 parece ser a articulação que estabelece entre o “olhar positivo transcendental” e o reconhecimento da importância do olhar positivo do Outro interétnico na construção da autoestima pessoal e comunitária e na emergência de dinâmicas de integração não passiva e sem qualquer rendição identitária.²⁹⁴

Comunitarismo Religioso	CT + CE 80,0			
	SK 83,3	H 66,7	SN 58,3	IS 50,0
	CVC + CVT 66,7			

Os grupos mais negativizados pela sua construção defensiva ou acusatória (os sikh, os portugueses ciganos e, em muito menor grau, os cabo-verdianos) são os que se reconhecem mais neste modelo de posituação que é o “comunitarismo religioso”, um fator tendencialmente consensual na medida em que é fortemente construído em termos ideais, de modo a anular as contradições internas e inter-interétnicas.

Quarto fator: a ‘abertura interétnica (Abert)

O quarto fator, constituído pela agregação estatística de cinco itens, explica mais 8,4% da variância registrada.

Fator 4 – Abertura social e interétnica [Abert]

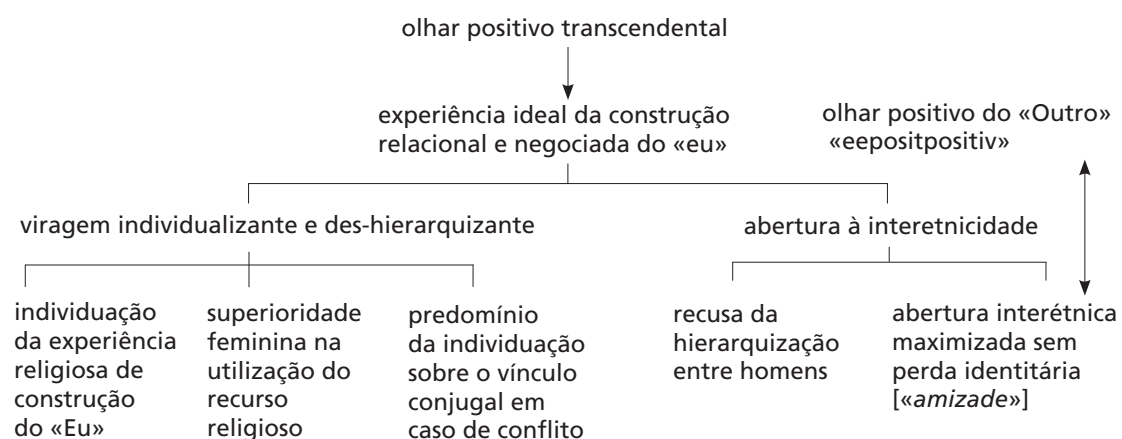
Item	Peso							
22 «Para ser religioso não é preciso ir ao templo»	.655							
	CvT	CT	H	CvC	SN	IS	SK	CE
	86,6	81,2	80,0	68,9	63,3	62,1	57,1	42,5

294 BASTOS, José G. P.; BASTOS, Susana P. What are we talking about when we talk about identity?. In: WESTIN, C. et al. (Edits.). *Identity processes and dynamics in multiethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, Imiscoe series, 2010. p. 311-358.

168	«As mulheres são mais religiosas do que os homens»								.619
	CE	CT	H	SK	CvC	IS	CvT	SN	
	93,7	88,9	85,7	55,5	64,3	44,8	44,0	39,3	
93	«Hoje em dia, o divórcio já não é um grande problema; quando os casais se dão mal, é melhor para todos que se separem»								.597
	IS	CvT	SN	CT	CvC	SK	CE	H	
	89,6	83,9	83,4	80,3	80,0	75,0	62,6	59,2	
23	«Somos uma comunidade sem chefes»								.577
	CT	CvT	SN	SK	CE	Cv6	H	IS	
	71,2	69,3	61,6	46,4	43,8	38,0	31,0	14,3	
138	«A maior parte dos meus amigos são portugueses»								.546
	SN	IS	H	CT	SK	CE	CvT	CvC	
	79,3	75,9	71,4	66,0	65,4	43,7	25,9	16,	

O fator 4, que se situa quase nos antípodas do fator 1, apresenta-se igualmente como resultante da articulação de um conjunto de cinco subfatores: afirmando, primeiro, a independência da experiência religiosa estruturante do sujeito (*self*) face às formas congregacionais da vivência religiosa (item 22); em segundo lugar, afirmando a religião como um *locus* de superioridade feminina e/ou a superioridade das mulheres na utilização dos recursos religiosos (item 168); retirando, em seguida, as mulheres (a sua sexualidade e fecundidade) da alçada do controle masculino, por meio da «naturalização» da dissolução do vínculo conjugal (item 93); associando estas lógicas à recusa da hierarquização intermasculina (item 23); e, finalmente, afirmando a maior abertura à interetnicidade positivada, sem perda da diferença identitária (item 138)

Abertura social e interétnica [Abert]



Novamente aparecem associados a dimensão religiosa (aqui vista como predominantemente feminina, familiar e informal), as relações de gênero (a sexualidade, com relativização da conjugalidade) e as relações interétnicas (sob a forma da abertura substanciada na amizade).

Abertura Interétnica	CT 80,0		CE 53,3
	H 66,7	SN 60,0	IS + SK 53,3
	CVT 60,0		CVC 53,3

A diminuição do peso gerontocrático e da dominação masculina, presente nas noções de que «para ser religioso não é preciso ir ao templo» e de que constituem uma “sociedade sem chefes”, proporciona uma distensão identitária que permite o estabelecimento dessa forma emocional da integração inter-étnica que é a “amizade”.

Torna-se patente que estamos nos antípodas do fator 1: o divórcio surge como uma solução normal para os desentendimentos conjugais; as mulheres são mais religiosas do que os homens, o que lhes dá um ascendente religioso na vida familiar; e a congregação eclesial (que é também uma congregação hierarquizada e gerontocrática de “homens de Deus”) torna-se relativamente irrelevante, falhando a missão de fechamento interétnico.

Tanto no caso dos ciganos evangélicos como no dos cabo-verdianos católicos praticantes, a conversão eclesial aparece manipulada como um mecanismo de fechamento comunitário que se constitui como um obstáculo à abertura interétnica, de uma maneira muito mais acentuada no caso dos ciganos da Igreja de Filadélfia, para quem o divórcio, seguido de um segundo casamento, dentro ou fora da pertença eclesial, é impensável.

Aprofundando a análise estrutural-dinâmica: as diferenciações das dinâmicas familiares, religiosas e interétnicas e respectivas articulações

A nossa investigação comparativa de uma série de seis grupos étnicos ou etnorreligiosos chegados a Portugal num longo intervalo de quase cinco séculos, permitiu-nos detectar a importância das estratégias de auto-organização familiar e religiosa nos processos de inserção social diferenciada que os definem posicionalmente no quadro da sociedade ‘hospedeira’.

A diferenciação das dinâmicas familiares (de gênero e intergeracionais)

No nível das dinâmicas familiares,²⁹⁵ a maior diferenciação pode ser estabelecida, num primeiro patamar, entre (1) grupos gerontocráticos, nos quais o poder das gerações parentais continua a ser muito acentuado, e (2) um único grupo no qual essa hierarquização gerontocrática se esbateu ao longo das últimas gerações, dando origem a uma dinâmica de emancipação das novas gerações. A taxa elevada de gravidez

295 BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. Family dynamics, uses of religion and interethnic relations within the Portuguese cultural ecology. In: GRILLO, Ralph (Edit.). *Debating cultural difference: immigrant families in multicultural Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 135-163.

precoce, a preponderância das uniões de fato, a aceitação ambivalente da liberdade sexual de ambos os sexos, da infidelidade e da poligamia informal, o elevado número de divórcios, a taxa acentuada de famílias monoparentais femininas (frequentemente trigeracionais, com avós ou tias a desempenhar o papel de segundas mães) aproximam esta última dinâmica da evolução registrada no centro do sistema-mundo, nomeadamente nos países norte-europeus,²⁹⁶ mas também em Portugal, a partir da década de 1960.

Por outro lado, num segundo patamar, entre os grupos étnicos ou etnorreligiosos com uma dinâmica gerontocrática subsistente (se bem que atenuada nas gerações mais recentes e/ou em contexto migratório), torna-se saliente a oposição entre (1.1) um *paradigma de poder masculino violento* (crimes de honra, vinganças de sangue, agressão às mulheres, imposição extremada da virgindade, do recato e da fidelidade feminina, mesmo depois da morte do marido, etc.) e (1.2) uma outra dinâmica familiar, com formas transicionais, em que muitos dos valores anteriores são mantidos pela sua assunção feminina, o que faz com que a posição da mulher seja realçada, a partir da *magnificação da figura materna*. Esta magnificação do feminino apresenta variações culturais e religiosas: tanto pode provir da admiração ambivalente e do respeito que o autocontrole sexual feminino provoca e da divinização familiar e religiosa das «mães humanas», que lhe está associado (no caso hindu), como da progressiva aceitação da descoberta «moderna» das enormes capacidades das mulheres na gestão tanto dos interesses familiares, como no mundo dos negócios, com um papel mais complementar do que concorrencial ao dos homens, que mantêm a primazia formal no interior das comunidades (nos ismailis mas também nos sunis de origem indo-moçambicana)

A diversidade de utilização dos recursos religiosos

No nível dos usos sociais da religiosidade, estes grupos apresentam também dinâmicas variadas, desde (1) a identificação com religiões étnicas²⁹⁷ à (2) pertença a religiões internacionais e (3) à busca de compensar o predomínio de formas não organizadas de religiosidade. Esta última dinâmica compensatória usa duas estratégias: (3.1) a criação *ex-nihilo* de igrejas étnicas inseridas em redes religiosas internacionais ou (3.2) a conversão direta a igrejas supraétnicas que, em Portugal, favorecem a aproximação multicultural e os casamentos mistos entre os seus praticantes na medida em que também promovem a endogamia religiosa.

296 LINDO, Flip. A streetcar named desire: lifestyle and identity of street kids in multi-ethnic Rotterdam. In: WESTIN, C. et al. (Edits.). *Identity processes and dynamics in multiethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 73-97.

297 Para os fins deste texto, definimos, para o contexto imigratório europeu, religiões étnicas como religiões que, tanto do ponto de vista da comunidade migrante como do ponto de vista dos hospedeiros, se apresentam como inclusivas, não expansionistas e relativamente homogêneas do ponto de vista da sua «origem» e/ou referência fulcral.

Tipos de Dinâmica Familiar			
		Gerontocrática	Emancipatória
		Poder Masculino 'Fundamentalista'	Ascendente Feminino Materno Guerra dos Sexos
Tipos de Religiosidade			
Comunitarismo Fundado em Religiões Étnicas		Sikhs	Hindus
Comunitarismo Ancorado em Religiões Internacionais		Sunis e Ismailis	
Sobretudo não Organizada ['Católica']	Criação de uma Igreja Étnica	Portugueses Ciganos	
	Conversão a Diversas Igrejas Internacionais	Cabo-Verdianos	

Os dois grupos desde o início detectados como «problemáticos»²⁹⁸ são, nesta série, aqueles que se apresentam com menor auto-organização comunitária (autorrepresentando-se como “comunidades sem chefes”), com uma inserção mais dispersiva (apresentam uma distribuição regional menos concentrada na Grande Lisboa, e têm um máximo de casamentos mistos), e são também aqueles que se inserem na dinâmica de busca de conversão a fim de promover uma maior integração, a partir de organizações religiosas preexistentes (no caso dos cabo-verdianos, os católicos, mas também a Igreja do Nazareno e igrejas evangélicas) ou de uma igreja étnica criada para o efeito (como é o caso da Igreja de Filadélfia, enquanto «Igreja Cigana»). Com uma diferença maior: a integração religiosa dos ciganos numa igreja étnica, embora visando alterar costumes sobretudo na área da agressividade intragrupal e no recurso ao álcool, às drogas (tanto no consumo como no tráfico) e à violência familiar sobre as mulheres, tende a acentuar o controle sobre a sexualidade feminina juvenil; em contrapartida, a conversão religiosa dos cabo-verdianos tem como principal objectivo promover o autocontrole da sexualidade extra-conjugal, nomeadamente masculina (com abandono do donjuanismo e da poligamia informal usada como marcadores da virilidade), bem como o restabelecimento de dinâmicas familiares caracterizadas pela dominação masculina religiosamente ratificada, esperando da recomposição familiar o fim da delinquência e da «imoralidade» juvenil que preocupam muitos cabo-verdianos, enquanto comunidade imaginada.²⁹⁹

No nível das relações interétnicas, o aumento da autoestima grupal dos convertidos, nomeadamente no caso dos ciganos, parece orientado para a máxima abertura ao mundo dos *gadjés* (embora sem cedências em pontos fulcrais, como a educação das jovens), acompanhado da sua distanciação superiorizante em relação à grande massa de ciganos com uma religiosidade não organizada interétnica; por sua vez, no caso dos cabo-verdianos, nomeadamente dos católicos praticantes, parece caracterizar-se por uma fantasia de liderança política dos restantes compatriotas, em nome do aumento da acusação

298 BASTOS, José G. P.; BASTOS, Susana P. *Portugal multicultural*. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas. Lisboa: Fim de Século, 1999.

299 ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Reflexions on the origin and spread of nationalism (revised edition). Londres; Nova York: Verso, 2000.

de racismo proferida contra os seus hospedeiros, mediante uma dinâmica ambivalente que tende a reforçar a distanciação inter-étnica. Em ambos os casos, trata-se, na prática, da *criação de elites étnicas* as quais, utilizando estratégias diferentes, apostam num projecto de recomunitarização viabilizador de processos de integração ascendente sem assimilação,³⁰⁰ procurando, dessa forma, inverter a dinâmica de inserção descendente ou «problemática» até aqui registada nos seus estratos mais desfavorecidos e desorganizados comunitariamente.

Tomando em consideração a influência da ecologia cultural portuguesa sobre as suas minorias étnicas

Muito embora não possamos abordar neste artigo, de forma aprofundada, a questão dos efeitos das ecologias culturais 'hospedeiras' sobre os grupos étnicos migrantes que se inserem no seu interior, esta variável não deve ser escamoteada. Tanto mais que têm vindo a ser compilados dados de investigação que acentuam quer (1) a especificidade identitária do caso português no interior do mundo europeu, nomeadamente católico ou mediterrânico,³⁰¹ quer (2) a aproximação cultural das minorias «portuguesas» a dinâmicas e valores idealizados em Portugal e o seu respectivo afastamento em relação às dinâmicas interétnicas centradas em valores confrontacionais e de hierarquização civilizacional³⁰² mais determinantes em alguns contextos do centro do sistema mundo, predominantemente anglo-americano.

Considerando a influência das minorias étnicas nos debates identitários dos portugueses

Como vimos, o "racismo" dos portugueses, embora tenda a ser "naturalizado" por aqueles que produzem a acusação de racismo, não é afirmado por nenhuma das minorias de raiz indiana (que reconhecem a força paralisante de um "racismo" interno, baseado na inveja) e provém das minorias mais dispersivas e fragmentadas internamente, as quais se apresentam como "sociedades sem chefes, muito focadas na honra viril tendencialmente confrontacional, estando associadas a elevados níveis de criminalidade. Mesmo entre os portugueses ciganos, a acusação de racismo directamente assumida desce quase 50 pontos percentuais dos ciganos "tradicionais" para os ciganos evangélicos (de 81,8% para 33,3%) e torna-se minoritária nestes últimos, quando quantificamos o fator e não cada item que o compõe (diminuindo mais de 30 pontos percentuais, de 76,2 % para 47,6%).

300 PORTES, Alejandro. *Migrações internacionais*. Origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 2001.

301 BASTOS, José G. P. *Portugal europeu*. Estratégias identitárias dos portugueses. Oeiras: Celta, 2000; Portugal in Europe – The inter-national identity strategies of the Portuguese. In: BELTRÁN, Luis; MAESTRO, Javier; SALO-LEE, Liisa (Edits.). *European peripheries in interaction*. The Nordic countries and the Iberian Peninsula. Alcalá: Alcalá University Press, 2002. p. 223-247.

302 BASTOS, José G. P.; BASTOS, Susana P. *Portugal multicultural*. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas; BASTOS, José G. P. *Portugal europeu*. Estratégias identitárias dos portugueses; BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. *De Moçambique a Portugal*. Reinterpretações identitárias do hinduísmo em viagem. Lisboa: Fundação Oriente, Coleção Orientália, 2001; BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. Our colonisers were better than yours: Identity debates in greater London. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Sussex, v. 35, n. 1, p. 79-98, 2005; BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. The blood of Muslims is worthless, after all. Identity debates between Portuguese and British Sunnis in Leicester. *Lusotopie*, Leiden; Boston: Brill, v. XIV, n. 1, p. 271-285, 2007.

Esta recusa de se autoatribuir um “racismo” que lhe seja próprio, e a sua projecção sobre os norte-europeus, surge extremada na nossa investigação anterior³⁰³ e constitui o foco dos debates identitários que se estabelecem no interior da ecologia identitária britânica, quando os *portuguese indians* de Londres se confrontam identitariamente com os seus congêneres das ex-colônias britânicas, num jogo de acusações simetrizadas,³⁰⁴ ou os sunis de origem luso-indo-moçambicana se confrontam com os sunitas provenientes das colônias britânicas da costa oriental de África, mais a norte, em Leicester.³⁰⁵ Tanto os hindus como os sunis vindos de Moçambique para Lisboa, nas décadas de 1970 e 1980, no rescaldo da descolonização, e que começaram a reemigrar aos milhares para a Grã-Bretanha, na década de 1990 (devido à falta de trabalho em Portugal e à melhor proteção aos idosos nas áreas da saúde e dos apoios sociais) insistem, praticamente sem exceção, que os seus Outros indo-britânicos incorporaram a frieza e o racismo que atribuem aos ingleses, aprendido nas colônias e reforçados em Inglaterra, afirmando de si que eles aprenderam com os portugueses a serem muito menos rígidos ou hipócritas (no campo religioso), autocaracterizando-se por serem muito mais sociáveis, descontraídos, desritualizados, tolerantes e abertos, por vezes de forma provocatória (no caso dos sunis), o que é reconhecido com espanto por autoridades religiosas dos sunis britânicos.

Reverendo a acusação de racismo entre outras explicações do relativo fracasso do projeto de afluência e integração

Nesta investigação, consideramos a “acusação” um dos principais mecanismos de defesa identitária, nomeadamente no nível intergrupalo historicamente hierarquizado, ao ponto que o trabalho de terreno permite verificar que, nos casos “problemáticos” (do ponto de vista do país “receptor”), as relações que tendem a desembocar em impasses interétnicos acabam por reduzir-se a acusações simetrizadas.

Para enquadrar a acusação de racismo num quadro analítico mais vasto, incluímos, desde o início, na série de 183 itens que integravam o nosso instrumento de pesquisa,³⁰⁶ diversas séries de perguntas unidas por uma dada problematização, entre as quais, a série de sete itens que investigava a variabilidade das explicações para o relativo insucesso do projeto de afluência e de integração interétnica “*só não fomos mais longe porque / para*”). Destes sete itens, a análise fatorial apenas reteve três (o 75, o 119 e o 126, estes últimos no fator 2).

303 BASTOS, José G. P. *Portugal europeu*. Estratégias identitárias dos portugueses; BASTOS, José G. P. Portugal in Europe – The inter-national identity strategies of the Portuguese. Numa amostra representativa à escala nacional (continental), composta por 1.034 portugueses, estes, podendo escolher entre 98 características para definir os perfis identitários de “portugueses”, “espanhóis” e “norte-europeus”, atribuíram o “racismo” aos norte-europeus, em posição de grande destaque (na 7ª posição, lado a lado com outras negatividades de caráter e políticas, como “serem” “frios” (1º), mas, mais do que isso, “arrogantes” (11º), “agressivos” (16º) e “capazes de explorar outras pessoas” (22º), e só atribuíram o “racismo” a si, enquanto grupo nacional, em penúltimo lugar (97º), apenas acima de “arrogante”, que fechava a hierarquização produzida pela amostra. Obviamente, não se trata de “fatos” ou de “verdades” mas de construções identitárias que permitem posicionar os portugueses, sem força económica ou militar, de uma forma mais vantajosa neste campo propício a cada povo, porque lhe permite construir uma imagem positivada de si e uma representação negativa dos seus competidores identitários.

304 BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. *De Moçambique a Portugal*. Reinterpretações identitárias do hinduísmo em viagem; BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. Our colonisers were better than yours: Identity debates in greater London.

305 BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. The blood of Muslims is worthless, after all. Identity debates between Portuguese and British Sunnis in Leicester.

306 BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. *Filhos diferentes de deuses diferentes*. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica. Lisboa: Observatório da Emigração, 2006. p. 275-291.

A retomada dos 183 itens e das séries que os integram permite dar um novo enquadramento à acusação de racismo, dividindo a amostra em dois blocos: os que a fazem de um modo relevante, no item 126 (ciganos “tradicionais” e cabo-verdianos católicos), os que sem a fazer majoritariamente a afirmam indiretamente, como um racismo institucional, mais sutil, no item 119 (os dois grupos de ciganos, os dois subgrupos de cabo-verdianos e os sikh) e os que não a fazem significativamente, parecendo até descurá-la ou negá-la, sunis, hindus e ismailis (de raiz indo-moçambicana).

Item									
14	Só não fomos mais longe para não suscitar a inveja de familiares e doutras pessoas da comunidade	SK	CT	CvC	H	SN	CE	CvT	IS
		60,7	40,9	33,3	28,6	12,0	10,4	8,6	4,5
17	Só não fomos mais longe porque não tivemos sorte	H	CT	CE	SK	CvC	IS	CvT	SN
		83,4	79,7	60,4	44,4	43,4	38,5	38,5	20,0
24	Só não fomos mais longe porque não tivemos suficiente fé em Deus	CE	CvC	H	IS	CvT	SN	CT	SK
		66,0	45,4	39,3	36,4	32,0	30,7	28,8	22,2
52	Só não fomos mais longe porque não tínhamos capital para investir	CE	SK	CT	H	CvC	IS	CvT	SN
		91,6	89,3	85,7	82,2	69,5	42,9	37,5	33,3
75	Só não fomos mais longe para não provocar a inveja dos outros portugueses	CT	H	SK	Cv6	SN	IS	CE	CvT
		35,3	18,5	17,8	15,0	7,7	4,5	4,2	0
119	Só não fomos mais longe porque os ‘brancos’ guardam para eles as melhores oportunidades	CT	CE	CvC	SK	CvT	H	SN	IS
		83,0	70,2	62,9	61,6	60,0	15,3	13,8	10,0
126	Só não fomos mais longe porque há muitas pessoas que são racistas	CT	CvC	CvT + CE	IS	H	SK	SN	
		81,8	63,3	33,3	23,1	22,2	15,4	13,8	

Na amostra, as explicações mais aceites para o relativo insucesso são uma *explicação socioeconómica*, a «falta de capital para investir» (91,6%), seguida da *explicação socio-relacional* interétnica – a discriminação e o racismo (83% e 81,8%) e de uma *explicação metafísica* – a falta de sorte (83,4%). A *explicação religiosa* – pela «falta de fé em Deus» (66,0%) – e a *explicação diplomática* intraétnica – pela vontade de não provocar a inveja de familiares e outros membros da comunidade (60,6%) são ainda explicações maioritárias. A preocupação com a reacção dos portugueses ao facto de se poderem ver ultrapassados (35,3%) não surge como uma explicação do relativo fracasso.

Quando os hindus aceitam um relativo fracasso do projecto de afluência, diferenciam-se culturalmente dos restantes grupos atribuindo-o à “falta de sorte” (83,4%) tanto ou mais do que à “falta de capital para investir” (82,2%). Em nenhum caso os sunis e os ismailis (os dois subgrupos islâmicos) afirmam majoritariamente qualquer explicação deste tipo, provavelmente porque não consideram que exista esse relativo insucesso, o que os torna o maior caso de sucesso na afluência e na integração interétnica, iniciada ainda em Moçambique.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Reflexions on the origin and spread of nationalism (revised edition). Londres; Nova York: Verso, 2000.
- AUGÉ, Marc. *Symbole, fonction, histoire*. Les intérotations de l'anthropologie. Paris: Hachette, 1979.
- BARTH, Fredrick (Edit.). *Ethnic groups and boundaries*. The social organization of culture difference. Prospect Heights: Waveland Press, Inc., 1998.
- BASTOS, José G. P. *Portugal europeu. Estratégias identitárias dos portugueses*. Oeiras: Celta, 2000.
- _____. Portugal in Europe – The inter-national identity strategies of the Portuguese. In: BELTRÁN, Luis; MAESTRO, Javier; SALO-LEE, Liisa (Edits.). *European peripheries in interaction*. The Nordic countries and the Iberian Peninsula. Alcala: Alcala University Press, 2002. p. 223-247.
- _____. «Eles são como nós precisamos que eles sejam para nos vermos como nos vemos»: vicissitudes identitárias nas relações interétnicas. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa: FCSH, n. 18, p. 83-111, 2006.
- _____. A questão cigana. In: _____ (Org.). *Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Colibri; Cemme/ Cria, 2012. p. 7-25 e 337-389.
- _____. Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos?. In: MONTENEGRO, Mirna (Org.). *Ciganos e cidadania(s)*. Setúbal: ICE, 2007. p. 61-96.
- _____ et al. *Sintrenses ciganos: uma abordagem estrutural-dinâmica*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2007.
- BASTOS, José G. P.; BASTOS, Susana P. *Portugal multicultural*. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas. Lisboa: Fim de Século, 1999.
- _____; _____. Gypsies (ciganos) in Portugal, to-day. In: TÓTH, H. (Edit.). *Kisebbségek Európában 2000 (Minorities in Europe 2000)*. Pécs: Pécsi Tudományegyetem, 2000. p. 99-113.
- _____; _____. What are we talking about when we talk about identity?. In: WESTIN, C. et al. (Edits.). *Identity processes and dynamics in multiethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, Imiscoe series, 2010. p. 311-358.
- BASTOS, Susana P.; BASTOS, José G. P. Diu, Mozambique et Lisbonne. Histoire sociale et stratégies identitaires dans la diaspora des Hindous-gujaratis. *Lusotopie 2000*, Paris: Karthala/CNRS, 2000. p. 399-421.
- _____; _____. *De Moçambique a Portugal*. Reinterpretações identitárias do hinduísmo em viagem. Lisboa: Fundação Oriente, Coleção Orientália, 2001.
- _____; _____. "Our colonisers were better than yours": Identity debates in greater London. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Sussex, v. 35, n. 1, p. 79-98, 2005.
- _____; _____. *Filhos diferentes de deuses diferentes*. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica. Lisboa: Observatório da Emigração / Acime, 2006.
- _____; _____. The blood of Muslims is worthless, after all. Identity debates between Portuguese and British Sunnis in Leicester. *Lusotopie*, Leiden; Boston: Brill, v. XIV, n. 1, p. 271-285, 2007.
- _____; _____. 'Family dynamics, uses of religion and interethnic relations within the Portuguese cultural ecology',. In: GRILLO, Ralph Grillo, (Edit.). *Debating cultural difference: immigrant families in multicultural Europe family*, Imiscoe Series, Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008. p. 135-163.

- BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil, sem data.
- FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira da obra psicológica completa de Sigmund Freud*. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FROMM, Erich; MACCOBY, Michael, *Carácter social de uma aldeia*. Um estudo sociopsicanalítico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- LINDO, Flip. A streetcar named desire: lifestyle and identity of street kids in multi-ethnic Rotterdam. In: WESTIN, C. *et al.* (Edits.). *Identity processes and dynamics in multiethnic Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, Imiscoe series, 2010. p. 73-97.
- MEAD, Margareth. *Sex and temperament in three primitive societies*. Nova York: William Morris & Comp, 1935.
- _____. *O homem e a mulher*. Lisboa: Meridiano, 1970.
- PORTES, Alejandro. *Migrações internacionais*. Origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 2001.
- WHITING, John; CHILD, Irvin L. *Child training and personality: a cross-cultural study*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1953.

As etnopaisagens e a negociação do pertencimento na cidade contemporânea: da praça Kantuta ao corredor da Central

Sofia Zanforlin^{307*}

Este texto representa uma síntese da tese de doutorado intitulada “Etnicidade, migração e comunicação: etnopaisagens transculturais e a negociação de pertencimentos” defendida na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2011. A pesquisa teve como objetivo compreender como se dão os processos de negociação do pertencimento por parte dos grupos migrantes recém-estabelecidos no Brasil. Se, no passado, o pertencimento de imigrantes era negociado a partir do viés da assimilação, hoje, os grupos preferem reiterar sua cultura e seus laços originais, num processo constante de negociação e interlocução com a cultura do local, constituidor de suas novas vidas. Assim, a interculturalidade se conduz como um princípio norteador dos novos grupos de migrantes, ampliando os usos do termo, que assim ultrapassa os aspectos culturais e identitários, abrangendo também os políticos e relacionados à cidadania.

O Brasil, à medida que avança econômica e politicamente na esfera de influência global, adquire visibilidade e passa a povoar o imaginário de pessoas desejosas de prosperar em suas vidas. Desse modo, a migração passa a se constituir como uma possibilidade cada vez mais comum. Concentramos nosso foco nos fluxos de migrantes que mais chegam ao Brasil, atualmente, os latino-americanos e os africanos, mais precisamente, bolivianos, angolanos e congolese.

A relação de negociação do pertencimento nessas comunidades está definitivamente atrelada a uma sociabilidade desenvolvida no encontro, no contato, na conversa, em que as etnopaisagens se confirmam como o lugar de troca e construção de redes e contatos entre conterrâneos e a sociedade na qual procuram se inserir. Nesse caso, nos concentramos na feira realizada na praça Kantuta, em São Paulo, reduto da comunidade boliviana, e no corredor da Central, no Rio de Janeiro, ponto de encontro dos migrantes africanos.

Num mundo em constante movimento, observa-se que é cada vez mais comum a elaboração do que Appadurai³⁰⁸ denomina de esferas públicas de diáspora, que, por sua vez, seriam as responsáveis pela formação de etnopaisagens nas mais diversas cidades globais, reconfigurando e complexificando a interação no local. Por sua vez, a migração deve ser entendida como um processo que se inicia ainda no lugar de origem e que envolve, para confecção do projeto de migrar, um variado leque de informações. É importante destacar que esta coleta de informações se dá tanto por meio da mídia factual como também por meio da produção cultural, na forma de filmes, telenovelas,

307 *Professora da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

308 APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

literatura ou mesmo de relatos fomentados entre as trocas dialógicas entre os que partiram e os que ficaram.

Queremos pensar como são construídas e sobre quais parâmetros se estabelecem a formação de comunidades e como se dão as novas reivindicações a respeito de direitos e desejos na relação entre migrante, estrangeiro e cidadão, em que se detecta a participação cada vez mais irrevogável das comunicações de massa. Sem dúvida, as trocas informacionais entre pessoas que já se estabeleceram no lugar em que outros desejam ir e notícias produzidas pela mídia e pelos produtos culturais se somam para a construção de um contexto imaginativo que corrobora as expectativas e apostas sobre o novo lugar. Enfim, o pertencimento, para ser bem-sucedido, requer um longo caminho de esforços, sofrimentos e angústias. E esse caminho se dá sempre entre fronteiras culturais, identitárias, políticas e estéticas. É por entre fronteiras, por vezes fixas, por outras mais maleáveis, que este artigo pretende caminhar.

Entendendo as etnopaisagens e sua relação com a cidade contemporânea

Appadurai³⁰⁹ considera que a migração, voluntária ou forçada, deve ser estudada no contexto atual “em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações mediatizados” e, dessa forma, fomentada pelo “imaginário midiático que transcende o espaço nacional”, o que possibilitaria a criação de “esferas públicas de diáspora”. Essas esferas, embora estejam situadas dentro de um território, de um país, mantêm uma dinâmica de contato para além do território nacional, constituindo-se como uma comunidade de troca e informação dentro do espaço fluido e dinâmico da internet, por exemplo. É com base nesses argumentos que decidimos adotar a noção de etnopaisagens transculturais para tentar compreender como as esferas públicas de diáspora tomam forma na dinâmica cultural da vida urbana.

A “paisagem como sufixo” partiria do pressuposto de que é necessária a adoção de novas nomenclaturas para tentar dar conta da mudança inexorável na forma de compreender a complexidade das relações entre economia, cultura e política, isto é, a mistura dos diferentes atores e de seus campos de atuação: os Estados-nações, as empresas transnacionais, as comunidades de diáspora e as correlações com campos mais tradicionais, como vilas, bairros, famílias, cidades e países. São novas expectativas em negociação com tradicionais modos de vida. Negociações estas nem sempre sutis ou em condições de igualdade. E que, por isso mesmo, estabelecem novos parâmetros de medição sobre o que constitui e estabelece o real contemporâneo. Portanto, a adoção do neologismo “etnopaisagens”, criado por Appadurai, se justifica a partir da concordância com sua premissa de que o cotidiano contemporâneo é constituído pelo deslocamento “de turistas, migrantes, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos e indivíduos em movimento [...] que parecem afetar a política das nações (e entre as nações) a um grau sem precedentes”:

Não quero com isto dizer que não haja comunidades e redes de parentesco, amizade, trabalho e lazer, bem como de nascimento, residências e outras formas de filiação relativamente estáveis. Quero dizer que por toda a parte o tecido destas estabilidades é

309 Ibid., p. 18.

feito no tear dos movimentos humanos, à medida que aumenta o número de pessoas e grupos que têm de enfrentar a realidade de terem de se deslocar ou as fantasias de quererem deslocar-se.³¹⁰

Já a adoção de *etnocomo* prefixo designaria a própria questão em torno da identidade e do culturalismo, ou seja, da cultura como identidade de grupo baseada na diferença, da cultura como locus de negociação pelo direito de expressar e vivenciar a política, a estética e a economia das diferentes identidades de grupo, uma vez que “o culturalismo é a forma a que as diferenças culturais tendem a assumir na era da comunicação de massas, da migração e da globalização”.³¹¹ Ou, como assinala Hall:

I want to argue that ethnicity is what we all require in order to think the relationship between identity and difference. There is no way, it seems to me, in which people can act, can speak, can create, can come in from the margins to talk, can begin to reflect on their own experience unless they come from some place, they come from some history, they inherit certain cultural traditions. What we've learned about the theory of enunciation is there's no enunciation without positionality. You have to position yourself somewhere in order to say anything at all. Thus, we cannot do without that sense of our own positioning that is connoted by the term ethnicity. And the relation that peoples of the world now have to their own past is, of course, part of the discovery of their own ethnicity.³¹²

Assim, a etnicidade localiza e organiza a identidade de grupo ao mesmo tempo em que uniformiza o discurso em torno de posicionamentos e reivindicações. Hall chama atenção para as “novas etnicidades”, ou “eticidades emergentes”, as quais, ao mesmo tempo em que se relacionam com o passado – na forma de narrativas, costumes, ritos, tradições que dão coesão ao grupo ou comunidade – também falam para o resto do mundo, “they are not prepared to be ethnic archivists for the rest of their lives. They are not prepared to have something to say of marginalization forever”,³¹³ e assim se compreende a necessidade de transformar o tom do discurso, e é onde a cultura se afirma como a melhor estratégia de acesso, visibilidade e de representação. Dessa forma, os grupos não estariam nem presos ao passado nem aptos para esquecê-lo: nem os mesmos, nem completamente diferentes. Identidade e diferença passam a ser relacionais e constitutivas da realidade contemporânea.

Por outro lado, como aponta Hall, “at one and the same time, people feel part of the world and part of their village. They have neighborhood identities and they are citizens of the world. [...] The universe is coming”.³¹⁴ Segundo esse pensamento, passamos a ter identidades globais, porque estamos cada vez mais conectados globalmente, somos

310 Ibid., p. 51.

311 Ibid., p. 30.

312 HALL, Stuart. *Ethnicity: identity and difference*. Amherst: Hampshire College, 1989. p. 25.

Quero argumentar que a etnia é o que todos necessitam para pensar a relação entre identidade e diferença. Não há nenhuma maneira, parece-me, em que as pessoas possam agir, falar, criar, possam vir a partir das margens de falar, possam começar a refletir sobre sua própria experiência, a menos que venham de algum lugar, de alguma história, que herdem certas tradições culturais. O que aprendemos sobre a teoria da enunciação é que não há enunciação sem posicionalidade. Você tem que se posicionar em algum lugar, para dizer alguma coisa. Assim, não podemos agir sem esse senso de nosso próprio posicionamento, que é conotado pelo termo etnia. E a relação que os povos do mundo têm agora com seu próprio passado, é claro, parte da descoberta de sua própria etnia (Esta e as demais traduções são livres).

313 Ibid., p. 25. Eles não estão preparados para serem arquivistas étnicos pelo resto de suas vidas. Não estão preparados para terem algo a dizer sobre marginalização para sempre.

314 Ibid., p. 22. A um e ao mesmo tempo, as pessoas se sentem parte do mundo e da sua aldeia. Elas têm identidades de bairro e são cidadãos do mundo. [...] O universo está chegando.

interpelados por notícias, modos de vida, estilo e consumo cosmopolitas e, por outro lado, podemos conhecer-nos, porque também somos parte de uma comunidade e levamos nossos traços e costumes para onde quer que estejamos nos contatos interculturais. Desse modo, o global e o local passam a coexistir também de forma relacional.

Da mesma maneira, esses múltiplos pertencimentos, locais e globais, passam a coexistir em espaços cada vez mais diversos, onde somos capazes de conviver, reconhecer e apontar a diferença, a alteridade, num entrelaçamento intercultural. Uma vez que o processo de desterritorialização vem acompanhado do de reterritorialização,³¹⁵ fomos, durante o andamento do artigo, obrigados a considerar a necessidade da recriação de um espaço no processo de negociação de novos pertencimentos. Assim é que as etno-paisagens se constituem como pontos nodais desse movimento, no qual não se pode destacar a participação das comunicações massivas como mediadores dessa costura.

Apresentando a praça Kantuta

A praça Kantuta é administrada pela “Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento”, e é sustentada pelos próprios feirantes. Antes dali, a comunidade se reunia nas proximidades do bairro do Pari, em uma rua sem saída, nos arredores de outra praça, a Padre Bento. A música alta, vinda de um número de pessoas cada vez maior, além dos problemas que passavam a causar esses encontros, como brigas e bebedeiras, fizeram com que os vizinhos formalizassem, junto à prefeitura, por meio de um abaixo-assinado, o pedido de impedimento da realização dos encontros.

A intervenção de um político foi capital para levar à prefeitura o desejo da comunidade de encontrar um espaço próprio para esses encontros. “Não queremos que vocês não tenham mais onde se encontrar, mas queremos dar-lhes um espaço”, conta Dom Carlos, presidente da Associação Cultural da Kantuta, em depoimento de outubro de 2009. Esse relato chama a atenção para dois fatores: o primeiro revela o incômodo que a presença estrangeira e a manifestação de seus costumes e marcas culturais passam a causar na população local, a tensão entre os estabelecidos e os estrangeiros, ainda mais quando esse “outro” carrega consigo marcas étnicas entremeadas por estereótipos e ignorâncias; o segundo é, quem sabe, mais otimista, uma vez que expressa um cuidado por parte da prefeitura da cidade à época, ao não fechar os olhos aos apelos e à necessidade de um espaço para a comunidade boliviana crescente em São Paulo.

Alguns estranhamentos já foram constatados na cidade, ainda que de forma circunstancial e localizada. Um deles foi a transferência dos bolivianos da praça Padre Bento, no Pari, para um outro local, num bairro vizinho, o Canindé, no ano de 2002. Esse novo local foi denominado por esses imigrantes praça Kantuta, nome de uma flor do Altiplano. Essa praça se transforma todos os domingos num “pedaço” boliviano em São Paulo, pois nesse local é estabelecida uma multiplicidade de relações, sejam elas de ordem comercial, gastronômica, artística, de oferta de trabalho e de outros serviços, como corte de cabelo, fotografia, entre outros.³¹⁶

315 COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2010.

316 SILVA, Sidney A. da. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

Dom Carlos conta que vários passeios em uma van da prefeitura foram feitos pelas regiões da cidade onde se concentra a comunidade boliviana trabalhadora de oficinas de costura, como Brás, Pari, Bom Retiro, em busca de lugares, até encontrarem esta praça, situada no bairro do Canindé, à altura das ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias, região de trabalho durante a semana e erma durante o fim de semana. Lugar perfeito para não serem incomodados nem incomodarem a população local. Entre o esconderijo e a presença oficializada desde 2002, passa a existir a praça Kantuta, paisagem dominadora de bolivianos na cidade de São Paulo.

Domingos na Kantuta

De acordo com a linha de pensamento xamânico, nós criamos todas as doenças do nosso corpo. O corpo sempre está falando conosco, só precisamos parar para ouvi-lo. O cactus dos quatro ventos, como é conhecido no xamanismo, o Watchuma ou San Pedro, é o principal de muitas plantas mágicas usadas pelos xamãs andinos, e uma de suas funções é despertar poderes sobrenaturais do espírito. Durante o ritual, os participantes estão liberados da matéria e se iniciam num voo através das regiões cósmicas. A planta provoca uma grande visão, um esclarecimento das faculdades, um ligeiro adormecimento do corpo seguido de um estado de extrema tranquilidade, depois, uma separação, uma espécie de força visual, inclusive de todos os sentidos, a sensação telepática de se projetar através do tempo e da matéria. O uso das plantas expansoras da consciência é um dos componentes do universo xamânico dos índios, que inclui outras formas ritualísticas como o xamanismo do tambor, do maracá de fogo, das danças, dos oráculos.

É o que nos explica Inti Roman, há mais de 30 anos vivendo no Brasil, pertencente à nação Quechua, única informação que revela sobre sua 'nacionalidade', uma vez que os nomes, as fronteiras, os estados, são uma invenção branca, destinada a enquadrar, excluir, separar. O índio pertence à terra, à natureza, aos alimentos dados pela terra, pela pachamama. O índio não tem país de nascença, ele pode transitar pela terra, caminhar pelo mundo. Inti Roman nos conta isso embaixo de uma das primeiras tendas na entrada da feira da Kantuta, onde vende esculturas, pinturas e adereços com símbolos da cultura indígena andina. E onde oferece seu trabalho como xamã, na leitura das cartas do caminho sagrado e no uso dos chás das plantas expansoras da consciência.

E assim começa mais um passeio pela feira do domingo na praça da Kantuta, no bairro do Canindé, na estação da Armênia, na linha azul do metrô de São Paulo. Já na estação, é possível ver casais com filhos no colo, de mãos dadas, ou nos carrinhos, grupos de jovens com gel no cabelo e topete levantado, que vão se somando no trajeto pela Pedro Vicente, todos em direção à praça. O número de pessoas aumenta com a proximidade, até que se chega a um grande aglomerado de barracas.

Em seu centro, a praça abriga um parque para as crianças e um espaço onde havia jogos de futebol das diversas ligas criadas pela comunidade boliviana. Há também a sede da associação cultural da Kantuta, onde a diretoria se organiza na montagem do calendário de festas típicas, como o carnaval, as festas dedicadas às deidades andinas, para a celebração das colheitas, por exemplo, ou, a principal delas, dedicada a Nossa Senhora de Copacabana, padroeira da Bolívia. E é lá também queos feirantes se organizam e se inscrevem para a montagem de suas barracas.

Ao longo da rua Pedro Vicente, antes de os ‘camelôs’ se espalharem, se encontram as barracas que abastecem a comunidade com ingredientes e produtos típicos dos Andes, para serem preparados no dia a dia. Esses produtos são trazidos frescos pelas pessoas que se dedicam à função de abastecer a comunidade com idas semanais à Bolívia, como as variadas *papas*, os diversos e coloridos tipos de milho, a Inca Cola, o pisco boliviano, chocolates, quinoa, maca andina, entre outros. Não nos esqueçamos das tendas-padaria logo depois das barracas de saltenha, onde se pode provar o pão feito com pisco, por exemplo.

Esse é o principal atrativo das matérias jornalísticas sobre as iguarias bolivianas servidas na praça da Kantuta. Veículos de grande circulação focam a atenção para os lugares de passeio do fim de semana, como *Veja São Paulo*, *Guia da Folha*, *Carta Capital*, *O Estado de S. Paulo*, além de blogs, matérias de sites na internet e vídeos no Youtube. Se as barracas de comidas e ingredientes típicos são as atrações dos guias que destacam a Kantuta como ponto de turismo em São Paulo, que diversificaria ainda mais a vocação múltipla e cosmopolita da cidade, para a comunidade, a praça Kantuta oferece além de comida, serviços.

As *peluquerías* concentram pessoas que vão cortar seus cabelos. Filas de espera se formam do lado de fora da tenda armada. Barraquinhas vendem cartões telefônicos que burlam o tempo rápido dos cartões brasileiros e oferecem mais contato com os familiares. Cartões telefônicos La Peruanita ou Hola Andina são lançados para os frequentadores da praça ao final das partidas de futebol. Há ainda as roupas feitas de lã de lhama, adereços, e, sobretudo, as barracas de venda de fotografia. As fotos foram tiradas durante as festas comemorativas da praça, e estão expostas à espera de seus donos. Assim, várias pessoas se dedicam à procura de seus momentos de lazer impressos nas fotografias.

Os serviços não são apenas os informais: a Aerosur, companhia aérea boliviana, possui uma tenda de vendas de passagens facilitadas aos frequentadores. A Colgate, em parceria com a associação que dirige a praça, já montou um quiosque com dentistas e doação de material para higiene bucal. A Universidade de São Paulo, por intermédio da Faculdade de Relações Internacionais, vem mantendo uma parceria com a diretoria da associação ligada à praça, a fim de realizar pesquisas em torno da agregação da comunidade à cidade, principalmente na integração das crianças bolivianas nas escolas públicas.³¹⁷ A Kantuta passa a ser centro de elaboração de contatos de diversas ordens pelos mais variados motivos.

Há sempre a presença de um radialista na praça, boliviano, responsável por conduzir o som, transmitir notícias do país e do calendário de festas que se realizarão. Em dado momento, o radialista cede espaço para o pastor que irá conduzir o culto evangélico. Os pastores também se espalham pela praça em busca de mais fiéis e é possível cruzar com eles durante a caminhada. Há também representantes de seitas, vestindo túnicas e barbas compridas, como Jonas Chu ChuChu, que chama pessoas a participarem das reuniões da Associação Evangélica da Missão Israelita. Pretendem e dizem viver sob os preceitos do Velho Testamento, daí as vestimentas cobertas, e suas preocupações giram em torno do fim do mundo, ou o “triste final da humanidade”.

E se começamos nossa descrição da praça com a mística dos Andes, não podemos deixar de mencionar a senhora *chola* sentada no chão com um pequeno fogaréu e uma

317 O projeto pode ser conhecido em: <educarparaomundo.wordpress.com>.

frigideira onde derrete folhas de alumínio que, em seguida, são jogadas dentro de um balde com água fria. De lá, o alumínio se transforma em escultura a partir da qual a senhora lerá o futuro por cinco reais. Muitas mulheres se aglomeram em volta da *chola* e escutam com atenção o compartilhar de histórias e dúvidas, à espera da sua vez para esclarecerem o presente e adiantarem o futuro, sobre seus *novios, trabajosy hijos*.

O final de um domingo na Kantuta é coroado com o aumento da presença de muitos atravessadores que chegaram ao longo do dia. Muitos carros parados na rua principal que conduz à praça, com cartazes anunciando trabalho nas oficinas de costura, escritos numa mistura de idiomas em que o portunhol se afirma como língua oficial. Dali, muitos já saem empregados, negociam novos postos, trocam de oficina e auxiliam quem está chegando a São Paulo a procurar trabalho como costureiro. Para a comunidade boliviana em São Paulo, o lazer dura apenas um dia, e o trabalho na costura se confirma como epicentro dessa reunião.

Metrópoles contemporâneas e fluxos migratórios: onde os fracos subsistem

Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir.³¹⁸

A cidade buliçosa: é assim que Santos se refere à metrópole. Novamente, é onde se encontram as mais complexas formas de interação, num reflexo das múltiplas relações que são vividas numa grande cidade, como explicou Simmel. Onde mercado global e consumo local se entrecruzam com a diversidade dos modos de produção e fornecimento, de circulação de bens, capitais, informação e modos de vida sugeridos pelas imagens massificadas. Onde se combinam as mais perversas e seculares formas de exploração de pessoas é também onde se dá a possibilidade de superação e realização de desejos, de novos agenciamentos. Mais mobilidade e mais encontros. E mais reivindicações: “para milhões, o problema não é manter ‘campos sociais alternativos’, mas serem incluídos, chegar a se conectarem, sem que isto atropеле sua diferença nem os condenem à desigualdade. Em suma, serem cidadãos em sentido intercultural”.³¹⁹

“A vida mental” foi irrevogavelmente tomada pela metrópole, que se estabelece no imaginário como o lugar onde os desejos se realizam. É para a cidade grande que as pessoas querem ir: “a anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é ainda mais intensa”.³²⁰ Para Santos, nas grandes cidades dos países em desenvolvimento, essa anarquia é ainda mais potencializada, graças às variáveis de renda, organização dos mercados, brechas legais, intercessões culturais e, sobretudo, pelo “menor coeficiente de racionalidade na operação da máquina urbana”, onde cooperação e conflito se confirmam como a base da vida comum. Essas relações acumulam trocas simbólicas que se multiplicam.

As metrópoles se apresentam como lugares complexos, onde há uma profusão de vetores: “desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de or-

318 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 218.

319 GARCIA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p. 66.

320 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, p. 216.

ganização podem aí se instalar, conviver, prosperar”.³²¹ Na América Latina, a metrópole que melhor representa essa anarquia misturada à complexidade contemporânea é São Paulo. Onde a racionalidade técnica, representada pela volatilidade e conexão dos mercados financeiros, do aprimoramento tecnológico, se combina à diversificação dos itens de consumo globalizado à profusão de mercados alternativos, onde a pirataria dos bens e de *gadgets* se espalha. Essa diversidade se estende também para o campo das relações, não só interpessoais mas também com São Paulo. E é diante dessa miscelânea que essa cidade se apresenta como palco de todos os trabalhos e passa a atrair multidões de pessoas que apostam na possibilidade de crescimento e prosperidade.

Pode-se admitir que existem duas situações tipo em todas as grandes cidades. Há, de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e um setor produzido de baixo, que, nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes. Cada qual é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões de trabalho típicas. Em todos os casos, a cidade é um grande sistema, produto de superposição de subsistemas diversos de cooperação, que criam outros tantos sistemas de solidariedade. Nas atuais condições de globalização, todos esses subcírculos ou subsistemas de solidariedade tendem a especializações que não têm a mesma natureza. Pode-se, também, dizer que há uma especialização de atividades por cima e uma especialização de atividades por baixo. Mas a primeira é rígida, dependente de normas implacáveis, de cuja obediência depende a sua eficácia. Diz-se destas normas que são complexas por causa do seu conteúdo científico e tecnológico e de sua busca de precisão no processo produtivo. Mas, também, pode-se dizer que, na economia mais pobre, as divisões do trabalho consideradas mais simples pelo discurso dominante, são, de fato, as mais complexas?³²²

Assim é que Santos sugere que são os pobres os que efetivamente transformam e atuam na cidade, com seus tempos lentos. As elites, detentoras reais da mobilidade, pouco a veem, uma vez que trafegam pelo viés do cosmopolitismo consumidor e rápido. As classes médias, por sua vez, estariam conectadas pela padronização da cultura de massas, muitas vezes mimetizando o consumo das elites. Logo, a reinvenção se dá pelos pobres, que, de fato, atuam e ressignificam o espaço da cidade, criando novos sentidos entre o global e o local, pelo desejo de também consumir e, fundamentalmente, pertencer. Porém, não pelo caminho da mimetização, mas da hibridização dos signos.

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas “opacas”. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores.³²³

321 Ibid., p. 218.

322 Ibid., p. 219.

323 Ibid., p. 221.

O entrelaçamento entre economia formal e informal abre espaço para os mais diversos tipos de relação. Da improvisação à transgressão. Ao mesmo tempo em que as demandas de consumo do mercado formal acabam criando interdependências e alimentando improvisações que recorrem à exploração de pessoas e à formação de ilhas onde regras e leis são recriadas à margem da regularização formal. É o caso das oficinas de costura, onde trabalha majoritariamente a comunidade boliviana. Num intricado de empresas, redes migratórias, costureiros, comércio e varejo, que se retroalimenta e cresce. O estabelecimento desta relação marginal é a razão do sofrimento de pessoas desprotegidas e à margem dos direitos trabalhistas.

Essa desorganização reflete um tipo de filiação transnacional do trabalho das oficinas de costura, como comprovam as denúncias e autuações que envolvem fabriquetas e grandes redes que comercializam essas roupas, como Marisa e C&A, por exemplo. Essa situação não desperta ou retarda uma criação de políticas e ações efetivas voltadas para o desmembramento dessa cadeia. As práticas contemporâneas de trabalho irregular e a relação com as redes migratórias revelam também, por parte do Estado, o desinteresse e a ausência de formulação de uma política nacional para imigração. Este é um lado da questão que envolve a migração boliviana atual para São Paulo.

Se a cidade tudo transforma, se é no território onde se cruzam a esfera comunicacional e simbólica, a Kantuta, como etnopaisagem, congregaria elementos fundamentais para as negociações em torno dos debates que nela subjazem. Nas entrelinhas do passeio dominical escamoteiam-se questões que permeiam desde a relação economia-mercado-exploração à migração-políticas-direitos-inclusões. A Kantuta se coloca como possibilidade de notoriedade à comunidade boliviana. Se, de um lado, a visibilidade “rejeitada” se inscreve pela chave da exploração de mão de obra e, conseqüentemente, pela vitimização, cuja leitura pode abrir espaço para reavivamento de estigmas e preconceitos étnicos, a notoriedade sugerida pela Kantuta abriria espaço, pelo viés cultural, de uma etnicidade conectada ao exotismo e pela peculiaridade identitária. Assim, o estrangeiro se congrega à paisagem, tornando-se muito mais um convite do que uma queixa.

Apresentando o corredor da Central

O corredor da Central se localizava no camelódromo em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma viela, entre muitas outras, situada no emaranhado de corredores do camelódromo, com uma peculiaridade: nos diversos boxes de salões de cortar cabelo ou fazer o penteado no estilo afro, com suas tranças e rastafáris inconfundíveis, concentravam-se migrantes africanos, entre angolanos e congoleses, em sua maioria. E era perto do final da semana, às quintas e sextas-feiras, a partir das 16h, que aquele corredor, chamado pelos vizinhos brasileiros do camelódromo, de corredor dos angolanos, se transformava num ponto de encontro entre migrantes africanos, “para conversar, para saber sobre trabalho, para comprar o AfricanCard, para encontrar os amigos”, como podem ser sintetizadas a maioria das falas colhidas ali.

Porém, esse caso de análise é marcado por uma fatalidade. Em 26 de abril de 2010, um incêndio destruiu o camelódromo. Muitas pessoas perderam seus locais de trabalho e, conseqüentemente, perderam suas fontes de renda. Assim, o principal ponto de en-

contro de migrantes vindos do continente africano desapareceu. Estes perderam não apenas o lugar em que renovavam laços, faziam novos contatos e negociavam vínculos, como também perderam a possibilidade de trabalho temporário, já que muitos passavam um tempo, muitas vezes como aprendizes, nos salões de cortar cabelo, até que surgisse outra ocupação.

E o mais importante é que perderam o seu lugar de encontro e de troca de informação necessária aos primeiros passos numa nova localidade: “se um irmão chega hoje ao Rio, amanhã ele vem ao corredor”, como afirmou J., refugiado congolês, há quase dois anos no Brasil. Assim, esta se trata da análise de uma etnopaisagem póstuma, marcada por uma tragédia contingencial, sob investigação, e que deixou atônitos comerciantes e donos dos boxes do corredor. E que, por sua vez, desfigura a paisagem estabelecida como nodal na sociabilidade de um grupo de migrantes na cidade.

As motivações para a mudança: entre política e apostas

Uma das razões pelas quais se justifica a vinda para o Brasil, entre muitas falas colhidas no corredor, foi a insatisfação com a situação política do país de origem. Foi o caso do angolano Moisés, há um ano no Rio. Diz que não voltará a Angola enquanto o presidente atual estiver governando o seu país.

Já o refugiado J., há pouco mais de um ano no Rio [depoimento colhido em 2010], recebeu o estatuto de refugiado devido ao seu envolvimento político na República Democrática do Congo. Pediu, então, proteção no Brasil. J. mantém sua atuação política no corredor da Central, buscando filiados para sua causa. Diz pertencer a um partido que deseja a revolução do Congo, o Apareco (Alliance des Patriotes pour la Refondation du Congo),³²⁴ com sede na França e filiação de vários congolezes espalhados por diversos países. Era possível identificar em algumas falas as mudanças de tom, mais politizadas e preocupadas com o futuro do seu país, influenciadas pela adesão à Apareco. J., de fala firme e postura séria, busca trabalho no Brasil, reclama do valor do auxílio dado pela sua condição de refugiado e espera ir para a França, ampliar sua atuação política.

O corte de cabelo, portanto, não era a função principal das idas daqueles migrantes ao corredor. Havia também o interesse na compra do AfricanCard para as ligações para a família e os amigos. Os contatos com a família deixada para trás são feitos pelos imigrantes por telefone, em sua maioria. Existe também o uso da internet, mas é limitado. No caso dos congolezes, a preferência pelo telefone se explica pela precariedade no acesso aos computadores. Já para os angolanos, a internet é o meio de manter contato com familiares e amigos que ficaram.

Ainda assim, os motivos pragmáticos que explicariam a ida àquele lugar se perdem na trama de simbologias e subjetividades que se fortificam no espaço, no território, como mediadoras de um processo de recuperação de um passado comum e da projeção de um futuro desejado. Percebemos o corredor da Central como representante de uma forma mais primordial de encontro e sociabilidade. Do encontro que, à primeira vista, se perde na trivialidade da conversa, da bebida, da celebração da vida pelo prazer do estar junto. *Placet futile*, como reivindica Maffesoli, ou “a estética enquanto momentos vividos em

324 Ver <<http://www.aparecordc.org/forum/portal.php?sid=917ad538b5bd7dc6f33d640e5f4b8d2f>>.

comum, enquanto situações em que se exprimem o tempo imóvel e o prazer do instante eterno [...], nessa perspectiva, as diversas relações sociais, valem pelo que são”.³²⁵

Estamos também pensando aqui na “sociabilidade como forma lúdica de sociação”, na explanação de Simmel,³²⁶ que percebe no estar junto uma forma primeira de organização social, ainda sem finalidades específicas, onde “nada se deve buscar além da satisfação desse instante”.³²⁷ É importante ressaltar a diferença concebida por Simmel entre ‘sociabilidade’ e ‘sociação’. A segunda, contudo, já envolta em propósitos, em objetivos, ou melhor, em comprometimentos. “A sociação é, portanto, a forma na qual os indivíduos, em razão dos seus interesses, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam”. Que interesses? Simmel abre a possibilidade de que esses vínculos podem ser construídos por inúmeros motivos, e “sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana”.³²⁸

Longe de serem esvaziados de significado, os encontros são potências a serem desenvolvidas, imprevisíveis são suas consequências. É assim que percebemos o corredor, como o nó de um intricado de relações impossíveis de serem apreendidas na sua totalidade. A totalidade nesses casos é o encontro como finalidade única, “vividus ut sit”.³²⁹ Desses encontros, resultam sementes que alimentam a rede migratória que liga Angola, Congo e Brasil, que emoldura o processo de reterritorialização intrínseco a qualquer movimento de mudança e pertencimento.

O imperativo desses encontros é o vínculo sensorial e subjetivo, ainda que sejam partes de uma rede onde se estabelecem fluxos informais de comércio, de um movimento de importação e exportação precário e vulnerável aos humores das fiscalizações alfandegárias, ou que sejam momentos de construção de uma rede de solidariedades entre refugiados reconhecidos ou aqueles em busca de reconhecimento:

Referimo-nos [...] à dimensão espacio-subjetiva, que implicaria alguma correspondência entre panos da subjetividade do grupo e certas composições formais e espaciais incrustadas na sua memória coletiva. Como, também, apoiamo-nos em teses relativas à idéia de pregnância da memória espacial do grupo e à possibilidade de transmissão intergeracional de seu habitus sócio-espacial.³³⁰

O corredor da Central recupera, como etnopaisagem, uma memória comum, de uma narrativa idealizada, talvez um novo Reino do Kongo. É onde se fala uma mesma língua, o lingala, e onde as etnias bantu ou bakongo, por exemplo, guardam mais semelhanças ou proximidades do que as fronteiras imaginadas pelas arbitrariedades das divisões baseadas em acordos hierárquicos e interesses efêmeros, como explorações de pessoas ou riquezas naturais.

Comprar o AfricanCard, conversar com os amigos e compartilhar experiências, aprender a cortar cabelo, tentar encontrar um trabalho, beber, comer, tornam, na verdade,

325 MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 61.

326 SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 65.

327 Ibid., p. 66.

328 Ibid., p. 61.

329 MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*, p. 61.

330 ELHAJJI, Mohammed. *Organização espacial e resistência cultural: “Saara”, um acampamento étnico no coração do Rio de Janeiro*: Intercom, 2003. p. 2.

“processos mnemônicos coletivos”, que, por sua vez, “seriam acionados e desencadeados por signos espaciais externos que transformam gestos anódinos, como visitar um monumento ou caminhar pela praça, em atos simbólicos passíveis de reconstituir a experiência ritualística existencial do grupo de origem, enriquecê-la e religar as gerações presentes e futuras às antepassadas”.³³¹

E, assim, “fica sugerido aqui, que a sociabilidade é também a forma lúdica das forças éticas da sociedade concreta”.³³² Talvez seja este o momento de questionarmos as relações ou implicações com a sociedade na qual esta etnopaisagem se incrusta. Que relações ou diálogos são possíveis entre migrantes africanos que se encontravam num dos corredores do camelódromo em frente à Central do Brasil com a cidade do Rio de Janeiro? Há possibilidade para o exercício da interculturalidade, para a extrapolação daquelas vielas?

As etnopaisagens entre (in)visibilidades: caminhos para prática intercultural

As cidades brasileiras conversam com suas diversidades? Como avaliar a presença multicultural em uma cidade? Pelo número de associações culturais, representações, organizações, pela presença de igrejas, templos, ou entidades recreativas, como clubes, ou educacionais, como escolas, por exemplo? Seriam dados interessantes e que certamente responderiam de algum modo a esta questão.

Esta pergunta permeou o contato com as etnopaisagens estudadas. No caso da Kantuta foi possível perceber relances dessas questões. É nítido o grau avançado de coesão e fortalecimento gradual da comunidade boliviana. A praça é de fato o símbolo de uma presença reconhecida, ainda que essa coesão seja vivida em meio às dialéticas particulares, no que concerne à etnicidade, idioma, cidades de origem dos migrantes, enfim, toda uma multiplicidade de micropoderes em exercício.

Ressaltemos ainda que a Kantuta foi visitada por empresas como Colgate, uma companhia aérea boliviana mantém lá uma tenda e uma empresa de remessas de dinheiro para o exterior, a *Western Union*, montou uma banca. São sinais de que se trata de uma comunidade numerosa, ativa e em expansão, uma vez que atrai a atenção do mercado e passa a ser considerada também formada de consumidores. Terão dado passo significativo em direção à inclusão contemporânea, pelo consumo?

Por outro lado, a Kantuta passa a ser questionada pela própria comunidade, que considera espaço “mal aproveitado”, em relação, principalmente, ao fechamento comunitário, restrito aos bolivianos e limitadores de outras presenças de migrantes. As dúvidas a respeito da possibilidade de diálogos interculturais entre a praça e a cidade estiveram sempre presentes quando sentávamos nos bancos, nas muretas, nas barracas de saltenha, ou caminhando pela praça. A presença é boliviana. Há visitantes paulistanos que são ressaltados em meio a uma maioria de traços indígenas. Eles vieram porque leram no jornal, ou ouviram falar.

A interculturalidade em sua prática cotidiana deve estar munida de ingredientes antenados com os pedidos contemporâneos de reconhecimento e visibilidade. Cidadania é acesso e reconhecimento, é igualdade e direitos. Porém, poder matricular seus filhos na escola pública, ou fazer uso do SUS, como brasileiros natos, é insuficiente para a vi-

331 Ibid., p. 3.

332 SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*, p. 77.

vência plena da cidadania. E assim deixávamos mais uma tarde de domingo na Kantuta com respostas ainda por vir, contudo, mais otimistas em relação a uma atuação vívida e crítica por parte de uma comunidade complexa e dialética.

No caso do corredor da Central esse percurso teve de ser bruscamente interrompido. O incêndio do camelódromo em abril de 2010 deixou lacunas em diversas questões desta pesquisa, como, fundamentalmente, esvazia a elaboração de um espaço, de uma vivência dos migrantes africanos. “Ficamos sem nosso lugar para encontrar os irmãos, onde íamos para trabalhar ou indicar trabalho, onde íamos conversar e cortar o cabelo. Os que tinham boxes estão ainda mais perdidos, porque perderam seus trabalhos e o dinheiro que investiram”. A prefeitura até o nosso último contato, em outubro de 2010, não havia se posicionado em relação a essas pessoas.

Porém, devemos salientar que o processo de reteritorialização é constante, e, na falta de um lugar, a elaboração por um outro se inicia. Assim, alguns migrantes passam a se encontrar nos fins de tarde nas imediações da rua Visconde da Gávea, ainda próxima à Central do Brasil. Será o início de uma nova elaboração espacial? Tornar-se-á uma etnopaisagem africana no centro do Rio de Janeiro? Pode ser que sim, pode ser que não.

A dúvida permanece, em que momento o multicultural se torna intercultural? Estamos a nos referir a um sentido primordial de multiculturalismo, de uma raiz norte-americana, que concebe a diferença pela tolerância, pela mera ‘paciência’ com o outro. O multiculturalismo é acusado de ter se transformado em um termo que abriga diversidades, mas que não pressupõe o contato, a abertura generosa e curiosa para o Outro. Exista, mas longe mim.

O intercultural, na sua versão contemporânea, ao contrário, vem embebido em atritos proporcionados pelo encontro, pela visão, pela troca. O lugar do intercultural é a metrópole, complexa, múltipla, sem mônadas, sem fragmentação ou segmentação. Utopia? Não, porque terá conflito, mediação e tentativa de superação do conflito. Novamente, utopia? Quem garante a superação? O conflito está na ordem do humano. A unidade, o mesmo, da ordem do imaginário, do medo do Outro, logo, é o caminho para a exclusão, para o fechamento.

No entanto, nos deparamos com um contexto atual de reelaboração de discursos de contenção e afastamento do estrangeiro. Países desenvolvidos erguem muros, constroem campos de detenção para migrantes, cuja acusação é estar ilegal. Presos por não obterem permissão documental de estar em determinado país. E, assim, novas rotas são criadas para outros destinos, onde novas redes migratórias passam a ser alimentadas por fluxos de pessoas, de dinheiro, de informação. É quando os países em desenvolvimento ganham foco e interesse.

A globalização apresenta seus diacríticos:³³³ troca de informação por meio de fluxos velozes nos meios de comunicação de massa, movimento de pessoas em busca de novas formas de vida, negociam pluripertencimentos nos encontros interculturais. Fluidez de fronteiras e limites maleáveis. Restrições materiais misturam-se a apostas subjetivas, a funções menosprezadas e a necessidades mal conhecidas, relacionadas por Lefebvre ao direito à cidade, porque “próximas do que se encontra aquém, como além, das funções e necessidades classificadas, daquilo que não se pode se objetivar como tal porque figura do tempo, que enseja retórica e que só os poetas podem chamar por seu nome: o desejo”.³³⁴

333 APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*.

334 LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 32.

Além dos motivos encontrados e elencados para explicar as migrações transnacionais, devemos nos render ao fato de eles serem constitutivos da história humana. Os debates contemporâneos dos movimentos ligados à migração procuram o consenso em torno da cidadania universal, de uma identidade baseada na liberdade de ir e vir, da retração de fronteiras de pertencimento. São questionamentos direcionados aos processos de construção do Estado-nação, reveladores de uma consciência que transcende o ideal de nós que subjaz aos nacionalismos. Passos importantes na direção de uma inclusão ampla e diversa.

Talvez o direito à cidade, para recorrermos mais uma vez a Lefebvre, não inclua as etnopaisagens. Recortes espaciais de momentos de encontro com a diversidade. Mas, sim, conduza ao centro, que estimula o encontro e a reunião, que “recusa se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora” que não elimina “os confrontos e a luta. Ao contrário!”³³⁵ O direito à cidade pressupõe a multiculturalidade em contato e em atrito, logo, em movimento, tal como na proposta intercultural. Enquanto se espera pelo melhor, lançamos nossas apostas na proliferação das etnopaisagens. Que se ampliem e transformem cidades em metrópoles com grandes riquezas sociais.

Referências

- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.
- _____. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2009.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- EAGLETON, Terry. *O problema dos desconhecidos: um estudo da ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ELHAJJI, Mohammed. *Organização espacial e resistência cultural: "Saara", um acampamento étnico no coração do Rio de Janeiro*: Intercom, 2003.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados: Mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- HALL, Stuart. *Ethnicity: identity and difference*. Amherst: Hampshire College, 1989.
- _____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Sidney A. da. *Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade*. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

335 Ibid., p. 34.

Quadros da migração: leituras do Batman e Super-Homem a partir da Escola de Chicago de Sociologia³³⁶

Marina Cavalcante Vieira^{337*}

Introdução

Esta análise tem como objetivo discutir a representação da migração nas cidades de Metrópolis e Gotham – as respectivas cidades imaginárias dos quadrinhos do Super-Homem e Batman. A primeira história em quadrinhos do Super-Homem foi lançada em junho de 1938 pela revista *Action Comics* n. 1. Em maio do ano seguinte foi lançada pela revista *Detective Comics* n. 27 a primeira história em quadrinhos do Batman. O presente texto debruça-se justamente sobre as primeiras histórias desses dois super-heróis publicadas em finais da década de 1930 e início de 1940.

A presente análise é parte integrante da minha dissertação de mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Visões da modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930*, que analisa a representação das cidades do Batman e Super-Homem em seus contextos de criação. O capítulo aqui apresentado trata mais especificamente acerca do tema da migração nos primeiros quadrinhos do Batman e Super-Homem de modo a abordar algumas das reflexões expostas no capítulo 4 da minha dissertação de Mestrado.

A forte presença da questão da imigração nesses quadrinhos levou-me à necessidade de pensar o lugar social ocupado pelo imigrante. O questionamento de que tipo de personagem imigrante habita essas histórias trouxe grandes contribuições para a discussão sobre a representação das cidades do Batman e Super-Homem. A questão da migração foi tratada principalmente a partir de um diálogo com a Escola de Chicago de Sociologia.

A Escola de Chicago de Sociologia gozou de grande influência entre 1915 e meados de 1940 e estava focada sobre os temas da migração, delinquência e criminalidade em contexto urbano. As análises das grandes cidades reais feitas pelos pesquisadores da Escola de Chicago naquele período abarcam o recorte aqui proposto para análise das cidades fictícias de Gotham e Metrópolis nos anos de 1930 e início de 1940. A presença desses temas tanto nos quadrinhos quanto no pensamento sociológico não é uma coincidência, decorre das questões mais urgentes porque passava a sociedade norte-americana

336 * Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-Uerj).

337 Texto elaborado a partir do trabalho *Gotham e seus imigrantes: Diálogo entre a Escola de Chicago de Sociologia e a cidade dos quadrinhos*, apresentado no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (Niem), tendo em vista que a partir das contribuições e discussões suscitadas no âmbito desse seminário, vim a amadurecer as questões aqui expostas.

nas primeiras décadas do século XX a partir de grandes ondas de migração e crescimento urbano desenfreado.³³⁸

A migração na origem dos quadrinhos

A relação entre história em quadrinhos e migração precede muito as histórias de super-heróis,³³⁹ está presente nos quadrinhos desde sua origem em finais do século XIX. O quadrinho *Yellow Kid* ou Menino Amarelo, criado em 1895 pelo norte-americano Richard Outcault, é considerado a primeira tira em quadrinhos da história e já narrava de forma cômica o convívio de crianças imigrantes e negras no Hogan's Alley, beco de um bairro pobre da cidade de Nova York.

O Menino Amarelo utilizava-se de gírias, cometia erros gramaticais e a escrita de sua fala enfatizava certos erros como forma de evidenciar uma fala ou sotaque imigrante. É importante lembrar que as tiras em quadrinhos naquela época eram uma forma de incluir a grande massa semialfabetizada e imigrantes não falantes do inglês em uma leitura de fácil compreensão.

Os quadrinhos do Menino Amarelo estão recheados de material analítico para se pensar tensões e conflitos sociais, raciais e espaciais. O beco Hogan é retratado como espaço ou territorialidade majoritariamente ocupada por negros e imigrantes, aproximando-se daquilo que Louis Wirth,³⁴⁰ em 1928, viria a definir como um gueto moderno ou espaço de segregação e isolamento aplicado a qualquer grupo racial ou cultural.

Mas antes mesmo dos quadrinhos existirem, outra forma de representação gráfica, os cartuns, já desempenhavam o papel de retratar cômica e satiricamente os imigrantes. Ao longo do século XIX os irlandeses foram um dos grupos de maior migração para os Estados Unidos e, portanto, um dos mais caricaturados. Appel e Appel³⁴¹ demonstram como o irlandês passa de uma representação grotesca e símia durante o século XIX a de pequeno burguês já em inícios do século XX.

Os cartuns utilizavam-se de um humor étnico e da construção de um estereótipo gráfico. Por vezes, representavam ataques sutis motivados por preconceitos de classe de imigrantes estabelecidos contra recém-chegados.

Alguns chargistas encontravam novos alvos nos “novos” imigrantes vindos da Europa Ocidental e Oriental, que eles representavam como ainda mais alienígenas e, portanto, mais ameaçadores aos valores e padrões americanos do que os católicos irlandeses

338 Levando em consideração as grandes ondas de migração por que passaram os Estados Unidos ao longo do século XIX e início do século XX, tornou-se importante pensar o crescimento urbano desordenado e a dificuldade de integração desses imigrantes. Os Estados Unidos acolheram grande população de poloneses, italianos, japoneses e irlandeses. Segundo Alain Coulon, Chicago seria uma cidade de imigrantes, atraindo não somente a população de outros países como a população interna de negros e caipiras – os chamados rednecks – vindos do sul depois da Guerra de Secessão. “O povoado que contava 4.470 habitantes no recenseamento de 1840, e representava então a fronteira oeste dos Estados Unidos, tinha 1 milhão e cem mil, cinquenta anos depois, em 1890, e chegaria a ter cerca de 3 milhões e meio em 1930!” (COULON, Alain. A Escola de Chicago. Campinas: Papius, 1995. p. 11).

339 Em sua criação os quadrinhos eram cômicos, até que na década de 1920 nasce o gênero de aventura e, em 1930, surge o gênero de super-heróis de que trata este trabalho. O gênero de super-heróis ou superaventura nasceu nos Estados Unidos com a criação do primeiro e ao mesmo tempo o mais emblemático de todos os super-heróis: o Super-Homem. Em junho de 1938, em um contexto pós-quebra da bolsa de Nova York, dois jovens imigrantes judeus, Jerry Siegel e Joe Shuster, conseguem lançar este personagem que tão logo se torna febre e inaugura um novo gênero, sendo seguido por uma infinidade de outros personagens com superpoderes. O Batman, analisado aqui, é outro super-herói icônico que foi criado em maio de 1939 no rastro do Super-Homem, quase um ano após a primeira aparição deste nos quadrinhos.

340 WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1966.

341 APPEL, John; APPEL, Selma. *Comics da imigração na América*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

e alemães que foram vítimas de sátiras gráficas mais antigas. Pensava-se duas vezes antes de se ofender os leitores católicos, muitos dos quais agora eram membros dos grupos consumidores de classe média, cortejados pelos grandes anunciantes.³⁴²

Se o imigrante mais retratado dos quadrinhos e cartuns americanos ao longo do século XIX e início do XX era o irlandês, nos quadrinhos do Batman de 1939 o elemento estrangeiro ou imigrante não assimilado é na maioria das vezes o oriental, seja ele chinês ou hindu. Vamos conhecer um pouco mais sobre as características dos quadrinhos do Batman e de seus imigrantes?

Gotham e seus imigrantes

O Batman é um super-herói nascido da promessa de Bruce Wayne, que, quando garoto, após testemunhar o assassinato de seus pais, jurou lutar contra o crime. Os superpoderes do Batman são criados a partir da inteligência, força física e tecnologia desenvolvidas por Wayne. As aventuras do Batman geralmente se passam à noite e são marcadas por gângsteres, criminosos e alguns imigrantes que, na maioria das vezes, atuam à margem da lei.

Batman foi lançado em maio de 1939 pela revista *Detective Comics* n. 27. Já em sua terceira publicação, na *Detective Comics* n. 29, de julho de 1939, surge a representação do imigrante na figura de Jabah, descrito pelo narrador como o “gigante servente do Doutor Morte”. Vale ressaltar que o Doutor Morte foi um dos primeiros vilões das histórias do Batman.



Ilustração 1: Vemos Jabah de turbante e capa caminhando pelas ruas da cidade. Fonte: *Detective Comics* n. 29, julho de 1939.³⁴³

Na *Detective Comics* n. 35 de janeiro de 1940 temos a presença de hindus, chineses e mongóis envolvidos no caso do roubo de uma estátua de rubi. Parte desta história se passa em Chinatown, primeira vez que o bairro chinês aparece nos quadrinhos do Batman.

³⁴² Ibid., p. 68.

³⁴³ In: FINGER, Bill; KANE, Bob; ROBINSON, Jerry. *The Batman chronicles*, v. 1. Nova York: DC Comics, 2005. p. 24.

Um grupo de hindus comete assassinato e rouba a estátua de rubi, Batman os segue até Chinatown para descobrir que a estátua foi vendida ao chinês Sin Fang, interceptador de mercadorias roubadas.

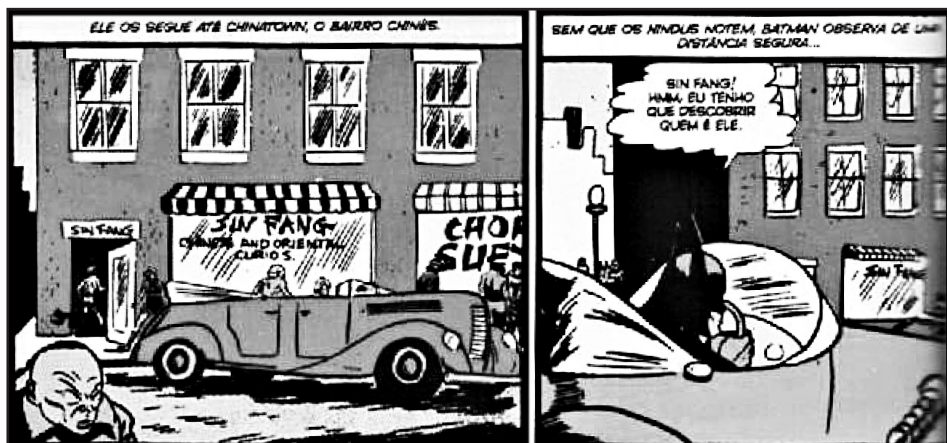


Ilustração 2: Primeira representação de Chinatown nos quadrinhos do Batman. Fonte: *Detective Comics* n. 35.³⁴⁴

Vemos na ilustração 2 a primeira representação da Chinatown nos quadrinhos do Batman. Em primeiro plano, à esquerda, um chinês e, ao fundo, o carro dos hindus estacionado na porta da "curios shop" ou loja de antiguidades de Sin Fang. À direita desta loja há um comércio de venda de Chop Suey.

Batman então encontra-se com Wong, prefeito de Chinatown descrito pelo narrador como um homem sábio e honesto, e é dele que recebe as informações de que precisa sobre Sin Fang. Nosso herói é alertado para tomar cuidado com o interceptador chinês.



Ilustração 3: Batman enfrenta os mongóis. Fonte: *Detective Comics* n. 35.³⁴⁵

Batman então vai ao encontro de Sin Fang e, ao final, enfrenta capangas do interceptador, "dois mongóis gigantes [...] com duas cimitarras em punho".

344 In: FINGER, Bill; KANE, Bob; ROBINSON, Jerry. *The Batman chronicles*, v. 1, p. 92.

345 *Ibid.*, p. 93.

Em muitos sentidos, essas histórias ajudam a construir uma noção estereotipada, uma imprecisão dos grupos culturais, sejam chineses, hindus ou mongóis, ajudando a corroborar uma ideia geral de oriente ou orientalismo³⁴⁶. Por outro lado, estas mesmas histórias reservam um espaço para os imigrantes em vias de assimilação pela sociedade norte-americana, como no caso do prefeito de Chinatown, Wong, e outros personagens que conheceremos melhor a seguir.

Na *Detective Comics* n. 39, de maio de 1940, Batman e Robin³⁴⁷ enfrentam a horda do dragão verde. A história desenrola-se a partir do sequestro de dois milionários e da morte de um de seus motoristas com um machado. Batman então vai a Chinatown investigar o crime porque “Tem apenas um tipo de povo que mata com machado”. Nosso herói reencontra-se com Wong. O narrador define este personagem, assim como havia feito na história anterior, como um homem sábio e honrado, embora desta vez nos seja acrescentado que Wong é o prefeito não oficial de Chinatown, revelando a organização social particular deste bairro.



Ilustração 4: Chinatown. Fonte: *Detective Comics* n. 39.³⁴⁸

E quanto à localização da Chinatown dentro da cidade? Segundo Batman, ela fica perto das docas, mais precisamente do píer 3, onde Wong o mandou investigar sobre o tráfico de ópio.

Na ilustração 4, o narrador descreve Chinatown como “uma cidade dentro de uma cidade, onde o mistério do Oriente chega às ruas do Ocidente”. Em seguida, Wong pede ajuda a Batman para acabar com a horda do dragão verde, traficantes de ópio que, no desenrolar da história, matam Wong.

346 Orientalismo define a visão eurocêntrica que trata de forma indistinta as culturas ditas orientais, representando toda uma vasta gama de culturas e sociedades “fora” do contexto ocidental e europeu sob o signo homogêneo do orientalismo. Há na construção desta representação imprecisa e unívoca do que seria o Oriente mecanismos implícitos de dominação que podem ser encontrados em várias esferas, inclusive na literatura ocidental, como nos demonstra Said (*Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007), desde Homero a Flaubert. Nos quadrinhos do Batman essas representações imprecisas são abundantes.

347 Desde a *Detective Comics* n. 38 Robin passa a ser o fiel escudeiro e ajudante do Batman.

348 In: FINGER, Bill; KANE, Bob; ROBINSON, Jerry. *The Batman chronicles*, v. 2. Nova York: DC Comics, 2006, p. 9.

Ao final, Batman derrota os traficantes de ópio durante uma luta em que derruba sobre os chineses e mongóis uma gigantesca estátua de sua horda, matando-os.



Ilustração 5: "The idol of the Green dragon kills its own!!!" ou "O ídolo do dragão verde mata os seus", conta-nos o narrador. Fonte: Detective Comics n. 39.349

O último quadro desta história mostra uma mãe chinesa explicando à sua filha porque ela deveria rezar pelo Batman: "[...] ele salvou muitas almas do nosso povo. Se não fosse por ele o ópio as teria escravizado como fez em gerações passadas".



Ilustração 32: Mãe e filha chinesas. Fonte: Detective Comics n. 39.³⁵⁰

Aqui nesta história percebe-se um conflito entre a representação do chinês que se assimila na figura da família que reza por nosso herói e do imigrante criminoso da horda do dragão verde.

349 Ibid., p. 17.

350 Ibid., p. 18.

Robert Park³⁵¹ e Burgess conceberam a assimilação dos imigrantes como um processo em quatro etapas: a rivalidade, o conflito, a adaptação e assimilação.³⁵² Park concebia a assimilação dos imigrantes, rejeitando a noção de unidade nacional baseada na homogeneidade racial.

Segundo Park e Burgess,³⁵³ a noção de assimilação na acepção popular norte-americana está diretamente ligada à questão da imigração e à sua incorporação na cultura nacional. Esta noção popular compreende a cultura nacional como uma entidade homogênea à qual o imigrante deveria integrar-se. No entanto, a noção de assimilação para estes autores refere-se à fusão entre culturas.

A assimilação deveria ser promovida de forma indireta, pela participação do imigrante na vida social. Apesar de compreender a memória cultural do imigrante como parte importante do processo de assimilação, este processo cumprir-se-ia com a segunda geração desses imigrantes, os seus filhos nascidos nos Estados Unidos. Desta forma a memória imigrante é entendida como parte do processo de adaptação para assimilação, sendo mais tarde esquecida. Na concepção de assimilação como fusão cultural destes autores, em contrapartida às noções de assimilação como aculturação³⁵⁴ do imigrante a uma cultura nacional homogênea, o objetivo principal é fazer com que este imigrante compartilhe os ideais norte-americanos. Ou seja, nesta noção de “diálogo” ou fusão, em que há uma troca entre cultura de origem e cultura de adoção, o imigrante é compelido a abandonar seu passado e sua memória.



Ilustração 6: Máfia chinesa. Fonte: *Detective Comics* n. 52.³⁵⁵

Na *Detective Comics* n. 52, de 1941, vemos surgir a máfia chinesa e sua prática de extorsão que alarma os moradores do bairro chinês.

351 Robert Ezra Park (Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Zahar: Rio de Janeiro, 1967, p. 29-72) foi um dos mais importantes nomes da Escola de Chicago. No seu artigo “A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” propõe o uso da etnografia para a compreensão do meio urbano, algo completamente inovador na época tanto para a sociologia quanto para a antropologia, que ainda se dedicava aos estudos de sociedades exóticas. Outra proposição é a de se enxergar a cidade como uma espécie de laboratório social. Essas ideias de Park foram desenvolvidas pelos pesquisadores da Escola de Chicago.

352 PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of Sociology*. Illinois: University of Chicago Press, 1921.

353 Ibid.

354 A aculturação seria o processo de transmissão de elementos culturais de um grupo cultural para outro (Ibid).

355 In: FINGER, Bill; KANE, Bob; ROBINSON, Jerry. *The Batman chronicles*, v. 4. Nova York: DC Comics, 2007, p. 25.

Diz o narrador: “Dias passam. Então, coisas estranhas acontecem no bairro oriental, em lojas de chá, espaços de chop suey, lavanderias...” Esta é uma descrição interessante do bairro e do tipo de função que os imigrantes chineses ali desempenham.



Ilustração 7: Extorsão aos donos de lojas. Fonte: *Detective Comics* n. 52.³⁵⁶

Na ilustração 7, o narrador descreve os donos de lojas que estão sendo extorquidos como “inocentes”. Vemos então mais uma vez a figura do chinês inocente ou confiável.

Comerciantes recorrem ao prefeito de Chinatown para escapar da máfia. Loo Chung é o novo prefeito, substituto de Wong desde o seu assassinato. Batman então aparece neste encontro e promete acabar com a máfia, que seria comandada, de acordo com a história, por um “descendente de Gengis Khan”.



Ilustração 8: Batman aparece em encontro entre comerciantes e o prefeito de Chinatown. Fonte: *Detective Comics* n. 52.³⁵⁷

Transcrevo a fala dos dois personagens chineses da ilustração 8: “Por muito tempo o nosso povo não foi incomodado pelos bandidos de Khan, mas agora...”; “Agora nós ouvimos que um Khan usa o anel aqui na América”. Eles se referem a um anel que re-

356 Ibid., p. 25.

357 Ibid., p. 26.

apresenta a descendência de Gengis Khan. Mas o mais importante desta fala é a ideia do descendente que está na América e que, de certa forma, ameaça o padrão americano de vida ou o american way of life.

Ao final, Loo Chung, novo prefeito de Chinatown, revela-se como o chefe da máfia chinesa, traíndo a confiança de Batman. Chung o prende em uma espécie de prisão subterrânea, e, em sua fuga, Batman encontra um chinês idoso acorrentado sendo açoitado por um mongol.

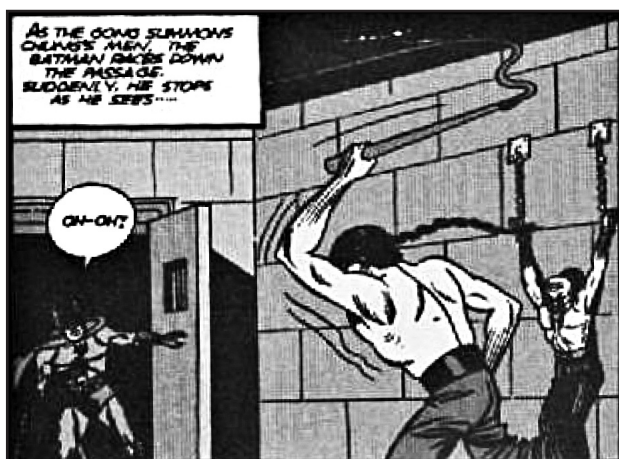


Ilustração 9: Chinês açoitado. Fonte: *Detective Comics* n, 52.³⁵⁸

Batman encontra-se encurralado quando surge um pequeno dragão que assusta os supersticiosos bandidos chineses. O dragão de fato era Robin usando uma fantasia, como podemos ver nos quadrinhos a seguir.



Ilustração 10: Robin fantasiado. Fonte: *Detective Comics* n, 52.³⁵⁹

A última fala de Batman nesta história dirige-se ao velho chinês que ele libertou: "Agora seu povo pode andar livre novamente como todos os homens deveriam".

358 Ibid., p. 29.

359 Ibid., p. 30.

Nessas histórias do Batman vemos uma ambiguidade na representação do homem oriental, ora retratado como confiável, ora como criminoso. Mas a ambiguidade maior decorre do fato de que muitas vezes um mesmo personagem aparece como confiável e, em seguida, ataca o herói, em uma representação do lugar de desconfiança que assume a figura do imigrante, do "outro", daquele que não se conhece ao certo. É como se o nosso herói, por não dominar os códigos culturais desses imigrantes, incorresse no erro de confiar em personagens como Loo Chung ou Sin Fang.

Vemos surgir nessas histórias tanto representações do imigrante como criminoso quanto como sujeito em vias de assimilação, como no caso dos comerciantes de Chinatown e da mãe e filha que rezam por aquele que vem libertar seu povo. Pode-se perceber como Batman, em seu papel de libertar o povo chinês, na alegoria do velho chinês acorrentado, representa um ideal de nação livre. Esta alegoria aponta para o ideal de nação e a preocupação da época, compartilhada pela Escola de Chicago, com a integração do imigrante a sua nova sociedade. Os Estados Unidos nesse caso representam um lugar onde o imigrante pode ser livre, mas em contrapartida precisaria abdicar de certos traços tradicionais, como o "anel de Khan" e algumas de suas superstições. Esses quadrinhos demonstram o próprio conflito cultural por que passa o imigrante e como a assimilação é um processo negociado em que alguns de seus traços culturais tornam-se mais exaltados e outros esquecidos.

O tema da migração e assimilação compreende uma das principais preocupações da Escola de Chicago de Sociologia, corrente de pensamento a que esta pesquisa recorre como forma de teorizar a produção do imaginário urbano nos quadrinhos do Batman. A cidade de Gotham é composta por bairros imigrantes e, em muitos sentidos, detém o imaginário norte-americano de um *melting pot*³⁶⁰ cultural que teria dado origem à nação.

A representação da cidade dividida em bairros étnicos faz parte de um claro período histórico por que passaram os Estados Unidos, e esse momento histórico reflete-se tanto nas histórias em quadrinhos quanto nas teorias sociológicas. A cidade de Gotham representa os problemas das metrópoles de sua época, principalmente as cidades do contexto norte-americano, abaladas pela grande depressão de 1930 e as fortes ondas de imigração ocorridas ao longo do século XIX e início do XX.

A questão do espaço territorial que os imigrantes ocupam nos quadrinhos do Batman é bastante interessante. A noção de gueto como trabalhada por Louis Wirth³⁶¹ compreende a noção de segregação espacial e social. O gueto representa não apenas um distanciamento físico como também social. Temos aqui o caso de Chinatown no Batman e mesmo o beco ou gueto Hogan no Menino Amarelo.

No texto *The assimilation of races*,³⁶² Park considera a assimilação como um processo natural e espontâneo em que indivíduos adquirem a língua, as atitudes, hábitos e formas de comportamento de outro grupo social. No entanto, esse processo não exige a criação de uma homogeneidade cultural nesse grupo social maior. Este autor, portanto, inclui também a contribuição do imigrante no grupo social que o adota.

360 Segundo Park e Burgess (*Introduction to the science of Sociology*) a noção da assimilação como popularmente concebida nos Estados Unidos foi simbolicamente expressa na parábola do *melting pot* ou de uma espécie de caldeirão de misturas culturais e raciais.

361 WIRTH, Louis. *The ghetto*.

362 PARK, R. The assimilation of races. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of Sociology*. Illinois: University of Chicago Press, 1921. p. 756-761.

Para Park, a assimilação seria também um processo de emancipação do indivíduo por meio da quebra dos laços tradicionais. A homogeneidade metropolitana que o imigrante haveria de assumir, segundo Park,³⁶³ seria algo bastante próximo da discussão de individualidade em Simmel.³⁶⁴ A assimilação exige outra espécie de homogeneidade, aquela do *laissez-faire* ou *laissez-aller* da ação individual. Portanto, qual seria a homogeneidade ou característica dos metropolitanos? Propriamente a obliteração de signos de casta e classe que permitem a liberdade de ação do indivíduo, uma espécie de homogeneidade que remove o tabu social e permite que o indivíduo transite entre diferentes grupos.³⁶⁵ **A noção de homogeneidade que o imigrante deveria abraçar seria a de impessoalidade, individualidade e liberdade.**

Seria por meio da impessoalidade como algo que homogeneíza que se atingiria a capacidade de convivência entre diferentes grupos culturais e sociais na metrópole. No entanto, a cor da pele, segundo Robert Park, mesmo sendo um fator puramente externo torna-se um obstáculo para a assimilação de certos grupos, mais precisamente orientais e negros. A raça seria um fator que distingue e dificulta a impessoalidade.

O sociólogo Emory Bogardus,³⁶⁶ estudando a imigração japonesa nos Estados Unidos, utiliza-se do ciclo de assimilação de Park e o define em sete etapas, rejeitando a ideia de assimilação. A sétima e última etapa seria a da segunda geração de imigrantes, transformada em híbridos culturais. Autores como Frank Frazier³⁶⁷ e William Brown³⁶⁸ também rejeitam a noção de assimilação ao estudar os negros nos Estados Unidos. Segundo eles os negros tornam-se aculturados, mas não são de fato assimilados, já que não têm igualdade de direitos.

Mas o que os quadrinhos do Batman nos revelam sobre estas teorias? Chineses³⁶⁹ e orientais chegaram aos Estados Unidos, assim como o irlandês, ao longo do século XIX, mas ainda no século XX são vistos como o "outro". Esta questão da não assimilação estaria ligada à representação racial.

Os quadrinhos do Batman demonstram o conflito tanto entre imigrantes e estabelecidos, como entre os imigrantes que vivem os conflitos do processo de assimilação. Esse conflito é mais evidente na filha, imigrante de segunda geração que reza com a sua mãe, assim como no velho chinês libertado. Nesse processo há um esforço que exige a revisão de certos valores e a adoção de outros, aqueles, como colocado por Park,³⁷⁰ de participação na vida social e compartilhamento de ideais norte-americanos. Nessas passagens, Batman surge como aquele que liberta e assegura o direito de liberdade ao povo chinês. Essa noção de liberdade relaciona-se com a noção de liberdade metropolitana, utilizando aqui a noção de assimilação e liberdade em Robert Park.³⁷¹ É então no

363 Ibid.

364 SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

365 PARK, R. *The assimilation of races*.

366 Apud COULON, Alain. *A Escola de Chicago*.

367 Ibid.

368 Ibid.

369 Em 1849, acontece a primeira onda de migração chinesa, trazidos como mão de obra barata para trabalhar principalmente em minas de ouro e construção de ferrovias. Apesar de em 1872 ter sido proibida a importação da mão de obra braçal chinesa, em 1882 já havia 130 mil chineses no país. Esse ano representou um marco da imigração chinesa nos Estados Unidos: 39 mil chineses migraram para o país somente em 1882. O movimento antimigração chinesa tomou força na medida em que muitos trabalhadores organizados passaram a reclamar do fato de que a mão de obra chinesa seria muito barata e que a sua concorrência seria desleal. Neste mesmo ano, 1882, a imigração chinesa especializada e não especializada foi proibida. Esta proibição somente foi revogada em 1902 (BOGARDUS, Emory S. *Essentials of americanization*. Los Angeles: University of Southern California Press, 1919).

370 PARK, R. *The assimilation of races*.

371 Ibid.

espaço urbano impessoal que Batman age, efetivando o direito de liberdade do povo chinês, realizando o ideal norte-americano maior.

O tema da imigração no Super-Homem

A essa altura o leitor pode estar se perguntando sobre o tema da migração nos quadrinhos do Super-Homem, outro super-herói que luta por liberdade nos moldes do *american dream*. Nas histórias dos primeiros anos de vida deste super-herói a presença da migração é muito pequena, quiçá nula. Em um ou outro quadrinho vemos surgir um imigrante. Cito a breve passagem de um personagem na *Action Comics* n. 3. Esta história mostra o desabamento em uma mina de carvão e a ação de nosso herói salvando os trabalhadores soterrados. Em meio aos escombros, o Super-Homem encontra Stanislaw Kober e o resgata.

Stanislaw Kober é claramente reconhecido como imigrante não só por seu nome como por sua fala. No hospital, depois de saber que ficaria para sempre aleijado por conta do desabamento, Kober afirma: “Meses atrás nós sabia a mina é insegura – mas quando nós fala aos supervisores do chefe eles dizem: ‘não gosta trabalho, Stanislaw? Pede demissão!’”; “Mas nós não demite – tem mulher, crianças, contas! Então de volta nós temos que ir para a mina e longas horas de trabalho e pouco pagamento... e talvez para morrer!”³⁷² O dono da mina, em entrevista a Clark Kent, afirma que Kober não tem direito a pensão, apesar de ter ficado aleijado em um acidente de trabalho. O imigrante é representado aqui como o trabalhador explorado. Um homem honrado e trabalhador, muito diferente da representação ambígua que o imigrante assume no Batman.

Super-Homem: o imigrante intergaláctico

A relação do Super-Homem com a imigração é muito forte, a despeito da rara presença de personagens estrangeiros em suas histórias. Não é de admirar que dois garotos³⁷³ filhos de imigrantes judeus criados nos Estados Unidos construíssem representações simpáticas a imigrantes, vistos aqui como trabalhadores. O Super-Homem é o próprio imigrante intergaláctico, vindo de outro planeta em uma cápsula.

Os primeiros quadros da primeira história em quadrinhos do Super-Homem, a *Action Comics* n. 1, contam que, conforme um planeta distante era destruído, um cientista colocou seu filho, ainda bebê, em uma cápsula espacial lançada em direção à Terra. A criança foi encontrada e levada a um orfanato. Desde cedo esta criança apresentou superforça e, em sua maturidade, tornou-se o Super-Homem.

Na revista *Superman* n. 1, de julho de 1939, a origem do nosso herói é recontada com acréscimos de detalhes: seu planeta original seria Krypton e ele teria sido achado por um casal de idosos, os Kent, que depois de o terem levado ao orfanato resolveram retornar e o adotar.

372 Cito a fala original: “Months ago we know mine is unsafe - - but when we tell boss’s foremen they say: ‘no-like job, Stanislaw? Quit!’”; “But we no-quit – got wife, kids, bills! So back we go to mine an long hours an little pay... an maybe to die!”. In: SIEGEL, Jerry e SHUSTER, Joe. *The Superman chronicles*, v. 1. Nova York: DC Comics, 2006. p. 35.

373 Refiro-me a Siegel e Shuster, os criadores do Super-Homem.

Essa história nos lembra alguma coisa? De certa forma remete à viagem dos imigrantes que tiveram que cruzar o mar até o novo mundo, reverberando em uma experiência e imaginário mítico da construção dos Estados Unidos como nação multicultural. Autores como Eco³⁷⁴, por sua vez, remontam à construção do Super-Homem como um mito moderno que recorre a esquemas e heróis da mitologia clássica. O Super-Homem venceria qualquer herói grego, de Hércules a Sansão, além de ter uma moralidade messiânica. O Super-Homem em sua cápsula assemelha-se a Moisés, o profeta judeu que, quando bebê, também foi colocado em uma cápsula para ser levado pelas águas do Nilo.

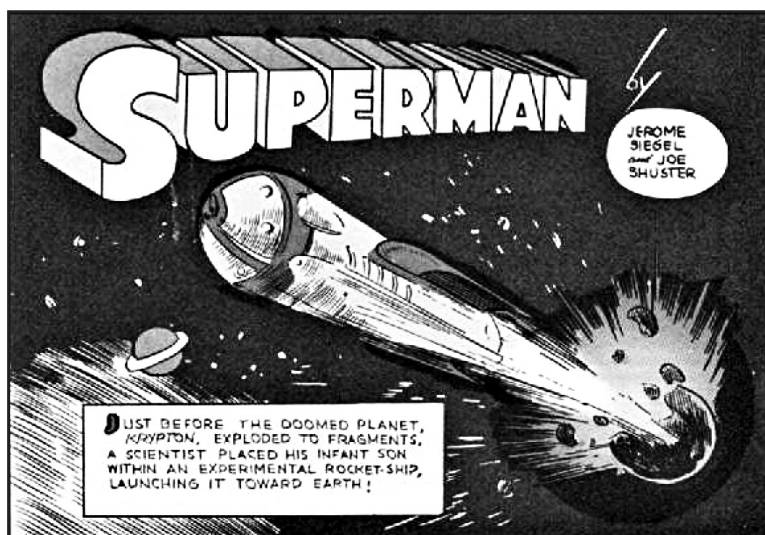


Ilustração 11: A explosão do planeta Krypton. Fonte: *Superman* n. 1.³⁷⁵

O Super-Homem é um mito moderno que representa a moralidade bem como os ideais norte-americanos de liberdade e assimilação. Ele é o imigrante intergaláctico símbolo da cidadania e do sucesso dos não nascidos nos Estados Unidos que foram assimilados e integrados a essa sociedade. O Super-Homem, mesmo não tendo nascido nos EUA, é patriótico e superamericano em suas ações e ideais. Ao mesmo tempo em que representa o ideal da assimilação, nosso herói representa o sucesso máximo desta. Apesar do tema da migração não estar presente de forma explícita no Super-Homem, pois não há a constante presença de personagens imigrantes, a construção do personagem principal reflete o próprio ideal da assimilação.

Conclusão

Vimos como os imigrantes já estavam presentes desde o que é notoriamente considerado como o primeiro quadrinho da história, o Menino Amarelo, e mesmo desde representações gráficas anteriores como os cartuns. Nos quadrinhos do Batman e Super-Homem analisados aqui a migração também se faz presente. Mas apesar de partilharem a mesma questão em suas histórias o tratamento dado ao tema é bastante distinto.

374 ECO, Umberto. O mito do Superman. In: _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

375 In SIEGEL, Jerry; SHUSTER, Joe. *The Superman chronicles*, v. 1. Nova York: DC Comics, 2006.

No Batman o imigrante assume o papel ambíguo de ser ou criminoso ou sujeito em vias de assimilação, enquanto nas histórias do Super-Homem o imigrante intergaláctico é o próprio super-herói e personagem principal.

O que esses quadros sobre a migração nos revelam acerca da territorialidade ocupada por esses imigrantes, sobre a representação dessas cidades e, mais ainda, sobre as cidades norte-americanas das primeiras décadas do século passado? À guisa de conclusão deixo estas indagações com as quais trabalhei em outro lugar,³⁷⁶ apontando para o fato de que as reflexões sobre a migração aqui expostas ajudaram-me a traçar um diálogo entre as cidades modernas e as cidades imaginárias dos quadrinhos.

Referências

- APPEL, John; APPEL, Selma. *Comics da imigração na América*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BOGARDUS, Emory S. *Essentials of americanization*. Los Angeles: University of Southern California Press, 1919.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- ECO, Umberto. O mito do Superman. In: _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FINGER, Bill; KANE, Bob; ROBINSON, Jerry. *The Batman chronicles*, v. 1. Nova York: DC Comics, 2005.
- _____. *The Batman chronicles*, v. 2. Nova York: DC Comics, 2006.
- _____. *The Batman chronicles*, v. 4. Nova York: DC Comics, 2007.
- MARNY, Jacques. *Sociologia das histórias aos quadrinhos*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1988.
- PARK, R. The assimilation of races. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of Sociology*. Illinois: University of Chicago Press, 1921. p. 756-761.
- _____. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Zahar: Rio de Janeiro, 1967. p. 29-72.
- PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the science of Sociology*. Illinois: University of Chicago Press, 1921.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SIEGEL, Jerry; SHUSTER, Joe. *The Superman chronicles*, v. 1. Nova York: DC Comics, 2006.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. Zahar: Rio de Janeiro, 1967. p. 13-28
- _____. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- VIANA, Nildo. *Heróis e super-heróis no mundo dos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

376 Ver VIEIRA, Marina Cavalcante. *Visões da modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- VIEIRA, Marina Cavalcante. Imagem de cidade e representação urbana: Gotham City e Metrópolis em finais da década de 1930. *Intratextos*, Rio de Janeiro, n. esp. 2, p.93-106, 2011.
- _____. Urban Images in Comic Books: Representation of Metropolis and Gotham in the late 1930s. *The International Journal of Image*, Illinois, v. 1, 2011, p. 45-56.
- _____. *Visões da modernidade nas histórias em quadrinhos: Gotham e Metrópolis em finais de 1930*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1966.

3

Migração e integração social

Joana Bahia^{377*}

Apresentação

A pele que (o) eu habito(a)

Filme do universo almodovariano, em que o personagem principal é obrigado amudar de pele, de gênero e, conseqüentemente, de papel social, é uma boa metáfora para se compreender as dificuldades de integração do migrante no país de destino, o desconforto da condição de estrangeiro. Mesmo tão perto espacialmente, há uma distância social que separa os estrangeiros dos outros.³⁷⁸

Se mudar de língua significa mudar de pele, vivencia-se não apenas o afastamento da língua de origem, mas a consciência deque se fala com sotaque, com erros, com acertos e com limites que o tempo migratório e sua vivência podem ou não dirimir, e falar de outro modo também inclui esse migrante num mercado linguístico que se baseia nas hierarquias sociais.³⁷⁹

Língua, educação e a respectiva reconstrução dos laços afetivos e familiares, visando a possibilidade de ascensão social e econômica, mostram como a inserção num país novo pode ser vivenciada na pele do migrante e o quanto isso afeta diretamente o seu cotidiano, seja nas duras condições objetivadas nas políticas de Estado em relação aos imigrantes, seja nas formas de compartilhar ou não diferentes reconstruções do *self* ou melhor recompor subjetividades em pleno estranhamento causado pelo deslocamento espacial e social fruto do processo migratório. As experiências emocionais mostram o quanto a cultura atravessa estômagos, sendo algo visceral.

No texto de Tatiana Waldman temos as diferentes posturas adotadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito ao acesso de imigrantes à educação escolar desde o início do século XX até os dias atuais. A autora mostra que o ato de migrar é, para aqueles que migram, uma possibilidade de ascensão econômica e social, e a educação, em especial de seus filhos, passa a ser de particular importância para o sucesso das futuras gerações. Isso também possibilita o acesso à cultura local e às instituições e serviços disponíveis aos residentes em um país.

No Brasil temos desde a postura do que estimula a organização, por parte dos imigrantes, para a criação de suas próprias escolas no país até uma política de nacionaliza-

377 * Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

378 SIMMEL, Georg. O estrangeiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. João Pessoa, v. 4, n. 12, 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv4n12dez2005.pdf>>.

379 BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

ção do ensino pelo Estado, em que a existência destas escolas foi sendo gradualmente cerceada. Posteriormente, temos uma fase de inclusão desta população nas instituições de ensino públicas nacionais; culminando com o Estatuto do Estrangeiro (Decreto n. 86.715, publicado aos 10 de dezembro de 1981), que condiciona a matrícula em estabelecimento de ensino ao registro ou cadastro do imigrante no país, mas segue adotando a premissa de “coibir a imigração clandestina”, protegendo o trabalhador nacional da competição diante de uma política migratória não discriminada.

Muitas dessas posturas evidenciam as dificuldades para a inclusão desta população nas escolas, bem como os conflitos entre os agentes de nacionalização e as pessoas que atuavam nas escolas de imigração, uma vez que a medida visa muito mais o controle dos fluxos migratórios do que a inserção de fato do imigrante no sistema escolar.

A escola emerge não apenas como lugar de conflitos entre diferentes atores no jogo migratório, mas também como lugar de encontro no cenário migratório internacional tratado no estudo de Bianka Pires sobre os adolescentes brasileiros no sistema educacional espanhol. Contraditoriamente à imigração ter como “motivo o futuro dos filhos”, a autora sabiamente mostra que se trata de um projeto dos pais. Será que o ambiente socioeducativo possibilita a reconstrução emocional e social destes adolescentes no novo país? Nesse sentido, a rede de amizades é tão ou mais importante como fator decisivo em seu processo de integração socioeducativa que o simples domínio da língua local ou o êxito escolar, pois, além de receberem suporte emocional e conhecerem mais o novo entorno, eles aprendem a ter fluidez na língua local, trocando experiências culturais. Como nos mostra a fascinante amizade entre um argelino e um brasileiro, recém-chegados, que sequer dominavam o idioma local e nem conheciam um o idioma do outro.

A autora nos lembra que, quando lidamos com fluxos migratórios, as variáveis sociais entram em cena mostrando como a adolescência pode ser objeto de estudo de veras complexos: “a idade de chegada na nova sociedade, o tempo de aprendizagem da língua local, o tipo de acolhida, a personalidade, o capital social, o gênero, a etnicidade, além das condições financeiras da família (‘manter’ as atividades que implicam as amizades requer investimento de tempo e dinheiro por parte dos pais, que nem sempre podem realizar gastos excedentes)”. Fatores que, somados às diferenças sociais marcadas pelos lugares de moradia e estudo, podem influenciar diretamente na hora de fomentar as amizades.

Se, no Brasil, bairro, vizinhança, rua ou condomínio eram considerados espaços mais significativos no fomento aos relacionamentos, na nova realidade, a escola se torna o lugar onde dão início a estas redes. Não obstante Barcelona ser uma cidade cosmopolita, isso não significa que haja contato frequente entre os distintos grupos culturais que circulam por ela. Nesse sentido, a escola se torna um lugar de contato obrigatório entre os diferentes grupos étnicos e a sociedade nacional (150 nacionalidades), mais do que os demais espaços de socialização.

Sabemos, na análise das ciências sociais, que os espaços físicos ocupados pelos imigrantes são frutos de construções sociais. Alguns, baseados em valores campestres que não são descolados na nova realidade migratória urbana, mas que nela são recriados, possibilitando mudanças no universo originário dos imigrantes. Valores como trabalho duro e espírito de previdência, por exemplo, são acionados pelas mulheres portuguesas na elaboração e na realização de projetos migratórios e residenciais das famílias migrantes no subúrbio parisiense de Montrouge, lugar etnográfico da pesquisadora Svetlana Ruseishvili.

A autora mostra que a história da imigração na França é longa, sendo constituída por vários fluxos que se intensificam após a Segunda Guerra Mundial e compreendem, respectivamente, desde a imigração das regiões descolonizadas, como Argélia e Indochina, os refugiados da guerra (russos, poloneses e iugoslavos), até espanhóis e portugueses em busca de trabalhos de baixa qualificação técnica. Entre os anos 1962-1972, vários fatores contribuíram para uma massiva emigração dos portugueses: a crise econômica, que afetou principalmente a zona rural do país; a guerra em Angola, que levou ao recrutamento dos jovens da zona rural e os baixos níveis de educação e de ascensão social.

Parte dessa população ocupou os setores de serviços, de obras públicas, de indústria de processamento e de construção civil, sendo a atividade feminina bastante elevada em ocupações como zeladora e empregada doméstica. As peculiaridades de ocupação profissional das portuguesas na região parisiense – a residência gratuita, o horário de trabalho flexível e a multiplicação de empregos – permitiram aumentar as receitas da família que, junto à gestão rígida das despesas, favoreceu a acumulação de recursos monetários destinada, de um lado, à aquisição de uma casa no país de origem (prova de sucesso de todo o empreendimento migratório), e, do outro, a melhorias na residência dos filhos na França, resultando no abandono do ideal de retorno ao país de origem.

Além dos saberes campesinos como da previdência, acionado como parte do projeto migratório, os demais são usados na hora de obterem a renda do trabalho complementar em atividades realizadas fora do horário de trabalho, ao mesmo tempo em que possibilitam uma relativa autonomia da sua própria família de origem.

A presença das mulheres não constitui um fenômeno novo nos fluxos migratórios, entretanto, as mudanças no papel da mulher e a globalização nos países de origem e de destino mostram que elas migram de modo distinto do passado, isto é, independente de sua família, sendo protagonistas no processo e se tornando chefes, sendo seus trabalhos, em terras estrangeiras, cruciais para a renda familiar.

Suas adaptações, rupturas e conflitos na sociedade italiana são tratadas na análise de Isabela Sousa sobre as imigrantes brasileiras em Roma. A Itália, há quase três décadas, era o segundo destino escolhido por imigrantes brasileiros na Europa, depois de Portugal. Há uma prevalência de mulheres, sendo que muitas já tiveram a experiência de migrar internamente no Brasil antes de ir para Europa.

Os vários depoimentos são reveladores de como, nos projetos da reunião familiar, estão intrincadas as decisões e as experiências migratórias. Fato que destacamos nos trabalhos de Bianka Pires e de Svetlana Ruseishvili. A saída das mulheres do país de origem também vem contribuindo para uma nova divisão dos cuidados familiares e de saúde, e parentes são chamados a desempenhar atividades até então realizadas pelas mulheres. Portanto, podem ser muitas as dificuldades que sofrem no manejo das suas responsabilidades, na delegação dos cuidados familiares e de saúde e na adaptação no país de acolhida.

O ato de migrar é também uma experiência que traz consequências e vicissitudes no processo subjetivo daquele que vive a experiência migratória. Processo sujeito a adaptações nem sempre felizes, muitas vezes contraditórias e sujeitas a conflitos de várias ordens. Questões abordadas nos trabalhos de Ademir Pacelli e Pâmela Mizurini, María Liliana Pereira e Berenice Young e da já referida Isabela Sousa.

Pacelli e Mizurini estudam o sujeito migrante a partir das chamadas viagens patológicas – os tipos de deslocamentos resultantes de ideações delirantes ou de outras vivências psicóticas – e nos apresentam propostas terapêuticas que possam contribuir para a clínica destes indivíduos na assistência em saúde mental. Os autores partem da ideia de que “o mal-estar, o *pathos*, a paixão, a angústia ou o sofrimento podem paralisar, mas tendem a fazer mover”.

Errantes, deslocados, trecheiros, vagantes e errabundos possuem a ilusão de construir para si uma história ficcional que “tapará o buraco da falta de história própria, de identidade”, vivenciam uma ânsia que põe o sujeito em movimento. Sem as condições de desenvolver e sustentar laços sociais mais consistentes, o sujeito desloca-se de um lugar para outro, mas permanece nesta vivência “do sem lugar”.

Os autores mostram que, em alguns casos, a migração pode ser uma tentativa de saída diante de certos impasses psíquicos. Romper com os laços primários e buscar o reconhecimento no outro, o estranho, pode resultar em desdobramentos subjetivos positivos, mas, sem os dispositivos psíquicos para lidar com o outro, emerge a angústia e a fragmentação do eu.

Os limites e dificuldades no aprendizado de uma nova língua mostram que a migração implica uma passagem do acalanto à desproteção. Nesse sentido, a língua materna significa a própria pele; sendo assim, podemos inferir que falar outra língua significa o abandono da nossa proteção e a adoção de outra.

Como nos revela o estudo de María Liliana Pereira, na clínica com estrangeiros, a questão do idioma coloca-se desde o primeiro momento de atendimento. Ela nos lembra que o imigrante é um “nômade idiomático”, isto é, necessita construir uma ponte entre o lugar de origem e o lugar de estrangeiro, resultando num “esquecimento” necessário ao adquirir a nova língua. Isso leva a um conflito em que não recuperará o que foi esquecido e nunca se apropriará totalmente da nova cultura.

Refugiados climáticos, migrações internas, migrações forçadas e exílio político, suas diferentes escolhas e formas traumáticas de (re)construção do projeto migratório vão afetar diretamente o modo como falarão a nova língua. Muitas vezes, a língua estrangeira representa a separação do (da língua) materno(a) como algo violento. As incertezas de um futuro longe e diferente da família e da origem podem significar não mais poder voltar. Mesmo a escolha de emigrar “livremente” pode esconder questões subjetivas, nem sempre assumidas como próprias, que aprisionam o imigrante, impedindo-o de estabelecer laços no país de emigração. Em outros casos, a saída da terra natal possibilita ao sujeito novas opções de vida pessoal e profissional, afastando-o dos determinantes sociais presentes na reprodução familiar (negócios da família, profissão do pai ou da mãe). Muitos veem a experiência de migrar como algo libertador. Ser estrangeiro pode significar ter a liberdade de experimentar suas escolhas, possibilitando uma ressignificação de seus conflitos com a família de origem e de sua diferença no interior de suas redes sociais.

Nesse sentido, o estrangeiro confrontará sua origem com a alteridade, sendo que a língua proporcionará ou não a possibilidade de nomeação dessas diferenças. A viagem migratória nos faz compreender que o outro só é alcançado em nós mesmos. Compreendemos que o estrangeiro está delineado – latente e invisível – nas brechas ou indeterminações de sua identidade.

De que modo a indeterminação e as incertezas da migração podem ser pensadas pelos próprios migrantes? Esse foi o trabalho de Berenice Young, desenvolvido com imi-

grantes de países latino americanos na Casa do Migrante, organização não governamental a cargo da Congregação de Padres Escalabrinianos de São Carlos, que presta abrigo temporário aos migrantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A autora mostra como as famílias migrantes enfrentam a perda da sua rede social e os membros da família veem-se sobrecarregados pela demanda da satisfação dessas necessidades. Filhos que viram amigos e outras mudanças de papéis e situações se tornam parte das alegrias, perdas e readaptações constantes no processo migratório.

Imagens da cidade, do país receptor construídas em meio às vivências emocionadas e de crise, sendo formadas por uma multiplicidade de aspectos tais como: imagens idealizadas sobre o Brasil e sua gente; experiências nos percursos migratórios; estilos pessoais de se relacionar com o outro e também outros referenciais (dependentes do país de procedência, da cultura e valores deste). Além do mais, essas imagens estão sujeitas às nuances da fase migratória de cada um e à conjuntura política migratória do Brasil.

Os processos migratórios e as readaptações identitárias daí decorrentes nos ensinam que podemos usar uma segunda e terceira peles, mostrando que a integração é um tema complexo e cheio de nuances. Se, por um lado, temos êxito no projeto migratório, por outro, não refazemos totalmente as redes sociais originárias. Por isso é necessário voltar ocasionalmente à pele antiga, seja em momentos de reclusão ou de convivência com os iguais, refazendo-a sob o olhar do ser estrangeiro e não poder deixar de sê-lo. As identidades, sejam patológicas ou não, são móveis. Para lidar com os conflitos, lutos e perdas no processo migratório, reconstroem caminhos, acionam memórias, buscando na presença de um outro o estranho dentro de si mesmo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. João Pessoa, v. 4, n. 12, 2005.

Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv4n12dez2005.pdf>>.

A mulher migrante e a estratégia residencial da família: imigrantes portugueses na França.

Svetlana Ruseishvili^{380*}

O presente artigo apresenta um extrato adaptado e aprofundado da dissertação de mestrado, realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, intitulada "As estratégias residenciais dos imigrantes portugueses em um subúrbio parisiense".³⁸¹ Ao longo dessa pesquisa, que envolveu uma análise empírica, foi revelado um importante papel das mulheres portuguesas na elaboração e na realização de projetos migratórios e residenciais das famílias migrantes, abrindo, assim, espaço para reflexões sobre a presença da mulher nas experiências imigratórias.

A França é um país europeu que dispõe de uma longa história de imigração. Seja como consequência do passado colonial ou da política republicana de recebimento das populações em fuga de perseguições ou miséria em seu país de origem, a imigração na França começou a ser um fenômeno de grande importância ainda no começo do século XX. A combinação dos problemas demográficos e do desenvolvimento do trabalho industrial nessa época produziu o fenômeno de imigração de massa para o país: primeiramente, dos italianos e, posteriormente, dos belgas, principalmente, como mão de obra nas grandes indústrias. Assim, durante muitos anos, a questão de imigração na França esteve diretamente ligada à questão da classe trabalhadora. Como consequência de baixos salários e a política do Estado que colocava os trabalhadores franceses em concorrência com trabalhadores imigrantes, as relações entre esses dois grupos ficaram cada vez mais conflituosas, o que começou a ser explorado pela mídia e por partidos políticos, virando uma questão política, dando origem a fenômenos de nacionalismo e xenofobia contra os imigrantes.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a imigração para a França se intensificou e tomou outras dimensões: tanto em relação à quantidade de imigrantes, quanto em relação às suas origens. Nessa época, podem-se destacar três grandes grupos de imigrantes. Primeiro, a imigração das regiões descolonizadas, como Argélia e Indochina. Segundo, os refugiados da guerra, como os russos, poloneses, iugoslavos, etc. Terceiro, os grupos de imigrantes, majoritariamente, espanhóis e portugueses, em busca de trabalhos de baixa qualificação técnica. A intensificação e a complexidade de novos fluxos migratórios resultaram na necessidade de criar políticas públicas e instituições de apoio e integração dos novos membros da sociedade francesa.

380 * Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Graduada em Sociologia pela Universidade Estatal de Moscou (MGU).

381 RUSEISHVILI, Svetlana. Les stratégies résidentielles des immigrés portugais dans une banlieue parisienne. Paris, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Assim, a questão de imigração entra definitivamente na agenda das ciências sociais francesas.³⁸²

Nos anos 1950, começa também a preocupação das políticas públicas com o alojamento das populações precárias, entre as quais os imigrantes de várias origens, devido a uma grande crise de moradia, em consequência das destruições da guerra e do salto demográfico. Nesse período, o governo começa a intensificar os projetos de construção de moradias de baixo custo nas periferias das grandes cidades, para realojar estas populações das zonas de favelas (*bidonvilles*), o que é reforçado pelo governo socialista nos anos 1980. Aproveitando esses novos complexos de moradias populares, o governo cria um sistema de alojamento baseado na hipótese de compartilhamento de um mesmo espaço por grupos sociais de origens diferentes, buscando uma aproximação sociocultural desses e uma integração mais profunda dos grupos marginalizados, como o proletariado e os imigrantes. Embora essa tese tenha sido discutida e criticada pelos pesquisadores na base dos estudos empíricos, essas políticas criaram uma situação populacional singular nos subúrbios franceses.³⁸³ Ao longo dos anos, as moradias populares, os HLM (*habitation à loyer modéré*), tornaram-se sinônimo de precariedade residencial e ficaram bastante estigmatizadas pela sociedade francesa. Então, os imigrantes que conseguem um lugar nessas residências são igualmente estigmatizados pela opinião pública, pois acredita-se que eles não têm outra escolha ou possibilidade de encontrar uma moradia menos precária.

Depois de ter analisado diversos dados estatísticos acerca das trajetórias residenciais dos imigrantes de diversas origens na França,³⁸⁴ pôde-se observar que, de um lado, grupos de diferentes origens étnicas e nacionais apresentam esquemas de trajetórias residenciais similares, mas, por outro lado, diferentes famílias de origem comum podem apresentar trajetórias residenciais bem diferentes. Os percursos dos imigrantes na França podem ser estatisticamente reagrupados em dois tipos: o que conduz ao acesso à propriedade, e aquele que leva à habitação popular. Entretanto, o que os dados estatísticos não são capazes de captar é que estes dois tipos de percurso não dependem da nacionalidade ou etnia dos imigrantes, e sim de um projeto de imigração próprio a cada família. Assim, a habitação social, estigmatizada pelos franceses e muitas vezes precária em relação ao conforto, não é necessariamente um sinal de "falha" na integração e ascensão socioeconômica dos imigrantes (como muitas vezes é reproduzido pela mídia), podendo ser uma importante parte de projeto de vida da família, constituindo, na verdade, uma estratégia para conseguir outros objetivos. Desse modo, a presente pesquisa foi dedicada à análise das trajetórias residenciais dos imigrantes na França, a fim de constatar se é realmente possível falar sobre *estratégia* residencial no contexto de imigração.

O estudo dos percursos residenciais, tendo em foco o fenômeno de estratégia familiar, deve ser longitudinal, com vistas a considerar as determinações de cada uma das

382 Sobre história de imigração na França: BLANC-CHALÉARD, M.-C. *Histoire de l'immigration*. Paris: La Découverte, 2001; NOIRIEL, G., *Le creuset français*. Histoire de l'immigration (XIXe-XXe siècle). Paris: Seuil, 1988; VIET, V., *La France immigrée*. Construction d'une politique, 1914-1997. Paris: Fayard, 1998.

383 Para análise mais aprofundada do tema, vide artigo clássico CHAMBOREDON, J.-C.; LEMAIRE M., Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. XI, n. 1, p. 3-33, 1970. Nele, os autores demonstram, baseando-se em uma pesquisa empírica, que a proximidade espacial nem sempre resulta em proximidade social. Então, uma ascensão e integração social dos grupos da classe trabalhadora que o governo queria obter, alojando-os lado ao lado das famílias da classe média nas moradias sociais, é nada mais de que uma ilusão.

384 SIMON, P. Les immigrés et le logement: une singularité qui s'atténue. *Données sociales*, Paris: INSEE, 1996. p. 428; VILLANOVA, R. de; BONVALET, C. Immigrés propriétaires ici et là-bas, un système résidentielle? In: BONNIN, P.; VILLANOVA, R. de (sous la dir.de) *D'une maison à l'autre: parcours et mobilités résidentielles*. Paris: CREAPHIS, 1999. p. 216.

diferentes escolhas. Para isso, é preciso analisar uma população imigrante que dispões de certa história de vida no país de instalação. Isto é, uma população originária de uma imigração bastante antiga na França. A imigração portuguesa para esse país conta mais de 50 anos, o que significa que muitos imigrantes portugueses passaram a maior parte da vida na França, já têm quase três gerações de descendentes e ainda estão vivos, disponibilizando ricos dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas aprofundadas, para a presente problemática.

A população de origem portuguesa é bastante considerável na França, devido principalmente a um forte movimento emigratório de Portugal nas décadas de 1960-1970, particularmente entre os anos 1962-1972. Essa época foi marcada em Portugal por vários fenômenos, que, sem dúvida, contribuíram para uma massiva emigração dos portugueses. Dentre tais eventos, pode-se destacar (i) a severa crise econômica que afetou principalmente a zona rural do país; e (ii) a guerra em Angola, que levou ao recrutamento dos jovens da zona rural. Além disso, a vida dos camponeses era pouco desenvolvida, com trabalho duro no campo e baixos níveis de educação e de ascensão social. A ausência de passaportes dos camponeses determinou o caráter ilegal de sua imigração para a França, quando a travessia da fronteira era feita em montanhas de maneira clandestina, envolvendo todos os riscos intrínsecos. Como resultado dessa situação social, segundo o censo feito em 1962, a população portuguesa na França contava apenas 50 mil pessoas, atingindo, em 1975, 759 mil.³⁸⁵ Em geral, a imigração era de origem rural, e composta de camponeses, majoritariamente, jovens e de sexo masculino. Depois da chegada para a França, grande parte dos portugueses se instalaram na região de Île-de-France, em uns subúrbios de Paris, onde formaram favelas marcadas etnicamente, das quais a memória permanece até os dias de hoje, apesar de terem sido destruídas nos anos 1970, para dar espaço a construção dos grandes complexos das moradias sociais.

Para a presente pesquisa foi escolhida uma cidade do subúrbio parisiense, Montrouge, por ser um lugar “eticamente neutro”, a fim de eliminar a influência da comunidade portuguesa em escolhas residenciais de cada família. Desse modo, por meio das entrevistas sobre o percurso residencial, conseguiu-se reconstruir as trajetórias residenciais de seis famílias imigrantes na França e em Portugal. Essas trajetórias confirmaram as hipóteses inicialmente apresentadas de que os imigrantes portugueses conseguiram realizar escolhas residenciais em virtude do projeto migratório da família. É possível, portanto, falar de estratégias residenciais que representam o processo composto de sacrifícios e de escolhas, em relação à habitação, orientadas para ascensão social e residencial da família migrante.

As estratégias residenciais dos imigrantes portugueses se caracterizam por uma forte dependência do trabalho, que se traduz por um duplo processo de mobilização de recursos provenientes da posição profissional. Essa mobilização é devida às peculiaridades da ocupação profissional dos portugueses na região parisiense, onde eles estão presentes nos setores de serviços, de obras públicas, de indústria de processamento e de construção civil, assim como nos serviços de táxi.³⁸⁶ Ademais, a atividade feminina é bastante elevada, sendo que as principais ocupações das mulheres são de zeladora e de empregada doméstica. Todas essas profissões trazem vantagens para as famílias

385 DESPLANQUES, G.; TABARD, N. La localisation de la population étrangère. *Économie et Statistique*, Paris, n. 242, 1991. p. 54.

386 VOLOVITCH-TAVARES, C. Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu'en 1974. In: MARES, A.; MILZA, P. (sous la dir. de). *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994. p. 104.

migrantes em relação à habitação. As estatísticas mostram que 13,3% de imigrantes portugueses, quando de sua chegada na França, ocuparam moradias gratuitas, concedidas por empregador.³⁸⁷ Dessa maneira, uma das estratégias residenciais dos portugueses consiste na utilização de habitação de serviço para mobilização de recursos para ascensão residencial e social da família.

A história de vida de uma das entrevistadas mostra que a habitação de serviço que ela ocupou gratuitamente durante toda sua vida na França lhe permitiu mobilizar recursos materiais para comprar uma casa própria no vilarejo de origem em Portugal apenas uma dezena de anos após a imigração. Da mesma maneira, a sua mobilidade residencial em Portugal (ela já trocou de casa duas vezes) se explica pelo fato de ela continuar morando gratuitamente, graças a sua ocupação profissional, o que libera recursos monetários suficientes para melhorar suas condições residenciais em seu país de origem.

Contudo, é importante ressaltar que o status de proprietário é muito valorizado pelos portugueses, enquanto a habitação de serviço é, ao contrário, um tipo de moradia bastante estigmatizada. Dessa maneira, as famílias portuguesas sacrificam o status valorizado de ocupação residencial no país de instalação para conseguí-lo em seu país de origem. Nesse momento, a orientação do projeto residencial para o país de origem torna-se evidente. Em compensação, a importância de ser proprietário no país de imigração se revela somente nas gerações seguintes.

Observa-se, portanto, que o que ocorre com as famílias portuguesas é um processo duplo de mobilização de recursos para ascensão residencial, consistente em sacrificar o status de proprietário no país de instalação para alcançá-lo no país de origem, utilizando a habitação gratuita relacionada ao serviço para mobilizar recursos monetários que permitem investir na propriedade em Portugal e que também favorecem a ascensão social e residencial dos filhos desses imigrantes na França. Porém, os objetivos deles são bastante ambíguos, pois a compra de uma casa em Portugal nunca sai da agenda, mas o investimento em melhorias de vida na França também é grande, o que contradiz a vontade expressada pelos entrevistados de voltar definitivamente a Portugal.

A orientação dos projetos de imigração para o país de origem é uma característica de praticamente toda a imigração portuguesa na França. Porém, ao longo de sua estadia fora de Portugal, os projetos imigratórios das famílias tendem a mudar e, consequentemente, seus projetos residenciais também. Originários de regiões rurais afetadas por uma severa crise, os portugueses emigraram para a França para “ganhar um dinheirinho e voltar para casa”, segundo um dos entrevistados. Então, o caráter temporário de imigração econômica determinou um comportamento residencial específico, que é estruturado em volta do projeto de retorno ao país natal. Contudo, o projeto de retorno evolui com o tempo. Como os homens portugueses se casam, majoritariamente, com as mulheres portuguesas (e, frequentemente, do mesmo vilarejo) e se instalam na França, seu projeto de retorno se estende. A chegada dos filhos e sua escolarização na França, no entanto, tornam-se fatores decisivos para o gradual abandono desse projeto de retorno:

A ideia no começo é sempre arrumar uma pequena casa no vilarejo e ganhar um pouco de dinheiro e voltar. Mas mais tempo nós ficamos na França, mais nós queremos.

387 SIMON, P. Les immigrés et le logement: une singularité qui s'atténue, p. 424.

E nós não conseguimos mais ir embora, os filhos crescem, vão à escola e você não pode mais largar tudo só por causa de uma casa que você tem lá no vilarejo.³⁸⁸

Contudo, o abandono do projeto de retorno não é igual para as mulheres e para os homens. Uma das entrevistadas, por exemplo, conta que seu esposo ainda planeja voltar a Portugal, mas ela nem considera mais essa possibilidade porque as duas filhas do casal cresceram na França. Outra entrevistada se lembra que também acreditava no caráter temporário de sua vinda para a França, o que mudou drasticamente no decorrer do tempo:

Eu queria voltar [...] mas depois eu me acostumei, e agora não quero mais voltar. Meus filhos são franceses, eles nasceram aqui, eles não vão querer voltar a Portugal.³⁸⁹

Os homens, enquanto isso, ainda têm esperança, depois de os filhos crescidos, de que eles consigam passar mais tempo em Portugal. O projeto de retorno definitivo, porém, não figura mais em seus discursos. Assim, um dos entrevistados, homem de 68 anos, divorciado, conta que costuma passar metade do ano em sua casa própria na aldeia natal em Portugal, pois os filhos já são adultos e ele mora sozinho em um apartamento de residência social em Montrouge. Porém, quando perguntado por que ele, então, não muda definitivamente para Portugal, ele diz, confuso: “Aqui eu tenho meus amigos, meu médico...”

Dessa maneira, a orientação de projeto residencial para a aquisição de uma casa em Portugal evolui com o tempo, e os outros objetivos aparecem nas estratégias familiares. A habitação na França, percebida inicialmente como secundária na escala de valores dos imigrantes portugueses, ganha mais importância em seus percursos. A ascensão socio-profissional, o casamento e, depois, a chegada dos filhos, conduzem os portugueses a buscar uma melhoria de sua posição residencial também na França.

A trajetória da família da dona Isabela é característica. Tendo já uma casa em Portugal, o que é visto como realização de projeto residencial da família, ela mora num quarto de zelador, com o seu marido. Os recursos que eles acumularam graças a sua habitação gratuita serviram para adquirir um apartamento num subúrbio parisiense para as duas filhas, que são francesas. O fato de o casal não procurar melhorias residenciais na França para eles mesmos, mas apenas para as suas filhas, conduz à conclusão de que, para o casal, a residência em Portugal possui ainda o valor simbólico principal em seu percurso, ainda que o projeto de retorno definitivo tenha sido completamente abandonado. Ser proprietário de uma casa na sua aldeia de origem tem um profundo significado simbólico para eles. Ter a casa própria não é apenas uma aspiração popular, característica ao seu meio cultural, isso também é a prova de sucesso de todo o empreendimento migratório, o símbolo da ascensão social e do sucesso de seus projetos de vida.

Dessa maneira, evoluídas no tempo, as finalidades das estratégias residenciais dos imigrantes portugueses têm um caráter ambíguo. A casa em Portugal permanece muito valorizada pelos imigrantes. A aquisição dessa casa estrutura a estratégia imigratória de cada casal no começo de imigração. Uma vez adquirida, essa casa permanece o lugar de residência desejado pelos portugueses, mas outros fatores atrasam a sua desejada volta

388 Entrevista concedida em 11 de março de 2010, em Montrouge, França.

389 Entrevista concedida em 19 de maio de 2010, em Montrouge, França.

para o país de origem. Os filhos, nascidos e escolarizados na França, determinam agora as mudanças tanto no projeto de retorno, quanto no projeto residencial. Assim, agora é a melhoria da habitação na França que ganha importância nos projetos residenciais dos imigrantes. Suas estratégias, portanto, têm uma dupla finalidade: de um lado, adquirir e manter a “casa dos sonhos” em Portugal e, do outro, melhorar as condições residenciais na França para os descendentes.

No entanto, pergunta-se: de que maneira, em apenas uma dezena de anos, os imigrantes portugueses, que saíram da miséria da zona rural, conseguiram não apenas comprar uma casa no vilarejo de origem como também melhorar suas condições no país de imigração? A resposta para essa pergunta pode ser encontrada por meio da análise de adaptação das mulheres portuguesas à sociedade francesa.

O papel dessas mulheres no processo de tomada de decisões residenciais é de extrema importância nas famílias portuguesas, devido às peculiaridades da ocupação profissional feminina. As estatísticas mostram que, em 1975, a imigração portuguesa na França contabilizava a população feminina mais numerosa (46,2%) depois dos espanhóis (47,3%).³⁹⁰ Ademais, essa população feminina é bastante ativa: nos anos 1960, as portuguesas representavam um terço das mulheres empregadas em serviços na região parisiense.³⁹¹ Segundo outra fonte, em 1987, 59,5% das mulheres portuguesas declararam um emprego (entretanto, o emprego não declarado – e, portanto, não contabilizado – é comum para o setor de serviços domésticos, um dos principais para as portuguesas).³⁹² Dessa maneira, a maioria das mulheres portuguesas exercia uma atividade remunerada, mas, em razão do baixo nível de qualificação, elas se encontravam, em sua maioria, em serviços domésticos e de zeladoria. Os especialistas em imigração portuguesa ressaltam que, graças às redes sociais de ajuda mútua (baseadas nas relações de parentesco, vizinhança e identidade regional), esses dois empregos tornaram-se típicos para as portuguesas.³⁹³

O trabalho feminino é um fenômeno crucial para a ascensão social dos imigrantes portugueses na França. As imigrantes originárias da zona rural, onde trabalhavam na agricultura familiar, se encontraram, agora, no espaço urbano da grande cidade. Algumas delas imigraram seguindo seus maridos, outras vieram sozinhas. Para as primeiras, o projeto de imigração dependia do projeto do marido, já as segundas vieram com o objetivo de trabalhar e voltar para Portugal depois de alguns anos. No entanto, independentemente das razões de imigração, a maioria das mulheres logo se encontrava empregada.

Achar um emprego nos anos da massiva imigração portuguesa para França não era difícil. Por meio das redes de conhecimentos mútuos, as recém-chegadas tinham acesso rápido aos lugares de empregadas domésticas nas famílias francesas, ou de zeladoras. Muitas vezes, a própria emigração foi resultado de influência dessas redes, como no caso de uma entrevistada, que, depois de ter deixado seu emprego de doméstica em uma família parisiense, escreveu para a sua prima em Portugal para substituí-la nesse emprego:

390 LEITE, C. Femmes et enjeux familiaux de la double résidence. In: BONNIN, P.; VILLANOVA, R. de (sous la dir. de). *D'une maison à l'autre: parcours et mobilité résidentielles*. Paris : CREAPHIS, 1999. p. 300.

391 VOLOVITCH-TAVARES, C. Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu'en 1974, p. 104.

392 VILLANOVA, R. de; LEITE, C.; RAPOSO, I. *Maisons de rêves au Portugal*. Paris: CREAPHIS, 1994. p.63.

393 Cf. LEANDRO, M.-E. *Au-delà des apparences: les Portugais face à l'insertion sociale*. Paris: L'Harmattan, 1995.

Dois anos depois de trabalhar com essa família, minha chefe me disse “Eu não posso te pagar mais, mas eu posso te ajudar a achar uma outra família que te pagaria mais. Mas você tem que me ajudar a achar alguém em Portugal para te substituir.” Eu tinha uma prima que queria vir também, então de mesmo jeito que me ajudaram a vir, eu ajudei minha prima para vir trabalhar aqui. Então, ela ficou com a família onde eu trabalhava, e eu achei um outro emprego em Paris, no 17^{ème} *arrondissement*, onde eles pagaram muito mais.³⁹⁴

Apesar de o trabalho das imigrantes ser cansativo e raramente sujeito às normas trabalhistas, ele era muito apreciado pelas mulheres. A pesquisadora da imigração portuguesa na França, Carolina Leite, ressalta que as portuguesas ficavam muito ligadas a seus trabalhos, pois o “acesso ao salário produz uma nova visão de trabalho (o trabalho de muitas dessas mulheres, de origem rural, não era remunerado), [...] e além disso, as ocasiões e as modalidades de socialização se multiplicam, criando a possibilidade de uma autonomia pessoal, até então considerada impensável”.³⁹⁵ Essas imigrantes passaram pela ruptura entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano, quando o segundo abriu para elas possibilidades mais amplas não somente na realização do projeto migratório, mas também do projeto de vida em geral. Isso pode ser observado no seguinte discurso:

Então, dois anos depois eu recebi meu passaporte português e eu me disse, “*voilà*, e volto para Portugal e eu não volto para cá nunca mais!” Mas dois meses no vilarejo e eu disse, “não, não, eu não consigo mais, eu volto para França!” Porque eu vi a vida em Portugal, e essa vida sempre foi dura, porque nós trabalhávamos nos campos. E lá eu entendi que minha vida na França era muito melhor.³⁹⁶

As mulheres portuguesas descobriram um novo modo de vida, no qual o trabalho e o salário abriram para elas possibilidades de gerir suas vidas de maneira mais independente. O trabalho, então, foi uma fonte importante de “emancipação vivida graças à travessia de fronteiras”.³⁹⁷

A “aquisição” da independência pelas imigrantes graças ao trabalho influenciou mudanças no projeto migratório e, conseqüentemente, no projeto residencial. As mulheres, que no começo de imigração declararam sua vontade de voltar a Portugal por causa das dificuldades vividas na França, ficaram cada vez mais ligadas ao país de instalação. Desse modo, se, no projeto inicial, a residência no vilarejo de origem ocupava lugar central, no projeto subsequente, a moradia na França começa a ganhar mais importância. Carolina Leite destaca que, se os homens viram o acesso à propriedade na França como um investimento, para as mulheres, essa decisão se traduzia em vontade de se enraizar.³⁹⁸

O trabalho feminino também é a fonte principal da poupança, que constitui o elemento central das estratégias residenciais dos imigrantes portugueses. Como os portugueses emigraram para escapar da crise no país e melhorar sua posição social por meio do trabalho, seu projeto inicial foi orientado para a acumulação de recursos monetá-

394 Entrevista concedida em 11 de março de 2010, em Montrouge, França.

395 LEITE, C. Femmes et enjeux familiaux de la double résidence, p. 303.

396 Entrevista concedida em 11 de março de 2010, em Montrouge, França.

397 GREEN, N.L. *Repenser les migrations*. Paris : PUF, 2002. p. 115.

398 LEITE, C. Femmes et enjeux familiaux de la double résidence, p. 304.

rios a fim de alcançar a propriedade no vilarejo de origem. Nesse processo, o papel da poupança era crucial para a realização desses projetos. Vale destacar que o papel das mulheres no processo de maximização da poupança foi deveras mais importante do que o dos homens. Analisando as histórias de vida dos imigrantes entrevistados, podemos perceber que os homens solteiros não conseguiam atingir o objetivo de adquirir uma propriedade em Portugal mesmo depois de anos de trabalho na França. Porém, apenas alguns anos depois do casamento, o casal conseguia comprar aquela casa desejada no vilarejo de origem. Diante desses dados curiosos, percebe-se o papel da mulher na constituição e na gestão da poupança da família.

O caso de Roberto, outro entrevistado ao longo da pesquisa, mostra que o casal conseguiu comprar uma casa em Portugal graças ao dinheiro disponibilizado pela moradia gratuita da esposa, zeladora de um imóvel:

Quando nós casamos, nós queríamos achar um apartamento onde os dois poderiam morar. Na época foi fácil achar uma vaga de zelador de imóvel. Minha mulher cuidava de limpeza, de correspondência no prédio e também de nossos filhos. [...] E eu trabalhava o dia inteiro na fábrica. O apartamento não foi muito grande mas foi suficiente para morar os dois. 30-40 metros quadrados. Um quarto e uma pequena sala, e ainda uma cozinha separada. Na época nós não pagávamos o aluguel, isso foi gratuito. Isso foi um dinheirinho a mais.³⁹⁹

A acumulação e a gestão da poupança são feitas principalmente pelas mulheres, devido, de um lado, ao seu papel na estrutura familiar tradicional, e de outro, devido a sua emancipação financeira, vivida pela imigração. Em outras palavras, além do papel tradicional da mulher portuguesa de se ocupar do lar, a imigrante assumiu uma nova responsabilidade na família, devido à interiorização das disposições da sociedade urbana: gerar e gerir a poupança familiar.

As peculiaridades do trabalho das portuguesas na região parisiense lhes permitiram adotar estratégias diversas de acumulação da poupança. Primeiramente, morando gratuitamente no apartamento de serviço, elas conseguiram poupar os recursos que seriam destinados a pagamento de aluguel. Em seguida, os horários e as tarefas específicas de zeladora davam possibilidade de aumentar a receita combinando o trabalho declarado e não declarado, como no caso de Isabela, bem como de muitas outras portuguesas da região:

Eu tinha duas horas de descanso por dia, mas não era permitido fazer um outro trabalho nesse tempo. Essas duas horas eram para descansar e não para trabalhar. Mas meu chefe me disse: "Não fala a ninguém, e se seu trabalho já está feito, pode ir, mas se alguém descobrir ou reclamar, você volta imediatamente." Então, eu comecei trabalhar fora. Eu fazia faxina, passava as roupas durante essas duas horas. E assim eu comecei a ganhar um pouco mais. Mas sempre sendo uma zeladora.⁴⁰⁰

Desse modo, a mulher portuguesa, com o processo de imigração, não tanto adquiriu novas tarefas, que, sem dúvida, deram a elas uma sensação de maior liberdade, quanto

399 Entrevista concedida em 1 de abril de 2010, em Montrouge, França.

400 Entrevista concedida em 11 de março de 2010, em Montrouge, França.

as multiplicou. É preciso ressaltar que a estrutura familiar tradicional, característica para o meio rural de suas origens, sofreu bruscas mudanças na passagem do modo de vida rural ao urbano. Assim, a família extensa tradicional disponibilizava várias redes de ajuda para a mulher portuguesa que trabalhava no campo: na ausência da mulher em casa, os mais velhos cuidavam do lar e dos filhos, já que, na maioria das vezes, os recém-casados iam morar com os pais, o que produzia várias gerações de uma família morando juntas. Aliás, o desejo de ter uma casa própria, que motivou grande parte dos portugueses a emigrar, é, na realidade, o desejo de sair da casa dos pais, de criar uma liberdade residencial para a sua própria família, o que foi implícito em cada entrevista realizada para a pesquisa. Porém, a imigração causou a transformação dessa família tradicional em família de estrutura moderna nuclear, o que rompeu os mecanismos tradicionais de apoio à mulher trabalhadora (muitas vezes, a vizinhança substituiu a rede familiar de ajuda mútua, mas principalmente nos bairros etnicamente marcados como “portugueses”). Assim, a imigração causou uma forte multiplicação de funções para a mulher: além de cuidar do lar, da comida e dos filhos, ela se ocupava da receita da família, multiplicando os trabalhos remunerados: o emprego principal, que ocupava a maior parte do dia, e os trabalhos não declarados adicionais em tempo livre, como faxina, lavar e passar roupa, etc. A imigração trouxe para a mulher a emancipação, por meio dos trabalhos remunerados, mas também uma pesada sobrecarga de tarefas e responsabilidades.

Além dessa multiplicação de empregos, as mulheres portuguesas efetuavam um controle rígido de consumo da família. Normalmente, as despesas eram concentradas sobre as necessidades, e o resto de receita era destinado à poupança. Uma passagem da entrevista de um imigrante português, dada à pesquisadora Roselyne de Vilanova, ilustra bem esse ponto:

Nós comemos à nossa maneira portuguesa [...] mas isso [as diferenças com os franceses] não está só na comida, isso é um pouco com tudo, porque, por exemplo, tem franceses que não têm dinheiro, mas compram uns sapatos ou umas roupas só porque os acham bonitos, e eles conseguem colocar tudo isso no armário sem nunca encostar, e nós não, nós compramos apenas o que nós precisamos (tradução livre).⁴⁰¹

Nesse discurso, por meio da oposição aos franceses que gastam, no entender do entrevistado, sem precisar, se revela uma orientação à humildade e à economia no consumo da família portuguesa. A crítica do modo de vida francês na citada passagem é também, de certa maneira, uma forma de resposta a preconceitos, fortes na sociedade francesa nos anos 1970-1980, baseados nessa “inexplicável” e rápida – de ponto de vista dos franceses – ascensão social e residencial dos imigrantes portugueses.

Se a mulher e o trabalho feminino servem como motor de ascensão social e residencial das famílias portuguesas, qual é o papel do homem nas escolhas residenciais? Conforme ressaltado por várias pesquisas, a opinião do homem permanece decisivo nas escolhas dos investimentos (aquisição de casa em Portugal), enquanto as mulheres têm influência sobre as escolhas dos equipamentos de casa, como móveis, eletrodomésticos, etc.⁴⁰² Desse modo, é o homem que escolhe a casa para a aquisição e o local dela

401 VILLANOVA, R. de; BONVALET, C. Immigrés propriétaires ici et là-bas, un système résidentielle? In: BONNIN, P.; VILLANOVA, R. de (sous la dir. de). *D'une maison à l'autre: parcours et mobilités résidentielles*. Paris : CREAPHIS, 1999. p. 235.

402 Cf. LEITE, C. Femmes et enjeux familiaux de la double résidence, p. 308-311; VILLANOVA DE, R.; LEITE, C.; RAPOSO, I. *Maisons de rêves au Portugal*, p. 63-64.

em Portugal. Importante, aqui, notar que o homem nem sempre escolhe o seu vilarejo para a compra: normalmente, essa escolha é influenciada pela quantidade de familiares vivos do lado da mulher ou do homem, ou então por razões estritamente econômicas, porém, sempre dentro da região de origem. Essa orientação de investir em propriedade na região de origem possui um significado importante, além do emocional, o forte valor simbólico atribuído à casa própria na terra natal, como resultado de um projeto de vida bem-sucedido.

Dessa maneira, pode-se concluir que a rápida ascensão social e residencial das famílias portuguesas migrantes na França foi possível pelo importante papel exercido pela mulher na gestão familiar. As peculiaridades de ocupação profissional das portuguesas na região parisiense – a residência gratuita, o horário de trabalho flexível e a multiplicação de empregos – permitiram aumentar as receitas da família que, junto à gestão rígida das despesas de consumo, favoreceu uma rápida acumulação de recursos monetários destinados, de um lado, para a aquisição de uma casa no país de origem, e de outro, para trazer melhorias na residência dos filhos na França.

A mulher, portanto, devido às transformações de seu papel e de suas funções com a imigração, torna-se um ator importante nas trajetórias migrantes analisadas em micro (a emancipação profissional da imigrante), em meso (as mudanças na estrutura familiar e na distribuição dos papéis na família) e em macroescalas (a ascensão social e a integração da população imigrante no país de instalação). Essa “descoberta” do papel da mulher na imigração implica uma dupla reflexão: de um lado, sobre as transformações vividas pelas mulheres devido à imigração, e, de outro, sobre como as experiências, vividas por elas, mudam as nossas percepções sobre a mobilidade humana em si,⁴⁰³ o que resulta em uma busca permanente de abordagens criativas e inovadoras de um fenômeno tão antigo quanto a imigração.

Referências

- BLANC-CHALÉARD, M.-C. *Histoire de l'immigration*. Paris: La Découverte, 2001.
- CHAMBOREDON, J.-C.; LEMAIRE M. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. XI, n. 1, p. 3-33, 1970.
- DESPLANQUES, G.; TABARD, N. La localisation de la population étrangère. *Économie et Statistique*, Paris, n. 242, p. 51-62, 1991.
- GREEN, N.L. *Repenser les migrations*. Paris: PUF, 2002.
- LEANDRO, M.-E. *Au-déla des apparences: les Portugais face à l'insertion sociale*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- LEITE, C. Femmes et enjeux familiaux de la double résidence. In: BONNIN, P. ; VILLANOVA, R. de (sous la dir.de). *D'une maison à l'autre: parcours et mobilité résidentielles*. Paris : CREAPHIS, 1999. p. 295-312.
- NOIRIEL, G., *Le creuset français*. Histoire de l'immigration (XIXe-XXe siècle). Paris, Seuil, 1988.
- RUSEISHVILI, S. Les stratégies résidentielles des immigrés portugais dans une banlieue parisienne. Paris, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – École des Hautes Études en Sciences Sociales.

403 GREEN, N.L. *Repenser les migrations*, p. 110.

- SIMON, P. Les immigrés et le logement: une singularité qui s'atténue. *Données sociales*, Paris, INSEE, p. 421-428, 1996.
- VIET, V., *La France immigrée*. Construction d'une politique, 1914-1997. Paris, Fayard, 1998.
- VILLANOVA, R. de; BONVALET, C. Immigrés propriétaires ici et là-bas, un système résidentielle? In: BONNIN, P.; VILLANOVA, R. de (sous la dir. de). *D'une maison à l'autre: parcours et mobilités résidentielles*. Paris: CREAPHIS, 1999. p. 213-247.
- VILLANOVA, R. de; LEITE, C.; RAPOSO, I. *Maisons de rêves au Portugal*. Paris: CREAPHIS, 1994.
- VOLOVITCH-TAVARES, C. Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre mondiale jusqu'en 1974. In: MARES, A.; MILZA, P. (sous la dir. de). *Le Paris des étrangers depuis 1945*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1994. p. 95-117.

Rupturas e recriações de imigrantes brasileiras em Roma

Isabela Cabral Félix de Sousa^{404}*

Introdução

A vida em si é um processo de rupturas e recriações. Toda a experiência humana sempre foi constituída de arranjos e rearranjos, mas a temporalidade e a mobilidade estão cada vez mais presentes nas relações de afeto, estudos, trabalho e lugar para moradia. E é na força do provisório da vida que são mais fortemente questionadas tanto a identidade como a integração social.

Existe um aumento da necessidade de lidar com os sentimentos relacionados a mudanças no processo migratório visto que elas são vividas a um só tempo. Com as mudanças simultâneas, há necessidade de rupturas de alguns laços afetivos, lado a lado com a urgência da construção de novas interações pessoais e institucionais (para conquista de trabalho e acesso a educação, saúde e documentação). Recriações de vínculos em outros contextos tendem a ser, inicialmente, extremamente difíceis do ponto de vista pessoal, pelo desconhecimento cultural e pela falta de preparo emocional para situações inesperadas. Do ponto de vista social, a reconstrução da vida depende também do acolhimento de outros e de oportunidades. É frequente que, nos locais para os quais chegam os imigrantes, nem pessoas nem instituições estejam muito organizadas para o acolhimento de estrangeiros. Além disso, a acepção da integração social é variada, seja para pessoas que chegam, seja para as que acolhem. Na prática, esta integração costuma não ser completa, e a parcialidade ocorre por diversos motivos tal como a dificuldade dos que chegam de assumirem para si mesmos que a vida tomou outro rumo. A integração social também é difícil por parte das pessoas que acolhem por não conhecerem muitas esferas da cultura dos que chegam, pela surpresa da situação e pelo questionamento da validade de investir numa relação com, supostamente, mais riscos de ser provisória. Tanto por parte dos que chegam como dos que acolhem, muitas vezes há ainda a necessidade de se proteger demarcando um espaço próprio, idealizado como superior, mas isso dificulta as interações.

Contudo, os imigrantes, no início da vida em outro local, têm imensa necessidade de serem acolhidos. E a rejeição vivida por eles pode ter um grande peso e ser experimentada com muita dor, visto o imperativo de uma reconstrução rápida de vida em várias esferas. Mas, apesar da dor, há também a alegria de sonhar uma nova história e se sentir fortalecido com a possibilidade de reconstrução.

404 * Pesquisadora em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora em Educação Internacional / Intercultural pela University of Southern California, Estados Unidos.

É refletindo sobre a ambiguidade do recomeço de uma nova vida que este estudo sobre as mulheres brasileiras em Roma centra-se em alguns depoimentos de rupturas e recriações vivenciados no processo migratório.

Brasileiros na Itália e o processo de feminilização da migração

De acordo com Bógus,⁴⁰⁵ a Itália, há quase três décadas, era o segundo destino escolhido por imigrantes brasileiros na Europa, depois de Portugal. E, há quase vinte anos, estimava-se que os brasileiros na Itália eram 20.804, o que os colocava na posição da vigésima segunda das trinta comunidades com grande presença de imigrantes na Itália.⁴⁰⁶ D'Angelo⁴⁰⁷ afirmou que, neste mesmo período, na Itália, as cidades com mais brasileiros eram Roma (4.381), Milão (3.032) e Turim (1.153).

A proporção de homens para mulheres brasileiras na Itália, no ano de 2001, indicava uma prevalência de mulheres, e a sua presença estava relacionada com 65,4% do total.⁴⁰⁸ Assim, estudar a imigração brasileira na Itália, como outras comunidades com mais mulheres que homens, era essencial para entender os desafios de mulheres que estavam se deslocando de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido.

De fato, as mudanças no papel da mulher e da globalização nos países de origem e de destino vêm contribuindo para a feminilização da migração. Sutton⁴⁰⁹ argumentava há duas décadas que havia uma necessidade de se produzir uma perspectiva também de gênero nos estudos sobre a migração transnacional. A importância do papel da mulher nas migrações é cada vez mais reconhecida. Zlotnik⁴¹⁰ argumenta que, se comparada, a migração feminina com a masculina, de 1960 até 2000 no mundo inteiro, guardadas as diferenças culturais e nacionais, o aumento da migração feminina foi relativamente pequeno, de 47% a 49% em termos proporcionais. O que a autora assinala como uma grande transformação é que mais mulheres vêm migrando de modo distinto do passado, isto é, independente de sua família, sendo protagonistas no processo e se tornando chefes de família, sendo seus trabalhos, em terras estrangeiras, cruciais para a renda familiar.⁴¹¹

Embora a presença dos brasileiros imigrantes fosse reconhecida oficialmente em números por muitas associações e instituições italianas, Bógus e Bassanezi⁴¹² enfatizaram que imigrantes com ou sem documentação eram igualmente submetidos a preconceito e discriminação na Itália. Como de costume, preconceito e discriminação têm marcado

405 BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide L. (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Programa Interinstitucional. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 111-121.

406 CARITAS ROMA. *Immigrazione Dossier Statistico 2003*. XIII Rapporto sull'immigrazione – CARITAS / Migrantes. Roma: Nuova Anterem, 2003.

407 D'ANGELO, Alessio. L'immigrazione latinoamericana in Italia. Spunti d'analisi statistica-demografica. In: CONVEGNO INTERNAZIONALE: I LATINOS ALL SCOPERTA DELL'EUROPA. Nuove migrazioni e spazi della cittadinanza. Gênova, 2004.

408 CARITAS ROMA. *Immigrazione Dossier Statistico 2002*. XII Rapporto sull'immigrazione – CARITAS / Migrantes. Roma: Nuova Anterem, 2002.

409 SUTTON, Constance. Some thoughts on gendering and internationalizing our thinking about transnational migrations. In: SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina (Eds.). *Towards a transnational perspective on migration*. Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. *Annals of the New Academic of Sciences*, Nova York, v. 645, p. 241-249, 1992.

410 ZLOTNIK, Hania. *The global dimensions of female migration*. 2003. Disponível em: <www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=109>. Acesso: 1 ago. 2004.

411 Ibid.

412 BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Brasileiros(as) na Itália: nuovi cittadini ou extracomunitari? In: CASTRO, Maria G. (Org.). *Migrações internacionais: Contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 409-425.

encontros com as diferenças culturais, e a maioria dos brasileiros imigrantes, em geral, não têm nem a aquisição linguística e cultural nem as conexões necessárias para superar facilmente as barreiras de integração social. Assim, este estudo nasceu privilegiando focalizar a integração social dos imigrantes, dando voz às opiniões das imigrantes sobre o desencadeamento desse processo.

Metodologia

A pesquisa realizada é qualitativa, tendo utilizado técnicas etnográficas, como conversas informais e entrevistas planejadas. O contexto estudado incluiu as diferentes ocasiões e as localidades onde foi possível encontrar migrantes brasileiros vindo em Roma.

As entrevistas utilizadas tiveram perguntas fechadas e abertas. As questões fechadas foram selecionadas a partir de um questionário abrangente desenvolvido no Departamento de Demografia da La Sapienza e utilizado em outras pesquisas anteriores com outras comunidades de imigrantes que vivem em Roma.⁴¹³ As questões em aberto foram geradas nesta pesquisa para tratar especificamente de questões de gênero. A estratégia para a seleção inicial seguiu o critério de participação em atividades sociais. Portanto, foram selecionados, primeiramente, os brasileiros que se encontravam em grupo. Após os contatos iniciais, foram sempre pedidas informações sobre outros brasileiros que pudessem participar, procedimento denominado bola de neve. Os dados foram coletados nas entrevistas marcadas e a partir das notas de campo, oriundas das conversas informais com mulheres e homens presentes em atividades sociais.

Os temas abordados durante as entrevistas com as mulheres imigrantes foram relacionados ao: presente e passado nas atividades educacionais e de trabalho no país de origem e de acolhimento, tratamento em saúde nos dois países, saúde reprodutiva, opiniões das instituições a que tiveram acesso em Roma, e participação em redes sociais que ajudaram na sua integração social. Estas perguntas foram anônimas e seguiram os procedimentos éticos, visto que tanto questões do status de documentação num país estrangeiro como as de saúde reprodutiva podem causar constrangimentos.

O método para análise escolhido foi o da análise de conteúdo. Bardin⁴¹⁴ cita, entre as possibilidades de análise de conteúdo: a categorial, a de avaliação, a de expressão, a das relações e a do discurso. Para este trabalho, escolheu-se a categorial temática, por ser a técnica de análise de conteúdo mais antiga, rápida e eficaz para aplicação a discursos diretos.

Ressalte-se que o foco desta pesquisa era as experiências das mulheres brasileiras imigrantes, buscando-se alcançar veracidade e o maior grau de representatividade do fenômeno estudado. Considera-se a pesquisa relevante não só por tratar de problemas de desenvolvimento individual e social, mas, sobretudo, pela possibilidade de ampliação do conhecimento na área.

A principal questão desta pesquisa foi descobrir em que medida a migração contribui para o fortalecimento feminino a partir da subjetividade das mulheres entrevistadas.

413 BONIFAZI, C. et al. Measuring migrant integration in the nineties: the contribution of field surveys in Italy. *Studi Emigrazione / Migration Studies*, Roma, v. 40, n. 152, p. 855-884, 2003.

414 BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

Este estudo centra-se em alguns depoimentos de rupturas e recriações vivenciados no processo migratório pela população brasileira que teve contato em Roma.

Resultados sociodemográficos

Os dados foram coletados a partir de entrevistas orais e por meio de notas de campo sobre observações em lugares selecionados onde os brasileiros se reúnem em Roma. Os locais escolhidos foram o Consulado e a Embaixada do Brasil, uma galeria de arte, uma pizzaria, duas igrejas, dois restaurantes, um bar, um ponto da praia e uma associação brasileira para as mulheres. De dezembro de 2003 a agosto de 2004, entrevistas em profundidade foram realizadas com 46 mulheres.

As 46 mulheres entrevistadas eram provenientes de 13 diferentes estados brasileiros, o que demonstra a diversidade de origem regional. As mulheres tinham entre 25 e 59 anos. O tempo de estadia das entrevistadas em Roma variou de seis meses a 22 anos, sendo que 26 mulheres tinham chegado nos últimos três anos, isto é, de 2001 a 2004. Seis das mulheres entrevistadas tinham ancestrais italianos. Cinco mulheres entrevistadas tinham a cidadania italiana, três destas por motivo de casamento e duas por terem ascendência italiana.

No tempo de coleta de dados, 25 mulheres se declararam solteiras. Dentre as que tinham companheiros italianos, 12 eram casadas oficialmente. Apenas 11 mulheres não tinham experimentado migração interna no Brasil, o que é um resultado muito interessante, porque rupturas e recriações para viver em novo local já tinham sido experimentadas pela maioria no próprio país.

A maioria, isto é, trinta mulheres entrevistadas, estudaram o italiano apenas em Roma, demonstrando uma ausência de preparo linguístico e socialização antecipatória para viver em outro país. Em geral, a emigração também não foi longamente planejada e houve falta de acesso a cursos de italiano.

A maior parte das entrevistadas, 33, alegou ter permissão legal para permanecer na Itália, e três esperavam documentação. No entanto, a permissão legal não necessariamente levava as mulheres a trabalharem em ocupações desejadas e para as quais tinham qualificação formal. Constituía-se, assim, algumas vezes, apenas em estratégia de permanência no país, em empregos não tão desejados, com a esperança de mudar depois. Ressalte-se também que a legalidade das mulheres casadas com italianos nem sempre propiciou facilidade de inserção no mundo do trabalho. A grande maioria das entrevistadas, 39 mulheres, completou o ensino médio no Brasil, sendo que, destas, vinte já tinham também diplomas universitários.

Outras entrevistas foram também realizadas com três pessoas-chave, por desempenharem papéis ativos na integração social de brasileiros em Roma. Uma delas era a presidente da Associação para as Mulheres Brasileiras. Ela era originária do nordeste do Brasil e vivera em outros países europeus, antes de ir para Roma, onde fundou a associação. Ela também explicou ser a primeira pessoa em sua família original a ganhar um diploma universitário e ter um passado pessoal de atividades políticas no Brasil. A outra pessoa-chave era um padre que, apesar de não ser brasileiro, viveu no país e adorava a comunidade brasileira. Este sacerdote não só oficiava missas em português, mas também ajudava brasileiros em suas necessidades espirituais e materiais. Finalmen-

te, a terceira pessoa-chave era outra mulher, nascida na região sudeste do Brasil, e que sempre trabalhou com atividades voluntárias, tanto no Brasil e quanto na Itália. Em Roma, ela teve, por 15 anos, um papel voluntário ativo de reunir brasileiros e, também, tentar ajudá-los a satisfazer as necessidades básicas, tais como conquista de trabalho e habitação. Ela foi a primeira pessoa a emigrar da sua própria família e ajudou a trazer outros 35 membros da família.

Depoimentos de brasileiras sobre momentos de ruptura e recriações

É refletindo sobre a ambiguidade do recomeço de uma nova vida que este estudo sobre as mulheres brasileiras em Roma centra-se em alguns depoimentos de rupturas e recriações vivenciados no processo migratório. Com as rupturas, há a necessidade de lidar com perdas e vivenciar o luto para reconstruir uma nova vida. Este processo de lidar com perdas na migração pode ser pensado com os cinco estágios de luto propostos por Elisabeth Kübler-Ross.⁴¹⁵ Segundo esta autora, esses estágios referem-se a negar o que está acontecendo e isolar-se, sentir raiva, tentar negociar com a realidade, sentir-se deprimido e, finalmente, aceitar a realidade. Esses estágios são separados apenas para fins didáticos e não se pretendem lineares ou isolados um do outro. Há constantes idas e vindas nesses estágios comuns na elaboração de perdas. Assim, o estágio da negação pode ser ilustrado no seguinte depoimento de uma mulher de 25 anos com um diploma de graduação do Brasil, trabalhando no escritório de seu namorado em Roma:

Quando cheguei à Itália me apaixonei pelo marido italiano da minha prima. Eu não podia acreditar em toda a situação. Senti-me extremamente deprimida e isolada com essa situação inesperada, porque eu vim para ajudar a minha prima e eles têm um filho juntos. Eu perdi muito peso, estava sozinha e chorei por muitos meses.

Embora em qualquer local do mundo uma situação como esta pudesse ocorrer, o fato de não conhecer previamente o marido da prima é mais possível numa situação de migração. Há aí a situação inesperada de uma paixão que rompe com os paradigmas da família que ela paradoxalmente se deslocou para cuidar. Então, a sua primeira reação foi a de negar a situação.

Já o estágio da raiva pode ser visto no depoimento de uma mulher de 44 anos, tendo concluído apenas o ensino fundamental no Brasil e trabalhando em Roma num restaurante:

Eu fui presa em Tijuana, México, com meus dois filhos, por 22 dias. Os policiais me trataram mal. Eu estava com medo de ser abusada sexualmente. A comida era horrível, e eu tive que comprar comida. Eu tive muita raiva de toda a situação. Depois de algum tempo, eu decidi vir para a Itália em vez de ir para os Estados Unidos. Eu vivo agora uma vida calma, mas estou separada do meu ex-marido devido ao nosso projeto de migração. Ele está no Canadá. Eu também me sinto mal porque eu também estou sendo discriminada na Itália.

415 KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins, 1985.

O estágio de raiva é aparente numa situação extrema como o desta mulher que há anos foi presa, mas em que seu projeto migratório com o marido ainda não havia se consolidado. Falar de um impedimento continuava a gerar raiva, até porque ela ainda sofria muitas consequências de não ter conseguido ir morar nos Estados Unidos.

O estágio da negociação com a realidade pode ser visto no depoimento de uma mulher de 33 anos, que trabalhava como babá, e havia iniciado seus estudos de graduação no Brasil:

Mesmo que eu tenha renascido aqui e entrado no ritmo da vida italiana, eu não tenho certeza dos meus sentimentos positivos para esta situação. Algo parece faltar. Mas eu tenho a esperança de que estar aqui é o melhor para mim.

Esta mulher mostra que está pesando na balança os sentimentos bons e ruins de estar na Itália. Neste depoimento não há nenhuma situação concreta a qual a entrevistada nos remete, é a sua avaliação subjetiva que interfere na balança.

O estágio da depressão pode ser visto no depoimento seguinte, fora do contexto da entrevista, de uma mãe que me conta, chorando, no momento que a conheci e que fui apresentada a ela, junto a demais pessoas no bar, que estava sofrendo com a impossibilidade da filha se reunir a ela, depois da experiência da deportação. Agendei a entrevista para o dia depois deste depoimento em que ela chorou muito. Esta mulher de 38 anos, que tem diploma do ensino médio brasileiro e trabalha em serviços domésticos, relatou na entrevista:

Apreendi que a família é muito importante. Eu me sinto muito frustrada agora que minha filha foi deportada e estou longe do meu marido também. Desde que soube, eu não sinto vontade de fazer mais nada aqui, fiquei sem energia. Se o meu marido e minhas duas filhas são incapazes de se juntar a mim, eu prefiro voltar para o Brasil sem a compra de uma casa, que era o nosso plano. Tudo é caro aqui também.

É claro que o sentimento de depressão e tristeza desta mãe revela uma perda muito maior que a deportação em si, mas a necessidade de uma revisão de projeto para família e da sua necessidade de retorno ao Brasil.

Finalmente, o estágio de aceitação é o ponto de partida para tomar o melhor proveito da situação migratória. Por exemplo, uma mulher de 37 anos que estudou Arquitetura no Brasil e trabalha em um restaurante, disse:

Depois de mais de uma década com muitas dificuldades por aqui em Roma, agora estou construindo uma pousada no Brasil com a minha amiga brasileira que vive na Inglaterra. Neste processo todo, eu mudei muito como pessoa, me tornei uma pessoa mais humana e respeitosa.

Aceitar a vida como ela se desenvolve no processo migratório pode ser encarado como a abertura para recriações. Assim, estes estágios de luto são também de retomadas. É inegável que pode haver grande fortalecimento pessoal, cultural e social advindo do processo migratório. Um grande exemplo nesse sentido é o de uma mulher de 55 anos que tinha diploma de ensino médio, e que sempre trabalhou como técnica de en-

fermagem, empregada doméstica e voluntária em organizações não governamentais (ONGs) no Brasil e em Roma:

Eu estou bem integrada aqui, talvez porque eu estava chateada com o meu país. Durante o meu tempo na Itália, tive muita vantagem de conhecer bem uma cultura tão importante como a italiana, ter viajado para muitos países em férias e ter feito amizades com pessoas cultas e com diplomas universitários dos mais variados. Eu voltei para o Brasil por um tempo, quando minha mãe ficou doente, mas depois voltei para Roma. Aproveito as oportunidades de estar aqui.

O processo migratório pode refletir uma estratégia relacionada à perda anterior. Nesse caso, a tentativa de recriação está em pauta antes do início do processo migratório, e os estágios de luto se iniciam antes do deslocamento físico propriamente dito. Por exemplo, uma mulher de 33 anos, com um diploma de graduação, trabalhando como garçonete e no serviço doméstico disse: "Saí do Brasil porque me separei do meu ex-marido e eu queria ajudar meus filhos".

Há casos ainda em que as perdas que resultam no processo migratório são iniciadas num tempo bem anterior à migração e fazem parte do projeto migratório familiar. Por exemplo, uma mulher de 30 anos, com diploma do ensino médio, trabalhando como babá disse:

Tornei-me órfã quando eu era criança. Isto mudou minha vida. Minha irmã mais velha me ajudou. Uma delas estava na Itália. Então, ela me incentivou a vir, mas eu preferiria estar em outro lugar que não sei bem qual é.

Alguns depoimentos foram dados fora do contexto das entrevistas e eles são reveladores das coisas que as migrantes desejavam elaborar, mostrando como os sentimentos podem ser ambíguos, dinâmicos ou que havia aumentado a confiança em elaborar, juntamente comigo, uma versão mais apurada. Um exemplo é de uma mãe, que eu já havia entrevistado e que conhecia há mais de seis meses, que, sem eu esperar, começa a me contar o seu sofrimento de ver o filho se casar na Itália e não querer mais se inserir no projeto de retorno da família ao Brasil no momento em que a casa no país de origem ficava pronta. Ela enfatizou que não sabia mais o que iria fazer da vida. Este depoimento e outros aqui reproduzidos são reveladores de como, nos projetos da reunião familiar, estão intrincadas as decisões e experiências migratórias.

Durante a pesquisa, algumas mulheres fizeram questão de me telefonar para falar de mudança de projeto de retorno e me contar sobre um novo emprego ou um novo local para morar. Isto pode ser visto não apenas como a necessidade de me atualizar sobre a entrevista realizada, mas a necessidade de mostrar as conquistas num processo tão incerto no qual as reconstruções devem ser elaboradas no convívio social e também comemoradas.

Nesta pesquisa, foi demonstrado que, para muitas mulheres migrantes, há de fato muitas conquistas, ao mesmo tempo em que cresceram também para muitas mulheres suas responsabilidades financeiras, principalmente quando a família passa a depender muito de sua renda familiar.⁴¹⁶ A saída das mulheres do país de origem também vem contribuindo

416 SOUSA, Isabela C. F. de. A integração de imigrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades. *Imaginário – USP*, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 399-415, 2007.

do para uma nova divisão dos cuidados familiares e de saúde, quando parceiros e parentes são chamados a desempenhar atividades até então desempenhadas pelas mulheres que migrarão. O trabalho de mulheres cuidadoras de outras famílias no estrangeiro foi bem estudado por Zarembka,⁴¹⁷ que enfatiza que, apesar do ganho financeiro, nessa prática há uma grande perda do afeto para as famílias no país de origem. Portanto, como podem ser muitas as dificuldades que muitas mulheres migrantes sofrem, seja no manejo das suas responsabilidades, na delegação dos cuidados familiares e de saúde e na adaptação no país de acolhida, algumas associações religiosas ou da sociedade civil tentam ajudá-las e/ou capacitá-las. Há inegavelmente algumas barreiras enfrentadas pelas imigrantes que podem ser atenuadas e, em alguns casos, até mesmo removidas quando buscam associações em prol de seus direitos. De acordo com Batliwala (1994),⁴¹⁸ "Através da capacitação, as mulheres ganham acesso a novos mundos de conhecimento e podem começar a fazer novas escolhas informadas, tanto a nível pessoal como na vida pública" (p.132).

No entanto, é importante assinalar que o fortalecimento das mulheres não é uma tarefa fácil de realizar. Por isso, é importante continuar a pesquisar o empoderamento das mulheres, especialmente em condições difíceis de rupturas, como a experimentada por populações migrantes. Considerando o ponto de vista das mulheres imigrantes, mais medidas sociais podem ser tomadas em seu favor, seja nas instituições do país de origem, seja nas do país de destino.

Conclusões

Apesar de serem muitas as rupturas vivenciadas pelas mulheres, muitas se superam e se sentem fortalecidas por suas conquistas psicológicas, sociais, culturais e ou materiais advindas do processo migratório. Os estágios de luto propostos por Elisabeth Kübler-Ross podem iluminar os sentimentos envolvidos em processos de mudanças, como o dos imigrantes. Estes podem ser mais facilmente caracterizados e compreendidos à luz de uma teoria que proponha estágios que não são lineares. Destaca-se que os sentimentos difíceis experimentados no processo migratório não são estanques, e os relatos evidenciam como também são pontuados de uma grande capacidade de recriações. Assim, embora a migração envolva perdas, os migrantes se movem pela possibilidade de recriar a vida. É este movimento que é positivo, de saúde e de vida. Quando a migração ocorre, fortemente impulsionada por uma perda anterior, esta positividade pode ser mais facilmente visualizada. Um dos primeiros passos para essas recriações parece ser o de vivenciar os sentimentos de aceitação da vida como ela é possível em uma nova sociedade.

Contudo, a migração há muito tempo não vem sendo mais vivida como costumava ser no passado, um processo tão linear e determinante. Cada vez mais a migração é um processo de idas e vindas e transnacional.⁴¹⁹ Algumas populações migrantes continuam

417 ZAREMBKA, Joy M. Panni sporchi d'America: domestiche migranti e nuove schiavitu. In: EHRENREICH, Barbara; HOSCHSCHILD, Arlie R. *Donne globali*. Tate, colf e badanti. Tradução de Valeria Bellazzi e Antonio Bellommi. Milão: Feltrinelli, 2004. p. 145-157.

418 BATIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment. New concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. Population policies reconsidered. Health empowerment and rights. Harvard series on population and international health. Boston: Harvard School of Public Health. 1994. p. 127-138.

419 MONKMAN, Karen. Transnational migration and learning processes of Mexican adults constructing lives in California. *International Journal of Education Development*, Oxford, n. 19, p. 367-382, 1999; SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: a new analytical framework for understanding migration. In: (Eds.). *Towards a transnational perspective on migration*. Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. *Annals of the New Academic of Sciences*, Nova York, v. 645, p. 1-24, 1992.

a manter laços fortes e retornam com frequência para os seus países de origem. Esta expectativa da retomada parece marcá-las profundamente.

E para entender as recriações humanas há necessidade de maiores estudos no processo migratório sobre os novos meios de comunicação. Os sentimentos da integração social vivido por imigrantes podem vir a ser experimentados de forma muito diferenciada por causa desses meios. Eles podem influenciar no apaziguamento ou no acirramento de sentimentos de pessoas interagindo em locais tão diversos do planeta. Menegazzo,⁴²⁰ por exemplo, ilustra esta potencialidade de conversas por intermédio do computador entre pessoas vivendo em países diferentes.

Na época da pesquisa, o computador era usado principalmente para diminuir o gasto com os telefonemas. Computadores não eram tão acessíveis, e ainda não era tão comum o uso da imagem no computador. Os contatos por telefones fixos e celulares eram constantes. A população do estudo já se comunicava mais por celulares. Mas também havia a necessidade simbólica de manter relações com o Brasil, o que se revelava no desenvolvimento de novas amizades com outros brasileiros na Itália, festejos com comidas típicas e o planejamento de futuros projetos no país de origem. O relato de envio de remessas pode também ser visto como um sinal simbólico de investimento no Brasil que não pode ser pensado apenas como material, mas também psicológico e social.

Hoje, as novas formas de comunicação contribuem para que os imigrantes tenham muito mais informações. Muitas entidades de brasileiros no mundo inteiro se organizaram para conquistar seus direitos juntamente com o Ministério das Relações Exteriores. Os brasileiros de qualquer lugar podem acessar o site <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>> para obter informações pertinentes à conquista de direitos. Os consulados também procuram dialogar por meio das novas formas de comunicação na internet. No caso de Roma, o site a ser consultado é o <<http://www.consbrasroma.it>>, em que há informações que podem ajudar no dia a dia dos brasileiros, como: *Cartilha de orientação jurídica aos brasileiros no exterior*, o *Manual de boas práticas dos consulados* e *Ouidoria Consular do Ministério das Relações do Exterior*. Estas informações podem ser usadas instrumentalmente e criticamente pelos brasileiros e por todos que trabalham para suavizar as rupturas e a aumentar as recriações dos imigrantes.

Agradecimentos

Agradeço muito a confiança de todos os imigrantes que conversaram comigo e deram seus depoimentos. Sou imensamente grata ao encorajamento de Helion Póvoa Neto, coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro (Niem-RJ). Agradeço as inesquecíveis contribuições da Dra. Antonella Pinnelli e do Dr. Salvatore Strozza, do Departamento Demografia da Università Degli Studi "La Sapienza" em Roma, Itália. Nessa universidade, reconheço o importante apoio administrativo de Elizabetta Egidi, Anna Frullini, Elizabetta Maglieta, Cristina Putteo e Giovanna Bianco. Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento (processo número BEX: 0388/03-03) para esta pesquisa.

420 MENEGAZZO, Elson C. *Al de là del Piave: italianos e estrangeiros na comunicação mediada por computadores*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment. New concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. *Population policies reconsidered*. Health empowerment and rights. Harvard series on population and international health. Boston: Harvard School of Public Health. 1994. p. 127-138.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado. Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide L. (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Programa Interinstitucional. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 111-121.
- _____; BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Brasileiros(as) na Itália: nuovi cittadini ou extracomunitari? In: CASTRO, Maria G. (Org.). *Migrações internacionais: Contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 409-425.
- BONIFAZI, C. et al. Measuring migrant integration in the nineties: the contribution of field surveys in Italy. *Studi Emigrazione / Migration Studies*, Roma, v. 40, n. 152, p. 855-884, 2003.
- CARITAS ROMA. *Immigrazione Dossier Statistico 2002*. XII Rapporto sull'immigrazione – CARITAS / Migrantes. Roma: Nuova Anterem, 2002.
- _____. *Immigrazione Dossier Statistico 2003*. XIII Rapporto sull'immigrazione – CARITAS / Migrantes. Roma: Nuova Anterem, 2003.
- D'ANGELO, Alessio. L'immigrazione latinoamericana in Italia. Spunti d'analisi statistica-demografica. In: CONVEGNO INTERNAZIONALE: I LATINOS ALL SCOPERTA DELL'EUROPA. Nuove migrazioni e spazi della cittadinanza. Gênova, , 2004.
- KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins, 1985.
- MENEGAZZO, Elson C. *Al de là del Piave: italianos e estrangeiros na comunicação mediada por computadores*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- MONKMAN, Karen. Transnational migration and learning processes of Mexican adults constructing lives in California. *International Journal of Education Development*, Oxford, n. 19, p. 367-382, 1999.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: a new analytical framework for understanding migration. In: _____. (Eds.). *Towards a transnational perspective on migration*. Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. *Annals of the New Academic of Sciences*, Nova York, v.. 645, p. 1-24, 1992.
- SOUSA, Isabela C. F. de. A integração de imigrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades. *Imaginário – USP*, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 399-415, 2007.
- SUTTON, Constance. Some thoughts on gendering and internationalizing our thinking about transnational migrations. In: SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina (Eds.). *Towards a transnational perspective on migration*. Race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. *Annals of the New Academic of Sciences*, Nova York, v. 645, p. 241-249, 1992.
- ZAREMBKA, Joy M. Panni sporchi d'America: domestiche migranti e nuove schiavitu. In: EHRENREICH, Barbara; HOSCHSCHILD, Arlie R. *Donne globali*. Tate, colf e badanti. Tradução de Valeria Bellazzi e Antonio Bellommi. Milão: Feltrinelli, 2004. p. 145-157.
- ZLOTNIK, Hania. *The global dimensions of female migration*. 2003. Disponível em: <www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=109>. Acesso: 1 ago. 2004.

A integração de imigrantes internacionais no Brasil sob a ótica da educação escolar

Tatiana Chang Waldman^{421*}

Introdução

Ao refletir sobre as mais diversas formas de recepção e integração de movimentos migratórios internacionais nos estados de destino, nota-se a especial importância do tema do acesso à educação escolar⁴²² de imigrantes internacionais.

A perspectiva de integração dessa população por meio do ambiente escolar pode ser considerada singular sob seu aspecto de potencial multiplicação de saberes e experiências. Em outras palavras, ao permitir o acesso de alunos imigrantes – sejam crianças, adolescentes ou adultos – às instituições de ensino do país de acolhimento, possibilita-se ao mesmo tempo a aproximação do núcleo familiar e de convivência do aluno com a sociedade receptora, a partir de relatos e da difusão de experiências do estudante com os costumes locais, com a língua oficial do país e com a convivência com professores, funcionários e colegas.

Para grande parte dos imigrantes que veem no ato de migrar uma possibilidade de ascensão econômica e social, a educação, em especial de seus filhos, passa a ser fundamental e de particular importância para uma vida em melhores condições para as futuras gerações. De modo que, se em muitas situações e pelos mais diversos motivos, os pais ou irmãos mais velhos convivem cotidianamente apenas com outros imigrantes, seja no ambiente de trabalho ou mesmo nos horários de lazer, a inserção de um dos membros do núcleo familiar em instituições escolares do país de acolhimento pode possibilitar o acesso aos costumes, à cultura local, às pessoas, às instituições e aos serviços disponíveis aos residentes em um país. O aluno pode ser a ponte entre um grupo de imigrantes com a sociedade que os recebe. Abre-se, dessa forma, a possibilidade de diálogo e aproximação entre aluno, família e sociedade.

A partir da percepção da especial relevância da educação escolar ao tratar da integração de imigrantes internacionais no país de destino, a proposta deste artigo é analisar a inserção de imigrantes internacionais no sistema de ensino do Brasil desde o início do século XX até os dias atuais, já superada a primeira década do século XXI. Não se

421 *A autora é doutoranda e mestra na área de concentração de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O presente artigo, apresentado no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (2011), é parte das reflexões desenvolvidas pela autora em seu mestrado "O acesso à educação escolar de imigrantes no estado de São Paulo: a trajetória de um direito".

422 A educação contempla diferentes processos formativos que incluem desde os exercidos na convivência familiar e em outros ambientes, como o do trabalho, até a educação desenvolvida nas instituições de ensino, também denominada educação escolar. A abordagem deste artigo se realiza a partir do campo específico da educação escolar, contemplada nos conceitos de educação formal de ensino, no sentido de processo formativo desenvolvido em instituições escolares, públicas ou privadas.

pretende aqui trazer uma perspectiva exaustiva de tal histórico, o que seria impraticável em tão poucas palavras e espaço. A intenção é tão somente situar o leitor na temática da recepção de fluxos migratórios cujo destino foi o Brasil e sua inclusão nas instituições de ensino.

Sob essa perspectiva e nesse lapso temporal, é possível, ainda, identificar diferentes posturas adotadas pelo Estado brasileiro no que tange ao acesso de imigrantes à educação escolar, que passam pelo estímulo à organização, por parte dos imigrantes, para a criação de suas próprias escolas no país; para a posterior adoção de uma política de nacionalização do ensino pelo Estado, em que a existência de tais escolas foi sendo gradualmente cerceada; perpassando por uma fase de inclusão dessa população nas instituições de ensino públicas nacionais; culminando com o Estatuto do Estrangeiro, que condiciona a matrícula em estabelecimento de ensino ao registro ou cadastro do imigrante no país. Tais ponderações sugerem que a importância dada à temática da recepção e da necessidade de políticas de integração de fluxos migratórios internacionais no país alcançou diferentes magnitudes na agenda nacional, a depender do período observado.

As escolas de imigração no Brasil

Em um momento de grande impulsão quantitativa nos fluxos migratórios com destino ao país, marcado pela expansão da cultura do café no Oeste Paulista e o início das políticas de subsídio,⁴²³ na década de 1890, o Brasil possuía um sistema escolar deficitário, com uma população que contava com aproximadamente 80% de analfabetos.⁴²⁴ Já na década de 1920, a porcentagem de analfabetismo na população em idade escolar ou mais era, ainda, de 75%. No estado de São Paulo, a educação básica pública não alcançava mais que 28% da população em idade escolar, situação que não se modificou substancialmente até a década de 1940.⁴²⁵

Muitos imigrantes reivindicaram espaço nas escolas públicas. No entanto, tendo o Brasil, à época, um sistema de ensino deficitário e não sendo uma prioridade a oferta de vagas para essa população, o Estado brasileiro não só consentiu como estimulou esses imigrantes a estabelecerem suas próprias escolas no país.⁴²⁶

Tal posição de consentimento, entretanto, não foi tomada sem apreensão. Há menções de que governantes mostravam-se preocupados em relação às escolas de imigrantes, ou também denominadas escolas étnicas, e suas possíveis decorrências, mas declinavam diante da dificuldade de oferecer escolas públicas e professores. Desse modo, estados com altos índices de imigrantes estimularam e conviveram de maneira relativamente pacífica com essas escolas até a ocorrência da Primeira Guerra Mundial.⁴²⁷

423 De acordo com Maria Stella Ferreira Levy (O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 8, supl., 1974. p. 54), o período de 1877 a 1903 é marcado pela expansão da cultura do café no Oeste Paulista e o início das políticas de subsídio, o que resultou em um grande fluxo migratório. O número total de entradas de imigrantes no Brasil nesse lapso temporal foi de 1.927.992 pessoas.

424 KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a. p. 353.

425 GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 33, 38.

426 KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, 2000b. p. 161.

427 KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil, p. 354, 364.

Nesse sentido, a organização de escolas de imigração, afora seu intuito de manutenção de tradições culturais e costumes, surgiu, também, da percepção da indisponibilidade de escolas públicas suficientes e da falta de perspectiva, por parte dos imigrantes e, também, do Estado brasileiro, de uma mudança no contexto. Houve, portanto, condições políticas para o surgimento dessas escolas no Brasil, o que foi sendo dificultado a partir da implementação de medidas nacionalistas em período posterior.⁴²⁸

Tais escolas de imigração existiram em número expressivo por um período de tempo. Havia escolas de imigrantes em áreas urbanas e rurais, adquirindo em cada região suas próprias características. Grande parte dessas escolas, no entanto, estava instalada em núcleos rurais, sendo a cidade de São Paulo uma exceção. As escolas poderiam pertencer tanto a congregações religiosas, como a particulares ou mesmo a comunidades.⁴²⁹

Não existia proporcionalidade entre o número de escolas étnicas e a quantidade de imigrantes de uma mesma nacionalidade residentes no país.⁴³⁰ As iniciativas de criar e manter escolas para determinado segmento específico também não eram particularidade dos fluxos migratórios europeus ou mesmo asiáticos. No início do século XX, especialmente na década de 1920, os imigrantes originários da África,⁴³¹ já instalados no país há mais de três séculos, também conservaram escolas específicas de sua população.⁴³²

Só na cidade de São Paulo, de acordo com dados do *Anuario de Ensino* de 1917, havia 101 escolas não brasileiras dentre as 272 escolas particulares existentes na cidade,⁴³³ constando, dentre as primeiras: 49 escolas italianas; 37 escolas alemãs; 2 escolas suíças; 4 escolas portuguesas; 2 escolas francesas; 6 escolas norte-americanas; e 1 escola inglesa. No que diz respeito ao número de professores, segundo o Censo de 1920, havia 888 estrangeiros que declaravam exercer o magistério na capital paulista e 3.551 brasileiros que indicavam exercer a mesma profissão.⁴³⁴

No Brasil, os imigrantes alemães se destacaram como grupo que mantinha o maior número de escolas próprias, chegando a 1.579 em 1937. Em seguida se encontravam os italianos, com 396 escolas em 1913 e 167 na década de 1930. Os imigrantes poloneses conservaram 349 escolas na década de 1930, e os japoneses mantiveram, de acordo com Lucio Kreutz, um número que pode ter variado de 178 a 486 escolas,⁴³⁵ nessa mesma

428 Ibid., p. 347-348, 367.

429 Ibid., p. 355.

430 KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio, p. 160.

431 Sabe-se que o fluxo migratório africano para o Brasil foi fundamentalmente forçado, já que não advinha de regiões africanas marcadas por excesso populacional e os emigrantes não vieram voluntariamente (LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972), p. 49, 50). De acordo com Maria Silva C. Beozzo Bassanezi (Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Fnuap, 1995, p. 2), o sistema de grande lavoura de exportação foi responsável por este movimento migratório forçado que se desenvolveu ao longo de três séculos (até 1850) e que fez chegar ao Brasil aproximadamente quatro milhões de pessoas de origem africana.

432 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ESPÓSITO, Yara Lúcia. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 41, n. 10, 1989. p. 983-984.

433 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pro-posições*, Campinas, v. 15, n. 3 (45), 2004. p. 220.

434 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ESPÓSITO, Yara Lúcia. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas, p. 982.

435 Sobre as escolas de imigrantes japoneses, a autora Hiromi Shibata (A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). *Educação e cultura*: Brasil e Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 51-52) apresenta dados do *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* de 1936-1937 os quais constata que, em 1932, havia 215 escolas japonesas no estado de São Paulo, sendo 196 delas na zona rural. O segundo grupo com maior número de escolas nesse período era o italiano, com 25 unidades, sendo oito delas no interior paulista. Já em 1938, em período anterior aos decretos de nacionalização, a partir de dados retirados do jornal *Jihô*, a autora afirma que havia 476 escolas primárias criadas pelos imigrantes japoneses no estado de São Paulo.

década.⁴³⁶ É importante observar, ainda, a existência de escolas de outros grupos de imigrantes em número, porém, reduzido.⁴³⁷

A política de nacionalização e a inserção de imigrantes no sistema de ensino brasileiro

A partir da Primeira Guerra Mundial, o Estado brasileiro inicia sua política de nacionalização e a implementação de suas primeiras ações de limitação às atividades das escolas de imigração. Leis são promulgadas para o controle de escolas privadas cujos alunos eram estrangeiros. A Lei n. 1.579, de 17 de dezembro de 1917, a título de exemplo, introduziu no sistema de ensino primário privado a exigência de ser a língua portuguesa adotada na escola e a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de português, geografia e história do Brasil, as quais deveriam ser ministradas por professores de nacionalidade brasileira.⁴³⁸

Com o término da guerra, deu-se início a uma política de subvenções federais para a nacionalização do ensino. Nesse sentido, o estado de São Paulo procurou fazer com que o ensino público abrangesse de maneira mais ampla os imigrantes,⁴³⁹ de modo que escolas públicas eram instaladas em locais próximos às escolas de imigração. O funcionamento dessas escolas nesse período, entretanto, era, dentro das limitações impostas, ainda permitido.⁴⁴⁰

Por essa razão, na década de 1920, o número das escolas de imigração diminuiu de maneira significativa no estado de São Paulo. Sob outro contexto, nos estados em que essas escolas se situavam nomeio rural, o número de instituições de ensino foi crescente até os primeiros anos da década de 1930. A partir dessa década, houve uma forte e progressiva política de nacionalização que limitava cada vez mais o espaço e a liberdade das escolas de imigração.⁴⁴¹ Mas é em 1938 que se inicia o período de nacionalização compulsória que, por meio de uma série de decretos de cunho nacionalista, extingue as escolas de imigração ou as transforma⁴⁴² em escolas públicas.⁴⁴³

436 De acordo com Lucio Kreutz (A educação de imigrantes no Brasil, p. 363), muitas famílias japonesas, sobretudo as que moravam na cidade de São Paulo, preferiram tentar matricular seus filhos no sistema de ensino público. Em 1932, alunos de origem japonesa se faziam presentes em todas as escolas públicas da capital paulista. Tal inclusão de imigrantes japoneses no sistema de ensino público pode ser explicada, no entanto, pelo fato de que, segundo Zeila de Brito Fabri Demartini (Japoneses em São Paulo: desafios da educação na nova terra. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; KISHIMOTO, TizukoMorchida (Org.). Educação e cultura: Brasil e Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 28), “as escolas japonesas, já no início da década de 1930, eram integrantes do sistema público de educação, seja como escolas estaduais ou municipais, seja assumindo a forma mista de escolas estaduais/particulares ou municipais/particulares (40% do total de escolas). Esta forma de funcionamento foi citada por alguns entrevistados, configurando-se como uma das estratégias de inserção da educação japonesa no sistema educacional paulista e paulistano. Muitas destas escolas construídas pelos pais japoneses eram depois passadas para a rede oficial”.

437 KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio, p. 160.

438 DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ESPÓSITO, Yara Lúcia. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas, p. 982.

439 KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil, p. 365.

440 KREUTZ, Lucio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio, p. 161.

441 Observa-se certa intolerância em relação à afirmação da etnicidade dos imigrantes, que era vista como uma ameaça ao “espírito nacional”. Nesse sentido, a manutenção de escolas étnicas (de imigração) passa a ser tida como uma afronta à unidade nacional (TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Reformulações na política imigratória de Brasil e Argentina nos anos 30: um enfoque comparativo. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa (Org.). Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 247).

442 A transformação de escolas de imigração em escolas públicas, de acordo com Zeila de Brito Fabri Demartini (Japoneses em São Paulo: desafios da educação na nova terra, p. 28, 31), ocorre desde o início da década de 1930, período em que escolas japonesas já eram integrantes do sistema público de educação. A partir do relato de um representante dos moradores de uma colônia, a autora declara que “a fim de poderem continuar ensinando a língua japonesa às crianças, os dirigentes da Colônia utilizaram-se de um artifício, qual seja, transformar a escola particular em escola pública, o que poderia significar para a população brasileira um processo de assimilação dos imigrantes japoneses. Assim, não haveria nenhum motivo para o governo fechar a escola, mesmo durante a Guerra, pois a escola já era quase pública, mantida com doações dos pais e com apoio do governo do Estado, e sem nenhum apoio do governo japonês”.

443 KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil, p. 354.

O Decreto n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, em seu Capítulo VIII, ao tratar da concentração e assimilação de estrangeiros, determina que nos núcleos, centros ou colônias, todas as escolas, sejam elas oficiais ou particulares, deveriam ser regidas por brasileiros natos.⁴⁴⁴ Já no Capítulo XVI (Das Disposições Gerais e Transitórias), se dirigindo particularmente às escolas rurais do país, assevera que a língua portuguesa deveria ser adotada em todas as matérias ministradas e em todo o material utilizado no ensino primário, que os seus diretores deveriam ser brasileiros natos e que o currículo escolar do ensino primário e secundário deveria incluir instrução de história e geografia do Brasil. O ensino da língua estrangeira era proibido a menores de 14 anos e nas escolas para estrangeiros adultos deveria ser ensinado o essencial acerca das instituições políticas do Brasil.⁴⁴⁵

Com o Decreto-Lei n. 868, de 18 de novembro de 1938, é criada a Comissão Nacional de Ensino Primário, inserida no Ministério da Educação e Saúde, a quem competia “definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira”.⁴⁴⁶

Já com o Decreto n. 1.006, de 10 de dezembro de 1939, constituiu-se como competência do Ministro da Educação a supervisão de toda a bibliografia usada na rede de ensino elementar e de segundo grau. E o Decreto n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, indicava aos secretários estaduais de educação, dentre outras, a necessidade de implementar e conservar escolas em área de colonização estrangeira; de incitar o patriotismo por parte dos alunos; de fiscalizar o aprendizado de língua estrangeira; prescrevia, também, que a educação física nas escolas fosse coordenada por um oficial ou sargento das Forças Armadas recomendado pelo comandante militar da região.⁴⁴⁷

Esses são só alguns dos decretos que fizeram parte da política de nacionalização compulsória que levou ao fim das escolas de imigração no Brasil. Se o encorajamento e apoio às iniciativas dos imigrantes na criação de escolas, por parte do Estado brasileiro, a princípio, pareceu ser a solução para a demanda de inclusão dessa população nas escolas, em período posterior, a existência das mesmas foi permitida, mas gradualmente controlada com a imposição de um crescente número de limitações que culminaram com a sua supressão.⁴⁴⁸

444 BRASIL. Decreto n. 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. 1938a. Artigo 41. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1938vII.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

445 Ibid., artigo 85.

446 BRASIL. Decreto-Lei n. 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. 1938b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1938vIV-414pg.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

447 KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil, p. 365-366.

448 Na literatura que trata das escolas de imigrantes japoneses em São Paulo, observa-se que, mesmo sob a vigência das restrições causadas pela política de nacionalização compulsória, muitas escolas japonesas permaneceram existindo. De acordo com Zeila de Brito Fabri Demartini (Japoneses em São Paulo: desafios da educação na nova terra, p. 42), “durante todo o período do nacionalismo, da Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, muitas escolas japonesas continuaram funcionando graças às estratégias que pais e professores desenvolveram para burlar as leis discriminatórias. Além de colocarem vigias, também procuravam manter laços de amizade com pessoas importantes da cidade e do governo”; “outros mantiveram professores particulares para os filhos dentro de suas próprias casas, não configurando assim uma ‘escola japonesa’”. Segundo Hiromi Shibata (A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo, p.48, 64) “muito embora as restrições ao funcionamento de suas escolas tenham feito parte da campanha nacionalista do Estado Novo, na memória da maioria das primeiras gerações japonesas, o fenômeno do ‘fechamento das *nihongo gakko*’ [escolas de língua japonesa] encontra-se associado aos efeitos da Segunda Guerra Mundial. [...] Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, em 29 de janeiro de 1942, o sistema escolar montado no Brasil desmorona diante da retirada do consulado japonês e da dissolução das associações educacionais. Na ausência da tutela do consulado, são desfeitas as articulações sociais que sustentavam as escolas japonesas. Com a quebra das expectativas de retorno, diante da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e da consequente crise econômica, muitos dos imigrantes criam bases para a sua estabilização no Brasil. Nesse quadro, as escolas japonesas, conforme seus objetivos iniciais, foram perdendo seus significados e suas funções tornaram-se anacrônicas no novo contexto”.

Tais medidas tiveram suas especificidades em cada região do Brasil,⁴⁴⁹ mas causaram, em todo país, conflitos entre os agentes de nacionalização e as pessoas que mantinham, dirigiam e colaboravam com as escolas de imigração. Houve destruição de material didático e prisões de professores e lideranças dos imigrantes.⁴⁵⁰ Foi, portanto, a partir da efetivação de todas essas medidas que a preocupação com o processo de inclusão dessa população nas instituições públicas pertencentes ao sistema de ensino nacional passou a se fazer presente na agenda política do Estado brasileiro.

O Estatuto do Estrangeiro e a educação escolar de imigrantes

No intervalo de tempo entre as medidas nacionalistas iniciadas na década de 1930 e a publicação da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980 o Estatuto do Estrangeiro, legislação que rege ainda hoje a questão migratória no país tem-se a edição de um conjunto de normas que trataram do tema da imigração no Brasil.

No princípio da política de nacionalização compulsória brasileira, as normas sobre a entrada de estrangeiros no território nacional foram consolidadas por meio do Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, regulamentado pelo Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938, legislação esta que, como já se referiu anteriormente, determinou uma série de restrições à estrutura e ao currículo das escolas que recebiam alunos imigrantes e filhos de imigrantes no Brasil.

Posteriormente, com o término da Segunda Guerra Mundial, o Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, passa a dispor sobre a imigração e colonização no Brasil, afirmando uma política migratória pautada na dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração como instrumento de progresso para o país. A admissão de imigrantes foi condicionada “à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”,⁴⁵¹ orientando a entrada de correntes migratórias de acordo com o sistema de cotas.⁴⁵² Este decreto nada dispõe sobre a educação de imigrantes no país.

Tão somente no ano de 1969 é publicado o primeiro Estatuto do Estrangeiro do Brasil, o Decreto-lei n. 941, de 13 de outubro deste mesmo ano, regulamentado pelo Decreto n. 66.689, de 11 de junho de 1970, e com alterações introduzidas pela Lei n. 6.262, de 18 de novembro de 1975.⁴⁵³ Esse estatuto é, na verdade, uma consolidação de leis, decretos-leis, decretos e outras normas, anteriormente esparsas, que se referem à situação do estran-

449 Encontramos na publicação *Cultura Política*, de março de 1942, referência a escolas de núcleos estrangeiros no sul do país, qualificadas pelo autor do artigo, Pedro Calheiros Bonfim (*As escolas estrangeiras no Brasil*. *Cultura Política*, v. 2, n. 13, 1942. p. 32, 34), como “agentes de desnacionalização”. Segundo a publicação, a questão passou a preocupar as instituições incumbidas de cuidar da segurança nacional, já que nessas escolas se transmitiam ensinamentos e ideais contrários a uma educação de caráter nacional com “os ideais de vida da comunhão brasileira”. Nesse sentido, de acordo com o autor, quase mil escolas “desnacionalizantes” foram fechadas depois de 1937 e, em sua substituição, se instalaram novas unidades escolares com finalidades nacionalizantes.

450 KREUTZ, Lucio. *A educação de imigrantes no Brasil*, p. 366.

451 BRASIL. Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providências. Artigo 2º. In: DEMORO, Luis. *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.p. 231-232.

452 O regime de cotas de entrada de imigrantes foi estabelecido na Constituição de 1934 (artigo 121, § 6º) e conservado na Constituição de 1937 (artigo 151). O Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938 (artigo 14) e o Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945 (artigo 3º), disciplinaram o sistema constitucional, fixando uma taxa anual de 2% sobre o efetivo total dos imigrantes de um dado país, entrados a contar de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. O critério de restrição a admissibilidade do estrangeiro foi abandonado com a Constituição de 1946, mas com a ressalva de uma política imigratória orientada por órgãos especializados na seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes, segundo as exigências do interesse nacional (artigo 162) (CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1983. p. 116).

453 *Ibid.*, p. 572.

geiro no país. Seu regulamento traz os princípios orientadores da política migratória brasileira que se manteve até a década de 1980 e que visava “preservar a segurança nacional, a composição técnica do Brasil, sua organização institucional, e seus interesses políticos, socioeconômicos e culturais” (artigo 1º, Decreto n.º 66.689, de 11 de junho de 1970).⁴⁵⁴

Foram mais de dez anos de vigência do Decreto-lei n. 941/69 até a promulgação do atual Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. A preocupação inicial do novo estatuto estava em reunir toda a legislação vigente em torno da questão do estrangeiro no Brasil, motivo pelo qual nele se encontram disposições constantes no Decreto-lei n. 941/69 e a restauração de outras que se faziam presentes no Decreto-lei n. 406/38 e no Decreto-lei n. 7.967/45, restando esses documentos expressamente revogados pela nova Lei (artigo 141 da Lei n. 6.815/80).⁴⁵⁵

De acordo com Mirtô Fraga, que à época da promulgação do novo estatuto era assessora jurídica do então ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, o processo legislativo que envolveu a Lei n. 6.815/80 foi marcado por um amplo debate entre, de um lado, os que argumentavam pela dita “tradição liberal brasileira” no tratamento e acolhida dos fluxos migratórios, e, de outro, os que defendiam a imposição de medidas de restrições a tais fluxos, levando em conta a segurança interna brasileira e a defesa do trabalhador nacional.⁴⁵⁶

O projeto, fortemente criticado e aprovado por decurso de prazo, se converteu na Lein. 6.815/80 sem qualquer emenda, razão pela qual o governo se comprometeu a introduzir alterações posteriores no documento.⁴⁵⁷ O que foi concretizado por meio da Lei n. 6.964, de 9 de dezembro de 1981, que reformulou o texto original e definiu a recomposição do Estatuto.⁴⁵⁸ O Decreto n. 86.715, que regulamenta o estatuto, foi publicado aos 10 de dezembro de 1981.

Yussef Said Cahali pondera que o Estatuto do Estrangeiro anuncia, por meio de enunciados programáticos, o fim social que o orienta e que deve ser adotado na aplicação de suas disposições:

Coibindo a imigração clandestina, mas não desencorajando a imigração regular, tem em vista a um só tempo a preservação da integridade institucional, o resguardo dos interesses nacionais de conteúdo político, socioeconômico e cultural, e a defesa do trabalhador nacional, protegendo-o da competição a que estaria exposto diante de uma política migratória não discriminada.⁴⁵⁹

Nesse sentido, nota-se que, no processo legislativo que envolveu a Lei n. 6.815/80, os que defendiam a imposição de medidas de restrições aos fluxos migratórios, considerando a segurança interna brasileira e a defesa do trabalhador nacional, acabaram em vantagem em relação aos que argumentavam pela dita “tradição liberal brasileira” no tratamento e acolhida de tais fluxos.

Tais diretivas presentes no novo Estatuto, em especial a que diz respeito a “coibição da imigração clandestina”, evidenciam-se, de maneira elucidativa, no tratamento dado

454 BEZERRA NETO, Vicente. *O estrangeiro nas leis do Brasil: teoria e prática do Estatuto de 1970 e de todo o regime jurídico do alienígena*. São Paulo: Forense, 1971. p. 5, 65.

455 CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*, p. 74.

456 FRAGA, Mirtô. *O novo Estatuto do Estrangeiro comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1985. p. IX.

457 Ibid., p. IX, XI.

458 CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*, p. 74-75.

459 Ibid., p. 75.

ao tema do acesso ao direito à educação escolar por parte de imigrantes no país. Já no título que trata dos direitos e deveres do estrangeiro no Brasil, o estatuto determina que a matrícula em estabelecimento de ensino é permitida, mas está condicionada às restrições estabelecidas pelo próprio estatuto e por seu regulamento.⁴⁶⁰

O Estatuto do Estrangeiro, por sua vez, no capítulo da atualização do registro do estrangeiro (V), inserido no título que dispõe sobre o registro e suas alterações (IV), condiciona a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau ao devido registro⁴⁶¹ ou cadastro do estrangeiro no Brasil.⁴⁶² Exceto os naturais de país limítrofe, que estão liberados do registro, mas devem se cadastrar e portar um documento especial que os identifique e caracterize sua condição,⁴⁶³ todos os outros estrangeiros que almejem ter acesso ao ensino no país deverão estar registrados e possuir o documento de identidade fornecido pelo Brasil.

A exceção a esta máxima se encontra no artigo 83, §1º, do regulamento,⁴⁶⁴ que assegura que o protocolo fornecido pelo Departamento de Polícia substitui, para a hipótese de matrícula em estabelecimento de ensino, pelo prazo de até sessenta dias contados da sua emissão, o documento de identidade do estrangeiro registrado ou cadastrado.

De acordo, ainda, com o estatuto e o seu regulamento, os estabelecimentos de ensino deverão remeter ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Polícia Federal os dados do estrangeiro matriculado e deverão, da mesma forma, comunicar a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso.

Se, por um lado, a falta de registro no Brasil, para o estrangeiro, o sujeita à multa,⁴⁶⁵ por outro, para os estabelecimentos de ensino, a realização de matrícula sem a apresentação do devido registro ou cadastro por parte do estrangeiro, e/ou a omissão no envio de dados do estrangeiro e comunicação de suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso, também resultam em multa, neste caso, para o estabe-

460 Conferir artigo 97: "O exercício de atividade remunerada e a matrícula em estabelecimento de ensino são permitidos ao estrangeiro com as restrições estabelecidas nesta Lei e no seu Regulamento. (Renumerado pela Lei n. 6.964, de 09/12/81)" (BRASIL, Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso: 04 maio 2011).

461 Conferir artigo 30: "O estrangeiro admitido na condição de permanente, de temporário (incisos I e de IV a VI do artigo 13) ou de asilado é obrigado a registrar-se no Ministério da Justiça, dentro dos trinta dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo, e a identificar-se pelo sistema datiloscópico, observadas as disposições regulamentares (Redação dada pela Lei n. 6.964, de 09/12/81)" (Ibid.).

462 Conferir artigo 48: "Salvo o disposto no §1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (artigo 30). Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicarão, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso (Renumerado pela Lei n. 6.964, de 09/12/81)" (Ibid.).

463 Conferir artigo 21: "Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitadas os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade. §1º Ao estrangeiro, referido neste artigo, que pretenda exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino naqueles municípios, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, e, ainda, Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando for o caso. §2º Os documentos referidos no parágrafo anterior não conferem o direito de residência no Brasil, nem autorizam o afastamento dos limites territoriais daqueles municípios" (Ibid.).

464 Conferir artigo 83: "A admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado ou cadastrado. §1º O protocolo fornecido pelo Departamento de Polícia Federal substitui, para os fins deste artigo, pelo prazo de até sessenta dias, contados da sua emissão, os documentos de identidade previstos nos artigos 60 e 62. §2º As entidades, a que se refere este artigo, remeterão ao Departamento de Polícia Federal, os dados de identificação do estrangeiro, à medida que ocorrer o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso [...]" (BRASIL. Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D86715.htm>. Acesso: 04 maio 2011.).

465 Conferir artigo 125, III: "Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: [...] III - Deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido nesta Lei (artigo 30): Pena: multa de um décimo do Maior Valor de Referência, por dia de excesso, até o máximo de 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência (Renumerado pela Lei n.º 6.964, de 09/12/81)" (BRASIL, Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração).

lecimento de ensino.⁴⁶⁶ Em caso de reincidência, tais multas poderão ter seus respectivos valores aumentados.⁴⁶⁷

Nesse sentido, nota-se que a finalidade primeira do entrave ao acesso aos estabelecimentos de ensino para os estrangeiros que não estejam registrados ou cadastrados, é o controle e fiscalização da totalidade de imigrantes residentes no país, por meio do seu registro e cadastro, e da obrigatória atualização dos mesmos. Penalizando tanto imigrante como instituições de ensino, na hipótese de não contribuírem para a atualização desses dados.

O Estatuto do Estrangeiro é, ainda hoje, a legislação que trata da questão migratória no país.⁴⁶⁸ Resta ponderar se todo o seu conteúdo é, todavia, aplicável e vigente na contemporaneidade.

Na atualidade, é possível afirmar que todo imigrante residente no Brasil, esteja ele em situação migratória regular ou não, tem direito ao acesso à educação escolar no país. A Constituição Federal de 1988 reconhece que esse é um direito de todos e dever do Estado e da família;⁴⁶⁹ o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990) prevê a educação como um direito fundamental que deve ser garantido a toda criança ou adolescente,⁴⁷⁰ não diferenciando, dessa forma, o nacional do estrangeiro, seja o último documentado ou não;⁴⁷¹ além de convenções internacionais ratificadas pelo país⁴⁷² que incluem a garantia desse direito humano.⁴⁷³

466 Conferir artigo 125, XIV: “Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: [...] XIV - infringir o disposto nos artigos 45 a 48: Pena: multa de 5 (cinco) a 10 (dez) vezes o Maior Valor de Referência. (Renumerado pela Lei n. 6.964, de 09/12/81)” (Ibid.).

467 Conferir artigo 126: “As multas previstas neste Capítulo, nos casos de reincidência, poderão ter os respectivos valores aumentados do dobro ao quíntuplo (Renumerado pela Lei n. 6.964, de 09/12/81)” (Ibid.).

468 Cabe reiterar que, desde a sua promulgação, o Estatuto do Estrangeiro foi polêmico e muito questionado. A Lei n. 6.964/81 reformulou, de maneira tímida, o texto original e definiu a recomposição do Estatuto. Segundo Marcia Sprandel, de 1991 a 2003 tramitou no Congresso Nacional uma proposta alternativa para a legislação migratória brasileira por meio do Projeto de Lei n.º 1.813/91. Seu conteúdo trazia, entretanto, insuficientes mudanças, o que desagradou as entidades que trabalhavam com a temática migratória e as associações de migrantes. O Projeto recebeu muitas emendas e acabou sendo arquivado em 2003 (SPRANDEL, Marcia. *Estrangeiros no Brasil: realidades e desafios*. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoes-internacionais/article/viewFile/281/269>>. Acesso em: 31 jul. 2012). Atualmente, o Projeto de Lei n. 5.655/09 tramita no Congresso e, se aprovado, passará a ser a legislação vigente sobre estrangeiros no país.

469 De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 maio 2013).

470 O que pode ser especialmente percebido a partir da definição trazida pelo artigo 2º, ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 21 maio 2013).

471 A definição de migrante indocumentado, de acordo com a Organização Internacional para as Migrações (*Direito Internacional da Migração*: Glossário sobre migrações. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2010. p. 26. Disponível em: <<http://publications.iom.int/bookstore/free/IML22.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012), compreende “Estrangeiro que entra ou permanece num país sem ter os documentos necessários, nomeadamente, entre outros: (a) alguém que não tem os documentos legalmente exigidos para entrar num país, mas consegue entrar clandestinamente, (b) alguém que entra com documentos falsos, (c) alguém que depois de entrar com os documentos legalmente exigidos, permaneceu para além do período de permanência autorizado ou violou as condições de entrada e permaneceu sem autorização”.

472 É importante ressaltar que se faz presente de modo expressivo nos debates atuais sobre a migração internacional e o direito dos migrantes no país de destino, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1990 (Resolução n.º 45/158). A convenção só entraria em vigor após a ratificação ou adesão de vinte Estados, o que ocorreu mais de uma década depois, em 1º de julho de 2003. Com seu advento sob um contexto de grande circulação de pessoas e da imposição de políticas migratórias cada vez mais restritivas e seletivas ao ingresso de imigrantes internacionais nos Estados, observa-se, até o mês de maio de 2013, a sua ratificação por apenas quarenta e seis países. Não consta nesse rol o Brasil. Em 13 de dezembro do ano de 2010, por meio da Mensagem n. 896 do presidente da República, a convenção foi encaminhada à apreciação e votação no Congresso Nacional brasileiro. Em maio de 2013, a sua tramitação segue em curso. A ratificação da Convenção da ONU demonstraria, de maneira efetiva, a opção do Estado brasileiro em se posicionar, internacionalmente, pela proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e de seus familiares em território nacional.

473 Dentre eles: Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966, ONU (Brasil ratificou em 1992); Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, ONU (Brasil ratificou em 1990); Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador (Brasil ratificou em 1996).

Considerações finais

Observa-se, desse modo, no que tange a trajetória do acesso à educação escolar por parte de imigrantes no Brasil, que, se em um primeiro momento, pela inexistente estrutura de ensino que pudesse abranger tanto alunos nacionais como estrangeiros, foi tolerada e até mesmo estimulada a organização, por parte dos imigrantes, para a criação de suas próprias escolas no país, em período seguinte, com a adoção de uma política de nacionalização do ensino pelo Estado brasileiro, a existência dessas escolas foi sendo gradualmente cerceada por um crescente número de limitações. Já em um terceiro momento, com a supressão das escolas de imigração, inicia-se uma fase de inclusão dessa população nas instituições de ensino públicas nacionais, para, em um quarto momento, a partir do condicionamento da matrícula em estabelecimento de ensino ao registro ou cadastro do imigrante no país, passar a recusar a presença de determinados imigrantes no sistema de ensino nacional, utilizando a escola outrora vista essencialmente como medida de assimilação e integração dos imigrantes à cultura nacional como meio de fiscalização da permanência de imigrantes no Brasil e como forma de desencorajar o movimento migratório indocumentado ao país e excluir a presença de tais imigrantes no sistema de ensino brasileiro.

A partir de 1988, os dispositivos do Estatuto do Estrangeiro referentes à proibição do acesso aos estabelecimentos de ensino aos imigrantes não registrados ou cadastrados no Brasil não deveriam ser aplicados por sua não recepção pela Constituição Federal vigente. Cabe destacar, no mesmo sentido, a afirmação do direito universal à educação na legislação infraconstitucional brasileira e em documentos internacionais ratificados pelo país. Mesmo diante de tal conjuntura, houve, no entanto, nas décadas de 1980 e 1990, expressivos casos de imigrantes impedidos de acessar o direito à educação escolar por conta da aplicação indevida do Estatuto do Estrangeiro e, em pleno século XXI, o país segue registrando ocorrências de violações desse direito, mesmo que em número reduzido. Essa é a razão pela opção de não incluir, ainda, um quinto momento a essa trajetória, que se mostra em construção.

Tal trajetória do acesso à educação escolar de imigrantes internacionais no Brasil reflete de maneira clara a mudança de perspectiva por parte do Estado brasileiro a respeito da importância de atração de determinados fluxos migratórios para o país e sua integração à sociedade brasileira.

Se no final do século XIX e início do século XX a preocupação era a de atrair determinados trabalhadores imigrantes com políticas de subsídios para ocupar os postos de mão de obra livre, com a política de nacionalização da década de 1930, que determinou inclusive o regime de cotas de entrada de imigrantes no país, o Estado passa a ser mais severo no controle de entrada e permanência desses trabalhadores, observando-se uma diminuição expressiva do número de imigrantes recebidos e uma preocupação extremada quanto a sua assimilação e integração à sociedade brasileira; já na década de 1980, com o Estatuto do Estrangeiro, a imigração para o Brasil passa a ter como principal objetivo a atração de mão de obra especializada, com vistas à celeridade da produção e conseqüente desenvolvimento social do país

e a coibição da imigração tida como irregular, em situações nas quais os pressupostos legais exigidos para entrada e permanência no Brasil não foram respeitados.⁴⁷⁴

Como decorrência, temos a modificação das perspectivas de construção, pelo Estado, de estruturas adequadas para receber esses fluxos. Se em um período inicial em que existia o interesse por parte do Estado brasileiro em atrair um grande número de determinados trabalhadores ao país havia certa preocupação com a recepção e permanência dos movimentos migratórios, com o advento da política de nacionalização o foco do interesse do Estado passa a ser a mais rigorosa seleção de imigrantes para o ingresso ao país e sua fácil assimilação e integração, e, a partir de 1980, a preocupação passa a ser a fiscalização da entrada e permanência de imigrantes no Brasil.

Pondera-se, nesse sentido, que a questão migratória, no contexto atual, passa a ter espaço abreviado na agenda do Estado brasileiro.⁴⁷⁵ Nota-se que, em grande parte das vezes, o tema é trazido a debate na medida em que a recepção desses novos sujeitos pelo país ocasiona notório desconforto à sociedade brasileira como um todo. De modo que a imigração é colocada em pauta quando se apresenta como um problema social, que deve ser compreendido, debatido e solucionado para o bem da coletividade do país.

É necessário questionar o atual posicionamento do Brasil ao não enfrentar de maneira eficaz a temática da gestão e da proteção de direitos dos imigrantes e de suas famílias em nosso país. As políticas de integração e garantia de direitos fundamentais dessa população, são, hoje, incipientes. O Estatuto do Estrangeiro, lei promulgada na década de 1980, segue vigente com poucas alterações em mais de três décadas⁴⁷⁶ e se encontra, desde 1988, com o advento da Constituição Federal, totalmente alheio ao contexto brasileiro.

474 Cabe destacar, entretanto, iniciativas recentes para regularizar a situação de muitos migrantes que se encontravam em território nacional em situação irregular, o que foi realizado por meio da Lei de Anistia de Imigrantes Irregulares no Brasil (Lei n. 11.961/2009, regulamentada por meio do Decreto n. 6.893/2009), em curso até o final de 2009; e para estimular o movimento migratório regular entre países da região, por meio do Acordo de Livre Residência Mercosul (Decreto n. 6.964/2009) e Mercosul, Chile e Bolívia (Decreto n. 6.975/2009), que hoje beneficia nacionais da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru (desde 2011) e Colômbia (desde 2012). Em 2011, o Equador aderiu ao acordo, e seus nacionais serão incluídos dentre os beneficiários após resolução de trâmites internos do país.

475 Tal situação, no entanto, pode estar se modificando. Para Neide Lopes Patarra (O Brasil: país de imigração? *Revista eletrônica e-metropolis*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, 2012. p. 6), "Nos últimos tempos o tema das políticas migratórias no Brasil tem se tornado imperativo. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, blogs, websites oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos – as migrações internacionais. [...] O governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar rapidamente uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas e dos novos conflitos, embora sempre carregando traços seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes. Pode-se afirmar que o tema estará presente em quase todo o território brasileiro, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins; enfrentará a pressão das demandas de grupos sociais organizados e de ONGs, nacionais e internacionais, que batalham pela abertura das portas aos imigrantes pobres e vítimas de catástrofes sociais e/ou climáticas".

476 É importante destacar determinados avanços, em matéria de legislação migratória, nos Estados-Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Destacam-se as recentes leis promulgadas na Argentina e no Uruguai. A *Ley de Migraciones* argentina (Lei n. 25.871/2004), regulamentada pelo Decreto n. 616/2010, reformula os objetivos da política migratória do país, com fundamento na integração regional latino-americana e no respeito aos direitos humanos e a mobilidade dos imigrantes. Aprovada em 2004, após mais de duas décadas de debates, a nova lei argentina substituiu a Lei n. 22.439/1981. Já a nova *Ley de Migración* uruguaia foi promulgada em 2008 (Lei n. 18.250/2008) e regulamentada pelo Decreto n. 394/2009, em substituição a legislação anterior, a Lei n. 8.868/1932, modificada pela Lei n. 9.604/1936. A atual legislação uruguaia vigente, de modo semelhante à argentina, inova ao reconhecer o direito de todas as pessoas a migrar e garantir aos migrantes e suas famílias, independentemente de sua situação migratória, os direitos fundamentais no país, como o direito à saúde e educação, em igualdade aos nacionais.

Referências

- BASSANEZI, Maria Silva C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Fnuap, 1995.p. 1-37.
- BEZERRA NETO, Vicente. *O estrangeiro nas leis do Brasil: teoria e prática do Estatuto de 1970 e de todo o regime jurídico do alienígena*. São Paulo: Forense, 1971.
- BONFIM, Pedro Calheiros. As escolas estrangeiras no Brasil. *Cultura Política*, v. 2, n. 13, p. 30-34, 1942. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\FGV_Rev_Cultura\Rev_Cultura.DocPro&pesq=%20Num13%201942>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- BRASIL. Decreto n. 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. 1938a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1938vII.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. 1938b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1938vIV-414pg.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.
- BRASIL. Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providências. In: DEMORO, Luís. *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.
- BRASIL. Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso: 04 maio 2011.
- BRASIL. Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D86715.htm>. Acesso: 04 maio 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 21 maio 2013.
- CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*. São Paulo: Saraiva, 1983.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ESPÓSITO, Yara Lúcia. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 41, n. 10, p. 981-995, 1989.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pro-posições*, Campinas, v. 15, n. 3 (45), p. 215-228, 2004. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/45-artigos-demartinizbf.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.
- _____. Japoneses em São Paulo: desafios da educação na nova terra. In: _____. KISHIMOTO, TizukoMorchida (Org.). *Educação e cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.p. 23-46.
- DEMORO, Luís. *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960.
- FRAGA, Mirtô. *O novo Estatuto do Estrangeiro comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.
- KREUTZ, Lucio. A educação de imigrantes no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.p. 347-370.
- _____. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estrutura de apoio. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 159-176, 2000b. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE15/RBDE15_11_LUCIO_KREUTZ.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, supl., p. 49-90, 1974.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Direito Internacional da Migração: Glossário sobre migrações*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2010. Disponível em: <<http://publications.iom.int/bookstore/free/IML22.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012.
- PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? *Revista eletrônica e-metropolis*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 09, p. 6-18, 2012.
- SHIBATA, Hiromi. A nacionalização do ensino e os japoneses em São Paulo. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). *Educação e cultura: Brasil e Japão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.p. 47-67.
- SPRANDEL, Marcia. *Estrangeiros no Brasil: realidades e desafios*. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/281/269>>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Reformulações na política imigratória de Brasil e Argentina nos anos 30: um enfoque comparativo. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; MALATIAN, Teresa (Org.). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 253-256.

Redes sociais e integração socioeducativa na diáspora juvenil: o caso de adolescentes brasileiros em Barcelona.

Bianka Pires André^{477*}

Introdução

No princípio todos os dias eu perguntava para ele: você já fez um coleguinha, meu filho? (Fragmento entrevista)

Durante as primeiras semanas depois de haver chegado a Barcelona, Lúcia estava ansiosa para que seus filhos conhecessem novos amigos na nova cidade de residência da família, a fim de que não sentissem tanto a mudança de um país para o outro. Segundo a entrevistada, todo dia, assim que os filhos chegavam da escola, ela perguntava se eles já haviam feito amigos. A filha mais velha, de 14 anos, logo fez amizades com outras meninas, mas sua grande preocupação era o filho mais novo, de 12 anos, que era mais tímido e, mesmo no Brasil, não tinha tantas amizades. Uma tarde, ao ouvir “sim, já tenho um amigo”, Lúcia conta que se sentiu mais tranquila e foi percebendo que, aos poucos, a nova vida de seus filhos começava a estruturar-se. Um ano e meio depois da mudança da família para outro país, Luciano já possuía seu pequeno grupo de amigos, era representante de turma em sua escola e estava muito feliz por morar em Barcelona.

A imigração é um projeto dos pais, não dos filhos. Os filhos costumam ser o “motivo” da migração, como comentou Lúcia na entrevista: “eu vim por eles, por mim eu não estaria aqui. Eu e meu marido tínhamos a nossa casa e não vivíamos mal, mas eles precisavam de uma educação melhor, de um futuro melhor”. Ainda que nos pareça fácil para as crianças e adolescentes se adaptarem, se integrarem rapidamente em um novo entorno cultural, muitas vezes pode ser difícil para eles também. Alguns dos fatores que mais afetam esse processo são, por exemplo, a idade com que chegam à nova sociedade, a personalidade de cada um, o suporte familiar, o tempo de aprendizagem da língua local, o tipo de acolhida que recebem, o tipo de vínculo que estabelecem com a nova comunidade e, principalmente, o encontrar um grupo de iguais, os amigos.

De acordo com Siguan,⁴⁷⁸ é na adolescência que se pode sentir mais intensamente as mudanças de um entorno a outro, a ausência dos velhos amigos, certa instabilidade pelo desconhecimento da dinâmica local, a readaptação a um novo sistema escolar, entre outros fatores. No entanto, um ponto positivo é que, nessa idade, os adolescentes costumam estar mais receptivos às novas experiências, aos novos descobrimentos, sendo assim mais “flexíveis” que uma pessoa adulta com o caráter já formado.

477 * Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona.

478 SIGUAN, Miquel. *Imigración y adolescencia*. Los retos de la interculturalidad. Barcelona: Paidós Educador, 2003.

en la adolescencia la emigración se vive de forma especialmente traumática. Es entonces cuando el sujeto ha formado las primeras amistades y vivido las primeras emociones personales, cuando la emigración se vive como un desgarró. Y a ello se añade que, una vez en lugar del destino, la ignorancia de la lengua del lugar de acogida no sólo condena a la soledad, sino que además hace extremadamente dura la tarea de incorporarse a un nuevo sistema escolar.⁴⁷⁹

Foi possível observar neste estudo⁴⁸⁰ realizado com adolescentes brasileiros residentes em Barcelona que, nesta idade, independente de quão “flexíveis” sejam, o que os meninos e meninas precisam é conquistar um espaço próprio na nova comunidade, formar um grupo de amigos e, aos poucos, ir criando vínculo com a sociedade receptora. Dentre as áreas de interesse do estudo estava conhecer o tipo de relacionamento que esses adolescentes brasileiros mantinham com a sociedade receptora a partir da escola, como suas redes sociais eram construídas a partir de suas experiências socioeducativas.

Com a presença de diferentes coletivos culturais em Barcelona, nos questionamos também sobre que nacionalidades podiam ser encontradas nessas redes e de que maneira as novas amizades podiam contribuir no processo de integração desses alunos. Sendo assim, o objetivo deste artigo é relatar algumas das experiências dos alunos brasileiros a partir da construção de suas redes de amizades dentro do processo de integração socioeducativa em Barcelona.

Um pouco sobre integração e rede social

A integração socioeducativa dos filhos e filhas das pessoas imigradas na Espanha ainda é uma preocupação vigente. A presença de diferentes comunidades imigradas em Barcelona provoca mudanças em diversas áreas do panorama social e, principalmente, na educação. Segundo Juliano,⁴⁸¹ a presença de imigrantes provenientes de países em desenvolvimento gera um repensar as inter-relações entre as minorias culturais e a sociedade de destino. Este “re-pensar” produz indagações, expectativas, decepções e outras atitudes sociais que podem ser vistas em diversos estudos relacionados à integração do alunado estrangeiro na escola, seu processo de identidade cultural, educação intercultural, tolerância, aprendizagem dos idiomas locais, diversidade cultural, entre outros temas. De acordo com os pesquisadores do Colectivo IOE,⁴⁸²

La importancia de la educación para todos niños y niñas de cualquier país está fuera de duda; de ella dependen el pleno desarrollo de su personalidad, el aprendizaje de las técnicas que le permitirán en el futuro un empleo adecuado y la facilidad o dificultad para su integración en la sociedad, la propia convivencia social del país depende en buena parte de la educación de la infancia y la juventud.⁴⁸³

479 Ibid., p. 179.

480 O estudo que aqui se apresenta é fruto de resultados parciais de uma pesquisa de doutorado defendida em 2007 na Universidade de Barcelona.

481 JULIANO, Dolores. *Educación intercultural: escuela y minorías étnicas*. Madrid: Eudema, 1993. p. 93.

482 Grupo de pesquisa espanhol que realizou trabalhos como, por exemplo: “La diversidad cultural y la escuela” (1997), “La inmigración extranjera a España: Els reptes educatius” (1999), “Inmigración, escuela y mercado de trabajo” (2002), “La escolarización de hijas de familias inmigrantes” (2003), entre outros.

483 COLECTIVO IOÉ. *La inmigración extranjera a España: els reptes educatius*. Barcelona: Fundació La Caixa, 1999. p. 72.

Com o crescimento dos diferentes grupos imigrados na Espanha, são intermináveis os debates relacionados com medidas sociais, políticas e educacionais que possam ajudar a “integrar” tanto os recém-chegados, como aqueles que já estão há mais tempo vivendo na sociedade, porém ainda não encontraram seu espaço social. No entanto, cabem alguns questionamentos: o que seria estar realmente “integrado” em uma sociedade diferente da de origem? Falar o idioma local? Trabalhar? Estudar? Conhecer pessoas do país? Votar? Dominar os códigos sociais? A integração entendida meramente como adaptação do indivíduo às regras sociais ou como assimilação da cultural local nem sempre abrange as complexidades desse processo. A partir de uma perspectiva baseada em diferentes leituras e, principalmente, baseada na experiência pessoal dos participantes da pesquisa, pode-se caracterizar a integração social como um vínculo que uma pessoa cria com a sociedade por meio de sua participação nela e pelo reconhecimento como sujeito social por parte da mesma sociedade. A participação nos diferentes níveis sociais, independente do *status* como imigrante, permite que a pessoa conheça mais da nova comunidade, seus costumes, sua dinâmica, seus diferentes modos de interpretar a realidade, podendo, a partir disso, aproximar-se mais e fazer parte do novo entorno social.

Para poder chegar a entender como os adolescentes participantes da pesquisa acediam à nova estrutura social decidimos trabalhar com a análise de redes sociais, pois, segundo Requena,

la teoría de redes sociales se centra en una visión de la estructura social como conjunto de vínculos que unen tanto a miembros individuales como a colectivos de la sociedad. Se trata, pues, de un enfoque que en algo menos de medio siglo se propone como una vía muy interesante de explicación de la realidad social.⁴⁸⁴

O interesse em trabalhar também com este tipo de instrumento dentro do estudo surgiu pela capacidade que tal instrumento podia oferecer-nos no momento de representar graficamente os sistemas sociais, facilitando em certa medida a visualização dos possíveis vínculos que os sujeitos mantinham com a sociedade.⁴⁸⁵ Entre as várias aplicações da análise das redes na realidade social, Requena destaca três dimensões principais: “el efecto de la posición en red del actor en su conducta; la identificación de los subgrupos en la estructura o la red; y la naturaleza de las relaciones entre los actores”.⁴⁸⁶ Das dimensões apresentadas pelo autor, tivemos em conta, para a análise deste trabalho, a natureza dos relacionamentos entre os atores sociais, pelo fato de poder perceber mais facilmente como surgem os vínculos sociais entre os indivíduos.

Dentre as pesquisas que utilizam a análise de redes sociais como metodologia podemos destacar a de Hébert,⁴⁸⁷ realizada em escolas do Canadá com um grupo de adolescentes estrangeiros. Tendo em conta o que significa para os jovens estrangeiros estabelecer novos relacionamentos em um país de destino, esta pesquisa analisa as redes sociais desenhadas pelos adolescentes, dando maior ênfase na orientação espacial dos desenhos, ou seja, analisa o efeito da posição do ator em sua rede, como sugere Reque-

484 REQUENA, Félix Santos. *Análisis de redes sociales*. Orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2003. p. 3.

485 MOLINA, José Luis. *El análisis de redes sociales*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001. p. 98.

486 REQUENA, Félix Santos. *Análisis de redes sociales*. Orígenes, teorías y aplicaciones, p. 5.

487 HÉBERT, Yvonne et al. Relational citizenship as social networks: Immigrant youth's maps of their friendships. *Encounters on Education*, Toronto, v. 4, p. 83-106, 2003.

na.⁴⁸⁸ O foco da análise do estudo canadense também está marcado pelas influências como gênero do adolescente, tempo de residência na sociedade canadense, a etnicidade e o contexto. De acordo com o estudo, no processo “*becoming canadian*”, são muito importantes as novas conexões que se estabelecem com a sociedade receptora. Para os canadenses, a participação na sociedade sugere um novo modelo de cidadania.⁴⁸⁹ Nesse caso, os dados da pesquisa mostram que uma orientação do estudo no sentido vertical pode ser mais vantajosa para o adolescente ao mesmo tempo que facilita a mobilidade social, o fluxo de informações e a integração.⁴⁹⁰

Por outro lado, no que se refere a estudos sobre as redes sociais de brasileiros no exterior, nos chama a atenção que tais redes estejam mais articuladas à ação de migrar que ao estabelecimento de laços com o país de destino. Com o objetivo de prestar auxílio ao compatriota que deseja sair do país, há brasileiros tanto no país de destino, quanto no de origem, que se mobilizam para se ajudar mutuamente a conseguir visto, procurar casa, trabalho, escola, e, algumas vezes, inclusive prestam assistência financeira. Essas redes são chamadas de “redes migratórias”.⁴⁹¹ Enquanto a rede social faz possível o estabelecimento das relações interculturais entre brasileiros e membros do novo entorno, a rede migratória, por sua vez, fomenta a manutenção de relações intraculturais.

Pensando um pouco na integração escolar, no caso dos alunos estrangeiros, esta costuma ser valorizada basicamente em função de indicadores como êxito escolar, domínio do idioma local, porém não com frequência sobre as bases mais qualitativas, como as relações humanas, por exemplo. No entanto, para os alunos, os relacionamentos entre os pares é um fator decisivo em seu processo de integração socioeducativa. Para esses meninos e meninas costuma ser mais importante ter um colega que os entenda, apesar de sua comunicação deficiente em um primeiro momento, que dominar bem a língua. Durante este estudo, um dos professores entrevistados contou um exemplo interessante, expressando certa admiração e satisfação, quando fazia referência à significativa amizade de dois alunos recém-chegados, um brasileiro e o outro argelino, que não dominavam o idioma local, não conheciam os respectivos idiomas, mas mantinham uma relação muito próxima, amistosa e solícita, de ajuda mútua.

Em uma primeira aproximação, cremos que, para iniciar uma amizade, um sorriso, um gesto e algumas palavras podem ser suficientes para constituir o primeiro contato. A sociabilidade no processo de integração permite que os alunos possam sentir-se mais amparados não só pela família ou pela escola, mas também por um grupo de amigos próprios. E o objetivo de criar vínculos sociais e laços de amizade é que os adolescentes tenham amigos tanto na escola como fora dela. Em um segundo momento, e se possível, devido às características do bairro onde morem e da escola onde estudem, é que possam ter amigos autóctones, pois por meio desses amigos eles podem fazer uma leitura pessoal e mais próxima do entorno onde moram. Como ressalta Pauladarias,⁴⁹² muitas vezes os processos de integração estão pensados somente para dentro da escola, no entanto, deveria ser justamente ao contrário, a escola deveria ser a porta para a sociedade local.

488 REQUENA, Félix Santos. *Análisis de redes sociales*. Orígenes, teorías y aplicaciones.

489 HÉBERT, Yvonne et al. Relational citizenship as social networks: Immigrant youth's maps of their friendships, p. 86.

490 Ibid., p. 83-84.

491 SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: Martes, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (Orgs.) *Fronteiras cruzadas*. Etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 240.

492 PAULADARIAS, Josep Miquel. La escuela intercultural y el papel de la comunidad en el proceso de integración. In: ESSOMBA, Miquel Angel (Coord.) *Construir la escuela intercultural: reflexiones y propuestas para trabajar la diversidad étnica y cultural*. Barcelona: Editorial Graó, 1999. p. 81-87.

Las acciones que frecuentemente se desarrollan para conseguir mejorar el proceso de integración escolar del alumnado de origen inmigrante a menudo se restringe al ámbito escolar y de los aprendizajes, y no acostumbran a tener en cuenta [...] el proceso de integración sociocultural de la familia o de la comunidad a la cual pertenecen.⁴⁹³

Um aspecto destacado por Urry sobre a sociabilidade é que as relações sociais dentro da sociedade civil se baseiam na “comunidade local”, neste caso, poderíamos dizer, no bairro onde residem os adolescentes.⁴⁹⁴ Urry fala também das relações como “múltiplas”, em que vizinhos podem ser os colegas da escola e também os mesmos colegas do tempo de lazer, por exemplo. Esta “cumplicidade” dada pela convivência entre os pares pode gerar um suporte emocional muito significativo. Este suporte emocional, que pode ser facilitado pela sociabilidade com os demais, é o que poderia colaborar com uma melhor integração socioeducativa. Por outro lado, a ideia de bairro, vizinhança, rua ou condomínio como espaço também para fomentar relacionamentos e vínculos sociais como Urry faz referência, parece ser menos transcendental para a sociedade barcelonesa, enquanto para a sociedade brasileira é bastante significativa. O fato de as escolas brasileiras serem em tempo parcial permite que os alunos tenham uma vida de bairro mais intensa, alternando o tempo livre entre brincadeiras nas ruas e condomínios, assim como realizando atividades extraescolares.

Dentro do processo de integração, alguns fatores como a idade de chegada na nova sociedade, a personalidade, o capital social, o gênero, a etnicidade, além das condições financeiras da família, entre outros fatores, são elementos a serem levados em conta tanto na hora de formar as redes sociais, como na hora de encontrar um espaço social. Como destaca Caballero,

en las posibilidades de una integración y una adaptación adecuadas, la dotación de habilidades y recursos que poseen los niños puede depender de la educación, la familia, la edad que tienen cuando ingresan a la escuela, las características de personalidad y carácter, como también de algunas singularidades culturales, que niñas y niños ponen en juego en los procesos interactivos escolares.⁴⁹⁵

Durante esta pesquisa fomos percebendo, pelas observações nas escolas, pelos comentários dos pais, dos professores e dos próprios sujeitos pesquisados, que muitas das experiências positivas e negativas dos adolescentes estavam ligadas diretamente a suas personalidades. A seguir, um exemplo:

Yo que sepa me suelen decir que soy muy simpática, graciosa pero es que es mi forma de ser, pero tampoco puedo callarme nada que perjudique a alguien, pero sí que sé guardar un secreto. (Redação de Carla, 14 anos, 6 anos em Barcelona.)

Dentro do que cabe, os alunos de um modo geral costumam ter as mesmas oportunidades de relacionar-se com os demais colegas na escola, mas esta “forma de ser” que

493 Ibid., p. 83.

494 URRY, John. Social relations, space and time. In: GREGORY, Derek; URRY, John (Eds.). *Social relations and spatial structures*. Londres: The Macmillan Press Ltd., 1985. p. 40.

495 CABALLERO, Zulma. *Aulas de colores y sueños*. La cotidianidad en las escuelas multiculturales. Barcelona: Octaedro, 2001. p. 190.

comenta Carla, é o que faz diferença na hora de estabelecer mais ou menos amizades. Por outro lado, o tempo, caracterizado tanto no sentido *chronos*, tempo transcorrido, como seria o caso do tempo de chegada na nova sociedade, como também o tempo pessoal de cada um, é fundamental quando se pensa a integração. Para Besalú e Climent,⁴⁹⁶ a integração pode ser considerada um processo longo e frequentemente lento, representando uma nova adaptação às novas formas de vida e algumas renúncias de rotinas anteriores já consolidadas.⁴⁹⁷ Tais processos podem ser mais rápidos ou mais lentos em função das características pessoais de cada um, ainda que muitas pessoas acreditem que, quanto mais tempo uma pessoa imigrada esteja no país de destino, mais “integrada” estará, o que nem sempre costuma ser verdade.

O status socioeconômico das famílias, por sua vez, é o que define os limites de convivência fora do espaço escolar, oferecendo diferentes espaços sociais para fomentar relacionamentos. Este fator também é muito importante porque “manter” o que se supõem serem as atividades que implicam as amizades requer certo investimento de tempo e dinheiro por parte dos pais, que nem sempre podem realizar gastos excedentes. Um pai comentava com algum pesar que, para ele, era difícil permitir que suas filhas tivessem o mesmo ritmo de saídas e atividades que tinham as amigas porque, além de pagar as contas no país de destino, ele também enviava dinheiro para a família no Brasil. Desse modo, as condições financeiras familiares podem ser uma dificuldade na hora de ampliar os espaços de relacionamentos sociais, mas também é certo que este fator não impede que haja relacionamentos que possam ser estabelecidos em atividades e espaços alternativos.

Percursos da pesquisa

O material empírico deste artigo provém de um trabalho de campo realizado para uma pesquisa que tinha como objetivo conhecer as experiências de integração socioeducativa de alunos brasileiros nas escolas de Barcelona. Os adolescentes que fizeram parte do estudo tinham entre 12 e 16 anos, estavam matriculados na educação secundária, relativo ao nosso ensino médio, e um tempo de residência na cidade que variava entre 6 meses e 6 anos. Os adolescentes eram provenientes de aproximadamente 14 estados brasileiros, como Bahia, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, entre outros. Os pequenos brasileiros e brasileiras foram acompanhando seus pais na viagem migratória cujo propósito basicamente se dividia entre a procura de trabalho para conseguir uma “vida melhor”, em sua maioria, e um pequeno grupo que havia saído do país para realizar estudos de doutorado.

O trabalho de campo consistiu em uma primeira fase, na qual foram aplicados questionários aos alunos, e em uma segunda fase, mais direcionada à observação no recreio, às entrevistas (alunos, professores e pais), e à elaboração de uma rede social por parte dos alunos e também uma redação em que explicavam como era a vida deles em Barcelona. Os alunos foram localizados a partir de uma listagem fornecida pelo Departamento de Ensino da cidade de Barcelona.

496 BESALÚ, Xavier; CLIMENT, Teresa (Coords.). *Construint identitats*. Espais i processos de socialització dels joves d'origen immigrant. Barcelona: Editorial Mediterrànea, 2004.

497 *Ibid.*, p. 26.

Depois do tempo de observação e contato com os adolescentes, eles eram convidados para uma entrevista pessoal autorizada pela escola. No momento da entrevista, até mesmo para romper um pouco do gelo inicial, foi solicitado aos alunos que desenhassem suas redes sociais, tendo em conta o conceito de amigo como as pessoas próximas com as quais eles pudessem compartilhar suas vidas, conversar, sair, jogar, passear, estudar, entre outras atividades. Solicitamos aos participantes, um por vez, a escrever seu nome perto do centro de uma folha em branco, e, a partir daí, eram livres para escrever o nome dos amigos com quem mais se relacionavam onde e como quisessem. Utilizando figuras geométricas, números e letras, de acordo com as instruções dadas, os alunos foram classificando seus amigos por lugar de procedência (Espanha, Brasil, outros países), tipo de contato (face a face, telefone, mail, messenger), e lugar de relacionamento (escola, bairro, outros lugares).

O enfoque etnográfico nos pareceu o mais adequado para realizar este estudo porque nos permite um estilo de pesquisa alternativa para descrever, explicar e interpretar os fenômenos educativos, permitindo uma descrição detalhada das áreas de vida social dentro da escola e a partir dela.⁴⁹⁸

Leitura das redes

Para a análise destas redes consideramos algumas variáveis como o tempo de residência dos participantes (entre 6 meses e 6 anos); gênero, 47% da amostra está representada por meninos (8) e 53% por meninas (9); além de características como personalidade: 11% dos participantes se definiram como tímidos (2); 59%, como algo sociáveis (10); e 30% como extrovertidos (5). Outra variável também considerada, talvez a mais importante, foram os distintos espaços de relacionamentos como bairro, escola, família, igreja, praças, entre outros. Sabemos que a adolescência é uma fase que, além de bonita, por ser uma época de descobertas, é também complicada devido às alterações físicas e emocionais pelas quais passam os adolescentes. Não podemos deixar de destacar também que a presença "agridoce" dos amigos é muito significativa nesse período. Os 17 participantes reuniam em suas redes um total de 208 amigos, sendo quase 12 para cada um.

Para Funes e Essomba,⁴⁹⁹ o ser adolescente e praticar a adolescência é uma questão de interações, é relacionar-se com os outros em contextos determinados. Vejamos o depoimento de um dos participantes.

Los amigos han sido el peor cambio al venir a Barcelona porque he tenido que hacer nuevos. Pero tampoco ha sido un problema muy grave porque aquí me han acogido muy bien y eso me hace estar contento. Tengo unos amigos que convivo seguidamente con ellos y que son mis compañeros del baloncesto, los mejores amigos que pueda haber tenido un niño de 12 años en mi opinión. (Redação de Marcos, 12 anos, 3 anos e meio em Barcelona.)

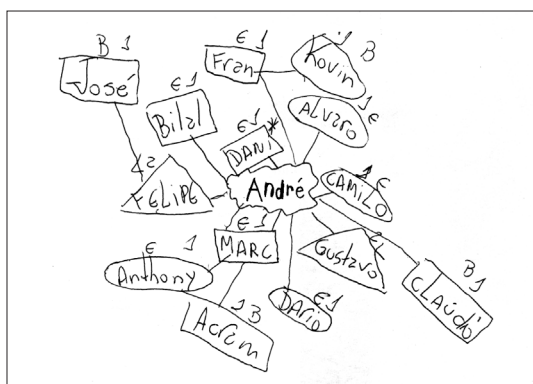
498 WOODS, Peter. *La escuela por dentro - La etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Paidós, 1987.

499 FUNES, Jaume; ESSOMBA, Miquel Angel. Elements de debat, conclusions i propostes. In: BESALU, Xavier; CLIMET, Teresa. (Coords.). *Construint identitats. Espais i processos de socialització dels joves d'origen immigrant*. Barcelona: Editorial Mediterrànea, 2004. p. 36.

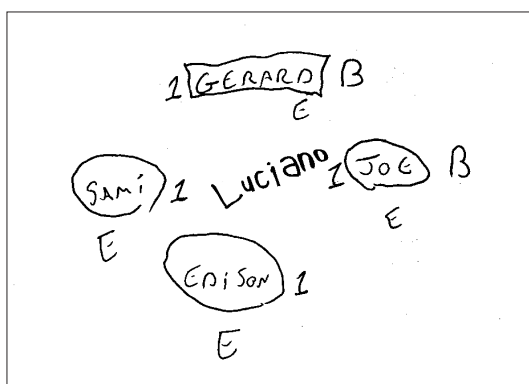
Marcos, em um fragmento de sua redação, exemplifica de uma maneira bem simples este relacionar-se ao mencionar a mudança “agria” pela ausência dos antigos amigos, passando à experiência “doce” de conhecer novos amigos. Este é um dos adolescentes, por exemplo, que se definiu como extrovertido. Os primeiros meses em que os adolescentes chegam à nova sociedade são fundamentais na hora de estruturar as novas amizades, pois disso também dependerá o sentir-se mais ou menos acolhidos.

Quando foi pedido para que eles desenhassem suas redes de amigos,⁵⁰⁰ foi pedido que colocassem os nomes das pessoas com quem costumavam brincar, trocar impressões da vida, pessoas que os ajudavam com as tarefas escolares, com o idioma, pessoas importantes para eles.

Rede A



Rede B



Fonte própria, a partir do trabalho de campo.

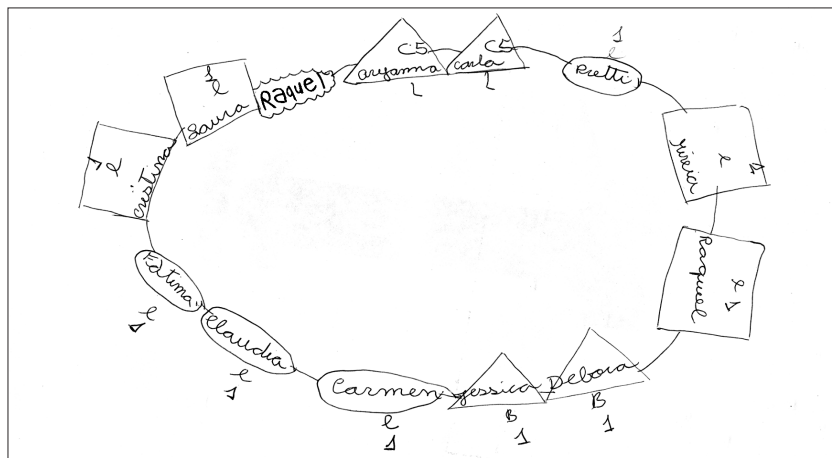
Nos primeiros exemplos, temos na rede A um menino goiano de 13 anos, André, com nove meses de residência, e na rede B, outro menino, Luciano, uma paulista de 12 anos e com um ano e dois meses de residência. Além do espaço temporal de residência de nove meses que os separa, os separa também uma soma de 10 amigos a mais para o primeiro menino, que se definiu como extrovertido. O menino da rede B, que se definiu como algo sociável, é o menino cuja mãe estava preocupada com sua demora para fazer novas amizades. Porém, apesar de sua timidez, o rapaz conseguiu estabelecer sua rede de amigos, ainda que menos extensa. A questão aqui não é analisar a quantidade de amigos que eles pudessem ter, mas a capacidade de relacionar-se com os colegas, independente do quantitativo. Neste exemplo, podemos perceber que a personalidade pesa mais que o tempo de residência.

Outro exemplo, menos representativo dentro da amostra, é de uma menina de 12 anos, dos quais três anos e meio deles em Barcelona, e que parecia ainda não estar integrada socialmente. De acordo com sua professora, a menina era boa aluna, participativa, amiga e estudiosa. No entanto, ao entrevistar a adolescente, ela comentou que não tinha muitos amigos, sua vida não era o mesmo de antes, e que ela estava com aquelas amigas somente por falta de opção. Sua postura era muito pessimista como podemos observar a seguir.

500 Os nomes dos participantes foram alterados nas redes sociais para garantir seu anonimato. Para uma melhor leitura das redes é importante saber o que as formas geométricas significam: triângulo (amigos brasileiros), retângulo (amigos espanhóis) e círculo (amigos internacionais). As letras significam o lugar de contato: b (bairro), e (escola), l (outros lugares). Os números indicam as formas como se falam: 1 (pessoalmente) e 2 (telefone ou forma virtual).

Não, aqui eu me sinto assim enjaulada, tô morando em apartamento, tudo fechado, é frio, a escada [...], além do mais, eu não tenho muitos amigos, sabe assim quando você tá com uma pessoa e, claro, você tá com aquela pessoa, mas sabe que ela não tá nem aí para você? E você fica com ela porque você não tem outro lugar para ir? Pois assim (dá uma risadinha amarela). E como eu não entendo muitas vezes as palhaçadas que eles fazem, e nem eles as minhas, então não fica bem. (Entrevista de Raquel, 12 anos, 3 anos e meio em Barcelona.)

Rede C



Fonte própria, a partir do trabalho de campo.

Pela rede desenhada por Raquel podemos notar que a menina tem amigas tanto na escola, como no bairro e em outros lugares. Na hora do recreio tanto vimos a menina brincar e conversar com suas amigas, como a vimos em algum momento olhando em direção ao infinito enquanto suas amigas continuavam conversando ao lado dela. O fato de Rachel não se sentir à vontade em sua nova vida estava mais relacionado ao emocional do que ao social. Na entrevista com a mãe da menina, esta comentou que, naquela época, menos, mas que antes a menina chorava frequentemente e pedia para voltar para casa, para o Brasil.

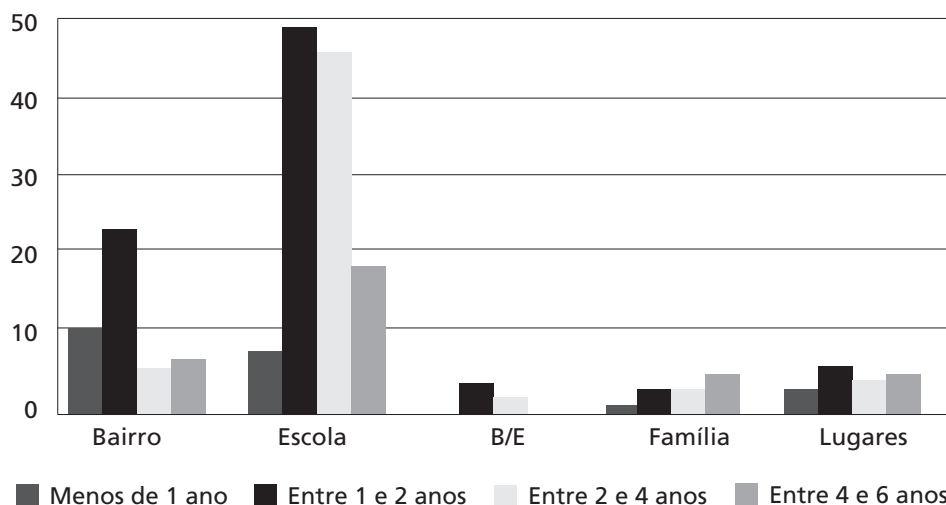
Se nos detivermos um momento na estrutura da rede de Raquel, poderemos observar que seu desenho difere totalmente dos outros participantes. Por ser uma rede que está estruturada de maneira circular, mais uniforme, o sujeito principal não ocupa uma posição destacada, como acontece nas outras redes. A leitura que podemos fazer pela postura que Raquel assume em sua rede é que a menina denota certa “insegurança social”, que, como ela mesma deixou transparecer na entrevista, está mais relacionada com seu sistema emocional em conflito ao não se sentir à vontade, que ao fato de ter ou não amigos. As amizades apenas passam por ela, mas a menina não se permite envolver com estas “amizades”. Nesse caso, parece que a presença dos amigos é simplesmente circunstancial, relacionamentos estabelecidos somente para “cumprir” os padrões sociais.

Por outro lado, ao contrário dos que acreditam que a integração é uma “obrigação”, uma pessoa, quando chega em uma nova sociedade, independente de sua origem ou

seu destino, tem o direito de querer ou não se integrar nesta sociedade. Pajares⁵⁰¹ chama a atenção para esta questão destacando que a integração social tem uma dimensão relacionada com a vontade, com o querer ou não querer ser integrado, com o aceitar ou não as condições impostas por este processo. Mesmo que haja uma boa receptividade por parte dos autóctones, a vontade marca a diferença no processo de integração. A partir do momento em que uma pessoa decide por “querer” fazer parte de uma sociedade, estará mais aberta às suas dinâmicas e à negociação das diferenças culturais, políticas e sociais. E, neste caso específico, parece que a vontade era um sentimento que ainda não havia nascido em Raquel.

A tabela a seguir mostra o tempo de residência dos participantes e seus lugares de relacionamentos.

Tabela 1 – Quantidade de amigos em relação ao tempo de residência e espaço de convivência.



Podemos observar de maneira geral que os lugares onde os adolescentes costumam se relacionar com maior frequência é a escola e o bairro, independente do tempo de residência. Somente há uma discrepância espacial no grupo com menos tempo de residência, pois, em seu primeiro ano de residência, este grupo teve mais amizades no bairro que na própria escola.

Construção das redes

As redes sociais dos adolescentes brasileiros residentes em Barcelona e participantes deste estudo foram construídas a partir das interações em espaços sociais compartilhados como família, escola, vizinhança, igreja, entre outros. Segundo Funes e Essomba:

Las interrelaciones y prácticas adolescentes se dan en múltiples contextos, entre los cuales la escuela, por ser obligatoria, tiene inicialmente una gran centralidad, pero

501 PAJARES, Miguel. *La integración ciudadana: una perspectiva para la inmigración*. Barcelona: Icaria, 2005. p. 101.

que se complementa hasta ser substituídas por otros entornos vitales como la calle o los espacios de ocio y diversión.⁵⁰²

Os dados mostram que a escola é o lugar onde eles mais se relacionam em Barcelona, ou, pelo menos, o lugar onde começam estas amizades. E pode ser que um dos fatores para que isso ocorra seja o fato de que, na Espanha, a jornada escolar seja integral, diferente do Brasil, onde as aulas são oferecidas normalmente pela manhã ou à tarde. Passar o dia todo junto com os colegas na escola contribui para uma maior criação de vínculos. E o espaço privilegiado para os intercâmbios, os jogos, as “brigas”, os contatos, as paqueras, as conversas, os encontros e desencontros, costuma ser o pátio.

Tanto meninos quanto meninas têm na escola seu primeiro foco de amizade. O segundo cenário de relacionamentos é o bairro. Por outro lado, algumas vezes, bairro e escola também dividem os mesmos amigos. O entorno social, os múltiplos e diferentes espaços que são oferecidos pela dinâmica social local costumam ser cenários que dão lugar aos novos contatos, às aprendizagens práticas e circunstanciais que vão além da sala de aula ou simplesmente ajudam a manter o vínculo amistoso já criado anteriormente. Além das redes de amigos, também foi perguntado os lugares que mais frequentavam e com quem costumavam ir. As respostas foram as mais variadas, como visitar pontos turísticos, passear pelas Ramblas, pelos shoppings, o próprio colégio, discotecas, cinema, ou, quando não havia recurso financeiro ou permissão dos pais, a solução era encontrar com os amigos nas praças perto de casa ou dar voltinhas pelo bairro.

Os outros lugares marcados pelos adolescentes, além da escola, bairro, família ou lugares de passeio, eram, por exemplo, centros cívicos onde iam jogar e fazer atividades extraescolares, participar de equipes de futebol ou basquete, igrejas, pontos de encontro nos bairros, como quadra de esportes, praças, entre outros.

Vale destacar que o pátio ou o bairro, por exemplo, somente como “espaço de interação”, não serviam para que os adolescentes ampliassem suas amizades, era necessário que houvesse um intercâmbio local e pessoal. Blumer⁵⁰³ considera que a interação humana está mediatizada pelo uso de símbolos, da interpretação ou da compreensão do significado das ações do próximo. Dessa maneira, a ação do “outro”, do próximo, contava significativamente para que se pudesse estabelecer algum tipo de contato com os demais. Se não houvesse um comum acordo pelas partes implicadas, não havia conexão, integração. Este “acordo comum” é o que está relacionado com a teoria do capital social na hora de favorecer os relacionamentos, o intercâmbio em prol do desenvolvimento e bem-estar do grupo social. O relacionar-se com os demais pressupõe também uma oportunidade e pessoas que estejam dispostas a estarem juntas, pressupõe vontade própria para dar um primeiro passo.

Representação das diferentes nacionalidades nas redes

Barcelona é uma cidade cosmopolita. No entanto, o fato de uma cidade ser cosmopolita não quer dizer que frequentemente haja contato entre os distintos grupos culturais que circulam por ela. Entre os diferentes espaços de relacionamento, Carrasco⁵⁰⁴ destaca

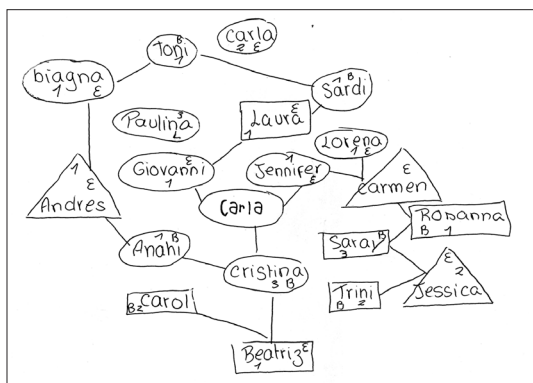
502 FUNES, Jaume; ESSOMBA, Miquel Angel. Elements de debat, conclusions i propostes, p. 36.

503 BLUMER, Hérbert. *El interaccionismo simbólico*. Barcelona: Editora Hora, 1982. p. 59-60.

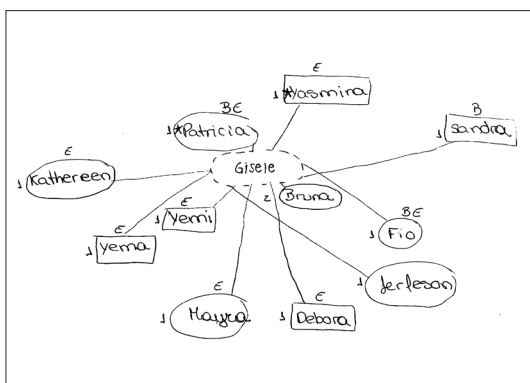
504 CARRASCO, Silvia. *Inmigración, contexto familiar y educación*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Institut de Ciències de l'Educació, 2004. p. 24.

os centros educativos como único lugar de contato obrigatório entre os grupos minoritários e majoritários socialmente, independente da proporção dos grupos. Segundo o Departamento de Ensino da Catalunha,⁵⁰⁵ em 2005, as escolas catalãs contavam com alunos provenientes de mais de 150 estados de diferentes partes do mundo, principalmente as escolas públicas, de onde procediam 88% da amostra. Ou seja, a partir daí podemos constatar que a representatividade dos distintos coletivos culturais nas amizades dos alunos estará diretamente relacionada com fatores como tipo de escola que frequentavam (particular ou pública), e também com a localização geográfica do bairro ou da escola.

Rede D

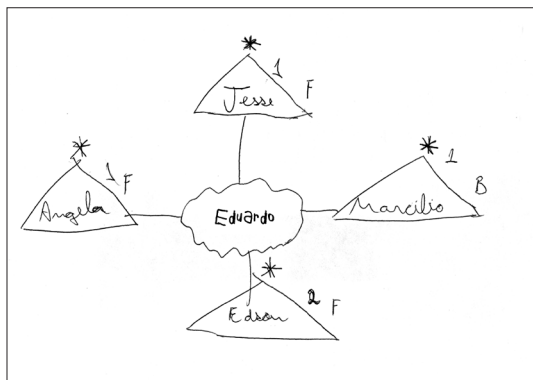


Rede E

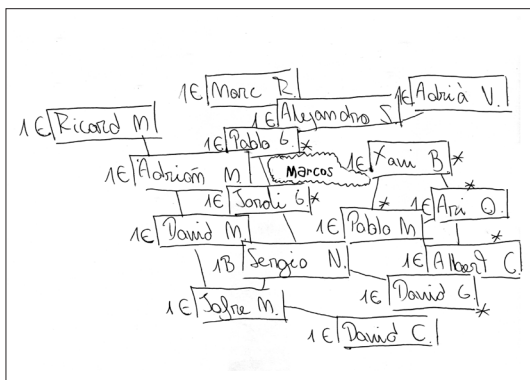


Fonte própria, a partir do trabalho de campo.

Rede F



Rede G



Fonte própria, a partir do trabalho de campo.

Para entender um pouco a mistura de nacionalidades encontradas nas redes dos adolescentes, deve-se levar em consideração que: os participantes aparecem com seus nomes em letra de computador, seus amigos brasileiros aparecem dentro de um triângulo, os amigos espanhóis dentro de um retângulo e os amigos "internacionais" dentro de um círculo. De uma maneira geral, os adolescentes da amostra possuíam uma

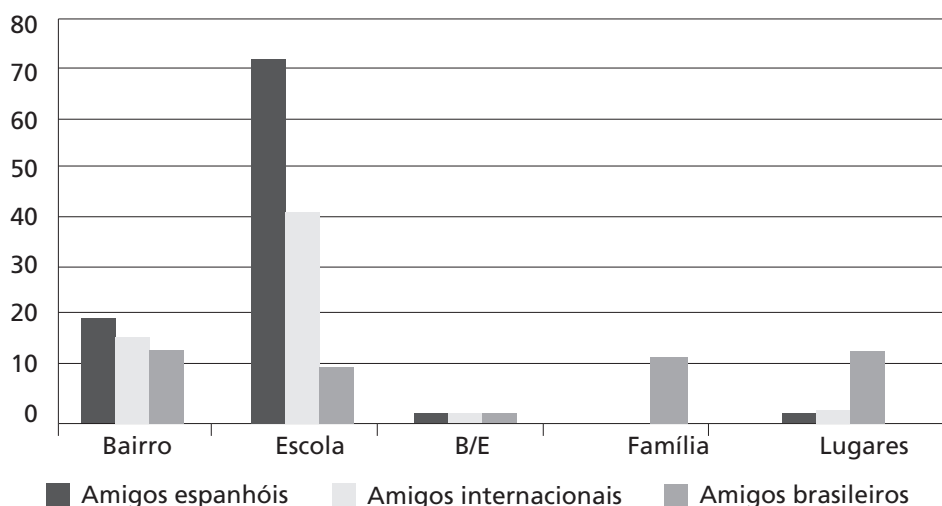
505 PLA D'ACTUACIÓ per a l'alumnat de nacionalitat estrangera: 2003-2006. Barcelona: Direcció General d'Ordenació i Innovació Educativa; Departament d'Ensenyament; Generalitat de Catalunya, 2006.

relação de amizade tanto com autóctones, os amigos espanhóis (45%), quanto com adolescentes de nacionalidades diversas como mexicanos, dominicanos, colombianos, equatorianos, argentinos, marroquinos, paquistaneses, argelinos, chineses, entre outros coletivos, considerados como amigos internacionais⁵⁰⁶ (30%). Em alguns casos, também se relacionavam com outros compatriotas, os amigos brasileiros (25%). As redes selecionadas mostram os contrastes que podiam ser vistos entre um grupo e outro de amizade em função de onde viviam ou estudavam os alunos e alunas.

Na rede D, podemos encontrar uma representação bastante equilibrada dos três grupos de amigos de Carla, uma simpática e extrovertida menina baiana de 14 anos, residente há 6 anos em Barcelona, morando e estudando em bairros socialmente distintos. Gisele, uma adolescente bastante sonhadora e também com 14 anos, em sua rede (E), apresenta um tipo de relação mais dividido entre os amigos espanhóis e internacionais, talvez pelo fato de a menina morar e estudar em uma zona universitária desde que chegou, cerca de um ano e meio. Os dois casos mais extremos são o de Eduardo (rede F), um carioca que, com seus 16 anos, não considera “amigo” aquela pessoa com quem saímos ou a pessoa que nos ajuda, mas sim, aquelas que estão conosco em todos os momentos, por isso, desenhou em sua rede somente amigos brasileiros e, na sua maioria, membros de sua família. No caso de Marcos, um atleta torcedor do Grêmio que, ao frequentar um colégio particular (diferente dos outros adolescentes, que estudam em colégio público) e morar em um bairro com uma menor quantidade de pessoas imigradas, apresenta em sua rede (G) uma porcentagem de 100% de amigos espanhóis.

Marcos pode ser considerado uma exceção, porque sua irmã de 15 anos, que mora e estuda no mesmo entorno que ele, desenhou em sua rede também amigos brasileiros e internacionais, ainda que a maioria fossem amigos espanhóis. A seguir podemos ver um gráfico com os amigos distribuídos por lugares de convivência.

Tabela 2 – Amigos e lugares de convivência



506 A literatura de um modo geral se refere aos alunos de outras nacionalidades residentes em uma sociedade de destino como alunos estrangeiros, alunos imigrantes e, algumas vezes, como alunos de “segunda geração”. Na análise, nos referiremos aos amigos dos adolescentes brasileiros de outras nacionalidades como “amigos internacionais” simplesmente por ser um termo menos carregado de conotações que algumas vezes podem soar como pejorativas. Por outro lado, não sendo factível trabalhar com todas as nacionalidades possivelmente encontradas na amostra, o termo “internacional” nos pareceu o mais adequado.

Como se pode perceber, as diferenças sociais marcadas pelos lugares de moradia e estudo podem influenciar diretamente na hora de fomentar as amizades. Para Requena,⁵⁰⁷ as oportunidades no momento de escolher os amigos estão condicionadas pelas limitações físicas, sociais e geográficas. Por outro lado, independentemente da representação das diferentes nacionalidades, um ponto bastante interessante é que os adolescentes brasileiros observam como muito positivo o fato de poder relacionar-se com colegas de diferentes culturas, segundo nos explicou uma das informantes.

Eu gosto muito de estudar, os professores são muito legais, ajudam os alunos no que for, tem bastante gente de outros países, isso é muito legal. Eu tenho muitos amigos e amigas de vários países [...] (Redação de Caroline, 14 anos, 1 ano e dois meses em Barcelona.)

De acordo com os dados estatísticos da pesquisa, podemos perceber que os meninos e meninas se relacionam na mesma proporção com os diferentes grupos de amigos. Quanto à diversidade dos grupos, 59% dos participantes (10) se relacionam com amigos espanhóis, internacionais e brasileiros; 29% se relacionam mais com dois dos grupos de amigos (5); e 12% se relacionam mais com um grupo de amigos (2). No que diz respeito à representação cultural levando em conta o tempo de residência, o grupo entre um e dois anos de residência se relaciona mais com os amigos internacionais e brasileiros, enquanto o grupo entre dois e quatro anos de residência tende a se relacionar mais com os amigos espanhóis.

Por outro lado, um aspecto que merece a pena ser destacado é que, dentro das diferentes nacionalidades que encontramos nas redes, os meninos e meninas participantes nunca fizeram distinção entre seus amigos separando-os por nacionalidade como "meus amigos brasileiros", "meus amigos espanhóis", ou "meus amigos desta ou daquela nacionalidade". O tratamento era simplesmente "meus amigos". No momento de fazer algum tipo de diferenciação entre um amigo e outro, costumavam fazer pelos lugares de convivência como amigos da escola, do basquete ou da igreja. Este fato nos leva a refletir que, dentro da categoria derivada da amizade, não parecia haver funções distintas para aqueles que a representavam, mas sim pelo contato, pelo grau de relacionamento e intimidade que houvesse na amizade, independente da origem do colega.

Requena⁵⁰⁸ comenta ainda que, além da sociabilidade e companheirismo, um dos benefícios principais da amizade é o apoio com que a amizade nos brinda, podendo ser classificado como apoio moral e emocional, por um lado, e, prático e de ajuda material, por outro. O mais natural seria que, em um primeiro momento, relacionássemos os suportes que os adolescentes receberam dentro dos tipos de apoio citados por Requena como: o emocional dos amigos brasileiros, o prático ou ajuda material dos amigos espanhóis ou dos amigos internacionais. Mas com base na experiência dos participantes, nem sempre funcionou desta maneira. Um exemplo foi o de Juliana, que, ao chegar em Barcelona, recebeu apoio tanto emocional quanto prático por parte de uma amiga catalã de sua idade, 13 anos, que, pelo fato de seus pais terem morado 5 anos no Brasil, falava português e pouco a pouco havia podido orientar Juliana em suas necessidades.

507 REQUENA, Félix Santos. *Amigos y redes sociales*. Elementos para una sociología de la amistad. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1994. p. 3.

508 *Ibid.*, p. 86-87.

Outro exemplo seria o de Mariana, que havia recebido ajuda emocional tanto por parte de uma amiga brasileira, quanto por parte de uma amiga argentina. No entanto, além de sociabilidade, companhia e tudo o que comporta a amizade, o apoio dos amigos autóctones ou internacionais estava bastante marcado pela referência linguística que ofereciam aos adolescentes brasileiros.

Dessa maneira, os papéis que desempenharam os amigos na vida dos participantes, mais que relacionado com a procedência, estava relacionado com a empatia, as experiências anteriores e o grau de intimidade que iam adquirindo ao longo do relacionamento. Cada amigo parecia entrar em jogo no momento necessário, e cada um para intervir em uma situação determinada.

Considerações finais

Ao longo do texto pudemos observar que os adolescentes brasileiros de uma maneira em geral, independente do tempo de residência ou do gênero, se relacionam tanto com amigos espanhóis, quanto com amigos internacionais e brasileiros. Os lugares de relacionamento se dividem entre a escola, o bairro, havendo também outros espaços como centro cívico, praças, igrejas, pista de esportes, entre outros. Mas dentre esses espaços a escola costuma ser o principal lugar de relacionamento.

Os dados mostram que, na escola, o contato com os amigos espanhóis (34%) e amigos internacionais (20%) é muito maior que no bairro, onde os amigos espanhóis equivalem a 9% e os amigos internacionais a 7% do total. Desse modo, a escola, mais que um espaço de encontro “obrigatório” entre maiorias e minorias, é também um espaço de oportunidade de intercâmbios culturais e fraternais, que vai mais além das disputas pelas notas, para saber quem vai mais bem vestido, ou quem vai sair com o menino ou a menina mais “popular”. Por outro lado, vale a pena esclarecer que, ainda que o grupo de amigos brasileiros pareça que tenha uma grande proporção na amostra total (25%), os contatos com a maioria deste grupo é feito por e-mails e chamadas telefônicas. Ou seja, os amigos são considerados amigos de toda a vida, contudo, não estão presentes fisicamente, o acompanhamento de algumas destas amizades é feito à distância.

Resgatando a pergunta sobre a contribuição da amizade no processo de integração dos alunos brasileiros em Barcelona, não cabe dúvida que um amigo ou amiga sempre alegria a vida de uma pessoa, independente do tempo ou do lugar em que a pessoa esteja. Agora, dentro do processo migratório, os novos amigos adquirem um valor ainda mais significativo, pois foi através deles que, neste caso, os participantes puderam receber suporte emocional, conhecer mais o novo entorno, aprenderam a ter soltura e mais fluidez nos idiomas locais, saborearam o companheirismo, trocaram experiências culturais, receberam ajuda nas tarefas escolares, sem contar a influência que os amigos exerceram na hora de colaborar com o processo de formação de identidade desses jovens em migração e com a ampliação de suas redes. De acordo com Sandín:

Cabe señalar también que el grupo de iguales juega un papel muy importante en los procesos de socialización del alumnado inmigrante el cual encuentra en sus compañeros y compañeras su principal guía en el conocimiento e interpretación de los códigos culturales que rigen y gobiernan lo que acontece dentro de las paredes del centro

educativo. Asimismo, desempeñan una gran tarea en la facilitación del aprendizaje del idioma. En muchas ocasiones, los mismos compañeros de clase y de juegos se convierten, también, en amigos y amigas que les acompañan en contextos extraescolares.⁵⁰⁹

Dentro das experiências explicadas pelos alunos brasileiros durante a pesquisa, os amigos ocuparam um lugar destacado na vida destes adolescentes, tanto quando os ajudavam, no exemplo a seguir, compartilhado por Thaís, quanto quando fizeram que passassem um pouco de “medo” no momento de aproximação, como no caso de Victor, que logo superou seus pré-conceitos.

Minha vida mudou muito, mas muito mesmo. Quando cheguei aqui não gostava da cidade e não tinha nenhum amigo, não conhecia ninguém, ou melhor, nada. Mas agora já tenho muitos amigos e eles serão as pessoas que me derão força em este tempo. Eles me incentivarão e me ensinarão um pouco do que eu sei, por isso sou muito grata por eles. (Redação de Thaís, 13 anos, 6 meses em Barcelona.)

No princípio foi meio estranho, né? A gente fica com um pouco de medo... Eu chegava aqui [escola] e ficava com medo... aquele cara vai me pegar... ficava falando lá escondido da gente... esse cara vai me pegar... (Entrevista de Victor, 13 anos, 1 ano e meio em Barcelona.)

Requena⁵¹⁰ afirma que a amizade não é o único vínculo que ajuda na hora da integração no mundo social. No entanto, o fato de poder dispor de um grupo qualitativo de amigos, principalmente para os adolescentes, que nesta fase consideram a amizade basicamente como o centro de suas vidas, é muito significativo na hora de facilitar a integração em um novo contexto sociocultural.

Referências

- BESALÚ, Xavier; CLIMENT, Teresa (Coords.). *Construint identitats*. Espais i processos de socialització dels joves d'origen immigrant. Barcelona: Editorial Mediterrànea, 2004.
- BLUMER, Hérbert. *El interaccionismo simbólico*. Barcelona: Editora Hora, 1982.
- CABALLERO, Zulma. *Aulas de colores y sueños*. La cotidianeidad en las escuelas multiculturales. Barcelona: Octaedro, 2001.
- COLECTIVO IOÉ. *La immigració estrangera a Espanya: els reptes educatius*. Barcelona: Fundació La Caixa, 1999.
- CARRASCO, Silvia. *Inmigración, contexto familiar y educación*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, Institut de Ciències de l'Educació, 2004.
- FUNES, Jaume; ESSOMBA, Miquel Angel. Elementos de debat, conclusions i propostes. In: BESALU, Xavier; CLIMET, Teresa. (Coords.). *Construint identitats*. Espais i processos de socialització dels joves d'origen immigrant. Barcelona: Editorial Mediterrànea, 2004. p. 33-47.

509 SANDÍN, María Paz. La socialización del alumnado en contextos multiculturales. In: ESSOMBA, Miquel Angel (Coord.). *Construir la escuela intercultural: reflexiones y propuestas para trabajar la diversidad étnica y cultural*. Barcelona: Editorial Graó, 1999. p. 43.

510 REQUENA, Félix Santos. REQUENA, Félix Santos. *Amigos y redes sociales*. Elementos para una sociología de la amistad, p. 20.

- HÉBERT, Yvonne *et al.* Relational citizenship as social networks: Immigrant youth's maps of their friendships. *Encounters on Education*, Toronto, v. 4, p. 83-106, 2003.
- JULIANO, Dolores. *Educación intercultural: escuela y minorías étnicas*. Madrid: Eudema, 1993.
- MOLINA, José Luis. *El análisis de redes sociales*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- PAJARES, Miguel. *La integración ciudadana: una perspectiva para la inmigración*. Barcelona: Icaria, 2005.
- PAULADARIAS, Josep Miquel. La escuela intercultural y el papel de la comunidad en el proceso de integración. In: ESSOMBA, Miquel Angel (Coord.) *Construir la escuela intercultural: reflexiones y propuestas para trabajar la diversidad étnica y cultural*. Barcelona: Editorial Graó, 1999. p. 81-87.
- PLA D'ACTUACIÓ per a l'alumnat de nacionalitat estrangera: 2003-2006. Barcelona: Direcció General d'Ordenació i Innovació Educativa; Departament d'Ensenyament; Generalitat de Catalunya, 2006.
- REQUENA, Félix Santos. *Análisis de redes sociales*. Orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 2003.
- _____. *Amigos y redes sociales*. Elementos para una sociología de la amistad. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1994.
- SANDÍN, María Paz. La socialización del alumnado en contextos multiculturales. In: ESSOMBA, Miquel Angel (Coord.) *Construir la escuela intercultural: reflexiones y propuestas para trabajar la diversidad étnica y cultural*. Barcelona: Editorial Graó, 1999. p.37-45.
- SIGUAN, Miquel. *Inmigración y adolescencia*. Los retos de la interculturalidad. Barcelona: Paidós Educador, 2003.
- SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (Orgs.) *Fronteiras cruzadas*. Etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 231-261.
- URRY, John. Social relations, space and time. In: GREGORY, Derek; URRY, John (Eds.). *Social relations and spatial structures*. Londres: The Macmillan Press Ltd., 1985. p. 20-48.
- WOODS, Peter. *La escuela por dentro - La etnografía en la investigación educativa*. Barcelona: Paidós, 1987.

Aspectos da vivência imigratória de um grupo de sul-americanos em situação de albergue na cidade de São Paulo

Berenice Carmen Augusta Young Rabines^{511*}

Introdução

Este trabalho apresenta um recorte do eixo de análise Situação Migração, do projeto de Mestrado em Psicologia Social: A vivência imigratória de um grupo de hispano-americanos do sul, residentes na cidade de São Paulo, apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade São Paulo (USP) em 2007, orientado pela Doutora Sylvia Duarte Dantas DeBiaggi, com o apoio de uma bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).⁵¹² Os objetivos dessa pesquisa foram 1) procurar aspectos destacados na vivência migratória; 2) oferecer a essas pessoas imigrantes um espaço de reflexão sobre esse processo; e 3) possibilitar um autoconhecimento à pessoa imigrante.

Tratou-se de uma intervenção em um grupo de nove imigrantes da América do Sul, hospedados em um albergue na cidade de São Paulo. Dois deles, vindos da Colômbia e do Equador, eram imigrantes forçados, e um terceiro o foi quando criança.

São Paulo continua a ser a metrópole brasileira onde mais se concentram os imigrantes sul-americanos como um todo. Em 2005, observava-se a chegada crescente de bolivianos, colombianos e peruanos. As causas para o crescimento deste fluxo pareciam estar, de forma geral, na crise econômica dos países da região; na existência de um sistema de albergues gratuitos no Brasil (ausentes ou de cobertura mais limitada nesses países, e já conhecidos pelas redes dos imigrantes); na guerra da Colômbia; nos crescentes obstáculos à entrada dos migrantes menos qualificados nos países do 'primeiro mundo' e; na possibilidade de que o Brasil funcionasse como um entreposto rumo ao norte.⁵¹³

Do olhar teórico

O estudo original no qual se baseia o presente texto tinha um apelo empírico muito forte, o de conhecer a vivência imigratória desde a perspectiva dos imigrantes. Como a pesquisadora estava familiarizada com a Perspectiva Intercultural, pela sua participação na equipe do Serviço de Orientação Intercultural E/I Migração do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; optou por construir com a Fenomenológica um ângulo de suporte para observar e refletir a vivência imi-

511 * Psicóloga do Serviço Psicossocial do Centro Pastoral do Migrante, São Paulo, Brasil. Mestra em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP).

512 YOUNG, Berenice. *A vivência imigratória de um grupo de hispano-americanos do sul, residentes na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

513 COSTA, Antonio. A saga recomeça. *Carta Capital*, São Paulo, ano XIII, n. 435, 14 mar. 2007.

gratória. Os motivos para essa escolha foram algumas características presentes nas duas perspectivas teóricas, que as faziam convenientes ao tema de estudo.

No caso da Perspectiva Intercultural em Psicologia: (1) O questionamento desta abordagem à “universalidade” dos conceitos e teorias a respeito do comportamento humano e a sua proposta de estudar esse comportamento em diversos contextos culturais;⁵¹⁴ (2) A posição central que o estudo da migração tem nesta abordagem,⁵¹⁵ sendo considerado como um fenômeno de contato entre indivíduos e grupos de distintas culturas, com múltiplas decorrências em diversas esferas da vida, envolvendo diversos atores – os imigrantes, a sociedade receptora, a política de imigração nacional e internacional, e o mercado de trabalho globalizado,⁵¹⁶ num contexto sociopolítico internacional desigual; (3) Se, para compreender o fato social que o fenômeno migratório implica é necessário poder olhar a migração desde diversas perspectivas, a perspectiva intercultural esteve, desde sua origem, familiarizada com uma prática interdisciplinar.

No caso da Perspectiva Fenomenológica, duas características influenciaram sua escolha para este estudo: (1) Seu chamado a privilegiar o fenômeno em estudo às conceitualizações prévias sobre ele; e (2) A inclusão do olhar do investigador na busca do conhecimento. Isto tinha importância na medida em que, sendo a pesquisadora uma imigrante, a sua vivência e o seu olhar como tal também se constituiriam em veículo de conhecimento. A descrição fenomenológica também foi usada para mostrar como a vivência migratória se apresentava nas pessoas participantes.

Do método

Este estudo exemplifica uma modalidade de situação imigratória de vivência em um albergue, tal como exposta por um grupo de imigrantes sul-americanos. Esta escolha seguiu o raciocínio de que, por serem recém-chegados e estarem em um albergue, necessitariam orientar suas vidas nesse novo contexto. A modalidade de grupo: (1) aparecia como uma conformação mais próxima à experiência cultural destas pessoas; (2) constituiria um espaço complementar de suporte/apoio a eles, por estarem desvinculados das suas redes sociais; e (3) ofereceria uma oportunidade de conhecimento da alteridade mais ampliado. Habilidade especialmente necessária para enfrentar uma nova cultura, país ou realidade.

Os participantes foram duas mulheres e sete homens imigrantes sul-americanos “de primeira geração”, adultos de 26 a 46 anos, procedentes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Uruguai; residentes no albergue Casa do Migrante, na cidade de São Paulo. Todos participaram voluntariamente. Eram indocumentados e tinham de três dias a quase dois anos de estadia no país.

Participantes do grupo hispano-americano em situação de albergue

Arturo (33 anos), solteiro, Lima, Peru. Quase dois anos no Brasil.

Gabriela (41 anos), viúva, com três filhos cá, e outros dois no seu país; do interior de Bogotá, Colômbia. Três dias em São Paulo, dois meses e meio no Brasil.

Juan (36 anos, casado), Guayaquil, Equador. Há uma semana em São Paulo.

514 DEBIAGGI, Sylvia. Intervenção intercultural no Brasil: um trabalho psicossocial. Argel, 2005. Artigo apresentado no Xème Congress de l'ARIC.

515 PAIVA, Geraldo; DEBIAGGI, Sylvia (Org.). *Psicologia, emigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

516 BERRY, John. *Psychology of immigration*. São Paulo, 2002. Artigo apresentado no Simpósio Internacional Psicologia E/Imigração e Cultura, Serviço de Orientação Intercultural, Instituto de Psicologia, USP.

Laura (31 anos), solteira, Lima, Peru. Sete meses no Brasil, aproximadamente.

Isaías (26 anos), solteiro, Quilmes, Buenos Aires, Argentina. Sete meses no Brasil, aproximadamente.

Michel (46 anos), 'solteiro', Viña del Mar, Chile. Três meses no Brasil, aproximadamente.

Samuel (30 anos), não informou seu estado civil, La Paz, Bolívia. Três meses no Brasil, aproximadamente.

Silvio (41 anos), divorciado, Santiago, Chile. Cinco meses no Brasil, aproximadamente.

Héctor (33 anos), solteiro, Montevideú, Uruguai. Quase dois anos no Brasil.

A equipe de pesquisa esteve conformada pela pesquisadora, Berenice Young como coordenadora do grupo, e Cristiane Marçal como assistente do grupo, ambas psicólogas.

A instituição escolhida foi a Casa do Migrante, organização não governamental a cargo da Congregação de Padres Escalabrinianos de São Carlos que presta abrigo temporário aos migrantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Naquele momento, trabalhava em parceria com a Prefeitura de São Paulo, a Cáritas e o Terminal Rodoviário Tietê. Estava formada por uma equipe fixa de funcionários (diretor, administrador, assistente social, "agentes educacionais") e por voluntários diversos, entre os quais a autora.

A intervenção realizou-se em seis sessões semanais, com uma duração de hora e meia a duas horas, gravadas, registradas e transcritas, e supervisionadas. Os conteúdos das sessões foram determinados pela equipe somente para a primeira e última sessões. Nas outras sessões, eles surgiram espontâneos das falas do grupo.

Na primeira: Apresentações: Quem sou eu?/De onde vim?/ Como cheguei/ Como escolhi o Brasil? Tema que se repetiu para a segunda e terceira sessões, pois até esta o grupo continuou aberto.

Na quarta: "Tempo, migração e processo"; "Motivos e propósitos para migrar"; "País e nacionalidade. Sentir-se em casa no país" e; "O que é familiar e do que sinto falta?"

Na quinta "De que maneira minha migração esteve relacionada a um sonho?"

Na sexta: "Fechamento e avaliação da experiência": (1) desde a própria participação no grupo: o que significou, envolvimento, se preencheu expectativas; (2) em relação à coordenação e à coordenadora.

A consideração ética principal desta pesquisa foi o princípio de que, para falar da imigração, é necessário dar voz aos próprios imigrantes. Eles foram convidados a participar livre e voluntariamente, tornarem-se interlocutores na intervenção, a proteger seus nomes com pseudônimos e, para aqueles com os quais foi possível entrar em contato, a irem às apresentações públicas. Mesmo assim, surgiram dúvidas e desconfianças que reforçaram a opção da descrição detalhada como método.⁵¹⁷

Afinal, este processo ficou em negociação aberta, com o interesse mútuo de que o conhecimento adquirido não fosse imposto à custa dos participantes. O que era importante nas sessões, pertencia ao registro de:

(1) O falado: Conteúdos emergentes diversos e tomados como temas, obtidos por meio de escuta, observação, gravação e transcrição das sessões.

(2) A dinâmica observada e sentida (pela equipe de pesquisa e pelo grupo, quando esta chegou a ser expressa), obtida tanto das observações da assistente e trocas de impressões, quanto das transcrições das sessões.

(3) As inferências sobre (2), e, posteriormente, sobre (1) + (2).

517 BECKER, Howard. Sobre metodologia. In: _____. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 17- 46.

A análise observou a seguinte sequência: Cada sessão (gravada na íntegra, exceto as três primeiras, nas quais três participantes solicitaram para não gravar suas apresentações) foi observada e registrada pela assistente de pesquisa. Ao final de cada sessão, a equipe trocou impressões, também registradas. Posteriormente, esta fez análises preliminares utilizando o material anterior. Por último, a pesquisadora transcreveu todas as sessões em sequência, levantando os conteúdos emergentes, considerando sua ocorrência temporal, aspecto importante para entender a intervenção como um processo. Essas transcrições foram, algumas vezes, enriquecidas com descrições comportamentais ou interpretativas das emoções observadas pela pesquisadora no momento das falas, assim como das procedentes das análises preliminares. Essas observações foram colocadas entre colchetes e constituíram uma tentativa de contextualizar o texto.

A análise do texto foi feita como uma análise do discurso, na qual, além de serem salientadas as temáticas da sessão (do que falavam, como falavam), havia o cuidado de relacionar esse conteúdo ao lugar de onde este provinha (a pessoa particular em relação à situação) e à autenticação destas impressões pela equipe e/ou pesquisadora e também nas sessões de supervisão.

Dessa forma, foram selecionados três eixos situacionais e temáticos significativos, para o grupo e para o objetivo principal da pesquisa. Eles foram: (1) Situação Albergue, (2) Situação Migração, (3) Situação Grupo.

A ordem de apresentação desses eixos e os seus conteúdos tentou obedecer à ordem de sua manifestação nas falas. Essa sequência temporal não era necessariamente uma cronologia linear, pois um tema que emergia se entrelaçava a outro.

Situação Migração

Foi denominada Situação Migração a reunião das referências à situação dos participantes, enquanto imigrantes – o encontro com a cultura brasileira, seus estranhamentos em relação às pessoas, costumes, inter-relações com os locais. Esse constituiu o segundo eixo temático da análise, porque o primeiro tema (albergue) apareceu com mais intensidade.

Dentro desse eixo foram considerados três grandes temas: (1) Situação Migração, aspectos gerais a todos os migrantes e imigrantes; (2) Situação Migração e Indocumentação, a particular situação legal deles no Brasil; e (3) Situação Migração Forçada, tema que tratava da situação de dois desses participantes e de um terceiro na infância.

A Situação Migração compreendeu 12 aspectos: A vivência da imigração; A identidade como sentimento de reconhecimento; "O/s outro/s"; Os valores; O retorno; A cidade, o país e a sociedade receptores; Rede social; Os referentes confrontados/ consultados; As imagens do próprio país; No *background*; Migração na história familiar; A estratégia aculturativa usada.

A Situação Migração e Indocumentação foi apresentada em: As táticas e A Vivência.

A Situação Migração Forçada se manifestou nos aspectos: Desejo de fuga; A vivência; Cáritas/Acnur; Inter-relações com pessoas da sociedade local; No *background*.

De todo, há de se falar a continuação:

1. A Situação Migração (dinâmicas gerais nas pessoas migrantes)

Observou-se que esses imigrantes ainda desconheciam os códigos culturais do país; os “estilos” de trato interpessoal aceitos. Como migrantes recentes, estavam imersos em um novo meio que os bombardeava com múltiplos estímulos (estresse migratório): uma língua que não falavam, signos e sentidos novos, necessidades de comunicação com pessoas da sociedade hospedeira, necessidades de sobrevivência (física e emocional: luto pelas perdas), busca de inserção no trabalho e na sociedade, etc. O desconhecimento e a incerteza os sujeitavam a múltiplos estranhamentos. Nesse contexto se valiam de táticas para sobreviver.

Esta primeira fase migratória é chamada de Contato /Supercompensação/ Lua de mel;⁵¹⁸ “chegada” em síntese, que prioriza a sobrevivência como foco da atenção, em detrimento do resto. No entanto, pela influência da própria intervenção, eles empreenderam uma indagação que questionou sua migração. Foi possível observar o desenvolvimento dessa reflexão, ao longo da qual se expressou o desespero por superar a deslocação, por não ter trabalho e se assumiram posições que indicavam a melhor percepção das dificuldades pelas quais atravessavam, demandando Direitos Humanos. Todos esses aspectos indicavam que esses imigrantes, como conjunto, iniciavam a fase migratória seguinte: a do Conflito/ Cólera e raiva/ Descompensação e crise.⁵¹⁹ Fator que, talvez, também se visse ajudado pelos diferentes tempos de migração que eles tinham grupalmente.

1.1 A vivência da migração

O momento de chegada é um processo dentro de outro maior, no qual parece inevitável se pagar o preço da “aventura de ser novato”, de se chegar a outro lugar e aprender “por ensaio e erro”. Cada um expressou nessa crise seu estilo singular que anunciava as próprias possibilidades e os próprios dilemas.

A característica mais ressaltante das chegadas desses imigrantes foi o despreparo e a imprevisão; parecia haver um componente de “salto no vazio”. Porém, os sobressaltos e sofrimentos se misturavam às surpresas boas, e todos eles se apresentaram, independentemente da migração ser forçada ou voluntária.

Para vários desses participantes a emigração deu-se pela presença de uma impossibilidade ou frustração de realização de algo, no local do qual se saía, e que impelia a busca de outro lugar; o ‘lugar ideal’. ‘Ideal’, pois apontava para a presença de idealizações/sonhos nas motivações deles; como também Silva considerou.⁵²⁰ Dessa forma, o desejo de migrar correspondia à convicção de que a realização do sonho/desejo dependia da estada ou da sua ausência em um lugar concreto, ou desejado como próximo destino.

Para chegar às motivações, a pesquisadora fez perguntas em linguagem comum, parte das “Apresentações” tidas como objetivo nas três primeiras sessões: “Como vocês chegaram aqui?” (1ª sessão), “Quais motivações os trouxeram?” (2ª sessão); “Por que

518 BERRY, J. et al. Acculturation and culture contact. In: _____. *Cross-cultural psychology: Research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 292-314; SLUZKI, Carlos. Migration and family conflict. *Family Process*, Malden, v. 18, n. 4, p. 379-390, 1979; ARAÚJO, Z. Portuguese families. In: McGOLDRICK, M.; GIORDANO, J. (Ed.). *Ethnicity and family therapy* (pp. 583-594). Nova York: Guilford Press. p. 583-594. Apud SARRIERA, Jorge. Estudios actuales sobre aculturación en latinos: revisión y nuevas perspectivas. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Gainesville, v. 37, n. 2, 2003. p. 345.

519 BERRY, J. et al. Acculturation and culture contact; ARAÚJO, Z. Portuguese families; SLUZKI, Carlos. Migration and family conflict, respectivamente.

520 SILVA, Sidney. *Costurando sonhos – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997; SILVA, Sidney. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados: Migrações*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, mai./ago, 2006a.

estão aqui?”, “Como decidiram sair do seu país, e como escolheram o Brasil? Escolheram isso? Ou foi um tanto arbitrário?; Como foi?” (3ª sessão).

Nas falas iniciais, eles apresentavam respostas de aparência mais “justificável” ou “razoável”. Porém, como o tema se reapresentou diversas vezes, foi possível observar inconsistências, ampliações e negações do discurso inicial. Aspectos que configuravam um desenvolvimento dessa reflexão:

Vai passando o tempo e a festa termina. ... Ehhh, se você deteve-se em um desses detalhes [bonitos], o tempo venceu, ... e então, você tem que ver verdadeiramente a que você veio, não?, qual é o verdadeiro motivo da sua presença neste lugar ... Então, fui clareando, tirando o bonito do bonito, o feinho do horrível (Arturo).

Nos casos nos quais essas motivações foram expressas, os móveis mais fortemente “econômicos” apresentaram-se em duas pessoas. Nos restantes, tiveram uma ênfase menor e outros tinham mais preponderância: a guerra, fraturas no laço social no Chile de 1973, fratura familiar, consumo de drogas.

Os estilos pessoais do grupo na decisão de migrar foram muito variados, como Sluzki⁵²¹ afirma: “de decisões ‘explosivas’ a lentos preparativos”. Alguns decidiram migrar rapidamente e outros levaram algum tempo. Em um caso, longos anos.

Três deles manifestaram que a migração lhes possibilitou importantes aprendizados, como aprender a viver na solidão e a tolerar mais as diferenças. Aspecto tocado também na pesquisa de Aravena.⁵²²

O espanhol foi a língua usada na intervenção, mas, na quase totalidade dos participantes (inclusive a coordenadora), apresentava a interferência linguística do português.

Nos participantes, isso parecia proporcional ao tempo no país. Os recém-chegados falavam espanhol ‘menos misturado’. Mas, ao cabo de quinze dias a três semanas, aproximadamente, falavam portunhol quase como os outros.

O portunhol, como modalidade linguística híbrida – nem espanhol, nem português –, expressaria o processo da pessoa imigrante, sua ambiguidade e sua “dinâmica intrapsíquica desalojada”, pois não falar português significaria mais empecilhos para sua inserção na sociedade local. Contudo, essa não é a única interpretação possível: Monardez, baseando-se na “Teoria da Metamorfose” de Ciampa, apoia o caráter processual “em atualização contínua” da aculturação e sustenta que essa língua expressaria o processo de reconstrução e transformação da identidade nacional, no qual o imigrante incorpora ambos os léxicos.⁵²³

Talvez por estarem em situação de albergue, diferentemente do encontrado em outros estudos,⁵²⁴ a língua não constituía problema para eles, pois existiam outros prioritários a serem resolvidos.

521 SLUZKI, Carlos. Migration and family conflict, p. 380.

522 ARAVENA, Verônica. *Chilenos em São Paulo*. A trajetória de uma migração. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanidades, Universidade de São Paulo.

523 MONARDEZ, Tito Arturo Valencia. Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após do golpe militar de 1973: As influências da imigração no processo da construção da identidade. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

524 BEVILAQUA, Maria. *Estrangeiros: Peregrinos da América*. Os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo: 1970-1990. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; SILVA, Sidney. *Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*. Campinas, 2006. Apresentado no *Seminário Migrações: Desafios para o século XXI*, Memorial do Imigrante, 19 out. 2006 b; NEMIROVSKY, Héctor. La inmigración argentina para São Paulo. *Club Argentino News*, São Paulo, 2000; SARRIERA, Jorge; PIZZINATO, Adolfo; RANGEL, Maria P. Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 10, n. 1, p. 5-10, 2005.

Gabriela estranhava o costume popular brasileiro de comer feijão diariamente, que não existe nos países hispano-americanos da América do Sul,⁵²⁵ onde além do mais, “um prato de feijão e arroz” tem conotação de pobreza. Nasser, trabalhando com migrantes nacionais, também observou isso.⁵²⁶

Dúvidas influenciavam a tomada de decisões na maioria deles, fazendo-as mudarem com frequência, dando a aparência de inconstância ou volubilidade. Ribeiro as considera expressão da “posição de ambiguidade permanente... comum entre migrantes transnacionalizados, é normalmente um processo penoso, que dificilmente chega a bom termo na primeira geração”.⁵²⁷ As dúvidas e mudanças de decisões estão relacionadas ao estresse de migração.

O passado apresentou-se como irrecuperável. Sentiu-se a dor por essa perda no silêncio desalentador que envolveu o grupo, e um deles o quebrou fazendo um chamado “a começar de novo o espetáculo”. Assim, evidenciava-se a dificuldade de alguns para suportar a densidade das emoções despertadas pela imigração e o recurso de acrescentarem toques cômicos, mesmo cientes do artifício.

A família e os seres significativos eram o que mais inspirava saudades. Falta percebida com diversos graus de intensidade, como outros estudos com hispano-americanos também mencionam.⁵²⁸

Foi necessário manter a fantasia/ mito do herói migrante que impulsionasse a busca/ encontro/ dos objetivos almejados, ou, pelo menos, garantisse a subsistência no novo lugar. Essa característica foi observada em alguns dos homens e encobria a fragilidade sentida.

Já o desespero pela deslocação foi primeiramente expresso pelas mulheres, confirmando com isso o observado por outros pesquisadores: a tendência de que os papéis afetivos tocassem às mulheres, e os instrumentais, aos homens.⁵²⁹

Eles demandaram Direitos Humanos:

I: Ter direito a viver do próprio trabalho para o qual se nasceu: Arturo não entendia por que não conseguia vender seu artesanato, e disse, com orgulho e dignidade, que não precisava explicar os motivos que o levavam a vender, a história da vida dele nem rogar, pois ele era um trabalhador. Dessa forma, ele foi o porta-voz dos trabalhadores imigrantes no grupo.

II: Ter direito a “ser tratado como gente”: Arturo se queixava de certa frieza no ambiente. Segundo ele, as pessoas pareciam não se interessar pelo que ele dizia ou fazia.

III: Ter o direito de ter uma família: Arturo o expressou como o direito a manter esse sonho/ projeto pessoal, e Juan, como o desejo de reunificação familiar com a aquisição do refúgio político no Brasil. Os planos familiares também estiveram presentes em outros estudos.⁵³⁰

Demandava-se mais dos filhos:

“Até os meus pensamentos conto à minha filha. Xi, às vezes sinto coisas feiíssimas!” (Gabriela).

Gabriela parecia ver a filha mais como uma amiga, esquecendo-se de protegê-la e poupá-la das “coisas feiíssimas” que sentia. Muito provavelmente, ela sentia a falta de

525 SILVA, Sidney. *Hispanico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*.

526 NASSER, Ana Cristina. *Sair para o mundo. Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2001.

527 RIBEIRO, Gustavo. *Ser e não ser: Explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura*. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1993. p. 10

528 NEMIROVSKY, Héctor. *La inmigración argentina para São Paulo*.

529 BERRY, John. *Psychology of immigration*; SLUZKI, Carlos. *Migration and family conflict*.

530 NASSER, Ana Cristina. *Sair para o mundo. Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*; BEVILAQUA, Maria. *Estrangeiros: Peregrinos da América. Os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo: 1970-1990*.

amigas para compartilhar e solicitava da filha essa função. Como Sluzki⁵³¹ disse, as famílias migrantes enfrentam a perda da sua rede social, e os membros da família veem-se sobrecarregados pela demanda da satisfação dessas necessidades, antes satisfeitas por outros.

1.2 A identidade como sentimento de reconhecimento

A identidade apresentou-se nesses imigrantes como um sentimento de reconhecimento na situação de alteridade, vivenciada na imigração. No entanto, esta elucidação não foi prioritária a outras. Três dos sete homens referiram-se a uma determinada socialização de gênero, aceita por eles. Também, puderam ser observados diversos tipos de aceitação da identidade com conotação positiva e negativa, e um caso de rejeição da identidade nacional.

1.3 Os outros

Esses outros surgiram nos discursos e relatos dos imigrantes: eles eram pessoas do próprio país, dos países pelos quais passaram e de outros países, que encontraram em seu trajeto migratório (no albergue, inclusive). A relação com eles era ambígua, porque sendo eles dignos de crítica e desconfiança, também despertavam sentimentos de identificação e gratidão.

1.4 Os valores

Dois valores foram observados: Deus e os meios. O primeiro, tratado por três dos nove imigrantes, trazia a noção principal de apoio e proteção dos débeis, além de outras. O segundo, mesmo podendo estar presente na vida de alguma dessas pessoas antes da experiência migratória, nela, ganhou intensidade. Pois, como se disse antes, sendo a sobrevivência e a inserção na nova sociedade o objetivo, tudo o mais se tornava meio.

1.5 O retorno

Foi tratado como possibilidade por várias pessoas, e como fato acontecido por duas, que tiveram tentativas frustradas vividas com estranhamento.

1.6 A cidade, o país e a sociedade receptores

As imagens da cidade, do país e da sociedade receptores estavam em construção no meio de vivências emocionadas e de crise, sendo formadas por uma multiplicidade de aspectos: imagens prévias (pré-conceitos) sobre o Brasil e sua gente; experiências nos percursos migratórios; estilos pessoais de se relacionar com o outro e também referenciais (dependentes do país de procedência, da cultura e valores do migrante). Além do mais, estavam sujeitas às nuances da fase migratória de cada um e à conjuntura política do Brasil em relação à imigração regional e às relações bilaterais deste país com o país de origem do migrante.

A imagem de São Paulo era plural e controversa e se construía progressivamente. Ainda parecia conservar o encanto da cidade grande, vista por alguns na sua promessa como meio (valor instrumental). Outros tinham uma atitude mais crítica.

Brasil não foi um destino escolhido com objetividade pela maioria. As razões foram circunstanciais ou pessoais. O que se sabia deste país era relativamente pouco. Dessa

531 SLUZKI, Carlos. O processo de migração: um experimento natural de ruptura e reconstrução da Rede Social. In: *A rede social na prática sistêmica*. Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 87- 98.

forma, também assistimos ao processo de construção dessa imagem, no qual ressaltaram três momentos: no primeiro, deu-se a apresentação em sua pluralidade, para uns era negativa e, para outros, positiva. No segundo, apresentaram-se a frustração e o desencanto frente ao país. No terceiro, houve um resgate do 'Brasil das possibilidades'.

Pareceu haver dois momentos em progressão na construção da imagem dos brasileiros: o primeiro, da crítica reativa (fácil), em que a pessoa brasileira parecia ser a outra diferente no choque cultural; o segundo foi o da crítica que tenta compreender, apesar de não superar a estranheza, e valoriza o considerado bom (o trato das pessoas).

Pôde-se observar competição e tensões raciais. A competição deu-se por parte da sociedade local para com alguns desses imigrantes em situações sociais e de trabalho. Já as tensões raciais aconteceram por parte de alguns deles para com a população local. Outros pesquisadores encontraram expressões de discriminação racial e/ou étnica entre eles próprios.⁵³²

No geral, existia um bom relacionamento entre eles. Mas, às vezes, observaram-se atritos e "diferenças" decorrentes das dificuldades de inter-relação entre grupos nacionais, devido a problemas limítrofes, desavenças políticas e à posição pessoal de cada um frente a elas. Mesmo não havendo sido expressadas 'diferenças' devidas a "preconceitos de classe e de raça", como as encontradas por Silva,⁵³³ não se descartou a possibilidade de existência delas.

1.7 Rede social

Nenhum dos imigrantes desse estudo tinha uma rede social que lhes desse suporte no país, motivo pelo qual recorreram ao albergue. Mas, observando o porquê da escolha do Brasil, foi possível identificar a influência de algum conhecido em seis dos nove casos.

Por outro lado, a experiência no grupo serviu para dois deles formarem amizade e, assim, darem início a um laço social. Esse também foi buscado por meio de outros grupos de referência. Pois, como disse Sluzki,⁵³⁴ a migração tem por objetivo final a reconstrução de uma rede.

1.8 Os referenciais próprios consultados e confrontados

O referencial experiencial e cultural da pessoa migrante é o guia que a orientará no novo lugar. A comparação e o confronto desse com o que encontra é inevitável. Assim também aconteceu no grupo; diversos assuntos suscitaram comparações com o Brasil: ocupações com prestígio distinto: artesão e artista de circo; os albergues, sua função e funcionamento; a insegurança no emprego; ser tratado como todos; o funcionamento da saúde pública; atitudes para com lesbianismo; as facilidades de educação; religião e política nas manifestações públicas; a mistura racial e cultural.

1.9 As imagens do próprio país

As imagens dos próprios países variavam, segundo a pessoa que o evocava. A Colômbia e o Equador, com saudade. A Argentina, positivamente por meio da sua gente. O Uruguai, o Peru e o Chile, criticamente. Nas imagens tanto do Peru como do Chile

532 SILVA, Sidney. *Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*; BEVILAQUA, Maria. *Estrangeiros: Peregrinos da América. Os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo: 1970-1990*.

533 SILVA, Sidney. *Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*.

534 SLUZKI, Carlos. *O processo de migração: um experimento natural de ruptura e reconstrução da rede social*. In: _____. *A rede social na prática sistêmica*. Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 87- 98.

dava-se uma divisão. Uma das partes era digna de crítica (o odiado deixado), a outra evocava saudade (o amado deixado). Assim, no caso do Peru, o público (o odiado)/ o privado (o amado), e, no caso do Chile, antes de setembro de 1973 (o amado)/ depois de setembro de 1973 (o odiado). Importante, todos os países foram descritos pela gente que os configura/habita.

1.10 No background

Usou-se esse termo para referir-se às situações que puderam ser observadas em um segundo plano. Três delas aludiam à história pessoal da pessoa imigrante: “Precariedade e sofrimento”, “Situações de rebaixamento anteriores e sentimentos de insuficiência” e “Ter consciência de ser incomum”. Outra fazia alusão ao contexto social e político dela: “A vivência de situações de risco no próprio país”. E uma última falava das relações internacionais entre dois países da região: Peru e Chile.

1.11 Migração na história familiar

Não se indagou sobre a migração na história familiar desses imigrantes. Apesar disso, esse dado surgiu espontâneo em três dos nove casos.

1.12 A estratégia aculturativa usada

Pareceria que a estratégia aculturativa que eles tentavam usar era a de integração, em parte favorecida pelo convívio com brasileiros, hispano-americanos e outros imigrantes na instituição onde residiam.

2. Situação Migração e indocumentação

A indocumentação dificulta a vida de todos os imigrantes nessa situação, principalmente dos recém-chegados, independentemente de idade e qualificação. Os mais qualificados, sem a revalidação dos seus diplomas, terão de aceitar trabalhos com pouca ligação com a sua qualificação profissional,⁵³⁵ e de se contentar com salários inferiores aos pagos aos brasileiros.⁵³⁶ Fora do âmbito do trabalho, a vida deles transcorre limitada e a sobressaltos: não podem abrir uma conta bancária e sofrem ameaças, inclusive de deportação. Todos os participantes do grupo estavam nesta situação perante a lei brasileira.

2.1 As táticas: A espera

“E eu de fato estou esperando, como no Equador, porque no Equador, eu esperei, esperei e esperei, até conseguir um advogado” (Michel).

A situação de indocumentação desses sul-americanos submetia-os à espera para regularizar sua permanência no Brasil; uma prova de paciência e perseverança. Eles esperavam algo nem sempre muito bem determinado. Não se poderia dizer que fosse a anistia recentemente outorgada, pois não tinham a informação suficiente para considerá-la como possibilidade e ainda não haviam chegado a decidir se permaneceriam no país.

535 MONARDEZ, Tito Arturo Valencia. Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após do golpe militar de 1973: As influências da imigração no processo da construção da identidade.

536 SILVA, Sidney. Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo.

2.2 A vivência: Entre “legalidade ou ilegalidade”

Os que haviam excedido seu tempo como turistas estavam na disjuntiva da legalidade ou ilegalidade, retorno ou luta pela sobrevivência na qualidade de indocumentados e, assim, sujeitos a um trabalho “que não respeita os direitos dos trabalhadores contemplados na convenção geral da lei do trabalho brasileira (CLT)”,⁵³⁷ empresas “de serviços”, não raras vezes de pequenos empresários também imigrantes. Setores, conforme Silva expressa, totalmente desregulamentados, cuja competitividade depende do barateamento de custos e de alto grau de exploração.⁵³⁸

3. Situação Migração forçada

Como disse, dois participantes estavam nessa condição: uma exilada de guerra e um ameaçado de morte. Ela sofrera experiências traumáticas e chegou a São Paulo em choque pós-traumático. Além deles, um terceiro vivera esta situação quando criança (Silvio) e nele ainda era possível observar seus efeitos. Pesquisadores que trabalharam com refugiados atestam que os efeitos do trauma se prolongam e se somam às dificuldades de qualquer outro imigrante⁵³⁹ e podem passar às seguintes gerações.⁵⁴⁰

3.1 Desejo de fuga

Se, para os migrantes comuns, o mais claro é o desejo de migrar, para os migrantes forçados é àquilo do qual se deseja fugir. A fuga como motivo de deslocamento coloca a urgência na contramão da disposição ideal de encontro do novo e problematiza ainda mais a adaptação ao país, pelo caráter de não escolha.

3.2 O “*pathos* do exílio”

Segundo Said: “O *pathos* do exílio está na perda de contato com a solidez e a satisfação da terra: voltar para o lar está fora de questão”.⁵⁴¹ Este *pathos* se manifestou na rejeição que o participante que tinha sido exilado quando criança manifestava pelo seu país.

3.3 A vivência

As vivências dos dois migrantes forçados pareciam possuir um caráter liminar, mais extremo que as dos outros imigrantes. Isto parecia se dever a não escolha da situação e a uma condição de sobrevivência em situações extremas, relacionada, ao mesmo tempo, a uma origem mais popular e ao particular motivo das suas vindas:

Minha filha fugindo: uma noite dormindo aqui, outra lá. ... A família desintegrada [chora]. Como qualquer ser do mundo, seja como seja; boa ou má; ela está grávida... É confusa a Vida: ... alegria, porque é a minha família que vai crescer. Tristeza, porque,

537 SILVA, Sidney. *Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*.

538 SILVA, Sidney. *Os migrantes e os direitos humanos no Brasil. SPM. Travessias na Desordem Global. Fórum Social das migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 225-230; SILVA, Sidney. *Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo*.

539 SANJURJO, López Liliana. *Argentinos em São Paulo nos anos 1970: História e testemunhos*. Anais da 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia: Saberes e práticas antropológicas. Desafios para o século XXI, v. 1, p. 1-20, Goiânia, 2006.

540 Sluzki fala do Estágio do Impacto Transgeracional (SLUZKI, Carlos. *Migration and family conflict*).

541 SAID, Edward. *O exílio*. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 52.

devido à guerra do meu país, chegam paramilitares, recrutam as crianças. Eles têm que abandonar as escolas contra sua vontade. Têm de fazer coisas que não são para eles verem... O pai do neném disse que o bebê está bem. [Ele está] procurando um local estratégico onde a mãe possa estar escondida um tempo. (Gabriela)

De fato, a imigrante exilada de guerra era uma sobrevivente e apresentava uma clara noção da especificidade da sua situação: “Eu estou pronta para morrer esta noite e minha filha o sabe. Mas, projetei-me para viver até os 80 anos, para escrever quatro livros, para dar um mundo melhor a meus filhos. Tenho essa projeção...” (Gabriela).

Shuval fala do moral alto que, refugiados/as que sofreram trauma, manifestam após um tempo no país de acolhida⁵⁴² e Frochtengarten assinala: “A disposição de um sobrevivente de guerra para reunir fragmentos da vida transcorrida comporta um heroísmo”.⁵⁴³

Algo semelhante aconteceu com outros refugiados.⁵⁴⁴

3.4 Cáritas/Acnur

Os três participantes do grupo cujas vidas estiveram marcadas pela migração forçada solicitaram asilo político ao Brasil por intermediação de Cáritas, instituição católica vinculada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que representa a Comissão Nacional para Refugiados (Conare), e esta, por sua vez, ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur); em síntese, a entidade responsável por dar apoio e refúgio aos imigrantes forçados no país. Dessa forma, esta instituição também passou a fazer parte do espaço de negociações (e tensões) no qual a vida deles transcorria, mostrando-se como a arena dos confrontos culturais, sociais e outros, para este tipo de imigrantes.

3.5 Inter-relações com pessoas da sociedade local

Essas inter-relações pareceram pouco sinceras, talvez como uma reação à imagem negativa da sociedade a respeito do refugiado no momento da pesquisa (2005).

Palavras finais

Esta intervenção foi uma experiência proveitosa, apesar de seus limites (a curta duração e o descuido de analisar o estrato social de procedência). O estudo cumpriu com os objetivos propostos: (1) Observaram-se diversos aspectos da vivência migratória dos participantes; (2) A intervenção os impeliu a refletir e questionar sua migração; (3) O autoconhecimento, categoria mais difícil de avaliar, pareceu ter-se iniciado em alguns deles.

A pesquisadora compreendeu melhor a dificuldade em coordenar um grupo com o qual se compartilha uma situação semelhante. No entanto, ser coordenadora, pesquisadora e imigrante serviu para ampliar o seu conhecimento, ‘de dentro, e de fora’.

542 SHUVAL, Judith. Migration and stress. In: GOLDBERGER, L.; BREZNITZ, *Handbook of stress*. Theoretical and clinical aspects. Nova York: The Free Press, 1993. p. 641-657.

543 FROCHTENGARTEN, Fernando. Shoah. Memória e política aos olhos de um descendente. *Revista Ide*, São Paulo, n. 40, p. 14-19, nov. 2004. [informar página da citação]

544 CARIGNATO, Taeco; ROSA, Miriam; BERTA, Sandra. Encontros na radicalidade estrangeira. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana REMHU: Projeto Migratório*. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, ano XIV, n. 26/27, p. 93-118, 2006; SANJURJO, López Liliana. Argentinos em São Paulo nos anos 1970: História e testemunhos.

A vivência imigratória provou ser uma situação existencial de crise, para a qual dificilmente estão preparadas as pessoas migrantes e a sociedade de recepção. A arena do embate da crise sempre foi o meio próximo. O Brasil e os brasileiros para todo o grupo, e Cáritas, para os migrantes forçados.

A vivência imigratória teve uma especificidade de gênero. Foram as mulheres que, pelo geral, permitiam-se expressar mais as emoções (papel afetivo), enquanto os homens tentaram ocultar seu desânimo o quanto lhes foi possível, para pensar nas formas da sua sobrevivência (papel instrumental), ou pelo menos manter para si mesmos o mito do herói migrante.

Por último, a Perspectiva Intercultural, com sua teorização sobre a migração, foi de ajuda para a leitura dos aspectos encontrados, como também a Perspectiva Fenomenológica, no seu posicionamento e método.

Sugestões de temas para aprofundamento

Foram variadas as questões que a pesquisa levantou para posterior aprofundamento:

Poder-se-ia pensar numa tendência progressiva à hibridização linguística do espanhol e do português, proporcional ao tempo de estada no país? De forma geral, se fazem necessários estudos psicolinguísticos que iluminem o que acontece com a língua em migração e as nuances pelas quais esta se transforma.⁵⁴⁵

A memória sensorial cutânea (Mas, provavelmente, também a térmica, ambas pertencentes ao registro não racional do sistema límbico) foi identificada como a responsável pelo sentimento de familiaridade de Silvio com o Brasil. Outro estudo assinalou a importância da memória arcaica infantil em relação à comida e à música, na subjetividade de migrantes.⁵⁴⁶

Neste estudo, também a música possibilitou a Juan o encontro com suas emoções: a saudade da família e da terra, e teve um efeito terapêutico, apesar de que temporal, de harmonização/ centramento/ sintonia identitária. Como ele disse: "me sentia mal, e essa canção ajuda nesses momentos". Seria interessante conhecer pesquisas com esta população nos campos da Musicoterapia, Biodanza, Dançaterapia, Eiritmia, Bioenergética e outros sistemas terapêuticos que têm a música como elemento constitutivo.

Até o momento dessa pesquisa pareciam existir poucos estudos com a população local. O que se sabia em relação ao impacto da imigração sul-americana no imaginário desta era por meio de algumas poucas publicações na mídia, que tratavam o tema de forma breve e superficial. Conhecer o impacto da imigração na população brasileira é um caminho que também precisa ser seguido.

Outro aspecto a ser mais bem investigado foi o que Arturo expressou: que homens e mulheres latino-americanos não eram tratados de forma igual aqui no Brasil. Segundo ele, os homens seriam mais facilmente percebidos como perigosos/ suspeitos e, talvez, as mulheres tivessem menos dificuldade de encontrar trabalho. A aceitação das imigrantes é maior que a dos imigrantes?

545 YOUNG, Berenice. Francisco e sua família. Aspectos do percurso terapêutico de um andino em São Paulo. *Travessia - Revista do Migrante: "Implicações Psicológicas"*. São Paulo, n. 53, p. 21-28, set.-dez. 2005.

546 Ibid.

Referências

- ARAÚJO, Z. Portuguese families. In: MCGOLDRICK, M.; GIORDANO, J. (Ed.). *Ethnicity and family therapy*. Nova York: Guilford Press. p. 583-594.
- ARAVENA, Verônica. *Chilenos em São Paulo*. A trajetória de uma migração. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanidades, Universidade de São Paulo.
- BECKER, Howard. Sobre metodologia. In: _____. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 17- 46.
- BERRY, John. Psychology of immigration. São Paulo, 2002. Artigo apresentado no Simpósio Internacional Psicologia E/Imigração e Cultura, Serviço de Orientação Intercultural, Instituto de Psicologia, USP.
- _____. et al. Acculturation and culture contact. In: _____. *Cross-cultural psychology: Research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 292-314.
- BEVILAQUA, Maria. *Estrangeiros: peregrinos da América*. Os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo: 1970-1990. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- CARIGNATO, Taeco; ROSA, Miriam; BERTA, Sandra. Encontros na radicalidade estrangeira. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana REMHU: Projeto Migratório*. Brasília: Centro Scalabrianiano de Estudos Migratórios, ano XIV, n. 26/27, p. 93-118, 2006.
- CASA DO MIGRANTE, sítio institucional <<http://www.missaonspaz.org>>.
- COSTA, Antonio. A saga recomeça. *Carta Capital*, São Paulo, ano XIII, n. 435, 14 mar. 2007.
- DEBIAGGI, Sylvia. Intervenção intercultural no Brasil: um trabalho psicossocial. Argel, 2005. Artigo apresentado no Xème Congress de l'ARIC.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. Shoah. Memória e política aos olhos de um descendente. *Revista Ide*, São Paulo, n. 40, p. 14-19, nov. 2004.
- MONARDEZ, Tito Arturo Valencia. Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após do golpe militar de 1973: As influências da imigração no processo da construção da identidade. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) –Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- NASSER, Ana Cristina. *Sair para o mundo*. Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2001.
- NEMIROVSKY, Héctor. La inmigración argentina para São Paulo. *Club Argentino News*, São Paulo, [informar número e intervalo de páginas], 2000.
- PAIVA, Geraldo. Apresentação. In: DEBIAGGI, Sylvia; PAIVA Geraldo (Org.). *Psicologia elimigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 9-10.
- _____; DEBIAGGI, Sylvia (Org.). *Psicologia, elimigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- RIBEIRO, Gustavo. *Ser e não ser*: Explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura. Série Antropologia. Brasília: UnB, 1993. PDF compartilhado pelo autor com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Migração de Rio de Janeiro.
- SAID, Edward. O exílio. In: _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

- SANJURJO, L. L. Argentinos em São Paulo nos anos 1970: História e testemunhos. Anais da 25ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia: Saberes e práticas antropológicas. Desafios para o século XXI, v. 1, p. 1-20, Goiânia, 2006.
- SARRIERA, Jorge. Estudios actuales sobre aculturación en latinos: revisión y nuevas perspectivas. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Gainesville, v. 37, n. 2, p. 341-364, 2003.
- _____; PIZZINATO, Adolfo; RANGEL, Maria P. Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 10, n. 1, p. 5-10, 2005.
- SHUVAL, Judith. Migration and stress. In: GOLDBERGER, L.; BREZNITZ, S. *Handbook of stress*. Theoretical and clinical aspects. Nova York: The Free Press, 1993. p. 641-657.
- SILVA, Sidney. *Costurando sonhos – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. Os migrantes e os direitos humanos no Brasil. SPM. *Travessias na Desordem Global. Fórum Social das migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 225-230.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados: Migrações*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 157-170, mai./ago, 2006a.
- _____. Hispânico ou latino: faces de um processo identitário em São Paulo. Campinas, 2006. Apresentado no *Seminário Migrações: Desafios para o século XXI*, Memorial do Imigrante, 19 out. 2006b.
- SLUZKI, Carlos. Migration and family conflict. *Family Process*, Malden, v. 18, n. 4, p. 379-390, 1979.
- _____. O processo de migração: um experimento natural de ruptura e reconstrução da rede social. In: _____. *A rede social na prática sistêmica*. Alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 87- 98.
- YOUNG, Berenice. *A vivência imigratória de um grupo de hispano-americanos do sul, residentes na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- _____. Francisco e sua família. Aspectos do percurso terapêutico de um andino em São Paulo. *Travessia - Revista do Migrante: "Implicações Psicológicas"*. São Paulo, n. 53, p. 21-28, set.-dez. 2005.

Limites e (im)possibilidades de atravessar as fronteiras entre a língua de origem (materna) e a estrangeira (paterna)

María Liliana Inés Emparan Martins Pereira^{547*}

O que é 'distante'? Onde pisar terra firme nos domínios de sua atribuição? A direção que o termo sinaliza opõe-se, certamente, à da 'proximidade'. Ora, próximo, diríamos, é o que está perto, nas cercanias; sua acepção corrente indica vizinhança e imediação. Assim, podemos observar que a palavra sugere um certo horizonte de inclusão e envolvimento, que confina cada elemento assinado e os que lhe estão próximos, no interior de um mesmo campo nos limites de um certo espaço que contorna entre eles alguma comunicação ou passagem, e 'demarca' os arredores de cada um.⁵⁴⁸

Introdução

Uma das principais questões colocadas para um estrangeiro que pretende migrar é o seu (des)conhecimento acerca da língua falada no novo país. O idioma representa não somente o principal instrumento de (não) comunicação com as pessoas nativas, mas o universo simbólico daquela cultura, que permitirá – ou não – o estabelecimento de novos laços. Poder falar a nova língua torna-se uma questão capital na imigração.

Muitos estrangeiros apresentam grande dificuldade para aprender a língua, independentemente do tempo decorrido desde sua imigração. O sentimento de alguns aproxima-se de uma sensação de permanente incompreensão, tanto da língua que escutam, quanto da que tentam falar. Alguns grupos, inclusive, recusam-se a falar outro idioma que não o próprio, restringindo seu vocabulário a umas poucas palavras e seu circuito relacional a pessoas da sua mesma nacionalidade. Outros, por sua vez, tentam rapidamente aprender a nova língua de forma a poder se expressar o mais corretamente possível. Há, ainda, os que constroem uma língua intermediária com palavras da língua materna e da nova língua.⁵⁴⁹

Fazendo um jogo de palavras, poderíamos dizer que, inicialmente, a língua materna falada no novo país poderá ser alvo de sentimentos hostis ou de acolhimento, ou seja, poderá ser sentida como "má" ou "terna", dependendo da facilidade com que o imigrante possa falar e ser entendido pelo outro.

O idioma de origem, apesar de implicar sempre a apropriação de um sujeito, é oferecido ao *infans* (aquele que não fala) via maternagem, ou seja, quem desempenha a função materna precisa reconhecer algo mais como necessidade vital do bebê, além do alimento e de outros cuidados básicos, ofertando também cultura. A língua medeia a relação entre a mãe e o seu filho, acompanhando, pela presença ou ausência de fala, tudo que é oferecido ao novo ser. É, portanto, objeto de interpelação, cenário relacio-

547 * Coordenadora do Projeto Ponte: Atendimento Psicanalítico para Imigrantes e Migrantes. Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. Mestrado em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

548 CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, A. et al. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 352.

549 Por exemplo, muitos imigrantes falam o chamado "portunhol", resultante de uma mistura entre o português e o espanhol, línguas que provêm da mesma raiz latina e que possuem muitas semelhanças.

nal, conteúdo, limite e instrumento de constituição psíquica. Isso significa que a aquisição da língua ocorre paralelamente ao processo de filiação, ou seja, implica também a construção da identidade entre filho/a e pais (mãe/pai). Essa particularidade estabelecida ao aprender a língua materna não consegue ser repetida em nenhum curso ou experiência com idiomas, já que envolve uma relação essencial.

Quando o estrangeiro se depara com a diferença de idioma, restos dessa vivência relacional primordial são reavivados. Assim, é por meio dos elementos recalçados ou acessíveis dessas primeiras experiências que se reedita a necessidade de reencontrar um intérprete, uma figura que presentifique aquela vivência primordial e que poderá realizar ou não a reapresentação de certo recorte do mundo e exercer a possibilidade de moderação da intensidade das experiências. Essas operações – realizadas ou impossibilitadas inicialmente via psiquismo materno – foram chamadas por Freud de paraexcitação ou escudo protetor contra estímulos, no texto *Uma nota sobre o bloco mágico*.⁵⁵⁰

O idioma do país estrangeiro pode ser o mesmo do país de origem ou radicalmente diferente deste, mas sempre implicará uma nova maneira de traduzir a realidade, de dizer do outro e de si, que pressupõe abandonar um jeito de dizer familiar, para entrar em contato com algo mais ou menos desconhecido. A essa incursão pela nova língua, à estranheza advinda desse contato e às vicissitudes decorrentes de todo esse processo chamaremos de (im)possibilidade de acesso à língua paterna. A migração, então, implica uma passagem, como diz Caterina Koltai,⁵⁵¹ uma trajetória do acalanto à desproteção: a língua materna significa a própria pele; sendo assim, podemos inferir que falar outra língua significa ter de abandonar, em certa medida, a nossa proteção, a nossa pele, e adotar outra. A questão que se coloca a partir disso é a relação entre a nova língua-pele e nossa constituição, a língua originária.

Será que isso poderia explicar as dificuldades para se falar a língua do país adotado?

O imigrante precisará, de alguma forma, assumir-se como um “nômade idiomático”, no sentido de conseguir ir e voltar à sua própria língua materna e à língua adotada no país de imigração, para poder, dessa forma, construir um lugar de imigrante, um lugar de fala, uma ponte entre o lugar de origem e o lugar de estrangeiro. Para tanto, precisa operar um mínimo de recalque, para que a língua de origem (materna) possa ser “esquecida” em prol da nova.

Como efeito desse processo, o conflito de identidade do imigrante pode se acirrar, ao sentir que não poderá recuperar – no sentido da origem – o que foi esquecido, e que nunca poderá se apropriar totalmente daquilo de que tenta tomar posse, a nova cultura. Esse conflito não depende apenas da vivência em um novo espaço, mas é potencializado por essa condição. Acreditamos, assim, que o sujeito vai se confrontando ao longo da vida e nas relações estabelecidas com as questões identitárias que, frente ao novo e diferente, são reeditadas com maior intensidade.

550 FREUD, S. Uma nota sobre o bloco mágico. 1. ed., 1925. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976c. p. 288.

551 KOLTAI, C. *De uma língua a outra por meio das migrações*. São Paulo, 2011. Conferência proferida no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP).

Por outro lado, para o imigrante,⁵⁵² há uma ilusão de que a língua de origem poderá ficar intacta, que não sofrerá alterações, ou seja, que ela não se modificará nem sairá do lugar, como se esperasse o retorno do filho pródigo sem registrar a passagem do tempo. Essa ilusão, acreditamos, também pode levar a certa dificuldade em falar a nova língua, já que falar outra língua implica um movimento de discriminação e separação da língua de origem, ou seja, um sair do lugar. Como diz Hassoun,⁵⁵³ no caso de alguns imigrantes, o que vemos é um sujeito que não quer se separar da língua materna.

Seria isso um indício da primitiva dificuldade de separação da criança de sua mãe?

É interessante levar em conta que a função materna precisa estabelecer não só a vinculação entre a mãe e o bebê, como promover também a separação entre ambos. Esse processo, que inclui a entrada da função paterna, é o que permite à criança vir a ser sujeito. A intrusão do paterno poderá ser reeditada na “obrigação” de ter de falar a língua estrangeira, de ter de falar (sobre) o que não se sabe.

Se foram as palavras iniciais que permitiram os primeiros passos, foi justamente a separação dessa ficção originária e desse olhar aprisionante do familiar que levou a passos mais independentes, separados do espaço protegido. Portanto, no caso do imigrante, as fantasias em relação ao lugar de origem – não só do *topos*, mas do lugar ocupado imaginariamente no materno – poderão ser redimensionadas, preferencialmente, via língua estrangeira.

Pressupostos clínicos

Na clínica com estrangeiros, a questão do idioma coloca-se desde o primeiro momento de atendimento. O analista precisa conhecer o idioma do paciente? O atendimento deve ser realizado na língua materna do paciente ou na do analista? Quais os efeitos dessas posições no trabalho clínico? Acreditamos que essa discussão mereceria uma abordagem específica, que, no entanto, não é o objetivo deste trabalho.⁵⁵⁴

Ao entrar em contato com nosso serviço,⁵⁵⁵ o imigrante quer saber se o atendimento poderá ser realizado na sua língua de origem, se ele será entendido por nós, se o psicanalista é um imigrante, etc. Já na entrevista inicial, ele relata sua queixa, que invariavelmente inclui as agruras de estar em outro país, desde a dificuldade de encontrar emprego e moradia, fazer amigos, entender a cultura e os códigos sociais, até a questão da língua. No Projeto Ponte, nossa posição é falar português com os pacientes, mesmo que a equipe conheça outros idiomas. Esse posicionamento não se reduz apenas a questões

552 Ibid.

553 Apud ibid.

554 Castanho, em sua dissertação de mestrado, realiza um amplo levantamento sobre essa questão, fazendo referência a um atendimento do próprio Freud a uma paciente estrangeira, Miss Lucy R. (1893-1895), de origem inglesa, no qual fica subentendido que o atendimento ocorreu na língua materna da paciente; porém, não foram relatadas análises explícitas sobre o manejo desse tipo de paciente estrangeiro. Por outro lado, outros autores citados no trabalho de Castanho o fizeram, analisando os prós e contras de se realizar um atendimento na língua materna da paciente (CASTANHO, P. de C. G. Entre línguas e afetos: uma investigação psicanalítica da língua em grupos multilíngues. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo).

555 Estamos nos referindo ao Projeto Ponte, serviço oferecido na Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, a imigrantes e migrantes.

práticas, pois seria inviável falar na língua daquele que nos contata, já que as origens são variadas. Temos sido procurados tanto por imigrantes de origem latina, que falam castelhano, como por refugiados provenientes de vários países africanos, cujas línguas, além de dialetos, incluem o francês e o inglês, entre outras.

Como nosso objetivo primordial é atender em grupo, a escolha da língua precisa incluir o entendimento de todos os membros. Mesmo nos casos em que o atendimento ocorra individualmente, a escolha pelo idioma português implica a possibilidade de qualquer terapeuta atender o paciente, e não apenas aquele que fala determinada língua.

Existe, todavia, uma questão da ética como analistas, resultante de nossos estudos e discussões teóricas, que justifica essa posição do manejo clínico. Sabemos que um dos sintomas mais recorrentes dos pacientes que nos procuram tem estreita relação com a dificuldade em falar a língua do país adotado, no caso o Brasil, e consideramos que essa dificuldade não é apenas instrumental, ou seja, não depende somente da similaridade em relação à língua de origem, da possibilidade de fazer cursos de línguas ou das facilidades linguísticas do imigrante.

O manejo do seu sintoma inclui, por um lado, acolher o paciente e lhe dizer, nos primeiros encontros, que ele poderá se expressar do jeito que lhe for possível, inclusive usando palavras de seu idioma. Ou seja, sabemos antecipadamente que lapsos (“erros”) de linguagem e interferências da língua materna ocorrerão e são, evidentemente, esperados por nós. Isso implica, para o grupo e os terapeutas, um esforço de compreensão/tradução, assim como uma escuta apurada. Por outro lado, apontamos que o grupo inclui pessoas que não falam nem compreendem sua língua, o que significa que precisaremos criar formas de entendimento. O lugar que ocupam as terapeutas no grupo é o de encarnar o Outro, representante dos desentendimentos concretos que eles enfrentam: somos representantes desse país estrangeiro que se “escolheu” adotar. A aposta é assumir que representamos a tentativa de separação que o seu sintoma encarna, o que inclui uma travessia em direção ao estranho.

A questão da escolha do país estrangeiro é importante e inclui uma grande diversidade de possibilidades: o universitário que vem fazer uma formação acadêmica; aquele que veio trabalhar e/ou fugiu de crises econômicas; aquele que teve de abandonar o país de origem – seja por catástrofes climáticas ou perseguições político-religiosas – e chega aqui no caráter de refugiado; o exilado; o expatriado ou familiar de expatriado, entre outras.

Acreditamos que, apesar de motivos tão diferentes, um mínimo de escolha embarca junto com o imigrante, ou seja, mesmo nos casos em que ir embora tenha sido a única opção, o imigrante considerou e elegeu não permanecer em sua terra natal. Contudo, temos de levar em conta que, no caso dos refugiados, a escolha do país nem sempre ocorre, uma vez que muitos não sabem para qual país emigrarão, apenas precisam sair.

Algumas vezes, a decisão de sair da pátria é de difícil aceitação por parte do próprio sujeito emigrante, e ele pode ter dificuldades em assumir sua escolha, encarnando, em certos casos, um lugar de vitimizado. Cabe esclarecer que, se bem consideramos haver situações radicais e “sem saída”, foi o sofrimento e a tentativa de cessá-lo que empurraram (mais ou menos livremente) o emigrante à necessidade e ao desejo de mudar de vida e de país. Em outras palavras, a emigração não é apenas efeito dos fatos, das situações de risco às quais o sujeito foi submetido: há também um desejo de mudança, de sair do lugar que, às vezes, encontra como única solução deixar o país de origem.

Casos clínicos

Escolhemos quatro casos clínicos com características diferentes em relação a sexo, idade, nacionalidade e tempo de residência no Brasil. Esses elementos, embora importantes, foram deixados de lado em prol da questão do pertencimento e da relação com a língua estrangeira, alvo deste artigo.

Trata-se de uma exilada, uma refugiada (o que fala de imigrações forçadas), e dois imigrantes vindos de forma mais livre, na tentativa de melhorar suas condições econômicas, profissionais ou pessoais.

As condições do exilado e do refugiado são situações em que deixar o país de origem envolve graus, às vezes, insuportáveis de violência. Ter de deixar a pátria por conta de perseguições políticas ou religiosas, violência sexual, discriminação étnica, entre outras situações, coloca em cena experiências de difícil elaboração, nas quais faltam – e faltarão – sempre palavras. O objetivo primordial do trabalho clínico é, nesses casos específicos, a tentativa de colocar em palavras, simbolizar, figurar e representar o trauma vivido no país de origem, a fuga e a vivência atual no estrangeiro. Essa situação pode tornar-se ainda mais traumática quando se trata de crianças.

É o caso de uma paciente hoje adulta, Samanta,⁵⁵⁶ que veio ao Brasil quando era muito pequena e estava ainda começando a falar sua língua materna. Neste caso de exílio político, houve uma somatória cruel de experiências traumáticas. Primeiro, a ausência repentina dos pais ao serem presos, vivida por uma criança nos primeiros anos de vida: o desamparo, a difícil explicação do ocorrido, o clima de violência, o terror instaurado, a angústia da separação, o abandono do lar. Posteriormente, o aparecimento dos pais em uma situação de precariedade psíquica e a vinda abrupta ao Brasil: o afastamento de uma família extensa, amigos, referências culturais, e da própria língua.

Como uma criança que está aprendendo a falar consegue suportar essa terrível vivência? Que palavras poderiam dar conta desse desamparo quando o Estado falha, e a sociedade se esgarça? O que os pais – vítimas de tanto terror – poderiam lhe dizer? Como apropriar-se da língua estrangeira sem associá-la, por um lado, ao terror da passagem do vivido no país de origem e, por outro, à ideia de uma língua sem violência, uma língua idealizada?

No caso desta paciente, a língua materna foi sentida e registrada como “má”, no sentido de não a ter acolhido, de ter falhado radicalmente, de nenhuma instância que represente essa língua ter oferecido recursos, a não ser a expulsão compulsória de seus cidadãos, uma língua para a qual não se visualiza futuro, apenas passado – e um passado cruel. Ou seja, a separação da origem foi vivida como algo da ordem do traumático, e não como indispensável e necessária. O registro do paterno, ainda na língua de origem, foi associado à crueldade e à violência. Dessa forma, a língua estrangeira não opera para dizer de si, tampouco permite elaborar a experiência traumática e “esquecer” o passado, estabelecendo novas possibilidades de circulação no presente e no futuro. É uma língua que representa a separação do materno como algo violento e angustiante.

A insegurança vivida pelo refugiado devido a desastres climáticos é também intensa: a instabilidade de seu país torna-se uma possibilidade real, contudo de pouca previsibilidade. Uma história de ações ineficazes do Estado para reconstruir o país e oferecer condições minimamente dignas aos seus cidadãos faz com que não exista, de fato, outra

opção que não seja deixar o lugar de origem. Os efeitos devastadores do desastre para alguém cuja situação econômica já era frágil tornam a saída do país uma imposição.

Nesse caso, o fato de a paciente Michelle ser adulta não diminui o sofrimento; às vezes, a dor é intensificada pelo “abandono” dos vínculos familiares e amorosos que precisaram ser deixados para trás e com os quais possui uma história de algumas décadas. A incerteza de não poder regressar torna a situação ainda mais dramática. Para esta paciente, a escolha inicial foi emigrar para onde fosse possível, e a eleição recaiu sobre um país relativamente próximo, que falasse a mesma língua. Contudo, lá, ela não se sentiu acolhida, ao contrário, a cor da pele foi fator de discriminação. Assim, novamente “expulsa”, chega ao Brasil e a São Paulo, não antes de ter percorrido vários estados.

As questões que se colocam para esta paciente dizem respeito à dificuldade de assumir primeiramente a emigração. Como sair e deixar os pais e os irmãos imersos no caos do desastre climático? Como conseguir estudar e ter sucesso profissional sem sentir que se abandona a origem? Como poder ter um futuro diferente se os outros integrantes da família talvez não possam? Como conviver com a ideia de que sua escolha pode significar não mais poder voltar?

Sua dificuldade com a língua, para além do pouco tempo no Brasil, explicita seu estado confusional. Ela não consegue discriminar entre a língua nativa, o castelhano, o francês e o português. Ainda demorará muito tempo para perceber que essas habilidades podem justamente ajudá-la a conseguir emprego, por exemplo. A sensação que a acompanha é de que ninguém entende o que ela fala e de que não consegue se expressar. Que palavras, assim, poderiam dar conta do que viveu, quando as referências do cotidiano se perdem e o que se vê em volta foi destruído ou não parece sequer humano?

Mesmo no caso de imigrações fruto de escolhas, em princípio, não urgentes, as questões com o pertencimento podem ser também difíceis. A escolha de emigrar “livremente” pode, no entanto, esconder – ou revelar – questões subjetivas, nem sempre assumidas como próprias, que aprisionam o imigrante, impedindo-o de estabelecer laços no país de emigração, para além da família.

É o caso do imigrante Peterson, o qual atribui suas dificuldades em estabelecer laços de pertencimento a uma série de infortúnios e problemas ocorridos no Brasil. Essas dificuldades abrangem a questão profissional, o fato de sentir uma permanente estranheza por conta da diferença de cultura e a língua. Sua queixa reside em uma narrativa dos fatos “concretos” que o levaram a detestar o Brasil: segundo seu relato, prometeram-lhe condições de moradia e de emprego que não ocorreram, enquanto no seu país ele vivia muito bem, em uma bela casa e cidade de que gostava muito, tinha dinheiro e sucesso profissional. A comparação entre ambos os países é constante, e a ideia de que o Brasil não é um país sério é recorrente. Sua maior crítica reside em características que atribui à “brasilidade”, tais como: a desorganização, o desrespeito às leis e a impunidade; a sensação é de que nada é previsível e o cidadão não tem direitos aqui. Após a chegada e a constatação de que a cidade onde moraria era “pequena demais”, muito diferente de sua cidade de origem, a decepção foi perceber que não conseguiria exercer tão facilmente sua profissão. Ele vendera tudo o que possuía no seu país, vindo morar na terra de sua esposa – que conheceu lá e com quem conviveu por vários anos antes de emigrar. Assim, seu conhecimento sobre o Brasil não era pequeno, visto que, além de ser o local de origem de sua esposa, ele mesmo, quando em férias, já havia visitado o país muitas vezes.

Por que, então, essa pessoa sente tanta estranheza em relação a um lugar de certa forma conhecido? O que o impede de voltar para sua pátria? Por que ele não se sente entendido ao falar português se conhece bem a língua? Por que tem tanta dificuldade em se apropriar do idioma para poder falar de si mesmo?

Uma sequência de fatos difíceis – que incluíram um assalto a sua casa, no qual sua família foi “amordaçada”⁵⁵⁷ – foram definidos por ele como semelhantes ao acontecido no filme *Perfect storm* (EUA, 2007), traduzido, no Brasil, por *Mar em fúria*. A sutileza da ironia do nome em inglês a que ele se refere perde-se na tradução para o português.⁵⁵⁸

No enredo do filme, uma sequência de fatos terríveis justifica o que vai acontecendo: aparentemente, os pescadores não têm escolha, precisam se aventurar e pescar mesmo em péssimas condições, já que estavam em situação financeira precária e também poderiam perder seus empregos. Há conhecimento dos fatores climáticos recebidos por rádio, mas eles não podem ser totalmente avaliados pelos pescadores, já que fazem parte de uma série de condições que tornam a tempestade “perfeita”. Esse adjetivo é usado no sentido de que aquilo não deveria acontecer como fenômeno natural, mas vai de fato ocorrendo, ou seja, não é um único fator que torna a situação tão difícil e incontrolável, mas tudo o que acontece. O nome “tempestade perfeita” confere um tom irônico e cruel à situação de os personagens terem conseguido o que desejavam, uma excelente pesca, à custa de um preço tão alto como a própria vida.

O que fica claro no filme é que havia o propósito de obter sucesso, já que a situação era precária. Aos poucos, os pescadores vão tendo consciência de que estar ali poderia significar um risco muito grande e decidem regressar, mas fazem uma escolha: não voltariam fracassados do mar: prefeririam correr o risco de perder a própria vida e serem reconhecidos por sua coragem.

No caso do Peterson, o que ainda não pode ser escutado por ele mesmo é que os fatos por si só não justificam a sensação de estranheza em relação ao Brasil, que permanece por anos a fio. Há também uma impossibilidade de lidar com a frustração e o insucesso em um país colocado de forma idealizada ao emigrar. Paralelamente, ao constatar as dificuldades, a balança pende para o país de origem, que passa, então, a ser alvo de idealizações, como um lugar onde tudo funciona, um paraíso. A dificuldade com a língua anuncia, assim, uma (im)possibilidade de se separar da origem, assumindo a escolha de emigrar como própria. É necessário um trabalho de elaboração dos fatores subjetivos que intervieram na escolha, para que possa convalidá-la ou, então, retornar ao país de origem.

Outra situação de escolha não urgente foi a vivida por Alessandra, que veio por conta do trabalho do marido. Para essa paciente, a possibilidade de sair do país de origem – inicialmente representada como “ir embora” – torna-se uma chance de diferenciação em relação à família, frente à qual sentia-se exigida, julgada, sem possibilidades de falhar, com a obrigação de ser bem-sucedida. Ela não se sentia livre para falar sobre o que gostaria de fazer, por acreditar que magoaria sua família, e foi apenas a partir da separação do familiar que se permitiu pensar sobre sua diferença.

557 Decidimos colocar a palavra entre aspas não porque o fato não tenha ocorrido de fato, mas porque o amordaçamento é uma situação na qual há um impedimento violento de falar: uma proibição imposta. Acreditamos, assim, que esta situação foi paradigmática de sua queixa e dificuldade com a língua.

558 Resumidamente, o filme conta o drama de um grupo de pescadores que vivenciam uma tempestade terrível em alto-mar, devido a uma conjunção de fatores climáticos que potencializam o seu efeito. A tentativa do grupo era reverter uma longa temporada de escassez na pesca, o que os levou a ver seus empregos de pescadores ameaçados. Assim, eles resolvem se arriscar e ir a um local distante onde os peixes não faltavam. Apesar dos vários avisos de catástrofe climática recebidos, eles não desistem de continuar na zona de perigo e abarrotam os depósitos do barco com peixes. Contudo, vários problemas acontecem, e eles não conseguem voltar com a pescaria para terra firme. O barco acaba afundando, e eles morrem.

Segundo seu relato, na terra natal teria de seguir uma tradição familiar e trabalhar junto à família, situação já questionada por ela e que lhe trazia conflitos. Ao “ter” de sair do país, a escolha acerca do que fazer com sua vida ampliou-se. Inicialmente, fora de casa, mas ainda não no Brasil, os conflitos entre o casal se acentuaram, devido à possibilidade de, a cada dois anos, terem de mudar de país; isso a angustia e a faz repensar sobre o sentido do familiar e do próprio sentido. Se, inicialmente, a eleição de estar no estrangeiro a paralisa – por não saber como falar e o que fazer –, aos poucos produz movimento e vai estabelecendo laços de pertencimento no país de imigração. Dessa forma, paradoxalmente, sente-se aliviada por ser estrangeira.

A questão da língua apresenta-se, então, como um desafio. O “poder errar” ganha uma nova dimensão, que passa pelo fato de não ser nativa e não conhecer o idioma. O “não saber” torna-se uma desculpa aceitável, visto que aqui não se sente julgada: seus erros são compreensíveis e justificáveis. Não falar bem não a inibe, ao contrário, lança-a na experimentação; pensa que, talvez, fosse bom errar, não ter sucesso. Sua tentativa é sair das comparações: aqui não poderia ser comparada aos brasileiros porque é estrangeira.

Para Alessandra, portanto, a imigração, que no começo foi difícil e dolorosa, lhe possibilitou uma ressignificação de seus conflitos com a família de origem e de sua diferença. A partir da possibilidade de falar outra língua de forma imperfeita, questionou a perfeição imaginária que significava para ela estar em sua família, em sua pátria. Estar no Brasil passou, assim, a ser uma eleição, não como oposição frente a ficar no país de origem e ao materno, mas como posição discordante perante a possibilidade de morar em outros países, deslocando-se constantemente – o que lhe dificultaria o trabalho e o estabelecimento de laços afetivos. Assim, escolhe permanecer. Dessa forma, sua residência no estrangeiro não se resumiu à situação de esposa-acompanhante, mas representou uma escolha: a possibilidade de estabelecimento de laços de sua atual família – que inclui uma filhinha – no Brasil.

Discussão

Os casos clínicos apresentados possuem diferenças marcantes em relação aos motivos e às condições de imigração, elementos que não serão alvo desta discussão. A análise da questão do refugiado e do exilado implica considerar elementos sociais, políticos, econômicos e históricos que não seriam possíveis de abordar neste artigo. Assim, apesar e por conta dessas diferenças, tentaremos estabelecer relações entre os pacientes sob a ótica das vicissitudes que o imigrante enfrenta, na tentativa de estabelecer laços de pertencimento na nova cultura, especialmente no que diz respeito à (im)possibilidade de falar a língua estrangeira. Os dois primeiros casos têm a característica do traumático, ao se tratar da temática do exílio e do refúgio, condição que ocasiona efeitos de difícil elaboração e pode provocar uma recusa em falar sobre a condição da emigração; os outros dois apresentam, como característica manifesta, questões ligadas ao desejo de mudanças econômicas, profissionais e pessoais, que podem propiciar o falar sobre a migração a partir de uma suposta escolha. Todavia, há uma questão que os aproxima, a saber: a relação mantida com o idioma estrangeiro como (im)possibilitador do estabelecimento de laços de pertencimento.

Partindo do pressuposto de que a travessia entre a língua de origem (materna) e a estrangeira (paterna) implica a reedição das vicissitudes edipianas, procuraremos anali-

sar os efeitos dessa passagem vislumbrada nos limites e (im)possibilidades em relação às questões constitutivas e identitárias dos primórdios do psiquismo.

Para tanto, apoiaremos-nos nas premissas de alguns autores como Kaës, Melman, Rosa, Carignato e Berta, Koltai e Castanho,⁵⁵⁹ que trabalham com as relações entre as diferenças culturais e as questões identitárias.

Kaës, em sua obra *Différence culturelle et souffrances de l'identité*,⁵⁶⁰ considera que as diferenças culturais são tão relevantes na constituição subjetiva, como as diferenças sexuais e geracionais foram, para a Psicanálise, no estabelecimento de seu arcabouço teórico. Eleva, assim, a diferença cultural ao estatuto de diferença do terceiro tipo.

Cultura é aqui entendida em seu sentido amplo, ou seja, como elemento central do processo civilizatório humano, principalmente na construção de sistemas de representação compartilhados. Kaës aponta que a cultura em nível interno, ou seja, subjetivamente, se dá por meio de representações simbólicas organizadoras dos processos de transmissão e de formação, que conferem sentidos e identidade. “Ela [a cultura] comporta necessariamente um dispositivo daquilo que não é ele, daquilo que lhe é estrangeiro, ou daquilo que lhe é atribuído”.⁵⁶¹

Considera, portanto, a convivência com outra cultura como passível de proporcionar sofrimento subjetivo ao estrangeiro em relação a sua identidade original. Aqui, o autor faz uma análise dos motivos do processo imigratório, que resultam em dois principais efeitos, levando a um trabalho de conhecimento da cultura do outro, para importar seus benefícios, e, também, ao contrário, a uma vontade de destruição dessa cultura por considerar-se superior e pelo medo de ser invadido e contaminado pela “barbárie” do outro. No primeiro caso, podemos pensar na atração pelo exótico (o estrangeiro não familiar), um dos motivos, por exemplo, das explorações, viagens e invasões. No segundo aspecto, Kaës aponta para um processo de “mal-estar na cultura”, cujos sintomas têm relação com a (im)possibilidade de reconhecimento da alteridade. Nesse caso, como sintomas sociais, poderíamos incluir a discriminação de minorias, os genocídios, as perseguições político-religiosas, a violência sexual, as intolerâncias étnico-raciais, etc. Em outras palavras, um repúdio à *estrangeiridade* do outro diferente.

A alteridade não é entendida, aqui, apenas como *não eu*, isto é, relacionada à diferença entre a mãe e o bebê e à separação entre ambos, o que inclui a diferenciação posterior de sexos e gerações. O conceito de alteridade inclui a diferença do *não nós*, ou seja, há uma alargamento da diferença vivida a partir da saída do grupo familiar e da convivência com grupos não familiares. Nesse sentido, o sujeito vive uma experiência de diferença cultural em direção ao não familiar, ao *estrangeiro*. No caso da diferença de línguas, a diferença cultural será vivenciada de forma mais radical ainda, como no caso

559 KAËS, R. et al. *Différence culturelle et souffrances de l'identité*. France: Dunot Editeur, 1998; MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992; Melman, C. A função paterna. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa). *Imigração e fundações*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2000. p.119-132; ROSA, M. D.; CARIGNATO, T. T.; BERTA, S. L. Metáforas do deslocamento: imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo. In: COSTA, A.; RINALDI, D. *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, Uerj, Instituto de Psicologia, 2007. p.371-387; KOLTAI, C. A língua exilada. In: COSTA, A.; RINALDI, D. *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, Uerj, Instituto de Psicologia, 2007. p. 361-369; Koltai, C. *De uma língua a outra por meio das migrações*; CASTANHO, P. de C. G. *Entre línguas e afetos: uma investigação psicanalítica da língua em grupos multilíngues*.

560 Livro ainda não traduzido para o português. No entanto os conceitos desenvolvidos por Kaës, principalmente em relação ao sujeito grupal, são amplamente conhecidos no Brasil, por dois livros fundamentais: *O grupo e o sujeito do grupo* (1993) e *Um singular plural* (2007).

561 KAËS, R. et al. *Différence culturelle et souffrances de l'identité*, p. 1. A tradução desta e das demais citações de obras em língua estrangeira são livres.

dos pacientes já citados. Kaës⁵⁶² sustenta a “hipótese [de] que a terceira diferença [refere-se aqui à diferença cultural] (...) se presta à metáforização das duas outras (humano/não humano e sexo/geração) porque ela é infiltrada pelos fantasmas que introduzem as duas primeiras na realidade psíquica”.

A paciente Michelle apresenta, como dissemos, uma confusão entre as diferentes línguas e uma sensação de que não consegue falar e entender português. A situação dramática vivida no país de origem ainda está muito presente, assim a repetição da experiência traumática inunda seu pensamento, sem possibilidade de elaboração. Talvez, por isso mesmo, por imaginar ser impossível traduzir o medo que viveu, sinta que ninguém a entende.

Consideramos que a dificuldade com o português coloca em cena a estranheza do que viveu no país de origem. Nesse sentido, poder falar sobre sua experiência será necessário, para que questões relacionadas ao estranho-familiar possam surgir. Estamos nos referindo à necessidade que teve de sair do seu país e se distanciar de sua família, o que a leva a um sentimento de culpa e amplia a estranheza que sente em contato com o estrangeiro. Portanto, o processo migratório reedita situações estruturantes na vida de um sujeito que fazem parte do processo civilizatório da humanidade.

Freud, em *Totem e tabu*,⁵⁶³ aponta-nos a obrigatoriedade de sair do familiar e ingressar na cultura do outro como parte do processo civilizatório da humanidade, indicando a necessidade de sair do grupo endogâmico em busca de relações fora deste, como condição de ingresso na cultura, o que inclui o abandono do familiar, do incestuoso. Simbolicamente, poderíamos falar que sair do endogâmico em direção ao exogâmico significa a passagem da *cultura incestuosa* para uma *cultura estrangeira*. Ou seja, é um estrangeiro, um grupo alter quem funda o psiquismo.⁵⁶⁴

Nesse sentido, podemos inferir que Michelle, de alguma forma, ao se confrontar com a língua estrangeira, repensa a relação mantida com sua família de origem.

Samanta é outra paciente que apresenta dificuldades na elaboração do vivido na imigração. O seu sintoma repete o trauma do exílio dos pais, que não cessa de encenar. Ela mantém uma relação muito tumultuada com a família de origem que representa seu drama: não consegue conviver com os pais, pois brigam intensamente, tampouco consegue se afastar deles porque fica confusa, insegura e deprimida.

Dessa forma, há um deslocamento constante de moradia e de tipo de relação: ora próxima demais à família, ora um afastamento radical que a angustia. Seu movimento encena a disjuntiva de colocar-se entre o familiar e o estranho. É o que vemos, de certa maneira, neste trecho da carta de um exilado:

Soy – ¡vaya me asusta el verbo! – una parte, una provincia, de este país mental que tanto me moviliza emocionalmente. Como explicarles esta disyuntiva, quizá esta contradicción, donde la conciencia no debilita el deseo y la alteridad no imposibilita la integración?⁵⁶⁵

562 Ibid., p. 13.

563 FREUD, S. Totem e tabu. 1. ed., 1913. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b.

564 KAËS, R. et al. *Différence culturelle et souffrances de l'identité*, p. 39.

565 Sou - e como me assusta este verbo! - uma parte, um estado, deste país mental que tanto me mobiliza emocionalmente. Como lhes explicar esta disjuntiva, talvez esta contradição, em que a consciência não enfraquece o desejo e a alteridade não impossibilita a integração? (GRINBERG, L. Y. R. *Psicoanálisis de la inmigración y del exilio*. Madri: Alianza Editorial, 1984. p. 261).

Ela parece encenar o afastamento brusco de seus pais quando ficaram presos no país de origem, onde o desamparo inundou o vivido por ela tão precocemente. Essa situação a fez ficar ligada demais a seus pais desde pequena, de forma a se sentir estranha e chorosa, por exemplo, na escola, sem a presença deles: o medo de perdê-los a qualquer momento não a permitia separar-se.

Si se accede a la condición de sujeto mediante la pérdida irremediable del objeto primordial y primero; si toda experiencia se ordena y se organiza a través de esa pérdida – según el modelo freudiano de castración simbólica – ¿qué sucede cuando la realidad actúa de manera inmediata sobre nuestra vivencia, reiterando y actualizando esa pérdida original fundadora de la condición humana?⁵⁶⁶

Assim, ao mesmo tempo, aponta para uma tentativa desesperada de separação desses pais, dessa língua, desse país de origem, para poder viver e tomar posse de sua vida em outro lugar, com outra língua, constituindo sua própria família. Samanta, contudo, não encontra saída: a separação está no registro do traumático, e separar-se pode significar a morte. Como não consegue simbolizar seu drama e elaborar essa separação necessária, não é possível estabelecer diferenças entre a que viveu na primeira infância de forma dramática e a atual e necessária separação. Assim, o deslocamento prevalece, num movimento incessante no qual faltam palavras. Autorizar-se a falar a língua estrangeira (paterna), significaria poder contar sua história a partir de um relato próprio, diferente do familiar (da língua materna), que reconheça os efeitos da sua imigração, fruto do exílio dos pais.

No caso do paciente Peterson, analisaremos sua dificuldade em falar e entender o português como uma afirmação sintomática de sua identidade como estrangeiro, na qual o medo e a angústia de não se reconhecer ou ser reconhecido socialmente em relação a sua origem são intensos. Ele parece não acreditar que sua filiação esteja garantida mais além da língua que o fundou subjetivamente, o que justamente foi alcançado pela intrusão paterna, delimitando lugares e posições no cenário de filiação. Acreditamos que o fato de ele próprio ter se tornado pai tenha exacerbado essa questão da paternidade-filiação, reeditando questões edipianas.

Aferrado à imagem de um “berço perfeito”, isto é, de um país que funciona perfeitamente e onde há sucesso profissional e econômico, a língua (materna) é mantida em um lugar idealizado, ao considerar que supostamente não se depararia com barreiras, limites e impedimentos, representando, assim, a perfeição, a completude, a única língua capaz de dizer, de falar em nome próprio. Do outro lado, o país estrangeiro e a língua como representante desse país oferecem uma “perfeita tempestade”, uma negatividade e uma totalidade que o colocam fora do social. O problema está nessas totalizações da língua materna e da língua estrangeira, que não permitem interlocuções e interferências entre ambas. Apesar do que é dito pelo paciente em relação a sua dificuldade em falar e entender o português, há uma tentativa de sair desse lugar do (im)perfeito, revelada tanto por procurar atendimento clínico, como por não se recusar totalmente a falar português, o que vislumbra uma tentativa de movimento.

566 Se acendemos à condição de sujeito por meio da perda irreparável do objeto primordial e primeiro; se toda experiência se ordena e organiza através dessa perda - segundo o modelo freudiano de castração simbólica - o que acontece quando a realidade age de maneira imediata sobre nossa vivência, reiterando e atualizando essa perda original fundadora da condição humana? (VIÑAR, M.; VIÑAR, M. La experiencia del exilio. In: _____. *Fracturas de memoria: crónicas para una memoria por venir*. Uruguay: Ediciones Trilce, 1993, p. 88).

Podemos refletir a partir da concepção de identidade como construção imaginária de uma representação social que mascara a presença do Outro em si mesmo e avaliza sua pertinência no mundo humano. Dessa forma, a identidade surge como sintoma, defesa contra a angústia de não poder saber sobre si, a não ser a partir da imagem, tomada em si mesma como metáfora congelada em um único sentido sem, no entanto, perder sua propriedade de ser mensagem.⁵⁶⁷

As questões associadas ao sofrimento identitário no imigrante relacionam-se não apenas a questões subjetivas, mas ao coletivo, isto é, identidade⁵⁶⁸ é uma montagem de um ato singular no coletivo: o estrangeiro, então, precisará reconstruir sua identidade em relação a ele mesmo e a um grupo. Aqui, o que se exige é um trabalho de metabolização das diferenças, de forma a poder nomeá-las e representá-las (simbolização). O estrangeiro precisará confrontar sua origem com a alteridade. A língua proporcionará ou não a possibilidade de nomeação dessas diferenças.

Considerar a língua estrangeira como língua paterna e fazer uso dela significa, por um lado, reconhecer os impedimentos e limites ofertados pela língua materna (separação e castração) e, por outro, vislumbrar, na nova língua, as possibilidades de abertura, troca, reinvenção da própria diferença subjetiva (permissão), a partir da entrada na nova cultura e língua. No caso de Peterson, a língua estrangeira parece ser considerada por ele somente como limite, imposição e impedimento.

Para Alessandra, a vinda ao Brasil é vista, aos poucos, como possibilidade de mudança de posição subjetiva, assim, a língua estrangeira entra como tentativa de estabelecer laços com pessoas locais, fixar-se no país e trabalhar. Mais do que isso, embora não haja uma recusa em falar a língua materna, Alessandra associa sua história no país de origem e as relações mantidas na família como um lugar de certa alienação. O que ela escutava via discurso familiar era uma dificuldade em aceitar diferenças. O pai, muito próximo dela, não sublinhava essa premissa, tampouco era visto por ela como alguém que sustentava sua diferença, apesar de ser o único homem de uma casa de várias mulheres.

É assim que, naquilo que é transmitido, no discurso, na linguagem que estrutura nosso inconsciente, estão os significantes daqueles que nos precederam e constituem a memória daquilo que não foi vivido por nós.⁵⁶⁹

Alessandra aceita a possibilidade de falar uma língua que “falha”, na qual terá erros, mas que implica sua diferença como estrangeira. É nesse sentido que se aproxima da língua estrangeira (paterna), ressignificando sua posição subjetiva em relação à família de origem e à que construiu com seu marido e filha. As vicissitudes são enfrentadas, assim, como uma possibilidade, um desafio que quer correr.

A figura do estrangeiro – e mais ainda a do imigrante – não surge como metafórica, análoga à da histórica. As migrações parecem produzir uma espécie de histeria ‘experimental’. Em outras palavras, aquele que é levado a ter que viver em uma comuni-

567 ROSA, M. D.; CARIGNATO, T. T.; BERTA, S. L. Metáforas do deslocamento: imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo, p. 374.

568 KAËS, R. et al. *Différence culturelle et souffrances de l'identité*.

569 KOLTAL, C. A língua exilada, p. 367.

dade que não é a sua de origem encontra-se na posição de quem não pode autorizar a sua palavra desde o Pai da cultura que ele habita. Se concordarmos em definir a estrutura histórica como uma certa paixão de ser outro, diferente e uma paixão que leva o sujeito a se afastar da própria filiação, eis que o migrante se torna histérico por razões históricas ou sociais. Ser diferente, outro, pode levar a tentar esquecer a própria especificidade e seduzir a nova cultura. É o sonho – ou talvez a caricatura – da integração.⁵⁷⁰

Como citado, Alessandra consegue autorizar a possibilidade de ser “outra” diferente, mas pertencente também, através da filiação, a sua família de origem. Assim, nas viagens à pátria, vai deixando o lugar de “estranha”, palavra usada pela família de forma pejorativa, para fazer parte justamente a partir de sua diferença.

O que ela (a viagem) nos faz mais profundamente compreender é que, o ‘outro’, só o alcançamos em nós mesmos, que o ‘estranho’ – quando não é absoluta exterioridade e não-sentido – está prefigurado no sentido aberto do nosso próprio mundo, inscrito no fluxo e no movimento de sua temporalidade. Compreendemos por ela que o ‘estrangeiro’ está sempre já delineado – latente e invisível – nas brechas de nossa identidade, na trilha aberta de nossa própria indeterminação. Não podemos apanhá-lo fora, só o tocamos dentro (de nós mesmos, pagando o preço de nossa própria transformação).⁵⁷¹

Palavras finais

Para finalizar, gostaríamos de afirmar a dupla posição de impedimento e possibilidades que opera a função paterna em relação à travessia da língua materna à língua estrangeira.

Segundo Melman,⁵⁷² apoiado nas construções lacanianas a partir do Édipo freudiano, a função paterna vem “interditar o gozo que seria desejado”. Ou seja, ela encarna o próprio estrangeiro no sentido da entrada de outro diferente na relação dual mãe e bebê, que irrompe introduzindo certo estranhamento, atravessando a língua materna. No caso do imigrante, ele precisará deixar a facilidade e familiaridade de falar sua língua original, para aceder a outro registro, pautado na estranheza e na dificuldade da língua estrangeira.

Lacan fala de três tipos de registro psíquico:⁵⁷³ imaginário, real e simbólico. Sendo assim, é possível também pensar em três representações de função paterna. A representação à qual nos referimos em relação à língua estrangeira pode atravessar esses três registros, como vimos, nos pacientes relatados em sua relação com a língua materna e com a estrangeira, que denominamos de paterna.

570 CALLIGARIS, C. Apresentação. In: MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 10.

571 CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo), p. 360.

572 Melman, C. A função paterna, p. 119.

573 As categorias real, imaginário e simbólico foram criadas por J. Lacan como registros psíquicos. Vejamos cada uma: (1) Real: aquilo que escapa à representação; a simbolização, o impossível de dizer. (2) Imaginário: registro especular, dual, ligado à imagem, enganoso, simétrico. (3) Simbólico: o representante da linguagem, da cultura e da lei.

O sujeito que emigra se situa como Outro⁵⁷⁴ relativamente à sua própria filiação, e como Outro vai se encontrar situado relativamente à filiação que demanda ao país onde vai se instalar, com todos os problemas que daí decorrerão. E evidentemente, este novo pai vai, de uma certa forma, interpelá-lo como um pai real, um pai que ainda não é o seu pai simbólico, que ainda não o reconhece como filho, com a consequência de que vai, por um lado, rezear que este novo pai lhe cobre um preço real exorbitante para aceitá-lo como filho e, por outro, demandar a este novo pai que satisfaça uma frustração, na verdade impossível de ser satisfeita por ser a expressão imaginária da perda e do recalque relativos à saída imigratória.⁵⁷⁵

O que se espera da função paterna é que possa operar na passagem, na ponte para o simbólico. Assim, a função paterna opera simbolicamente quando estabelece um pacto subjetivo que signifique para o sujeito aceitar perdas. O imigrante perde algo quando emigra: a (im)possibilidade de ser entendido e de falar sua língua materna no país estrangeiro. Existem também outras perdas e lutos a serem elaborados.

Perder significa, inicialmente, para o imigrante, reconhecer que falava uma língua compartilhada diferente da atual: a língua do país de origem (materna), representante de uma filiação, língua que não é perdida totalmente, mas que precisa ser recalçada em parte. Mas também precisa reconhecer o que ganha: a adoção de um outro país, de uma língua estrangeira (paterna) que coloca para o imigrante a possibilidade de novas insígnias, novas organizações subjetivas, novos laços sociais, novas línguas, novas regras. Função paterna que significa travessia, atravessamento de fronteiras por meio de pontes construídas no ir e vir da subjetividade de um imigrante, pontes que reconhecem os limites de cada função (materna e paterna) e de cada língua (de origem e estrangeira), mas que podem oferecer a possibilidade de olhar para esses limites e fronteiras a partir de dois lugares, o de cá e o de lá, tendo que suportar, contudo, certa estranheza de pertencer e não pertencer, de escolher e não escolher, de falar e não falar.

O que é, para o imigrante, o Pai da nova comunidade? Ainda não é, e talvez nunca chegue a ser, um pai simbólico, em nome de quem poderia falar. E isso simplesmente porque o migrante é estrangeiro. Trata-se do Pai de um outro clã, de um outro totem, para quem o migrante pede filiação. Inevitavelmente, as exigências do novo Pai são cobranças reais. Resta ao imigrante a escolha entre aceitar seu domínio ou lhe opor o Pai de sua própria filiação de origem. É esta uma escolha que não se resolve de uma vez por todas⁵⁷⁶

Referências

- CALLIGARIS, C. Apresentação. In: MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992. p. 9-13
- CARDOSO, S. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, A. *et al. O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 347-360

574 Este Outro escrito com maiúscula significa, em termos lacanianos, a linguagem, a cultura, a lei, diferente, portanto, do outro escrito com minúscula que representa o semelhante. Esclarecimento nosso.

575 Melman, C. A função paterna, p. 75.

576 MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*, p. 10-11.

- CASTANHO, P. de C. G. *Entre línguas e afetos: uma investigação psicanalítica da língua em grupos multilíngues*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- FREUD, S. Casos clínicos - Miss Lucy R. 1. ed., 1895. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.
- _____. Totem e tabu. 1. ed., 1913. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976b.
- _____. (1925). Uma nota sobre o bloco mágico. 1. ed., 1925. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976c.
- GRINBERG, L. Y. R. *Psicoanálisis de la inmigración y del exilio*. Madri: Alianza Editorial, 1984.
- KAËS, R. et al. *Différence culturelle et souffrances de l'identité*. France: Dunot Editeur, 1998.
- KOLTAI, C. A língua exilada. In: COSTA, A.; RINALDI, D. *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, Uerj, Instituto de Psicologia, 2007. p.361-369
- _____. *De uma língua a outra por meio das migrações*. São Paulo, 2011. Conferência proferida no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP).
- MELMAN, C. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta, 1992.
- _____. A função paterna. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Appoa). *Imigração e fundações*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2000. p.119-132
- ROSA, M. D.; CARIGNATO, T. T.; BERTA, S. L. Metáforas do deslocamento: imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo. In: COSTA, A.; RINALDI, D. *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, Uerj, Instituto de Psicologia, 2007. p. 371-387
- VIÑAR, M.; VIÑAR, M. La experiencia del exilio. In: _____. *Fracturas de memoria: crónicas para una memoria por venir*. Uruguay: Ediciones Trilce, 1993. p. 87-92.

Pathos e errância na clínica psicopatológica

Ademir Pacelli Ferreira^{577*}

Pâmela Mizurini^{578**}

Introdução

A partir de questões surgidas na experiência da clínica psicopatológica com migrantes, foram escolhidos alguns casos para indicar deslocamentos resultantes de transtornos psíquicos. Constata-se que os estudos que versam sobre as consequências e vicissitudes no processo subjetivo daquele que vive a experiência migratória são mais frequentes. Mas a presença na clínica chamou a atenção para as condições subjetivas que precipitam deslocamentos constantes. Portanto, vamos ilustrar e estabelecer derivações para o estudo do sujeito migrante a partir destas *migrações* ou *viagens patológicas*. Partimos da ideia de que o mal-estar, o *pathos*, a paixão, a angústia ou o sofrimento podem paralisar, mas tendem a fazer mover. Das ilustrações, escolhemos uma situação em que articulamos a errância com a construção mitomaniaca e três com as ideias paranoicas. Situações estas que indicam o desespero de suportar um lugar para o eu e de sustentar o eu na relação com o outro neste mal-estar do lugar. Indicam-se, também, propostas terapêuticas que possam contribuir para a clínica destes sujeitos na assistência em saúde mental.

Em seminário do Niem e no Congresso de Psicopatologia Fundamental, Marco Baptista,⁵⁷⁹ psiquiatra e psicanalista da FCM/Uerj, apresentou trabalho sobre a sua experiência na França com a chamada *migração* ou *viagem patológica*. Qualificativo que surgiu ainda no século XIX para identificar os tipos de deslocamentos resultantes de ideias delirantes ou de outras vivências psicóticas. Nessa apresentação o autor descreveu o trabalho de acompanhamento de alguns dos migrantes que o governo francês reenvia para os seus países de origem. O psiquiatra responsável pelo atendimento do sujeito o acompanha na viagem de retorno para o seu país.

Entre os *trecheiros*, vagantes, errabundos das ruas e das estradas, encontramos pessoas bastante excêntricas, delirantes e com pensamento fragmentado. O cineasta Herzog percorria longos quilômetros da Alemanha à França para purgar a angústia. Muitas vezes saímos para caminhar para *refrescar* as ideias. Portanto, partimos da ideia de que

577 * Professor Associado e Pró-cientista do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Doutor em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e pós-doutorado no Laboratório de Psicopatologia Fundamental da PUC-SP. Autor do livro *O Migrante na Rede do Outro*. Rio de Janeiro, Tê Cora, 1999 e de várias publicações sobre psicopatologia, psicanálise e clínica com migrantes e Saúde Mental.

578 ** Extensão universitária em Psicologia nas Organizações - Prática em Gestão de Pessoas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

579 BAPTISTA, Marcos. *A noção da viagem patológica*. Rio de Janeiro, 2006. Texto apresentado no II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.

o mal-estar, o *pathos*, a paixão, a angústia ou o sofrimento, podem paralisar, mas tendem a fazer mover.

Portanto, a partir da clínica, vamos descrever alguns casos e perguntar o que podemos derivar dessas experiências singulares para o estudo da experiência humana da migração. Até que ponto a migração pode ser curativa para aqueles que estejam sofrendo? Diz-se que o *pathos porta em si mesmo a possibilidade de um ensinamento interno, mas na condição de que (este) seja ouvido por alguém podendo então ser transformado em experiência*.⁵⁸⁰ Esse tem sido o foco de nosso trabalho nas instituições psiquiátricas com esses sujeitos. Além da fala, da linguagem verbal, lançamos mão também de outros recursos não verbais tais como atividades criativas, grupais, culturais e dramáticas. Das observações da clínica, vamos destacar quatro situações.

Mitomania ou o desespero de um lugar para o eu

A primeira, que denominamos de *mitomania ou o desespero de um lugar para o eu*, não se caracteriza como um típico tratamento, até porque Marli não veio diretamente pedir tratamento. Ela veio com a justificativa de buscar algum curso de capacitação em terapia ocupacional para psiquiatrizados. Tomou conhecimento da implantação de um setor de atividades que realizei num sanatório em Goiás na década de 1970 e veio com essa busca de preparo técnico para a área.

Mas a sua história chamou logo a atenção por parecer uma ficção. Ela teria nascido no Nordeste e levada ainda bebê para o Sul, onde teria sido criada num orfanato religioso. Depois de adulta, teria sido dada em casamento a um alemão-brasileiro, com quem teve um filho. Ele teria morrido num acidente de carro no qual ela e o filho também estavam, mas sobreviveram. Mais tarde, teve outra filha. O leitor pode observar que o condicional repete-se aí várias vezes.

Quando chegou aqui e me procurou, tudo parecia muito confuso. Ela trouxe os filhos e os deixou com uma família na Baixada Fluminense. Não ficou esclarecido como ela encontrou essa família. Estava morando numa casa de estudantes e tinha conseguido um padre para ajudá-la. Queria saltar de paraquedas e tinha outras ideias que me sugeriram impulsos suicidas, já que tinha também se descartado dos filhos. Indiquei um curso para ela, mas antes exigi que assumisse os filhos e arrumasse um trabalho. Com a ajuda do padre, ela teve uma casa, escola para as crianças e um trabalho numa clínica psiquiátrica. Mas a normalidade durou pouco. *A sogra, alemã*, teria descoberto o seu endereço e *a perseguiu para tomar o neto*. O local não servia mais para ela morar, vizinhos *a molestavam, faziam fofoca*, não suportava mais e foi para outra cidade próxima, ainda financiada pelo padre.

Desde o início, me impressionou a sua ficção identitária e logo entendi tratar-se de uma pessoa que tentava construir para si uma narração que resolvesse a sua falta fundamental, a falta de referências paternas e identitárias ou de uma consistência mínima para o seu eu. Ou seja, ela era sem dote e buscava desesperadamente ser adotada. Função que ocupamos para ela e os filhos. Como pude perceber a situação e *não aderi* à sua ficção, acabei por ocupar um lugar de referência por muito tempo. Essa criação de histórias ficcionais para tapar o buraco da falta da própria história e da identidade,

580 BERLINCK. M. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo, Escuta, 2000.

é chamada de *mitomania* e classificada no CID-10 como *transtorno específico de personalidade*.

Sintetizando essa história surpreendente, algum tempo depois, ela mudou-se para uma cidade de Minas, trabalhou num hospício particular, tipo asilar, promovendo grandes mudanças no ambiente, com várias atividades expressivas, recreativas, passeios fora do hospital, mais ou menos o que eu tinha desenvolvido em Goiás. Mas a sua capacidade laborativa e de adaptação durou pouco, pois a falência do lugar ficcional para o eu é previsível. O psiquiatra do hospital reconheceu seus problemas e conseguiu uma aposentadoria para ela.

Logo depois, soube que tinha ido para o estado do Nordeste onde dizia ter nascido, procurou um casal de médicos influentes, trabalhou em clínica psiquiátrica e teve o suporte deles por algum tempo, época em que conseguiu fazer com que seu filho passasse por catatônico. O casal de médicos não tinha percebido a situação, quando me visitaram, esclareci a dinâmica desta *loucura compartilhada*. Ficaram chateados por não terem entendido a dinâmica do trio, o que, a meu ver, fez com que deixassem de apoiá-la.

Naquela cidade ela encontrou um companheiro de destino. Um homem com problemas de alcoolismo, desvalorizado pela própria família, mas um técnico com emprego certo. Marli resolve então adotar crianças sem família. Uma tentativa de reparar a sua própria história.

Quando as coisas não mais se sustentaram, foram para uma cidade do Centro-Oeste. O filho tinha iniciado uma atividade profissional, desgarrou-se do núcleo e não os acompanhou. Nessa cidade, continuou a adoção de crianças. Mais tarde, foram (mãe, marido e filha) para outra capital do Sudeste, onde conseguiram maior estrutura para sua *creche*. Permaneceram vários anos nessa capital, onde sua filha (que chegou com dois anos), já moça, se casou e teve um filho. Passaram-se alguns anos sem contato. No último contato da filha, que me procurou para *entender um pouco de nossa relação (padrinho)*, fico sabendo que estão, há algum tempo, novamente na cidade do Nordeste onde a mãe teria nascido. Como podemos ver, a compulsão à repetição é *cansativa*.

Com esse drama, ilustramos uma situação em que o desespero de sustentar uma ficção de si leva a pessoa ao desfiladeiro da errância, pois essa ficção não pode ser confrontada e, ao desmanchar-se, o sujeito não suporta mais a sua permanência no local, deslocando-se para tentar alocar-se de novo. Mas o alocado é um sem lugar, e o real de tal condição aparece para o sujeito da mitomania de forma nua e crua, ou seja, insuportável.

Podemos dizer com Lambotte,⁵⁸¹ que é como se houvesse aí a *falta de um olhar aprovador que pudesse dar significado* e alguma historicidade *para a (sua) identidade*. *Por isso erra(m) para sempre em busca de seus próprios traços e se esforçam em vão em sustentar as ruínas da derrocada do frágil invólucro de si*. Como se estivessem à procura de sua *própria identidade, quando esta lhe foi roubada por um espelho cego*.

Há, na errância, a *ilusão de poder voltar ao momento do objeto perdido*, uma ânsia que *põe o sujeito em movimento*.⁵⁸² Sem as condições de desenvolver e sustentar laços sociais e identificações mais consistentes, o sujeito desloca-se de um lugar para outro, mas permanece na vivência do sem lugar.⁵⁸³

581 LAMBOTTE, Marie-Claude. *A estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 29.

582 Ibid.

583 ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Letícia. Metáforas do deslocamento: migrantes, imigrantes e refugiados e a condição errante do desejo. In: COSTA, Ana; RINALDI, Doris (Orgs.). *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007, p. 371-387.

Composição familiar paranoica e a peregrinação

Esta situação nos chegou através de Levi,⁵⁸⁴ que veio frequentar o Caps-Uerj. Ele tinha sido internado no Instituto Philippe Pinel depois de ter sido encontrado perambulando desorientado pelas ruas do centro do Rio. A partir dessa internação foi possível localizar o seu pai, que não o via há muitos anos. Sua mãe e o outro irmão também foram localizados na rua pela irmã e também internados em psiquiatria e receberam o diagnóstico de psicose delirante (*transtorno delirante persistente- CID-10*) e de *folie à deux* ou *loucura compartilhada*.

Começou-se então a se construir uma história que se revela uma verdadeira saga errante. Uma série longa de *viagens patológicas* que passaram por vários estados brasileiros e por quase todos os países da América Latina, motivada pela situação delirante persecutória da mãe, cujo controle paranoico entrelaçou os filhos nesta tríade condensada.

Levi, atualmente com 27 anos, foi encontrado na rua, sozinho, porque, numa travessia da avenida Presidente Vargas, desgarrou-se do núcleo triádico e se perdeu. Apresentava-se muito inibido, falando pouco, respondendo minimamente às solicitações dos profissionais. Demonstrava empobrecimento afetivo, social e intelectual, resultante de longa vida de psicose e de privações socioafetivas. Sofreu muitas perdas devido às interrupções de seu desenvolvimento pessoal e social pelos deslocamentos internos e externos constantes, além da longa vida em núcleo psicótico com a mãe e o irmão.

Uma vida dramática desse núcleo familiar transtornado pela loucura e acoplada na tríade, mãe e filhos, cuja proximidade e indiferenciação caracterizam a chamada síndrome *folie à deux* ou *loucura compartilhada*, proposta pelo psiquiatra francês Lasègue no século XIX.⁵⁸⁵ Com o predomínio dos delírios persecutórios da mãe, viveram uma verdadeira saga migratória, uma peregrinação que os levou a vários estados brasileiros e à maioria dos países da América Latina. *Viagens* ou *migrações patológicas* que os envolveram durante anos e que consumiram suas economias, inclusive o apartamento onde moravam no Rio. Restando no final, a vida nas ruas.

O drama

A mãe, Raquel, foi professora universitária e parece ter se aposentado por problemas psiquiátricos. Conta que se apaixonou pelo pai de Levi e logo engravidou. Já tinha um filho de um primeiro relacionamento. A gestação foi tranquila, mas, na saída da maternidade, ela apresentou intensa reação de ciúmes, alegando que o marido e a sua amiga – que seria madrinha de Levi – estavam flertando na sua frente.

Raquel diz que sentia muito ciúmes do marido e brigavam muito por isso, o que levou à separação do casal. Em entrevista atual, o pai de Levi afirma que quis se separar logo no início, devido aos ciúmes doentios de Raquel, mas esta ameaçava se suicidar e matar os filhos.

Quando Levi tinha 1 ano de idade, Raquel o considerava anormal, pois chorava constantemente. Levou-o ao pediatra que não detectou nenhuma alteração ou transtorno.

584 Todos os nomes aqui referidos são fictícios.

585 PEREIRA. Mario E.C. A loucura como fenômeno transindividual: sobre a *folie-à-deux*, segundo Lasègue e Falret. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, n. 4, p. 709-713, 2006.

Levi estudou numa escola pública, onde cursou até a quinta série, e, nessa época, passou a dizer para a sua mãe que sentia medo, não especificando o objeto de seu medo. Na sexta série a mãe o trocou de escola, lá ele concluiu a respectiva série, mas não voltou mais, pois o casal havia se divorciado e ela iniciou o seu périplo de deslocamentos. No início, sua justificativa era de que estava sendo perseguida pelo porteiro do prédio e pelos vizinhos.

Raquel diz que ficou muito incomodada com a separação, pois o pai ia a sua casa buscar os dois filhos e ela acreditava que os porteiros ficavam debochando, assinalando que ela era uma mulher sem marido. Passou a frequentar uma igreja evangélica, levando seus filhos com ela. Alega que rezavam muito, mas foi se sentindo cada vez mais perseguida. Acreditava que todos estavam contra ela.

Quando Levi tinha 12 anos, o pai entrou na justiça para vê-lo com regularidade, com o argumento de que gostaria de acompanhar os meninos, já que Raquel começou a proibir as suas visitas. Durante o julgamento, Raquel afirma que o psicólogo e o juiz falavam mal dela para Levi, deixando-o traumatizado. Nessa audiência ficou determinado o dia da visitação. É nesse momento que Raquel sai do Rio de Janeiro com seus dois filhos, desprovida de dinheiro e documentos.

Segundo a mãe, aos 14 anos Levi chorava muito, regurgitava quando comia, e aos 16 anos teria parado de falar (mutismo).

Peregrinações

Na primeira viagem, foram para o sul de Minas Gerais, onde Levi foi matriculado na sétima série, mas se recusou a frequentar a escola, preferindo permanecer dentro de casa. O irmão já havia terminado o ensino médio. Raquel diz que percebeu uma marca na coluna de Levi, e voltaram para o Rio de Janeiro, residindo em seu apartamento. Novamente, sentindo-se perseguida pelos vizinhos, viajaram para o Uruguai, onde permaneceram por dois meses numa pousada. Raquel e o filho mais velho passavam o dia procurando um apartamento para alugar, enquanto Levi ficava na pousada. Ao final de dois meses, sentindo-se novamente perseguidos, foram para a Argentina, depois para Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia. Depois para o Panamá, Costa Rica e Chile.

No Chile, depois de meses sem falar e diante da televisão, Levi comenta sobre Pinochet. Raquel e Rafael ficam felizes, acreditando na sua melhora (teria rompido o mutismo?). Mais uma perambulação por três países e, na posse do presidente Lula, voltaram para o Rio. Ela tinha rompido relações com a família, pois a irmã e a mãe também haviam entrado na trama persecutória e parece que não quiseram saber mais deles, assim como o ex-marido.

Sem dinheiro, Raquel vende o apartamento, voltam para o Chile e, após dois meses, voltam para o Rio de Janeiro. Levi continuava calado, e o irmão achou que deveriam voltar para o Chile, pois acreditava que Levi queria falar espanhol. Mas circulam por mais três estados brasileiros e novamente voltam para o Rio de Janeiro, onde passaram a morar nas ruas.

Depois do reencontro com o pai, decidiu-se que Levi moraria com ele, pois somente assim seria possível manter o seu tratamento. O pai contratou uma cuidadora para acompanhar Levi e é com ela que ele vai ao Caps.

Apesar da atitude de aparente indiferença, vê-se que ele estabelece algum vínculo com os terapeutas. Com sua técnica de referência, Levi passou a frequentar a oficina de música. Segundo a cuidadora, ele gosta de passar o dia ouvindo músicas e se mostra mais ativo em casa do que no Caps, e também canta as músicas que escuta em sua casa. Coisa que não é observado nas oficinas do Caps.

A sua inserção no Caps tem sido difícil, responde muito pouco as ofertas de aproximação e as atividades e não possui laços fora do Caps. Demonstra ainda certa indiferença em suas relações com o pai e com sua cuidadora. Propomos, em seu programa terapêutico, a tentativa de aproximação por meio do acompanhamento individual e, a partir daí, acompanhá-lo nas atividades propostas, principalmente aquelas em que demonstrasse algum esboço de interesse. Um trabalho sensível, que exige cuidado, investimento e tempo de espera.

Desse esforço às vezes surgem respostas de afeto e esboço de relação de amizade. Mas esses esboços de respostas relacionais, quando com estagiários, às vezes são frustrados, já que são passageiros, e o percurso dos frequentadores do Caps é longo. Por causa de seu interesse pelo futebol, houve uma aproximação com o estagiário de psicologia, seu xará, mas com a saída deste, perdeu-se esse início de relação. Perdas que fazem parte da vida e precisam ser compartilhados com a equipe para que seja construído o suporte para as transições e mudanças no dia a dia da convivência no Caps.

Sonho televisivo e deslocamento: das ruas à adoção numa família excêntrica

Passamos então ao terceiro caso. Como Madalena demonstrou alguma reciprocidade à aproximação da estagiária de psicologia, orientou-se que esta se dedicasse mais a ela, já que se mantinha distanciada dos outros *frequentadores* (termo que preferimos, pois *usuário*, utilizado pelo sistema de saúde, parece determinado pela relação de consumo) do Caps e dos técnicos.

Madalena iniciou o seu percurso na psiquiatria em 2004, a partir de sua primeira internação no Centro Psiquiátrico Rio de Janeiro e de seu acompanhamento na UDA de Psiquiatria da Uerj. É natural do interior de Espírito Santo e veio para o Rio de Janeiro com 16 anos de idade. Hoje, com 34 anos, tem um filho de 16 anos chamado Gabriel e ambos moram de favor com Dona Izabel. Afirma que escuta vozes desde criança e que sua mãe lhe dizia que eram parte da sua imaginação, mas que seu pai lhe ajudava a conviver com as vozes. “Meu pai me levava ao médico, mas eu não sabia para que era. Só ia e tomava os remédios, pois meu pai afirmava que eu pararia de ouvir as vozes” (sic).

Madalena teve mais de quatro internações breves no Instituto Municipal Philipe Pinel e no Instituto Municipal Nise da Silveira, entre os 17 e 30 anos. Segundo informação de registros, essas passagens pelas emergências psiquiátricas estariam associadas ao uso de bebida alcoólica e alterações de conduta em via pública. Não comprovamos o uso de bebida alcoólica.

Em 2006, houve a necessidade de outra internação, após a perda de sua filha, com oito meses de gestação. Conta ela, “eu tropecei e caí sentada. Comecei a passar mal e fui internada. Eles tiraram a minha filha de mim. Disseram que ela nasceu morta, mas eu não acredito. Eu escuto o chorinho dela em tudo quanto é lugar. Sei que ela está escondida dentro de um ‘feito’ (palavra ou neologismo que a frequentadora utiliza para

referir-se a lugares escondidos no âmbito hospitalar). Mas sei que eu vou encontrar minha filha". Perguntei a idade que sua filha teria atualmente, e a resposta foi: "ela deve tá com uns quatro anos. Vou encontrar ela e ela vai vir correndo me abraçar, porque ela tá com muita saudade de mim" (sic).

Entre os anos 2006 e 2009, Madalena procurava espontaneamente a equipe do Serviço Social do Udap para ajudá-la a refazer os seus documentos para retornar para o Espírito Santo. Ela tinha sido acompanhada externamente, com visitas domiciliares e apoio nas questões sociais, condições de higiene e de vida no apartamento, escola e documentos do filho, por isso busca o serviço com essa demanda, negando pedido de tratamento.

Nos atendimentos realizados pelo Serviço Social, observou-se o incômodo pela escuta invasiva de vozes, com as quais dialogava durante o atendimento, mas matinha resistência em conversar com médicos e aceitar qualquer cuidado psiquiátrico.

Foi então encaminhada para o Caps Uerj em 2010. Desde então, comparece aos atendimentos com a equipe do Caps, mas sem noção de morbidade. Alega que as vozes só a incomodam em algumas épocas, mas que na maior parte do tempo são seus parentes que estão dentro dela. Tem diagnóstico de esquizofrenia paranoide (CID 10 F20.0) de suas internações anteriores.

A mesma afirma que veio para o Rio de Janeiro, juntamente com algumas amigas, de carona na boleia de um caminhão, aos 16 anos de idade, para conseguir dinheiro e enriquecer. Chegando aqui, teria se prostituído por não possuir meios de se sustentar.

No entanto, pelo seu relato e justificativa de sair de sua terra natal e de sua família, parece ter sido motivada por ideias delirantes, o que suscitou a hipótese de *viagem* ou *migração patológica* para o seu caso. Podemos entender o processo de migração como perpassado por três processos. Primeiramente, o migrante se culpa por abandonar sua terra natal, mas simultaneamente deseja abandoná-la. Em seguida, esse migrante tentará se desprender dos objetos e valores de suas origens para reconstruir sua identidade ameaçada pela imposição ou pelo fascínio do outro. Momento ainda ambíguo entre ser o próprio ou o outro. E, por último, pactua com o outro para que seja possível a convivência no novo lugar de vida, reconhecendo o que é seu e o que é do outro. Portanto, um longo processo de desidentificação, estranheza e reidentificação. Uma passagem em que é observado o aumento de surtos psicóticos.⁵⁸⁶

Segundo Baptista,⁵⁸⁷ *viagem patológica* é quando um indivíduo muitas vezes portador da esquizofrenia paranoide tem sua elucidação por meio de um quadro em que há um deslocamento evidenciado por atividades delirantes. Também há a presença contínua de um caráter persecutório, no qual o portador do transtorno pode manifestar a sensação de ser perseguido, e tentará fugir do que o persegue sempre viajando, cada vez para mais longe do seu ponto de origem, ou sentir a necessidade de perseguir algo.

No caso de Madalena, parece que seu desejo de retornar ao Espírito Santo virou seu principal objetivo. Tudo que a frequentadora faz, sempre remete ao seu retorno ao Espírito Santo.

Madalena tem o costume de pegar objetos diversos no lixo ou na rua e levar para a casa. Também Izabel, sua hospedeira, apresenta o mesmo comportamento. Isso resultou numa casa cheia de detritos e exigiu a intervenção da vigilância sanitária, para a reti-

586 PACELLI FERREIRA, Ademir. *O migrante na rede do outro*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Editora TeCorá, 1999.

587 BAPTISTA, Marcos. *A noção da viagem patológica*.

rada de parte do lixo acumulado. Situação que se torna perigosa para os habitantes da casa e para os vizinhos do prédio. Tal intervenção foi muito traumática, pois os profissionais retiraram o lixo sem perguntá-la o que eram os seus objetos de uso.

Na época destes apontamentos, Madalena apresentava-se bem adaptada ao tratamento medicamentoso, começando a aproximar-se das oficinas, tornando-se mais receptiva, porém, ainda não participa efetivamente das mesmas, pois afirma que *não quer se misturar aos loucos*.

Mas na continuidade do acompanhamento foi observada uma melhora na aparência de Madalena, que passou a chegar ao Caps mais asseada, vestindo-se com roupas mais limpas e com os cabelos penteados. Também observou-se uma melhora surpreendente em sua sociabilidade, até com os técnicos do sexo masculino, dos quais antes evitava se aproximar.

Depois de alguns meses de acompanhamento, ela aceitou a proposta de visita domiciliar. Madalena estava muito feliz em poder receber visitas em seu apartamento, porém nos perguntou se realmente queríamos entrar, pois poderíamos desmaiar devido ao mau cheiro do lixo acumulado. Alegamos que isso não era problema, e, em seguida, ela nos mostrou a sua residência. Observamos que o portão de acesso ao prédio não possui tranca, e a entrada de seu apartamento, que fica no térreo, é a primeira entrada e não possui porta. Ou seja, qualquer um poderia entrar sem dificuldades. Há apenas uma cortina cobrindo a entrada. Ao entrar, sentimos um cheiro muito forte de mofo, também confirmado ao ver o chão e as paredes cobertas pelo mesmo.

Madalena afirmou que já havia retirado muito lixo, mas ainda tinha a presença de muita coisa espalhada por todos os cômodos da casa. O seu quarto estava repleto de garrafas PET e outros objetos, impedindo a abertura da porta, pois todo esse entulho chega a uma altura de mais de um metro e meio. O acesso é pela janela, localizada acima das proporções normais de uma casa. Para entrar no quarto, ela precisava subir em um batente que há na parede da área de serviço e pular para dentro de seu quarto.

Ela nos mostrou que dorme em cima do guarda-roupa e que suspendeu o chão de seu quarto até aquela altura, pois certa noite *acordou com a cama tragando-a para dentro*. Afirmou que foi uma luta horrível e que *a cama a puxava para o seu interior pelos membros* (como vimos anteriormente, há referência ao uso de bebida alcoólica e alteração de conduta, sem que isso fosse constatado. Essas alucinações ou alucinoses relatadas podem indicar episódios de *delirium tremens*, mas seus relatos indicam episódios passageiros, e, parece, que desaparecem espontaneamente).

Ainda há os móveis todos embaixo daquele monte de objetos, dos quais alguns ela ainda não reconhece como lixo, e sim como tendo uma utilidade, tal como as garrafas PET, cuja utilização é para a elevação do piso. Seu filho Gabriel dorme no mesmo quarto que ela, porém, em uma espécie de colchonete que se localiza na outra extremidade do quarto.

A casa não possui energia elétrica, pois devido ao não pagamento da conta, a energia foi cortada, mas possui água, e todas as atividades de higiene são realizadas na área de serviço, desde lavar um copo ou roupas, até tomar banho. Em seguida, ela nos mostrou o quarto de Dona Izabel, que acumulava muitos detritos também. Perguntamos por ela, e Madalena afirmou que Dona Izabel passou mal, começou a gritar que não era para retirar parte do lixo, desmaiou e finalmente foi levada para o hospital. Perguntei a Gabriel se aquilo realmente tinha acontecido, e ele confirmou. Exceto a parte de que

Dona Izabel tenha se oposto à retirada do lixo; ela era diabética, por isso tinha desmaiado. Mas logo em seguida Gabriel afirmou que Dona Izabel às vezes se opunha com muita veemência a retirada de qualquer coisa de dentro do apartamento.

Madalena nos contou que está decidida a retirar todo entulho de sua casa e que uma vizinha afirmou que se ela o fizer, irá mandar reformar o chão e doará alguns móveis para seu apartamento.

Perguntamos a Gabriel sobre sua vida escolar, e ele nos assegurou que está cursando o sexto ano do Ensino Fundamental em uma escola noturna. Pedimos a Madalena que não o retire da escola como anteriormente, o que ela afirma que não fará.

Ao fim da visita domiciliar, Madalena nos levou a um ponto de táxi onde permanecemos uns cinco minutos esperando o táxi. Madalena ficou sentada no banco que existia no ponto. Percebíamos nitidamente a sua felicidade com a nossa visita.

No Caps, foi possível observar a participação efetiva de Madalena numa oficina. Com o encontro com a estagiária e o convite desta, ela aceita participar da oficina de jornal. Desenhou um coração e escreveu uma poesia destinada aos seus filhos (o vivo e a bebê que morreu). Mas no canto esquerdo inferior ela escreveu que é um monstro e que todo mundo tem um lado monstro. A princípio pensou-se em culpa ou julgamento moral, mas ela disse que era *um monstro na cama*, pois uma mulher que possuiu mais de cinco mil namorados só pode ser um monstro na cama. Parecia orgulhar-se de ter tido vários homens. A presença da técnica de referência foi importante, pois desta feita ela permaneceu até o final da atividade.

As circunstâncias que caracterizam o grupo composto por Madalena, o filho e as duas senhoras (filha e mãe, esta já falecida) que os acolheram, acabou desenvolvendo uma condição próxima do que se poderia chamar de *loucura compartilhada* (transtorno psicótico compartilhado – DSM-IV). Uma condição psicopatológica na qual as vivências psicóticas são desenvolvidas e passam a caracterizar os laços e formas de interação do grupo, em que a indiferenciação predomina, não havendo condição de crítica, já que a realidade compartilhada é tecida pelas construções delirantes.

Pré-psicose e deslocamento: Tentativa de salvação na travessia

Neste quarto caso, a jovem foi acompanhada apenas durante a sua internação na instituição psiquiátrica. Shii foi internada depois da visita do psiquiatra a sua casa. Ela encontrava-se há dois anos bastante isolada no leito, recusando qualquer atividade e recusando-se a levantar. Com diagnóstico de processo esquizofrênico, ela foi levada para internação.

Sua história despertou interesse no sentido do uso da migração como tentativa de salvação da psicose por meio do resgate do pai. Na verdade, a repetição de um ato do próprio pai. Seu pai teria também ido para o Japão de forma abrupta, afirmando que ou ele partia ou se matava ou mataria a família.

Temos poucos dados, mas sabemos que esse imigrante japonês, aqui sozinho, acabou casando com a sua empregada doméstica, tendo com ela um casal de filhos. Foi sempre muito fechado e proibia que esposa e filhos saíssem, vivendo encerrado na própria família. Era muito autoritário e, por algumas atitudes persecutórias em relação ao outro, podemos concluir que era paranoico.

Entrando na vida adulta, Shii decide ir também para o Japão. Vários brasileiros estavam indo buscar trabalho, ela dava como justificativa a busca do trabalho, mas também queria encontrar o pai. No Japão, ela conseguiu um trabalho, mas as buscas do pai fracassam. Soube que ele tinha morrido. A partir daí começou a apresentar alteração de comportamento no trabalho e na rua. Tomava pessoas como o pai, ou como o irmão. Passou a apresentar delírios e agitação, sendo então internada e reenviada para o Brasil.

Aqui ela se enclausura em casa e regride em seu comportamento. Sua mãe parece negar o que acontecia com a filha e esperava que ela voltasse a ser a sua *bonequinha japonesa*. A mãe, também migrante que veio do Nordeste, passou muitas privações e isolamento, acabou se submetendo a um casamento muito difícil, mas que deu a ela uma família. O irmão mais velho de Shii apresentava uma atitude parecida com a do pai, assumiu o lugar dele, demonstrando zelo, proteção e limitação do acesso de pessoas à família e à irmã.

Com uma pequena melhora, Shii teve alta da internação e, infelizmente, não foi encaminhada para um acompanhamento intensivo no Caps, como havíamos sugerido. Com o tratamento reduzido ao uso de psicotrópicos, sua tendência será continuar enclausurada em casa com a mãe e irmão, o que acarretará maior deterioração de suas condições psíquicas e socioafetivas.

Considerações finais

Na verdade, nos quatro casos apresentados, podemos observar que é possível caracterizá-los como *loucura compartilhada* ou *folie à deux*. Conceitos que se referem a um delírio que se desenvolve em um indivíduo com estreito relacionamento com outra pessoa (às vezes chamada de "indutor" ou "caso primário"), que tenha algum transtorno psicótico com delírios proeminentes. O indivíduo receptivo que sofre a influência do indutor é descrito por Lasègue e Falret⁵⁸⁸ como apresentando *inteligência fraca, mais disposto à docilidade passiva do que à emancipação*, sendo também mais tímido, mais passivo e com menor autoestima que o doente, e vivendo em uma relação constante, de forma praticamente isolada do restante do mundo, alheio a uma rede de contatos sociais.

Podemos observar que, em alguns casos, a migração poderia ser uma tentativa de saída diante de certos impasses psíquicos. Romper com os laços primários e buscar o reconhecimento no outro, o estranho, pode resultar em desdobramentos subjetivos positivos, mas sem a sustentação da ordenação simbólica, sem os dispositivos psíquicos e egoicos para lidar com o outro, emerge a angústia e a fragmentação do eu.

No caso de Marli, ela foi sempre muito evasiva na reconstrução de sua história. Como afirmamos, ela tentava sustentar algumas ficções de sua origem desconhecida e de sua criação na instituição religiosa, mas nunca deu conta desse tempo de recém-nascida levada para a instituição até o momento que teria saído para casar. Uma história que ela encontrou para si? Com as migrações, ela criou uma existência épica, ao invés de ter-se desmoronado no marasmo.

Para Levi, o amálgama do trio familiar impediu qualquer mediação de um outro. Tiveram muitos prejuízos psíquicos, sociais e materiais. Sem mediação da loucura, sem tra-

588 LASÉGUE, Charles; FALRET, Jules. Folie à deux. 1. ed., 1877. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, n. 4, [informar intervalo de páginas 714-728], 2006.

tamento, sofreu muitos prejuízos em seu desenvolvimento e em sua vida adulta, quando a situação psicótica se agravou muito. No acompanhamento terapêutico, quando se estabelece uma vinculação, um laço afetivo, é possível o início de uma reconstrução de condições de existência, mesmo na excentricidade.

Para Shii, a migração seria uma tentativa de salvar-se da psicose. Mas sucumbiu a ela na travessia. Estar do *outro lado* (Japão), não encontrar o pai, não poder fazer o luto, representou mais um empurrão para a sua catástrofe psíquica. Sem referência identificatória de sustentação, faliu o seu eu, e ela retornou ao laço infantil com a mãe em condição psicótica grave.

Nesses fragmentos da clínica não é possível aprofundar a análise sobre o processo de subjetivação desses sujeitos. Pontuamos elementos de suas histórias, mas a possibilidade de análise é limitada, pois não se tratam de processos psicoterápicos sistemáticos, pois as histórias pessoais e os elementos constitutivos são geralmente muito fragmentados. São acompanhamentos realizados nas aproximações e nas tentativas de estabelecer laços com esses sujeitos.

Madalena, em sua errância pelas ruas, encontrou abrigo, uma outra família, na verdade duas senhoras, mãe e filha, unidas também num elo psicótico. Mas pôde sobreviver e, apesar das recusas, criou algum laço na assistência psiquiátrica. Um lugar que ela busca para ajudá-la a *voltar para casa*. A casa, dos sonhos migrantes do passado, não existe mais. Na verdade, sabemos agora, que a loucura habita toda a família, e lá, ela não poderá receber abrigo para se sustentar subjetiva e objetivamente.

Referências

- BAPTISTA, Marcos. A noção da viagem patológica. Rio de Janeiro, 2006. Texto apresentado no II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, VIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.
- BERLINCK, M. *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.
- LAMBOTTE, Marie-Claude. *A estética da melancolia*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- LASÉGUE, Charles; FALRET, Jules. Folie à deux. 1. ed., 1877. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, n. 4, p. 714-728, 2006.
- PACELLI FERREIRA, Ademir. *O migrante na rede do outro*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Editora TeCorá, 1999.
- MALAJOVICH MUÑOS, Nuria. Do amor à amizade na psicose: contribuições da psicanálise ao campo da saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 13, n. 1, p. 87-101, 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2330/233016519006.pdf>>. Acesso em: jan.2013.
- PEREIRA, Mario E.C. A loucura como fenômeno transindividual: sobre a *folie-à-deux*, segundo Lasègue e Falret. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, n. 4, p. 709-713, 2006.
- ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Letícia. Metáforas do deslocamento: migrantes, imigrantes e refugiados e a condição errante do desejo. In: COSTA, Ana; RINALDI, Doris (Orgs.). *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007, p. 371-387.

4

Migração, estratégias de sobrevivência e trabalho

Maria Catarina Chitolina Zanini ^{589*}

Apresentação

Transitar, narrar, escolher: trajetórias migrantes entre o público e o privado.

Esta mesa teve como foco de reflexão as trajetórias de imigrantes, suas famílias (ou grupos domésticos) e seus coletivos no encontro com as sociedades envolventes e suas representações, estigmas e formas de conceber o “diferente” (especialmente no caso dos ciganos), o estrangeiro ou o deslocado. Analisar esses encontros, em cenários tensos, tem sido um dos desafios dos estudiosos das migrações. Selecionar metodologias, aportes teóricos e analíticos adequados também tem sido desafiador. Nesta mesa foram apresentados artigos que utilizaram fontes de pesquisa diversas, metodologias distintas, aportes teóricos diferenciados e que apontaram para as inúmeras possibilidades interpretativas possíveis de serem utilizadas nos estudos migratórios. Trata-se, com certeza, de um convite para novos desafios de pesquisa.

O artigo de Angela Facundo Navia denominado *Êxodo e narrativas do sofrimento: população deslocada em Bogotá* analisa a situação de famílias deslocadas de áreas de conflito na Colômbia. Nesse artigo as narrativas são valorizadas como fontes e por meio delas se pode conhecer melhor a situação e os argumentos elaborados pela experiência daquelas pessoas que se sentiam *desplazadas*. Como ressaltado pela autora, as narrativas são construídas partindo das relações que constituíam os narradores como sujeitos, as mesmas relações que compunham os limites do seu mundo. Ou seja, de uma gramática do ordinário, como apontado. Mesmo não sendo reconhecidas como *desplazadas*, estabeleciam narrativamente para si um lugar moral em que legitimavam a percepção acerca de sua condição. Essas narrativas, postas em confronto com as narrativas oficiais, estabeleciam para os sujeitos um lugar de legitimidade concedido por eles mesmos enquanto aqueles que experimentaram o “sofrimento” da partida e da chegada. Trata-se, com certeza, de uma situação rica e complexa presente nos processos contemporâneos de deslocamento em que as versões oficiais dialogam e/ou se conflitam com as versões possíveis dos acontecimentos.

No artigo *Migração na fronteira Norte do Brasil: fluxos e novas redes*, de Duval Magalhães Fernandes, Alexandre Magno Diniz e Andressa Virgínia de Faria, observa-se a valorização do uso de fontes oficiais (do Itamaraty e do Ministério do Trabalho e Emprego) por meio das quais se pode vislumbrar o quadro migratório da região. Trata-se de uma migração que tem se intensificado nos últimos anos, marcada pelo cenário de desenvolvimento da economia brasileira, bem como pelas novas configurações inter-

589 * Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP).

nacionais pós-2008. O Brasil pós anos 1980, deixa de ser país de emigração para ir se convertendo em país receptor de imigrantes. Especial destaque no artigo deve ser atribuído aos dados apresentados sobre a migração haitiana para o Brasil, possibilitando que melhor se conheça esta população migrante.

Kimihito Tsumura, Janete da Silva Oliveira e Elisa Massae Sasaki, por meio do artigo *Andorinhas solitárias: As trajetórias de alguns jovens brasileiros entre o Japão e o Brasil*, apresentam o cenário da juventude (migrante e descendente) no contexto migratório de idas e vindas entre mundos tão distintos. Como salientado pelos autores, nesses percursos, a língua se constituiu como um “grande obstáculo para uma melhor compreensão e convivência mútua”.⁵⁹⁰ Transitando entre cenários econômicos, sociais e políticos tão distintos, esses jovens, não tendo acesso ao sistema educacional japonês, findam por entrar no mercado de trabalho menos qualificados. Apresentando os personagens do documentário *Andorinhas solitárias*, de Kimihito Tsumura, o artigo é um convite à reflexão acerca das complexidades culturais (e comunicacionais) envolvidas nos processos migratórios. Afinal, quem se encontra com quem?

No artigo *União Cigana do Brasil: construção de identidade e codificação política na esfera pública*, de autoria de Mirian Alves de Souza, observa-se o quadro conflituoso e estigmatizante experimentado pelos ciganos e seus descendentes no contexto brasileiro. Nele também se observa o processo de organização e de valorização identitária e do grupo por meio do associativismo étnico, na União Cigana do Brasil (UCG), buscando a visibilização de uma “identidade cigana pública”, e na Fundação Santa Sara Kali (FSSK). Para além da generalização muitas vezes presente nas classificações atribuídas aos ciganos, o artigo aponta para a diversidade do grupo e como há, nessa categoria, um forte elemento político. Variando entre a estigmatização e a vitimização, os ciganos, por meio de suas associações e de agentes étnicos, têm pretendido ir além das polarizações e estereotípias. Contudo, mesmo ocupando posições privilegiadas no mercado de trabalho, ainda se percebe o estigma como fator de elaboração identitária no processo interativos em que elementos culturais são omitidos por receio de incompreensões e preconceitos.

No artigo *Uma família colombiana na busca de refúgio: Experiências de viagem, documentos e reconstrução da vida num novo território*, de autoria de Natalia Quiceno Toro se conhece melhor a situação dos refugiados. Categoria histórica recente, observa-se o quanto ainda são pouco conhecidos e compreendidos. Como ressaltado pela autora, sua busca por compreender “os encontros e desencontros com as lógicas de cidadania, do Estado e das políticas públicas migratórias”, possibilita um conhecimento das subjetividades e experiências dos refugiados. Embora os grupos domésticos se façam e desfaçam, os sentimentos de família e de pertencimento os acompanham. Nesse cenário de mudanças, as percepções acerca de cidadania também são postas em destaque.

Os artigos apresentados nesta mesa apontam para a transversalidade nas pesquisas migratórias e o quanto estudos específicos, seja utilizando narrativas, documentos oficiais, documentários visuais, entrevistas ou o convívio podem apontar para a complexidade existente nesses cenários em que diferenças e diferentes se encontram. Tensos, conflituosos, sofridos (como aponta Angela Facundo Navia), os sujeitos que se compõem narrativamente e historicamente por meio da condição de trânsito entre mundos merecem que novos desafios teóricos e metodológicos sejam vencidos.

590 Segundo os autores, “Oficialmente, o número de *kanji* obrigatório (pela mudança de 2010) é de 2.136 ideogramas e 4.388 significados (2.352 japoneses e 2.036 chineses), aprendidos ao longo da idade escolar”.

Andorinhas solitárias: as trajetórias de alguns jovens brasileiros entre o Japão e o Brasil

Kimihito Tsumura^{591*}

Janete da Silva Oliveira^{592**}

Elisa Massae Sasaki^{593***}

Introdução

Após mais de duas décadas de fluxo migratório contemporâneo entre Brasil e Japão, os brasileiros no Japão foram aumentando a sua estadia nesse país. O que inicialmente pretendia-se temporário, com a permanência cada vez maior, vem trazendo novas configurações, assim como os estudos, que antes eram escassos, e hoje encontramos diversas pesquisas sobre essa população migrante, abordando vários aspectos.

Uma das grandes questões atuais refere-se aos filhos de brasileiros que nasceram e ou cresceram no país nipônico para onde os seus pais foram como trabalhadores não qualificados, principalmente nos setores manufatureiros na região central e industrial do Japão.

Até o final dos anos 1990, a vasta maioria dos brasileiros tinha uma perspectiva temporária de permanecer no Japão, isto é, viver nesse país apenas por alguns anos como trabalhador migrante não qualificado para ganhar dinheiro e voltar definitivamente ao Brasil, ainda que tenham ido e vindo diversas vezes. Entretanto, a partir da virada do terceiro milênio, muitos deles passaram a optar em morar permanentemente no Japão, mudando assim o projeto de vida que tinham no início do processo migratório e se acomodando à sociedade hospedeira. Os trabalhadores brasileiros e outros estrangeiros de origem japonesa e suas famílias que vêm se estabelecendo no Japão têm mostrado mudanças em seus planos de vida, à medida que vieram a ser residentes permanentes. Ao mesmo tempo, podemos observar uma leve redução dos descendentes que estão sob as categorias de *status* de permanência no Japão de “Cônjuge ou filhos de japonês/a” e “Cônjuges ou filhos de permanentes”. Em outras palavras, nos primeiros anos do século XXI, os brasileiros permanentes têm aumentado cerca de 10 mil a cada ano, chegando em 2011 a registrar 119.748 brasileiros residentes em caráter permanente no Japão (*Ei-jusha*), representando 57% do total dessa população nesse país.⁵⁹⁴

Na economia japonesa havia uma flutuação da produção à qual os trabalhadores estrangeiros estavam sujeitos, além da grande mobilidade entre um emprego e outro e, conseqüentemente, uma grande mobilidade de fábricas e de cidades; ser uma mão de obra mais barata; junto com a dificuldade de contratação de empregados japoneses. De certo modo, a instabilidade ocupacional que marca a vida de inúmeros trabalhado-

591 * Professor da Faculdade de Estudos de Comunicação Moderna, da Universidade Hamamatsu Gakuin, da cidade de Hamamatsu, província de Shizuoka, Japão.

592 ** Professora Assistente do Setor de Japonês do Departamento de Letras Clássicas e Orientais (Leco), do Instituto de Letras (ILE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutoranda em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestra em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

593 *** Professora Visitante no Setor de Japonês, Leco, ILE, Uerj. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp).

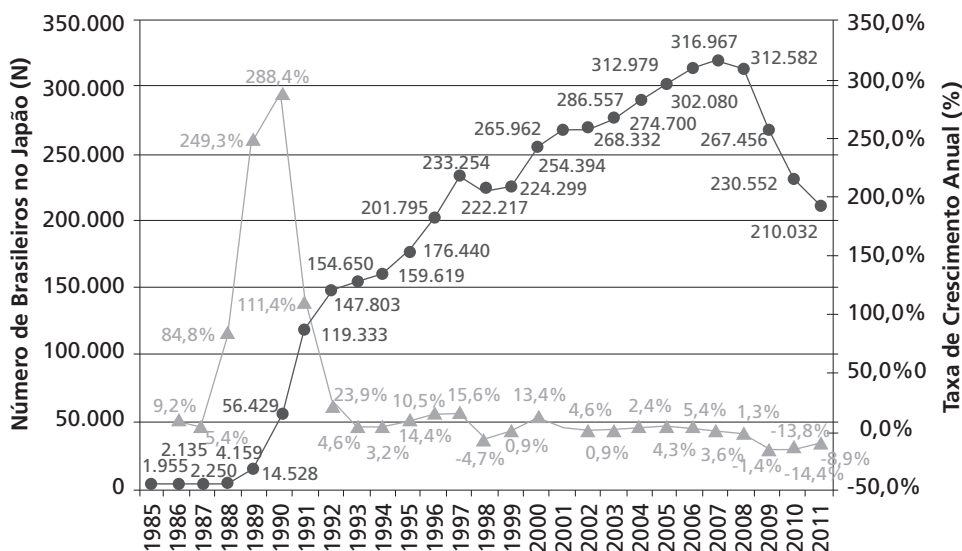
594 JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION, 1995-2012. *Statistics on the Foreigners Registered in Japan*. Disponíveis em: <<http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001089591>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

res estrangeiros, como de muitos brasileiros no Japão, está, por sua vez, relacionada à questão da educação dos jovens brasileiros – seja no Brasil, seja no Japão. A questão da língua desde sempre se constituiu um grande obstáculo para uma melhor compreensão e convivência mútua. Nota-se também uma diminuição no nível de escolaridade dos imigrantes recém-chegados em relação aos primeiros imigrantes brasileiros que foram ao Japão, como veremos mais adiante.

De acordo com os dados mais recentes da *Japan Immigration Association*,⁵⁹⁵ um órgão de Imigração do Ministério da Justiça do Japão, em 2011 registrou-se um total de 2.078.508 estrangeiros residentes no Japão, o que corresponde a 1,63% da população total desse país. Destes, desde 1991, o terceiro maior contingente ainda é proveniente do Brasil (210.032), ficando atrás apenas da China (674.879) e das Coreias (545.401) em 2011.

Na primeira década do terceiro milênio, a população brasileira vinha crescendo continuamente desde o início dos anos 1990. Mas, em 2008, esse contingente diminuiu 4.385 em relação ao ano anterior de 2007, registrando, portanto, 312.582 brasileiros residentes no Japão em 2008, passando a apresentar uma taxa de crescimento anual negativa de -1,4% (anteriormente foi em 1998). Isso se verifica nos anos seguintes também, quando podemos observar uma queda contínua do contingente brasileiro no Japão: de 2008 para 2009, houve um decréscimo de 45.126 brasileiros no Japão, representando -14,4% de taxa de crescimento anual; de 2009 para 2010 houve, também, uma diminuição de 36.904 (-13,8%), assim como de 2010 a 2011: 20.520 brasileiros a menos (-8,9%). Ou seja, nos últimos cinco anos, de 2007 a 2011, diminuiu um total de 106.935 brasileiros, uma redução de 1/3 dessa população na sociedade japonesa, de 316.967 para 210.032 nos respectivos anos, como pode ser observado no Gráfico 1. Isso certamente está intimamente relacionado à crise financeira mundial no final de 2008 e às novas configurações no cenário internacional.

Gráfico 1 - Brasileiros no Japão e a sua Taxa de Crescimento Anual (%) - 1985 a 2011



Fonte: Japan Immigration Association (1985-2012).

595 Ibid.

Desde o final de 2008, houve uma crise financeira internacional, com sérias repercussões na estrutura produtiva de vários países. No caso do Japão, um dos motores da sua economia é o setor automobilístico, no qual muitos trabalhadores brasileiros foram ocupar empregos de baixa qualificação, ao longo dos anos 1990, no chão de fábrica das montadoras de carro. O Japão é um grande exportador de automóveis para os Estados Unidos. Mas, diante da crise, os seus efeitos caíram sobre essas montadoras, perdendo a sua competitividade, com o iene valorizado diante do dólar americano. Assim, para conter recursos diante da crise, demite-se mão de obra estrangeira, que se depara com a alternativa de obter outros tipos de empregos, geralmente menos rentáveis, ou simplesmente retornar ao seu país de origem. Um dos efeitos da crise é, portanto, imediatamente repercutido na base da estrutura ocupacional, onde estão alocados os brasileiros nos empregos dos setores manufatureiros, sobretudo do setor automobilístico.

Por sua vez, essa conjuntura tem provocado o retorno dos brasileiros do Japão ao Brasil. Quem não consegue voltar, está ficando no Japão de modo cada vez mais precário, diante da própria situação de crise nos dias de hoje. Quem permanece no Japão são possivelmente os que, de alguma maneira, já estabeleceram fortes vínculos com a sociedade nipônica ao longo das duas últimas décadas e/ou os que gostariam de voltar, mas não têm condições para pagar a passagem aérea, assim como arcar com outras despesas de viagem, além da própria dificuldade de retornar ao Brasil. Muitos brasileiros que estavam no Japão trabalhando, mas que perderam seus empregos e/ou não estão conseguindo arranjar, resolveram retornar ao Brasil e estão enfrentando dificuldades de reinserção, readaptação na sua cidade, região ou país de origem, juntamente com os problemas sociais, emocionais, psicológicos, familiares.⁵⁹⁶

Jovens brasileiros entre o Japão e o Brasil

Nesse contexto migratório, verifica-se uma diversificação das crianças brasileiras no Japão em dois grupos distintos:⁵⁹⁷ um grupo de crianças que nasceram no Brasil e receberam parte de sua educação no Brasil e posteriormente se mudaram para o Japão, onde algumas continuaram os estudos em escolas japonesas e outras em escolas brasileiras; e um outro grupo de crianças que nasceram no Japão, ou foram para lá antes de frequentarem escolas no Brasil. Também se incluem nesse grupo aquelas crianças que foram levadas para o Japão ainda quando muito novas, antes mesmo de dominarem bem a língua portuguesa e a cultura brasileira. A maioria destas últimas crianças – nascidas no Japão ou que para aí foram quando muito pequenas – não co-

596 SASAKI, Elisa Massae. Um olhar sobre o 'Movimento Dekassegui' de brasileiros ao Japão no balanço do centenário da imigração japonesa ao Brasil. In: Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (Org.). *Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda., 2010. p. 361-372; SASAKI, Elisa Massae. Migração internacional contemporânea entre o Brasil e o Japão: novas configurações, velhas questões. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA (ALAS), 2011. *Anais...* Recife: UFPE, 2011, 20 p. Disponível em: <www.alas2011recife.com>; NAKAGAWA, Décio; NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. Dekassegui e a relação Brasil-Japão: aspectos positivos e negativos. In: Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil (Org.). *Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural*. São Paulo: Editora Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda., 2010. p. 352-360.

597 NAKAGAWA, Kyoko Yanagida, *Projeto Kaeru: programa de inclusão dos filhos de trabalhadores brasileiros no Japão às escolas públicas do Estado de São Paulo*. Relatório de atendimentos realizados até dez/2009. São Paulo: Edição do Autor. 2010. Disponível em: <<http://projetoKaeru.wordpress.com/downloads/>>; CARIGNATO, Taeco Toma. Projeto auxilia adaptação dos filhos de japoneses no Brasil. *Terra Magazine*, 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,014618587-E114363,00-Projeto+auxilia+adaptacao+dos+filhos+de+japoneses+no+Brasil.html>>. Acesso em: 28 out. 2011.

nhece o país de origem (no caso, o Brasil), compreende precariamente o português. Muitos pais, talvez a maior parte, não dominam bem a língua japonesa, a língua da sociedade hospedeira.

O isolamento dos adultos em relação à sociedade japonesa tem sido um fator de atrito quando a criança se adapta melhor à sociedade nipônica. Isso leva à baixa autoestima e situação emocional instável do adulto, afetado pelas dificuldades na compreensão do idioma e perda da autonomia, distanciamento da rede de suporte social e emocional à qual estava habituado, condições precárias de trabalho, distanciamento dos familiares e parentes. Diante disso, muitas vezes, os jovens ficam muitas horas sozinhos em casa por causa da grande carga horária de trabalho dos pais.⁵⁹⁸

Muitos descendentes de japoneses cresceram no Brasil sem o aprendizado da língua japonesa ou mesmo aqueles que a tiveram como primeira língua possuíam como referência uma forma mais arcaica do idioma. Alguns relatos ouvidos por Janete da Silva Oliveira,⁵⁹⁹ que teve a experiência de lecionar na cidade de Hamamatsu, província de Shizuoka, Japão, discorrem sobre as dificuldades de comunicação encontradas na chegada ao país, quando da tentativa de utilizar o japonês aprendido nas colônias de imigrantes japoneses no Brasil, e a estranheza por parte do japonês. Por exemplo, a palavra *benjou* que significa 'banheiro', caiu em desuso no Japão contemporâneo e foi substituída por *toire* – uma palavra derivada do francês *toilette*. Essa mudança do vocabulário é uma das facetas de quem aprende a língua no Brasil.⁶⁰⁰ Mas mesmo para esses que já têm um conhecimento da língua e, teoricamente, poderiam facilmente adaptar esse conhecimento anterior às modernizações, encontram um outro nível de problema: os ideogramas ou *kanji*.

Oficialmente, o número de *kanji* obrigatório (pela mudança de 2010) é de 2.136 ideogramas e 4.388 significados (2.352 japoneses e 2.036 chineses), aprendidos ao longo da idade escolar. Isto porque, apesar do ideograma ser um só, eles podem ter duas leituras diferentes, a original chinesa e outra adquirida na transferência para o Japão. Como os ideogramas representam ideias, eles podem se combinar e recombinar entre si para formar novas palavras, portanto, apesar de serem 2.136 isoladamente, em combinação eles se multiplicam. Daí a dificuldade que os brasileiros possuem no aprendizado da linguagem escrita japonesa. Além da estrutura gramatical ser diferente – a ordem do português é SVO (sujeito-verbo-objeto), e a do japonês é SOV (sujeito-objeto-verbo) – adiciona-se a isso a enorme quantidade de ideogramas e respectivas combinações que devem ser memorizados pelo não falante nativo da língua. Essas peculiaridades do idioma japonês se transformam em uma das principais barreiras para

598 ISHIKAWA, Eunice Akemi. The return of Japanese-Brazilian next generations: their post-1980s experiences in Japan. In: CONWAY, Dennis; POTTER, Robert B. (Eds.). *Return migration of the next generations – 21st century transnational mobility*. UK: Ashgate, 2009. p. 59-78; ISHIKAWA, Eunice Akemi. Educação das crianças que retornaram do Japão ao Brasil. *Boletim de Pesquisa da Faculdade de Arte e Cultura de Shizuoka* (SUAC), v. 11, p. 11-15, 2010; KEBBE DA SILVA, Victor Hugo. Brazilian family in Japan: building kinship. *International Bulletin of the Shizuoka University*. Volume 5, p.75-83, Shizuoka: Shizuoka University, 2011a; KEBBE DA SILVA, Victor Hugo. Reordenações na família dekassegui – dilemas e desafios. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: CEM – Centro de Estudos Migratórios, ano XXIV, n. 69, p.19-30, 2011b.

599 De agosto de 2006 a março de 2008, Janete da Silva Oliveira deu aulas de português para filhos de brasileiros descendentes de japoneses, entre 16 e 17 anos, idade em que todos os estudantes entram no primeiro ano do ensino médio na Escola Municipal de Ensino Médio de Hamamatsu (*Hamamatsu Ichiritsu Koutou Gakkou*).

600 Sobre a língua japonesa falada no Brasil, veja também DOI, E. T. A atitude de imigrantes japoneses e descendentes em relação ao japonês falado nas comunidades Nikkei. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI M. C. (Orgs.). *Linguística aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007; OTA, Junko. As línguas faladas nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo e a percepção das três gerações sobre a 'mistura de línguas'. *Estudos Japoneses*, São Paulo: USP, n. 28, p. 137-148, 2008; MORALES, L. M. et al. (Orgs.). *Ensino e aprendizagem da língua japonesa no Brasil: um convite à reflexão sobre a prática de ensino*. São Paulo: Fundação Japão, 2011.

a inserção dos imigrantes brasileiros na sociedade japonesa, pois sem o conhecimento da língua, a comunicação e o entendimento da hierarquizada sociedade japonesa fica severamente comprometido. Para as crianças que chegam ao Japão em idade mais avançada, acima dos 6 anos, o processo educacional torna-se extremamente difícil e doloroso. O aprendizado de uma segunda língua, segundo alguns teóricos, seria facilitado até a idade de 6 anos, quando a segunda língua seria assimilada como se fosse a língua-mãe, depois desse período, o cérebro armazenaria esse aprendizado em um local diferente, e a absorção desse conteúdo linguístico dependeria de outros fatores, como motivação, etc.⁶⁰¹

Por esse motivo, tanto as crianças quanto os adultos brasileiros residentes no Japão apresentam um percentual alto de não falantes da língua, o que dificulta muito a inserção na sociedade e o entendimento de uma série de aspectos da cultura japonesa. Mesmo para aqueles que possuem proficiência oral, a falta de habilidade de leitura e escrita dos ideogramas dificulta a frequência à escola. Muitos não compreendem os livros didáticos, os conteúdos dados em salas de aula, e mesmo as questões dos testes aplicados. Por esse motivo, há um alto índice de abandono da escola e de deficiência de aprendizagem pelas crianças brasileiras no Japão, pois a realidade escolar no Japão é muito diferente da do Brasil, como apresenta o site da Fundação para Intercâmbio Internacional (Hice)⁶⁰² da cidade de Hamamatsu.

De acordo com o Canal Hamamatsu,⁶⁰³ o sistema educacional japonês consiste em seis anos de *shôgakkô* (correspondendo ao ensino fundamental de 1ª a 4ª série), três anos de *chûgakkô* (correspondendo ao ensino fundamental de 5ª a 9ª série), três anos de *kôkô* (correspondendo ao ensino médio), quatro anos de universidade (*daigaku*) ou faculdade de dois anos, chamado de *tanki daigaku*. Como curso pré-escolar, existem o jardim da infância (*yôchien*) e a creche (*hoikuen*). No Japão, as crianças ingressam ao *shôgakkô* no mês de abril, assim que completam 6 anos. O *shôgakkô* e *chûgakkô* são ensino obrigatório. Para ingressar ao *kôkô* e universidade é necessário prestar um exame de seleção. Após o *chûgakkô* e *kôkô* existem escolas de especialização e escolas profissionalizantes. Quanto aos tipos de escolas, existem *kokuritsu*, que são administradas pelo governo nacional, *kôritsu*, que é da província ou da cidade. Estas são escolas públicas. Também existe *shiritsu*, que é particular. O “ensino obrigatório” indicado acima é uma obrigatoriedade aos cidadãos japoneses, mas as crianças estrangeiras em idade escolar (a partir de abril, após completar 6 anos, até março, depois que completou 15 anos) que desejem ingressar na escola japonesa, serão aceitas. Nas escolas japonesas, a série é determinada pela idade da criança. Por isso, em princípio, mesmo os estrangeiros entram na série correspondente à idade.

Sendo assim, independente do nível de japonês e de outras disciplinas, a entrada do jovem se dá pela idade e, como não há reprovações até o final do ensino fundamental, assimilando ou não os conteúdos, o aluno prossegue os estudos, causando uma desmotivação e alienação do processo educacional. Bem como, a falta de aproveitamento na

601 FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. *Signótica* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás (UFG), vol. 7, n. 1, p.39-57, jan./dez, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7380/524>>. Acesso em: 13 mai. 2009.

602 HICE – Hamamatsu Foundation for International Communication and Exchanges (Fundação para Comunicação e Intercâmbio Internacional de Hamamatsu). Site disponível em japonês, inglês e português: <<http://www.hi-hice.jp/HICEpo/index.php>>. Acesso em: 29 out. 2011.

603 Canal Hamamatsu – site oficial multilíngue de informações de Hamamatsu. Disponível em : <http://www.city.hamamatsu.shizuoka.jp/hamapo/06education/06_1.html>. Acesso em: 29 out. 2011.

escola faz com que o destino desses alunos seja basicamente o trabalho em fábricas, já que a entrada no ensino médio é feita por indicação da escola às melhores escolas, de acordo com o coeficiente de rendimento dos alunos.

Por isso, com o aumento do número de brasileiros no Japão, o problema educacional se agrava, pois conforme dados estatísticos do ano de 2006 da cidade, entre os 800 mil habitantes residentes, havia 31.341 estrangeiros de 77 países, sendo 18.661 brasileiros. Com relação ao número de estudantes estrangeiros, em 1989, havia nas escolas japonesas públicas de ensino fundamental cerca de 32 estrangeiros, sendo 4 brasileiros; após dez anos, esse número havia aumentado para 537 brasileiros; em 2006 já existiam 877 estudantes brasileiros. Dentre eles, havia 191 no segundo segmento do ensino fundamental (antigo ginásial), dos quais 43 eram estudantes do nono ano. Os dados estatísticos revelam um aumento gradativo no número de crianças estrangeiras em escolas públicas japonesas, especificamente, de crianças brasileiras, estando algumas delas já em fase final do ensino fundamental. Diante desse panorama educacional, a administração local tem proposto, desde então, por meio do seu departamento para relações internacionais, uma série de medidas e ações que visam a minimizar os problemas trazidos por essa falta de adaptação ao sistema de ensino, como também à deficiência apresentada na assimilação de conteúdos por parte das crianças e adolescentes. No entanto, os danos do cenário descrito já podiam ser sentidos nos personagens de imigrações anteriores a essas medidas.

Acrescenta-se a isso o fato da indecisão dos pais quanto à permanência ou não no Japão, bem como da sua inclusão ou não nas escolas japonesas – isso se constitui em um problema, na medida em que a escolha de qual escola o filho vai estudar está diretamente relacionada a esse fato. Caso os pais mantenham firme a decisão de permanecer no Japão, o mais indicado seria colocar os filhos em uma escola japonesa, para que eles possam ter um futuro profissional diferente do trabalho em fábrica. Em caso de volta para o Brasil, a recomendação seriam as escolas brasileiras. Em ambas as situações, os problemas se acumulam, pois, em alguns casos (como a entrada é por idade) os níveis educacionais Brasil/Japão não se equivalem e a proficiência em língua japonesa não é suficiente. Ou mesmo que a criança tenha nascido no Japão, ou fica com um problema de relacionamento com os pais que não falam japonês ou não consegue aprimorar o japonês pois vive em uma comunidade brasileira.

No caso de matrícula em escola brasileira, por falta de profissionais capacitados, o nível educacional nem sempre equivale ao do Brasil e o ensino de japonês também não é suficiente para suprir as necessidades do cotidiano.

Mesmo quando os pais acham que vão continuar no país, as crises econômicas e as condições sociais sempre podem forçar a uma volta para o país de origem e, para as crianças e adolescentes criadas majoritariamente em outro país, como o Japão, o Brasil é uma total incógnita e com costumes bastante diferentes e o choque cultural gera vários problemas psicológicos.

São esses os jovens abordados no documentário “Andorinhas solitárias”, que fala de suas aflições, seus anseios e seu cotidiano, tanto no Brasil, quanto no Japão. A seguir apresentaremos suas principais características e personagens.

Objetivo do documentário “Andorinhas solitárias”

Kimihiro Tsumura, idealizador e diretor do documentário “Andorinhas solitárias”, procura entender os sentimentos e o mundo interior da segunda geração de filhos de brasileiros no Japão, conhecidos como *dekasseguis*, isto é, jovens criados numa sociedade culturalmente diversificada em um momento importante da idade escolar. Com esse objetivo, ele e a sua equipe entrevistaram alguns desses jovens a partir de 2006, nas noites, nas ruas, nos locais onde se reuniam os *bôsôzoku*, isto é, gangues que dirigem motos ou carros de forma violenta, participantes de rachas de carros nos parques e clubes.

Os quatro participantes desse documentário foram escolhidos dentre os 300 adolescentes entrevistados, para descrever o ambiente que os cercava e desvendar suas histórias de vida. Notou-se então que havia uma identidade diferente nessas crianças *dekasseguis*, comparadas a outras de países transculturais.

O modelo de crianças transculturais diz respeito a filhos de imigrantes, filhos de refugiados, filhos de famílias multiculturais, adoção internacional, entre outros. Na cidade de Hamamatsu, existem muitos refugiados vietnamitas, mas a situação parece ser diferente.

A partir dessa constatação, a construção do documentário sobre os filhos de *dekasseguis* foi abordada e baseada em comparação com o modelo de David Pollock,⁶⁰⁴ de TCK (*third culture kids*), ou seja, “os filhos da terceira cultura”. O modelo da terceira cultura diz que a criança possui uma terceira cultura própria, que não é a primeira cultura do país de nascimento nem a segunda cultura, que se refere ao país de criação. As TCK de Pollock parecem apontar principalmente para as crianças que possuem cultura ocidental criadas em outros países, que adquiriram uma multiculturalidade. Seriam particularmente os filhos de homens de negócio, diplomatas, missionários religiosos, militares, entre outros filhos da elite internacional. Essas crianças são criadas com apoio institucional no Japão. O executivo internacional, mesmo no Japão, cria uma forte comunidade com o suporte recebido da empresa situada no país natal. Para os filhos de diplomatas, existe uma rede social e comunidade já constituída, tanto no país natal quanto no Japão. Para os filhos de missionários, existe o apoio dos grupos da igreja ou despachados por ela, assim como os de militares. No próprio Japão vivem muitos filhos da chamada “terceira cultura”.

Posto isto, Tsumura compara os filhos da segunda geração de *dekasseguis* com os TCK de Pollock⁶⁰⁵ por meio da tabela comparativa a seguir.

604 POLLOCK, David C.; REKEN, Ruth Van. *Third culture kids: The experience of growing up among worlds*. 2. ed. Boston: Nicholas Brealey Publishing, 2001.

605 Ibid.

Tabela 1 - Tabela comparativa entre os filhos da terceira cultura (TCK) e filhos da segunda geração de brasileiros no Japão

Assunto	TCK (filhos da terceira cultura)	Filhos da segunda geração de brasileiros no Japão
Estrutura familiar	A família como um todo migra.	Há casos de dispersão da família.
Frequência de migração	Frequentemente.	Frequentemente.
Amplitude da migração	Pode ser para vários países.	Entre dois países.
Tempo de estada	Existe. Decidida a priori.	Em muitos casos não está decidida.
Apoio enviado pelo país natal ou pela instituição emissora	Existe.	Não existe.
Educação	A instituição matriz é responsável pela escolha da escola e a escolha da educação também é variada.	Há casos de escolher escolas específicas para estrangeiros.
Apoio em relação à língua materna	Existe.	Insuficiente. Casos de dispersão da família e ambos os pais trabalharem, tornando o tempo de ensino da língua materna insuficiente.
Apoio educacional dos pais	Existe e o fazem com entusiasmo.	Insuficiente. Casos de dispersão da família e o fato de ambos os pais trabalharem, etc. tornam insuficiente o tempo dedicado a uma educação positiva.
Relação entre pais e filhos	Os pais sempre apreciam as crianças e as respeitam. E as crianças recebem dos pais o sentimento de segurança e tranquilidade.	Insuficiente. Há casos de se sentirem solitários.
Relação com a região	Existe e é positiva.	Insuficiente.
Potencialidade		
Aquisição de linguagem	Alta possibilidade de aquisição da língua materna e de uma segunda língua.	Baixa possibilidade de aquisição da língua materna e de uma segunda língua.
Potencial de adaptação a uma cultura diferente	Excepcional. Contata os adultos da sociedade japonesa de maneira equivalente. Assimila as maneiras de sobreviver em uma sociedade diferente.	Há casos de independência da sociedade japonesa. Não assimila maneiras de sobreviver em uma sociedade diferente e há muitos casos preocupantes.
Potencial social	Possui uma forte confiança e fé em si mesmo e pensa conseguir se adaptar a novas situações.	Sem confiança, pouca fé em si mesmo, não confia poder se adaptar mutuamente no Brasil e no Japão.
Relação interpessoal		
Relação com o pai	Boa, com casos de idealização.	Há conflitos por longos períodos sem conseguir chegar a uma resolução.
Amigos e conhecidos	---	Muitos.
Forma de fazer amigos / companheiros	Acontece de pular a etapa de se tornar amigo e logo atar a relação de amizade.	Desconfiança, com cautela.
Profundidade da relação	Pensando no sofrimento da separação, existem casos de não construir relações muito profundas.	Muitos jovens pensam no sofrimento da separação e, por isso, não constroem relações profundas.

Relação interpessoal		
Vida futura	Vivem no país nativo. Possuem uma vida depois da volta assegurada e podem imaginar uma vida futura facilmente.	Não conseguem decidir onde e de que forma será sua vida futura. E existem muitos jovens que agem pensando apenas no momento presente.
Desenvolvimento emocional		
Emocional	Lidam com a tristeza de acordo com o sentimento de perda. Lidam positivamente contra a tristeza consciente ou inconscientemente. Por causa da confusão da adolescência e sem poder confirmar sua identidade, a puberdade atrasa e uma maturidade desequilibrada pode ser vislumbrada.	Controlam a resignação e não se verifica uma luta positiva. Existem também os jovens que não têm maturidade e opõem-se aos pais e à sociedade, não sabendo de que maneira se dirigir a eles.
Negação	Há casos de negação da tristeza. Há casos em que essa tristeza reprimida de repente vem à tona.	Embora haja uma tristeza profunda, ela não é admitida e existem jovens que exibem uma postura forçosamente forte.
Raiva	De acordo com a raiva, pode haver resultados destrutivos. Sabendo que a raiva não é aceita, essa raiva pessoal é expressa como um problema social.	Quase não se expressa e poucos são os casos em que essa raiva seja socialmente direcionada. Os pensamentos de resignação estão sob controle.
Fuga	Para evitar a tristeza, desviam o olhar da dura realidade.	Posterga a maioria dos problemas e se envolve em outros assuntos.
Compensação	Para tentar enterrar a própria tristeza, preocupam-se em resolver as tristezas de outras pessoas.	Muitos jovens estendem a mão positivamente aos problemas enfrentados por amigos.
Desenvolvimento emocional		
Depressão	Prolongando-se a tristeza, podem cair em depressão.	Muitos jovens caem em depressão, mas não se curam facilmente sem conseguir se decidir.
Clausura voluntária (Hikikomori)	Hibernam emocionalmente em casa, ferindo os pais com apoio rejeitado.	Muito frequente. Há jovens que ficaram vários anos enclausurados voluntariamente em casa.
Rebeldia	Pode haver casos de uma severa rebeldia contra os pais.	Pode-se ver rebeldia contra os pais, mas há casos em que não detecta apenas pelas aparências.
Relações humanas		
Relação com os pais	Boa. Existe idealização.	Há conflitos com os pais. Muitos jovens vivem separados sem que os problemas tenham sido resolvidos. Entre esses, existem os pais que voltam para o país de origem e deixam os filhos.
Relação com outros familiares	Não há descrição.	Há a tendência de viver longe também dos irmãos.
Amigos / Conhecidos	Muitos.	Muitos.
Forma de fazer amigos	Logo.	Desconfiança, com cautela.
Profundidade das relações de amor e amizade	Prevendo o sofrimento de uma separação no futuro, há casos de não se construir relações profundas.	Prevendo o sofrimento de uma separação no futuro, há casos de não se construir relações profundas.

Esta é a primeira vez que se comparam as informações dos jovens *dekasseguis* com os TCK e consideramos que os estudos preliminares não foram suficientes. Os filhos da segunda geração de *dekasseguis*, ainda que envolvidos em conflitos, vivem duramente. Eles não possuem apoio econômico como os TCK que, desde que nascem, são privilegiados pelas redes sociais das famílias. Ao invés disso, são criados em ambientes austeros e adquirem muitas coisas que os TCK não possuem.

A seguir, apresentaremos o caso de quatro jovens que foram acompanhados no documentário.

Perfil dos jovens apresentados no documentário à época da sua filmagem (agosto de 2010)

Caso A. Sexo feminino, 17 anos, descendente de quarta geração (*yonsei*). Nasceu na cidade de Kikugawa, em Shizuoka, Japão. Viveu junto com os pais, um irmão mais velho, a esposa e os dois filhos e um irmão mais novo, totalizando sete pessoas. Desde criança sofreu com a ausência dos pais, pois esses dirigiam um clube e um restaurante. Foi maltratada pela mãe e, aos 12 anos, foi sexualmente abusada por um conhecido do pai. Foi observada por um olheiro de uma agência de modelos em um concurso de miss *nikkei* (descendentes de japoneses) e contratada por uma agência mundial de modelos. Começou a trabalhar como modelo em Tóquio, iniciando idas e vindas entre a capital japonesa e Shizuoka. Logo, acabou por relacionar-se amorosamente com um descendente de japoneses, nove anos mais velho, em Shizuoka. Angustiava-se, pressionada igualmente pelo escritório ao qual era ligada e pelo amante, a escolher entre amor e trabalho. Ficou grávida do namorado (na época estava com 15 anos) e, por causa da ansiedade, acabou por abortar. Por causa do estresse do aborto e do trabalho, começou a engordar e, por fim, perdeu o emprego.

Em decorrência da crise econômica de 2008, os pais decidiram voltar ao Brasil. Ela desejava ardentemente ficar no Japão, mas, enfim, decidiu-se a seguir toda a família. Logo antes da partida, havia encontrado um novo namorado, mas se separou deste e, em novembro de 2008, começou uma nova vida em São Bernardo do Campo, cidade da região metropolitana de São Paulo, no Brasil, país de origem dos seus pais, ao qual chegava pela primeira vez, desde que nascera.

Primeiro, por estar separada do namorado, sofreu durante vários meses com o relacionamento à distância, mas lentamente foi se adaptando firmemente ao novo cotidiano. Como o namorado longe, separaram-se em janeiro de 2009. Depois disso, começou a ir a uma escola noturna e a trabalhar em um restaurante. A dedicação ao trabalho no restaurante chamou a atenção de um cliente e conseguiu um trabalho na seção de seguro-desemprego de um sindicato durante o dia. De noite frequentou um curso de nível médio e agora dá suporte para oito pessoas da família.

Caso B. Sexo masculino, 20 anos, descendente de quarta geração (*yonsei*), nascido no Brasil, chegou ao Japão com a idade de 10 anos. Primeiramente, enquanto frequentava a escola do primeiro segmento do ensino fundamental em Hiroshima, tomava conta do irmão mais novo e esperava o retorno dos pais que trabalhavam. Essa era sua vida. No sexto ano do ensino fundamental, nasceu a irmã, logo se mudaram para a cidade de Kosai, na província de Shizuoka, e ingressou no segundo segmento do ensino fundamental na escola X.

No oitavo ano do fundamental, transferiu-se para a escola Y e começou a delinquência com roubos de motocicletas, etc. No nono ano, quando se mudou para um conjunto habitacional, transferiu-se para a escola Z e continuou praticando atos de delinquência regularmente. Após a formatura na escola Z, na cidade de Hamamatsu, ingressou na escola de nível médio em meio período, mas abandonou-a e entrou para uma gangue de motoqueiros, conhecida como *Bosozoku*. Foi preso por “comportamento perigoso de grupo” e, aos 16 anos, entrou em um reformatório primário. Depois disso, formou uma gangue e, por causa de um roubo de carro aos 18 anos, entrou em um reformatório de nível intermediário.

Após a liberação do reformatório, procurou logo uma reconciliação com o pai e, em outubro de 2009, volta para a cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. Vendendo celulares, não possuía emprego fixo e, à época da filmagem do documentário, em agosto de 2010, estava à procura de trabalho e não havia se reconciliado com o pai.

O pai tem uma loja de produtos naturais, mas o negócio não vai bem. Atualmente, B e o irmão mais novo vivem com a avó materna brasileira. Cerca de meio ano antes, B tinha começado a namorar uma jovem brasileira de 19 anos que ficou grávida e B então pensa em juntar dinheiro para voltar ao Japão.

Caso C. Sexo masculino, 23 anos, descendente de quarta geração, nascido no Brasil. Juntamente com os pais, na época, na casa dos 30 anos, um irmão um ano mais novo, chegou ao Japão com cerca de 3 anos.

Os pais trabalhavam em fábrica, ele frequentava o ensino fundamental em escolas públicas japonesas. Dos 9 aos 14 anos jogava futebol e almejava se tornar profissional, mas se machucou e acabou por abandonar.

Depois de se formar no ensino fundamental, ganhou o apelido de “Coca” por ser viciado em uísque misturado com coca-cola. Em Kakegawa, encontrou o grupo de *breakdance* chamado Flowers Monsters Dance e despertou para a dança de rua. Depois que antigo líder teve que se afastar devido a um acidente de trânsito, ele passou a ser o líder do grupo.

No final de 2008, por causa da crise econômica, toda a família perdeu o emprego. Com a promessa de voltar ao Japão meio ano depois, confiou o Flowers a um colega e, em fevereiro de 2009, voltou para a cidade de Castanhal (PA) perto da Amazônia, no norte do Brasil. Numa região de pobreza, aumentou sua rede tendo como foco os jovens das camadas mais baixas da sociedade. Enquanto frequentava com o irmão mais novo uma escola noturna de nível médio, formou um novo time de dança na favela e, com a *breakdance*, realiza um trabalho de ajuda a jovens envolvidos ou que estão para se envolver com o crime.

Caso D. Sexo masculino, 22 anos, descendente de quarta geração, nascido no Brasil. Chegou ao Japão aos 10 anos. Frequentou a escola japonesa, do sexto ao nono ano do ensino fundamental em Kakegawa. Após a formatura no ensino fundamental, começou a trabalhar numa fábrica. No inverno de 2002, formou o time de dança Flowers Monsters com jovens brasileiros. As atividades começaram tendo a estação de Kakegawa como ponto de encontro.

Em 2005, Coca juntou-se ao Flowers. Em agosto de 2006, depois de um ensaio, no caminho de volta para casa, de carro, com Coca, aconteceu um acidente, feriu-se gravemente e caiu em um sério estado de inconsciência. Mas milagrosamente renasceu,

despertou para a igreja evangélica, afastou-se do Flowers e foi ensinar dança para as crianças na igreja.

Em fevereiro de 2010, antes de retornar ao Brasil, volta temporariamente ao Flowers, para formar novamente o grupo de dança criado por eles mesmos, os três. Dois meses depois, em abril, seguindo os pais e a irmã mais nova que retornaram antes, junto com o irmão mais novo voltou para a cidade de Campinas, no interior de São Paulo, no sudeste do Brasil. À noite, enquanto frequenta uma escola de nível médio, também ensina dança na igreja. Todo dia ele pratica a dança sozinho, pensando em reencontrar os outros membros do Flowers que voltaram ao Brasil, mas sabe que raramente se juntariam por estarem morando longe.

Considerações finais

Com o documentário “Andorinhas solitárias”, de Kimihiro Tsumura, apresentamos alguns aspectos da dura vida dos jovens brasileiros, procurando entender como eles se sentem, quais os seus dilemas, conflitos e perspectivas diante do contexto migratório entre o Brasil e o Japão. Como vimos, muitos deles nasceram e/ou cresceram no Japão, enfrentando diversas questões educacionais, linguísticas, familiares, sociais, econômicas, culturais, etc., mas, de alguma maneira, construíram sua rede de sociabilidade com amigos, conhecidos e companheiros. Entretanto, nos últimos anos, a partir da crise de 2008, muitos de seus pais perderam seus empregos no Japão e resolveram retornar ao Brasil, ou, melhor dizendo, muitos vieram pela primeira vez ao país de origem de sua família, enfrentando muita dificuldade de (re)inserir-se no mercado de trabalho brasileiro e, assim, muitos continuam desempregados ou com empregos aquém do desejado. Isso sem contar as diferenças culturais e as questões de (re)adaptação à sociedade brasileira, os (re)arranjos familiares, afetivos, emocionais, uma configuração dinâmica que afeta as trajetórias de vida como desses jovens brasileiros.

Referências

- CARIGNATO, Taeco Toma. Projeto auxilia adaptação dos filhos de japoneses no Brasil. *Terra Magazine*, 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI-4618587-EI14363,00-Projeto+auxilia+adaptacao+dos+filhos+de+japoneses+no+Brasil.html>>. Acesso em: 28 out. 2011.
- DOI, E. T. A atitude de imigrantes japoneses e descendentes em relação ao japonês falado nas comunidades Nikkei. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI M. C. (Orgs.). *Linguística aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. Aquisição e aprendizagem de segunda língua. *Signótica – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás (UFG)*, vol. 7, n. 1, p.39-57, jan./dez, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7380/524>>. Acesso em: 13 mai. 2009.
- ISHIKAWA, Eunice Akemi. The return of Japanese-Brazilian next generations: their post-1980s experiences in Japan. In: CONWAY, Dennis; POTTER, Robert B. (Eds.). *Return migration of the next generations – 21st century transnational mobility*. UK: Ashgate, 2009. p. 59-78.

- ISHIKAWA, Eunice Akemi. イシカワ・エウニセ・アケミ。「日本からブラジルへ帰国した子どもたちの教育」静岡文化芸術大学研究紀要 *Educação das crianças que retornaram do Japão ao Brasil. Boletim de Pesquisa da Faculdade de Arte e Cultura de Shizuoka (SUAC)*, v. 11, p. 11-15, 2010.
- JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION, 1995-2012. 財団法人 入管協会『在留外国人統計』 *Statistics on the Foreigners Registered in Japan*. Relatórios anuais impressos de 1995 a 2009. Dados de 2010 a 2012: 政府統計の総合窓口 Centro Estatístico do Governo do Japão, 法務省 Ministério da Justiça do Japão, 登録外国人統計 2011年 Estatística dos Estrangeiros Registrados no Japão em 2011, publicado no dia 13 jun. 2012. Disponíveis em: <<http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/List.do?lid=000001089591>>. Acesso em: 16 ago. 2012.
- KEBBE DA SILVA, Victor Hugo. Brazilian family in Japan: building kinship. *International Bulletin of the Shizuoka University*. Volume 5, p.75-83, Shizuoka: Shizuoka University, 2011a.
- KEBBE DA SILVA, Victor Hugo. Reordenações na família de kassegui – dilemas e desafios. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo: CEM – Centro de Estudos Migratórios, ano XXIV, n. 69, p.19-30, 2011b.
- MORALES, L. M. et al. (Orgs.). *Ensino e aprendizagem da língua japonesa no Brasil: um convite à reflexão sobre a prática de ensino*. São Paulo: Fundação Japão, 2011.
- NAKAGAWA, Décio; NAKAGAWA, Kyoko Yanagida. Dekassegui e a relação Brasil-Japão: aspectos positivos e negativos. In: ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Org.). *Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural*. São Paulo: Editora Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda., 2010. p. 352-360.
- NAKAGAWA, Kyoko Yanagida, *Projeto Kaeru*: programa de inclusão dos filhos de trabalhadores brasileiros no Japão às escolas públicas do Estado de São Paulo. Relatório de atendimentos realizados até dez/2009. São Paulo: Edição do Autor. 2010. Disponível em: <<http://projetoKaeru.wordpress.com/downloads>>.
- OTA, Junko. As línguas faladas nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo e a percepção das três gerações sobre a 'mistura de línguas'. *Estudos Japoneses*, São Paulo: USP, n. 28, p. 137-148, 2008.
- POLLOCK, David C.; REKEN, Ruth Van. *Third culture kids: The experience of growing up among worlds*. 2. ed. Boston: Nicholas Brealey Publishing, 2001.
- SASAKI, Elisa Massae. Um olhar sobre o 'Movimento Dekassegui' de brasileiros ao Japão no balanço do centenário da imigração japonesa ao Brasil. In: ASSOCIAÇÃO PARA COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL (Org.). *Centenário: contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural*. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda., 2010. p. 361-372.
- SASAKI, Elisa Massae. Migração internacional contemporânea entre o Brasil e o Japão: novas configurações, velhas questões. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA (ALAS), 2011. *Anais...* Recife: UFPE, 2011, 20 p. Disponível em: <www.alas2011recife.com>.

Migração na fronteira norte do Brasil: fluxos e novas redes^{606*}

*Duval Magalhães Fernandes^{607**}*

*Alexandre Magno Diniz^{608***}*

*Andressa Virgínia de Faria^{609****}*

Panorama geral

A partir da década de 1980, o Brasil veio a conhecer o fenômeno da emigração, que levou significativo número de brasileiros e brasileiras a optarem por buscar trabalho ou viver no exterior. Apesar do número dos que fizeram essa escolha não ser conhecido com exatidão, estima-se que, aproximadamente, 4,5 milhões de brasileiros viviam no exterior até meados de 2008.

No contexto dessa nova realidade que se impunha e frente a demandas das próprias comunidades brasileiras que vinham se organizando em diferentes países ou continentes, várias medidas foram tomadas pelas autoridades governamentais, com destaque para a ampliação da rede de atendimento consular, estabelecimento de laços com as comunidades de brasileiros via a criação, pelo Itamaraty, da Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). No âmbito do Ministério do Trabalho, destaca-se a implantação do processo de criação da casa do trabalhador brasileiro no exterior, dirigido pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Na área econômica, deve-se tomar nota do interesse permanente dos bancos oficiais na busca da prestação de melhores serviços para aqueles que enviavam remessas para o país. Na área do Legislativo, cabe destaque a criação da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que tratou do tema da migração internacional no ano de 2005 e as discussões sobre o Projeto de Lei 5655/2009, conhecido como a nova “Lei dos Estrangeiros”.

O início da crise econômica, no final de 2008, gerou a reversão das expectativas daqueles que viviam no exterior, e vários tomaram a decisão de retornar ao Brasil. Estima-se que, somente no Japão, em torno de 30% dos mais de 320.000 brasileiros que viviam naquele país optaram pela migração de retorno. Em vários países, Japão e da União Europeia, foram criados programas de “retorno voluntário assistido”, oferecendo apoio àqueles que, por falta de condições financeiras, não tinham meios para retornar ao seu país.

Se, por um lado, a situação dos países centrais do sistema capitalista indicava que eles passavam por um rearranjo “produtivo”, que penalizava as ocupações exercidas

606 * Os autores agradecem a colaboração do bolsista (Pibic-CNPq/PUC Minas) Luiz Felipe Ferreira Lopes pelo auxílio no levantamento de informações para a elaboração deste texto.

607 ** Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / PPGG-PUC-Minas. Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

608 *** Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / PPGG-PUC-Minas. Doutor em Geografia pela Arizona State University, Estados Unidos.

609 **** Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Contagem. Mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PPGG- PUC Minas..

pelos imigrantes e assim funcionava como *fator de expulsão* dos imigrantes, por outro, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para combater a crise, que tinham como prioridade a manutenção da capacidade produtiva e do emprego no país, estimulando o consumo interno, funcionavam como *fator de atração* para aqueles que viviam em dificuldades no exterior. Ao mesmo tempo, no plano internacional, o Brasil toma medidas para a implantação dos acordos bilaterais de livre trânsito entre os países do Mercosul e, em 2009, entra em vigor o acordo multilateral de livre trânsito de nacionais entre os países membros efetivos e associados deste bloco regional (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile). Também em 2009, o governo brasileiro concede uma anistia aos estrangeiros em situação irregular no país, o que permite a regularização de, aproximadamente, 45.000 imigrantes.

A situação econômica privilegiada do Brasil em relação a outras nações neste começo de década, fez com que aumentassem, de forma constante, as solicitações de vistos de trabalho de estrangeiros, muitos dos quais foram para funcionários de empresas que vêm investir no país. Em 2010, o número de vistos de trabalho concedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego chegou a 56.201, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Desses, aproximadamente 60% possuíam ensino superior. Tal quadro indica uma situação de *"ganho de cérebros"* que já apresentava seus primeiros contornos em 2008 (Fernandes e Diniz-2009).⁶¹⁰

Por outro lado, é importante ter em conta a ampliação do papel do país nos fóruns internacionais e, com isso, a ampliação da *"visibilidade"* dada ao Brasil. Nesse caso, possivelmente de forma mais clara, deve-se considerar o protagonismo que as tropas brasileiras têm na missão de paz do Haiti desde 2004 e essa presença no momento do terremoto que assolou aquele país no dia 12 de janeiro de 2010, colocando em situação de vulnerabilidade extrema os seus habitantes.

No quadro geral da migração mundial, a situação do Brasil apresenta várias particularidades que poderiam ser interpretadas como o caminho para um amadurecimento do processo de migração internacional e maior inserção nos fluxos migratórios, tanto de origem como de destino.

Nesse contexto, vários *"sistemas"* migratórios têm se desenhado tendo o Brasil como origem e destino. No caso da Região Norte, a extensão da fronteira, a sua *"porosidade"*, aliada à crônica falta de fiscalização dos movimentos populacionais, contribui para o estabelecimento de situações que em muito diferenciam dos movimentos observados nas outras regiões.

Por conta da precariedade dos meios para registro e controle de entradas e saídas, o levantamento das informações, na ausência dos resultados dos censos regionais que poderiam sinalizar, mesmo com precariedade sobre a migração nessa região, se torna difícil, e os resultados das análises devem ser encarados como indicações de possíveis tendências, mais do que resultados concretos.

Considerando os limites que são impostos pela falta das informações, este texto busca sistematizar as informações existentes sobre a migração na fronteira norte do Brasil, com especial atenção para um novo fenômeno que vem se delineando, que seria migração dos haitianos para o Brasil, mais especificamente nos estados do Acre e Amazonas. O trabalho está dividido em duas partes: a primeira trata das migrações que, apesar de

610 FERNANDES, Duval M.; DINIZ, Alexandre. Brain drain or brain gain in which direction does the brazilian diáspora go? XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakech, 2009. Disponível em: <<http://iussp2009.princeton.edu/abstractViewer.aspx?submissionId=91830>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

recortes mais recentes, têm certa tradição na fronteira norte. Nesse caso serão privilegiados os movimentos de brasileiros em direção aos países limítrofes da Região Norte. As informações utilizadas são as fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, levantadas junto às representações diplomáticas nesses países e baseadas nos registros consulares e inclusão de dados de outras fontes, a critério da chefia da representação local. Em resumo, são informações de difícil comprovação, mas são as únicas existentes. Na segunda parte, buscar-se-á analisar a migração dos haitianos para o Brasil, tendo como base de informação os registros do (CNIg), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Processos migratórios com países limítrofes

Emigração para a Guiana Francesa

A emigração de brasileiros para Guiana Francesa teve grande impulso a partir de 1964, ano em que o governo francês deliberou construir o Centro Espacial Guianês (CSG) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) em Kourou, vilarejo situado a 78 km da capital Caiena.

O grande volume de empregos, sobretudo na construção civil, e os salários oferecidos em moeda forte atraíram milhares de brasileiros desempregados, originários principalmente de Macapá (AP) e Belém (PA).

A realização permanente de obras de infraestrutura na Guiana garantiu a regularidade do fluxo migratório brasileiro, principalmente para Caiena, com períodos de picos em 1979, 1983, 1987.⁶¹¹

Na década de 1980, além do tradicional fluxo para Caiena e Kourou, inúmeros brasileiros começaram a emigrar para a Guiana para trabalhar como garimpeiros, fixando-se principalmente na região de fronteira, em garimpos ilegais, ou mesmo em garimpos legalizados do lado francês.

A entrada de brasileiros em território guianense se dá, na maioria das vezes, por embarcações de madeira, que se deslocam pela costa oceânica desde Belém (PA) e Macapá (AP) até Caiena. Outro trajeto é realizado partindo do Oiapoque, em uma viagem de menor duração. Na tentativa de se fugir do controle migratório, a chegada a Caiena é realizada durante a noite.

Fazito⁶¹² aponta que, excetuando-se uma minoria de trabalhadores legalizados pelas empreiteiras oficiais que organizaram a construção de Kourou, a maior parte dos imigrantes brasileiros na Guiana era, e são, imigrantes clandestinos, reforçando os mecanismos intermediários ilegais e obscuros.

Devido ao grande número de imigrantes irregulares, não há dados precisos sobre seu montante. O Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁶¹³ declara que em 2008 havia 19.000 brasileiros vivendo na Guiana Francesa. Em 2007, a mesma instituição – com base

611 AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração? In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2002. p.327-343.

612 FAZITO, Dimitri. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

613 MRE – Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo – estimativas. 2. ed. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Itamaraty, Brasília, DF, set. 2009.

em informações disponíveis localmente, tais como levantamentos oficiais, estimativas feitas por organizações não governamentais e pesquisas conduzidas pela mídia – menciona como menor e maior estimativa 20.000 e 70.000 imigrantes, consecutivamente. Tais números mostram a fragilidade dessas estimativas e, também, a “flutuação” dessa população, considerando a sua principal atividade laboral, o garimpo clandestino.

A política migratória francesa vem ampliando o monitoramento sobre a região, buscando controlar a imigração irregular. As forças policiais fazem um controle permanente nas ruas da cidade e nas áreas florestais do país, sobretudo fronteiriças. Quando há apreensão de brasileiros não documentados – consoante com acordo firmado entre França e Brasil – estes devem ser detidos e reconduzidos, em até 48 horas, à fronteira brasileira. Inúmeros brasileiros que já passaram pela situação de expulsão/deportação relatam que, no momento das detenções, muitos abusos são cometidos pelos policiais, tais como espancamento, humilhações, apreensão de objetos de valor e destruição do meio de transporte.

Granger⁶¹⁴ atesta que, de 1996 a 2006, a Polícia de Fronteira da Guiana Francesa deportou 19.736 brasileiros por imigração ilegal. Entretanto, para muitos, a deportação não significa o fim, pois em poucos dias eles regressam, tornando procedimento comum a expulsão e o retorno.

Segundo Pinto,⁶¹⁵ poucas mudanças ocorreram, ao longo das últimas duas décadas, em relação ao perfil do “típico imigrante brasileiro na Guiana”, descrito da seguinte maneira: geralmente é do sexo masculino; de origem interiorana/rural; baixa escolaridade, às vezes, até analfabeto; pai de família; idade variando entre 30 e 45 anos; sem domínio da língua francesa e com baixa qualificação profissional. É preciso, entretanto, considerar o aumento crescente do fluxo de mulheres que, além do “mercado do sexo”, alocam-se no setor de serviços domésticos, atividades comerciais (vendedoras de lojas e garçonetes) e em serviços de estética nos salões de beleza.

Emigração para o Suriname

A entrada de brasileiros no Suriname tomou maiores proporções a partir da década de 1990, quando foram atrás do sonho de encontrar ouro. Inicialmente, instalaram-se na floresta, mas, a partir de 1995, começaram também a ocupar a capital Paramaribo.

Os brasileiros que moram em Paramaribo não estão todos envolvidos diretamente com a mineração, mas suas ocupações estão, de alguma forma, relacionadas à presença dos garimpeiros. Assim, é comum encontrar brasileiros trabalhando em lojas para venda de equipamentos para mineração, bares, boates e hotéis onde eles poderiam ficar enquanto estivessem na cidade.⁶¹⁶

Na floresta tropical do Suriname, garimpeiros brasileiros compõem 75% dos mineiros, o outro quarto é formado pelos quilombolas *maroons*.⁶¹⁷ Os *maroons*, descendentes dos escravos africanos, controlam aproximadamente 80% das terras. Não raros

614 GRANGER, Stéphane. *La Guyanne, une terre européenne en Amérique du Sud*. Kartala: EchoGéo, 2006.

615 PINTO, Manoel de Jesus Souza. A vida no limite. Atividades ilegais e migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais* – Unifap, Macapá, n. 1, p. 354-361, dez. 2008.

616 THEIJE, Marjo de. Transnationalism in Surinam: Brazilian Migrants in Paramaribo. In: GOWRICHARN, Ruben (Ed.). *Caribbean transnationalism: Migration, Socialization, and Social Cohesion*. Oxford: Lexington Books, 2006. p. 117-135.

617 HEEMSKERK, Marieke. Livelihood decision making and environmental degradation: small-scale gold mining in the Suriname Amazon. *Society & Natural Resources*, Wisconsin, v. 15, n. 4, 2002. p. 331.

são os conflitos entre os dois grupos. Exemplo disso foi o ataque promovido pelos *maroons* a aproximadamente 80 brasileiros, na cidade de Albina, em dezembro de 2009. As autoridades surinamesas estimaram que entre 100 e 500 *maroons* tivessem atacado os brasileiros, ateando fogo nos quartos, saqueando, espancando, desferindo golpes com facões, e até estuprando algumas mulheres. A explicação para o incidente, inicialmente, pautou-se na retaliação à morte de um morador local, provocada por um brasileiro. Entretanto, há uma hipótese de que o homicídio que motivou o ataque dos *maroons* teria sido uma divergência sobre o pagamento “em ouro” que os brasileiros precisam dar periodicamente aos chefes da população local para poder extrair minerais.

É importante ressaltar que há um número expressivo de mulheres brasileiras no mercado do sexo. Oriundas principalmente do Pará, Amapá e Maranhão, estão vulneráveis à violência e, na maioria das vezes, submetidas a relações de escravidão por dívida/aviamento.

A entrada no Suriname geralmente é feita de forma irregular. O MRE⁶¹⁸ assegura a presença de 20.000 brasileiros vivendo no país, em 2008. A maior estimativa considera a presença de 40.000, entre regulares e irregulares.

Emigração para a Venezuela

As trocas populacionais entre Brasil e Venezuela ocorrem desde 1970 e têm sido mais significativa de brasileiros para a Venezuela.

Os deslocamentos populacionais nas fronteiras entre os dois países podem ser divididos em três movimentos: Nos anos 1970, quando brasileiros emigraram para atuar na mineração, como garimpeiros. Nos anos 1990, com a emigração de homens e de algumas mulheres para juntarem-se aos companheiros e atuarem em atividades secundárias na mineração. E a partir dos anos 2000, com aumento da emigração feminina com vistas a alocarem-se no comércio local, restaurantes e serviços de estética, em salões de beleza. Esses brasileiros estabeleceram-se, prioritariamente, no estado Bolívar, na capital Ciudad Bolívar, em Maturín e na cidade fronteira Santa Helena do Uairén.⁶¹⁹

A partir de 2005, um fluxo de brasileiros para localidades além das fronteiras, principalmente para Caracas e Guayana, aumentou consideravelmente. Isso se justifica pelo deslocamento de funcionários e técnicos de grandes construtoras brasileiras, como Odebrecht e Andrade Gutierrez, responsáveis pelas obras de construção de um estaleiro, de uma siderúrgica e pela expansão das linhas de metrô de Caracas.

O MRE⁶²⁰ estimou em 11.228 o número de brasileiros vivendo na Venezuela em 2007. Já no ano de 2008, a estimativa era de 48.000 e, em 2010, esse volume, ainda segundo o MRE, era de 26.000 pessoas.

No ano de 2010, os governos venezuelano e brasileiro acertaram procedimentos do acordo que punha fim à obrigatoriedade da apresentação do passaporte para brasileiros. O visto já não era cobrado para o trânsito entre os dois países — a Venezuela iguala-se aos países do Mercosul, com os quais o Brasil mantém fronteira livre para o trânsito

618 MRE – Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo – estimativas.

619 RODRIGUES, Francilene. Migração para o trabalho: Uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Helena do Uairén (Estado Bolívar-Venezuela). Trabalho apresentado no XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife, 2009.

620 MRE – Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo – estimativas. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Itamaraty, Brasília, DF, jul. 2008.

de pessoas, bastando apenas a apresentação de um documento de identificação. No entanto, os dois países ainda não têm um acordo de livre circulação de nacionais como os firmados no âmbito dos países do Mercosul e associados, além do Peru e Equador.

Outros movimentos migratórios na fronteira norte

Além dos deslocamentos apontados nos itens anteriores, é importante destacar os fluxos migratórios entre o Brasil, a Bolívia, Peru e Colômbia. No primeiro caso, as trocas se dão mais na migração de bolivianos para o Brasil do que no sentido inverso. A maior comunidade de bolivianos em território brasileiro está na cidade de São Paulo e, segundo algumas estimativas, ultrapassam 100.000 pessoas, a maioria em condição ilegal. Grande parte desses bolivianos está em atividades ligadas à indústria de confecção, trabalhando, muitas das vezes, em regime de quase escravidão. No sentido inverso, brasileiros que migram para a Bolívia tendem a se estabelecer na zona fronteira, região do Pando, e se dedicam a atividades ligadas ao extrativismo vegetal. O MRE estimou que, em 2008, havia 23.800 brasileiros na Bolívia. Em época recente, esse grupo tem sido alvo de medidas do governo boliviano que visam a sua retirada da região e seu repatriamento para o Brasil. Esse processo de “expulsão” vem sendo acompanhado pelas autoridades brasileiras que têm buscado equacionar planos para o reassentamento dessa população.

No caso dos peruanos, a migração se dá, quase que exclusivamente, em direção ao Brasil, não havendo muitas trocas no sentido inverso, salvo nos pontos de fronteira. Os destinos mais buscados são a cidade de São Paulo e algumas da Região Norte, como Manaus.

Segundo Oliveira,⁶²¹ a entrada de peruanos na Região Norte é facilitada, além da falta de fiscalização, pela oferta diária e acessível de transporte fluvial e aéreo com itinerário Manaus/Tabatinga e pela facilidade de transporte fluvial no interior do território peruano. Esse fluxo é marcado por pessoas que não dispõem de recursos financeiros necessários para uma migração com destinos mais distantes; possuem baixo nível de escolaridade e, na grande maioria, são camponeses provenientes da chamada Região da Selva Peruana; apresentam um histórico de migração interna no Peru e, não raras vezes, reproduzem esse circuito migratório também nos municípios do interior do Estado do Amazonas até a chegada a Manaus.

Importante também ressaltar o movimento de colombianos que incluem número expressivo de refugiados que correspondem a, aproximadamente, 15% do total daqueles que receberam refúgio no Brasil até 2009.

Haitianos no Brasil – novo fluxo, nova rede

A presença dos haitianos no Brasil

Apesar de não ser um dos destinos de maior afluência, na verdade, é um dos menores, a presença de migrantes haitianos no Brasil vem se ampliando rapidamente. Mesmo não sendo números representativos frente ao volume da diáspora daquele país, o fato desse

621 OLIVEIRA, Márcia Maria. *Migrações fronteiriças: uma reflexão necessária no Amazonas*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_fro_ref.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.

novo destino estar sendo incluído na rota do fluxo migratório e, sobretudo, a forma que tomam esses deslocamentos é que vem chamando a atenção da mídia e das autoridades.

O primeiro ponto se prende ao processo de deslocamento por via aérea, fazendo escalas na República Dominicana, Panamá, Equador e, finalmente, Peru. Como esses países não exigem visto para haitianos, não encontram dificuldades na entrada. Depois, por trajeto terrestre ou fluvial, chegam à fronteira do Brasil, em diferentes pontos. Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasileia (AC) são os mais frequentes. Em alguns casos, em lugar de se deslocar pelo menor trajeto à fronteira com a Região Norte, alguns imigrantes, através da fronteira com a Bolívia, conseguem chegar pela Região Centro-Oeste, entrando por Corumbá (MS), por exemplo. As escolhas dependem das facilidades de transporte, possibilidade de entrar no território do Brasil e, em alguns casos, interesses de “coiotes” que já atuam nesse trajeto.

Esses migrantes têm em comum a forma de contato com as autoridades brasileiras que, independente do ponto de entrada, se resume à solicitação de refúgio.

A sistemática se repete em todos os casos. Ao chegar à fronteira do Brasil com o Peru, por exemplo, o imigrante apresenta à Polícia Federal, no posto fronteiriço, a solicitação de refúgio. Após alguns dias aguardando na cidade, lhe é fornecido um protocolo confirmando que a sua solicitação será analisada pelas autoridades brasileiras e, no máximo em 6 meses, a decisão será conhecida. De posse desse documento, em geral, os haitianos se deslocam para outra cidade. No caso daqueles que entram por Tabatinga (AM), o destino geralmente é Manaus (AM). Uma vez na capital do estado, buscam auxílio junto à Pastoral do Imigrante e são orientados no sentido de providenciar uma documentação provisória (carteira de Trabalho e CPF), que lhes é permitido obter com o documento emitido pela Polícia Federal.

A solicitação de refúgio é analisada pelo Conselho Nacional de Refugiados (Conare), que avalia se haveria amparo legal para a concessão de refúgio. A demanda, na quase totalidade dos casos, é negada, por se tratar de uma situação em que a razão maior alegada relaciona-se às consequências do terremoto de janeiro de 2010, situação que não se enquadra na definição de refúgio da Convenção de Genebra (1951), que intitula como refugiado a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.

No entanto, considerando a situação de vulnerabilidade por que passam esses haitianos, agravada pelo terremoto e outros desastres sucessivos (epidemia de cólera, furacões, etc.), o Conare encaminha a documentação ao CNlg para uma avaliação sobre a possibilidade de concessão de visto de permanência no Brasil, dentro das normas do CNlg.

Ao avaliar o primeiro conjunto de solicitações, o plenário do Conselho entendeu que, na documentação apresentada pelos haitianos, contendo o relato da situação vivenciada por cada um no país de origem, haveria suficientes elementos que permitiriam a concessão do visto de permanência aos haitianos, por razões humanitárias, com base na Resolução Normativa n. 27, de 25 de novembro de 1998, que trata dos casos omissos em relação às solicitações de visto.

Esse procedimento adotado pelo CNlg já permitiu regularizar, de imediato, a situação de residência no Brasil de 379 haitianos, o que representa 87% dos processos enviados pelo Conare até agosto de 2011. Os 13% restantes estão em análise no Conselho.

O perfil dos imigrantes haitianos no Brasil

As informações apresentadas a seguir foram obtidas no CNIg e levantadas no momento do pedido de solicitação de refúgio à Polícia Federal, por esta razão, a utilização destes dados para um estudo analítico mais completo fica prejudicada, pois o objetivo da coleta é subsidiar a decisão sobre o refúgio e não conhecer o perfil do imigrante.

Os dados são de 434 haitianos que solicitaram refúgio entre 19 de janeiro de 2010 a 27 de fevereiro de 2011, e que, após ter o pedido negado, teve o processo enviado ao CNIg. Esse número corresponde a uma parcela dos mais de 2.000 imigrantes do Haiti que haviam cruzado a fronteira do país até o final do primeiro trimestre de 2011. Importante salientar que, apesar das possíveis semelhanças entre as informações aqui utilizadas e aquelas que poderiam ser obtidas em um levantamento exaustivo junto ao universo dos imigrantes haitianos residindo no Brasil, os resultados deverão ser considerados com cautela.

Das solicitações de refúgio, 95,5% foram apresentadas na Região Norte. Ressalta-se que, do total de pedidos, 58% tiveram entrada no Amazonas e 36,6% no Acre.

O tempo que esses imigrantes levaram para chegar ao Brasil desde a partida do Haiti varia de menos de uma semana até 26 meses. Tal fato pode indicar que alguns imigrantes tentaram se estabelecer em outras regiões antes de chegar ao destino.

O grupo analisado tem idade que varia de 18 a 62 anos e pode ser observado no gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Casos analisados: 434

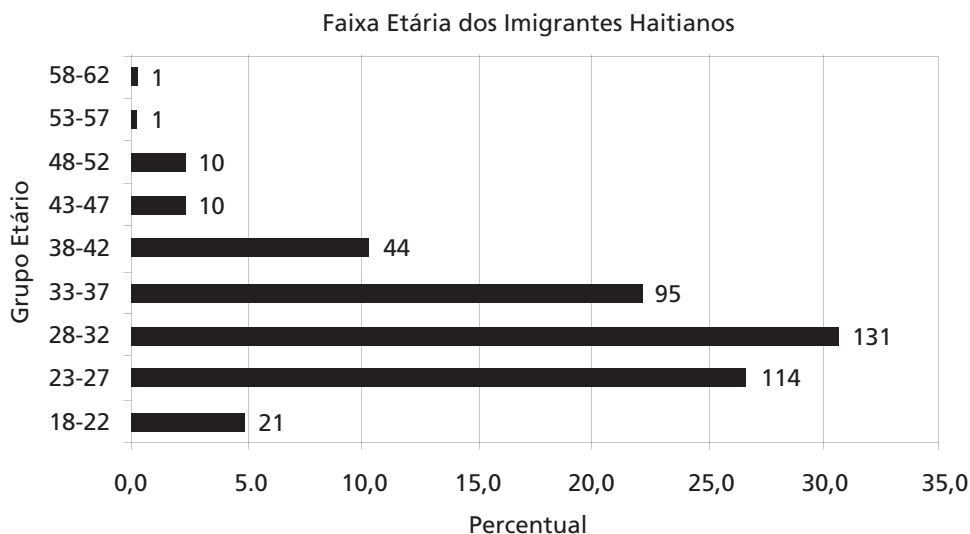


Gráfico 1 - Casos analisados: 434 - Fonte dos dados: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), 2011.

Em relação ao nível de instrução, observa-se que, nesse conjunto de haitianos, aproximadamente 60% deles já teriam completado o Ensino Fundamental e 12,7%, o Ensino Médio. Há inclusive aqueles que cursavam ou haviam completado o nível superior e representavam 7,9% dos imigrantes. Aqueles que se declararam sem instrução é uma quantidade ínfima, representando apenas 1,2% do total, conforme mostrado na tabela 1.

Tabela 1

Distribuição percentual dos imigrantes haitianos segundo o nível de instrução	
Não informado	10,4%
Analfabeto	1,2%
Ensino Fundamental Incompleto	29,2%
Ensino Fundamental Completo	10,1%
Ensino Médio Incompleto	28,5%
Ensino Médio Completo	12,7%
Ensino Superior Incompleto	3,5%
Ensino Superior Completo	4,4%

Casos analisados: 434. Fonte dos dados: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), 2011.

Em termos da inserção no mercado de trabalho, vale ressaltar que foi perguntado aos imigrantes qual o setor da atividade exercida no Haiti. A tabela 2 apresenta o resultado desse levantamento. Observa-se que mais de 70% das ocupações exercidas pelos imigrantes quando ainda moravam no Haiti estavam concentradas nos setores da construção civil, serviços e comércio.

Tabela 2

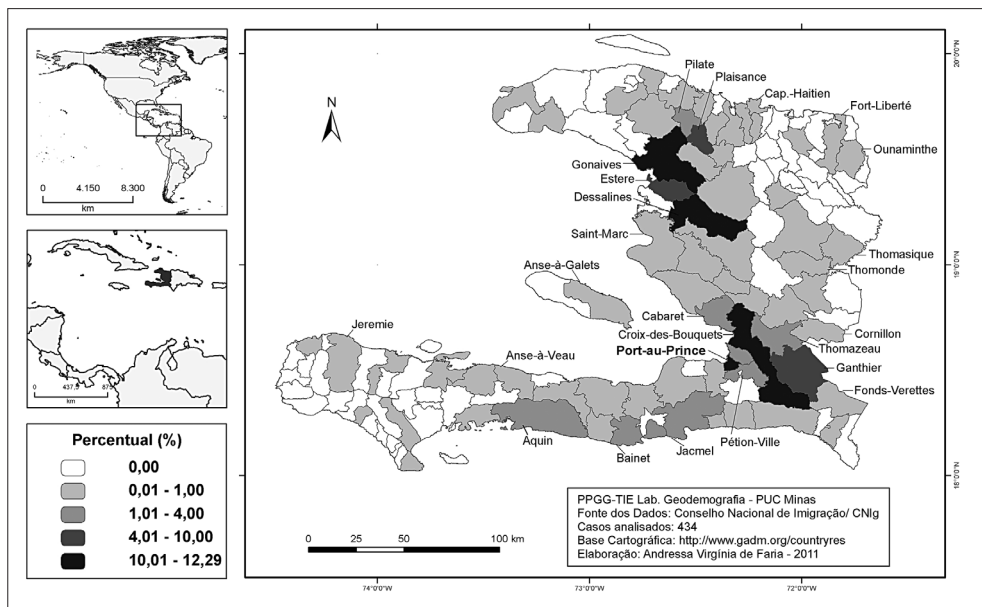
Distribuição percentual dos haitianos segundo setor de ocupação no Haiti	
Não informado	2%
Agricultura	4%
Indústria	1%
Construção Civil	34%
Comércio	12%
Serviços	27%
Educação	7%
Estudante	4%
Outros	9%

Casos analisados: 434 - Fonte dos dados: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), 2011.

O mapa a seguir apresenta os municípios de naturalidade dos haitianos. É interessante notar que, além de Port-au-Prince, três outras regiões se destacam como principais pontos de naturalidade dos imigrantes: Croix-de-Bouquets, Dessalines e Gonaives. Ressalta-se que muitos dos municípios, como Gonaives, Estere, Plaisance, situam-se fora da área afetada pelo terremoto de 2010. Importante notar que, por conta de se ter somente a informação sobre a naturalidade, e considerando os possíveis deslocamentos internos, não é possível se ter uma clara visão sobre o local de origem desses imigrantes.

No entanto, como há forte concentração da população na região da capital, é possível obter, com as informações disponíveis, uma visão aproximada do início desse movimento migratório.

Municípios de Naturalidade dos Imigrantes Haitianos com Solicitação de Visto Submetida ao CNIg (total - chegada até 27/03/2011)



Considerações finais

Os contingentes migratórios sempre estiveram presentes no Brasil, país de grande extensão territorial e, conseqüentemente, de extensa linha fronteiriça com dez países. Dos 15.000 km de fronteiras brasileiras, aproximadamente 10.000 estão no Amazonas, estendendo-se do Amapá a Rondônia. A migração internacional nessa região, apesar de ser pouco expressiva quando comparada com os fluxos em direção à Região Sudeste ou Sul, tem especial importância, pois acontece em uma área de vasta extensão da selva amazônica e com pouca ou quase nenhuma fiscalização. Embora a mobilidade nas fronteiras não seja um fenômeno recente, merece dedicada atenção, uma vez que tem se intensificado muito, principalmente na última década.

O movimento dos brasileiros que têm como destino os países fronteiriços leva a situações de vulnerabilidade extrema nas regiões de destino, não só frente ao status migratório, quase totalidade dos imigrantes em situação de irregularidade, mas também em relação à situação precária das relações de trabalho.

Casos de abusos contra trabalhadores brasileiros são reportados com frequência e, na impossibilidade de atuação efetiva das autoridades em ambos os lados da fronteira, não são combatidos com a devida energia.

Em relação aos imigrantes, vale ressaltar os esforços do governo brasileiro no sentido de promover a regularização da situação migratória daqueles que vêm ao país em

busca de trabalho. Ao lado da anistia, medidas foram tomadas para permitir o livre trânsito de estrangeiros naturais de países fronteiriços associados ou pertencentes ao Mercosul.

Ao mesmo tempo, é importante destacar o novo fluxo de imigrantes composto pelos haitianos que chegam ao Brasil via a fronteira Norte. Essa nova realidade está exigindo das autoridades a criação de mecanismos que possam atender às necessidades desse grupo que vive em situação de extrema vulnerabilidade no país de origem, realiza uma longa e difícil jornada até chegar à fronteira do Brasil e, ao entrar no território nacional, não consegue ter o seu status migratório reconhecido.

Tais fatos mostram as dificuldades e limitações das instâncias governamentais em dar respostas claras e concretas às demandas dos imigrantes por conta da falta de uma legislação atual e específica que permita atender as demandas dos imigrantes.

A dura realidade vivida pelos imigrantes no Brasil e países fronteiriços, mais especificamente na Região Norte, revela as inúmeras lacunas da política migratória sul-americana. Mesmo que o volume da imigração não possa ser considerado expressivo, o fato não deixa de ser importante. É preciso, pois, buscar soluções e estabelecer um marco legal que permita atender a essa realidade no plano da migração internacional.

Referências

- AROUCK, Ronaldo. Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração? In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2002. p.327-343.
- FAZITO, Dimitri. Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FERNANDES, Duval M.; DINIZ, Alexandre. Brain drain or brain gain in which direction does the brazilian diáspora go? XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakech, 2009. Disponível em: <<http://iussp2009.princeton.edu/abstractViewer.aspx?submissionId=91830>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- GRANGER, Stéphane. *La Guyanne, une terre européenne en Amérique du Sud*. Kartala, EchoGéo, 2006.
- HEEMSKERK, Marieke. Livelihood decision making and environmental degradation: small-scale gold mining in the Suriname Amazon. *Society & Natural Resources*, Wisconsin, v. 15, n. 4, p. 327-344, 2002.
- MRE – Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo – estimativas. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Itamaraty, Brasília, DF, jul. 2008.
- MRE – Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo – estimativas. 2. ed. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Itamaraty, Brasília, DF, set. 2009.
- OLIVEIRA, Márcia Maria. *Migrações fronteiriças: uma reflexão necessária no Amazonas*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/public_mig_fro_ref.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011.
- PINTO, Manoel de Jesus Souza. A vida no limite. Atividades ilegais e migração irregular e direitos humanos na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais* – Unifap, Macapá, n. 1, 354-361, dez. 2008.

- RODRIGUES, Francilene. Migração para o trabalho: Uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Helena do Uairén (Estado Bolívar-Venezuela). Trabalho apresentado no XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Recife, 2009.
- THEIJE, Marjo de. Transnationalism in Surinam: Brazilian Migrants in Paramaribo. In: GOWRI-CHARN, Ruben (Ed.). *Caribbean transnationalism: Migration, Socialization, and Social Cohesion*. Oxford: Lexington Books, 2006. p. 117-135.

Uma família colombiana na busca de asilo: Experiências de viagem, documentos e reconstrução da vida em um novo território.

Natalia Quiceno Toro^{622*}

Maria e sua família estão há 13 anos fora de seu país à procura de um status migratório que autorize, ela e os seus, a consolidação de um projeto de vida em um novo território. No começo, foi nos Estados Unidos, depois Canadá, depois de novo os Estados Unidos e agora México. Uma extensa trajetória em que ela cresce ao lado de seus pais, faz sua própria família, vive a experiência de separação familiar por causa da deportação e de novo começa a vida na cidade do México, lugar de nascimento de seu marido e lugar onde são obrigados a viver, reconstruir laços familiares antigos e abandonar os parentes que, até o momento, tinham acompanhado aquela trajetória migratória. Assim, é finalmente na viagem que a vida dessa mulher e sua nova família se faz e os sonhos e projetos vão se configurando e reestruturando. Esta história faz parte de várias histórias de uma família extensa de colombianos que tenho acompanhado na sua trajetória migratória, compartilhando experiências e vivências, que deram origem a meu trabalho de mestrado, quadro principal das reflexões aqui apresentadas.

A experiência dessa família de colombianos que tinha saído inicialmente do país por ameaças contra suas vidas, inspira reflexões sobre a experiência migratória, como ela é vivida por essas pessoas, os encontros e desencontros com as lógicas de cidadania, do estado e das políticas públicas migratórias. Eles, desde sua saída da Colômbia em 1999 até hoje, lidam com a situação de desenraizamento, passando por diversas categorias jurídicas que têm definido seu status como estrangeiros, passando por experiências como as de ser definidos como turistas, indocumentados, solicitantes de asilo, refugiados, pessoas com ordem de deportação, entre outros, mas, principalmente experimentando o que significa viver no limbo jurídico.⁶²³

No sistema global de migrações, os movimentos de grupos humanos configuram categorias jurídicas para os diferentes sujeitos desde distinções como legalidade, ilegalidade ou migrantes forçados, migrantes econômicos, migrantes políticos, etc. Muitos têm questionado as fronteiras rígidas entre essas categorias jurídicas no sentido de que não permitem caracterizar amplamente nem compreender as experiências e as situações vividas pelos mesmos migrantes.

No caso dos migrantes sem documentação, os “indocumentados”, “ilegais”, “irregulares”, eles não correspondem a uma categoria sociológica que descreva uma identidade

622 *Mestra em Ciência Política pela Universidad de Antioquia, Colômbia. Doutoranda em Antropologia Social no PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.

623 QUICENO, Natalia. Implicaciones políticas de la migración. La ciudadanía ante nuevos marcos de pertenencia. *Revista Contraversia*, Bogotá, n. 193, 2010

de particular, essencial, mas as circunstâncias e suas experiências comuns têm feito desta uma categoria política que tem sido apropriada pelos migrantes, permitindo agrupar a seu redor reclamos e reivindicações.⁶²⁴ Nesse sentido, é interessante como se politiza uma identidade que, no final, pretende sua desapareição. O principal reclamo dos “indocumentados” é precisamente deixar de ser isso pelo que são identificados. Poderíamos falar de uma identidade política no sentido de “consciência opositiva” exposta por Donna Haraway e Chela Sandoval, e dizer a definição a partir da apropriação consciente da negação.⁶²⁵ Se trata da construção de um espaço que atua sobre a base de uma coalizão consciente de afinidade, de parentesco político.⁶²⁶

O interesse neste texto não é por questões clássicas abordadas pelos estudos da migração em relação aos fluxos, cruces de fronteiras, políticas nacionais de recepção de migrantes ou os processos demográficos. Meu interesse está nas práticas cotidianas dessa família no meio da trajetória de viagem e, ao mesmo tempo, no meio da trajetória por um reconhecimento como sujeitos de direitos. A pergunta está focada na experiência e na prática política e em como ela é mediada pelas categorias jurídicas. A vivência cotidiana das formas como as pessoas são categorizadas pelos estados e sistemas jurídicos permite observar aspectos interessantes sobre a ideia de cidadania, seu exercício e seu questionamento, no entanto, ela tem sido compreendida, em muitos casos, como um status de perença associado a ordens nacionais, franqueadas nesse caso pelos migrantes irregulares.⁶²⁷

A primeira parte do texto descreve a experiência dessa família, como eles chegam e projetam suas vidas em um novo país e em meio a condições de não reconhecimento como sujeitos jurídicos: pessoas sem documentação, pessoas em situação irregular. Depois, a ideia é apresentar como muda sua vida no momento em que essa categoria de “indocumentado” começa a ser central na vida diária e começa a condicionar seus planos de vida e, portanto, as mesmas concepções de cidadania que eles próprios agenciam. Nesse mesmo aparte colocarei algumas questões sobre a experiência de negação do status de refugiado e o começo de uma nova viagem em situação irregular. E, finalmente, gostaria de apresentar como eles convivem com as fronteiras internas, fronteiras que emergem na cotidianidade e que não têm só a ver com uma inclusão jurídica, ou com uma integração na sociedade receptora. Ou seja, como a partida experiência dessas pessoas a mesma noção de inclusão vira um assunto muito mais complexo.

Apesar desse não reconhecimento como cidadãos, eles exercem uma cidadania enquanto sujeitos que se desenvolvem, na vida pública, com outros estrangeiros, com as pessoas locais, com as autoridades e com as instituições mesmas, ativando identidades políticas ao redor da sua situação. Meu interesse foi analisar, então, como essas pessoas iam construindo e mobilizando noções como “indocumentado” e “refugiado” no meio das suas trajetórias de viagem e seus encontros com o estado e o direito. No meio das suas lutas por regularizar seu status jurídico, conquistando direitos de cidadania e construir um projeto de vida em um novo território.

624 SUAREZ, Navas Liliana. Introducción: Las luchas de los sin papeles. Anomalías democráticas y la (imparable) extensión de la ciudadanía. In: *Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía*. Perspectivas críticas desde Europa y Estados Unidos. Madrid: Ediciones Traficantes de Sueños, 2007. Disponível em: <<http://traficantes.net>>.

625 HARAWAY, D. J. A Cyborg Manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: _____. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Nova York: Routledge, 1991. p. 149-181.

626 Ibid.

627 Ver também: DE LUCAS, Javier, La ciudadanía basada en la residencia y el ejercicio de los derechos políticos de los inmigrantes. Cuadernos electrónicos de filosofía del derecho, Valencia: Universidad de Valencia, n. 13, 2006.

Fazendo e desfazendo parentes na viagem

Maria e sua família nasceram na cidade de Pereira, na região cafeeira colombiana, reconhecida como uns dos lugares com maiores índices de migração na Colômbia. Suas trajetórias de viagem transitam pela Flórida, nos Estados Unidos; Toronto, no Canadá; e agora México. A família extensa é formada por 23 núcleos familiares dos quais 3 estão no Canadá, 11 na Flórida, 1 no México e 8 na Colômbia. São um total de 62 pessoas, das quais 40 moram fora da Colômbia. As experiências desta família dão conta dos três momentos importantes de migração de colombianos para o exterior desde a década de 1960. No entanto, as pessoas com quem trabalhei de forma mais próxima estão mais ligadas ao último momento da década de 1990, quando a migração internacional e o deslocamento forçado interno tiveram grande intensificação por causado recrudescimento da guerra.⁶²⁸

Eles iniciaram uma trajetória de fuga e procura de proteção dentro da Colômbia, viajaram aos Estados Unidos, cruzaram anos depois a fronteira entre Estados Unidos e Canadá na procura do status de refugiados. E, no caso do núcleo familiar de Maria, tiveram que permanecer no Canadá por 5 anos à espera de uma definição do seu caso, que finalmente, foi recusado, e foram obrigados a abandonar esse país em 2011. Essa trajetória que já dura mais de 10 anos tem início por causa da perseguição política e da falta de meios econômicos para subsistir na Colômbia e, finalmente, se converte em uma luta por atingir um status jurídico qualquer e um reconhecimento como cidadãos dentro e fora de seu país.

O particular da migração dessa família motivada inicialmente por uma ameaça é que a insegurança experimentada por algumas pessoas do núcleo familiar mistura diversas condições e sujeitos para os quais confluem o desejo de mais de 8 pessoas de sair da Colômbia. Ou seja, com essa situação de insegurança, até quem não tinha sido ameaçado sentiu vontade de ir embora. Nesse sentido, evidencia-se a complexidade da definição de um status jurídico ou uma categoria migratória fixa. A motivação inicial tem as características que permitiriam iniciar todo um processo de asilo nos Estados Unidos, mas a condição de migrar em família e o desconhecimento da normatividade em relação ao asilo e à proteção humanitária fez com que essas pessoas não pedissem ajuda e decidissem começar seu novo projeto de vida nos Estados Unidos sem pensar nas consequências de não ter um status jurídico quando expirasse o visto de turista. Eles, com a ajuda dos seus familiares, conseguiram morar “tranquilamente” até por quase 10 anos nos Estados Unidos sem documentos. Foi depois do ano 2001 que a categoria de migrante em geral começou a ser carregada de representações e restrições associadas ao terrorismo, quando virou outra coisa a questão de morar em um lugar sem o reconhecimento oficial do Estado. Assim, a questão da pertença e a experiência da não pertença começam a ser centrais para eles a partir de 2001.

Os cenários primeiros de implicação dentro da nova sociedade foram o trabalho e a escola. A experiência como trabalhadores lhes foi permitindo ampliar suas redes de amizade e seus aprendizados ao redor de como fazer a vida no novo lugar, mas também lhes deu uma noção sobre as condições da precariedade de trabalho que podiam conse-

628 CONPES. *Documento 3603: Política Integral Migratoria*. Consejo Nacional de Política Económica y Social. República de Colombia. Departamento Nacional de Planeación, Bogotá, 2009.
CÁRDENAS, Mauricio; MEJÍA, Carolina. *Migraciones internacionales en Colombia: ¿Qué sabemos?* Working Papers Series – Documentos de Trabajo, n. 30, set. 2006.

guir e os critérios de diferenciação deles como migrantes sem documentos. Na escola, as novas gerações foram ocupando o lugar de ponte pela linha do aprendizado da língua e seu relacionamento com diversos grupos sociais. Embora o sistema educativo brinde ferramentas para viver na nova sociedade, também se converte num critério de exclusão no momento em que os jovens querem entrar na universidade e continuar estudos superiores. No caso da Flórida, sua situação de “indocumentados” os coloca na categoria de estudante estrangeiro em qualquer universidade, enviando-os para o mundo do trabalho informal.

A família também tem um lugar crucial nesse primeiro momento de adaptação. Ela deixa de ser um espaço íntimo para ser um lugar público, de encontro entre os novos contatos, os diversos núcleos familiares e migrantes de outros países e em situações similares. A valoração do modelo familiar próprio determinou, nesse caso, o modelo de residência, as formas de recreação, de educação e a divisão de papéis dos diferentes membros da família. Ali no lar se estabelecem aprendizados políticos, discussões ao redor das experiências de exclusão e integração na nova sociedade, das alternativas de regularização do status e seu papel como cidadãos da fronteira. Essas experiências convidam a questionar a ideia simples de pensar uma integração dos migrantes que chegam à nova sociedade. O problema não se centra só na questão da inclusão, mas na compreensão de quem é aquele que está chegando, quais são suas expectativas, seus modelos sociais e culturais.

Na hora de empreender uma nova viagem como forma de resistir à vida como indocumentados e reativar sua memória da fuga da Colômbia, dois núcleos da família extensa decidem cruzar a fronteira com o Canadá na procura de um status de asilo. Essa determinação tem um grande impacto nas relações familiares, especialmente porque se reacomodam as proximidades e distâncias entre parentes, assim, a família que fica na Flórida parece perder o status de migrante enquanto deixa de lado a possibilidade de continuar a viagem, se colocando em um certo lugar de estabilidade para ajudar aqueles que decidem se lançar à aventura de procurar asilo no Canadá. Assim mesmo, os familiares que tinham ficado na Colômbia e acostumavam receber as ajudas econômicas deveriam se enfrentar com a incerteza que acompanhava a nova viagem e a possibilidade de não continuar recebendo as ditas ajudas. Na chegada e na experiência de viver no Canadá, dois dos núcleos familiares desta grande família parecem se fundirem um núcleo só, a experiência de ser solicitantes de asilo, de morar em um lugar que, diferente da Flórida, não tinha o ambiente latino e, pelo contrário, era um pequeno mundo num pequeno povoado, cheio de refugiados do Oriente Médio, África e alguns centro-americanos, terminou consolidando novas formas de se relacionar entre aqueles parentes, tias que são como mães, cunhados que são como irmãos e assim por diante.

A família da Maria estava nascendo quando chegou no Canadá, seu marido deixou sua família nuclear para ir atrás do sonho de criar sua nova família, Maria e seu filho, ao lado dos sogros e os outros familiares em um novo país. A principal motivação dele, que tinha chegado criança aos Estados Unidos, era conquistar, por fim, em algum lugar, a possibilidade de ter documentos e não ter que viver com a ameaça de ser deportado. Mas quando já parecia que a luta tinha sido conquistada, cinco anos depois de idas e voltas, entre cortes, advogados, testemunhos e demais trâmites, sua solicitação é recusada, e só 3 das 10 pessoas que formavam aquele grupo familiar que viajara junto na procura do asilo foram finalmente aceitos como tais. Assim, aquela relação de paren-

tesco surgiu de novo na distância e na virtualidade, para considerar aqueles parentes da Flórida, do México e da Colômbia como possíveis novos receptores na viagem que deveria continuar.

Fronteiras internas e cotidianidades sem documentos

Estabelecer-se no novo lugar de destino implica considerar a possibilidade de conquistar serviços sociais (assistência médica, educação), um melhor manejo da língua, a possibilidade de adquirir uma propriedade, aceder a um crédito e inclusive registrar seu cachorro, para ter direito a serviços de vacinação. Para a maioria dos membros da família, o temor e as dificuldades que implica ter acesso a ditos serviços e obter novas oportunidades gerava uma consciência clara de ser “indocumentados”.

Mas é só depois de vários anos como “indocumentados” que essa experiência muda radicalmente. Foi com a chegada da figura do terrorista, aquele 11 de setembro de 2001, que muitas dinâmicas políticas nos Estados Unidos se transformaram. O 11 de setembro legitimou na esfera pública os controles pela segurança, a guerra contra o terror e a perseguição e discriminação em um país cheio de migrantes provenientes do mundo todo. Era necessário encontrar um inimigo, e “o estrangeiro” foi um deles. Susan Coutin⁶²⁹ argumenta que, nos Estados Unidos, as medidas de restrição que afetaram os migrantes sem documentos têm sido diversas, mas foi só depois do atentado contra o World Trade Center que as experiências dos migrantes começaram a se tornar mais difíceis. Os avanços alcançados pelas diversas iniciativas que discutiam a situação dos migrantes sem documentos na procura de uma anistia ou de uma reforma migratória desapareceram com os efeitos de criminalização dos migrantes depois do atentado, foi nesse momento que, em palavras de Coutin, as figuras do terrorista e do migrante se misturaram.

As diversas medidas restritivas tiveram fortes implicações no cotidiano das pessoas “indocumentadas”. Nesse sentido, muitos começam a definir sua nova vida como uma “cadeia com as portas abertas”, um lugar onde as limitações à liberdade são múltiplas e onde aquelas primeiras fronteiras que tiveram que atravessar no primeiro momento da viagem reproduzem-se no dia a dia. Essas questões materializam-se principalmente na impossibilidade de sair do país, viajar a seu país natal, visitar seus familiares, e o mais difícil, não se sentir seguro para se deslocar no lugar que habitam. A mobilidade e a possibilidade de permanência são duas das principais características valoradas pelos membros dessa família na hora de falar de cidadania.

Aspectos como a mobilidade perpassa situações como a necessidade de renovar as carteiras de motorista, ferramenta central em lugares como a Flórida, onde a dependência dos meios de transporte privados é fortíssima, chegando inclusive a impedir as pessoas “indocumentadas” de continuar trabalhando fora de casa, pela impossibilidade de se deslocar. A dependência crescente dos documentos de identificação foi transformando o cotidiano dessas pessoas em espaços de medo e incerteza, espaços onde dificilmente podiam dar curso a seus projetos de vida. Ante a pergunta sobre o sentido de viver como indocumentados algumas pessoas afirmaram:

629 COUTIN Susan Bibler. *Nation of emigrants*. Shifting boundaries of citizenship in El Salvador and the United States. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

No tener tranquilidad, no tener proyectos por el temor de si me deportan, si me cogen, usted nunca podía tener nada, siempre vivir el día a día, tener la esperanza de organizar los papeles pero eso era casi imposible (Rosalba, Canadá, 2008).

Tener papeles para mi significaría tener una seguridad, decir acá estoy y acá me puedo quedar, eso es mi prioridad porque uno vive en la incertidumbre, yo por lo menos sé que las cosas están en el aire (Andrea, sobrina de Rosalba, Flórida, dezembro 2008).

As precárias condições de vida associadas à falta de documentos evidenciam como as fronteiras internas, entendidas como práticas divisórias que legitimam a presença de um “nós” – nacional –, frente a “outros” – estrangeiro/imigrante⁶³⁰ podem ser ainda mais fortes que as fronteiras territoriais entre países. Assim, a busca constante de oportunidades para tornar realidade seus propósitos vira uma luta diária de confronto e superação de ditas fronteiras internas.⁶³¹

Apesar dessas dificuldades, das condições precárias de exercício da cidadania como pessoas sem documentos, esses migrantes continuam resistindo e construindo projetos coletivos, inovando nas estratégias para ser reconhecidos e para habitar dentro de um território com a carga de “não autorizados”. Para terminar, gostaria de assinalar algumas dessas estratégias e deixar algumas perguntas finais.

Lutas pelo direito à permanência: cenários e novas formas da política

Um dos aportes importantes nos debates sobre cidadania e migração tem como foco a questão das práticas políticas que atualizam constantemente a própria noção de cidadão. Nesse campo, Sassen⁶³² aborda a cidadania desde a ideia da presença dos sujeitos no território e das atuações no terreno público, práticas que dotam de reconhecimento e legitimidade sujeitos tradicionalmente desconsiderados na esfera pública. Nesse sentido, os migrantes são apresentados como atores de um exercício efetivo de práticas políticas de implicação dentro de comunidades onde não são reconhecidos juridicamente e onde lutam pelo direito de permanecer e fazer “legalmente” aquilo que fazem cotidianamente sem autorização.

Como estratégias de implicação e negociação, existem diversos cenários, entre eles, o trabalho como voluntários em diversas instituições de apoio a migrantes, igrejas e coletivos religiosos, a escola e as práticas diárias de vizinhança. Esses cenários apresentam dinâmicas de aprendizados (língua, normatividades, dinâmicas institucionais, ofícios), de construção de redes sociais e principalmente de constituição de projetos coletivos com migrantes de diferentes procedências e níveis de articulação ao novo território.

630 MORA Belvi; MONTENEGRO, Marisela. Fronteras internas, cuerpos marcados y experiencias de fuera de lugar. Las migraciones internacionales bajo las actuales lógicas de explotación y exclusión del capitalismo global. Athenea Digital, Barcelona, n. 15, p. 1-19, 2009. Disponível em:

<<http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/330>>.

631 Cabe mencionar que essas fronteiras caracterizadas como as fronteiras internas são vividas não apenas pelos indocumentados, mas também por muitos migrantes que, apesar de alcançar o status de cidadãos, em suas práticas cotidianas continuam excluídos e autoexcluídos de uma comunidade política que juridicamente os reconhece, ou seja, continuam sendo cidadãos estigmatizados e continuam naturalizando seus lugares de subordinação.

632 SASSEN, Saskia. La formación de las migraciones internacionales: implicaciones políticas. *Revista Internacional de Filosofía Política*, Madrid, n. 27, 2006; SASSEN, Saskia. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Ediciones Traficantes de Sueños, 2003. Cap 4. Reubicar la ciudadanía. Posibilidades emergentes en la nueva geografía política.

Um caso interessante é o centro El Sol um espaço liderado por indígenas Jacaltecos Mayas na cidade de Júpiter, na Flórida. Essa iniciativa tem como principal propósito o trabalho com os *jornaleros* ou *dayworkers*, pessoas que normalmente estão indocumentados e constituem uma enorme força de trabalho informal, que esperam nas esquinas das ruas para que qualquer pessoa contrate seus serviços por aquele dia. Esse é um grupo bastante explorado devido à irregularidade na contratação de seus serviços. Foi precisamente essa situação a que levou um grupo de lideranças jacaltecas a iniciar um processo de negociação com o governo local para fundar o centro El Sol. Atualmente, o centro tem sede em um edifício subsidiado pelo governo local, onde se concentram diariamente entre 200 e 300 trabalhadores que, enquanto esperam uma pessoa chegar para contratá-los, acessam diversos cursos de ofícios, idiomas, alfabetização, assessoria jurídica, ou trabalham em projetos culturais coletivos. Esse processo tem sido atravessado por múltiplas tensões, principalmente o apoio do governo local, e tem sido censurado e denunciado por grupos de movimentos antimigrantes. Mas o projeto tem resistido e a sua aposta deixa claro como aqueles pensados como grupos de pessoas não autorizadas, ilegais ou criminosas no pior caso, também estão contribuindo com a construção de projetos coletivos, de convivência, solidariedade e renovação das práticas políticas dentro da localidade.⁶³³

Assim, a luta pela permanência e o sentimento de não pertença que essas pessoas enfrentam todos os dias aparecem como elementos contraditórios e, ao mesmo tempo, em constante negociação. Lidar com questões como a presença, a residência e as novas lealdades gera um campo no qual os sentidos da cidadania são reelaborados constantemente. Essas experiências colocam novos significados da cidadania não necessariamente associados à noção de pertença, e sim associados à liberdade, especificamente, à liberdade de movimento e à liberdade de permanência em condições dignas dentro de um território.

Referências

- CÁRDENAS, Mauricio; MEJÍA, Carolina. Migraciones internacionales en Colombia: ¿Qué sabemos? Working Papers Series – Documentos de Trabajo, n. 30, set. 2006.
- CONPES. *Documento 3603: Política Integral Migratoria*. Consejo Nacional de Política Económica y Social. República de Colombia. Departamento Nacional de Planeación. Bogotá, 2009.
- COUTIN, Susan Bibler. *Nation of emigrants*. Shifting boundaries of citizenship in El Salvador and The United States. Ithaca: Cornell University Press, 2007.
- _____. ¡Sí, se puede! Los sin papeles en Estados Unidos y la lucha por la legalización en los primeros años del siglo XXI. In: SUAREZ, Liliana; MACÍA, Raquel; MORENO, Ángela (Comp.). *Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía*. Perspectivas críticas desde Europa y Estados Unidos. Madrid: Ediciones Traficantes de Sueños, 2007. Disponível em: <<http://traficantes.net>>.
- DE LUCAS, Javier, La ciudadanía basada en la residencia y el ejercicio de los derechos políticos de los inmigrantes. *Cuadernos electrónicos de filosofía del derecho*, Valencia, Universidad de Valencia, n. 13, 2006.

633 Ver também: QUICENO, Natalia. Estatus jurídico y ciudadanía: experiencias migratorias de una familia colombiana en Estados Unidos y Canadá. In: NADALI, Débora Betrisey (Ed.). *Poder, políticas e inmigración en América Latina*. Barcelona: Bellaterra Ediciones, 2011.

- GAMARRA, Eduardo A. La diáspora colombiana en el sur de la Florida. Centro Latinoamericano y del Caribe de la Universidad Internacional de Florida, Miami. *Memorias sobre el seminario sobre Migración Internacional Colombiana y la conformación de comunidades transnacionales*. 2003. Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia, 2004.
- HARAWAY, D. J. A Cyborg Manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: _____. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. NovaYork: Routledge, 1991. p. 149-181.
- LAO MONTES, Agustín. «Ningún ser humano es ilegal». Novísimos movimientos sociales de migrantes en los Estados Unidos. *Universitas humanística*, Bogotá, n.66, p. 273-300, jul.-dez. 2008.
- MEZZADRA, Sandro. "Ciudadanos de frontera y confines de la ciudadanía". *Derecho de fuga*. Migraciones, ciudadanía y globalización. Madri: Ediciones Traficantes de Sueños, 2005.
- MORA Belvi; MONTENEGRO, Marisela. Fronteras internas, cuerpos marcados y experiencias de fuera de lugar. Las migraciones internacionales bajo las actuales lógicas de explotación y exclusión del capitalismo global. *Athenea Digital*, Barcelona, n. 15, p. 1-19, 2009. Disponible em: <<http://psicologiasocial.uab.es>>.
- QUICENO, Natalia. Implicaciones políticas de la migración. La ciudadanía ante nuevos marcos de pertenencia. *Revista Controversia*, Bogotá, n.193, 2010.
- _____. Estatus jurídico y ciudadanía: experiencias migratorias de una familia colombiana en Estados Unidos y Canadá. In: NADALI, Débora Betrisey (Ed.). *Poder, políticas e inmigración en América Latina*. Barcelona: Bellaterra Ediciones, 2011.
- RIAÑO Pilar; VILLA, Martha Inés (Ed.). *Poniendo tierra de por medio*. Migración forzada de colombianos en Colombia, Ecuador y Canadá. Medellín: Corporación Región; University of British Columbia, 2008.
- SASSEN, Saskia. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madri: Ediciones Traficantes de Sueños, 2003. Cap 4. Reubicar la ciudadanía. Posibilidades emergentes en la nueva geografía política.
- _____. La formación de las migraciones internacionales: implicaciones políticas. *Revista Internacional de Filosofía Política*, Madri, n. 27, 2006.
- SUAREZ, Navas Liliana. Introducción: Las luchas de los sin papeles. Anomalías democráticas y la (imparable) extensión de la ciudadanía. In: *Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía*. Perspectivas críticas desde Europa y Estados Unidos. Madri: Ediciones Traficantes de Sueños, 2007. Disponible em: <<http://traficantes.net>>.

Êxodo e narrativas do sofrimento: população *desplazada*⁶³⁴ em Bogotá

Ángela Facundo Navia^{635*}

Durante alguns meses do ano de 2006 acompanhei uma parte do trabalho realizado por duas associações civis em Bogotá e em um dos seus municípios vizinhos. Uma delas é uma grande confederação de pequenas organizações de pessoas *desplazadas* que se caracteriza por seu trabalho especificamente voltado para a população em êxodo. A sede dessa confederação fica em uma casa no centro de um município ao sul de Bogotá e nela se reúnem os líderes dos diferentes comitês de ação. Durante os meses em que visitei a sede, as pessoas que frequentemente estavam lá eram os cinco homens coordenadores dos comitês de ação e uma mulher que acompanhava as atividades de seus colegas e, na época, foi responsável pelo desenvolvimento de um programa de confecção de artesanato e joias com algumas das mulheres associadas.

A segunda organização é uma pequena associação de moradoras de um bairro que fica no sul de Bogotá, composta por mulheres que decidiram reunir-se e obter o reconhecimento legal para gerenciar projetos de caráter social no mesmo bairro em que moram. Dentre os projetos que essas mulheres coordenam há um programa de alimentação financiado pelo Programa Mundial de Alimentos visando à população *desplazada*. A definição da natureza dessa segunda organização, no entanto, não é derivada de seu trabalho com essa população. A presidenta me explicou que o objetivo de sua organização é “o atendimento da mulher e da infância em gestão e organização”, a fim de “aprender a viver bem no meio das dificuldades”.

Em relação a esses objetivos, são feitas algumas oficinas com mulheres grávidas, em situação de *desplazamiento*, para “favorecer os valores e o reconhecimento das mulheres como filhas, como mães e mesmo como mulheres”, conforme me explicaram na minha primeira visita. Aproveitando o meu pedido para acompanhar essas atividades, e esperando que a presença de alguém novo motivasse a participação das mulheres do bairro nas oficinas, a presidenta e a secretária da associação me pediram para eu ministrar algumas dessas oficinas.⁶³⁶

634 Levando em conta o forte conteúdo social, administrativo e político do termo *desplazamiento*, assim como seu uso comum na literatura estrangeira sobre o conflito na Colômbia, optei por deixar a palavra em castelhano ao invés de utilizar ‘deslocamento’, sua tradução literal para o português.

635 * Mestra em Ethnologie et Anthropologie Sociale pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, França. Doutoranda no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ.

636 A associação é composta por quatro mulheres que dividem o trabalho de maneira claramente hierarquizada. A presidenta toma conta da gerência e administração dos programas frente aos organismos financiadores e a secretária coordena o funcionamento dos programas e sua implementação. As outras duas mulheres têm os títulos de tesoureira e vocal, cargos necessários para o funcionamento legal da organização, mas sua responsabilidade na verdade consiste em tomar conta da casa e das crianças durante os momentos da entrega de alimentos ou almoços e a preparação dos alimentos, respectivamente.

Embora longe das metas estabelecidas pela associação, a presidenta concordou que as oficinas por minha conta fossem feitas sobre a questão do *desplazamiento*, já que era o assunto que me interessava. Durante a primeira oficina, pedi às mulheres para que falassem de suas necessidades presentes e como cada uma delas procurava maneiras de resolvê-las. A questão do êxodo foi gradualmente aparecendo em seus relatos, pois muitas de suas dificuldades atuais, segundo elas, eram derivadas do *desplazamiento*.

Depois da oficina, quando eu estava prestes a sair, Juliana, uma das mulheres da associação, me chamou para falar. Ela toma conta da cozinha e, durante o *workshop*, era quem arrumava tudo depois da desordem causada pelo almoço das crianças. A casa onde funciona a sede é tão pequena que não permite uma verdadeira separação dos espaços, apenas uma cortina de plástico, que normalmente está aberta, permite isolar visualmente a cozinha das outras duas salas da casa. Quando parei para esperá-la, Juliana me disse com gestos para que eu fosse prudente e atravessasse a porta de saída, e depois se aproximou para falar comigo. Juntas caminhamos alguns passos para garantir que ninguém na casa nos ouvisse, e nossa conversa começou com uma pergunta de Juliana sobre o que eu tinha dito na oficina. Ela queria saber se uma pessoa que foi *desplazada* há muito tempo poderia agora ser oficialmente reconhecida como tal. Antes de eu começar a responder, ela acrescentou que fazia a pergunta porque ela tinha sido *desplazada*.

Juliana e sua família são de uma cidade pequena do departamento de Santander,⁶³⁷ ela descreve a casa em que nasceu como sendo muito bonita. Para ir visitá-los, ela disse, as pessoas perguntavam pela casa mais bonita do povoado, e todos mostravam a casa de sua família. Sua família possuía porcos, bovinos, uma granja e a maior loja do povoado, o dinheiro não faltava e, para ela, é inevitável fazer a comparação com o lugar onde agora ela mora com seus dois filhos pequenos, que ela chama de “um barraco”. No relato que Juliana fez de sua vida, aparece várias vezes um lamento pela morte de seu pai. Quando falou da abundância e da beleza do lugar onde nasceu e viveu com sua família, disse que tudo isso foi a causa da morte de seu pai e se queixou das circunstâncias em que ele morreu. Lamentou também que os paramilitares tenham se apropriado de todas as riquezas da família e do fato de ela ter que passar por graves dificuldades econômicas.

Quando a guerrilha passava pelo povoado, comprava as provisões no armazém da família de Juliana, e às vezes perguntavam se uma vaca ou um porco estava à venda, e o pai de Juliana deixava que levassem sem pagar. Essa era a maneira de evitar problemas com eles, ela explicou, acrescentando que, quando os paramilitares chegaram à região, o pai dela teve que fazer a mesma coisa com eles, deixá-los tomar alguns animais. Mas as pessoas, por ciúmes ou inveja, Juliana não tem outra explicação para isso, disseram para os paramilitares que o seu pai auxiliava a guerrilha. A partir daí, começaram questionamentos e ameaças, mesmo quando o pai explicava sobre sua incapacidade de se recusar a entregar os bens solicitados por qualquer um desses exércitos.

É interessante observar que as grandes causas da guerra não aparecem na história de Juliana como as fontes do *desplazamiento* de sua família. Nem o discurso oficial do governo, que fala de uma guerra de contrainsurgência a qual, inevitavelmente, deixa vítimas civis, nem o discurso da oposição, denunciando um plano bem organizado para despojar os camponeses de suas terras, nem qualquer outro discurso oficial ou público sobre o conflito na Colômbia aparece nas explicações que ela construiu. Para ela, a inveja e os ciúmes

637 Os departamentos são o primeiro nível da divisão político-administrativa do território nacional da Colômbia, mais ou menos equivalentes aos estados no Brasil. Santander é um departamento que fica ao nordeste do país, perto da fronteira com a Venezuela e a uma distância aproximada de 400 km da capital nacional, Bogotá.

de seus vizinhos foram a causa da tragédia; nesse caso, como proposto por Das,⁶³⁸ os limites entre a vida cotidiana de Juliana e sua família, e o caráter extraordinário do evento de violência que o alterou, foram traçados em termos do fracasso da gramática do ordinário.

Não se trata de Juliana desconhecer as explicações oficiais sobre as causas da guerra, ou ignorar as suas implicações, de fato, em seu relato ela opta por apresentar a neutralidade de seu pai envolvido em uma luta que não faz sentido para ele, o que faz dele uma vítima da guerra entre os exércitos.⁶³⁹ Ainda que ela conheça os discursos oficiais e acredite em uma das versões sobre os acontecimentos nacionais, a explicação do que aconteceu com ela e sua família não é encontrada por ela em qualquer um desses lugares, mas encontra-se dentro dos limites de seu universo, ou seja, nas relações que a constituíam como sujeito, as mesmas que compunham os limites do seu mundo.⁶⁴⁰

Um dia, os paramilitares entraram na casa onde estava a mãe de Juliana junto com um de seus irmãos e dois primos, um deles tinha chegado para passar férias no povoado. A mãe de Juliana foi obrigada a se ajoelhar, os três rapazes foram deitados na frente dela e os paramilitares atiraram neles. Juliana pediu que eu imaginasse o que sua mãe sentiu olhando os meninos morrer. Após o assassinato, os paramilitares lhes ordenaram a abandonar a região para evitar a morte dos outros. Toda a família teve que fugir imediatamente, sem levar nada com eles, e foram para Bucaramanga, a capital do departamento, onde todos tiveram que morar em um quarto muito pequeno. Juliana decidiu se mudar para Bogotá, mas os pais ficaram e foram encontrados pelos paramilitares, que continuaram a ameaçá-los, desta vez pelo telefone, pois queriam que eles deixassem a região e não apenas o povoado.

Após esses episódios, seu pai nunca mais foi a mesma pessoa, ela disse. A partir desse momento ele ficou doente, e os médicos disseram que eram problemas cardíacos, mas Juliana “sabe” que tudo isso foi por causa do que ele viveu, e é por isso que Juliana diz que os paramilitares mataram seu pai. Algumas pessoas tinham dito para os pais de Juliana que eles tinham o direito de exigir subsídios do governo, mas eles acreditaram que, se solicitados, os paramilitares seriam capazes de encontrá-los. Por causa disso, nunca deixaram que Juliana e seus irmãos solicitassem a carta de credenciamento das pessoas como *desplazadas* e, até o momento da sua narrativa, ela não tinha solicitado nem a carta, nem os subsídios que daí derivam.

Nesse momento em que Juliana decidiu contar os acontecimentos, a morte do pai desempenha um papel central, embora ele não tenha sido morto com os outros homens da família no momento da incursão paramilitar. Juliana não estava presente no momento do massacre, e ela sequer justifica sua ausência dizendo em que lugar estava. O testemunho, supomos, vem dos filhos mortos que não podem testemunhar por si mesmos,⁶⁴¹ passando pela mãe, que é uma testemunha e vítima de uma das dores socialmente construídas como a pior na escala de classificação das emoções: a dor de mãe⁶⁴² de ver

638 DAS, V. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

639 ARENDT, H. A irreversibilidade e o poder de perdoar. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio: Forense Universitária, 1981. p. 248-259.

640 DAS, V. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*.

641 *Ibid.*

642 Vianna e Farias, a partir da análise da mobilização coletiva de mães de jovens assassinados no Rio de Janeiro, mostram como a relação mão-filho condensa-se no corpo dessas mulheres, transformando-as em seres de uma natureza particular. A conexão pela maternidade permite estabelecer laços a partir dos quais se criam fronteiras físicas e morais e, ao mesmo tempo, permite a criação de um coletivo, onde as outras pessoas que ali participam podem ser lidas e legitimadas através de tal configuração. Nessa relação a “dor de mãe” é suscetível de ser reconhecida como assunto político e de se inscrever no âmbito dos direitos (VIANNA, Adriana R.B.; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 79-116, jul.-dez. 2011).

um filho morrer. Fiona Ross⁶⁴³ mostra que, nas formas de construção das vítimas, a hierarquia social das relações de gênero se manifesta estabelecendo algumas dores como principais e outras como subsidiárias. Geralmente, no caso do *desplazamiento* forçado, as dores que são narradas em masculino são as que ocupam o lugar principal: a perda patrimonial, a desintegração da família sob sua responsabilidade, a impossibilidade de defender os membros de sua família, especialmente mulheres e crianças. As dores em feminino, até mesmo as de violência sexual (contra as mulheres e os homens, ou seja, aquelas dores que feminilizam ou que aproximam aos sujeitos à posição feminina), são vistas como sendo subsidiárias ao conflito e muitas vezes são silenciadas; exceto a dor de mãe, que é considerada “A Dor” por excelência.⁶⁴⁴

Voltando ao depoimento de Juliana, vemos que, da mãe, o testemunho passa autorizado à voz de Juliana, a qual inclui entre as vítimas seu pai, também ausente no momento do assassinato, mas que é indispensável para a existência do corpo que foi ferido de morte no momento da violência. O pai provedor aparece na história de Juliana como o eixo que articulava a família e cuja morte também marcou a morte dessa forma particular das relações tecidas entre eles, que era a que permitia a Juliana existir como ela era.

A autenticidade do sofrimento de Juliana está baseada em um fato duplo, por um lado, o sofrimento do corpo familiar, que coloca a possibilidade de sentir em seu próprio corpo a dor dos outros⁶⁴⁵ e, por outro lado, no percorrer do tempo, em um eixo temporal e espacial que marca um “antes lá” e um “agora cá”. O antes feliz e o agora desventurado delineiam um percurso de sofrimento que começa com o momento de violência máxima que causou o *desplazamiento* e continua com um longo calvário de dor. Nesse eixo do tempo são situados os eventos de seu sofrimento, que se seguem um após outro, com alguns momentos de exacerbação que marcam um ápice da dor e da indignação como aquele fato que motivou o relato.

Essa marcha infinita do êxodo em um tempo que não progride para o esquecimento ou para a cura permite sentir o exílio como um percurso espacial e temporal de sofrimento. No caso de Juliana, o sentimento de luto infinito se torna mais forte na medida em que ela não reivindicou qualquer uma das ajudas que tentam fazer suportável o processo de fuga e de reassentamento e também não denunciou os agressores perante as autoridades a fim de buscar reparação para ela e a punição dos culpados.⁶⁴⁶

643 ROSS, F. Speech and silence: Women's testimony in the first five weeks of public hearings of the South African Truth and Reconciliation Commission. In: DAS, V. et al. (Eds.). *Remaking a world: Violence, social suffering and recovery*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 250-279.

644 Nos últimos anos, os assuntos da violência sexual e de gênero têm cobrado uma importância significativa se comparados com o silenciamento a seu respeito nas décadas anteriores. Tudo isso graças, entre outros fatores, a uma forte mobilização de organizações de mulheres e de gênero, a importância outorgada ao tema por agências internacionais e, a meu ver, pela inocultável vastidão do fenômeno. Vale a pena, porém, explorar dentro dos discursos públicos sobre o conflito, se, ao se ocupar desses assuntos, se está pensando apenas nas violências sexuais (especialmente contra as mulheres e crianças, por serem os casos mais comuns) ou se está se pensando também em outros tipos de violências que poderiam ser encaradas como as violências que feminilizam e que respondem às mesmas lógicas patriarcais de gênero, que estão na base do uso das violências sexuais como armas de guerra.

645 DAS, V. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*.

646 O governo nacional encarregou o órgão chamado Red Nacional de Solidaridad Social para atender as pessoas desplazadas. A fim de estabelecer a condição de desplazado, criou-se o Sistema Nacional de Atención a la Población Desplazada (SNAIPD) e, com ele, o Sistema Único de Registro de la Población desplazada (SUR). Para o reconhecimento de uma pessoa como sendo desplazada, essa pessoa deve “descrever os fatos frente à Procuraduría General de la Nación, a Defensoría del Pueblo, as Personerías municipais ou metropolitanas ou qualquer escritório judicial. E solicitar que seja remetida, para sua inscrição na Unidad Territorial de la Red de Solidaridad Social da jurisdição onde apresentou seu depoimento, uma cópia Xerox da mesma onde se descreva claramente as circunstâncias, tempos, maneiras e lugar onde se provocou o desplazamiento”(REPUBLICA DE COLOMBIA. Ministerio del Interior y de Justicia. 2005, Decreto n. 250, de 7 fev. 2005. “por el cual se expide el plan nacional para la atención integral a la población desplazada por la violencia y se dictan otras disposiciones”).

Como Juliana nunca enfrentou o processo de demanda da carta que a credenciaria como *desplazada*, é impossível saber quais das partes da sua história ou quais formas narrativas poderiam ter sido oferecidas às autoridades governamentais, médicas e jurídicas, em uma forma de discurso que Veena Das chama de “congelado” e que privilegia os atos que são considerados como verdadeiros e não os significados que as pessoas dão a esses atos. No entanto, notamos que, dentre as vítimas passíveis de serem oficialmente reconhecidas na incursão paramilitar, o pai de Juliana não seria incluído, pois o discurso dos especialistas fundamenta o sentido de seu sofrimento em um modelo de justiça baseado na verdade, na objetividade e na prova.⁶⁴⁷ Mas Juliana insiste que foram eles, os “paramilitares”, que o mataram, e desafia o discurso especialista dos médicos que diagnosticaram problemas cardíacos como sendo a causa da morte, porque, com base nesse relato, como tentarei demonstrar mais adiante, Juliana não está procurando a construção oficial da memória nacional em que as estatísticas contam apenas aqueles que receberam as balas, mas a possibilidade de sua própria reconstrução como sujeito e da redefinição dos limites do novo mundo que ela tem para recompor longe do “lá feliz”, onde a morte do pai é o centro da reconstrução da memória.

Juliana termina seu relato explicando que, para ela, as pessoas que “brincam com a dor dos outros” não têm perdão, são pessoas que se aproveitam da situação para dizer que são *desplazadas* quando, na verdade, nunca passaram por um momento como aquele que ela viveu, quando, na verdade, essas pessoas “não sabem o que é sofrer desse jeito”. Ela apontou para algumas das mulheres que estavam na oficina que eu tinha acabado de fazer e afirmou que elas não foram *desplazadas*, que elas alegam isso apenas para obter benefícios. Como essas mulheres queriam vir e morar em Bogotá, “chegaram e disseram que elas eram *desplazadas*”. Para elas era possível fazê-lo, me disse Juliana, já que, no depoimento necessário para a obtenção da Carta de *desplazamiento*, lhes são solicitadas informações que elas conhecem como o nome do sacerdote ou do prefeito do lugar de saída e, em seguida, as autoridades acreditam.⁶⁴⁸ Mas elas não devem brincar desse jeito com a dor dos outros, se elas soubessem o que é sentir essa dor, elas não ousariam fazer o que estão fazendo, concluiu Juliana.

Quando a fala rebentou em Juliana, veio motivada pela necessidade de justiça e verdade, mas essa busca não foi feita – nem no momento do nosso diálogo nem durante os anos que passaram desde que ela saiu de sua casa – nos espaços ou nos tempos oficialmente estabelecidos pelo Estado para tal fim. Alguns autores, como Pamela Reynolds⁶⁴⁹ e Allen Feldman,⁶⁵⁰ têm observado em que medida as comissões de verdade e reconciliação excluem modelos de recordação e testemunho diferentes daqueles que o mesmo processo estabelece e determina. Nesse caso, não estamos falando especificamente do processo de Justiça e Paz, que começou na Colômbia depois da minha pesquisa de campo, mas dos processos de busca de reconhecimento oficial da condição de

647 BOLTANSKI, L. *La Souffrance a distance: Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailie, Collection Leçons de choses. 1993. 288 p.

648 O depoimento que as pessoas devem fazer, segundo a lei que rege o processo de reconhecimento como tal “deve conter, entre outras informações, as seguintes: 1. Os fatos e as circunstâncias que determinaram a condição de deslocado. 2. Lugar de onde foi obrigado a sair (lugar de onde foi expulso). 3. Profissão ou ofício. 4. Atividade econômica que realizava e bens e recursos patrimoniais que possuía antes do deslocamento. 5. Lugares de habitação atual (lugar de recepção). 6. Informação “dos membros do seu lar que o acompanham no seu deslocamento e o tipo de relação que têm com o depoente” (Red de Solidaridad Social, 2005).

649 REYNOLDS, P. The ground of all making: State violence, the family and political activists. In DAS, V. et al. (Ed.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 141-170.

650 FELDMAN, A. Strange fruit: The South-African truth commission and the demonic economies of violence. In: KAPFERER, Bruce (Ed.). *Beyond rationalism: Rethinking magic, witchcraft and sorcery*. Nova York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 234-265.

desplazamiento em que as pessoas são chamadas a contar os acontecimentos, acusar os culpados e justificar o lugar escolhido para fugir e, além disso, fazê-lo dentro do tempo especificado na lei que regulamenta o atendimento à população *desplazada*.

Além dessa falta de correspondência entre os tempos e espaços oficiais para a fala e aqueles que os sujeitos imprevisivelmente utilizam, a própria ideia de justiça e verdade está longe de ser igual para todas as partes envolvidas no conflito. A necessidade de Juliana de que a verdade fosse conhecida não está especificamente orientada a apontar para o grupo de homens que causou o *desplazamiento* e o assassinato de sua família, mas para as “falsas *desplazadas*”, para “aquelas que se aproveitam da dor dos outros para obter benefícios”, porque, no dia a dia, a dor que é intolerável é causada pelo que suas vizinhas fazem, e é novamente uma dor que se inscreve na gramática das relações cotidianas. Além disso, a dor daquilo que foi feito por esse exército de homens aparece sempre que as suas vizinhas se beneficiam de um lugar que é realmente seu, que lhe pertence porque sua dor é verdadeira, e um lugar do qual ela nunca se beneficiou por causa de seu silêncio.

Essa verdade que Juliana exige que seja conhecida está longe de ser a verdade ilustrada, na qual podem ser claramente separados os agressores e as vítimas e que é o modelo que tem estado presente como uma referência para muitos processos que buscam a reconciliação após extenuantes conflitos nacionais. Veena Das criticou alguns autores que pensam que a verdade ilustrada é um pré-requisito indispensável para “construir democracias nas sociedades atoladas em guerras”, porque, para a autora, “podem emergir práticas para dizer a verdade, não como um projeto exemplar da ilustração, mas simplesmente como um caminho para as comunidades locais aprisionadas entre a violência do Estado e da guerrilha”.⁶⁵¹

Feldman⁶⁵² também apontou os limites dos projetos de reconstrução histórica que produzem uma separação arbitrária e supostamente clara de espaços e comportamentos público-políticos e privado-domésticos como uma forma de garantir a racionalidade da história produzida. Ao realizar uma delimitação restrita da direção e da forma a serem tomadas pelos órgãos sociais que são produtos desse processo de reconstrução, outras explicações, outras razões e outras formas de cura, de memória e de esquecimento são rejeitadas e anuladas. O autor também aponta criticamente que toda a população se encontra envolvida nesses processos, porque eles apelam para a memória nacional e se tornam o único mecanismo previsto para o conhecimento da verdade e da reconciliação e para a punição dos culpados (os que são presumidos como claramente identificáveis). Implicitamente, se faz a população aceitar as condições oferecidas pela racionalidade jurídica, a qual inclui tempos e espaços restritos e prevê condições e pedagogias igualmente definidas para a fala.

No caso do reconhecimento dentro da categoria de *desplazado*, os tempos oferecidos para realizar o depoimento e a solicitação da carta são definidos de acordo com os critérios da racionalidade burocrática do Estado moderno, preocupado mais com a eficiência dos processos administrativos do que com a possibilidade de mitigar o impacto da tragédia na vida das pessoas;⁶⁵³ pois, para isso, teria que abandonar os modelos

651 Hard e Negri, apud DAS, V. Trauma y testimonio. In: ORTEGA, Francisco (Ed.). *Sujetos de dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Colección Lecturas CES, 2008a. p. 165. Tradução livre.

652 FELDMAN, A. Strange fruit: The South-African truth commission and the demonic economies of violence.

653 No caso do Estado colombiano, é preciso, além disso, sublinhar que muitos dos seus representantes e corpos políticos e militares têm sido acusados e condenados por fazerem parte da perseguição e *desplazamiento* de populações. De tal modo que, além da racionalidade administrativa, existem, sem lugar para dúvidas, outras razões para que os processos de gestão das populações em êxodo não se orientem para o reconhecimento de todas as pessoas que se declaram enquanto vítimas e para que não haja uma reparação efetiva das vítimas reconhecidas do conflito.

de eficácia das atuais democracias liberais e se adaptar aos trânsitos sinuosos nos quais circulam as pessoas no êxodo.

Outro depoimento nos dá um exemplo da não correspondência dos tempos no estabelecimento de categorias administrativas, mas também nos diz a respeito do poder que essas categorias adquirem na vida cotidiana das pessoas, apesar da arbitrariedade do seu estabelecimento.

Eu não posso receber os subsídios, mas de qualquer maneira eu venho para a oficina. Porque eu também sou uma *desplazada*, mesmo não estando credenciada. Mas eu sou *desplazada* porque eu tive que deixar minha família, meus pais tiveram que enviar seus filhos para longe, um por um, porque os guerrilheiros podiam arrolá-los. No caso de mulheres, para fazê-las suas mulheres e para a faxina, e aos homens, para recrutá-los. Faz quinze anos que eu moro em Bogotá, e graças a Deus eu tive sorte, porque o meu marido é um homem bom e nós temos um salário. Mas eu tenho irmãos que tiveram que fugir do povoado porque senão eram levados pela guerrilha, para melhor dizer, aconteceu igual ao que ocorreu comigo, eles experimentaram as mesmas coisas que eu, a mesma coisa. Mas porque eles são mais jovens do que eu, fugiram depois de mim e, então, quando eles chegaram a Bogotá, todo esse negócio do *desplazamiento* já existia, ao contrário de mim, que para mim não houve (Amanda).⁶⁵⁴

No caso do relato de Amanda, a história da nação é recriada de um jeito diferente da forma com que a produção oficial das categorias tem se reconstruído frente a si mesma e frente à comunidade internacional. O momento de reconhecimento da categoria de *desplazado* em 1997 e a decisão de atender a partir daí, como um *trauma-tropos* proposto por Feldman,⁶⁵⁵ à população classificada como tal, transformou essa data no início oficial do *desplazamiento* em massa das populações. Amanda nos lembra, não obstante, que, antes dessa data, o mesmo fenômeno já ocorria; o que sobreveio a ela antes do reconhecimento legal do *desplazamiento* foi o mesmo que aconteceu com seus irmãos, no entanto, os eventos subsequentes foram diferentes, uma vez que seus irmãos foram oficialmente reconhecidos como *desplazados* e ela não.

Amanda deixa claro que tem sorte, tem “um bom marido e um salário”, mas ao se referir a essa sorte abre uma porta para a potencialidade de não ter sido assim. No caso de não ter podido estabelecer um lugar de sucesso para si no êxodo, a injustiça seria maior, porque ela “é uma *desplazada*”. O jogo que Amanda estabelece é com o passado que engendrou um futuro potencial de infortúnio, até agora não cumprido. Caso ela perdesse as relações atuais que a definem, e caso experimentasse desventuras, o passado apareceria novamente como o lugar onde se gerou esse algo que ameaça constantemente reaparecer. Tal como explicou Grace Cho⁶⁵⁶ para o caso das mulheres coreanas nos Estados Unidos, existem figuras fantasmais invisíveis – mas não imperceptíveis – que aparecem e desaparecem na vida das pessoas e se renovam constantemente, lembrando que o tempo do futuro é um tempo potencialmente traumático.

Tanto Juliana como Amanda se autorreivindicam como *desplazadas* nos relatos que fazem de suas vidas, com isso não conseguem um reconhecimento oficial nem as res-

654 Entrevista realizada com Amanda, habitante do bairro onde funciona a organização de mulheres. Bogotá, março de 2006.

655 FELDMAN, A. *Strange fruit: The South-African truth commission and the demonic economies of violence*.

656 CHO, Grace M. *Haunting the Korean diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

pectivas ajudas que dali se derivam, mas encontram um lugar moral a partir do qual organizam seu mundo e sua própria história. Na construção desse lugar, o sofrimento desempenha um papel central. A crítica que Juliana faz às jovens que “fingem ser *desplazadas*” é baseada na mesma distinção feita por Francisco, um dos líderes da Confederação, para quem o fato de ter sido ou não submetido a um ato violento, ter sofrido ou não na carne – de modo que exista uma experiência corporal do sofrimento – se torna uma forma de legitimar socialmente a categoria de *desplazado*:

É diferente quando você teve que correr para salvar sua pele. Eu tenho que admitir que às vezes eu sinto raiva de pessoas que tiveram tempo para fazer suas malas, de organizar suas coisas e de levar todos os seus pertences; com as pessoas que não foram diretamente ameaçadas, mas que -quando eles começaram a ver que o povoado ia ficando sozinho, que já não havia ninguém e perceberam que eles também seriam varridos; então naquele momento decidiram ir embora, mas com tempo suficiente para carregar com as galinhas; enquanto a gente não pôde nem sequer tirar uma camisa. (Francisco).⁶⁵⁷

Apesar da arbitrariedade de sua criação, a categoria de *desplazado*, como vimos, é incorporada em algumas relações da vida cotidiana como uma definição possível das mesmas pessoas que permite um lugar moral legítimo de enunciação e, portanto, desejável em algumas circunstâncias. A diferenciação que seu uso estratégico permite fazer entre os habitantes da cidade, os vizinhos do bairro ou as pessoas que representam a população *desplazada* a tornam algo mais do que uma classificação burocrática. No caso dos líderes da Confederação, o uso estratégico da categoria significa a possibilidade de ter um lugar social na cidade e dá-lhes permissão para representar um grupo de pessoas. Esse lugar de representante não pode ser ocupado por qualquer um, “Que ninguém venha me falar de *desplazamiento* se essa pessoa não é *desplazada* [...] e é só aquele que passou por isso, aquele que sabe, quem tem o direito de falar” me disse Francisco em uma entrevista.

Durante o meu trabalho na Confederação, me dei conta de que os líderes falavam o tempo todo de “*desplazamiento* forçado” e raramente usavam a primeira palavra sem a segunda. Quando perguntei a Gabriel, um dos líderes, sobre a razão para fazê-lo, ele respondeu que o governo nacional estava dizendo que eles tinham chegado voluntariamente em Bogotá. Como se eles tivessem preferido estar ali contidos em casa, suportando frio e forçados a usar tantas peças de roupa e sobrevivendo com dificuldade, ao invés de ficar em casa com suas próprias coisas, afirmou Gabriel. Ele explicou ainda que os *desplazados* que não são reconhecidos como forçados pela violência são considerados sob outros critérios e se tornam migrantes por fome ou por razões econômicas e perdem o direito aos subsídios. Ele concluiu lembrando que a lei de Justiça e Paz, implementada na época para regulamentar a desmobilização paramilitar, estabelece que somente as pessoas que sofreram são verdadeiras vítimas do conflito e não simplesmente aquelas que deixaram seu lugar de moradia.

Essa relação que enunciam os sujeitos a respeito do sofrimento estabelece uma complexa gradação para diferenciar a experiência do *desplazamiento* e a legitimidade para se reivindicar como *desplazado*. Uma categoria pretensamente clara e objetiva como

657 Entrevista realizada com Francisco, coordenador de um comitê de ação da Confederação. Abril de 2006.

ferramenta de classificação se divide na vida diária e adota nuances particulares: quem sofreu e quem não; quem sofreu na própria carne e quem viu outros sofrer; quem fugiu porque poderia ter sofrido, mas não sofreu; quem conseguiu tirar os seus pertences e quem saiu sem levar nada com eles. Todos esses aspectos se combinam de maneiras diferentes, dependendo dos espaços de enunciação e das novas relações que se estabelecem entre as pessoas, e entre elas e o Estado.

Na construção discursiva de Gabriel, é o governo quem os força a recorrer à enunciação do sofrimento, cumprindo com a “retórica da miséria na qual o requerente faz um esforço para coincidir com as normas supostas da administração” para a obtenção de recursos.⁶⁵⁸ Contudo, a relação dos líderes da Confederação com o Estado é muito mais complexa, pois não se trata somente de coincidir com os critérios que sua administração propõe, mas de culpá-lo pelo *desplazamiento* e, nesse sentido, exigir a reparação pela dor ocasionada, assim, a compensação econômica é expressa em termos de direitos e não de ajudas. Quando a dor é reforçada está-se reforçando o Estado como algoz e, ao fazer isso, paradoxalmente, se exige sua presença como aparato integrado de atenção para os seus nacionais, a relação com as diferentes manifestações do Estado é uma relação com um agente que é a o mesmo tempo “temido e desejado”.⁶⁵⁹

Também ocorre, então, que, nas relações cotidianas dos líderes, o sofrimento opera como um diferenciador. Para os líderes da Confederação, ter sofrido, ter experimentado a violência na própria carne, implica conhecer o *desplazamiento*; não conhecem somente o sofrimento da experiência vivida, mas também as dinâmicas e os atores do conflito em geral. Gabriel me dizia que eles podem saber quando as pessoas estão mentindo ou contando histórias falsas para aderir à Confederação. Só depois de eu insistir muito, ele me respondeu sobre como eles poderiam saber quem está mentindo:

Eles não podem chegar dizendo qualquer coisa, nós conhecemos as regiões e os atores armados que estão em cada uma delas. Nós também temos os meios para fazer nossos controles. Eu posso saber, quando estou falando com as pessoas, quem está inventando uma história. Olha, quando você já passou por isso, você aprende o que você pode dizer e o que você deve guardar para você; mas há pessoas que falam descuidadamente, que pensam que mencionar a guerrilha é o suficiente para convencer a todos. Talvez aos funcionários do governo, mas não a nós. Os funcionários preferem ouvir casos de *desplazamiento* causados pela guerrilha, porque desse jeito eles podem equilibrar as estatísticas e depois dizer que não são os paramilitares os que mais pessoas conseguem deslocar. Mas nós sim podemos saber e dizer quando eles estão dizendo mentiras (Gabriel).⁶⁶⁰

Na resposta que deu Gabriel, não somente as experiências, mas também a economia das formas narrativas,⁶⁶¹ são indicadores da veracidade dos fatos. Ambas as formas de manifestação da verdade são baseadas em uma ideia de experiência do sujeito moderno e são o suporte da legitimação de categorias de interação. Não obstante, nesse ponto deve-se notar que a maioria das declarações dos líderes da Confederação foram

658 FASSIN, Didier. La supplique. Stratégies rhétoriques et constructions identitaires. *Revue Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 55, n. 5, p. 953-981, set.out. 2000.

659 DAS, V. Trauma y testimonio, p. 164.

660 Entrevista realizada com Gabriel, coordenador de um comitê de ação da Aliança. Maio de 2006.

661 BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue française*. Paris, n. 34, p. 17-34, 1977.

o produto de uma ou mais entrevistas que eu lhes solicitei e gravei. Esse tipo particular de relação social, juntamente com o caráter político que essa organização reivindica para si, é evidente na estrutura das formas narrativas resultantes. Em última instância, eu também fazia parte dos especialistas a quem é oferecido um discurso congelado.⁶⁶² Eles, como adversários políticos do Estado, me ofereceram a visão geral de seus próprios sistemas de classificação, e só por meio de outros intercâmbios linguísticos e afetivos, eu pude ver a vastidão das exceções e nuances desse sistema. Também é interessante notar que a vida cotidiana dos líderes da Confederação e, especialmente, os detalhes de suas próprias histórias de êxodo, foram mantidos na reserva, enquanto a atividade da Associação de mulheres é composta e permeada de vida cotidiana, e as posições e narrativas que elas considerem políticas continuam deixadas fora da associação.

É bem possível, então, que a forte reivindicação da categoria de *desplazado* por parte dos líderes da Confederação possa levar à sua negação ou ocultação em outros cenários em que essa categoria se torna indesejável. A vida cotidiana desses homens públicos também se mantém afastada do lado mais contaminante da política e se reserva para os lugares em que seu discurso oficial não delimita como fazendo parte do território da sua tarefa antagônica contra o Estado.

No que me permitiram conhecer de suas vidas cotidianas, para Francisco e para Gabriel, ser *desplazado* não é apenas a reivindicação política e a luta para que o Estado reconheça a sua culpa, é também uma luta mais silenciosa e diária contra os estereótipos históricos criados em torno das pessoas que vêm das áreas rurais para a capital do país. Em alguns de seus relatos, falaram da desconfiança que eles inspiram pelo fato de não reforçar a imagem estereotipada de *desplazado*, como alguém com marcas corporais do trabalho rural ou de seu pertencimento étnico, e com sérias dificuldades para se adaptar à cidade e conhecer o funcionamento dela. Os líderes, ao contrário, desafiam essa imagem, “fazem uso do telefone celular”, como Gabriel me disse um dia, conhecem melhor que ninguém a complexidade administrativa da capital e do governo nacional e, especialmente, não estão na capital para se divertir. Não é o sonho de morar na capital do país o motivo de seu percurso, eles insistem em que preferem estar em seus lugares com suas próprias “coisas”.

Porém, essa luta significa carregar outros estigmas que são criados para as pessoas *desplazadas*, pois aqueles *desplazados* que não conseguem se integrar silenciosamente na cidade que os recebeu são considerados pessoas perigosas que trazem o conflito e a miséria, cruzando com eles as fronteiras que os tinham mantido longe da vida urbana. Assim, parte da necessidade de usar diferencialmente a categoria de *desplazado* reside na forma como se estruturou e hierarquizou a nação com base em uma separação contrastada e antagônica entre um homem branco urbano de costumes civilizados e um homem rural étnica e racialmente marcado, representante da barbárie e da falta de progresso. Nesse mesmo movimento de antagonizar os espaços, considerou-se que a separação geográfica urbana-rural também gerava uma separação moral em termos de costumes, civilização e superioridade ética e estética do primeiro desses espaços. A cidade foi concebida como um espaço onde o processo civilizatório foi bem-sucedido e não como o lugar onde se produzem, social, política e discursivamente, as relações sociais que geram violência.

Finalmente, desde a época de 1950, quando o primeiro grande fluxo de população que fugiu da violência da época nos campos se instalou nas cidades, especialmente em

662 DAS, V. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*.

Bogotá, os habitantes da cidade estavam habituados a que essas pessoas chegassem em silêncio e fizessem seu próprio lugar, sem reclamar nada especial para si. Com o reconhecimento de uma categoria especial, esse pacto de silêncio e de gratidão é quebrado, os antigos migrantes econômicos consideram injusto que não tenham recebido subsídios, e os históricos habitantes dos bairros de chegada se incomodam com a possibilidade de que outros recebam benefícios e eles não.

A lógica cruel do atendimento à população permite a confrontação do mérito das misérias e deixa a sua solução no nível das relações intersubjetivas. A mesma diretora da organização de mulheres, onde trabalha Juliana, me contou sobre o funcionamento da associação:

A cantina funciona com dinheiro dado pelo Programa Mundial de Alimentos, mas o programa exige que os alimentos devem ser entregues à população *desplazada*. E aqui no bairro não há muita população *desplazada* como em outros bairros. Ou, então, os *desplazados* vivem nas outras colinas e para eles fica muito difícil vir até aqui. Por exemplo, um menino que mora noutra morro deve caminhar até quase uma hora para chegar aqui e lá tem outras associações que também têm cantinas e as pessoas as usufruem lá. O problema é que a associação depende da renda da cantina e também que nós temos que certificar que estamos dando a comida para a população *desplazada* e não para outros. Tudo isso incomoda muito, sabendo que existem pessoas aqui que não têm nada para comer e nós devemos devolver a comida que resta, porque as refeições do almoço devem ser comidas pelos *desplazados* e não pelas pessoas do bairro que também precisam (Graciela).⁶⁶³

Assim, a categoria oficial de *desplazado* traz alguns benefícios que outros habitantes pobres da cidade não têm, mas, ao mesmo tempo, gera desconforto e dificuldades de convivência entre as pessoas que compõem as redes básicas de relações e cuja solidariedade seria de esperar para reconstruir os laços de apoio. Não é surpreendente então que muitas pessoas que vêm à cidade, lutando para reconstruir um lugar para si e para sobreviver na monstruosa capital, preferem não ir ao encontro dos estereótipos que marcam duplamente aos *desplazados*. Para além da categoria oficial, se reivindicar como *desplazado* e construir sua história em torno de uma narrativa do êxodo é um jogo perigoso que requer o domínio dos tempos, dos lugares e dos interlocutores para tornar esse exercício algo bem-sucedido.

Depois de estar presente na primeira oficina, Amanda falou para outras mulheres do bairro que elas podiam comparecer às outras oficinas que eu ia fazer, embora não fossem *desplazadas* "oficialmente", nas sessões seguintes, algumas delas tomaram parte e contaram alguns fragmentos de suas histórias sobre o uso ou não da categoria de *desplazado*:

No começo era só porque eu estava com medo de possíveis represálias, mas depois eu percebi que era mais fácil encontrar uma casa para alugar, se eu não dizia que era *desplazada*. As pessoas não querem alugar para os *desplazados*, porque eles pensam que atrás da gente vêm os outros e que na casa que eles alugam para uma família acabam morando várias famílias. Além disso, as pessoas do bairro que também têm

663 Entrevista com Graciela, presidenta da associação de mulheres. Bogotá, fevereiro de 2006.

necessidades não veem com bons olhos que a gente receba ajuda como uma pessoa *desplazada*, enquanto eles não recebem nada. Então, era melhor se eu vivesse como todos os outros moradores do bairro.

Viver como as outras pessoas do bairro significa, nesse contexto, corresponder à obrigação moral de gratidão para com a comunidade de acolhimento e, como parte dessa gratidão, silenciar a história do conflito armado e dos conflitos corriqueiros que enfrentam os migrantes forçados com os voluntários e os históricos. Em troca, os recém-chegados serão recebidos “como outros moradores do bairro” e se esquecerá a história de violências improporcionais que os trouxe.⁶⁶⁴ Parte do pacto, conforme expressado nos objetivos da associação de mulheres, é aprender a viver bem no meio das dificuldades, e o não aparecimento dos fantasmas da guerra faz parte desse bom viver para toda a vizinhança.

As relações com a vizinhança que causam o êxodo, como na história de Juliana, e que também acarretam o silêncio e a indignação pela diferença nos graus de dor sofrida, não estão incluídas nas narrativas que se produzem como parte da inscrição nos registros oficiais. Nessas narrativas, os fatos objetivos e verificáveis não deixam espaço para a investigação do grande número de lugares que existem entre os *loci* bem definidos de vítimas e algozes. São as narrativas não congeladas que mostram a multiplicidade de formas adotadas pela dor e os vários lugares morais que se escondem atrás da poética do sofrimento.⁶⁶⁵

O perdão não é possível para aquele que brinca com a dor dos outros, nos lembra Juliana; talvez seja possível apenas para os autores que – no discurso oficial – serão (quem sabe) apresentados como os culpados, punidos e redimidos; em seguida se pretenderá buscar a eficácia do esquecimento por meio de um *trauma-tropos* que indicará o caminho a seguir para a nação. Mas como perdoar alguém que não pode ser punido se “os homens não podem perdoar aquilo que não se pode punir, nem punir o que é imperdoável”?⁶⁶⁶ Desde o êxodo, como uma marcha infinita de dor, os poderes de ação e do discurso no processo de construção de um mundo durável requerem a capacidade de criar o futuro no espaço cotidiano e exorcizar os fantasmas do passado por meio da promessa, não apenas dos algozes oficiais, mas dos sujeitos próximos que têm maior potencial cotidiano para voltar diariamente a usurpar o lugar que se ocupava no mundo.

Referências

- ARENDDT, H. A irreversibilidade e o poder de perdoar e A imprevisibilidade e o poder de prometer. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio: Forense Universitária, 1981. p. 248-259.
- BOLTANSKI, L. *La Souffrance a distance: Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Métailie, Collection Leçons de choses, 1993. 288 p.
- BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue française*. Paris, n. 34, p. 17-34, 1977.

664 CHO, Grace M. *Haunting the Korean diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*.

665 DAS, V. Trauma y testimonio.

666 ARENDT, H. A irreversibilidade e o poder de perdoar e A imprevisibilidade e o poder de prometer, p. 250.

- CHO, Grace M. *Haunting the Korean diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. 232 p.
- DAS, V. *Life and words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007. 296 p.
- _____. Trauma y testimonio. In: ORTEGA, Francisco (Ed.). *Sujetos de dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Colección Lecturas CES, 2008a. p. 145-169.
- _____. El acto de presenciar: Violencia, conocimiento envenenado y subjetividad. In: ORTEGA, Francisco (Ed.). *Sujetos de dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Colección Lecturas CES, 2008b. p. 217-250.
- FASSIN, Didier. La supplique. Stratégies rhétoriques et constructions identitaires. *Revue Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 55, n. 5, p. 953-981, set.out. 2000.
- FELDMAN, A. Strange fruit: The South-African truth commission and the demonic economies of violence. In: KAPFERER, Bruce (Ed.). *Beyond rationalism: Rethinking magic, witchcraft and sorcery*. Nova York; Oxford: Berghahn Books, 2002. p. 234-265.
- REPUBLICA DE COLOMBIA. Ministerio del Interior y de Justicia. 2005, Decreto n. 250, de 7 fev. 2005. "por el cual se expide el plan nacional para la atención integral a la población desplazada por la violencia y se dictan otras disposiciones".
- REYNOLDS, P. The ground of all making: State violence, the family and political activists. In DAS, V. et al. (Ed.). *Violence and subjectivity*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 141-170.
- ROSS, F. Speech and silence: Women's testimony in the first five weeks of public hearings of the South African Truth and Reconciliation Commission. In: DAS, V. et al. (Ed.). *Remaking a world: Violence, social suffering and recovery*. Berkeley: University of California Press, 2001. p. 250-279.
- VIANNA, Adriana R.B.; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 79-116, jul.-dez. 2011.

União Cigana do Brasil: construção de identidade e codificação política na esfera pública

Mirian Alves de Souza^{667*}

Este texto tem por objetivo examinar a construção de uma identidade cigana pública, focalizando a associação cultural e política União Cigana do Brasil (UCB). A partir dessa associação, exploro a codificação da identidade cigana, considerando seus elementos locais e supralocais. O texto está dividido em três partes: na primeira parte, contextualizo o trabalho de campo na UCB; na segunda parte, exploro os 'denominadores comuns' culturais e políticos definidos como constitutivos da identidade cigana por Mio Vacite, presidente da UCB. Por fim, na terceira parte, problematizo o discurso da UCB no contexto de outro projeto identitário, o da Fundação Santa Sara Kali (FSSK). Dessa maneira, pretendo contribuir para o debate sobre a construção de identidades ciganas e codificações políticas no Brasil contemporâneo, a partir de uma análise baseada em dados etnográficos.

Da Aoja a UCB: trabalho de campo e *associação cigana* no Brasil

Enquanto fazia minha pesquisa de mestrado sobre a participação institucional de ciganos *calons* no Judiciário do Rio de Janeiro,⁶⁶⁸ identifiquei que a primeira entidade de classe do Tribunal de Justiça, a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado da Guanabara (Aoja), foi fundada, em 1956, em resposta à declaração de um corregedor que classificou os oficiais de justiça "como a praga do Tribunal de Justiça", alegando que, à época, a classe era "dominada pelos ciganos". O preconceito expresso por esse corregedor contra os ciganos, que ocupavam um número bastante expressivo de posições como oficiais de justiça no Judiciário do Rio de Janeiro, aparece na memória oficial da Aoja como a razão para a sua criação.

Ainda que a Aoja não seja uma associação cigana, ela pode ser considerada uma das primeiras iniciativas de ciganos brasileiros em sua organização em resposta ao preconceito. Interessada em iniciativas de organização coletiva como essa, passei a focalizar, no doutorado, como contexto etnográfico de minha pesquisa, a União Cigana do Brasil (UCB), uma associação que, como a Aoja, também se constitui em resposta ao preconceito dirigido aos ciganos. Diferentemente da Aoja, entretanto, a UCB dirige-se a todos os ciganos no Brasil e não apenas aos membros de uma categoria profissional.

667 * Doutora em Antropologia PPGA/UFF; professora IEAR/UFF e pesquisadora Nufep/Neom, INCT-InEAC/UFF.

668 SOUZA, M. Os calons do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense.

Meu primeiro contato com a UCB se deu por meio de seu presidente, Mio Vacite,⁶⁶⁹ durante um evento da comissão que ele integra contra a intolerância religiosa no Rio de Janeiro.⁶⁷⁰ Nesse evento me apresentei como pesquisadora e, atendendo a meu pedido, foi marcada a primeira entrevista. A partir daí comecei a frequentar a casa de Mio Vacite regularmente e a participar de outras atividades de sua associação, como entrevistas concedidas a jornais e programas de televisão, debates e shows em eventos públicos e privados. O trabalho de campo se deu pela observação participante das atividades da UCB e de entrevistas formais e informais com Mio Vacite, seus familiares e outros membros da associação.⁶⁷¹

O que é a União Cigana do Brasil?

A UCB é uma *associação cigana* criada em 1990 por Mio Vacite para, em suas palavras, “resgatar, moralizar e preservar a cultura do povo cigano, esclarecendo suas tradições e revertendo a imagem preconceituosa advinda da desinformação, que tanto prejudica a interação dos ciganos com as variadas sociedades”.⁶⁷² A UCB funciona na casa de Mio Vacite, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro, e não recebe contribuição regular do Estado brasileiro ou de qualquer outra fonte. A UCB possui registro formal no cartório do Rio de Janeiro como associação cultural sem fins lucrativos e não conta com posições remuneradas, sendo todas as posições voluntárias e quase sempre ocupadas por membros da família Vacite: Mio Vacite é o presidente; seus filhos, Marcelo e Ricardo Vacite, diretores e sua mulher, Jacqueline Alves, secretária. Vale destacar que os Vacite são uma família de artistas, sendo Mio Vacite e seus filhos músicos profissionais e sua mulher e nora dançarinas e cantoras. Por ser formada por músicos, Mio Vacite costuma apresentar a UCB como uma associação cultural, justificando que sua participação em eventos culturais é muito mais expressiva do que sua atuação em espaços políticos e governamentais.

Baseada na pesquisa etnográfica que realizei na UCB, observo que a associação, embora tenha pretensões nacionais, consiste em uma família nuclear.⁶⁷³ Daí, ao longo desse texto, minhas referências à UCB ou a Mio Vacite aparecerem sem praticamente distin-

669 Mio Vacite é um ‘agente político’ (BARTH, F. *Etnicidade e o conceito de cultural*, Antropolítica, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2007. Barth 2007) cigano, que, como tal, mobiliza a etnicidade cigana publicamente. Ele nasceu no Brasil, em 1941, e sua família tem origem iugoslava. Como músico violinista e presidente de uma associação cigana, Mio Vacite produz discursos públicos sobre os ciganos no país, sendo um ator importante na construção de uma identidade cigana pública no Brasil.

670 A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) é uma iniciativa da sociedade civil no Rio de Janeiro, reunindo representantes de 18 entidades não governamentais, entre as quais a União Cigana do Brasil, artistas, lideranças religiosas e representantes da polícia civil. A CCIR organiza a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, evento que está em sua quarta edição no Rio de Janeiro. Além disso, a comissão promove reuniões regulares para discutir possíveis soluções para o problema da intolerância religiosa, mobilizando a sociedade através por meio da distribuição de material informativo produzido pela comissão, como DVDs, cartilhas e panfletos. Sobre a CCIR e a questão da intolerância religiosa no Rio de Janeiro, ver MIRANDA, Ana Paula. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2009-2, p. 125-152, 2010.

671 Os dados etnográficos aqui analisados foram recolhidos durante a minha pesquisa de campo na União Cigana do Brasil e com famílias ciganas no Rio de Janeiro entre fevereiro de 2008 e dezembro de 2010. Esta pesquisa foi financiada por uma bolsa de doutorado da Capes e CNPq.

672 Disponível em: <<http://www.iteia.org.br/uniaocigana/comp>>. Vale observar que, antes de criar a UCB, Mio Vacite esteve vinculado, inclusive como presidente, ao Centro de Estudos Ciganos (CEC). O CEC funcionou de 1986 até aproximadamente 1991 e é a primeira iniciativa institucional de ciganos em se posicionar na esfera pública. Antes disso, tenho registro de sociedades étnicas, mas essas são estruturadas exclusivamente para os ciganos, especificamente para certas redes familiares, ver SOUZA, M. *Os calões do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana*.

673 O caráter familiar da UCB não é estranho à lógica pessoalizada das relações sociais e políticas no Brasil e de outras associações ciganas, como observei na Argentina (SOUZA, M. *Ciganos, roma e gypsies: categorias de atribuição e classificações identitárias*. Travessia – A revista do imigrante, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, ano XXIII, n. 67, p. 59-67, jul.-dez., 2010.) e Barany (BARANY, Z. *Ethnic mobilization without prerequisites: the East European Gypsies*. In: *World Politics*, Cambridge, v. 54, n. 3, p. 277-307, abr. 2002) e Marushiakova e Popov (MARUSHIAKOVA, E.; POPOV, V. *The Roma: a Nation without a State? Mitteilungen des SFB “Differenz und Integration”* 6: *Segmentation und Komplementarität*, Halle, 14, p. 71-100, 2004) no Leste Europeu.

ção. Nesse sentido, passo a listar as quatro principais atividades desenvolvidas por Mio Vacite, com o apoio de sua família, na UCB:

- 1- representar os ciganos na sociedade brasileira, participando, por exemplo, da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais, e de eventos ligados à memória do Holocausto no Rio de Janeiro;⁶⁷⁴
- 2- prestar assistência social a acampamentos ciganos por meio de doações de alimentos e roupas que a UCB pede ao setor privado;
- 3- reclamar junto aos meios de comunicação e ao Estado brasileiro sobre a veiculação de ideias e representações sobre os ciganos que reproduzem estereótipos negativos em relação a eles;
- 4- construir uma identidade cigana na esfera pública por meio da produção de discursos e narrativas, veiculados em conferências, palestras e apresentações em eventos culturais e políticos, bem como de declarações à imprensa e da participação em pesquisas e publicações.

'Denominadores comuns' culturais e políticos na construção da identidade cigana pública

Aqui pretendo explorar três questões relacionadas à construção de uma identidade cigana pela UCB. Primeiro, o uso do termo *cigano* como categoria política; segundo, os elementos que fazem parte do imaginário nacionalista como língua, bandeira e hino; e, por fim, a afirmação de que os ciganos são vítimas de perseguição étnica. Ao explorar essas três questões, analiso elementos centrais na codificação que molda e define a identidade cigana para a UCB, considerando seus aspectos culturais locais, mas também sua dimensão transnacional. Em linhas gerais, apresento normatizações que o agente político Mio Vacite quer estabelecer para a identidade cigana na esfera pública.

1) Cigano como categoria étnica e política

No discurso público da UCB, a categoria *cigano* representa o 'denominador comum' para uma pluralidade de identidades étnicas, como, por exemplo, *calon*, *kalderash*, *moldowaia*, *sibiaia*, *horahano*, *lovaria*, *mathiwia*, *boiash*.⁶⁷⁵ Na perspectiva da UCB, a categoria cigano descreve e unifica esse conjunto de identidades que se encontram ou podem ser encontradas no Brasil – onde se observa a existência de registros históricos da presença de ciganos desde o período colonial.⁶⁷⁶ A diversidade de identidades ciganas é reconhecida pela UCB e, como diz Mio Vacite,

674 Enquanto a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa é uma iniciativa da sociedade civil, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais está ligada a uma política interministerial do Estado brasileiro. Em relação aos eventos ligados à memória do Holocausto, menciono, por exemplo, a cerimônia na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em homenagem ao Dia Internacional de Memória das Vítimas do Holocausto e palestra no Colégio Liessin.

675 Nesse processo de codificação da UCB, observo que o discurso público de Mio Vacite exclui determinados atores que se identificam como ciganos sem laços de parentesco e por razões que envolvem construções de religiosidade e socialidade, como a identificação com um "estilo de vida".

676 Registros da presença de ciganos no Brasil datam do período colonial, sendo os primeiros referentes a penas de degredo. Ciganos de origem ibérica e que se designam como *calon* chegaram ao Brasil deportados de Portugal ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, mas também não compulsoriamente em sucessivas migrações ao longo dos séculos XVIII e XIX. A partir do século XIX, documentos históricos passam a se referir à chegada de ciganos conhecidos como *rom* e, em sua maioria, provenientes da Europa Oriental (SOUZA, M. Os *calon* do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana; BORGES, I. Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na Primeira República. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora; PIERONI, G. Vadios e ciganos, heréticos e bruxas. Os degredados no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Fundação Biblioteca Nacional, 2000).

existem muitos clãs ciganos: os *horahano*, os *lovaria*, os *mathiwia*, os *kalderash*, os *sinti*... A minha mãe é de um clã que só existe ela no Brasil. [...] Da mesma forma como tem a colônia de italianos no Brasil, também existe a de ciganos com seus vários clãs. Não se pode generalizar os clãs [...]. No Brasil, desde 1564, existe o clã dos portugueses. Minha família é do clã eslavo, da Iugoslávia [...]. Tem os que vieram da Hungria, da Bulgária, da Polônia, da Rússia.

Para Mio Vacite, entretanto, essas diferenças entre os ciganos devem se limitar à 'intimidade cultural' da "colônia",⁶⁷⁷ sendo esquecidas na esfera pública. Quer dizer, nos contextos de interação com os não ciganos, deve prevalecer uma identidade cigana mais geral (identidade nacional), sendo irrelevantes identidades específicas como *kalderash*, *horarano*, *calon*, *lovari*, etc. Por que unificar em uma categoria identitária uma pluralidade de identidades? No discurso de Mio Vacite, os ciganos devem reconhecer que, apesar de existirem diferenças entre eles, também existem elementos comuns (como um histórico de perseguição, hostilidade e preconceito baseado em estereótipos) que justificam a afirmação de uma identidade compartilhada. Assim, mesmo que a 'comunidade imaginada' cigana no Brasil seja marcada por um forte pluralismo étnico, existem elementos culturais comuns que a unificariam. Considero que esse é o contexto no qual, como diz o antropólogo Fredrik Barth,

se forma o mito central da etnicidade: o *non sequitur* que afirma que se 'nós' da identidade minoritária compartilhamos tantas diferenças em relação aos 'eles' dominantes [...] devemos ser semelhantes uns aos outros, compartilhando uma cultura que reflita essas diferenças em relação a outra cultura (BARTH, F. *Etnicidade e o conceito de cultural*, p. 22).

Para Mio Vacite, deve ser usada a categoria cigano em detrimento de outros termos possíveis, como *rom*, bastante em voga no que se refere ao ativismo transnacional. O uso do termo *cigano* em vez de outra categoria identitária contrapõe o discurso da UCB ao de outras associações, especialmente na Europa, mas também na diáspora, em países como Estados Unidos, Canadá e Argentina. Nesses contextos, agentes políticos ciganos e associações reivindicam o uso da categoria *rom* ao invés de *gypsy* ou *gitano*, alegando que cigano é uma categoria inadequada, porque é "de fora" e marcada por imagens estereotipadas (como nômades, ladrões, mágicos). Em contraste, a categoria *rom* (*roma* no plural) seria a forma mais correta de classificação por corresponder a uma palavra da língua cigana *romani*, portanto, nativa e livre de estereótipos negativos.⁶⁷⁸

Existem três motivos centrais para que Mio Vacite não reclame o uso da categoria *rom* no lugar de cigano: 1) a reivindicação da categoria *rom* (ou *roma* no plural) exclui fundamentalmente os ciganos *calons*, porque esses não se reconhecem como *roma* – diferentemente de ciganos como os *horahano*, *kalderash* e *lovari*, etc. A categoria *rom* (sendo uma palavra da língua *romani*) não é nativa para os ciganos *calon*, que não falam o *romani*,

677 Sobre o conceito de "intimidade cultural", ver HERZFELD, M. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*. Nova York; Londres: Routledge, 1997. "Colônia" é uma categoria nativa utilizada por Mio Vacite para descrever a comunidade cigana no Brasil. Essa categoria corresponde à tradução que ele adotou para *roma*, plural de *rom*. Assim, a mesma frase pode ser dita usando *roma* ou *colônia*, por exemplo: "A *roma*/ colônia tem me procurado porque não está satisfeita com o que os jornais estão falando".

678 Os ativistas Jorge Bernal, diretor do Identidad Cultural Romani Argentina, e Ronald Lee, diretor do Roma Community Center no Canadá defendem o uso da categoria *rom* e *roma*.

mas sim o *calon* ou *chibi*;⁶⁷⁹ 2) não adianta modificar a categoria cigano para *rom* no sentido de se afastar dos estereótipos: “É preciso moralizar o termo cigano, reivindicando que a sociedade não passe mais a associar cigano a uma identidade negativa, porque se começamos a usar *rom* para fugir dos estereótipos, daqui a duas gerações, vão xingar ‘rom’”;⁶⁸⁰ 3) o uso da categoria *rom* implica a publicização da língua *romani* na esfera pública, sendo Mio Vacite absolutamente contrário a iniciativas de divulgação da língua cigana entre não ciganos. Nesse sentido, ainda que se trate da divulgação de apenas uma palavra, Mio Vacite argumenta que, sendo a língua um importante elemento de reconhecimento identitário, uma vez que “apenas os ciganos a conhecem”, sua divulgação colocaria em risco o valor da língua como diacrítico cultural constituinte da fronteira étnica.⁶⁸¹

2) Língua, bandeira e hino

No discurso público de Mio Vacite, a língua *romani* é valorizada como elemento constitutivo, mas não determinante da identidade cigana. Assim, mesmo sendo um diacrítico cultural importante, a língua não é considerada um ‘denominador comum’ da identidade. Quanto a isso, Mio Vacite argumenta que a língua não pode ser um elemento congregador por causa de sua enorme variação dialetal: “os diferentes clãs não se entendem, porque falam um *romani* muito diferente”. Os ciganos *calon*, de origem ibérica, ignoram a língua, não identificando o *chibi* que “falam”⁶⁸² VaciteVacite s.. A UCB se articula e dialoga com os símbolos e narrativas produzidas por agentes políticos que possuem um papel importante na imaginação dos ciganos como uma comunidade transnacional, a exemplo de Ronald Lee, Jorge Bernal e Ian Hancock.⁶⁸³ Mas, de que maneira a UCB dialoga e se articula com esses agentes políticos?

A competência da língua *romani* permite que Mio Vacite tenha acesso a essas redes de ativismo supra supralocal. Como fala e, especialmente, escreve em *romani*, ele pode se comunicar com agentes políticos de vários países. Dessa forma, a UCB se tornou associada à International Roma Federation, associação fundada por Ian Hancock, e mantém relações com a Identidad Cultural Romani, associação argentina dirigida por Jorge Bernal na Argentina,⁶⁸⁴. A importância da língua *romani* para o estabelecimento dessas conexões, no entanto, não reside apenas em seu caráter instrumental, ao garantir a comunicação entre os atores, mas sim no valor simbólico da língua como sinal de dis-

679 Semelhanças entre as línguas *romani* e *calon* ou *chibi* são observadas por especialistas, como o linguista Fabio Melo, que considera o *calon* ou *chibi* uma variação dialetal do *romani* (MELO, F. Os ciganos *calon* de Mambá. Brasília: Thesaurus Editora, 2005). Diferentemente do *romani*, que possui uma estrutura linguística, o *chibi* dos *calons* se constitui fundamentalmente como um repertório lexical.

680 Para modificar as representações negativas associadas à categoria cigano, uma das primeiras ações de um movimento político cigano no Brasil foi exigir a mudança na definição do verbete “cigano” nos dicionários. O dicionário Aurélio, que é significativamente adotado por escolas em todo o Brasil considerou o pedido, alterou o texto, retirando os sinônimos “trapaceiro” e “velhaco”, contidos em sua versão de 1986, mas manteve o estereótipo básico após sua retificação: “CIGANO: S.m. 1. Indivíduo de um povo nômade que tem um código ético próprio, vive de artesanato, de ler a sorte, e se dedica à música: homem de vida incerta” (FERREIRA, A. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 213). Apesar disso, Mio Vacite reconhece a mudança no Aurélio como positiva, porque ao menos foram retirados os adjetivos extremamente negativos em um dos dicionários de maior circulação nacional, ver Souza, M. Ciganos, Roma e Gypsies: categorias de atribuição e classificações identitárias 2010.

681 A resistência de ciganos na divulgação de sua língua é abordada pela antropóloga Anne Sutherland (Gypsies: The hidden Americans. Nova York: The Free Press, 1975) e pela escritora Isabel Fonseca (Enterrem-me em pé. Os ciganos e a sua jornada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

682 Ciganos *rom* ou *calon* não falam necessariamente as línguas que lhes são atribuídas.

683 Ronald Lee é diretor do Roma Community Center, no Canadá; Ian Hancock é professor da Universidade do Texas, e vinculado ao International Roma Federation; Jorge Bernal é escritor e diretor do Identidad Cultural Romani Argentina. A produção discursiva desses agentes políticos tem um papel fundamental para a narrativa nacional cigana.

684 Jorge Bernal esteve no Rio de Janeiro, em 1986, para participar de evento organizado pelo Centro de Estudos Ciganos (CEC), ao qual Mio Vacite esteve vinculado.

tinção étnica dentro da 'comunidade cigana imaginada'. A língua, nesse sentido, pode não determinar a posição dos sujeitos, mas certamente contribui para a estruturação de uma hierarquia no contexto das redes de ativismo. Quanto a isso, observo que é bastante significativo que as posições de poder, reconhecimento e status no contexto dessas redes sejam ocupadas por falantes do *romani*. Vale destacar ainda que, além de falarem o *romani*, todos os agentes políticos mencionados acima são indivíduos cuja profissão consiste em larga medida no manuseio da língua (ainda que não necessariamente o *romani*): escritores, professores, linguistas, advogados e músicos, o que certamente contribui para a produção de narrativas e discursos públicos sobre os ciganos (Lee 2000; Hancock 2002; Bernal 2002).⁶⁸⁵

O processo de codificação da identidade cigana pela UCB, envolvendo símbolos e elementos relacionados às redes de ativismo transnacional, não passa apenas pela bandeira e o hino. A afirmação dos ciganos como uma 'comunidade transnacional' marcada por um histórico de perseguição (focalizando o Holocausto, por exemplo) também é um elemento importante na codificação da identidade cigana tanto pela UCB quanto pelas redes ativismo transnacional.

3) Narrativa de vitimização

Analisando o material etnográfico reunido, noto no discurso de Mio Vacite muitas referências aos ciganos como vítimas de preconceito, hostilidade, escravização, genocídio, assimilação e migração forçada. Em várias ocasiões, durante o trabalho de campo, Mio Vacite me mostrou um arquivo no qual organiza uma documentação específica sobre casos de perseguição étnica aos ciganos. Entre os registros, o agente político fez questão de me mostrar três documentos: primeiro, um anúncio de jornal no qual se anuncia a venda de um cigano na Romênia: "veja, os ciganos eram escravos na Romênia em 1853"; segundo, uma ordem do rei de Portugal, no século XVI, deportando ciganos para o Brasil Colônia; e, terceiro, imagens de ciganos em campos de concentração na Europa sob ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Tais documentos constituem, para Mio Vacite, 'evidências' que registram certa continuidade aparente da condição de vítima dos ciganos.

Considero que a definição dos ciganos como vítimas opera uma inversão em termos morais dos estereótipos negativos que lhes são imputados. A consequência lógica da afirmação de uma identidade vitimizada é colocar em questão o estigma de criminosos, especialmente de ladrões, bastante difundido na sociedade brasileira.⁶⁸⁶ Além disso, e não menos importante, essa narrativa justifica a participação dos ciganos na esfera pública, como passo a descrever a seguir a partir de duas arenas: a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa e os eventos ligados à memória do Holocausto no Rio de Janeiro.

685 LEE, R. The Roma as victim of genocide, 2000. Disponível em: <http://www.romatoronto.org/facts_genocide.html>; HANCOCK, I. We are the Romani people. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002; BERNAL, J. Anglune Lava. In: HANCOCK, I. We are the Romani people. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002. p. xv-xvi.

686 Sobre o estigma dos ciganos na sociedade brasileira, ver DONOVAN, B. Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil. In: Journal of Social History, Oxford, v. 26, n. 1, p. 33-53, outono 1992; DONOVAN, B. Os calões do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana. Souza 2006; PIERONI, G. Vádios e ciganos, heréticos e bruxas. Os degradados no Brasil Colônia Pieroni 2000; e CARNEIRO, M. Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR)

Mio Vacite explica sua participação na CCIR por dois motivos. Primeiro, ele argumenta que deve ocupar um espaço político aberto aos ciganos na esfera pública, aproveitando a oportunidade porque a identidade cigana, como canal de participação política na sociedade brasileira, é bastante limitada. Segundo, Mio Vacite considera que a questão da intolerância religiosa diz respeito à UCB, porque afeta os ciganos do ponto de vista de práticas que lhes são tradicionalmente associadas, como a leitura de mãos e o jogo de cartas. A cartomancia ou quiromancia são práticas que possuem um papel importante na economia doméstica de famílias ciganas, sendo a 'intolerância' a elas, portanto, um *problema*. Tais práticas culturais podem ser enquadradas como contravenção penal ou estelionato, justificando que o indivíduo que a desenvolva seja levado a uma delegacia e preso, dependendo da interpretação policial.⁶⁸⁷ Nesse sentido, a intolerância oficial (e o preconceito difuso em relação a essas práticas) vitimiza os ciganos, justificando a participação de Mio Vacite na CCIR, que, segundo seus membros, "tem como objetivo lutar pelo reconhecimento positivo de práticas culturais e religiosas que ainda são tratadas de forma estigmatizante pela democrática sociedade brasileira".

Existe um histórico de intolerância a práticas relacionadas à cartomancia e quiromancia no Brasil que, para Mio Vacite, contribuem para a construção de uma narrativa de vitimização. Os ciganos que trabalham com práticas culturais não reconhecidas ou erroneamente reconhecidas pelo Estado são, nas palavras de Mio Vacite, "jogados na marginalidade [...] porque o Estado não permite que façam seu trabalho de forma autorizada". Na visão do agente político, e também de sua mulher, que possui forte interesse pela questão porque é cartomante, os ciganos são diretamente afetados em seu trabalho. A seguir vejo uma similaridade interessante entre a narrativa de vitimização de Mio Vacite e o registro da historiadora Isabel Borges em relação a um caso de prisão envolvendo ciganos que trabalhavam com cartomancia, em 1915, no estado de Minas Gerais (Borges 2007).⁶⁸⁸

Milano Donoristi, de nacionalidade sérvia, compareceu ontem, em companhia de suas patrícias Doria e Maria, na delegacia policial, pedindo licença para exercer sua profissão de cartomante. Donoristi exibiu um maço de atestados cujo valor nulo, mal sabia ele que ia demonstrar pouco depois. E foi assim que, o sr. dr. delegado, longe de conceder-lhe a licença, mandou imediatamente detê-lo, encarcerando-o no cubículo bem como as suas companheiras. Perdeu Donoristi uma boa ocasião de não ir à cadeia e de dar valor aos seus atestados, pois, se ele prevê o futuro de qualquer pessoa, devia também ter previsto o mau desfecho de sua missão".⁶⁸⁹

Os ciganos fracassaram ao tentar regularizar seu trabalho nesse episódio. Interessante analisar como o delegado de polícia e o jornalista, que escreveu a notícia, desqualificam radicalmente a intenção dos ciganos em trabalhar de forma legal com uma

687 A leitura de mãos ou de cartas pode ser classificada como "exploração da credulidade pública" (contravenção penal), mas também como "estelionato" (crime econômico). Essa prática pode, portanto, implicar na detenção e prisão do indivíduo. Sobre o assunto, ver CARVALHO, A. C. D. *Visões e representações sobre as práticas populares de saúde em São Paulo de 1950 a 1980: uma análise de acórdãos judiciais*. Justiça & História, Porto Alegre, v. 4, p. 259-292, 2004.

688 BORGES, I. *Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na Primeira República*.

689 *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, 15 de mai.o de 1915.

atividade relativamente comum, ainda que em termos formais sempre tenha sido vista com ambiguidade. Nessa direção, o sociólogo Liegeois argumenta que a legislação, pelos efeitos que produz, contribui para alimentar e reforçar os aspectos da imagem que lhe são indispensáveis. A legislação faz o cigano viver na instabilidade, e este é, depois, qualificado como instável (Liegeois 1989:28).⁶⁹⁰

Nesse sentido Vacite .. Para o agente político, o reconhecimento de que os ciganos foram vítimas de Hitler pode contribuir para a modificação das representações negativas sobre os ciganos que circulam no imaginário cultural brasileiro. Considero que, ao evocar o papel de vítima dos ciganos durante um episódio histórico como o Holocausto, de indiscutível valor simbólico, a UCB procura fortalecer sua estratégia de participação na esfera pública e inversão dos estereótipos negativos imputados aos ciganos. Além disso, a construção de um histórico de perseguição, incluindo o Holocausto, se relaciona-se diretamente ao processo de codificação transnacional da identidade cigana. Em outras palavras, a referência ao Holocausto aparece no discurso de agentes políticos nacionalistas que fazem parte das redes de ativismo aqui mencionadas acima. Por exemplo, Ian Hancock tem se empenhado há mais de vinte anos na construção de uma memória dos ciganos como vítimas do Holocausto:

A maior tragédia que se abateu sobre a população *Romani* europeia foi a tentativa de erradicá-la como parte do plano nazista de uma Europa 'livre de ciganos'. Embora não tenha sido o primeiro plano do governo para exterminar ciganos (o imperador alemão Karl VI já havia emitido uma ordem desse tipo em 1721), ele foi de longe o mais devastador, em última análise, destruindo mais de metade da população *Romani* sob a ocupação nazista. Os *Roma* foram a única outra população além dos judeus que foi alvo do extermínio étnico/racial baseado na Solução Final.⁶⁹¹ (Hancock 2002:34).

A referência ao Holocausto deve ainda ser considerada levando-se em conta o seu valor simbólico como *paradigma radical* (Turner 1974),⁶⁹² ou seja, algo que evoca um evento principal capaz de trazer consigo toda uma série de considerações sobre uma dada temática. Nesse caso, estamos abordando um acontecimento que representa o caso máximo de perseguição e assassinato em função de questões étnicas e raciais. Além disso, como observa Katia Lerner, o lugar que o termo Holocausto passou a adquirir pode ser melhor entendido a partir da mudança de estatuto que a ideia de "vítima" teve nas últimas décadas. Peter Novick⁶⁹³ aponta como a condição de "injustiçados" adquiriu força e valorização social, transformando a vítima em uma espécie de "anti-herói", possibilitando-lhe ganhos de diferentes naturezas, como prestígio, recursos e assim por diante:

o historiador Charles Maier, de Harvard, talvez com algum exagero, descreveu a moderna política em determinados contextos como uma competição de enaltecimento de dores. Cada grupo reivindica sua parcela de honra pública e de fundos públicos, ao pressionar com suas incapacidades e injustiças (Lerner 2004:138).⁶⁹⁴

690 LIÉGEAIS, J. P. Los gitanos. México: Fondo de Cultura Económica, 1988. p. 28.

691 HANCOCK, I. We are the Romani people, p. 34. Tradução livre.

692 TURNER, Victor. Dramas, fields and metaphors. Symbolic action in human society. Ítaca; Londres: Cornell University Press, 1974.

693 NOVICK, Peter. The Holocaust in American life. Boston, New York: First Mariner Books, 2000.

694 LERNER, K. Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado

Nesse sentido, considero que a afirmação da vitimização é uma resposta à estigmatização, mas também o meio pelo qual a participação na esfera pública pode ser legitimada.

Por fim, acho interessante observar que, diferentemente dos agentes políticos e associações, a consequência lógica do reconhecimento de um histórico de perseguição é uma recusa em se comunicar a diferença cultural na esfera pública. Os ciganos que fizeram parte do meu trabalho de campo, e não mobilizam o discurso nacionalista, não querem se expor e quando, raramente, recorrem ao discurso de vitimização, fazem isso para justificar a dissimulação de sua identidade étnica, ou seja, o fato de não se posicionarem na esfera pública como ciganos. Considero que o histórico de perseguição justifica o desinteresse em expressar sua etnicidade fora da 'intimidade cultural'. Conversando com Mio Vacite sobre o uso da narrativa de vitimização no contexto da 'colônia cigana', ele disse que não se fala absolutamente nada em relação a episódios históricos como escravidão, deportação e genocídio. O próprio Mio Vacite aprendeu que os ciganos foram mortos em campos de concentração apenas quando se tornou um ativista na década de 1980. Antes disso, mesmo que tivesse memórias da uma amiga da família que possuía uma tatuagem com números no braço, não pôde conectar os nós. Em outras palavras, ainda que existam sobreviventes do Holocausto e que possam circular informações sobre o tema, a narrativa de vitimização não mobiliza os ciganos da mesma forma que aos agentes políticos e associações. A opção em se tornar uma 'vítima do Holocausto' para inverter o estigma de pessoas não confiáveis, possíveis criminosos, não é um projeto identitário que mobilize os ciganos. Nessa direção, observo que os ciganos não querem se envolver no processo de codificação, porque ele também implica a publicização de sua identidade. A recusa a essa exposição pode ser vista no fato de não encontrarmos nenhum tipo de identificação da UCB visível ao público na casa onde a associação funciona, embora seu endereço esteja acessível em páginas na internet e sites de redes sociais. Segundo Mio Vacite, a ausência de qualquer menção ao funcionamento da UCB tem diretamente a ver com o fato de sua mãe não permitir a divulgação da identidade étnica da família, por considerar que, dessa forma, eles se tornariam alvo de preconceito e discriminação. A opinião da mãe de Mio Vacite em relação à publicização da identidade cigana encontra ressonância entre outras muitas famílias, que também acreditam que a identificação como membros de uma minoria tradicionalmente conhecida a partir de representações negativas pode limitar sua participação na sociedade. Os ciganos são frequentemente orientados por seus familiares a se dissociar de sua identidade étnica no espaço público, sobretudo entre aqueles com marcada mobilidade social, em direção a profissões liberais, como médicos, advogados e professores. Mais do que isso, essa identidade não deve ser comentada em público, mesmo que seja reconhecida pelos sujeitos em interação.⁶⁹⁵ Assim, iniciativas no sentido de se divulgar a identidade distintiva resultam frequentemente em reprovação da família, porque os ciganos estruturam suas identidades a partir de uma sociabilidade informal e em oposição à esfera pública:

A família e a colônia não apoiaram o movimento cigano. Queriam se manter invisíveis. As ciganas que viviam da cartomancia não usavam roupa de cigana. Minha mãe, por

em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 138.

695 EIDHEIM, H. When ethnic identity is a social stigma. In: BARTH, Fredrik (Org.) Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference. Oslo: Universitets forlaget; Londres: George Allen & Unwin, 1969.

exemplo. Ela mora nessa casa há 40 anos e a placa que você encontra lá fora diz 'Joga-se Búzios'. Mas, quando você entra, ela joga carta.

Para a mãe de Mio Vacite, como para muitos ciganos, o histórico de perseguição justifica a dissimulação da identidade na esfera pública.

Considerações finais

Observo que existe uma forte polarização no discurso público sobre os ciganos: de um lado, eles são criminosos, enquanto, do outro, são vítimas. Como argumenta o antropólogo Michael Herzfeld, polaridades são úteis para resolver problemas, mas, como todos os dispositivos classificatórios, elas também podem se tornar um substituto para o pensamento: elas se essencializam, transformando-se em um fato.⁶⁹⁶ Devo dizer que Mio Vacite também se preocupa com as consequências da materialização de um discurso de vitimização. Embora o discurso público da UCB seja marcado por uma narrativa que vitimiza os ciganos, Mio Vacite frequentemente critica essa vitimização, ou seja, o 'discurso de Mio Vacite' se contrapõe ao 'discurso da UCB'. Mas de que maneira o discurso de Mio Vacite se contrapõe à narrativa que ele mesmo vem construindo e publicizando por meio de sua associação? Como vimos, a posição de vítima tem um papel importante na construção de uma identidade cigana, porque coloca em questão os estereótipos negativos. Ao mesmo tempo, essa posição insere os ciganos no campo político. Dessa forma, Mio Vacite recorre aos dramas da escravidão, migração forçada, genocídio, etc., porque esse é o tipo de narrativa legítima e esperada no contexto político e sem a qual a UCB não teria espaço em certas arenas públicas. Nesse sentido, considero que Mio Vacite tende a reproduzir a armadura discursiva geral apenas porque isso é, como diz Herzfeld, um *imperativo* comunicacional, caso contrário, ele não se apresentaria como '*cultural intimate*'.⁶⁹⁷

Mio Vacite, entretanto, critica o que chama de "uso exacerbado de episódios históricos", classificando agentes políticos como fomentadores da "indústria da escravidão e da indústria do Holocausto", em uma referência a lideranças do movimento negro e judaico, com as quais se, por um lado, possui forte identificação, por outro, se mostra bastante crítico. Mio Vacite se identifica com esses grupos políticos no que se refere a suas conquistas, como a capacidade de organização política, mobilidade social, espaço na esfera pública e controle sob suas representações simbólicas na sociedade brasileira.⁶⁹⁸ Em outras palavras, o discurso comum que envolve essas identidades pode ser estruturado articulando questões que atravessam sua condição de vítima, mas sem vitimizá-los. Dessa forma, Mio Vacite fala dos episódios de migração forçada e genocídio, mas realçando a capacidade de agência dos ciganos frente aos problemas. Por exemplo, quando o assunto é a deportação de ciganos para o Brasil, Mio Vacite fala sobre os ciganos que se tornaram meirinhos e oficiais de justiça no Rio de Janeiro, no começo do século XIX. A mobilidade social de ciganos que chegam deportados e conseguem ocupar

696 HERZFELD, M. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*, p. 211.

697 *Ibid.*

698 Quanto a isso, Mio Vacite realça o fato de as mídias não expressarem preconceito, ao menos não mais diretamente, em relação a essas identidades. Por exemplo, os jornais e telejornais não identificam etnicamente judeus e negros noticiados, diferentemente do que acontece com os ciganos, especialmente quando vinculados a casos de polícia.

posições na sociedade, apesar de todo o preconceito, é mais afirmada e frequente no discurso informal de Mio Vacite do que seu discurso em determinados espaços políticos, como na CCIR.⁶⁹⁹

No contexto das políticas do Estado brasileiro, observo que, diante da demanda por dados, discursos e narrativas sobre os ciganos, a UCB concorre com outras associações na produção desse conhecimento, como a Fundação Santa Sara Kali (FSSK), que funciona no Rio de Janeiro e tem Mirian Stanescon como sua presidente. Mirian Stanescon também afirma a identidade cigana como vitimizada, justificando, portanto, a inclusão dos ciganos no contexto das políticas públicas de acesso à cidadania.⁷⁰⁰ Diferentemente da UCB, no entanto, a FSSK focaliza outro elemento comum que justifica o rótulo de vítima. Esse elemento é o indicativo de que “90% dos ciganos são analfabetos”. Devo observar que a produção de dados, discursos e narrativas está relacionada muito mais a uma imaginação do que a realidades demográficas. Nesse sentido, enquanto Mirian Stanescon colabora para a construção de uma representação pública dos ciganos, na qual a pobreza e, conseqüentemente, o analfabetismo são tratados como um grande problema entre eles (motivo pelo qual argumenta ter sido a primeira mulher cigana a se tornar advogada no Brasil); a UCB tem um discurso que afirma a diversidade sócio-socioeconômica, chamando a atenção para o fato de muitos ciganos ocuparem posições importantes na sociedade brasileira, embora sua identidade étnica não seja conhecida, a exemplo de Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil. O projeto identitário da UCB passa pela afirmação de uma identidade cigana marcada pela mobilidade social e capacidade de manutenção e dissimulação de sua diferença étnica na sociedade brasileira:

Eu conheço ciganos que falam o idioma limpinho, pessoas de poder. Falam o idioma em casa, conservam as tradições. Mas não querem aparecer. Na Europa é diferente. Aqui os ciganos conseguiram galgar posições além do grupo. Por isso, quem fala que 90% dos ciganos são analfabetos está equivocado ([...]). Ninguém faz pesquisa e os números apresentados são sempre aleatórios. Não existem dados. Os profissionais reproduzem a mesma coisa. Ninguém pesquisa. E só divulgam os aspectos negativos. Eu não venho de um povo com 90% de analfabetos!

Nesse sentido, se, por um lado, Mio Vacite recorre à narrativa de vitimização, por outro, mostra-se bastante crítico quando pensa nas conseqüências dessas imaginações que, especialmente em um contexto de políticas de Estado, podem se materializar. Como observa Herzfeld, “as minorias devem negociar entre essencialismos concorrentes porque o essencialismo do Estado-nação pode provocar surtos maciços de essencialização em resposta” (1997:212).⁷⁰¹

699 A codificação da identidade cigana pela UCB passa pela afirmação da participação positiva dos ciganos na sociedade brasileira. Nesse sentido, uma das ações do CEC, ao qual Mio Vacite esteve vinculado, foi o pedido de reconhecimento dos ciganos no quadro do Judiciário do Rio de Janeiro. Em 1986, o médico Osvaldo Macedo, enviou um documento ao centro cultural Paço Imperial, antiga residência real, pedindo a instalação de uma placa de cobre no seu pátio interno com o nome de “Adro dos Ciganos”. A pertinência desta referência se justificaria em razão do expressivo número de ciganos calon que trabalharam na Justiça como oficiais de justiça desde o começo do século XIX.

700 Devo esclarecer que, no Brasil, a cidadania é um instrumento a ser concedido particularizadamente, de acordo com a qualidade das pessoas ou grupos, constituindo-se um mecanismo que desiguale os cidadãos. Nesse sentido, embora os ciganos brasileiros sejam cidadãos, devem estar sob a tutela do Estado para acessarem bens jurídicos que são raros em uma sociedade de desiguais, ver KANT DE LIMA, R. *Ensaio de Antropologia e Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

701 HERZFELD, M. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*, p. 212. Tradução livre.

Referências

- BARTH, F. "Etnicidade e o conceito de cultural", *Antropolítica*, Niterói, n. 19, p. 15-30, 2007.
- BARANY, Z. Ethnic mobilization without prerequisites: the East European Gypsies. In: *World Politics*, Cambridge, v. 54, n. 3, p. 277-307, abr. 2002.
- BERNAL, J. Anglune Lava. In: HANCOCK, I. *We are the Romani people*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002. p. xv-xvi.
- BORBA, F. (Org.) *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BORGES, I. Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na Primeira República. Juiz de Fora, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.
- CARNEIRO, M. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARVALHO, A. C. D. Visões e representações sobre as práticas populares de saúde em São Paulo de 1950 a 1980: uma análise de acórdãos judiciais. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 4, p. 259-292, 2004.
- DONOVAN, B. Changing perceptions of social deviance: Gypsies in early modern Portugal and Brazil. In: *Journal of Social History*, Oxford, v. 26, n. 1, p. 33-53, outono 1992.
- EIDHEIM, H. When ethnic identity is a social stigma. In: BARTH, Fredrik (Org.) *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Oslo: Universitets forlaget; Londres: George Allen & Unwin, 1969.
- FERREIRA, A. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- FISCHER, A. Between Nation and State: examining the International Romani Unions. Senior Projects, Spring 2011. Paper 12. Disponível em: <http://digitalcommons.bard.edu/senproj_s2011/12>.
- FONSECA, I. *Enterrem-me em pé*. Os ciganos e a sua jornada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HANCOCK, I. *We are the Romani people*. Hatfield: University of Hertfordshire Press, 2002.
- HERZFELD, M. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*. Nova York; /Londres: Routledge, 1997.
- KANT DE LIMA, R. *Ensaio de Antropologia e Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdade jurídica em uma perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- LEE, R. The Roma as victim of genocide. Disponível em: <http://www.romatoronto.org/facts_genocide.html>.
- LERNER, K. Holocausto, memória e identidade social: a experiência da Fundação Shoah. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LIÉGEOIS, J. P. *Los gitanos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- MARUSHIAKOVA, E.; POPOV, V. "The Roma: a Nation without a State?" In: *Mitteilungen des SFB "Differenz und Integration"* 6: Segmentierung und Komplementarität., v. 14, p. 71-100, 2004.
- MELO, F. *Os ciganos calon de Mambai*. Brasília: Thesaurus Editora, 2005.
- MIRANDA, Ana Paula. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 2009-2, p. 125-152, 2010.
- NOVICK, Peter. *The Holocaust in American life*. Boston; Nova York: First Mariner Books, 2000.
- PIERONI, G. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas*. Os degredados no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

- PINTO, P. H. "Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: Uma etnografia das cotas para negros da Uerj" In: FERES, João (Org.). *Ação afirmativa e universidade: Experiências nacionais comparadas*. Brasília: UNB, 2006.
- _____. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Cidade Viva Editora, 2010.
- SAID, E. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SOUZA, M. *Os calon do Catumbi: ofício, etnografia e memória urbana*. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense.
- _____. *Ciganos, Roma e Gypsies: categorias de atribuição e classificações identitárias*. *Travessia – A revista do imigrante*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, ano XXIII, n. 67, p. 59-67, jul.-dez. 2010.
- SUTHERLAND, A. *Gypsies: The hidden Americans*. Nova York: The Free Press, 1975.
- TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors*. Symbolic action in human society. Ítaca; Londres: Cornell University Press, 1974.

5

Migração interna, mobilidade e trabalho

Luciano Ximenes Aragão^{702}*

Apresentação

Repensando as migrações internas

O crescente interesse dos pesquisadores sobre os deslocamentos espaciais da população tem se intensificado nos últimos anos. Diversas áreas do conhecimento científico têm elegido os processos migratórios como objeto de pesquisa. Além de antropólogos, geógrafos, sociólogos e demógrafos outros pesquisadores, como economistas, jornalistas e cientistas políticos frequentemente se sensibilizam por esses estudos. Isso também nos demonstra que a problemática suscitada pelas migrações assume natureza multidisciplinar.

As inquietações são diversas e remetem à ideia de que, no desvelamento da complexidade do mundo social, necessário se faz considerar que não se trata, em absoluto, de meros deslocamentos espaciais no sentido de que a abordagem não deve permanecer num reducionismo formal, mas na observação de um conteúdo multifacetado. Assim, na compreensão das tramas do mundo, o entrelaçamento dos diversos espaços sociais deve incluir esses deslocamentos e seus respectivos conteúdos. É uma das possibilidades para a compreensão dos dramas vividos por parte considerável dos grupos sociais.

Esse conteúdo é a experiência migratória, seus múltiplos trajetos, suas inumeráveis problemáticas e suas constantes tensões que se estabelecem em distintos planos, sejam eles teóricos ou empíricos. Buscar o entendimento do mundo social nos coloca diante da necessária visibilidade dessas articulações entre distintos lugares, colocando-se em perspectiva o mundo e as relações sociais que se desenham, o que demanda sensibilidade sobre os problemas em torno das migrações. É muito provável que aí resida o interesse de distintos pesquisadores

Embora os estudos sobre as migrações tenham privilegiado a escala internacional, é preciso ressaltar que as migrações internas assumiram novos significados. Tem sido cada vez mais difundido que o processo de metropolização e urbanização tenham se completado. Tem-se apontado a redução do ritmo de crescimento das regiões metropolitanas. Simultaneamente tem se admitido que os níveis de urbanização atingiram cifras elevadas, cujas taxas situam-se em aproximadamente 80%. Sugere-se que as migrações de longa distância no Brasil tenham sofrido um refreamento em favor da migração de trajetos curtos, na medida em que a análise da relação custo/benefício sob o ponto de vista do migrante em potencial contribui para o redirecionamento de seu deslocamento para centros urbanos mais próximos.

702 * Professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/Uerj. Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (Usp).

As questões devem ser mais aprofundadas. Primeiro, em relação à imprecisão do que se define como urbano no Brasil. Sedes municipais e distritos são considerados urbanos, não importa o tipo de atividade – agrícola, industrial ou terciária – que se desenvolva nessas áreas, assim como não se atribui relevância ao número de habitantes. Desse modo, o critério utilizado é o administrativo, e, como consequência, se desprezam grandes transformações que têm contribuído para a redefinição das relações entre cidade e campo no Brasil. Melhorias dos meios de transporte e de comunicação contribuíram para a difusão de novos comportamentos nos espaços tradicionalmente considerados rurais e, ao mesmo tempo, alimentam outras práticas sociais que dificultam a idealização cristalizada do que até recentemente era considerado como espaço “rural” em oposição – simplificada – ao urbano.

Em segundo lugar, na medida em que as metrópoles tenham seu ritmo de crescimento reduzido, as mobilidades nos espaços intrametropolitanos adquiriram importância considerável. Na mesma teia de argumentação, a desconcentração industrial redireciona os fluxos migratórios, é verdade, mas outras lógicas se sobrepõem, como a criação de novas centralidades em espaços que não são mais aqueles que estavam circunscritos aos eixos metropolitanos, embora a definição de metropolização, igualmente, tenha de ser reformulada. Seus critérios não devem ser, da mesma maneira, limitados à dimensão político-administrativa. O raio de alcance da metrópole ultrapassa o seu núcleo e as áreas vizinhas, geralmente, municípios conurbados. Em contraste, o caráter recente dessa urbanização/metropolização, pensada desde a perspectiva dos deslocamentos espaciais de investimentos de capital e colada aos deslocamentos da população, parecem revelar os conteúdos de novas hierarquizações espaciais.

É como se, no desenho dos deslocamentos internos (mas também na escala internacional), o mundo como espacialidade também fosse sendo redesenhado. Já não se admite a separação entre temporalidades e espacialidades, ou ainda, das relações sociais e do conteúdo espacial que está nelas implicado.

Esse quadro complexo e multifacetado, vale reforçar, está presente nas abordagens dos artigos dessa sessão. O trabalho de Ricardo Antunes Dantas de Oliveira se recobre de importância, pois, poder-se-ia assinalar, nas situações aí apresentadas se encontram algumas permanências em relação ao padrão migratório anterior, afastando-nos de que uma fase anterior caracterizada pela migração de longas distâncias tenha perdido visibilidade.

Trata-se de um esforço de interpretação de uma experiência particular da mobilidade espacial da população que combina três abordagens sobre a migração, a saber, a que se constitui a partir da teoria do sistema-mundo, a chamada nova economia das migrações e a que enfatiza a constituição de redes migratórias. Essa combinação permite vislumbrar todo o movimento no qual assenta o processo de deslocamento espacial em destaque, desde as motivações para migrar ligadas a estratégias lançadas no lugar de origem, os percursos que recobrem essas motivações e as estratégias de permanência no lugar de destino, associadas, em especial, às redes de relações sociais, mas que se estendem à ligação entre o lugar de partida e o de chegada.

Permanece o desenvolvimento desigual dos espaços, cujo corolário é certa divisão territorial do trabalho, a qual está na base dos deslocamentos de longa distância, revelada pelos grupos sociais de migrantes que partiram do Maranhão, Piauí e do Vale do Jequitinhonha. São localidades em que predominam formas arcaicas de produção

combinadas com a estagnação econômica. Compõe-se, desta maneira, de áreas de expulsão populacional. Quanto aos migrantes referidos na pesquisa, se deslocam para São Paulo, que, neste caso, permanece como área de atração. Acrescente-se um fato notável que acaba por caracterizar o emblemático nível de exploração desses trabalhadores e, portanto, remetem aos conflitos latentes entre a acumulação do capital e o trabalho: trata-se das recentes denúncias sobre a precariedade dos alojamentos, que resultou na hospedagem dos trabalhadores em hotéis. Isso acabou por elevar os custos de reprodução da força de trabalho, sendo a alternativa dos patrões a redução dos ganhos dos trabalhadores migrantes. A exploração também é vista amplamente pelo esforço em torno do aumento da produtividade (o aumento dos ganhos é proporcional ao volume de cana cortada), igualmente base para acumulação no contexto do Complexo agroindustrial (CAI) sucroalcooleiro.

São narrativas que (re)reconstroem e redesenham um mundo social à luz da mobilidade espacial. Preenchem um conteúdo denso de história que restitui a unidade espaço/temporal da experiência vivida, seus conflitos, suas relações, com espessuras particulares ancoradas em contextos amplos.

As narrativas e as mudanças, assim como suas correlatas contradições, se avolumam. Estão ancoradas entre o nível próximo e distante; ligam-se contextos amplos aos particulares. Na teia dessas articulações estão os investimentos de capital que detonam várias transformações, inclusive as relações estabelecidas entre os lugares de residência e o de trabalho, promovidas pela criação de novas centralidades induzidas pelos investimentos de capital. É isso que nos mostra o trabalho de Olga Maria Schild Becker e Luiz Antônio Chaves de Farias, no qual destacam os movimentos pendulares no estado do Rio de Janeiro para além de sua região metropolitana. Nesse sentido, o ponto de maior interesse é o fato de que aqueles investimentos fora do eixo metropolitano acabam por redefinir os fluxos das migrações pendulares, realçando a importância dos deslocamentos pendulares, contextualizada pela maior intensidade da internacionalização da economia e a retomada do crescimento econômico do estado nas últimas décadas.

Nesse sentido, a alocação seletiva do capital também traz mudanças significativas sobre o mercado de trabalho que induzem novos fluxos pendulares na Região Metropolitana, na Região Norte Fluminense, na Região do Médio Paraíba e da Costa Verde, as quais foram beneficiadas por investimentos em logística, indústria e energia. Assim, na caracterização desses novos deslocamentos populacionais, nota-se que estes se operam a partir dessas mudanças em curso, destacando-se a combinação de deslocamentos diários, semanais e os que se estendem por períodos mais longos, dependendo da distância percorrida entre o local de residência e o de trabalho, embora o tempo do deslocamento também esteja vinculado à natureza do trabalho que é desenvolvido, como, por exemplo, os riscos potenciais que então podem ser registrados.

Após precisa revisão teórica sobre deslocamentos pendulares, seguida pela análise de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de dados primários obtidos junto ao Departamento de Recursos Humanos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), os autores demonstram a complexidade contemporânea no tratamento da questão da mobilidade intrametropolitana e interestadual. São definidas, assim, tipologias que revelam transformações importantes sobre os fluxos pendulares na Região Metropolitana e nos demais espaços, os quais demonstram os rearranjos dos deslocamentos populacionais no espaço fluminense. Novas centralidades e hierarquiza-

ção vão desenhando o novo mapa dos deslocamentos populacionais do estado do Rio de Janeiro.

Perscrutar os deslocamentos populacionais para além de uma perspectiva demográfica e resgatar seu conteúdo, envolve a observação dos contornos que compõe distintos trajetos, e seus resultados nos conduzem a verificar a (re)construção do mundo social. Certos espaços existentes hoje no Brasil são explicados por múltiplas trajetórias migrantes. São diversos pontos de origem que se apresentam ligados a certos destinos. E aqui a constituição do mundo social é resultado e consequência das múltiplas ligações que se operam nos espaços e que são realizados por grupos sociais e seus projetos migratórios. É isso que a pesquisadora Betty Nogueira Rocha nos mostra enfatizando os deslocamentos de sulistas e nordestinos para Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso. Lugares, grupos sociais e trajetos se condensam e restitui-se a unidade entre forma e conteúdo do mundo social, revelando-se, assim, uma abordagem metodológica enriquecedora em que os dramas e as tramas então presentes na composição de uma área de fronteira. As histórias de vida, marcadamente os trajetos dos grupos individuais ou familiares, se apresentam no local de destino, entrelaçados. A história se reconstrói, revelando as políticas territoriais do país ancoradas nos projetos de colonização iniciados no período militar, orientadas pelo plano de integração nacional.

A íntima relação entre os deslocamentos populacionais e o mundo social assume magnitude quando se coloca frente a frente forma e conteúdo. Nos depoimentos de alguns desses migrantes, suas trajetórias revelam aspectos da historia recente do país principalmente aquele que aparece ligado à conquista da terra. Percorrer estradas, dar sentido a lugares onde antes “nada existia”, corresponde, de certa forma, a “preencher os vazios”. Corresponde, também, a lhes atribuir conteúdos. A decisão de migrar, como nos mostram as falas dos primeiros migrantes, colocava-os diante dos dilemas entre as precárias certezas do local de origem (onde as insuficiências dos rendimentos do trato com a terra estavam presente) e a novidade das incertezas que se descortinariam no local de destino, as quais, a princípio, não eram menos desafiadoras. Distância de áreas centrais, inexistência de infraestrutura física para escoamento da produção, além do trabalho árduo de preparação inicial da terra compunham os desafios que então teriam de enfrentar.

Desse modo, mais uma vez, se vê reforçada a constituição de múltiplas territorialidades no seu sentido amplo, considerando-se o território como fonte de recursos, a sua dimensão política e, sobretudo, simbólica. Esta é a que se apresenta com maior capacidade de mobilizar a diferenciação do mundo social e que está na base da mobilização das diferenças entre sulistas e nordestinos, entre os migrantes que realizaram o deslocamento dentro de um projeto individual (os solteiros) e aqueles cujo projeto é essencialmente familiar (os casados). A esses se acrescenta a diferenciação entre os grupos que migraram há mais tempo e os recentes, pondo-se aqui a perspectiva que se coloca entre os estabelecidos e os *outsiders*.

Os deslocamentos espaciais são densos de histórias e não são aleatórios como sói aparecer à primeira vista. Daí resultam permanentes inquietações sobre aqueles que se debruçam diante da compreensão do fato migratório. Além dos dramas e das tramas que contribuem para o desenho do mundo social, pontos e linhas, locais de origem e de destino são permeados pelas redes sociais. Assim, as espessuras do real vão adquirindo

contornos mais precisos quando nos apropriamos de abordagens teóricas e metodológicas suscitadas pelas questões que a complexidade do real impõe.

A partir de uma densa pesquisa bibliográfica, partindo das expressões *peasant traders* e *transnational peasants*, a pesquisadora Elisa Cunha nos convida a pensar nessas categorias liminares que se formam na relação entre o campesinato e o mercado, e se revela como uma importante contribuição. O percurso de seu estudo apresenta um interesse particular, pois se aproxima de uma criteriosa análise comparativa entre distintas situações em outras regiões do mundo, cujos exemplos são estudos etnográficos realizados na América e na África. Aí se situa o ponto de partida para compreensão dos circuitos de produção e comércio de redes de dormir, originados na Paraíba e no Rio Grande do Norte e que se estendem por unidades da federação e outros países da América do Sul, por meio de suas viagens.

Assim, entre as questões que adquirem maior relevância estão aquelas que opõem, de um lado, a dissolução do campesinato diante do avanço das formas capitalistas e, de outro, a sua permanência. Entretanto, o texto extrapola a simplificação ao introduzir a questão da liminaridade categorial na medida em que esses grupos sociais apresentam características que permitem interpretações que oscilam entre sua identificação ora como *comerciantes*, na medida em que realizam a ligação entre a produção local e os mercados consumidores distantes, ora como *camponeses*, na medida em que estão diretamente ligados ao trato com a terra, via trabalho familiar.

Estão assim traçados os campos do debate que termina por nos demonstrar que se trata de um grupo social cujas características dos deslocamentos são bastante peculiares. Enquanto nos demais circuitos comerciais frequentemente as relações tendem para a impessoalidade; predomina o movimento de dispersão de grupos sociais, seguido pelo de retorno às áreas produtoras e/ou de residência, nos circuitos do “ramo de rede”, distintamente, há fortes mediações das relações de parentesco e predomina a migração do trabalho, supondo aí “a venda da força de trabalho externa ao circuito comercial e familiar”.

O conjunto dessas pesquisas coloca em debate as migrações internas. Longe de superação das questões que orientaram as migrações internas durante os períodos anteriores, observamos que novas questões se apresentam superpostas as que eram tratadas anteriormente. Entretanto, como se nota, novas inquietações se estabelecem, e uma maior interação entre os deslocamentos espaciais da população redefine o mundo social ao mesmo tempo em que esse também é redefinido por aqueles.

Novos fluxos pendulares de população no estado do Rio de Janeiro

Olga Maria Schild Becker^{703*}

Luiz Antônio Chaves de Farias^{704**}

Introdução

O estudo dos movimentos pendulares de população vem adquirindo importância crescente na medida em que se relacionam diretamente com a estrutura e as mudanças que ocorrem na economia e na sociedade contemporânea.

No caso do estado do Rio de Janeiro, referem-se tanto aos tradicionais quanto aos novos deslocamentos na esfera intrametropolitana, aos vinculados às transformações ligadas à indústria do petróleo, bem como aqueles decorrentes da retomada do seu crescimento econômico a partir dos anos 1990. Em relação a este processo recente voltado para a internacionalização de alguns segmentos da economia, cabe destacar os elevados investimentos em logística, indústria e energia, vinculados à instalação de projetos âncoras responsáveis por importantes repercussões na dinâmica socioespacial (com seus impactos na Região Norte Fluminense a partir dos anos 1980).

Em decorrência, este estudo objetiva discutir o fenômeno dos deslocamentos pendulares de população como expressão das mudanças em curso no mercado de trabalho regional. Busca caracterizar os novos fluxos pendulares para trabalho, com especial atenção para aqueles vinculados aos recentes investimentos impactantes cujos fortes reflexos já se fazem sentir, além da Região Metropolitana, nas regiões Norte Fluminense, do Médio Paraíba e da Costa Verde.

Relacionadas a essas mudanças, ocorrem novas formas de deslocamentos pendulares de população, como a **pendular diária** (de curta distância), a **semanal** (de média distância) e a **estendida no tempo/espaço** (de longa distância), para pessoas que trabalham ou estudam em município diferente do de sua residência. Foram considerados como indicadores, distância percorrida, periodicidade dos deslocamentos e áreas de origem/ destino.

Nova dinâmica econômico-populacional no Rio de Janeiro: um breve contexto

A conjuntura econômico-espacial do estado do Rio de Janeiro vem sofrendo significativas mudanças a partir do início dos anos 1990, quando, após um longo período de estagnação, com seguidos decréscimos no seu Produto Interno Bruto (PIB), passou a apresentar um crescimento contínuo. A partir de 2010, tal dinâmica pode ser em grande parte atribuída à chegada no estado de vultosos investimentos estruturantes da ordem de R\$162,1

703 * Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Geografia pela London School Of Economics and Political Sciences, Inglaterra

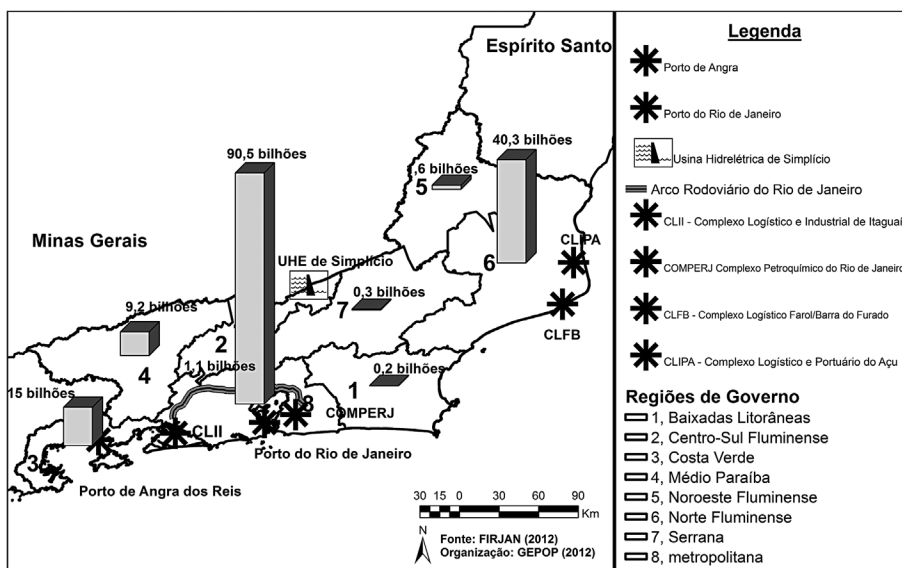
704 ** Mestrando do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

bilhões para o período de 2010 a 2014 (mapa 1), representando um aumento de 801% em relação ao período de 1995-2003, quando foram investidos R\$ 17,99 bilhões.⁷⁰⁵

Dentro desse panorama, destaca-se a Região Metropolitana, com um aporte de 90,5 bilhões, correspondendo à aproximadamente 55% do total dos investimentos do estado no período. Como principais empreendimentos, cabem registrar a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, e a construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, ligando o referido pólo ao Porto de Itaguaí. Este também passa por um processo de expansão em suas operações logísticas, assim como o pólo siderúrgico a que está associado. Além disso, as obras do Porto do Rio de Janeiro, tanto no que diz respeito à melhoria das suas condições técnicas de operação, quanto no que tange à revitalização das áreas de seu entorno, podem ser igualmente classificadas como responsáveis pela importância desses investimentos.

Por sua vez, o Norte Fluminense emerge como a segunda Região de Governo mais privilegiada por esses investimentos no estado. Apesar de seu valor absoluto (R\$ 40,32 bilhões) não se mostrar tão expressivo quanto o observado para a Região Metropolitana, o crescimento relativo de sua participação (231%) do período 1995-2003 para o de 2010-2014, mostrou-se superior quando comparado ao da RMRJ (-2,26%).

Mapa 1 - Magnitude dos Investimentos Estruturantes Segundo Regiões de Governo no estado do Rio de Janeiro, 2010 - 2014



Como elementos importantes dessa dinâmica na região convém destacar a expansão das atividades ligadas à produção de energia (Complexo do Petróleo em Macaé) e, recentemente, a instalação do Complexo Industrial, Portuário e Logístico do Açú (CLIPA), em São João da Barra, além do Complexo Logístico Farol/ Barra do Furado (CLFBF), em Quissamã e Campos dos Goytacazes. Tais empreendimentos são responsáveis por fortes repercussões na reorganização das atividades econômicas e dos recursos físicos e humanos, com consequências para a divisão social e territorial do trabalho nesta por-

705 Dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

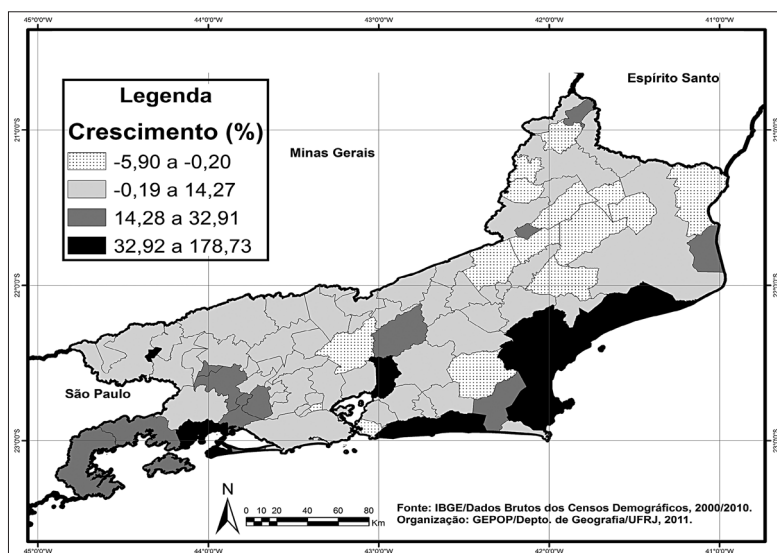
ção do território fluminense. Tais investimentos indicam a crescente importância para a economia estadual das porções territoriais situadas fora do contexto metropolitano. Nesse sentido, Oliveira⁷⁰⁶ analisa a emergência de economias regionais na retomada do crescimento econômico estadual. Essa tendência vem produzindo notórias mudanças na dinâmica populacional desses espaços, tanto no que diz respeito ao incremento populacional, quanto aos novos arranjos espaciais dos deslocamentos pendulares da população.

Segundo dados dos Censos Demográficos de 2000/2010,⁷⁰⁷ diversos municípios do Rio de Janeiro destacaram-se por apresentar, na última década, significativos aumentos de sua população, tendo o estado registrado um crescimento relativo de 13,8% para o seu conjunto.

Observou-se uma correlação espacial entre os 13 municípios que registraram maiores crescimentos populacionais e aqueles que mais receberam investimentos no período 2000-2010, sendo estes alocados na expansão das atividades ligadas às operações *onshore* e *offshore* da Petrobrás em Macaé e do pólo siderúrgico/porto de Itaguaí; assim como, a instalação do pólo automotivo da Região do Médio Paraíba.

Merece ser citado o caso dos municípios da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás da Bacia de Campos (OMPETRO), cuja expansão populacional foi induzida pela indústria do petróleo, com destaque para Rio das Ostras que “de tranquilo balneário nos anos 90, emergiu como o município que teve o maior percentual de aumento populacional no estado, com um crescimento de quase 179%”.⁷⁰⁸

Mapa 2- Crescimento Relativo da População Total do estado do Rio de Janeiro. IBGE, 2000- 21010



Cabe destacar que as transformações econômico-sociais ocorridas nesses espaços demandam uma leitura geográfica mais detalhada na interpretação das estratégias dos

706 OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

707 IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001; IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

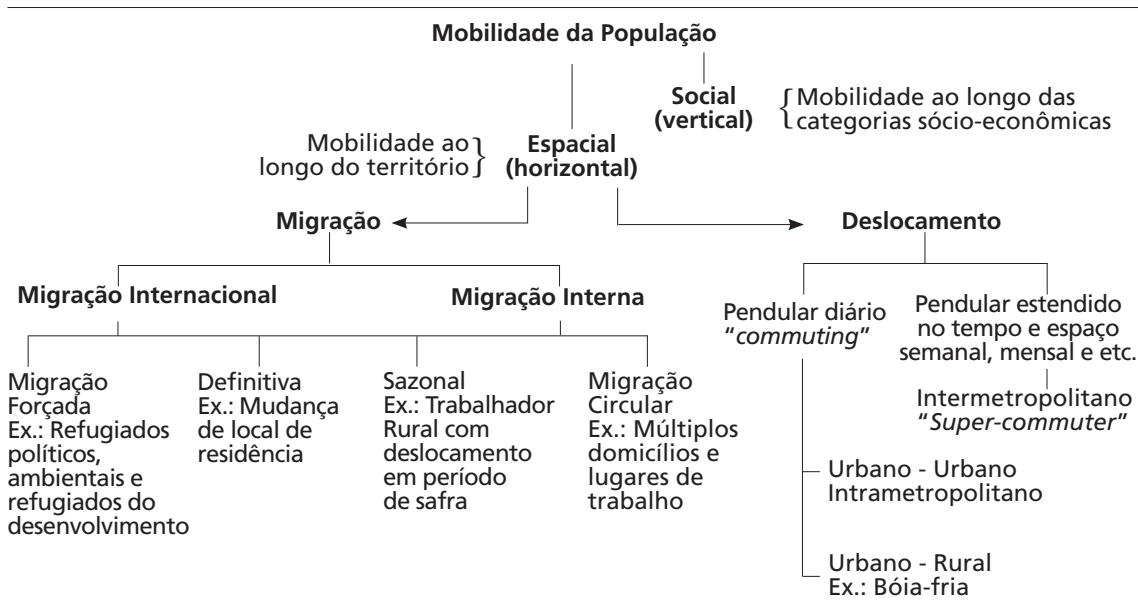
708 O GLOBO. “Petróleo impulsiona inchaço de 8 municípios do Rio, mas outros 16 têm número de habitantes menor”, *Caderno de Economia*, Rio de Janeiro, p.22, 14 nov. 2010.

processos que as caracterizam, considerando o “tempo espacial” Outros municípios da OMPETRO também apresentaram intensos crescimentos na última década: Carapebus (52%), Macaé (47%) e Quissamã (44%), justificando uma análise das mudanças no mercado de trabalho e a intensificação dos decorrentes deslocamentos populacionais pendulares. 709 dos diferentes contextos em análise.

Sobre o conceito de pendularidade

Julga-se pertinente situar o fenômeno da “pendularidade” no âmbito da discussão do metaconceito de mobilidade da população (quadro 1). Dentro dessa concepção, convém salientar os diferentes significados das noções de migração (vinculada à mudança definitiva do município de residência) e pendularidade (expressando o deslocamento para fins diversos [trabalho, estudo, lazer, etc.] entre municípios, a partir de diferentes temporalidades e distâncias).⁷¹⁰ Outro conceito ainda se faz necessário distinguir, o de “migração circular”, registrada por Jardim⁷¹¹ ao estudar a nova natureza dos fluxos pendulares desencadeados pela “Economia do Petróleo” em Macaé. Corresponde aos movimentos de população de longa distância, com multirresidência temporária associada aos múltiplos locais de trabalho, cuja permanência pode se expandir por um longo período de estadia (mais de uma semana até três meses).

Quadro 1



Fonte: Becker, Olga. UFRJ/Depto. de Geografia, 2009.

709 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 41.

710 Considera-se que “Not all movements of population are migrations. For example, the movements of tourists, of nomads, and of commuters do not come within the usual understanding of the term ‘migration’ or its technical meaning as used in international documents. In general, migration is limited to moves which involve a shift in residence of substantial duration” (UNITED NATIONS. The Determinants and Consequences of Population Trends. *ST/SOA/ Series A. Populations Studies*, n. 17, Nova York, 1953.).

711 JARDIM, A. de P. Movimentos pendulares e circulares da população na região petrolífera do estado do Rio de Janeiro: reflexões analíticas. *Anais IV Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP. Minas Gerais, 12-13 de agosto de 2009.

O conceito de “movimento pendular” (*commuting*), apesar de se constituir em alvo de antigas análises geográficas⁷¹² tem sido “revisitado a partir de uma atualização teórica, bem como de estudos realizados para algumas aglomerações metropolitanas nacionais”.⁷¹³

Além dos estudos referentes aos deslocamentos domicílio-trabalho (*journey-to-work*), distintos enfoques para pendularidade já eram considerados por Vance⁷¹⁴ ao se referirem a outros tipos de circulação urbana (*journey-to-shop*, *commercial circulation*, *recreational circulation*). Além disso, essa atualização teórica mostra-se ainda importante, na medida em que os referidos estudos sobre pendularidade dos anos 1960 e 1970, apesar de apresentarem funcionalidade para abordagens atuais, foram realizados no âmbito da Geografia teórico quantitativa, na qual distância e tipo de transporte eram utilizados como fins explicativos para natureza e morfologia dos movimentos pendulares.⁷¹⁵ Esses autores usaram o modelo da Teoria dos Lugares Centrais⁷¹⁶ como base para introdução dos conceitos de “campo de emprego” (*employment field*) e “abrigo de mão de obra” (*labor-shed*) na estruturação dos movimentos pendulares no espaço urbano.

Estudos mais recentes como de Moura *et al.*,⁷¹⁷ Brito e Souza⁷¹⁸, Jardim,⁷¹⁹ por sua vez, ponderam suas análises dos deslocamentos pendulares considerando-os como fruto de mudanças das relações sociais de produção nos contextos espaço-temporais em que estão inseridos.

No Brasil, a pesquisa sobre movimento pendular foi introduzida no Censo Demográfico de 1970 do IBGE e buscava identificar o deslocamento diário do município de residência para o município de trabalho ou estudo. Segundo Barbosa e Piviani,⁷²⁰ tal fenômeno refletia um desnível existente entre o tamanho da população economicamente ativa e a oferta de trabalho no município de residência. Observa-se, ainda, certa correlação entre visões recentes e estudos clássicos, no sentido de que os movimentos migratórios variam quanto à duração e à escala de abrangência, e que aqueles de caráter cotidiano (pendulares) “devem ser compreendidos predominantemente no contexto em que se inserem, isto é, no espaço urbano”.⁷²¹ Além disso, enquadram-se nos requisitos já apontados em 1980 por Beaujeu-Garnier⁷²² para a caracterização dos movimentos pendulares: apreciável extensão, uso de alguns meios de transporte mecânico e certo grau de convergência dos fluxos.

712 CHISHOLM, M. The Geography of Commuting. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 50, n. 2 e 4, p. 181-182; 491-492, 1960; HALVORSON, L. The income factor in the journey-to-work: attitudes and behavior. *Professional Geographer*, 25 (4), 1973.

; HOLMES, J.H. External commuting as a prelude to suburbanization. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n. 4, p. 774-790, 1971.

713 MOURA, R; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, Movimentos migratórios nas metrópoles, p. 121-133. out./dez. 2005.

714 VANCE, J.E.. Labor shed employment field and dynamic analysis in urban geography. *Economic Geography*, [Berkeley], v. 36, n. 3, [p.189-220], 1960

715 *Ibid.*

716 CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

717 MOURA, R; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, Movimentos migratórios nas metrópoles, p. 121-133. out./dez. 2005.

718 BRITO, F e SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas Grandes Metrópoles. O Significado das Migrações Intrametropolitanas e da Mobilidade Pendular na Reprodução da Pobreza. *São Paulo em Perspectiva*. 19 (4), 2005, pp. 48-63.

719 JARDIM, A de P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. *Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações*. ABEP. Campinas, 15 -17 de outubro de 2007a; JARDIM, A. de P. Movimentos pendulares e circulares da população na região petrolífera do estado do Rio de Janeiro: reflexões analíticas. *Anais IV Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP. Minas Gerais, 12-13 de agosto de 2009.

720 BARBOSA, I. C.; PAVIANI, A. Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica* (IPGH), Havana. v1. 77, 85-94, 1972.

721 MOURA, R; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, Movimentos migratórios nas metrópoles, p. 121-133. out./dez. 2005.

722 BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

Embora haja uma tradição de se associar, historicamente, os deslocamentos pendulares quase que exclusivamente à dinâmica intrametropolitana, observa-se, a partir de crescentes evidências empíricas, a necessidade também de pensá-los enquanto fenômenos extrametropolitanos. Necessidade esta já percebida por Holmes em 1971 quando introduziu o conceito de *external commuting* para denominar os fluxos pendulares provenientes de áreas não conurbadas à cidade de Newcastle, verificando a sua crescente importância para o mercado de trabalho da referida municipalidade, como também para a orientação dos posteriores processos de suburbanização da mesma.

Estudo recente de Moss e Qing,⁷²³ expandindo a análise para a escala intermetropolitana nos contextos das megalópoles norte-americanas, discute a emergência de uma nova categoria de deslocado pendular, o chamado "*super-commuter*". Característico do século XXI, é expressão das mudanças ocorridas no padrão global da economia, com destaque para os avanços no setor de telecomunicações/telemática (banda larga, comunicação móvel, teleconferência, etc.), indutores das radicais mudanças nas relações entre locais de residência e trabalho. São representados por trabalhadores mais jovens desenvolvendo boa parte de suas tarefas em seu local de residência situado em áreas distantes do centro metropolitano de emprego, e que se deslocam com periodicidade predominantemente semanal, considerando-se os novos padrões de distâncias percorridos (de 40 para 200 milhas, ou seja, de 64 para 320 km). No caso brasileiro, já é possível constatar a emergência dos "superdeslocados pendulares" se considerada a expansão da mobilidade, por exemplo, da classe executiva no "corredor Rio – São Paulo", viabilizada pelo fácil deslocamento aéreo e futuramente pelo projeto previsto do trem bala, que encurtará ainda mais a distância entre essas metrópoles.

Ao nível dos contextos extrametropolitanos da realidade brasileira, Moura,⁷²⁴ ao analisar os movimentos pendulares da população no estado do Paraná, destaca o aumento da intensidade dos mesmos entre municípios fora de aglomerações urbanas, sendo resultado da "localização de atividades atrativas para trabalho e/ou estudo, muitas vezes decorrentes apenas de uma grande indústria, um grande estabelecimento de comércio ou serviços, uma cooperativa, uma empresa agropecuária ou uma universidade".⁷²⁵

Por sua vez, Paganoto,⁷²⁶ ao estudar o novo contexto territorial em formação na Região Norte Fluminense, decorrente das mudanças advindas da "Economia do Petróleo", observou a existência de uma nova categoria de fluxos pendulares que possuem como característica principal o fato de serem "estendidos no tempo e no espaço" (provenientes de outros estados, com periodicidade semanal ou mensal), especialmente ligados aos trabalhadores submetidos ao regime específico de trabalho nas plataformas de petróleo.

Dada a tendência de ampliação da escala espacial de abrangência dos deslocamentos, pode-se inferir a importância de se incorporar a pendularidade como um fenômeno vinculado tanto à escala conceitual da rede urbana quanto à noção tradicional de pendularidade, ligada à escala conceitual intrametropolitana.

723 MOSS, M. L.; QING, C. *The emergence of the "super-commuter"*. Rudin Center for Transportation. New York University, Wagner School of Public Service, 2012.

724 MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 43-64, jan./jun. 2010.

725 *Ibid.*, p. 44.

726 PAGANOTO, Faber. *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a "capital do petróleo"*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sobre questões e dados

- Definem-se como **questões básicas** da pesquisa:
 - a) Qual o papel dos novos “investimentos estruturantes” (consolidados com a criação/ampliação dos complexos logísticos, industriais e energéticos no Rio de Janeiro) na reorganização do mercado de trabalho regional e no aumento dos deslocamentos pendulares?
 - b) Que categorias de deslocados pendulares discutidas neste trabalho podem ser identificadas no contexto da recente reestruturação produtiva do estado do Rio de Janeiro?
- Quanto às **fontes de dados**, foram utilizados:
 - a) Dados secundários retirados do Banco Multidimensional de Estatística (BME – IBGE, 2000-2010).
 - b) Dados primários obtidos por meio de entrevistas com o Departamento de Recursos Humanos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA/Thyssenkrupp).

Dimensionando os novos fluxos pendulares no estado do Rio de Janeiro

Uma visão geral do fenômeno da pendularidade para o estado do Rio de Janeiro foi obtida a partir da leitura dos dados censitários de 2000 e 2010.⁷²⁷

Quanto à **magnitude dos deslocamentos pendulares** (tabelas 1 e 2), foi registrado para o estado do Rio de Janeiro, em 2010, um montante de 1.242.902 pessoas nessa categoria, representando um crescimento absoluto de 280.460 novos trabalhadores (29,1% em relação ao ano 2000).

No que se refere à **escala destes deslocamentos**, observou-se uma predominância da mobilidade pendular intraestadual para o estado como um todo (92%), verificando-se a mesma tendência elevada para a Região Metropolitana (94%) e Região das Baixadas Litorâneas (97%). Já para o Norte Fluminense e o Médio Paraíba (regiões com maiores contingentes de trabalhadores pendulares depois da RMRJ), constatou-se uma maior importância relativa dos deslocamentos interestaduais quanto ao total dos deslocamentos, possivelmente ligados à dinâmica dos complexos petrolíferos e siderúrgicos. Cabe destacar ainda a tendência de aumento relativo dos deslocamentos interestaduais para quase todas as regiões de governo, com exceção das regiões Serrana e Noroeste Fluminense, o que poderia ser explicado pela localização periférica aos eixos de investimentos na última década.

Ao se considerar a percentagem **total de deslocados pendulares em relação** à população economicamente ativa (PEA) ocupada (tabela 3), foi possível registrar um significativo aumento dessa participação na Região Norte Fluminense (que passou de 9,8% em 2000 para 18% em 2010), apresentando, portanto, valores superiores à média do estado (17,4%) e próximo à da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (19,2% em 2010). Esse aumento de participação ocorreu também na maioria das regiões de governo, se analisados os deslocamentos ocorridos na escala interestadual.

727 IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001; IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.

Tabela 1 - Magnitude dos Deslocamentos Pendulares de População no estado do Rio de Janeiro, por Tipo de Fluxo (Intra e Interestadual) segundo Áreas de Destino. RJ. 2000/2010.

Áreas de Destino	2000					
	Nº de Deslocados Pendulares					
	Total		Intraestadual		Interestadual	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Total estado RJ	962442	100	906229	94,1	56213	5,9
Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	812828	100	779271	95,9	33557	4,1
Região do Médio-Paraíba	50871	100	44113	86,7	6758	13,3
Região das Baixadas Litorâneas	24841	100	24379	98,1	462	1,9
Região Norte Fluminense	26071	100	21660	83,1	4411	16,9
Região Serrana	17945	100	15057	83,9	2888	16,1
Região Centro- Sul Fluminense	12029	100	9660	80,3	2369	19,7
Região da Costa Verde	7293	100	6619	90,8	674	9,2
Região Noroeste Fluminense	10564	100	5470	51,8	5094	48,2

Áreas de Destino	2010					
	Nº de Deslocados Pendulares					
	Total		Intraestadual		Interestadual	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Total estado RJ	1242902	100	1143009	92,0	99893	8,0
Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	1013417	100	949142	93,7	64275	6,3
Região do Médio-Paraíba	63069	100	52324	83,0	10740	17,0
Região das Baixadas Litorâneas	42762	100	41472	97,0	1290	3,0
Região Norte Fluminense	65774	100	53998	82,1	11776	17,9
Região Serrana	19629	100	16774	85,5	2855	14,5
Região Centro- Sul Fluminense	14930	100	11350	76,0	3580	24,0
Região da Costa Verde	14028	100	12480	89,0	1548	11,0
Região Noroeste Fluminense	9293	100	5464	58,8	3829	41,2

Fonte: Dados Brutos dos Censos Demográficos 2000 e 2010.
IBGE Organização: GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ.

Tabela 2 - Crescimento Absoluto e Relativo dos Deslocamentos Pendulares Segundo Áreas de Destino. Período 2000/2010

Áreas de Destino	Total		Intraestadual		Interestadual	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total estado RJ	280460	29,14	236780	26,13	43680	77,70
Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	200589	24,68	169871	21,80	30718	91,54
Região do Médio-Paraíba	12198	23,98	8211	18,61	3982	58,92
Região das Baixadas Litorâneas	17921	72,14	17093	70,11	828	179,22
Região Norte Fluminense	39703	152,29	32338	149,30	7365	166,97
Região Serrana	1684	9,38	1717	11,40	-33	-1,14
Região Centro- Sul Fluminense	2901	24,12	1690	17,49	1211	51,12
Região da Costa Verde	6735	92,35	5861	88,55	874	129,67
Região Noroeste Fluminense	-1271	-12,03	-6	-0,11	-1265	-24,83

Fonte: Dados Brutos dos Censos Demográficos 2000 e 2010. IBGE. Organização: GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ

Tabela 3 - Percentagem de Deslocados Pendulares em Relação à PEA Ocupada Segundo Regiões de Governo no estado do Rio de Janeiro em 2000 e 2010

Regiões de Governo no estado do Rio de Janeiro	2000			2010		
	total	intraestadual	interestadual	total	intraestadual	Interestadual
		%			%	
Total estado RJ	17,32	16,31	1,01	17,38	15,98	1,40
RMRJ	19,51	18,71	0,81	19,19	17,97	1,22
Região Médio-Paraíba	17,09	14,82	2,27	16,49	13,68	2,81
Região das Baixadas Litorâneas	12,59	12,36	0,23	13,04	12,64	0,39
Região Norte Fluminense	9,85	8,18	1,67	18,02	14,80	3,23
Região Serrana	5,52	4,63	0,89	5,00	4,27	0,73
Região Centro- Sul Fluminense	12,40	9,95	2,44	12,59	9,57	3,02
Região Costa Verde	11,24	10,20	1,04	12,63	11,23	1,39
Região Noroeste Fluminense	7,34	3,80	3,54	5,36	3,15	2,21

Fonte: Dados Brutos dos Censos Demográficos 2000 e 2010. IBGE. Organização: GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ.

Estudando-se a periodicidade dos deslocamentos pendulares (tabela 4), variável incorporada no Censo Demográfico em 2010, notou-se, em praticamente todas as Regiões de Governo, um incremento do peso relativo dos deslocamentos “não diários”, na medida em que aumenta a distância percorrida (intrarregional, interregional e interestadual). Entretanto, o Norte Fluminense e a Costa Verde fugiram a essa regra, uma vez que os fluxos com frequência não diária já possuem uma representatividade relativa maior dentro dos contextos intrarregionais, tornando-se majoritários nos inter-regionais, finalmente alcançando-se à quase totalidade dos fluxos quando interestaduais. Esta tendência vincula-se ao regime de trabalho específico das usinas nucleares de Angra dos Reis e da exploração de petróleo nas plataformas da Bacia de Campos, que, em função das suas atividades de alto risco, demandam uma periodicidade diferenciada da presença dos empregados em seu local de trabalho.

Tabela 4 - Deslocamentos Pendulares Intermunicipais por Áreas de Origem e Periodicidade Segundo Regiões de Governo de Destino no estado do Rio de Janeiro. 2010.

Áreas de Destino	Total	Municípios da Mesma Região de Governo			Municípios de Outras Regiões de Governo			Outros Estados		
		Total	Diário	Não Diário	Total	Diário	Não Diário	Total	Diário	Não Diário
Total estado RJ	1116021	868121	783518	84603	124801	67172	57629	123099	52495	70604
RMRJ	883667	750074	683387	66687	57132	31844	25288	76461	38693	37768
Região Médio-Paraíba	63837	47796	44881	2915	4957	2770	2187	11084	5971	5113
Região das Baixadas Litorâneas	41294	27083	25060	2023	6950	4057	2893	7261	961	6300
Região Norte Fluminense	65772	20655	10790	9865	32930	15680	17250	12187	568	11619
Região Serrana	22451	8608	7287	1321	7981	5176	2805	5862	1106	4756
Região Centro-Sul Fluminense	14931	7525	6648	877	3507	2641	866	3899	2179	1720
Região Costa Verde	28056	1714	1482	232	9982	4270	5712	2332	258	2074
Região Noroeste Fluminense	10041	4666	3983	683	1362	734	628	4013	2759	1254

Fonte: Dados Brutos do Censo Demográfico 2010. IBGE. **Organização:** GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ.

Com relação à origem e ao destino dos fluxos pendulares no estado do Rio de Janeiro em 2010 (tabela 5), percebeu-se que as maiores magnitudes ocorrem no contexto geográfico das próprias Regiões de Governo em que estão inseridos. Já as regiões Serrana

e da Costa Verde destoam desse padrão ao apresentarem fluxos mais intensos com a Região Metropolitana (11.251 e 3.650 pessoas), enquanto seus fluxos intrarregionais foram de 8.578 e 1.714 pessoas, respectivamente. Tal tendência pode ser atribuída a Petrópolis e a Mangaratiba, municipalidades que possuem alto grau de vinculação com a RMRJ, pelo fato de terem pertencido a esse recorte regional há até pouco tempo.

Os fluxos pendulares de escala interregional possuem como direção predominante a RMRJ, registrando-se exceções quanto à Região das Baixadas Litorâneas e ao Noroeste Fluminense, que apresentaram fluxos interregionais (18.358 e 3.013 pessoas, respectivamente) mais intensos com a Região Norte Fluminense. Esses últimos números demonstram a centralidade desempenhada por essa região quanto aos contextos regionais limítrofes, com destaque para o município de Macaé, maior receptor dos deslocamentos pendulares provenientes dos municípios das Baixadas Litorâneas (17.579 pessoas) e do Noroeste Fluminense (1.801 pessoas).

Tabela 5 - Origem e Destino dos Fluxos Pendulares no estado do Rio de Janeiro, 2010.

Regiões de Governo de Origem	Número de Deslocados por Regiões de Governo de Destino								
	Total estado	Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Região Médio-Paraíba	Região Baixadas Litorâneas	Região Norte Fluminense	Região Serrana	Região Centro-Sul Fluminense	Região Costa Verde	Região Noroeste
Total estado	1165651	971562	52949	39891	54102	16905	11321	12478	6443
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	960258	927705	2844	6469	9608	4398	1343	7049	842
Região Médio-Paraíba	61281	7006	47607	882	887	231	1473	3170	25
Região das Baixadas Litorâneas	63348	13537	156	30265	18358	709	85	157	81
Região Norte Fluminense	25120	2060	31	1297	20655	316	6	127	628
Região Serrana	22981	11251	64	535	1304	8578	840	120	289
Região Centro-Sul Fluminense	16837	4880	2090	72	101	2062	7520	109	3
Região Costa Verde	5747	3650	135	34	176	17	21	1714	0
Região Noroeste Fluminense	10079	1473	22	337	3013	594	33	32	4575

Fonte: Dados Brutos do Censo Demográfico 2010. IBGE – **Organização:** GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ. Uma tipologia dos deslocamentos pendulares para o estado do Rio de Janeiro

Ao analisar os municípios do estado Rio de Janeiro a partir da magnitude dos diferentes fluxos pendulares recebidos e emitidos em 2000 e 2010 (mapas 3 e 4), foi possível, a partir de estudo de Moura,⁷²⁸ estabelecer uma classificação dos mesmos segundo seus tipos predominantes de deslocamentos.⁷²⁹

- Tipo 1 – movimento intenso de saída e de entrada
- Tipo 2 – movimento moderado de saída e intenso de entrada
- Tipo 3 – movimento intenso de saída e moderado de entrada
- Tipo 4 – movimento moderado de saída e de entrada

Ao se considerar as classificações assumidas por cada município dentro da tipologia aqui tratada, observou-se que os tipos 1 e 2 associaram-se predominantemente às municipalidades que possuem certo grau de centralidade dentro do contexto territorial das regiões de governo em que estão inseridas. Tendência confirmada por: Rio de Janeiro no âmbito da RMRJ; Angra dos Reis na Costa Verde; Volta Redonda no Médio Paraíba; Miguel Pereira e Vassouras no Centro-Sul Fluminense; Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo na Região Serrana; Itaperuna no Noroeste Fluminense; Campos dos Goytacazes e Macaé no Norte Fluminense; e Cabo Frio na Região das Baixadas Litorâneas. Com referência aos tipos 3 e 4, representam municípios periféricos às referidas centralidades regionais.

As principais alterações de classificação detectadas de 2000 para 2010 ocorreram nas Regiões das Baixadas Litorâneas e do Médio Paraíba, representadas pelos municípios de Rio das Ostras e de Porto Real, respectivamente. Se, em 2000, não possuíam expressividade, apresentando movimentos pendulares moderados de saída e de entrada, em 2010, alçam-se à qualidade de dinâmicos quanto à nova natureza dos seus deslocamentos pendulares, passando a apresentar movimentos intensos de entrada e de saída e movimentos moderados de entrada e intensos de saída, respectivamente.

Tal mudança deve-se ao novo papel assumido por esses centros urbanos dentro do contexto regional no período assinalado. Rio das Ostras assume definitivamente o papel de cidade dormitório para muitos dos trabalhadores de Macaé, vinculados à “economia do petróleo”, uma vez que o número de pessoas que se deslocavam de Rio das Ostras para Macaé para fins de trabalho passa de 1.168 a 11.275. No caso de Porto Real, a chegada de grandes empresas, como o grupo PSA (Peugeot/Citroën), pode ser considerada como um dos fatores preponderantes na explicação dessa dinâmica recente. Verificou-se que houve necessidade de um aporte extra de deslocados pendulares para justificar a defasagem de mão de obra entre a PEA Ocupada do município (3.409 pessoas no período 2000-2010) e o número de empregos diretos gerados (3.800 entre 2000 a 2006), segundo dados da Firjan.

Mostra-se notório também o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde seu núcleo altera sua classificação de “movimento moderado de saída e intenso de entrada” para “intenso de saída e de entrada”. Por sua vez, Duque de Caxias, municipalidade da periferia metropolitana, deixa sua tipologia de “intenso de saída e moderado de entrada” para “intenso de saída e de entrada”. Evidencia-se aí a tendência de rearranjo dos fluxos pendulares metropolitanos, com o município do Rio de Janeiro deixando sua con-

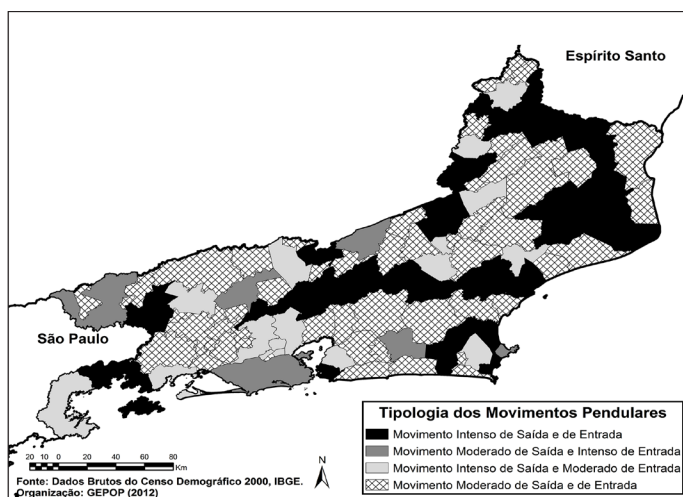
728 MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 12, n. 23, p 43-64, jan./jun. 2010.

729 Os municípios foram classificados a partir da magnitude dos seus deslocamentos comparados com a média dos deslocamentos ocorridos em sua Região de Governo. Em decorrência, foi possível classificá-los a partir de movimentos intensos e/ou moderados de saída e/ou de entrada.

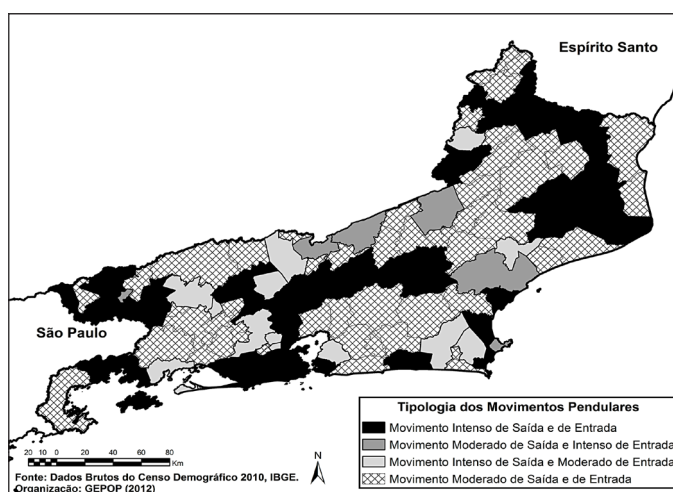
dição de centro principal de convergência dos mesmos, dividindo essa função com novas centralidades emergentes em sua periferia, processo já apontado por Lago⁷³⁰ e Moura.⁷³¹

As outras regiões de governo do estado do Rio de Janeiro mantiveram certo grau de estabilidade quanto à dinâmica dos deslocamentos pendulares de sua população. Houve mudanças de classificação em alguns municípios, principalmente nos da Região Serrana e Centro-Sul Fluminense, todavia, sem substanciais alterações na magnitude dos fluxos como ocorreu nos casos analisados anteriormente.

Mapa 3 - Tipologia dos Movimentos Pendulares da População nos Municípios do estado do Rio de Janeiro, 2000



Mapa 4 - Tipologia dos Movimentos Pendulares da População nos Municípios do estado do Rio de Janeiro, 2010



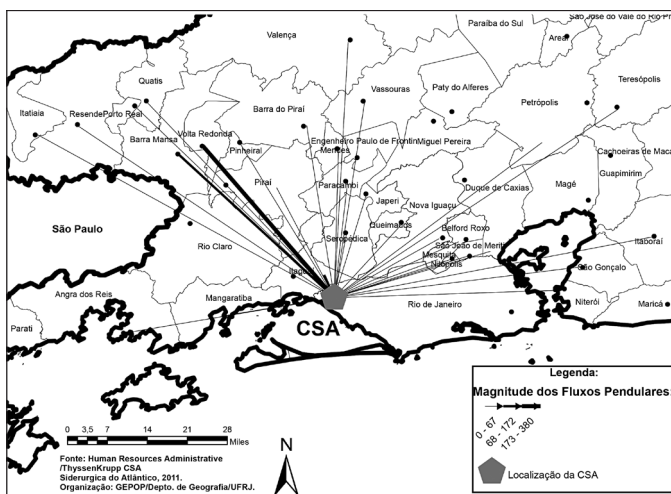
730 LAGO, L. C. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a periferia que virou centro. ABEP. *Anais do XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2008.

731 Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Cadernos Metrôpoles*, São Paulo, v. 12, n. 23, p 43-64, jan./jun. 2010..

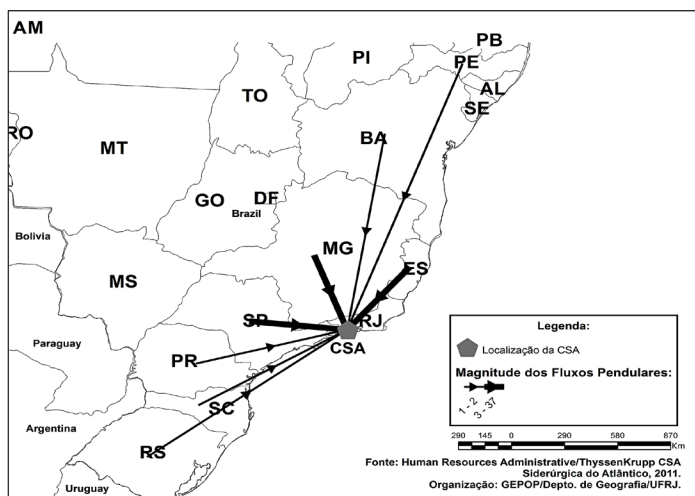
A percepção dos deslocamentos pendulares mais recentes (2011) foi buscada em informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no bairro de Santa Cruz (zona oeste da cidade do Rio de Janeiro).

O estudo referente à CSA (mapas 5 e 6) revelou que, no caso dos fluxos **pendulares intraestaduais**, cerca de 60% dos trabalhadores eram advindos de municípios situados fora da Região Metropolitana, especialmente daqueles que apresentam atividades ligadas à siderurgia, Volta Redonda e Barra Mansa, com respectivamente, 37% e 13% do conjunto dos trabalhadores. No caso dos **fluxos interestaduais**, destacaram-se os deslocamentos provenientes de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, com 43, 24 e 24%, respectivamente, podendo também a importância de Minas Gerais estar correlacionada à presença de atividades siderúrgicas (Vale do Aço/MG).

Mapa 5 - Origem e destino dos fluxos Pendulares Intraestaduais de curta e média distância dos trabalhadores da CSA - Santa Cruz (RJ), 2011



Mapa 6 - Origem e destino dos fluxos Pendulares Interestaduais de média e longa distância dos trabalhadores da CSA - Santa Cruz (RJ), 2011



Quanto ao **perfil sociodemográfico** dos deslocados pendulares (tabela 6), foi constatado, para a variável **gênero**, que 93,5% dos trabalhadores deslocados eram homens, não se observando discrepâncias entre as categorias intraestaduais e interestaduais. No que tange à **escolaridade**, percebeu-se que os trabalhadores intraestaduais apresentaram-se com escolaridade ligeiramente inferior aos interestaduais (ensino médio correspondendo a 75% e 64%), ocorrendo o inverso no que se refere ao ensino superior (21% e 31%, respectivamente).

Tipologia do Fluxo Pendular	Total	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação Superior		Mestrado		Pós-Graduação		Doutorado		Ed. Sup. - Licenciatura		Tecnólogo	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	1109	2	0	793	32	194	48	2	0	21	3	0	0	1	0	10	3
Intraestadual	1023	2	0	740	30	169	46	2	0	19	2	0	0	1	0	9	3
Interestadual	86	0	0	53	2	25	2	0	0	2	1	0	0	0	0	1	0

Fontes: Dados Brutos ThyssenKrupp Human Resources Administrative CSA E Instituto Aço Brasil – IAB2011. Organização: GEPOP/Depto. Geografia/UFRJ, 2011.

Considerações finais

– Torna-se essencial analisar os tipos de deslocamentos pendulares de população em relação aos **contextos geográficos** em que estão inseridos, uma vez que esses, além da magnitude dos investimentos alocados, apresentam diferenças regionais de ordem técnica e produtiva, com repercussões no mercado de trabalho e na mobilidade do trabalhador.

– Resultados da leitura censitária (2000-2010) para o estado do Rio de Janeiro revelaram diferentes **tipos de deslocamentos pendulares** representados por: a) fluxos de curta distância e de maior periodicidade (diários) em nível intrarregional; b) fluxos de maior distância e de menor periodicidade (semanal/mensal) em nível inter-regional; c) fluxos de maior distância e de menor periodicidade em nível intermetropolitano. Tais padrões apresentam-se mais expressivos em determinados contextos do estado: enquanto a RMRJ caracteriza-se historicamente pela maior intensidade dos deslocamentos diários de curta distância, as regiões Norte Fluminense e Costa Verde vêm se destacando pela maior importância relativa dos deslocamentos de menor periodicidade, decorrência da concentração de investimentos estruturantes nessas áreas (atividades ligadas à economia do petróleo e crescimento das atividades da Usina Nuclear Angra II e início da implantação de Angra III), demandantes de um aporte de mão de obra mais específica submetida a regimes de trabalho diferenciados. Já a ocorrência de fluxos de maior distância e menor periodicidade intermetropolitanos (*super-commuting*) encontra bom exemplo nos deslocamentos no eixo Rio-São Paulo.

– Em relação ao **perfil sociodemográfico** do grupo de trabalhadores alvo da pesquisa de campo (CSA), constatou-se que, em relação ao gênero, a maioria são homens e que essa predominância aumenta na razão direta da maior distância dos deslocamentos.

Quanto à escolaridade média, correspondeu à faixa de 4 a 11 anos de estudo, tendo as mulheres apresentado maior nível de instrução do que os homens, especialmente aquelas que se deslocam a maiores distâncias.

– Reafirmou-se a importância dos “deslocamentos pendulares de população” na identificação de questões passíveis de serem aprofundadas em novas pesquisas, tais como: a) discussão do conceito de “deslocado pendular” em relação aos locais de residência e trabalho (*labor-shed* e *employment field*) ou em função dos limites político-administrativos municipais (variável definidora da pendularidade conforme conceito historicamente adotado pelo IBGE); b) caracterização da categoria de “*super-commuter*” no contexto brasileiro.

Referências

- BARBOSA, I. C.; PAVIANI, A. Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica* (IPGH), Havana, v. 1, n. 77, p. 85-94, 1972.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia da população*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- BRITO, F e SOUZA, J. de. Expansão urbana nas grandes metrópoles. O significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.
- CHISHOLM, M. The geography of commuting. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 50, n. 2 e 4, p. 181-182; 491-492, 1960.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- HOLMES, J.H. External commuting as a prelude to suburbanization. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n. 4, p. 774-790, 1971.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011.
- JARDIM, A de P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. *Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações*. ABEP. Campinas, 15-17 de outubro de 2007.
- _____. Movimentos pendulares e circulares da população na região petrolífera do estado do Rio de Janeiro: reflexões analíticas. *Anais IV Encontro Nacional Sobre Migrações*. ABEP. Minas Gerais, 12-13 de agosto de 2009.
- LAGO, L. C. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a periferia que virou centro. ABEP. *Anais do XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2008.
- MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, v. 12, n. 23, p 43-64, jan./jun. 2010.
- MOURA, R; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 4, Movimentos migratórios nas metrópoles, p. 121-133. out./dez. 2005.
- MOSS, M. L.; QING, C. *The emergence of the “super-commuter”*. Rudin Center for Transportation. New York University, Wagner School of Public Service, 2012.
- O GLOBO. “Petróleo impulsiona inchaço de 8 municípios do Rio, mas outros 16 têm número de habitantes menor”, *Caderno de Economia*, Rio de Janeiro, p.22, 14 nov. 2010.

- OLIVEIRA, F. J. G. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- PAGANOTO, F. *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a “capital do petróleo”*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- UNITED NATIONS. The Determinants and Consequences of Population Trends. *ST/SOA/Series A. Populations Studies*, n. 17, Nova York, 1953.
- VANCE, J.E. Labor shed employment field and dynamic analysis in urban geography. *Economic Geography*, Berkeley, v. 36, n. 3, p.189-220, 1960

Narrativas dos trabalhadores migrantes no corte da cana em São Paulo: algumas interpretações a partir das teorias migratórias

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira^{732*}

Introdução

O mercado de trabalho do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro é caracterizado pela importância dos trabalhadores migrantes, especialmente nas atividades agrícolas como o corte da cana. O fato de comporem a maior quantidade de empregados agrícolas no país e mais ainda no estado de São Paulo,⁷³³ o crescimento do número desses trabalhadores devido à expansão do CAI canavieiro durante a década de 2000 e a tendência à extinção do tipo de postos de trabalho ocupados pelos migrantes, ao menos no estado de São Paulo,⁷³⁴ expressam a relevância da análise da mobilidade espacial desses trabalhadores. A partir desses elementos, este artigo explora alguns dos significados desse tipo específico de mobilidade espacial.

A compreensão dos deslocamentos dos trabalhadores originários de regiões pobres do país para o corte da cana em São Paulo envolve articular os níveis macro e micro, ressaltados por Singer,⁷³⁵ respectivamente como as causas vinculadas a processos estruturais e as motivações ligadas a dimensões individuais, familiares e comunitárias. As narrativas dos migrantes a respeito de suas trajetórias e experiências de mobilidade constituem formas relevantes de se compreender as articulações entre causas e motivações. O uso de narrativas das pessoas envolvidas em dinâmicas migratórias para a compreensão dos processos é bastante relevante, sendo muito bem exemplificada no trabalho de Durham,⁷³⁶ que aborda o êxodo rural no Brasil, além daqueles de Silva⁷³⁷ e Novaes,⁷³⁸ que tratam da própria mobilidade espacial dos cortadores de cana.

O caráter fundamental, a importância e o campo de possibilidades que se estrutura com a utilização de narrativas obtidas a partir de entrevistas são destacados por Weis-⁷³⁹ "Interviewing gives us access to the observations of others. Through interviewing

732 *Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas(Unicamp). Bolsista Desenvolvimento Tecnológico e Industrial(DTI)-CNPq – Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Licts)/Icict-Fiocruz.

733 BALSADI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992 – 2006. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, 2010 e SZMRECSÁNYI, T. et al. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Texto para Discussão 32. Embrapa– Brasília/DF, 2008.

734 SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999 e ALVES, F. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 11, p. 153-178, 2009.

735 SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense; Cebrap, 1987. p. 29-60. 1.ed. 1973.

736 DURHAM, E. *A caminho da cidade*. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984. 1. ed. 1973.

737 SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*.

738 NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes*. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007. p. 87-117.

739 WEISS, R. S. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*. Nova York: The Free Press, 1994. p. 1.

we can learn about places we have not been and could not go and about settings in which we have not lived [...]”. No sentido do conhecimento sobre as experiências dos trabalhadores migrantes para o corte da cana em São Paulo é que se estrutura a presente análise, com o intuito de compreender características, tendências e desdobramentos dessa mobilidade.

A interpretação de suas experiências é realizada a partir de arcabouço teórico destacado em trabalho anterior,⁷⁴⁰ no qual se realiza uma adaptação de perspectivas teóricas originalmente voltadas à migração internacional na estruturação da análise da mobilidade de cortadores de cana. A necessidade dessa adaptação reflete a ausência de arcabouços sobre migrações internas no Brasil, além daqueles que tratam do tipo rural-urbano⁷⁴¹ e a insuficiência das perspectivas estruturadas para a análise de mobilidades com espacialidades e temporalidades distintas, caso dos estudos sobre circularidade, marcados por seu caráter descritivo.⁷⁴²

As questões estruturais relativas às origens, causas, consequências e determinações da mobilidade espacial dos cortadores são abordadas a partir dos apontamentos que Massey e outros⁷⁴³ estruturam a respeito de uma teoria migratória baseada na teoria do Sistema-Mundo. A avaliação das motivações e arranjos para o engajamento na mobilidade, além das perspectivas e desdobramentos, é efetuada com base nos aportes da Nova Economia das Migrações, por meios dos trabalhos de Stark e Bloom⁷⁴⁴ e Katz e Stark.⁷⁴⁵ O último tipo de questão fundamental para a compreensão da estruturação desse tipo de deslocamento se refere ao papel das redes e contatos, especialmente no sentido da obtenção de postos de trabalho, destacado em Massey,⁷⁴⁶ Massey e outros⁷⁴⁷ e Krissman.⁷⁴⁸

Metodologia

A partir das questões e hipóteses dos aportes teóricos acima destacados, foi estabelecido um roteiro para as entrevistas com os trabalhadores migrantes,⁷⁴⁹ considerando os seguintes aspectos da mobilidade espacial: características da origem, arranjos para o engajamento no movimento, motivações, redes e contatos, além de intenções e perspectivas para o futuro.

740 OLIVEIRA, R. A. D. Mobilidade sazonal de cortadores de cana: algumas dimensões do debate. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, Recife, 2011. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/alias_GT09_R_A_D_Oliveira.pdf>.

741 SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo e DURHAM, E. *A caminho da cidade*. A vida rural e a migração para São Paulo.

742 ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, Nova York, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971 e os autores reunidos em CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. *Circulation in Third World countries*. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1-26, 1985.

743 MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, Nova York, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

744 STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 75, p. 173-178, 1985.

745 KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in less developed countries. *Journal of Labor Economics*, Chicago, v. 4, n. 1, p. 134-149, 1987.

746 MASSEY, D. The social organization of mexican migration to the United States. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, n. 487, p. 102-113, 1986.

747 MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: a review and appraisal.

748 KRISSMAN, F. Sin coyote nipatrón: why the "Migrant Network" fails to explain international migration. *International Migration Review*, Nova York, v. 39, n. 1, p. 4-44, 2005.

749 Como de praxe, não se utiliza o nome verdadeiro dos trabalhadores nas referências aos mesmos ao longo do texto.

No mês de junho de 2011 foram entrevistados seis migrantes no município de Guariuba, região de Ribeirão Preto, por meio do contato possibilitado pela Pastoral dos Migrantes. As entrevistas foram realizadas nas casas dos mesmos, situadas em bairros periféricos da cidade. Alguns foram localizados logo ao retornar do lugar de trabalho, outro já no começo da noite, mais descansados.

Em julho de 2011, no município de Presidente Venceslau, região de Presidente Prudente, foram entrevistados quatro migrantes com o apoio de membros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Presidente Prudente e principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista. Os trabalhadores foram entrevistados em hotéis situados na região central da cidade,⁷⁵⁰ nos quais os migrantes estavam vivendo e se alimentando durante o período de safra na região. Três deles foram entrevistados logo ao chegar das fazendas, ainda cobertos com a fuligem da cana queimada, enquanto o outro estava de licença por conta de um machucado no pé.

O material bibliográfico a respeito de dimensões teóricas das migrações foi utilizado para a estruturação dessa análise e para a interpretação do material obtido. Essa tarefa também considerou diversos trabalhos sobre a mobilidade espacial dos cortadores de cana e a migração rural-urbana.

Origens

Em sua clássica análise teórica a respeito das migrações internas, Singer⁷⁵¹ destacou que as causas da mobilidade espacial devem ser abordadas a partir das características dos lugares de origem dos migrantes. Nesse sentido, se faz necessário registrar as origens dos trabalhadores entrevistados e as características das mesmas a partir das narrativas dos migrantes. Dos dez migrantes entrevistados, quatro são de municípios da região do Jequitinhonha, em Minas Gerais (dois de Capelinha, um de Espinosa e outro de Minas Novas); três do município de Timbiras, no sertão maranhense; dois de Piritiba, no sertão baiano; e um da capital piauiense, Teresina.

As áreas de origem têm em comum a sua inserção problemática na divisão territorial do trabalho em escala nacional, caracterizando-se como áreas rurais pobres ou sob intensas transformações em função da expansão de cultivos comerciais, com grande relevância da emigração de trabalhadores para outras regiões do país em boa parte do ano. Autores como Silva,⁷⁵² Alves,⁷⁵³ Novaes⁷⁵⁴ apontam as áreas citadas dentre as mais importantes “fontes” de mão-de-obra para o setor sucroalcooleiro, ressaltadas por Silva⁷⁵⁵ como componentes de uma cartografia migratória dinâmica no tempo e no espaço.

750 Segundo os sindicalistas locais, a hospedagem dos migrantes nos hotéis se deve às multas que a usina levou por conta das más condições de um barracão na periferia da cidade onde os trabalhadores foram hospedados em safras anteriores. Apesar das melhores condições, a hospedagem em hotéis implicou a redução do valor pago aos trabalhadores.

751 SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.

752 SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século* SILVA, M. A. M. (2004). Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. *O avesso do trabalho*. –São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-65. 1. ed. 2004.

753 ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 21-54.

754 NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais e NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 11, p. 105-127, 2009.

755 SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas.

A caracterização das áreas de origens como rurais e pobres estrutura-se pelas falas de três trabalhadores:

- “Lá eles trabalham na lutiha deles mesmo, lavrador, tem umas criações, trocam umas coisas com os outros [...]” - Jânio, 25 anos, maranhense de Timbiras.
- “Lá na Bahia era bem difícil, negócio de trabalho lá era bem pouco [...]” - João Paulo, 25 anos, baiano de Piritiba.
- “Moro numa comunidade que pertence a Minas Novas, comunidade que deve ter 120 famílias, aí eu sou de lá, esse município pertence a Minas Novas, fica a uns 40 quilômetros de Minas Novas [...]” – Antônio, 21 anos, mineiro de Minas Novas.

Verifica-se que os migrantes são oriundos de comunidades rurais marcadas pela predominância de atividades agrícolas familiares em pequenas propriedades, baseadas na subsistência e na troca de alguns produtos na vizinhança, com escassas ou mesmo nenhuma possibilidade de trabalho em outras atividades e situadas em lugares de difícil acesso, mesmo para as pequenas cidades das regiões. Essas dimensões ressaltam uma inserção complexa na divisão do trabalho em escala nacional, já que não há atividades econômicas com maior capitalização, o que dificulta o acesso a bens e serviços, além de não permitir novos e outros investimentos nas atividades agrícolas.

Quando há atividade com maior rentabilidade, ocorre a concentração de terras, que limita as possibilidades dos que trabalham em atividades agrícolas:

“A situação lá é meio ruim, nós trabalha na roça com milho, feijão e a maioria é fazenda, o espaço para quem trabalha de roça ficou curto [...]” – Adailton, 34 anos, maranhense de Timbiras.

As características destacadas se relacionam aos fatores de expulsão que Singer⁷⁵⁶ define para as áreas de origem da migração rural-urbana. Porém, também se articulam à origem dos trabalhadores que migram para São Paulo para o corte da cana. Fatores de estagnação, mais relacionados à predominância de uma agricultura de poucos recursos e rentabilidade do que à pressão demográfica, se destacam nas falas de Jânio e João Paulo, enquanto fatores de mudança aparecem naquela de Adailton. O padre coordenador da Pastoral dos Migrantes em Guariba também destaca essa dimensão ao ressaltar a relevância dos trabalhadores provenientes de áreas de expansão da soja no Cerrado maranhense entre os que moram nesse município paulista. Silva⁷⁵⁷ destaca as mudanças na estrutura fundiária e na produção agrícola da região do Jequitinhonha como os processos que originam a emigração de trabalhadores da região, cujos destinos incluem as áreas produtoras de cana-de-açúcar em São Paulo, exemplificadas no caso de Antônio.

Os pressupostos de uma teoria migratória baseada na teoria do Sistema-Mundo, estruturados por Massey e outros,⁷⁵⁸ são fundamentais para a compreensão das características ressaltadas: penetração de relações capitalistas que alteram formas prévias de relações sociais e econômicas; mudanças na estrutura agrária nos lugares de origem que

756 SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.

757 SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*.

758 MASSEY, Douglas et al. *Theories of international migration: a review and appraisal*.

contribuem para a criação de uma força de trabalho móvel; a articulação de um território a partir das relações entre regiões com diferentes inserções em divisões do trabalho, implicando que os mesmos processos que criam migrantes em regiões periféricas (caso do interior nordestino e da região do Jequitinhonha) simultaneamente os atraem para as regiões mais desenvolvidas (São Paulo), que concentra boa parte das atividades econômicas mais capitalizadas do país, inclusive as agrícolas.

As regiões periféricas, que constituem as origens dos migrantes entrevistados se inserem numa divisão territorial do trabalho em escala nacional como “fontes” de mão-de-obra para atividades econômicas que demandam trabalhadores com baixa qualificação, destacadas a partir das seguintes falas:

- “Aqui em Guariba tem muita gente de Timbiras, pessoas que é difícil encontrar lá, a gente encontra no meio da rua aqui [...]” – Adailton.
- “Se você for agora para Minas Novas e precisar de homens adultos para um trabalho, não vai achar. Os homens saem pra trabalhar com cana em São Paulo, Mato Grosso, Paraná ou na construção em São Paulo (capital) ou Belo Horizonte. As mulheres também saem, pra trabalhar de doméstica em São Paulo [...]” – Antônio.

Motivações

Os trabalhadores entrevistados apontaram três questões fundamentais como motivações para o engajamento no fluxo migratório destinado ao trabalho no corte da cana em São Paulo: dificuldades para conseguir trabalho nas áreas de origem, apoio às pobres atividades agrícolas desenvolvidas também nessas regiões e estratégia para determinados objetivos específicos.

A dificuldade para conseguir trabalho nas áreas de origem, ou seja, o desemprego foi citado como característica da área de origem por João Paulo, porém, essa também é uma das motivações para a mobilidade espacial voltada ao trabalho no corte da cana em São Paulo. Stark e Bloom⁷⁵⁹ apontam que, ao contrário do que propunham os neoclássicos, a motivação individual para a mobilidade não está relacionada apenas às falhas no mercado de trabalho, já que dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola em função dos escassos recursos financeiros e técnicos, além do pouco acesso a mercados mais amplos, também são marcantes. As falas a seguir caracterizam as motivações:

- “Lá o prefeito não ajuda, é muito ruim. Quando tem trabalho ele chama gente de outros lugares [...]” – Adailton.
- “(Trabalho na cana) pra ganhar mais, pra inteirar. Lá tem trabalho na roça, mas não paga bem [...]” – José, 32 anos, mineiro de Capelinha.
- “Tem trabalho lá, mas é devagar, paga 18 conto, 20 a diária, aqui dá pra tirar 40, 30, até 50 conto[...].” – Luís, 33 anos, baiano de Piritiba.
- “O valor que tão pagando aqui não vale a pena, R\$ 0,14 a hora eu consigo lá também (na origem) [...]” – Gustavo, 21 anos, mineiro de Capelinha.

759 STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration.

As quatro falas registradas acima ressaltam dimensões das motivações interpretáveis a partir das proposições dos autores da Nova Economia das Migrações. A mobilidade não se relaciona apenas ao desemprego na origem, já que há empregos, como destacado nas falas de Adailton, José, Luís e Gustavo, porém, com salários baixos ou dificuldades de outras naturezas, como a falta de apoio do poder público. Os baixos salários se vinculam à baixa rentabilidade das atividades agrícolas, resultado da inserção problemática no mercado em múltiplas escalas espaciais, caracterizada pela dificuldade de acesso a melhorias técnicas, a crédito e outros, questão apontada por Stark e Bloom.⁷⁶⁰

Durham,⁷⁶¹ comentando as narrativas dos trabalhadores rurais que emigraram para a capital paulista aponta que: “[...] a imigração não decorre, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência”.⁷⁶² A mobilidade espacial para o trabalho no corte aparece na fala dos trabalhadores também como resposta a condições normais de existência, podendo assim ser articulada às ideias de Katz e Stark,⁷⁶³ que destacam a migração como uma estratégia para a redução dos riscos associados a atividades produtivas de baixa rentabilidade, caso da produção agrícola nas áreas de origem dos migrantes. Vincula-se a essas considerações aquilo que Novaes registra: “O trabalho no eito da cana pode representar um complemento viabilizador da pequena produção agrícola ou uma estratégia para viabilizar outras ocupações rurais ou urbanas”.⁷⁶⁴

- “Vim pra ganhar dinheiro [quando questionado sobre porque começou a migrar para o trabalho no corte da cana]” – João, 25 anos, mineiro de Espinosa.
- “Quero juntar dinheiro para abrir um comércio lá em Timbiras [...]” – Adailton.
- “Eu vim [trabalhar no corte da cana] na intenção de tirar carta, só nessa intenção [...]” – Gustavo.

Essas três últimas falas registradas nesta sessão revelam outro aspecto da diversidade das motivações para a mobilidade espacial abordada. Enquanto João tem uma motivação genérica referente à ampliação de recursos, Gustavo foi bastante enfático quanto à sua motivação: tirar a carteira nacional de habilitação (CNH), pois sua intenção está voltada à obtenção de trabalho em outras atividades, para as quais ter a CNH ajudaria muito. Adailton também tem uma intenção específica: pretende juntar dinheiro para abrir uma loja na área urbana de Timbiras, no Maranhão. As falas de Gustavo e Adailton corroboram a segunda parte daquilo que Novaes⁷⁶⁵ destaca, conforme registrado anteriormente.

As motivações se referem à ação individual frente aos constrangimentos impostos pelas causas da mobilidade espacial, relacionados às dimensões estruturais. Para os migrantes, em geral com baixa qualificação, o trabalho no corte da cana representa uma resposta às suas demandas, constituindo possibilidade de aumento da renda baseada no esforço físico, o que valoriza tal atividade, já que, quanto mais se corta, mais se ganha. Para os empresários, representam uma “fonte” bastante ampla de mão-de-obra, quali-

760 Ibid.

761 DURHAM, E. *A caminho da cidade*.

762 Ibid., p. 113.

763 KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in less developed countries.

764 NOVAES, J. R. *Idas e vindas: disparidades e conexões regionais*, p. 111.

765 NOVAES, J. R. *Idas e vindas: disparidades e conexões regionais*.

ficada em função dessa valorização do trabalho físico e que pode ser acessada sempre que necessário, como é o momento atual de expansão das atividades do CAI canavieiro.

Arranjos e estratégias familiares

O apoio familiar aparece como elemento fundamental nesse tipo de mobilidade espacial. Seja como membro do núcleo familiar dos pais, seja enquanto parte de um novo núcleo, vinculado à esposa e aos filhos, destacam-se a importância dos arranjos e estratégias familiares nos deslocamentos dos trabalhadores do corte da cana em São Paulo.

Dentre os trabalhadores entrevistados, havia casos tanto de migração familiar, especialmente os entrevistados em Guariba, quanto individual. Adailton, Devanir, João Paulo e Luís constituíram um novo domicílio, e o deslocamento para São Paulo aparece como estratégia do mesmo, já que envolveu a mudança da esposa e dos filhos ou da maior parte deles. Nos casos de migração individual, os trabalhadores se vinculam ao núcleo anterior, mais amplo, constituído com pais e irmãos, exemplificados por Antônio, Gustavo, Jânio, João e Juliano. O único que constitui um novo núcleo com esposa e filhos, mas não migrou junto com eles, foi José. As diferentes dimensões das estratégias vinculadas aos domicílios e famílias se expressam nas falas a seguir:

- “[Trabalho na cana] pra ajudar a família, ajudar meu pai e pra meus irmãos poder estudar [...]” – Jânio.
- “Minha mãe tá só, lá em casa [em Minas Novas], meu pai e meu irmão tão aqui em Nova Andradina [MS] trabalhando na usina Santa Helena [...]” – Antônio.
- “Vim pra cá, consegui o trabalho no começo do ano e esse mês [junho de 2011] trouxe minha mulher e os dois menores. O mais velho ficou em Timbiras com a vó, pra estudar [...]” – Adailton.

A interpretação dos arranjos e estratégias familiares relacionadas à mobilidade espacial, assim como a questão das motivações, também é realizada a partir dos pressupostos da Nova Economia das Migrações. Dimensões abordadas acima, como as estratégias de redução dos riscos relacionados à mobilidade, são fundamentais para a compreensão do papel das famílias, por isso é necessário ressaltar um ponto importante do trabalho de Katz e Stark:

[...] the decision-making entity is often the family, of which the individual is a member. Migration by a family member is then warranted when it facilitates reduction in total familial risk via diversification of earning sources.⁷⁶⁶

As três falas registradas destacam a importância das estratégias familiares no contexto dessa mobilidade espacial. Distinguem-se pelo fato de que, enquanto a migração de Jânio e Antônio envolve deslocamentos de um ou mais membros do domicílio, mantendo a referência daquele núcleo familiar na origem, a mobilidade de Adailton envolveu trazer o núcleo domiciliar constituído por sua esposa e filhos.

766 A unidade de tomada de decisão é geralmente a família, da qual o indivíduo é membro. Migração de um membro familiar é, dessa maneira, garantida quando facilita a redução dos riscos aos quais a família se expõe com a diversificação de fontes de renda. KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in less developed countries, p. 136. Tradução livre.

A família de Jânio mantém uma pequena produção agrícola com a participação dos seus pais e irmãos menores durante todo o ano, e a mobilidade espacial do mesmo envolve a diversificação de fontes de renda baseada em um só indivíduo. Todo mês Jânio envia uma parte dos seus ganhos a seus familiares.

A estratégia da família de Antônio expressa a utilização da migração para ampliar recursos de maneira mais ampla. Apenas a mãe reside no lugar de origem, mantendo a pequena propriedade agrícola na qual Antônio, seu pai e o irmão, também cortadores de cana, trabalham durante a entressafra. Os recursos obtidos por meio dessa estratégia mais ampla são destinados não apenas a complementar e viabilizar a pequena produção agrícola, mas também à aquisição de bens de preço maior, como carros e motos, citados por Antônio.

No domicílio de Adailton, apenas ele trabalha, porém, por haver constituído um núcleo familiar com esposa e filhos, a estratégia domiciliar é distinta daquelas de Jânio e Antônio. Ele e a esposa decidiram que toda a família migraria para São Paulo, para ficar junto dele e para que ela pudesse ter um melhor acompanhamento médico, já que estava grávida (em junho de 2011). Constitui-se em torno ao trabalho de Adailton toda a vida familiar, já que ele se encarrega de obter recursos para abrir uma loja em Timbiras, município no Maranhão. Para além dessa intenção, há outro indicativo do foco no retorno à origem: o filho mais velho ficou em Timbiras para estudar, morando com a avó.

As distintas estratégias familiares registradas permitem destacar sua importância no contexto da mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana. Sob diferentes formas e com objetivos e intenções variadas, sua principal qualidade está vinculada à redução dos riscos envolvidos no deslocamento dessas pessoas. Definitivamente, essa mobilidade não é individual no sentido da decisão e efetivação, mesmo quando apenas um dos membros dirige-se às regiões produtoras.

Papel das redes de contatos

Os contatos entre trabalhadores de mesma origem e com organizadores de turmas que trabalham diretamente para as usinas constituem dimensão fundamental nas narrativas. Tanto a trajetória passada e presente, quanto às tendências para o futuro permitem ressaltar a sua importância. Todos os entrevistados ressaltaram a importância dos contatos no contexto da mobilidade espacial para o trabalho no corte da cana em São Paulo e, para abordar seus significados, são registrados alguns exemplos:

- “Eu vim com outro colega, que veio de lá pra cá, primeiro o cunhado dele veio, aí trabalhou aqui, fez o nome dele, aí trouxe ele e depois ele me trouxe [...]” – João Paulo.
- “Tava trabalhando numa usina em Goiás, mas não tava gostando, não pagavam direito. Aí resolvi largar lá e voltar pra cá, liguei pra um colega que me ajudou a conseguir o trabalho na Santa Rita [usina situada em um município próximo][...]” – Jânio.
- “Um encarregado⁷⁶⁷ que é lá da minha região me falou que tinha trabalho aqui, aí eu vim, ele traz sempre um pessoal pras usinas daqui [...]” – João.

767 Empregado da usina que organiza as turmas de trabalhadores. Em geral, é da mesma origem que os trabalhadores que organiza. Também conhecido como fiscal ou turmeiro. Tem uma posição mais alta hierarquicamente, decidindo sobre a contratação e a manutenção do emprego.

- “Tem gente lá da minha região que trabalha na construção em São Paulo, eu mesmo já trabalhei lá, mas depois comecei a fazer safra [trabalho no corte da cana][...]” – Devanir.
- “Lá de Timbiras tem muita gente que corta cana em São Paulo e em outros lugares, mas também tem gente que trabalha no Norte, na construção [...]” – Luís.

Massey⁷⁶⁸ refere-se aos contatos entre pessoas de uma mesma origem como parte da organização social da migração. O suporte à obtenção de trabalho, ao movimento migratório em si e ao estabelecimento no lugar de destino são dimensões fundamentais nesse contexto. Nas falas registradas acima são fundamentais tais redes para obter trabalho, para mudar de usina mesmo quando situadas em lugares distantes, se articulando também aos trabalhos anteriores e às possibilidades de outras ocupações no futuro. A agilidade propiciada pela comunicação via telefonia celular se destaca na fala de Jânio, já que, quando ele passou a achar ruins suas condições de trabalho em Goiás, logo obteve outro posto em uma região onde trabalhara anteriormente.

Krissman⁷⁶⁹ estabelece uma relevante crítica à perspectiva das redes nos sentido proposto por Massey,⁷⁷⁰ destacando que este autor concentra muito seu enfoque nas redes de relações entre iguais, como se não houvesse assimetrias de poder no estabelecimento das mesmas. A fala de João revela essa dimensão ao destacar a importância do encarregado da usina na sua contratação. Mesmo sendo da mesma origem dos trabalhadores, o encarregado exerce poder ao escolher os que serão contratados e ao estimular ou apoiar sua demissão em algumas situações. O próprio deslocamento dos trabalhadores a partir da região de origem também é coordenado por esse agente fundamental das redes migratórias dos cortadores de cana.

A última dimensão importante relativa à questão das redes aparece principalmente nas falas de José e Adailton. Além de possibilitar o destaque à relevância da mobilidade espacial entre as pessoas de suas áreas de origem, relaciona-se às trajetórias e possíveis desdobramentos das mesmas. Trabalhos anteriores em outras atividades e outros lugares demonstram os múltiplos contatos entre os trabalhadores migrantes. O significado dessa questão para o futuro se vincula à extinção de postos de trabalho agrícolas no CAI canavieiro paulista em decorrência da mecanização das atividades de corte e colheita.⁷⁷¹ Os contatos e o apoio de pessoas que trabalham em outras atividades, como a construção civil, em outros lugares do país, como as capitais estaduais ou regiões onde se localizam grandes projetos, poderão constituir soluções quando não for possível continuar trabalhando nos lugares atuais.

As redes estabelecem a conexão entre as dimensões macro e micro da mobilidade espacial, ao constituir parte fundamental de sua organização a partir do atendimento às demandas geradas por motivações individuais, ao mesmo tempo em que respondem à necessidade de trabalhadores decorrente da expansão de determinadas atividades econômicas. A rede constituída em torno da migração para o trabalho no corte da cana exemplifica essa mediação, articulando empresas, “gatos” – empreiteiros de mão-de-obra, encarregados de turmas e trabalhadores, além de agentes externos que atuam

768 MASSEY, D. The social organization of mexican migration to the United States.

769 KRISSMAN, F. Sin coyote nipatrón: why the “Migrant Network” fails to explain international migration.

770 MASSEY, D. The social organization of mexican migration to the United States.

771 SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas e RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimacão. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 37, p. 69 - 75, 2007.

diretamente nas relações estabelecidas entre as partes, como os representantes do Ministério Público, da Fiscalização do Trabalho, dos sindicatos, do trabalho pastoral da Igreja Católica, entre outros.

Considerações finais

A abordagem da mobilidade espacial dos trabalhadores do corte da cana a partir das narrativas constituídas pelas entrevistas registra dois tipos principais de relevância. Em primeiro lugar, ressalta a possibilidade de conhecer experiências alheias, difíceis de serem reconstituídas de outras maneiras, à moda do que Weiss⁷⁷² discute. Por outro lado, permite abordar dimensões dessa modalidade migratória que dificilmente poderiam ser destacadas de outras formas, especialmente com relação a como processos de natureza estrutural constroem as ações de pessoas, que respondem a eles mediante a mobilidade espacial e de como estruturam a própria narrativa sobre tais processos.

Foram ressaltadas as possibilidades de se adaptar pressupostos e questões teóricas originalmente voltadas à análise da migração internacional para a abordagem da mobilidade espacial de trabalhadores do corte da cana. Afinal de contas, também nos referimos a um processo migratório, e causas, consequências, trajetórias e desdobramentos dos movimentos guardam relações, mesmo que as dimensões espaciais e temporais sejam absolutamente distintas. Espera-se com isso contribuir, ainda que de maneira restrita, para o debate mais amplo sobre a mobilidade espacial, que de diferentes maneiras vem ganhando contornos cada vez mais complexos no atual momento histórico.

A experiência de entrevistar os cortadores de cana foi muito relevante, de maneira mais ampla do que do ponto de vista do embasamento para a interpretação teórica da realidade. Suas narrativas servem como testemunho da história recente deste país, em que trabalhadores se mobilizam/são mobilizados a reboque da circulação de capitais pelo território. Acelera-se o crescimento econômico, intensifica-se a mobilidade espacial de trabalhadores de baixa qualificação demandados por diversas atividades econômicas. Se, em algum momento, mobilidade espacial e social estiveram associadas, na atualidade, deslocar-se não tem como corolário a ascensão, constituindo muito mais uma estratégia de sobrevivência individual, familiar e comunitária.

Referências

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes*. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 21-54.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 11, p. 153-178, 2009.

BALSADI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992 – 2006. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, 2010.

772 WEISS, R. S. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*.

- CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. *Circulation in Third World countries*. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1-26, 1985.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade*. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984. 1. ed. 1973.
- KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in less developed countries. *Journal of Labor Economics*, Chicago, v. 4, n. 1, p. 134-149, 1987.
- KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the "Migrant Network" fails to explain international migration. *International Migration Review*, Nova York, v. 39, n. 1, p. 4-44, 2005.
- MASSEY, D. The social organization of mexican migration to the United States. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, n. 487, p. 102-113, 1986.
- _____. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, Nova York, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.
- NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *Ruris*, Campinas, v. 3, n. 11, p. 105-127, 2009.
- NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes*. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007.p. 87-117.
- OLIVEIRA, R. A. D. Mobilidade sazonal de cortadores de cana: algumas dimensões do debate. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, Recife, 2011. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/alias_GT09_R_A_D_Oliveira.pdf>.
- RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 37, p. 69-75, 2007.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- _____. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. *O avesso do trabalho*.-São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 25-65. 1. ed. 2004.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: _____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense; Cebrap, 1987. p. 29-60. 1. ed. 1973.
- STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 75, p. 173-178, 1985.
- SZMRECSÁNYI, T. et al. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. *Texto para Discussão 32*. Embrapa – Brasília, 2008.
- WEISS, R. S. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*. Nova York: The Free Press, 1994.
- ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, Nova York, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

Migração, diferenciação social e a construção da fronteira matogrossense

Betty Nogueira Rocha^{773*}

Introdução

O projeto desenvolvimentista do Estado-militar brasileiro criou, na década de 1970, leis, instituições e programas que tinham por objetivo a expansão das fronteiras,⁷⁷⁴ para garantir não somente o crescimento econômico, mediante incremento da produção para atender a demanda doméstica, mas, sobretudo, para viabilizar a integração da economia nacional aos moldes do capitalismo mundial. O I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1970-1973 e 1975-1979 respectivamente, representam um engenhoso planejamento de ajuste não convencional da economia brasileira ao promover a “ocupação” econômica das áreas fronteiriças mediante o estímulo à iniciativa privada na expansão de grandes empreendimentos agropecuários viabilizados pela parceria entre as empresas estatais, capital privado nacional e capital internacional. No Programa de Integração Nacional (PIN), editado em 1970 e, posteriormente, incorporado ao I PND, a “ocupação” da Amazônia tornou-se prioridade nacional, e o governo militar passou a subsidiar e viabilizar a concessão de terras para grupos econômicos instalarem empresas nos setores de agropecuária, indústria e mineração, assim como para empresas colonizadoras.

É possível resumir a estratégia de integração traçada no I PND para “ocupação” da Amazônia em três linhas de atuação: (1) construção de redes rodoviárias para integração espacial; (2) desapropriação de terras devolutas para implementação de projetos de colonização; e (3) subsídios para indução de fluxos migratórios.⁷⁷⁵ A construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR 163) representam a síntese dessa estratégia, ao destinar uma área de 10 km de cada lado da rodovia para fins da colonização oficial, com objetivo de apoiar o “pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio”,⁷⁷⁶ pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Embora no I PND conste a concessão de terras para implantação de projetos agrícolas empresariais, no II PND, com a ampliação para 100 km de cada lado das rodovias destinados a projetos de colonização, ocorreu uma mudança significativa no perfil dos

773 *Professora do Departamento de História e Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

774 Fronteira constitui um espaço ainda não estruturado gerador de novas realidades e potencialidades e tem diversas funções nos planos social, político e econômico. Pode ainda ser definida como o “espaço de manobras das forças sociais” onde a colonização privada aparece como uma alternativa de expansão da fronteira na Amazônia. Sobre este assunto ver BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. *Fronteira amazônica – Questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

775 Ibid.

776 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974). Rio de Janeiro, IBGE, set. 1971. p. 21.

migrantes selecionados e no tipo de uso da terra: por um lado, passou-se a privilegiar os grandes fazendeiros e seus empreendimentos agropecuários em detrimento dos pequenos produtores e, por outro lado, estimulou-se a agricultura de base capitalista com utilização de tecnologia no campo em detrimento da agricultura familiar.

No caso do Mato Grosso, a construção da BR 163 tornou-se um caso emblemático, já que no rastro da abertura da rodovia surgiram inúmeros projetos de colonização organizados por empresas particulares que mobilizaram grande contingente de migrantes e deram origem a vários municípios tais como Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Cláudia, etc. As colonizadoras recebiam os mais diversos incentivos e estímulos oficiais, tais como, terras financiadas no longo prazo, apoio em infraestrutura, financiamentos de projetos, dentre outros, interferindo sobre o uso da terra numa escala sem precedentes e incentivando intensos fluxos migratórios para a ocupação e incorporação produtiva da fronteira. No tocante à apropriação da terra, pode-se afirmar que ocorreu um processo de diferenciação social decorrente da forma como se deu a sua posse e utilização, conferindo especificidades a cada projeto de colonização.

A gleba Lucas do Rio Verde, localizada às margens da BR 163, foi criada judicialmente em 1976 pela coordenadoria do Incra. Em 1981, o presidente general João Batista Figueiredo declarou a área como prioritária para fins de reforma agrária por meio dos decretos n. 86.306 e 86.307. O projeto de assentamento especial Lucas do Rio Verde foi implantado em "regime de urgência para atender àqueles agricultores sem terra que estavam acampados na Encruzilhada Natalino", em Ronda Alta, palco de intensos conflitos por terra no Rio Grande do Sul e cenário de uma importante parte da história dos movimentos sociais no país, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).⁷⁷⁷

O processo de colonização de Lucas coloca no proscênio a atuação distinta de três atores sociais: os "posseiros", os "parceiros", os "assentados da cooperativa" e os "maranhenses" ou "nordestinos". O objetivo deste ensaio é analisar alguns aspectos da trajetória de vida de quatro famílias migrantes que, além de informarem e darem significado aos movimentos migratórios que deram origem ao município localizado na região norte matogrossense, resultaram num processo de diferenciação social emblemático naquela região fronteira.

De posseiro a empreendedor: no proscênio, a trajetória dos Monduzzi

Os avós de Bento Monduzzi saíram da Itália em direção ao Rio Grande do Sul no período em que a colonização dirigida possibilitou a imigração de grande contingente de famílias italianas. Ao desembarcarem em terras brasileiras, procuraram uma região montanhosa que se assemelhasse àquela que viviam na Itália, fixando-se em Dona Francisca, município localizado no Centro Ocidental Rio-Grandense, que na época era distrito de Cachoeira do Sul. Ali nasceram e cresceram Bento e seus irmãos, que desde cedo ajudavam o pai na roça no plantio de fumo, milho e feijão. Devido à impossibilidade de reprodução social que pudesse garantir o futuro dos filhos, a família resolveu migrar para Tupanciretã, onde, em quatro anos, conseguiram adquirir um pequeno patrimônio.

Naquela época, os homens trabalhavam na roça enquanto as mulheres eram responsáveis pelas tarefas domésticas e manutenção da horta. Depois de alguns anos, a

777 Sobre esse assunto ver MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

reprodução social com base familiar encontrava limitações devido à ascensão do modelo produtivista baseado na modernização da agricultura. É enorme a diversidade de estratégias e arranjos familiares para fazer face às dificuldades de reprodução social no meio rural e, nessa direção, uma das alternativas é a possibilidade de migrar.

Em 1979, os irmãos mais velhos, Pedro e Lívio, viajaram para Mato Grosso a fim de conhecer a região e, alguns dias depois, tinham “comprado” uma área de 1.000 hectares em Lucas do Rio Verde.

Nós não tínhamos poder aquisitivo para comprar (terras). Mas para arrendar era uma exploração, estava ficando difícil a sobrevivência lá. E aqui [Mato Grosso] tinha muita [terra], a extensão de área aqui era muito grande. Era fácil, [...] sendo que nós compramos os direitos de uma área de terra aqui que era cerrado, pelo valor de um ano de arrendamento de área no Rio Grande.

Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca (RS), agricultor empresarial.

Os irmãos regressaram ao sul munidos de um contrato de compra e venda e carregados de esperanças. Importante reter alguns elementos do discurso de Bento. O primeiro é o significado simbólico de ter “comprado” as terras, pois a família Monduzzi arrendava terras no sul para garantir meios de subsistência para um numeroso núcleo familiar e, por isso, “não tinham poder aquisitivo para comprar terras no sul”. Como as terras em Mato Grosso eram “baratas”, os irmãos viram isso como uma oportunidade, apesar de reconhecerem a situação de irregularidade por terem comprado “os direitos de uma área” e não a propriedade das terras, caracterizando-os como posseiros, muito embora eles não se reconhecessem como tais, justamente por terem pago pelas terras. Outro dado significativo é o fato de terem comprado a “posse” de 1.000 hectares pelo valor equivalente a um ano de arrendamento de uma área muito menor no sul do país. Esse tipo de transação é de suma importância para se entender, por exemplo, a estrutura fundiária de Mato Grosso.

Pedro e Lívio retornaram ao Mato Grosso em 1980, levando apenas alguns pertences e ferramentas para a lida no campo. Os irmãos iniciaram a derrubada do cerrado, seguida da catação de raízes, com certa dificuldade, levando em consideração o desafio em dominar a natureza selvagem e as distâncias em que se encontravam de uma cidade. Para comprar alimentos, insumos para a lida no campo ou para entrar em contato com a família, era preciso se deslocar 360 km para a cidade mais próxima. Em 1981, Bento Monduzzi, solteiro, o mais novo dos homens da família, chegou em Lucas do Rio Verde para ajudar na colheita. Nos primeiros anos, a produção foi ruim:

[...] ficamos uns anos devendo naquela época, aonde que dava vontade de voltar, mas só que quando eu cheguei em Mato Grosso em fevereiro de 81 e daí olhando as lavouras eu falei para o meu irmão: se alguém conseguir plantar soja aqui numa região dessa, isso aqui ninguém mais segura. [...] Aqui não tinha nada. Era só cerrado. Tinha que fazer tudo.

Bento Monduzzi, natural de Dona Francisca (RS), agricultor empresarial.

Embora destaque a categoria “nada” como explicativa do vazio de infraestrutura, Bento enxergava o lugar como uma região promissora para o cultivo da soja. Para isso era preciso corrigir o solo, aprender a trabalhar no cerrado e se adaptar ao regime de chuvas. Os familiares que ficaram no sul enviavam remessas de dinheiro para o sustento

dos irmãos, já que a produção nos primeiros anos de plantio foi ruim, devido ao processo de preparo do solo. Bento fez questão de contar que “o melhor pessoal da família era os vizinhos”, pois eram todos muito próximos e compartilhavam das mesmas dificuldades. As visitas eram frequentes, todos sabiam da vida um do outro, compartilhavam negócios e, nos finais de semana, os vizinhos se reuniam para saborear um churrasco.

Com orgulho, destacou que cada um dos “pioneiros” colocou o seu tijolinho na construção da cidade. Bento se refere ao fato de que boa parte da infraestrutura, como escola, igreja, posto de saúde, etc., foi construída em sistema de mutirão, já que Lucas do Rio Verde era um distrito do município de Diamantino e raramente recebia recursos da prefeitura.

É possível notar que os laços de parentesco e de vizinhança foram importantes na solução de dilemas de ação coletiva, sobretudo, como sublinhou Putnam,⁷⁷⁸ pela dimensão normativa das relações sociais e “conexões entre indivíduos – redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que delas emergem”. Em outras palavras, o migrante não migra sozinho, ele está circunscrito “no” e “pelo” contexto social da origem. A configuração dessas redes sociais pode determinar as formas e magnitudes dos fluxos migratórios,⁷⁷⁹ já que conecta território⁷⁸⁰ de origem e território de adoção, determinando, sobremaneira, o aspecto multiterritorial do migrante. Adiante, retomarei esse argumento. Retomemos a trajetória dos Monduzzi.

Em 1984, os Monduzzi iniciaram o plantio da soja, mesmo ano em que Joaquim, João, Bibiana e Maria chegaram em Lucas do Rio Verde. Os homens eram irmãos de Bento, Maria era sua cunhada, e Bibiana, sua esposa. Bibiana contou que carregaram os sonhos e uma pequena mudança no caminhão Mercedes, onde trouxeram um trator com concha e um espalhador de calcário (maquinário utilizado ainda hoje na fazenda), uma vaca de leite com seu bezerro e um cachorro pastor alemão.

A saga dos Monduzzi também foi realçada pela matriarca da família, Dona Ismália, uma senhora de aproximadamente 80 anos, muito simpática. Curiosamente, dona Ismália não mora em Mato Grosso, apesar de ressaltar que se “sente em casa”, em virtude de muitas famílias da região onde ela mora no Rio Grande do Sul morarem atualmente em Lucas do Rio Verde, porém “não consegue viver longe do Rio Grande”. Devido ao “frio” que tem feito no sul nos últimos anos ela optou “por passar o inverno em Lucas” com os filhos, netos, noras e genros. Dessa maneira, dona Ismália considera que tem “dois lares”, vivendo “metade do ano em Mato Grosso e a outra metade no Rio Grande do Sul”, como ela mesma destacou.

É interessante observar que, apesar de grande parte da família Monduzzi morar em Mato Grosso, eles não perderam o contato com o Rio Grande do Sul. Existe um vínculo, uma espécie de cordão umbilical que não foi cortado, ainda que morem há mais de uma década em Lucas e reconheçam o município como um “lar”. Dos seus nove filhos (um deles já falecido), seis moram em Lucas do Rio Verde, e dona Ismália reforçou que “no início foi tudo muito difícil”.

778 PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 16.

779 FAZITO, Dimitri. *A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, MG, 2002.

780 Adoto a concepção utilizada por Haesbaert (*O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 340) em que o território “enquanto espaço-tempo vivido” é “sempre múltiplo” e “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação”, quer sob a ótica mais concreta e material, quer sob a ótica imaterial ou cultural-simbólica. Para aprofundamento teórico ver HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004..

No início, parte da família que ficava no sul dava “suporte” para a outra parte que havia migrado pra Lucas e, assim que podiam, “retribuíam” ou “trocavam” ajuda. Essa prática de intercâmbio familiar promoveu uma espécie de elo contínuo entre os que estavam em Mato Grosso com aqueles que ficaram no Rio Grande do Sul. Este vínculo, este sentimento de pertencimento aos dois lugares permite realçar que a territorialidade do migrante, nesse caso, não é uma via de mão única, já que expressa seu atributo multifacetado.

Outro dado significativo ressaltado por dona Ismália é não conseguir “viver longe do Rio Grande”, no entanto, para fugir do frio, se desloca para Mato Grosso, que também considera “um lar”, já que “aqui [Lucas] é tudo muito parecido [com o Rio Grande do Sul]”. Dona Ismália percebe o Rio Grande do Sul como sendo o seu lar oficial, enquanto Mato Grosso é percebido como lar provisório. A facilidade de uma mobilidade física possibilita-lhe experimentar múltiplas modalidades de territórios, acionando-os de forma sucessiva e simultânea, mediante a vivência de múltiplos papéis, o que parece denotar uma multiterritorialidade que se dá pelo “encaixe de territórios em diferentes dimensões ou escalas”.⁷⁸¹ Dito de outra maneira, dona Ismália pode jogar ou acionar sua territorialidade a partir de um leque de opções muito maior, e por isso múltiplo, podendo inclusive fazer, desfazer ou refazer constantemente sua territorialidade. Isso permite “jogar com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade”.⁷⁸² Não se trata apenas da simples possibilidade de acessar ou de ativar diferentes territórios, mais do que isso, “trata-se de vivenciá-los, concomitantemente e/ou consecutivamente”, sobretudo, como um espaço vivido.

Ao me debruçar sobre a trajetória de migração dos Monduzzi, verifiquei que várias famílias migrantes⁷⁸³ de Lucas compartilham relações de parentesco, vizinhança ou amizade, todas engajadas numa troca interna de bens simbólicos e materiais que caracterizam uma rede social na migração. Além disso, compartilham a mesma origem social, na sua maioria, pequenos agricultores do sul do país, e o mesmo sentimento em relação ao processo migratório: sustentam e reforçam sistematicamente os vínculos com o território de origem, porém, não pretendem retornar, já que “quem anda pra trás é caranguejo”, como relatou um dos entrevistados. Daí a utilização que faço da metáfora provisório-permanente⁷⁸⁴ para entender as múltiplas significações da categoria migrante que emerge da relação dialógica acessada por esse ator social que se percebe ao mesmo tempo como “gaúcho”⁷⁸⁵ e “matogrossense” e, dessa maneira, afirma a sua multiterritorialidade.⁷⁸⁶

781 Ibid., p. 8.

782 Ibid., p. 346.

783 Para uma melhor visualização dos dados coletados, análise de situações e eventos ver ROCHA, Betty Nogueira. *“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”* – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Seropédica, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro..

784 Ibid.

785 Essa situação social de origem, de maioria sulista, foi percebida durante a realização da pesquisa de campo comprovada nas falas dos entrevistados, ao reconhecerem que, em Lucas do Rio Verde, “a maioria é gaúcho” ou “aqui é tudo gaúcho”. Vale destacar que, tal como constatado por Rogério Haesbaert (*“Gaúchos no Nordeste”*). Modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo, 1995. Tese [Doutorado] – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, a categoria “gaúcho” é utilizada naquele contexto social para generalizar os indivíduos naturais dos estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e, por isso, utilizo-a entre aspas.

786 A provisoriiedade da sua situação social se expressa no forte vínculo que estabelece com o território de origem, chegando ao ponto de reproduzir a sua territorialidade “gaúcha” por meio de todo um aparato simbólico e a instauração de uma rede regional capaz de articular território de origem/território de adoção. Assim sendo, vive-se a situação permanente para manter, de alguma maneira, a sua condição provisória. Dito de outra maneira, o migrante de Lucas do Rio Verde, na sua maioria, não manifesta desejo de retornar para o sul, entretanto, o vínculo com o território de origem não se esvaece. Para um aprofundamento sobre a temática, ver ROCHA, Betty Nogueira. *“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”* – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso.

A história do processo migratório da família Monduzzi não se esgota em si mesma, na medida em que reflete a história de vida de centenas de famílias que migraram para o norte matogrossense. Nesse caso, parafraseando Silva,⁷⁸⁷ o passado não faz parte de um tempo acabado, pelo contrário, constitui ingrediente de um devir. A narrativa da trajetória de vida dos Monduzzi revela que a memória transforma o presente na medida em que reinterpreta o passado. A migração aparece como um dado natural cuja caminhada e percurso estão marcados, de um lado, por desafios e desencontros, de outro lado, pela união e êxito. Embora as trajetórias sejam marcadas por especificidades, o discurso em torno do pioneirismo como fonte do desenvolvimento da região alimenta, notadamente, as redes que informam e dão significado às narrativas desses atores sociais da fronteira, os aqui denominados “posseiros”.

Com a cara e com a coragem: os parceiros no tabuleiro do cerrado

Outro capítulo da história de Lucas começou paralelamente aos acontecimentos relatados quando, em terras longínquas, mais especificamente no Rio Grande do Sul, centenas de famílias iniciaram a luta pela terra acampando na beira da estrada numa região emblematicamente conhecida como Encruzilhada Natalino. Foi ali que uma parte notável da história familiar de Garibaldi Scarpeline se desenrolou, sendo, portanto, ilustrativa desse processo.

Ao chegar à fazenda dos Scarpeline, fui recepcionada gentilmente por Anita, esposa de Garibaldi, que tratou logo de informar que ele iria demorar um pouco, pois “estava na roça”. Depois de aproximadamente 30 minutos, escutei o barulho de um caminhão que chegava pelo lado direito e pude observar, além do motorista, um homem sentado no banco do passageiro ao lado do motorista e mais três homens na carroceria. À distância, era difícil identificar quem era o dono da fazenda e quem eram os empregados, pois todos vestiam roupas simples, aparentavam cansaço e logo que desceram começaram a descarregar algo que não pude identificar.

Essa é uma cena muito comum nas fazendas dos agricultores empresariais de Lucas do Rio Verde. Embora a produção, extensão de terras, produtividade, tecnologia empregada no sistema produtivo, dentre outros aspectos, os classifiquemos como agricultores empresariais, esses personagens da fronteira trabalham, geralmente, de igual para igual com seus funcionários. É o agricultor que não só acompanha e supervisiona o plantio, mas coloca a “mão na massa”.

De estatura média, pele clara, cabelos escuros cobertos por um imenso chapéu, Garibaldi trazia no rosto as marcas do tempo e do sol forte do cerrado. Assim que me viu, tirou o chapéu e estendeu-me a mão para o cumprimento e pediu desculpas pelo atraso. Suas mãos ásperas eram resultado de longos anos trabalho no campo. Ele era um homem muito animado, chegou conversando e contando para esposa sobre o ocorrido durante sua estada na lavoura. O curioso é que ambos me tratavam como se já me conhecessem, conversavam animadamente e compartilhavam detalhes de suas vidas com uma estranha. Depois de alguns minutos de descontração, Garibaldi dirigiu-se a mim e pediu que explicasse novamente os objetivos da minha pesquisa. Após a devida explicação, senti que ali havia um ambiente favorável e então resolvi perguntar sobre a possibilidade de gravar a entrevista, o que prontamente ele concordou.

787 SILVA, Mara Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.

Garibaldi é o terceiro de uma família de nove irmãos, seis homens e três mulheres. Sua origem é ligada à agricultura, seu pai tinha uma área de 30 hectares localizada a 6 km de Ronda Alta (RS), onde plantava soja, milho, feijão e criava porcos. O trabalho familiar na roça era realizado por Garibaldi, seu pai e irmãos, enquanto suas irmãs e sua esposa Anita se responsabilizavam pelo trabalho doméstico. Esse tipo de arranjo do trabalho familiar é muito comum e se configura num meio de reprodução social. Foi, então que, em 1980, surgiu o acampamento de famílias que lutavam por um pedaço de terra.

A busca de melhores condições de reprodução social familiar justifica, em boa parte, a motivação de várias famílias que enfrentaram as adversidades de montar um acampamento, em pleno período de ditadura, dando início à construção de um ambiente de luta pela terra. O acampamento foi montado em dezembro de 1980 na beira da rodovia, mais especificamente no entroncamento entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta e Passo Fundo. Ali existia um “buteco”, segundo Garibaldi, cujo dono chamava-se Natalino, e daí o nome Encruzilhada Natalino. Em junho de 1981, o acampamento já contava com 600 famílias. Garibaldi contou que as “condições eram péssimas” e que montou um barraco “de chuncha” com um compadre que vivia lá com a esposa e uma criança que era seu afilhado.

As estratégias das famílias acampadas eram diferenciadas de acordo com a sua condição real de existência. No caso de Garibaldi, apesar de não ter terras para garantir o sustento familiar, ele tinha um ponto de apoio, que era a casa do pai. Por isso fez questão de ressaltar que sua esposa e filha ficavam na casa do seu pai, enquanto ele ficava no acampamento destacando que “foram anos difíceis e de expectativa”. A cada nova promessa do governo, novas expectativas e projetos de vida eram acionados, mas, concretamente, durante os dois anos em que ficou acampado, entre 1980 e 1982, a única alternativa efetiva apresentada pelo governo foi o assentamento em terras em Mato Grosso.

O campo de disputa e conflito no qual conviveu durante dois anos, mesmo que não tenha sido diariamente, marcou sua existência. Em suas palavras, foram dois anos ali na Encruzilhada lutando para ganhar terra no Rio Grande do Sul, foi então que o governo federal ofereceu as terras em Mato Grosso. O coronel Curió⁷⁸⁸ organizou uma verdadeira “campanha dentro do acampamento”, prometendo aos que aceitassem ir para Mato Grosso 200 hectares de terra, alimentação durante seis meses, um barraco para morar nos primeiros tempos assim como uma ajuda de custo.

A desmotivação com a longa espera e as contínuas promessas fracassadas do governo em dar terras no Rio Grande do Sul levaram Garibaldi a pensar na possibilidade de se inscrever para o assentamento em Mato Grosso, mas acabou desistindo.

Em novembro de 1981 partiram as primeiras famílias rumo ao Mato Grosso, assentadas no Projeto de Colonização Lucas do Rio Verde. Cada família ganhou uma parcela de 200 hectares de terra e um lote na zona urbana. Os assentados foram denominados, localmente, como parceiros, por terem adquirido uma parcela no programa de colonização, categoria também utilizada para identificar os atores sociais da pesquisa realizada por Tavares dos Santos.⁷⁸⁹ O autor esclarece que “este termo se relaciona com programas de colonização oficiais do Incra, o que lhes dá uma conotação particular, pois se trata aqui de um programa organizado por uma cooperativa de colonização particu-

788 O coronel Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Coronel Curió, ficou famoso pelo seu histórico de violência e repressão aos movimentos populares. Seu nome está associado aos conflitos em Serra Pelada e na guerrilha do Araguaia.

789 TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e lutas*. Petrópolis: Vozes, 1993.

lar”.⁷⁹⁰ Esse dado denota a importância que as cooperativas assumiram no ordenamento e colonização daquele espaço fronteiriço.

Em 1982, vencido pelo cansaço e pelo longo tempo de espera, e diante da promessa de ter acesso à terra mesmo que num lugar longínquo, Garibaldi resolveu assumir os riscos da mudança para, dessa maneira, manter-se na agricultura. Em vários momentos da entrevista fica evidente a sua relação e vínculo estreito com a lida no campo. Não por outro motivo que, mesmo atualmente, numa situação financeira confortável, continua mantendo os mesmos hábitos que tinha no sul e trabalha lado a lado dos seus funcionários na fazenda.

A luta coletiva e os ideais compartilhados com seus pares não foram suficientes para convencê-los do contrário. A tristeza e sofrimento inerentes ao movimento migratório, o ato doloroso de emigrar, sair do lugar, deixar para trás todas as certezas e se aventurar num lugar desconhecido; as condições desfavoráveis da vida naquele contexto do acampamento, onde a variável tempo, o de espera, passava a ser associado com a passividade de “ficar de braços cruzados”, opõe-se à expectativa positiva que a possibilidade de vida no cerrado assume. Diferentemente da análise de Durham,⁷⁹¹ na qual o migrante “abandona a zona rural quando percebe que não pode melhorar de vida”, a emigração aqui aparece como resposta a melhores condições de existência,⁷⁹² em que a possibilidade de manter o vínculo com a terra se constitui numa condição *sine qua non* de sua existência. A imagem construída da terra como possibilidade de reprodução social da família tornou-se possível somente com a migração.

A migração constitui, nesse caso, um processo de transformação que implica lidar com a ausência, a saudade, o “medo” e o “sofrimento”, no qual o migrante, “premidido por forças de transformação que afetam profundamente toda a sua existência”,⁷⁹³ metamorfoseia os aspectos negativos pela “curiosidade” representada pelo desconhecido. Nessas condições, as incerteza e dúvidas eram relativizadas e contrapostas à possibilidade de ter acesso à terra e continuar tirando dela o sustento e garantindo a reprodução social familiar.

Garibaldi e Anita contam com certa nostalgia todo o processo de saída do Rio Grande do Sul. Desde o momento que tiveram que desmontar o barraco no acampamento de Encruzilhada Natalino e ir para o acampamento organizado pelo exército para as famílias que seriam removidas para Mato Grosso; passando pela despedida sofrida dos parentes e amigos, pela decepção causada ao padre e aos colegas sindicalistas; até o momento da partida.

Às 8 horas da manhã do dia 31 de maio de 1982 chegaram em Lucas do Rio Verde e foram recepcionados por funcionários do Incra, pelo executor Ferreira e pelos “milicos”. Às 10 horas foram levados para um barracão onde aconteceu o sorteio dos lotes.

A realização do sorteio dos lotes já no ato da chegada assumiu um valor simbólico para os migrantes, que já no primeiro dia no cerrado experimentaram emoções distintas: o medo do novo e o susto por não encontrar nenhuma infraestrutura no local foram minimizados por, enfim, terem conseguido um pedaço de terra.

Da origem, cada família trouxe uma pequena mudança, geralmente tratava-se de fogão, camas, colchões e outros objetos de utilidade doméstica. Os que tinham “alguma

790 Ibid., p. 148.

791 DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

792 Ibid., p. 113.

793 Ibid., p. 111.

condição” trouxeram animais e comidas para as primeiras semanas. Todos ali se conheciam, alguns tinham um vínculo de amizade mais forte que outros, mas a mesma origem social e cultural possibilitou que esse grupo criasse no território de adoção, Mato Grosso, estratégias compartilhadas de vivência e sobrevivência:

Nós e mais sete famílias que eram vizinhas aqui nós viemos para cima das terras. Aí nós roçamos, carpimos um quadrinho lá de dez por dez. E nós era tudo conhecido. Não tinha estrada, só tinha uma picada. E daí nós viemos para cá [terras]. [...] Era tudo cerrado. Não tinha nenhuma área aberta. Nada, nada, nada. Tivemos que carpir para colocar o barraco. [...] E nós se ajudava, e a primeira coisa que nós fizemos foi fazer um poço para ter água né. [...] Eu nunca tinha feito um poço. Mas fizemos, se ajudamos. [...] Quando você é novo, você mete o peito e não quer nem saber. Vai com a cara e com a coragem.

Garibaldi Scarpeline.

A constatação de que ali não tinha “nada”, nem estrada, nem fazenda aberta, apenas a terra supostamente virgem do cerrado, fez do trabalho cooperativo entre as famílias uma estratégia importante de sobrevivência nos primeiros tempos.

Quando questionados sobre “quem” encontraram em Lucas, além dos militares e dos funcionários do Incra, prontamente Garibaldi responde: “tinha uns posseiros na região”. Nos primeiros tempos, as relações da família Scarpeline eram mais estreitas com as outras sete famílias que moravam em lotes vizinhos. Em vários momentos realçavam o fato de ali não ter “nada” quando chegaram e que tudo, desde transações bancárias, mercado e telefone, tudo era feito em Diamantino (município distante aproximadamente 214 km).⁷⁹⁴

A falta de infraestrutura que garantisse o acesso aos bens de primeira necessidade como alimentos, saúde e educação foi o que uniu posseiros e parceiros. Aos poucos, foram se organizando na construção de escolas, postos de saúde, igreja, etc. Os “mercadinhos” e demais comércios começaram a ser abertos por aqueles que “tinham um pouco mais condições”. Atualmente, quase todos os agricultores são donos de algum tipo de comércio na cidade. Os Scarpeline são donos de duas lojas de roupas femininas que são administradas por suas duas filhas.

O primeiro ano “foi muito difícil”. Além da estiagem no primeiro ano de colheita, é preciso considerar a crise do arroz ocorrida no início dos anos 1980, que afetou a política de incentivos à agricultura, elevando os juros de 12 para 35% ao ano. A conjugação dos dois fatores, um de ordem natural, a estiagem e seus reflexos negativos na colheita, e outro de ordem econômica, a falta de crédito devido ao nível de endividamento, foi responsável pela saída dos parceiros do projeto. Pouco a pouco, porém num ritmo crescente, as famílias iam “vendendo” suas terras, abandonando-as ou ainda fazendo a “troca” para pagamento de dívidas. Isso gerou um ambiente propício à especulação de terras.

Antigos posseiros, nessa época já regularizados pelo Incra, e novos compradores vindos do sul do país, a maioria incentivados pelos familiares e amigos que já estavam em Lucas, começaram a adquirir essas terras. Segundo Zart,⁷⁹⁵ esse processo permitiu que o executor

794 Em Diamantino existia alguma infraestrutura básica, como supermercado, hospital, escola, banco, etc.

795 ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na nova terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80.*

do Incra passasse a vender indiscriminadamente lotes rurais para latifundiários do sul e para grandes comerciantes da região, culminando na atual concentração fundiária.⁷⁹⁶ A venda dessas terras sob o ponto de vista jurídico era ilegal, já que, de acordo com o projeto de colonização, a área não podia ser negociada durante o período de cinco anos.

As diversidades, as dificuldades no plantio e colheita, a falta de acesso a crédito, enfim, todos passaram por situações semelhantes. A origem desse grupo é a mesma, todos vieram da Encruzilhada Natalino e, embora cada família tenha trazido bens diferenciados da origem, no destino tiveram todos, supostamente, as mesmas condições e ganharam todos a mesma extensão de terras. Então, surgiu o questionamento:

Como que os doze [parceiros] conseguiram ficar? Porque isto [os problemas e dificuldades] aconteceu com todo mundo. Qual foi a diferença?

A diferença foi: uns colheram um pouco melhor, outros um pouco pior, [...]. Porque não foi todo mundo embora no primeiro ano, não. Teve gente que vendeu por último porque a terra valorizou, faturou uma grana boa e conhecia um outro lugar. [...] Mas os primeiros naquele ano ruim, aqueles venderam meio que de graça, iam embora pela passagem. [...] Os oito anos primeiros, de 82 a 90 foi muito difícil, foi uns oito anos difícil. Então quem ficou aqui foi que a gente gostou do lugar, a gente acreditou que isto aqui ia desenvolver. E a gente já era da roça.

Garibaldi Scarpeline.

A crença de que ali existia uma possibilidade de “desenvolvimento” é acionada para justificar a perseverança com que algumas famílias enfrentaram as adversidades da colonização e se mantiveram nas terras. A permanência das doze famílias de parceiros em Lucas assume um teor mítico: das 203 famílias migrantes, apenas 12 “deram certo”, e são consideradas por seus pares como agentes transformadores daquela realidade social que “hoje” é identificada pelo casal entrevistado como “um paraíso”.

Reforma agrária elitizada: os assentados da cooperativa e o perfil empresarial na fronteira

A história da família Chanuca tem suas origens ligadas à agricultura. O núcleo familiar é composto pelos pais e 13 filhos, sendo sete homens e seis mulheres. Toríbio, quinto filho dessa numerosa família, conta que seu pai possuía 256 hectares de terra em Monte Carmelo, cidade localizada na região do Alto Paranaíba, nas Minas Gerais, onde ele nasceu. Apesar de a área ser considerada pequena para o sustento da família, Toríbio destaca que o pai “conseguia fazer a gente ter uma vida boa, assim, uma vida com conforto”.

Embora se trate de uma família numerosa, e os irmãos ajudassem o pai na lida com a terra, o trabalho na roça não era exclusivamente familiar, pois contratavam mão de obra para época de plantio. Isso demonstra, em certa medida, uma condição de existência diferenciada em relação aos posseiros e parceiros, já que possuíam capital para investir numa produção que contava com trabalho assalariado.

Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
796 Ibid., p. 148.

Na segunda metade dos anos 1970, o aumento gradativo do núcleo familiar com o casamento dos filhos e a chegada dos netos levaram seu pai a buscar alternativas que garantissem a reprodução social familiar. Nessa mesma época, iniciava-se na região a atuação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro).⁷⁹⁷ O pai de Toríbio resolveu então vender suas terras e partir para uma estratégia arrojada e inovadora: a exploração das terras localizadas no cerrado mineiro. Assim, arrendou terras, pegou financiamento do programa e iniciou abertura das terras no cerrado para o plantio de arroz. Toríbio aciona recordações e memórias daquela época que deixam seu olhar e tom de voz aflitos, ressaltando que, “em três anos seguidos, nós perdemos a lavoura, o seguro não pagou e as reservas do meu pai foram acabando. [...] Aí meu pai quebrou, plantando no cerrado sem experiência nenhuma”. Apesar da falência, a família Chanuca ainda dispunha de alguns bens e maquinário, entretanto, alguns de seus integrantes passaram a buscar outras maneiras de subsistência ou mesmo de ter acesso a terras.

Em meados dos anos 1979-1980, um de seus irmãos, Estevão, “ganhou terras” em um dos projetos de colonização do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados⁷⁹⁸ (Prodecer I), no cerrado mineiro. Alguns anos mais tarde, Toríbio, na época casado e com pouco mais de 30 anos, foi trabalhar na fazenda do irmão com a intenção de conseguir um pedaço de terra na reforma agrária.

Um ano e meio depois, a Campo, empresa que administrava o projeto de colonização, ofereceu a Toríbio a oportunidade de “ganhar” terras no projeto que seria implantado em Mato Grosso, o Prodecer II: “aí quando foi pra vir pra cá, eu tinha dificuldade, e o meu irmão mais velho disse “*pode ir que eu te ajudo*”. Te banco financeiramente. Aí ele me bancou”, conta Toríbio.

Um aspecto interessante nesse processo é a atuação de uma rede de parentesco que informa e, em certa medida, dá acesso a terras aos familiares daqueles que já foram beneficiados por algum programa governamental. Independente do tipo de projeto de colonização, há uma recorrência de fatos como este e, do meu ponto de vista, está relacionado à existência de uma rede social na migração.

Em linhas gerais, a complexidade das redes migratórias se expressa na maneira como os distintos grupos sociais se organizam para manter contatos recorrentes entre si, entre os migrantes e não migrantes ou, em outras palavras, entre território de origem e território de adoção. Esses contatos se dão por meio de laços familiares, culturais ou afetivos que definem e dão significado à complexa rede que seleciona, filtra, interpreta e articula as informações que serão objeto de troca entre origem-destino. É nesse sentido que Massey⁷⁹⁹ define redes migratórias como sendo “sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and

797 Considerado o principal programa de ação setorial do II PND, o Polocentro foi criado pelo Decreto n. 75.320, de 29 de janeiro de 1975, para o período de 1975-1982, com o objetivo de acrescentar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária brasileira, sendo que até 1979 havia atingido 248.410 hectares (). O programa abrangia os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu, em Minas Gerais. Sobre esse assunto, ver SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Modernização agrícola e cooperativismo de leite na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Minas Gerais. *Revista Geoambiente On-line*, v. 12, p. 13-29, 2009.

798 Negociado desde 1974 entre os governos do Brasil e Japão, o programa tinha por objetivo financiar pesquisas para o cultivo de soja no cerrado brasileiro por meio da concessão e financiamento de terras. Para um detalhamento sobre esse programa, ver ROCHA, Betty Nogueira. *A trama do drama: A trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT*. Seropédica, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro..

799 MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

destination areas through the bonds of kinship, friendship and shared community origin".⁸⁰⁰

Nesse caso, o desempenho da rede de informações foi tão significativo que, além de Toríbio, um de seus primos também viajou para Mato Grosso a fim de conhecer a área destinada ao Prodecer II:

Eu vim para ver se dava certo alguma coisa. Eu já tinha feito inscrição e tal. E aí o pessoal disse: vai lá, se você gostar de lá nós te arrumamos um lote. Aí eu vim. E para não deixar nós dois perto, eu e meu primo, meu primo foi para lá [Projeto Ana Terra] e eu fiquei aqui [Projeto Piúva].

Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo (MG), agricultor empresarial.

Os dois projetos citados fazem parte da área selecionada em Mato Grosso para implantação do Prodecer II. De acordo com Pires,⁸⁰¹ as negociações em torno do Prodecer II "ampliaram-se até maio de 1984 quando o presidente Figueiredo visitou o Japão e, juntamente com o primeiro ministro japonês Nakazone, assinou uma declaração tornando pública a intenção dos dois governos na expansão do programa".⁸⁰² O piloto da segunda etapa do programa foi dividido em duas partes, sendo dois projetos implantados no norte de Mato Grosso e dois no oeste da Bahia. Com aporte da ordem de 350 milhões de dólares (50% de origem japonesa e 50% brasileira), a segunda fase do programa assentou 86 famílias numa área de 31.432 hectares na Bahia, e 79 famílias em 35.317 hectares em Mato Grosso.

Questionado sobre o envolvimento do Incra e as condições desse processo, Toríbio prontamente responde:

Não, no Prodecer, o Incra não tinha envolvimento nenhum. [...] Inclusive, as nossas áreas vieram com escritura. Nossas áreas todas foi feito escritura [...]. É o que eu te falei, é uma coisa elitizada, sem querer assim me gabar, sem querer levantar mérito no nosso projeto. Mas foi elitizado pela forma como ele foi assentado, tinha algumas exigências a serem cumpridas. [...] Nós tínhamos que morar no lote e era obrigado a viver da agricultura, se sustentar dali. Só que nós tínhamos maquinário pra isso, tinha tudo. Só que eu não podia ter na cidade... é... não podia montar um barzinho na cidade.

Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo (MG), agricultor empresarial.

Importante aqui reter dois aspectos do discurso de Toríbio: (1) a referência a um assentamento "elitizado"; e (2) a obrigatoriedade de trabalhar apenas na agricultura, não podendo investir em comércio.

O primeiro aspecto do discurso de Toríbio refere-se ao processo elitizado pelo qual as famílias do Prodecer foram assentadas. Em 1986, a Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda. (Cooperlucas) foi responsável pela seleção de migrantes das mais diversas origens, prevalecendo os de origem sulista que, além de terras, receberam apoio

800 Ibid., p. 396. Tradução proposta por Truzzi (Redes em processos migratórios. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, 2008. p. 203): "complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade".

801 PIRES, Mauro Oliveira. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer)*. Brasília, 1996. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.

802 Ibid., p. 82

logístico e financeiro do Projeto de Colonização Piúva (PC-Piúva), conforme visto anteriormente. Como requisitos básicos, os “assentados da cooperativa” tinham que ter experiência na agricultura e possuir uma parcela de recursos próprios. Diferentemente dos “posseiros” e “parceiros”, os “assentados da cooperativa” receberam financiamento, apoio logístico e de infraestrutura da Cooperlucas, caracterizando uma “reforma agrária elitizada”:

[...] quando nós viemos pra cá, em 1986, eu vim com um projeto de colonização PC-Piúva [...] do Prodec, mas vamos dizer assim, era uma reforma agrária, não querendo se menosprezar, mas uma reforma agrária elitizada, porque nós viemos com maquinário, viemos com casa, com barracão e tudo. Quando nós entramos ali, nós éramos quarenta companheiros.

Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo (MG), agricultor empresarial.

Devido sua condição material de existência, esse grupo assumiu um perfil empresarial. Essa “elitização” estava associada ao modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada, cujo personagem principal era o agricultor empresarial. As unidades produtivas do agricultor empresarial modernizado assumem um caráter de empresa cuja gestão é de responsabilidade dos familiares. Vale aqui destacar que, esse ator social não se reconhece como assentado, tampouco, como empresário rural, mas como empreendedor (tal como os posseiros), chamando para si a tarefa de viabilizar o crescimento e o desenvolvimento do município baseado, sobretudo, nos valores do cooperativismo.

O que se observa nesse caso é um processo pelo qual diferentes atores (Incrá, governo brasileiro, governo japonês, Cooperlucas, assentados da cooperativa, posseiros, parceiros), em diferentes escalas (local, nacional e global), se apropriaram do território utilizando cada qual um saber-fazer técnico e científico diferenciado relacionado com a sua posição e conseqüente dotação de poder nesse processo. Isso porque é possível evidenciar uma articulação “global” numa instância “local” capaz de dotar de recursos e condições produtivas um determinado grupo, constituindo-o, desde a sua origem, com um poder diferencial devido suas reais condições de existência. Não é por outro motivo que o entrevistado utiliza a categoria “elite” para se referir a si mesmo e ao seu grupo.

Moreira⁸⁰³ coloca em pauta os novos significados da territorialização do capital na Amazônia como “institucionalização do conhecimento científico e técnico” associado aos interesses hegemônicos do capitalismo contemporâneo, cujo “complexo exercício da hegemonia e de suas legitimações discursivas”⁸⁰⁴ estão materializados em programas setoriais do governo militar tais como Prodec e Polocentro. É inequívoco o fato de que a estratégia proposta no interior dos projetos de colonização na Amazônia Legal selecionou grupos migrantes que, de alguma maneira, estivessem alinhados com os propósitos da expansão capitalista na fronteira, com o objetivo de estruturar e abrir a economia e o território aos interesses dos grandes grupos nacionais e internacionais.⁸⁰⁵ Não é por acaso que a economia dos municípios fundados por projetos de colonização

803 MOREIRA, Roberto. *Terra, poder e território*. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

804 *Ibid.*, p. 80.

805 OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar*: Políticas públicas na Amazônia. 2 ed., Campinas: Papirus, 1991. p. 94.

ao longo da BR 163 tenham especializado a sua produção no cultivo da soja e do milho voltados para a exportação.

Em tal contexto, observa-se que o capital engendrou mudanças de grande envergadura, tanto no âmbito do padrão de ocupação, quanto no âmbito da produção e do desenvolvimento da região Centro-Oeste e, em particular, em Mato Grosso. A abertura da rodovia BR 163 foi um elemento de suma importância para a promoção da integração daquele espaço fronteiriço à base capitalista de produção, em que o padrão de desenvolvimento está calcado na monocultura intensiva em capital com vistas a atender uma demanda global.

Um novo migrante na cidade: “maranhenses” e “nordestinos” na nova configuração do cerrado

Era um desses dias em era possível *fritar ovo no asfalto*⁸⁰⁶ quando sentei-me em uma das cadeiras da varanda da casa de Ana Joaquina, localizada no bairro Tessele Júnior, mais conhecido localmente como Vila da Sadia. Ana Joaquina contou que na terra dela, “o Recife”, faz também muito calor, mas não como o calor de Mato Grosso. Eis aqui uma das dificuldades que o migrante que se fixa nas franjas do cerrado matogrossense enfrenta: aprender a conviver com as altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar.

Passados os momentos iniciais da nossa primeira interação, ajeitei-me na cadeira, saquei meu caderno de campo da bolsa, juntamente com uma caneta, e perguntei se poderia gravar nossa conversa, recebendo uma resposta afirmativa.

Nascida no Rio de Janeiro, aos 3 anos retornou com mãe para o Recife e nunca mais voltou à sua cidade natal. Considera-se pernambucana, pois, segundo ela, “todas as minhas origens estão lá”. Percebe-se, então, que, na migração, o território de origem não está vinculado ao local de nascimento, mas sim ao local de morada. Sua família sempre morou na capital, e não se recorda de parentes que tenham vínculo com a agricultura. “Talvez algum parente mais distante, um primo, talvez”, mas não se recordava. Ana Joaquina trabalhava numa loja do comércio de Recife, e seu marido, Inácio, era vigilante dos correios. Depois que teve o filho mais novo, resolveu sair da empresa, e logo depois seu marido foi demitido. Com o dinheiro que ganharam da indenização compraram uma casa, porém, depois de mais de um ano desempregados, marido e esposa, optaram por alugar sua casa e ir morar mais próximo da casa da sua mãe.

Ana Joaquina e Inácio fizeram “bicos” os mais diversos para garantir o sustento familiar, mas a cada mês “as coisas iam ficando mais apertadas”. Inácio contou que já estava pensando em ir para São Paulo em busca de trabalho quando “apareceu um amigo” com o “cartaz da Sadia”. Uma empresa de Recursos Humanos contratada pela Sadia, empresa do ramo alimentício, fez a seleção e entrevistas através do Sistema Nacional de Empregos de Pernambuco (Sine/PE) para recrutar funcionários para sua unidade industrial de Lucas do Rio Verde. Foram quase dois meses no processo de seleção. A empresa oferecia um salário inicial de R\$ 580,00 e a promessa de reajustá-lo depois de dois meses da contratação. Além disso, oferecia casa recém-construída, pelo aluguel mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), assistência médica e transporte. Essas condições, segundo

806 Expressão utilizada costumeiramente em Mato Grosso para se referir a um dia de intenso calor. Em novembro daquele ano (2008), o termômetro localizado no entroncamento das avenidas Mato Grosso e Rio Grande do Sul chegou a registrar 45 graus.

Inácio e Ana Joaquina, eram “bem melhores” em relação à região onde moravam, por isso, optaram por vir para Mato Grosso.

A empresa organizou a saída dos migrantes contratados em Pernambuco em dois grupos: os casados e os solteiros. Ana Joaquina e Inácio foram contratados ainda no Recife, onde receberam os primeiros quatro meses de salários, mesmo sem estar trabalhando. Somente depois disso a empresa comunicou-os que deveriam arrumar as malas e os pertences para seguir rumo ao Mato Grosso. Cada família podia levar, além dos pertences pessoais, uma pequena mudança com móveis, eletrodomésticos, louças, etc. Só não eram permitidos carros e motos. A empresa se responsabilizou pelo transporte da família e da sua mudança. No ônibus, durante o trajeto Recife-Lucas do Rio Verde, conheceram e fizeram amizades com diversos conterrâneos, cujos chefes de família (marido e esposa) também haviam sido contratados pela empresa.

A expectativa com a viagem, com as saudades que iriam sentir de Recife, com o que iriam encontrar em Mato Grosso permeava a conversa de todas aquelas famílias que não tinham nenhum vínculo na origem, mas que, no movimento, construíram laços de solidariedade, amizade e ajuda mútua. Questionada sobre as lembranças da viagem uma jovem migrante respondeu:

Primeiramente, na maioria vieram os solteiros e depois os casais. Vieram pessoas de vários locais, de Pernambuco, Piauí, Recife, Maranhão, e agora estão formando uma grande família.

Ana Joaquina Mota, natural de Recife (PE), trabalhadora assalariada.

Betty Rocha: O que te marcou mais durante a viagem

Manuela Mota: duas coisas. As lembranças de RECIFE eram constantes, e tbm as pessoas ali, pq quando conversamos com eles viamos quantos sonhos, parecidos com o nosso de crescer na vida sabe. & eram pessoas que hoje, após quase 2 anos, conseguiram vencer muito na vida.

Manuela Mota, natural de Recife (PE), estudante.⁸⁰⁷

Esse sentimento de pertencimento ao mesmo território de origem, o Nordeste, mesmo que a origem social seja distinta, fortalece laços de amizades que se expandem na categoria analítica “família”. A família é tomada aqui não apenas para se referir ao lar, ao núcleo familiar baseado nas relações consanguíneas, mas a “família” enquanto unidade formada na/da experiência migratória. A noção de família é usualmente empregada pelos cientistas para se referir à unidade doméstica na qual são definidas as estratégias de reprodução social. No caso aqui empregado, a noção de família assume um conteúdo simbólico construído no/do movimento, pela experiência compartilhada da migração.

Para Manuela, dois fatores foram significativos durante a viagem. Primeiramente, o vínculo que se construiu entre as pessoas a ponto de, “até hoje”, todos se sentirem parte de uma única família, pois compartilhavam os mesmos sonhos de “crescer na vida”.

807 Com Manuela Mota, filha de Ana Joaquina, criei um vínculo de amizade por meio de uma rede de relacionamentos (Orkut). No período em que estive em Paris, por conta do doutorado sanduíche, nossa relação de amizade foi se estreitando a ponto de iniciarmos contato mais frequente pelo Messenger (*msn*), um programa que permite conversas virtuais em tempo real. Por conta da apresentação de minha pesquisa no *Centre de Recherche sur le Brésil Contemporaine* (CRBC), necessitei de informações complementares, e Manuela concedeu-me entrevista virtualmente. Portanto, opto aqui em todas as vezes que acionar esses dados empíricos manter a sua escrita original com todos os vícios da linguagem virtual e apenas modificar o nome da minha interlocutora, para manter o sigilo acordado com todos os entrevistados.

E, em segundo lugar, as “lembranças de Recife”. A saudade e as lembranças eram ainda mais significativas para Manuela, pois, no auge da sua adolescência sair do lugar, emigrar de um estado para outro, deixava marcas para toda uma existência.

Preciso aqui fazer um parêntese para dizer que em vários momentos de nossas longas conversas virtuais pude “enxergar-me” naquela menina. Para uma adolescente, o processo de adaptação guarda especificidades devido às distintas esferas de sociabilidade a que estará sujeita. Essa familiaridade com a experiência migrante de Manuela fez-me lembrar de uma reflexão de Gilberto Velho sobre a observação participante:

o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente.⁸⁰⁸

Eis aqui o ponto nevrálgico da observação participante. Na vivência e convivência com o outro, pode-se incorrer na armadilha de tomar como familiar algo completamente exótico à lógica das nossas relações. Em princípio, por não estarmos nos referindo a um mesmo tempo (na acepção mais geral do termo) e, por outro lado, o lugar de onde se fala não é o mesmo. Assim, em vários momentos da pesquisa encontrei-me diante de situações como esta: buscar relativizar algo que, aparentemente, me parecia tão familiar.

Retomando a narrativa. Quando chegaram em Lucas, foram recepcionados por um funcionário da Sadia, que os em seguida para a vila onde cada família pôde conhecer sua nova morada. Segundo Ana Joaquina, a casa, apesar de ter os cômodos pequenos, era melhor do que aquela que tinha em Recife, ressaltando o fato de morar pela primeira vez numa casa “novinha”.

A importância da “casa” na migração, mais que um espaço físico e de centralidade das relações entre membros de uma família, se manifesta de diversas maneiras. Machado⁸⁰⁹ destaca que alguns migram exclusivamente para comprar uma casa, outros para juntar dinheiro e, no retorno para o território de origem, ter condições de comprá-la, etc. A casa representa não só o espaço de sociabilidade familiar, mas também a sua independência. Em muitos casos, o sucesso do movimento migratório é representado pela possibilidade de “ter um teto próprio”, demonstrando assim a importância simbólica que a casa assume no contexto migratório.

No caso dos migrantes instalados na Vila da Sadia, apesar de pagarem um valor mensal para a fábrica a título de aluguel, no contrato de trabalho firmado com cada família existe uma cláusula sobre a possibilidade de transferência do título de propriedade do imóvel para o morador, depois de determinado tempo de moradia. Além da representação que a casa assume no contexto migratório, há neste caso outro elemento, o “novo”. Isso porque são casas recém-construídas num bairro recém-criado numa área urbana da cidade recém-expandida. Ou seja, o simbolismo que o novo assume nesse contexto não se dá somente pelo próprio ato de migrar – as novas condições de existência, o novo trabalho, a nova cidade, as novas relações sociais, etc. O novo aqui também manifesta um sinal de materialidade expresso na casa.

808 VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 5.

809 MACHADO, Igor José de Reno. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, Porto jan./jun. 2009.

Outro aspecto relevante era a diferenciação social entre os migrantes recém-chegados e aqueles que já moravam na cidade:

[...] É assim: esta cidade aqui não é nossa. É como se você tem a sua casa e você tem as suas normas, tem o jeito de estar na sua casa, de repente o seu esposo vai e convida a família da parte dele pra vir na sua casa. Aí você fica naquela percepção: será que ele vai deixar o banheiro limpo? Será que ele vai bater os pés para entrar na minha casa? Então tudo isto é o que eles estão vivendo agora. Porque a casa, a cidade na verdade são deles (apontando na direção do núcleo urbano da cidade), não é nossa. Entendeu. Então a gente veio para participar para estar aqui com uma cultura diferente, mas que a gente tem que se adaptar na cultura local. Eu entendo assim. Eu percebo que tem que ser desta maneira. Mas infelizmente uns, uns companheiros nossos que vieram do Nordeste e assim especificando mais não propriamente o pernambucano, porque o pernambucano está tendo assim um conceito um pouquinho a mais do que o maranhense e o piauiense. O maranhense e o piauiense é o que está causando mais este transtorno.

Inácio Mota, natural de Recife (PE), trabalhador assalariado.

A fala de Inácio revela uma clara divisão entre um grupo estabelecido desde o início da colonização e, portanto, "donos da cidade", e outro grupo de habitantes recém-chegados que deveriam se "adaptar na cultura local". *Grosso modo*, o que os diferencia é o tempo de residência e a origem étnica dos dois grupos: sulistas e nordestinos. É evidente aqui a proximidade empírica e, por sua vez, teórica, com a configuração estabelecidos -*outsiders* proposta por Elias e Scotson.⁸¹⁰

Para evidenciar a relação de interdependência entre os indivíduos de grupos sociais distintos, Elias e Scotson⁸¹¹ recorrem à noção de configuração, a qual se refere a uma modalidade específica de dependência recíproca entre o conjunto de indivíduos manifestada em diversos espaços como a escola, a cidade, o bairro, a família, etc. Nas palavras dos autores, o "ponto de partida de qualquer análise sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes".⁸¹² Isso implica reconhecer que as "configurações que os indivíduos formam entre si exercem algum poder sobre estes indivíduos e restringem sua liberdade",⁸¹³ demonstrando o diferencial de poder entre grupos distintos dentro de uma configuração como uma característica estrutural e inerente às relações humanas.

Cabe assinalar, a separação simbólica entre esses dois grupos expressa na divisão velada entre a cidade e a vila. A vila aparece como uma exterioridade da cidade; ela faz parte do todo, mas não o contém devido a uma separação simbólica manifestada nas duas vias do processo: (1) a cidade separa-se da vila estigmatizando seus moradores como desordeiros; e (2) a vila separa-se da cidade por um sentimento de inferioridade social. A incorporação simbólica da vila pela cidade será possível, no entender de Inácio, a partir do momento que pernambucanos, maranhenses e piauienses internalizarem as "normas" a que estão submetidos naquele contexto. As tensões e conflitos aparente-

810 ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

811 Ibid.

812 Ibid., p. 184.

813 Ibid., p. 185.

mente esvaziados no discurso aparecem, gradativamente, à medida que as experiências do/no território vão sendo contadas.

Os transtornos estão relacionados, de acordo com Inácio, com brigas e roubo de bicicleta ocorridos na vila; reclamações do “pessoal da cidade” sobre os novos moradores jogarem embalagens diversas no chão, “suando a cidade”, e as “farras” realizadas pelo “pessoal do Nordeste” na cidade, depois de “beber muito”. Existe uma diferenciação interna dentro da própria configuração *outsiders*, cujo conteúdo é digno de atenção:

Infelizmente muitos dos colegas que vieram trouxeram maus hábitos do local onde moram, inclusive a grande rivalidade entre as pessoas do Piauí e do Maranhão, principalmente os solteiros, entendeu, onde muitos vieram apenas como aventureiros. [...] Eles vieram como numa aventura, não vieram realmente pra sabe... com um objetivo, com uma finalidade. Não, poxa, eu tô aqui sem emprego, tô aqui sem nada eu vou pra um local onde eles estão me oferecendo emprego, aonde eu vou, sabe, eu vou ter uma dignidade, com a promessa de crescer, entendeu, profissionalmente, e viver bem. Mas ele não tem esta mentalidade, ele vem para aqui para uma aventura, aí chega aqui e não é nada daquilo que queria (ênfase) que fosse. E o pessoal do Nordeste é assim, tem as suas farras. É um pessoal de muito festejo, é um pessoal que bebe muito, é um pessoal que está acostumado a tá sempre na orla, na praia, entendeu, curtindo. E aqui não tem isto.

Inácio Mota, natural de Recife (PE), trabalhador assalariado.

A constatação de que pessoas do seu mesmo grupo social tenham trazido da origem hábitos que, naquele território, deveriam ser suprimidos, demonstra a clareza do migrante a respeito da interpenetração cultural na esfera doméstica e na esfera do trabalho, a qual, naquela circunstância, seria determinante para a classificação que o “pessoal da cidade” (os “estabelecidos”) fariam deles (os “*outsiders*”). Assim, Inácio elabora uma classificação interna para diferenciá-lo dos “desordeiros”: os aventureiros. No sentido atribuído pelo entrevistado, os aventureiros são aqueles migrantes que não vieram com o propósito de “trabalhar”, “crescer” e “ter uma dignidade”. Pelo contrário, são pessoas que vieram no rastro dos acasos da sorte e buscam viver intensamente essa “aventura”, mantendo os hábitos da origem como beber, fazer festas e curtir. Para Inácio, seus “colegas” não haviam entendido que ali, naquela fronteira, “não tem isto”. Ali é um lugar de trabalho. Com efeito, a categoria trabalho aparece no discurso com um significado mais específico do que o usual, designando meios de subsistência. Por meio do trabalho o migrante percebe a possibilidade de crescimento profissional, de viver bem e, assim, garantir a sua dignidade. E, para tanto, no seu modo de pensar, eles, os migrantes nordestinos, deveriam se sujeitar ao modo de vida local, se adaptando à cultura e ao ritmo da cidade. Isso denota uma percepção de relação de poder, no processo da qual o migrante nordestino deve internalizar uma condição subalterna.

No exame dessa questão, existe também uma diferenciação entre solteiros e casados. Os solteiros vieram com a intenção de voltar e, dessa maneira, não se comprometem no exercício de preservar a cidade. A provisoriidade desse migrante se manifesta na construção de uma estratégia pessoal ou, por vezes, familiar, em que o trabalhador(a) solteiro(a), geralmente jovem, migra com a intenção de “juntar dinheiro” ou enviar dinheiro para o território de origem. No caso de Lucas, constata-se que os salários pagos pela

empresa são relativamente mais altos em relação àqueles recebidos pelos trabalhadores em sua origem. Entretanto, dificilmente os solteiros conseguiam enviar recursos para a família de origem, devido ao alto custo de vida na cidade.

Outro elemento recorrente na fala desses migrantes é a concretude das “oportunidades” que a migração lhes permitiu, como ressaltou Ana Joaquina, a possibilidade de “crescer na vida”. Essa percepção toma um significado ainda maior quando comparada com a percepção de Manuela, quase dois anos depois do nosso primeiro encontro:⁸¹⁴

Manuela Mota: Apesar de todos estarem indo pra um lugar que não conheciam de verdade, não sabiam se quer como seria tudo, todos tinha um desejo de melhorar as suas condições, de da um futuro melhor aos filhos & a si mesmo. viam LUCAS como um futuro promissor.

Betty Rocha: E conseguiram isto?

Manuela Mota: siiim, a maioria conseguiu, outros desistiram no meio do caminho. infelizmente. Mas a minha familia deu mto certo, compramos duas casas. Um carro, uma moto e meu padastro tbm esta trabalhando em dois empregos minha mãe tbm

“Dar certo” e oferecer um “futuro melhor aos filhos e a si mesmo” é o que dá significado a esse movimento migratório. Alcançar esses objetivos, na opinião dessa adolescente, requer dedicação e perseverança para enfrentar todos os percalços do processo de adaptação no novo território, a saudade da família, lidar com as diferenças culturais e até alimentares. Os que viam aquele movimento apenas como uma experiência transitória voltaram para suas origens. E só se consegue obter êxito, segundo Manuela, com muito trabalho, já que seu padastro e sua mãe estão “trabalhando em dois empregos”. Isso “deu muito certo”, pois a família conseguiu adquirir bens e imóveis que justificam e dão significado a todo o sofrimento e dificuldades dos primeiros tempos. A categoria trabalho é acionada, nesse caso, como costumeiramente o é em vários outros estudos sobre fenômenos migratórios: é o trabalho que justifica e dá sentido ao movimento.

No caso dos retornados, obviamente, é preciso relativizar as condições em que se processou esse retorno, pois não tenho evidências empíricas que comprovem essa percepção de Manuela. Com efeito, vale lembrar que as análises até aqui tomam como referência o discurso dos migrantes com a intenção de fazer emergir das suas falas suas percepções e expectativas com a experiência da migração.

Algumas considerações

Palco de historicidades distintas, hoje Lucas do Rio Verde é um lugar de (des)encontro entre migrantes vindos de vários lugares do país. Migrantes que estão construindo não só a sua história de vida, mas a história de uma fronteira, uma fronteira em constante movimento. Uma fronteira que se reinventa a partir das relações local-global, para o bem e para o mal, onde os grupos em estratégias de vida distintas conformam e dão sentido ao que denomino de “território de desenvolvimento”, onde as expectativas em relação ao futuro dão significado e informam as ações e estratégias grupais do pre-

814 Entrevista realizada virtualmente em 25 de outubro de 2010.

sente. Cada grupo social com as suas peculiaridades e suas visões de mundo, mas todos em busca de melhores condições de existência.

A reflexão sobre os desdobramentos e implicações desse processo de diferenciação social extrapola os limites deste artigo. No entanto, a análise dos projetos de vida, aspirações e visões de mundo desses distintos grupos sociais nos coloca diante dos efeitos perversos da política de colonização conduzida pelo Estado-militar, deixando em evidência um frutífero campo de pesquisa para outros trabalhos acadêmicos.

Referências

- BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. *Fronteira amazônica – Questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FAZITO, Dimitri. *A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, MG, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. *“Gaúchos no Nordeste”*. Modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MACHADO, Igor José de Reno. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias recentes em Governador Valadares. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, jan./jun. 2009.
- MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.
- MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MOREIRA, Roberto. *Terra, poder e território*. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: Políticas públicas na Amazônia*. 2 ed., Campinas: Papius, 1991.
- PIRES, Mauro Oliveira. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer)*. Brasília, 1996. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974). Rio de Janeiro, IBGE, set. 1971.
- ROCHA, Betty Nogueira. *“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso*. Seropédica, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- _____. *A trama do drama: A trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT*. Seropédica, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, Mara Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Modernização agrícola e cooperativismo de leite na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - Minas Gerais. *Revista Geoambiente On-line*, v. 12, p. 13-29, 2009.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e lutas*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, p. 199-218, 2008.
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na nova terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80*. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Peasant traders e transnational peasants: sobre camponeses-negociantes e suas transformações através do comércio a longa distância

Elisa Cunha*

Este texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada para aprofundar a discussão surgida na minha pesquisa sobre o *ramo de rede*, na qual, a existência de circuitos de produção e comércio de redes de dormir põe em evidência a figura do camponês negociante. Para desenvolver o debate, recorri a alguns trabalhos realizados na América e na África sobre grupos que apresentam um perfil semelhante: a presença de camponeses ligados ao comércio de produtos de pequenas manufaturas domésticas ou de outras mercadorias.

A proposta do texto parte das expressões *peasant traders* e *transnational peasants* para pensar nessa espécie de categoria liminar que se forma na relação entre campesinato e mercado, embora tais expressões não apareçam em todos os trabalhos que serão abordados. A perspectiva dos autores oscila: ora são camponeses, porque mantêm a relação com a terra e o trabalho familiar, mesmo realizando viagens para áreas longínquas; ora são comerciantes, fazendo a ligação entre a produção local e os mercados consumidores alhures, embora não sejam tratados como intermediários externos aos grupos de camponeses. Por fim, pretende-se estabelecer relações entre os camponeses negociantes e as migrações, uma vez que os circuitos comerciais que se constituem nesses contextos participam de fluxos migratórios mais amplos, tanto em escala nacional quanto internacional.

O debate que pretendemos desenvolver para confrontar as etnografias está referenciado em três aspectos: o primeiro aspecto reflete essa interseção entre camponeses e negociantes e as repercussões que tal reflexão podem ter para a compreensão de relações econômicas mais amplas, levando à identificação de um tipo específico de mercado ou de um circuito comercial com características peculiares; o segundo aspecto está na importância atribuída às relações de parentesco como mediadora das relações comerciais; além disso, trataremos de processos migratórios como um tipo de mobilidade distinta da existente nos circuitos comerciais, mas buscando evidenciar o modo como uma interfere na outra. Se, nos circuitos comerciais, predomina o movimento de dispersão e retorno às áreas produtoras e/ou de residência da família, a migração a que nos referimos aqui, como contraponto, se refere, principalmente, à migração de trabalho (a venda da força de trabalho externa ao circuito comercial e familiar). Ao final da análise comparativa, exponho etnograficamente as contribuições desta literatura para minha análise.

* possui Graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Atualmente cursa o Doutorado também em Antropologia Social pela UFRJ, desenvolvendo pesquisa sobre as famílias nordestinas envolvidas na produção e no comércio de redes de dormir.

Camponeses negociantes e o desenvolvimento capitalista

A discussão sobre a questão agrária parece nunca se cansar de confrontar a ideia de que o capitalismo tende a dissolver a categoria camponato. Certamente, os autores menos chegados a teleologias e mais voltados para as análises dos contextos que estavam observando, preferiram discutir as transformações das sociedades camponesas, incluindo toda a complexidade que o mundo agrário experimentava com a mediação entre atividades e comportamentos tradicionais e as relações capitalistas.

Embora se possa ter a impressão de que a realização de pequenos comércios, como a venda em feiras, por exemplo, empreendida por camponeses, geralmente considerada como uma ação paralela e complementar à produção agrícola, com muito menos frequência tenha sido considerada um tema chave para compreender as transformações do camponato, não se pode dizer também que a teoria social tenha negligenciado essa perspectiva. Porém, receberam mais destaque na análise das mudanças no comportamento camponês a proletarianização e o êxodo rural. A perspectiva de destacar o negócio realizado por camponeses pode, assim, abrir possibilidades de interpretações sobre as estratégias sociais e sobre os próprios contextos históricos e econômicos que possivelmente contribuam para compreender comportamentos ligados à moral camponesa e a sua permanente atualização na sociedade capitalista.

Em primeiro lugar, ela sugere que esse mercado por onde transitam os membros da unidade doméstica camponesa possui características distintas do mercado dominado pelas empresas capitalistas. A literatura antropológica que mais evidenciou esse aspecto referiu-se aos mercados na África, e as pesquisas de Mintz no Caribe igualmente pontuam a relevância dessa concepção para se compreender as sociedades agrárias.

Assim, Mintz demonstra que, no Haiti, há um mercado dominado pelas mulheres dos agricultores, cujo papel está muito menos num mecanismo de sobrevalorizar as mercadorias, que garantiria o enriquecimento dos intermediários às expensas dos camponeses, e muito mais na sua função de articulação social, gerando um equilíbrio entre as ofertas e demandas que assegura a economia agrícola familiar. Se a mediação deste mercado não está no lucro propriamente dito, não se pode dizer que o trabalho de intermediação não esteja aí gerando valor; porém, o que é marcante deste tipo de contexto é que o processo de abstração característico da circulação de mercadorias confrontadas pelo dinheiro, o equivalente geral, ainda mantém no seu rastro as particularidades dos produtos e dos produtores, uma vez que eles são mediados por relações de confiança e de reconhecimento das necessidades de cada um dos atores sociais. Por isso, creio que se possa opor a ideia de um mercado dominado pelo movimento automático de reprodução ampliada do capital a este tipo de mercado onde predominam as trocas recíprocas que têm por finalidade a manutenção da unidade doméstica.

Por outro lado, a imagem que este tipo de mercado irá gerar é a de um processo característico do subdesenvolvimento, o próprio Mintz vai afirmar, em outro texto, que o fato de este tipo de comércio facilitar a operacionalidade desta economia não significa fazê-la crescer:

In situations where economic growth is retarded, it is not clear that these intermediaries can provide much more to the economy than continuing service. In fact, some observers contend that the great subdivision of distributive activity characteristic of

economies of the West African and West Indian sort is a barrier to economic growth, since it forestalls the concentration of capital either in few enough hands or in large enough quantities to make possible other sorts of investment. (Lewis, 1958: 400-49; Geertz, 1963: 11; Kaplan, 1965: 92). Internal market systems replete with small-scale distributive intermediaries occur commonly in so-called underdeveloped societies. (Mintz, 1967, p.250)

As mesmas observações podem ser destacadas no trabalho de Arnould sobre os *peasant traders* em Zinder, estando este autor ainda mais preocupado em apontar os problemas de uma economia não voltada para o reinvestimento e a acumulação de capital, ainda que esta preocupação tenha em conta as vantagens desse processo para o próprio sistema capitalista e as desvantagens para os camponeses e/ou pequenos negociantes, do ponto de vista de um desenvolvimento econômico autônomo:

Despite increases in the volume and velocity of commerce, the number of traders, and a resultant exquisitely detailed division of labor in trade, post-conquest commercial development has not been accompanied by substantial local capital accumulation and reinvestment. (Arnould, 1986, p. 325)

Contudo, parece ser essa “esquisitamente detalhada divisão do trabalho” que permite uma participação tão ampla e crescente de negociantes nesses circuitos comerciais, sendo necessário pensar a partir do próprio modo como eles elaboram essas relações para perceber não as ausências de uma lógica econômica, mas as finalidades legítimas desse circuito de trocas que permite um compartilhamento simétrico, embora não igualitário, no sentido de que toda inserção individual tem o reconhecimento de se tratar de alguém da mesma sociedade, alguém com uma localização social precisa: um parente, um vizinho, um conterrâneo, um membro da aldeia, etc.

Skinner, por exemplo, ao analisar os mercados mossi, relatou toda a complexa interação que ocorria durante os mercados: desde as etiquetas sociais, as estruturas de poder, os casamentos e as relações de parentesco até os rituais. O que mais chama atenção em toda essa literatura é o quanto as relações de troca estão baseadas em compromissos pessoais, seja no reconhecimento das demandas pelos produtos, na determinação dos valores de troca, ou ainda em possibilitar relações de crédito por meio da confiança. As relações de reciprocidade existentes nesses mercados fazem parecer mais do que um valor moral compartilhado pelas sociedades; inclusive quando se trata da circulação de dinheiro, a escassez de recursos financeiros driblada por tais relações revela o quanto a reciprocidade é a própria mediação social que torna possível a existência desses mercados, a exemplo do *Pratik* descrito por Mintz.

A experiência dos yarse, que seria uma subetnia mossi, ou um grupo mossizado, põe em perspectiva o significado destes mercados na sociedade capitalista, uma vez que a tradição de ser uma etnia ligada às caravanas comerciais dos tempos pré-coloniais evidencia os resultados das transformações. As caravanas garantiam uma sequência de trocas com os outros grupos: nos períodos da seca, eles levavam a produção agrícola, as criações e a produção artesanal (de tecidos), saindo da África Ocidental, atravessando o *sahel* em direção ao norte, e voltando de lá com o sal e outras mercadorias; depois seguiam em direção às feiras (*market place*) no sul, onde trocavam suas mercadorias por

noz de cola, que posteriormente revenderiam na região de origem, ou no norte, por um preço bem elevado.

Izard afirma sobre os yarse que eles tinham uma característica “internacional”, pois se instalaram em lugares diferentes e ainda mantinham uma extrema mobilidade:

La forte cohésion clanique propes aux Yarse a permis à des groupes familiaux apparentés mais installés dans des villages souvent fort éloignés les uns des autres, de maintenir entre eux des liens très forts qu’entretenait les incessants passages des caravanes.

O comércio de caravanas que interligava o deserto às florestas foi proibido pelas intervenções coloniais. Segundo Skinner, logo que os franceses conquistaram o território mossi, atual Burkina Fasso, eles tentaram controlar as caravanas, diminuindo o comércio dos mossi em Gana e direcionando-o à Costa do Marfim, para que os produtos manufaturados franceses pudessem chegar até a colônia. Mas esses planos não tiveram êxito, pois os mossi ainda exportavam grande parte de seus produtos para as zonas de floresta de Gana, incluindo os trabalhadores migrantes. Os próprios migrantes tornaram-se os maiores comerciantes da sociedade mossi.

Com o recrutamento de trabalhadores para as companhias europeias, que então dividiam colonizados entre a agricultura familiar e a proletarização, abriu-se espaço para aliar a mobilidade dos trabalhadores à manutenção das práticas comerciais tradicionais. Ou melhor, houve uma ampliação, uma vez que antes o comércio obedecia a uma rígida hierarquia tradicional das caravanas, não sendo uma prática permitida a todos. Já o novo contexto inaugurado pela colonização europeia gerou a possibilidade de trocas muito mais difusas na sociedade mossi. Assim, as feiras continuaram tendo um papel importante, mas o comércio poderia ser feito até no encontro entre duas pessoas. A permeabilidade das trocas comerciais entre os indivíduos não significou uma redução da importância das relações de parentesco que regulavam as hierarquias sociais e os comportamentos adequados ao mercado na época das caravanas, ao invés disso, Skinner verificou que a maior parte das mercadorias trazidas pelos migrantes eram distribuídas entre os parentes, que, na maioria das vezes, as revendiam nos mercados. Em outras palavras, esse comércio realizado pelos migrantes não tinha o papel apenas de atender demandas de consumo no local de origem, ou simplesmente a oferta de produtos locais aos lugares para onde se deslocavam os trabalhadores, mas de ampliar a participação nos mercados. Dinâmica que pode ser responsável por essa divisão do trabalho aparentemente irracional de um número crescente de comerciantes, pois seria essa ampliação dos ramos de trabalho nas atividades comerciais que permitiria a própria inclusão dos ramos de parentesco.

A propósito do tema das migrações poderíamos fazer um recorte à América em tempos mais atuais, década de 1980 e 1990, não para construir um contraponto, mas para perceber uma dinâmica comum em contextos que misturam as categorias camponeses, negociantes, migrantes. Michael Kearney parece ter tido uma grande preocupação com a sustentabilidade da categoria *camponês*, sobretudo ao reconhecer que:

Peasants reproduces themselves within complex economic and social relationships of which autonomous cultivation of a non farmer type is relatively non-important.

O autor procura revelar como a migração é uma estratégia da reprodução da vida camponesa nas montanhas do sudeste mexicano. Seja como uma tentativa de empregarse na época de colheita nas fazendas dos Estados Unidos, seja como emprego de assalariado nas cidades fronteiriças, seja no mercado informal, na venda de objetos artesanais.

Todas essas transformações colocam em questão não apenas o campesinato, elas rompem com outra característica: a sua definição nos limites da nação. Ela agora já não se revela válida, ou seja, as estratégias camponesas com frequência se definem transnacionalmente.

Nesse sentido, Kyle sugere a expressão *transnational peasants*. Seu trabalho é particularmente interessante para as nossas reflexões quando trata dos camponeses indígenas de Otavalo. É um grupo com longa tradição de comércio do artesanato de lã produzido em suas aldeias que, a partir da década de 1940, passou a vivenciar um processo significativo de modernização dos teares, utilizando teares elétricos. O aumento da produtividade os levou a romper crescentemente as barreiras locais para o comércio, buscando, além de circuitos nacionais, os internacionais.

Mesmo que o processo de modernização tenha implicado em uma diferenciação maior do grupo, chegando a constituir, para o autor, uma *elite burguesa*, ele reconhece que o aumento das tecelagens e a modernização da produção não alteraram a sua estrutura de manufaturas domésticas. Esquivando-se de aprofundar como teria se formado essa *elite capitalista*, proprietária dos meios de produção que contrata trabalhadores, ele justifica essa dificuldade, dizendo: "because of the way Andean reciprocal relations and gendered division of labor often mask such complex economic relationships".

Considerando que os *transnational peasants otavaleños* são famílias produtoras de roupas e acessórios de lã que comercializam seus produtos nos países da América Latina, nos Estados Unidos e até na Europa, como vendedores ambulantes, chamou a atenção do autor a incrível capacidade que eles têm de manter controle sobre todo o processo de produção e distribuição, cuja prosperidade reitera os valores locais da autonomia dos grupos domésticos, dos papéis sexuais e da ligação com a terra.

Embora toda essa expansão, que resulta em acúmulo de capital e uma grande diferenciação interna, revele uma significativa interação com o mercado capitalista, ao contrário de Kyle, não considero que as relações de parentesco e de cunho pessoal estejam aí para mascarar as relações propriamente capitalistas que já seriam dominantes e determinantes do grupo. Pelo contrário, minha experiência com o *ramo de rede*, que apresenta uma situação muito semelhante a essa, certamente poderia sugerir que uma análise mais aprofundada das relações de parentesco lança luz sobre as trocas entre os parentes, que garantem essa coesão do circuito comercial.

De todo modo, o trabalho de Kyle traz uma série de indicações muito mais complexas para analisar esse paralelismo entre as migrações de trabalho realizadas pelos camponeses e os circuitos comerciais. Para Kearney, se tratava apenas de mais uma estratégia possível aos camponeses, concebida como uma simples participação no mercado informal. Pensar que se trata de meras estratégias para a manutenção da condição camponesa não é muito diferente do que argumentava, no início, sobre a pesquisa de Arnould ao tratar dos *peasant traders* em Zinder:

Most traders are not full-time specialists but are primarily farmers, herds-men, or in some cases artisans who must engage in trade to supplement their primary economic activities, which do not provide an adequate livelihood (grifos meus).

Sustenta-se, com tal argumento, que eles são camponeses que não conseguem se manter apenas com a agricultura, precisando recorrer a outras estratégias. Sucede ainda, desse tipo de raciocínio, como já apontado, que o comércio de pequenos negociantes não se desenvolve economicamente porque os camponeses não são capazes de engendrar estratégias adequadas de acumulação de capital.

Como contraponto a essa perspectiva, e para concluir o texto, exponho algumas interpretações que venho construindo na mediação entre essa literatura e minha pesquisa empírica. Pode-se observar, em casos semelhantes, que a relação com a terra se mantém importante mesmo quando a agricultura perde completamente sua participação na renda familiar, e isso Kearney também reconhece, percebendo aí uma estratégia de identidade. Tal fato, certamente sugere que a agricultura não é a finalidade das estratégias empreendidas, seja a migração de trabalho, sejam os circuitos comerciais. O que sentimos falta em Kearney não é a discussão da validade da categoria camponês ou pós-camponês, mas aprofundar o sentido dessas finalidades.

A pesquisa de Kyle comparou as migrações de trabalho para os Estados Unidos entre camponeses de Azuay, que se empregavam no setor de serviços, com o caso do comércio do artesanato otavaleño para o mesmo país. O autor não chegou a identificar uma interseção significativa entre os dois tipos de deslocamentos, mas a incorporação de um comportamento semelhante, de um desejo de desfrutar da experiência de estar num país desenvolvido, sem abrir mão da cultura local, embora transformando-a. Acima de tudo, transparece para os dois casos o quanto a finalidade dessas experiências distintas está no significado das relações familiares, na reprodução dos grupos domésticos no mesmo contexto cultural do local de origem. Além disso, a família não aparece apenas como a finalidade, ela também é a própria mediação, seja nas redes sociais que sustentam a entrada ilegal e os empregos no país, seja na constituição do próprio circuito comercial.

Por isso, concluo com a ideia inicial do texto, que os camponeses negociantes, a formação desse mercado particular, desses circuitos comerciais, deve ser pensada como uma estratégia familiar que articula os membros de uma comunidade – e não como a ausência de desenvolvimento capitalista. É certamente uma forma de participar das relações capitalistas sem prescindir do fundamento da organização social camponesa: a manutenção da unidade doméstica de trabalho, produção e consumo.

Seguindo o debate que a literatura fomentou, trazemos à tona a descrição etnográfica de algumas famílias de camponeses negociantes que conhecemos na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Elas mobilizam circuitos comerciais de intensa mobilidade de mercadorias, negociantes e trabalhadores entre as diversas regiões do Brasil e algumas cidades da América do Sul. Não iremos apresentar aqui como esses circuitos comerciais estão organizados em uma ampla divisão do trabalho, como buscamos discutir anteriormente, mas podemos indicar que eles se articulam através de *donos de carro, corretores, negociantes, vendedores por conta própria, vendedores em grosso, donos de tecelagem, tecedores, urdidores, feiteiras* e diversas outras formas de trabalho, de negócios e de *trocas*, todos mediados pelo parentesco e pelos vínculos entre as diversas unidades domésticas. Na apresentação a seguir nos deteremos mais em algumas trajetórias familiares e como elas associam a vida no *sítio*, reiterando a tradição camponesa, e a relação com o comércio de redes.

Camponeses negociantes do *ramo de rede*

A ideia de circunscrever a sociedade que pretendia investigar com o título de *ramo de rede* surgiu após uma conversa com um negociante, dono de depósito de redes em São Bento (PB). Comprava o tecido em gabardine, das indústrias têxteis da Paraíba, Pernambuco ou Ceará, e pagava as *feiteiras* para fazerem o acabamento das redes. Vivia no sítio, em Barra de São Pedro (PB), onde criava gado, alguma cultura de consumo, e onde seu pai mandara fazer uns tanques para criação de peixe. Referia-se a seu comércio dizendo:

Eu tenho cliente em tudo quanto é canto. Mas é mais no Maranhão e no Pará. Até já teci, mas resolvi parar. O negócio é bom mesmo pra vender. Produzir dá muito trabalho, tem que mexer com muita gente. Tens uns quatro teares parados lá no sítio. [Ele mesmo não viajava, mandava as mercadorias pelos *donos de carro* (caminhão). Quando perguntei por que não preferia viajar, respondeu]: Não deixo o sítio, não. De jeito nenhum! (Ricardo).

Ricardo é um comerciante com uma posição econômica mediana na região e, ao mesmo tempo, mostrou uma ligação significativa com a propriedade da família, a qual chama de *sítio*. No nosso diálogo, as tantas opções de negócios que era capaz de entrever aparecia com a denominação *ramo de ...*. Ramo de rede, ramo de trocar cheque (agiotas que passaram enquanto conversávamos), ramo de peixe (uma criação com características comerciais, estimulada pelos agentes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae]).

Seu Luciano, presidente da associação produtores de redes de Jardim de Piranhas (RN), apresenta um discurso bastante empreendedor, formado pelos técnicos do Sebrae. É dono de uma tecelagem pequena, que produz redes e panos de prato. Conta a trajetória de seu pai, que também era dono de um sítio, onde a família plantava e criava animais, ao mesmo tempo em que ele negociava com o *ramo de ouro* e, depois, resolveu investir na tecelagem.

A família de dona Alice tem um sítio, e a trajetória de envolvimento com ramos comerciais é bastante antiga. Começou com a extração e comercialização de xelita no sítio na década de 1940, enquanto a indústria de redes ainda não tinha se expandido. Depois o marido montou um armazém, com uma máquina para descaroçar arroz, até que ela resolveu entrar para o *ramo de rede* e de bordados, bem tradicional da cidade vizinha a Jardim de Piranhas, Caicó (RN). Seu filho tem um negócio de peças para motos e de tintas para estamperia de panos de prato, que se tornou um produto derivado da indústria têxtil de redes.

Esses três exemplos certamente não poderiam caracterizar o *ramo de rede* como um todo. Eles nos fazem pensar numa certa divisão social do trabalho dessa região, que abrange o Seridó potiguar e o Alto Sertão paraibano, constituída a partir da mediação entre agricultura e negócio. O negócio de redes seria, assim, um *ramo*, dentre outros. Sem poder negligenciar o fato de que o *ramo de rede* significa uma especialização produtiva nas cidades de Jardim de Piranhas (RN) e São Bento (PB). A relação entre agricultura e negócio foi muito mais explicitada do que trabalho assalariado e migração de trabalho, durante a pesquisa desta suposta atividade comercial e industrial, que seria o

ramo de rede. Em outras palavras, a hipótese de que agricultores deixavam suas terras para se tornarem proletários da indústria têxtil na sede do município de São Bento ou de Jardim não se confirmou.

Portanto, era o momento de refletir: que potencial existe nessa relação *agricultura e negócio*, não apenas como estratégia de um grupo doméstico particular, mas como estrutura social, que contraria as expectativas de proletarização do campesinato? Que gera um processo de diferenciação crescente entre os sitiantes, mas que parece mantê-los dentro de um mesmo circuito de interesses e valores?

Os casos de Ricardo e D. Alice revelam histórias de enriquecimento da família camponesa. Ricardo chega a ponto de se utilizar da relação de *morada*, mantendo uma família de moradores em suas terras. Na sua fala transparecia uma interessante distinção entre o negócio como aventura e o sítio como porto seguro. Já no sítio de D. Alice, um dos seus filhos vive e trabalha com sua família.

Na trajetória da família de Luciano, seu pai e seus irmãos mantinham o roçado pelo trabalho familiar, e o negócio era uma estratégia para compensar os problemas de safra e de oscilação dos preços, garantindo a continuidade do sítio e do sustento autônomo da família. Com a morte do pai, os filhos venderam a terra e isso permitiu que cada um pudesse ter o negócio de sua própria família (unidade doméstica).

Como contraponto a essas trajetórias de negociantes prósperos, poderíamos trazer o caso de João, um rapaz solteiro. Esse importante informante para nossa pesquisa é um *corretor*, um vendedor ambulante que passa a maior parte do ano perambulando pelas ruas, praças e praias do Rio de Janeiro, vendendo redes. A história de sua família começa, na sua narrativa, com o tempo em que eram moradores do sítio de seu melhor amigo. "Nós fomos criados juntos, a mãe dele é como uma mãe pra mim. Ele que me chamou para ser corretor". Naquela época, a família de João trabalhava três dias para os donos do sítio, e nos outros dias faziam acabamento de redes para o pai vender na feira. Até que conseguiram comprar um tear manual. Com o aumento da renda, compraram as terras de um tio, e até hoje a família vive de agricultura e criação. Atualmente, o pai é falecido, no sítio vivem e trabalham a mãe e dois irmãos, enquanto João trabalha como vendedor no Rio e manda dinheiro para a compra de gado e outras benfeitorias para o sítio da família.

A categoria campesinato é um tema necessário a ser discutido, mas não se pode restringir o debate à delimitação de categorias, pois é preciso reconhecer essa liminaridade entre camponeses-negociantes, como diria Mintz: "(...) it's sometimes not useful to distinguish the agricultural producer from the trader".

O trabalho de Garcia Jr. foi fundamental nessa tentativa de explorar as relações entre agricultura e negócio. O autor revela, com sua pesquisa no Brejo paraibano, como essa era uma combinação frequente entre os agricultores, com o objetivo de garantir o acesso à terra e a autonomia do trabalho familiar, evitando que os revezes na agricultura resultassem na expropriação e os levassem à *sujeição* aos fazendeiros e senhores de engenho.

Fosse qual fosse a estratégia que o grupo doméstico camponês empreendesse para sua continuidade, visto que, além do negócio, havia a migração de trabalho temporário no *Sul*, ou a troca de trabalho entre as unidades camponesas semelhantes; o fato é que a atenção do autor estava em retratar a permanência do campesinato a despeito da modernização capitalista, esta, por sua vez, responsável pela decadência da dominação tradicional no campo. Perspectiva que contra-argumentava, inclusive, com as teorias

que viam na migração de nordestinos para o Sudeste um processo de êxodo rural e expropriação camponesa, coadunando-se às “forças de atração” do desenvolvimento urbano-industrial no Centro-Sul.

Outra característica dessa combinação de agricultura e negócio é o crescimento do número de feiras, principal espaço eleito para realização dos agricultores como negociantes. Moacir Palmeira, também atento às consequências da decadência da dominação tradicional, volta-se para essa efervescência das feiras, explicitando:

O processo de expulsão dos moradores de engenho da Zona da Mata a partir da década de 1940 representou mais que a simples proletarianização dos trabalhadores rurais, representou uma nova divisão do trabalho que atingiu tanto o processo produtivo dentro das unidades agrícolas quanto a circulação e o consumo de bens de subsistência.

A literatura antropológica sobre campesinato nos oferece outras possibilidades de compreender fenômenos semelhantes ocasionalmente chamados de *market place* ou de *Internal market system*. Em todos os contextos, observa-se, de um lado, o desenvolvimento capitalista em seu movimento contraditório de explorar os camponeses como produtores de valor e reserva de força de trabalho, e, de outro, o campesinato, tendendo a reproduzir-se em seu movimento de diferenciação interna, participando das relações capitalistas, mas, ao mesmo tempo, constituindo esse espaço de trocas econômicas, articulação social e fomento da economia doméstica camponesa, que de algum modo se mantém relativamente alheio à economia dominante.

Outra demonstração desse relativo distanciamento do *internal market system* em relação ao comércio promovido pelo “grande capital” foi destacada por Bohannan e Dalton na introdução do *Markets in Africa*: Se os *market places* precediam às intervenções coloniais e, em alguns casos, essas intervenções tenderam a diluí-los, em outros casos, a proximidade das relações capitalistas aumentaram as oportunidades do *market place*.

Emerge ainda nesse debate um aspecto que chamará muita atenção no *ramo de rede*: o *internal market system* também se caracteriza pela constituição de um espaço cada vez mais amplo de participação de todo tipo de negócios e negociantes, por meio de uma divisão do trabalho e de uma especialização crescente, quase sem sentido para os padrões da racionalidade capitalista. O mesmo aspecto foi verificado tanto para os mercados na África, quanto nos sistemas de comércio da América Latina e Caribe, tal como discutimos na primeira parte do texto.

Por essas características que Mintz sugere, nem sempre parece ser interessante distinguir o produtor agrícola do negociante. Caso não se trate da mesma pessoa, podem ser tarefas distribuídas entre os membros do grupo doméstico, como demonstrou a experiência do autor com as mulheres no Haiti, ou pode ser um negociante que enriqueceu, mas faz questão de manter a relação com a terra e a produção agrícola, fomentando, como no exemplo da relação de *morada* no sítio de Ricardo, a economia agrícola dos pequenos produtores. Ainda acrescentaria, da experiência com o *ramo de rede*, os inúmeros casos de ex-moradores de fazenda que conseguiram iniciar um negócio e, com essa renda, finalmente tiveram acesso à terra e tornaram-se agricultores. Não é a toa que Mintz conclui o clássico texto “A note on the definition of peasantry” afirmando que os camponeses reproduzem-se em uma espécie de *equilíbrio fluído com outros setores rurais*.

Para além desse campo da estruturação mais propriamente econômica do *internal market system* que tentei retratar aqui, podemos nos basear no próprio Mintz para pensar que também há o compartilhamento de todo um conjunto de comportamentos e valores entre os assim chamados “setores rurais”, dentre os quais destaco os negociantes (*middlemen, wholesalers, traders, petty traders, peddlers*), e os camponeses. Nesse sentido, a análise das feiras ou qualquer outra denominação de mercado (*market place*) se torna um espaço privilegiado para observar esses valores e comportamentos, pois, sendo lugares de trocas, propiciam todo tipo de contato e articulação social.

Nesse sentido, as considerações sobre o *internal market system* que procurei desenvolver até aqui, já indicando alguns paralelos que podemos estabelecer com o *ramo de rede*, sugere-nos a questão: que tipo de mercado estamos lidando ao tratar do *ramo de rede*?

Esse questionamento tornou-se útil para a pesquisa, como já vimos, em primeiro lugar, para tirar do foco a preocupação em estabelecer quem é camponês ou quem é negociante e, mais ainda, para evitar ficar digladiando com as definições de campesinato possíveis e impossíveis. Michael Kearney e David Kyle também tiveram que lidar com sociedades que conviviam com a vida local dos grupos domésticos ligada ao modo de vida camponês, embora as estratégias que sustentavam esse modo de vida estivesse na busca de oportunidades econômicas por meio da migração de trabalho ou na inserção no comércio informal, sobretudo de artesanato.

Quando observamos todos os vínculos que o *ramo de rede* apresenta entre famílias e amigos conterrâneos, ao mesmo tempo que são esses nexos que operacionalizam a produção e a circulação das mercadorias, do dinheiro e do capital, numa formação social extensa e extremamente coesa, também nos impressionamos com a capacidade interna de controle sobre todos esses circuitos, controle baseado na manutenção da unidade doméstica, de modo semelhante ao que Kyle retratou sobre os índios camponeses do Equador.

Finalmente, considero interessante recuperar a ideia de Mintz sobre o *internal market system*. Pode ser uma ferramenta valiosa conceber a existência de mercados diferenciados, no interior da economia capitalista, que são capazes de agregar unidades domésticas cujos arranjos econômicos sejam variados, podendo conjugar um ou mais elementos dentre: a produção agrícola, a criação de animais, a indústria doméstica, a produção artesanal, o trabalho assalariado, os diferentes esquemas de troca de trabalho e as inúmeras possibilidades de comércio. Enfim, um mercado cuja mediação social principal seja as relações pessoais e de parentesco, que, embora conviva com a ideia de lucro, este não pode ser concebido pelo movimento abstrato (independente das qualidades das relações sociais) da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, o *ramo de rede* pode ser compreendido como um mercado, constituído por unidades domésticas, e que mantém suas próprias características internas, o que o permite compartilhar as relações capitalistas e ao mesmo tempo, se diferenciar delas.

Referências

ARNOULD, E. J. Merchant capital, simple reproduction, and underdevelopment: peasant traders in Zinder, Niger Republic. *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, v. 20, n. 3, p. 323-356, 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/484446>>. Acesso em: 07 set. 2011.

- BOHANNAN, P.; DALTON, G. Introduction. In: *Markets in Africa*. Londres: Anchor Books, 1965. p. 1-32.
- GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; UnB; CNPq, 1990.
- IZARD, M. Les Yarse et le commerce dans le Yatenga pré-colonial. In: MEILLASSOUX, C. (Ed.). *The development of indigenous trade and market in West-Africa*. Londres: Oxford University Press, 1971. p. 214-227.
- KEARNEY, M. *Reconceptualizing the peasantry*. Anthropology in Global Perspective. Boulder: Westview Press, 1996.
- KYLE, D. *Transnational peasants: migration, networks and ethnicity in Andean Ecuador*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2000.
- MINTZ, S. W. Internal market system as mechanism of social articulation. In: RAY, V.F. (Ed.). *The intermediate society*. Washington: University of Washington Press, 1959.
- _____. Pratik: Haitian personal economic relationship. In: POTTER, J.M. et al., *Peasant society: a reader*, Little, Brown, 1967. p. 98-109.
- _____. Men, women, and trade. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge: Cambridge University Press, n. 13 (3), p. 249-269, 1971.
- _____. A note on the definition of peasantries. *The Journal of Peasant Studies*, v. I, n. I, p. 91-106, 1973.
- PALMEIRA, M. Feira e mudança econômica. In: Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1970.
- _____; ALMEIDA, A.W. A invenção da migração. In: PALMEIRA, M. (Org.). *Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.
- SKINNER, Elliot P. Trade and markets among the mossi people. In: BOHANNAN, Paul; DALTON, George (Ed.). *Markets in Africa*. Unorthwestern Press, 1962. p.237-278.



E

ste livro reúne trabalhos apresentados no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM). A abordagem interdisciplinar (que identifica o trabalho do NIEM ao longo de mais de uma década) nos permitiu agregar pessoas, grupos e instituições de diferentes áreas de conhecimento interessadas em estudar a migração e os migrantes, assim como aqueles que junto a eles atuam diretamente a favor dos seus direitos e de políticas públicas que priorizem o livre deslocamento de todos. Os diversos enfoques aqui reunidos valorizam a importância da memória individual e coletiva; destacam a necessidade de melhor compreensão e novos parâmetros para qualificar a integração social dos migrantes, denominados e hierarquizados por meio de diversas classificações e tipologias que interferem nas dinâmicas da integração nas áreas de destino; procuram analisar e chamar a atenção para a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na crescente mobilidade humana no contexto na ordem político-econômica hegemônica vigente e, em especial, os deslocamentos das pessoas que cada vez mais buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos de trabalho e de vida em melhores condições do que têm na sua região ou país de origem.